

**O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos
arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI**

Rita Luís Sampaio da Nóvoa

**Tese de Doutoramento em História,
área de especialização: Arquivística Histórica**

Março 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, área de especialização Arquivística Histórica, atribuído em cotutela com a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne sob a orientação científica de Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e Maître de conférences Joseph Morsel.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Para a Midores, para a Avó Lala e para o Avô Luís

Em memória do Sr. Embaixador António Pinto da França

AGRADECIMENTOS

Comparando a dissertação que agora se apresenta com o projecto que se imaginou há cinco anos atrás, parece-me imenso o caminho que se percorreu desde o ponto de partida até este ponto de chegada. Imenso na acumulação de experiências e conhecimentos e, sobretudo, na evolução e no crescimento científico e pessoal. E se assim o foi devo-o a um conjunto de pessoas que me apoiaram, incentivaram e inspiraram a procurar ir sempre um bocadinho mais além. Sem formalismos nem tons protocolares, deixo-lhes os meus mais sinceros agradecimentos:

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus orientadores. À Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, pela orientação sempre presente e atenta que, mais uma vez, extravasou largamente os limites desta dissertação: agradeço-lhe, sem me estender, a integração nos projectos, que foi, sem dúvida, crucial; o incentivo à exploração sucessiva de novos desafios com a confiança de que eles seriam ultrapassados; e, sobretudo, a direcção incansável de um trabalho que tem sido feito verdadeiramente em conjunto. E ao Professor Joseph Morsel, cuja obra marcou profundamente a minha forma de pensar a História e de procurar ser historiadora. Agradeço-lhe a amabilidade com que me recebeu em Paris e em Rouen e, sobretudo, as sugestões e revisões, que melhoraram de modo significativo o resultado final.

Esta tese não teria sido possível sem a enorme generosidade do Senhor Embaixador António Pinto da França e da Senhora Dona Sofia Pinto da França, que amavelmente me receberam na Quinta da Anunciada Velha para que pudesse estudar o Arquivo Gama Lobo Salema. Recordo com grande carinho os meses que passei em Tomar (internacionalmente invejados pelos meus colegas historiadores!) e o entusiasmo com que as minhas descobertas iam sendo recebidas pelo Senhor Embaixador. Apesar de humilde, faço desta dissertação uma homenagem à sua alma de historiador e ao amor com que guardou o arquivo e o legou para a posterioridade.

Agradeço também ao Dr. Silvestre Lacerda, que garantiu a continuidade do acesso ao Arquivo Gama Lobo Salema depois de este ter passado para a custódia do Arquivo Nacional, e à Dra. Odete Martins, por todas as ajudas na consulta da documentação.

Mais do que um mero esforço individual, esta tese deve enormemente a um trabalho construído em equipa ao longo dos últimos cinco anos, marcados pela partilha de experiências e por uma entreaajuda constante. Agradeço, por isso, às minhas colegas do Doutoramento em Arquivística Histórica, Assunção Júdice, Ana Lobão, Alice Gago e, muito em especial, à Margarida Leme, pela sua sapiência inspiradora, e à Maria João Câmara, pelas discussões e partilhas de anseios (e pelos *lounges* dos aeroportos!). Agradeço também às colegas do projecto *Invent.arq*, Patrícia Marques e Filipa Lopes, pelas ajudas com o ICA, desejando a todas os maiores sucessos nos seus projectos e nas teses que, em breve, irão ultrapassar esta que agora apresento.

Este trabalho em equipa estendeu-se também para fora de Lisboa, tendo sido fundamentais as discussões com o Professor Doutor Armando Malheiro, com o Abel Rodrigues e com os restantes pioneiros do modelo sistémico. Igualmente fundamentais foram os contributos da equipa do projecto *Archifam*, dirigido pela Madame Véronique Lamazou-Duplan, que me permitiram amadurecer muitas das reflexões que acabaram por integrar a dissertação.

A rede de entreaajuda prolongou-se ainda no Instituto de Estudos Medievais, e, em particular, nos colegas do Grupo Imagens, Textos e Representações, a quem estendo os agradecimentos pela partilha de experiências.

Deixo um agradecimento especial ao Pedro Pinto, perito paleógrafo, pelas ajudas nas transcrições. E volto a agradecer aos meus colegas e amigos que me acompanham desde os tempos da licenciatura, em particular aos doutores/quase-doutores João Costa, Cláudio Neto (caríssimo colega!) e Sara Ceia.

O caminho imenso teria sido outro inteiramente diferente sem o apoio incondicional dos meus Pais, do meu Avô, de toda a minha família e dos meus amigos. Agradeço em particular à Lénia, por ter estado sempre disponível para me ajudar nas traduções; ao André, pelos cafés; à Teresa, pelos descansos burriqueiros; ao Pedro e à Joana, pelas pausas aventureiras; à Joana e ao Vasco, pela paz musical; e à Sara, que esteve sempre perto mesmo longe. Ao Tiago, por ter sido a minha casa.

E, por fim, à Midores (*ab imo pectore*), à Avó Lala e ao Avô Luís, com o conforto de saber, como esta tese me fez sempre lembrar, que a memória da família está em nós, faz-nos “nós” e perdurará para além de nós.

O ARQUIVO GAMA LOBO SALEMA E A PRODUÇÃO, GESTÃO E USOS DOS ARQUIVOS DE FAMÍLIA NOBRE NOS SÉCULOS XV-XVI

RITA LUÍS SAMPAIO DA NÓVOA

RESUMO

O presente trabalho parte do designado Arquivo Gama Lobo Salema, um arquivo de família hoje composto por cerca de 2200 documentos produzidos, recebidos geridos e preservados por diversos grupos familiares entre os séculos XIV e XX. O seu objectivo central passa por compreender a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre entre os séculos XV e XVI através de uma abordagem interdisciplinar que alia a História à Arquivística. Que motivos levaram à constituição de arquivos por parte das famílias da nobreza? Que situações justificaram ou exigiram a utilização de registos escritos arquivados? Como foram os documentos geridos, organizados e recuperados? Que papel desempenharam os arquivos na formação e consolidação das famílias enquanto grupos sociais? O trabalho divide-se em quatro partes: na primeira analisam-se os suportes teóricos e metodológicos que guiam a Arquivística Histórica ou a História dos Arquivos, a História da Nobreza em Portugal e a investigação especializada em Arquivos de Família; na segunda estuda-se a arqueologia do Arquivo Gama Lobo Salema, acompanhando as diversas etapas que explicam como e porquê o arquivo chegou até nós e a forma como as diferentes transformações sofridas pelo acervo do século XVII em diante afectam a inteligibilidade do passado representado na documentação dos séculos XV e XVI; na terceira parte apresentam-se quatro estudos de caso de grupos familiares – os Salema, os Vana, os Bulhão e os Queimado de Vilalobos - que produziram, geriram e utilizaram arquivos entre Quatrocentos e Quinhentos; e, por fim, na quarta e última parte oferecem-se propostas de representação arquivística do Arquivo Gama Lobo Salema, nomeadamente um quadro orgânico de classificação e uma base dados com as descrições arquivísticas dos cerca de 300 documentos datados entre os séculos XV e XVI.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística Histórica, História dos Arquivos, Arquivos de Família, História da Nobreza, Arquivo Gama Lobo Salema

**THE GAMA LOBO SALEMA ARCHIVE AND THE PRODUCTION,
MANAGEMENT AND USES OF NOBLE FAMILY ARCHIVES DURING THE
15th – 16th CENTURIES**

RITA LUÍS SAMPAIO DA NÓVOA

ABSTRACT

The following work departs from the named Gama Lobo Salema Archive, a family archive presently composed of about 2200 documents produced, received, managed and preserved by several families during the 14th and 20th centuries. Its main objective is to understand the production, management and uses of noble family archives during the 15th and 16th centuries through an interdisciplinary approach that unites History and Archival Science. Which motives drove the constitution of archives by noble families? Which situations justified or demanded the use of archived documents? How were the records managed, organized and retrieved? What role did the archives play in the formation and consolidation of families as social groups? The work is divided in four parts: the first analyses the theoretical and methodological guide-lines that steer Archival History or History of Archives, the History of Nobility in Portugal and the specialized research on Family Archives; the second studies the archaeology of the Gama Lobo Salema Archive by following the different stages that explain how and why the archive still exists today and the way how the transformations it suffered from the 17th century onwards affect the intelligibility of the past represented in documentation produced during the previous centuries; the third part focuses on four case studies – the Salema, Vana, Bulhão and Queimado de Vilalobos families - that illustrate how family groups produced, managed and used their archives during the 15th and 16th centuries; lastly, the fourth and final part suggests new archival representations for the Gama Lobo Salema Archive, namely an organic classification scheme and a database made of the archival descriptions of around 300 documents dated from the 15th and 16th centuries.

KEYWORDS: Archival History, History of Archives, Family Archives, History of Nobility, Gama Lobo Salema Archive

ÍNDICE

Introdução	1
Estrutura.....	3
Capítulo I: A Arquivística Histórica, a História da Nobreza e os Arquivos de Família ...	5
I. 1. A Arquivística Histórica ou a História dos Arquivos	6
I. 2. A História da Nobreza em Portugal.....	16
I. 3. O que são <i>arquivos de família</i> ?	20
Um desafio epistemológico e interdisciplinar	27
Capítulo II: A arqueologia do Arquivo Gama Lobo Salema	29
II. 1. A construção do arquivo.....	32
II.1.1. Os arquivos dentro do arquivo (séc. XV – 1890).	32
II. 1.2. A (re)criação do Arquivo Gama Lobo Salema (1890-2014).	41
II. 2. Os processos de (re)organização e inventariação.	48
II. 2.1. (Re)organizações e inventariações Setecentistas e Oitocentistas.....	48
II. 2.1.1. Cartórios dos Gama Lobo	50
II. 2.1.2. Cartórios dos Salema e Miranda Henriques	53
a) Cartório de António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva e o “Livro mestre do cartório...” (1788).....	54
b) Cartório de António Xavier de Miranda Henriques e o “Inventário geral dos papéis...” (1815)	56
c) Cartórios de António José Salema / José Maria Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (c. 1815-1833).....	64
II. 2.2. Estrutura actual: opções e problemas.....	74
Da arqueologia do arquivo à sua transformação em «fonte»	93

Capítulo III: Produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre (sécs. XV –XVI)...	97
Os conceitos: família, linhagem, casa e morgadio	97
As famílias	102
As problemáticas	105
Os métodos	107
III. 1. Os Salema	110
III. 1.1. Linha de Diogo Gonçalves Salema I	113
Diogo Gonçalves Salema I	113
Brás Salema I	119
Diogo Gonçalves Salema II	126
Brás Salema II	127
João Salema	140
III. 1.2. Linha de António Salema	152
António Salema	152
Diogo Salema	153
Tomé Salema	154
Rui Salema	157
Cristóvão Salema	159
Diogo Salema	161
III. 2. Os Vana e os Bulhão	165
III. 2.1. Os Vana	167
João Vana	167
Gaspar Vana	170
III. 2.2. Os Bulhão	175
Gabriel Lopes de Bulhão	175
Cristóvão Lopes de Bulhão	179

Gaspar Vana de Bulhão	184
III. 3. Os Queimado de Vilalobos	186
III. 3.1 Vasco Queimado de Vilalobos I.....	188
III. 3.2. Vasco Queimado de Vilalobos II.....	223
O papel dos arquivos na formação e consolidação das famílias nobres	248
Capítulo IV: Representações arquivísticas.....	258
IV. 1. O modelo sistémico e o <i>software</i> ICA-AtoM	259
O modelo sistémico	259
O <i>software</i> ICA-AtoM	264
IV. 2. Novas propostas	265
IV. 2.1. Quadro orgânico do Arquivo Gama Lobo Salema	266
IV. 2.2. Base de dados (sécs. XV – XVI).....	298
IV. 2.3. Opções.....	298
Da escrita da História à representação dos arquivos.....	309
Conclusão.....	311
Fontes	314
Bibliografia	316
Índice de quadros, tabelas, genealogias e imagens.....	348
Anexos	349
Índice de anexos	350

LISTA DE ABREVIATURAS

AGLS – Arquivo Gama Lobo Salema

ANNT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

a. – antes de

c. - cerca

cc. – casado com

cf. - conferir

cx. – caixa

d. – depois de

f. – faleceu

fl. / fls. – fólio(s)

flor. – *floruit*

p. / pp. – página(s)

pt. – pasta

s/d – sem data

vd. – *vide*

“Então, o que tiver de ser, será. O que tiver de ficar, ficará. O que tiver de passar, passará, isto é, não ficará nem será. Acabará, morrerá, não existirá. O que sobra é o futuro, o que ainda não é, o que está a ser, o que um dia será porque tem de ser, porque teve de ser, porque não podia deixar de ser. E o que tiver de ser, será. Porque o que tem de ser não poderá nunca deixar de ser, ou seja, o que é será, se a importância do que é justificar que o seja. É por isso que nem tudo estará no futuro. (...) E se no presente não é coisa importante, também não será importante que chegue ao futuro, o que quer dizer que nunca fará parte do passado. Terá desaparecido em três tempos”

Joaquim Pessoa, in *Ano Comum*, p. 318

INTRODUÇÃO

Este trabalho, como tantos outros, começou com uma interrogação: Quais são os limites de uma História da Nobreza escrita, essencialmente, a partir de arquivos produzidos e conservados por outras instituições? Ou, invertendo a questão, quais são as potencialidades de uma História da Nobreza escrita, essencialmente, a partir de arquivos produzidos e conservados pelas próprias famílias nobres?

A pergunta em si não é nova nem surge isolada: Quais são os limites de uma história das colônias escrita essencialmente a partir dos arquivos dos colonizadores? Quais são os limites de uma história das minorias escrita essencialmente a partir dos arquivos da maioria? De uma história das mulheres escrita a partir de arquivos produzidos e mantidos por homens? De uma história dos derrotados escrita a partir dos arquivos mantidos pelos vitoriosos? Contudo, não foi ainda suficientes vezes colocada no contexto Português e a complexidade que lhe é inerente e os desafios que levanta justificam que continue a ser testada, tanto empírica como epistemologicamente.

As abordagens possíveis para pensar o problema eram diversas. Aquela por que optámos nasceu da convicção de que a plena articulação do problema beneficiaria de uma abordagem interdisciplinar que, nos últimos anos, tem constantemente dado provas de sucesso. Referimo-nos à aliança entre a História e a Arquivística, empenhada na corrente que podemos designar como Arquivística Histórica ou História dos Arquivos.

É importante sublinhar que esta aliança não é meramente de ordem técnica, no sentido em que rejeita o enraizado estatuto da Arquivística como ciência auxiliar da História, que trata os arquivos e termina as suas funções quando os disponibiliza aos historiadores. E não é também um exercício de «regresso às fontes» de inspiração positivista, no sentido em esse regresso implica, primeiro, que se compreenda aonde se está a regressar. Em essência, o que se procurou obter desta aliança interdisciplinar foram ferramentas, conceitos e metodologias que permitissem suportar uma reflexão que começasse, passe a expressão, pelo princípio: pelo princípio da construção do discurso histórico, que parte necessariamente da compreensão dos arquivos.

A partir daqui desconstruímos a interrogação inicial em três conjuntos de interrogações mais pequenas: O que são e como chegaram até nós os arquivos produzidos e conservados pelas famílias nobres? Como podemos conhecer a nobreza a

partir desses arquivos? E de que forma a representação destes arquivos afecta a inteligibilidade do passado das famílias por eles passível de ser revelado?

Dos vários arquivos produzidos e conservados pelas famílias nobres que hoje se conservam em Portugal e nos quais estas interrogações podiam ser testadas, seleccionámos um *arquivo de família* actualmente designado “Arquivo Gama Lobo Salema” (AGLS) e composto por cerca de 2200 documentos produzidos, recebidos e acumulados entre os séculos XIV e XX por diversos grupos familiares nobres. Escolhemo-lo, sobretudo, pelo seu carácter quase inédito e pela riqueza de informações que agrega sobre a história de várias famílias nobres, muitas delas desconhecidas da historiografia Portuguesa.

Tendo em conta essa riqueza, foi necessário circunscrever a análise para que coubesse no espaço e no tempo disponível. Optámos, então, por cingir o nosso trabalho à documentação datada entre os séculos XV e XVI, escolha que se justificou pela procura de contribuir para um campo historiográfico com menor número de publicações sobre a história da nobreza em Portugal nestas cronologias, por comparação tanto às centúrias anteriores como às posteriores.

Optámos, também, por uma de múltiplas formas possíveis de «perguntar» os arquivos das famílias nobres. Poderíamos ter perguntado, por exemplo, pelo património e pelos rendimentos das famílias, pelas suas relações com a Coroa, com os poderes municipais ou com as entidades eclesiásticas, ou pelas biografias dos seus membros. No entanto, escolhemos focar os contextos e as dinâmicas de produção, gestão e usos dos arquivos por parte das famílias, assumindo que podemos conhecer várias das facetas dos grupos familiares através do estudo do «porquê» e do «como» dessa produção, gestão e utilização. Esses contextos e dinâmicas acompanham a própria história social das famílias, informam-nos sobre essa história mas estão também para além de uma abordagem exclusivamente só sobre essa história na medida em que ela surgirá não como um fim em si mesmo mas como um meio para atingir um fim.

Como resultado, neste trabalho não se pretende escrever apenas uma história social das famílias nobres a partir dos seus arquivos. Nem se pretende apenas levar a cabo o tratamento arquivístico e a representação desses arquivos. O objectivo a concretizar está, portanto, entre essas duas vias. Em resumo, o objectivo desta dissertação é, partindo do Arquivo Gama Lobo Salema, aliar a História e a Arquivística no estudo e representação da produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre

durante os séculos XV e XVI, oferecendo, assim, a possibilidade de conhecer os grupos familiares da nobreza Portuguesa a partir da sua própria produção e acumulação documental.

Estrutura

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, cada um correspondente a uma etapa do processo que descrevemos em cima: concepção teórica, metodológica e epistemológica do objecto de estudo (I); compreensão do arquivo que sustenta o inquérito historiográfico (II); aplicação do inquérito a estudos de caso (III); e representação arquivística da documentação que foi utilizada como «fonte» (IV).

O capítulo I, intitulado “A Arquivística Histórica, a História da Nobreza e os Arquivos de Família”, é dedicado aos suportes bibliográficos sobre os quais baseámos a nossa análise. Para cada um dos temas – a arquivística histórica ou história dos arquivos, a história da nobreza e a investigação especializada em arquivos de famílias – serão apresentados os autores e as obras que considerámos fundamentais, bem como as principais problemáticas que serão exploradas ao longo dos restantes capítulos.

O capítulo II, nomeado “A arqueologia do Arquivo Gama Lobo Salema”, acompanha os processos que estão por detrás da história e do percurso de conservação do arquivo que está no epicentro da dissertação. Assim, começaremos por examinar o processo de construção do acervo desde o século XV até à estrutura com que hoje o conhecemos. Esse processo divide-se, como veremos, em dois grandes períodos: um primeiro, marcado por dinâmicas comuns à maioria dos arquivos de família durante o Antigo Regime; e um segundo, particular ao percurso do Arquivo Gama Lobo Salema e significativamente marcado pela intervenção do seu último proprietário privado. Depois, passaremos para a análise da forma como a documentação contida no acervo foi sendo (re)organizada ao longo destes períodos. Visto que as realidades que marcaram as centúrias de Quatrocentos e Quinhentos caberão em capítulo próprio, focaremos aqui, em primeiro lugar, as (re)organizações levadas a cabo entre os séculos XVII e XIX por iniciativa de diversos membros das famílias e, em segundo, a reformulação arquivística a que o AGLS foi sujeito por arquivistas profissionais na segunda metade do século XX.

O capítulo III, designado “Produção, gestão e usos dos arquivos de família (sécs. XV-XVI)”, foca quatro estudos de casos, quatro famílias – os Salema, os Vana, os

Bulhão e os Queimados de Vilalobos - cujos percursos serão explorados na linha dos objectivos centrais deste trabalho. Cada uma destas famílias ilustra várias das características que marcaram não só a constituição de arquivos de família mas também as práticas documentais, as estratégias arquivísticas e a utilização de documentos conservados em arquivo por parte da nobreza de Quatrocentos e Quinhentos.

O capítulo IV, com o título “Representações arquivísticas”, debruça-se, por fim, sobre novas propostas de representação arquivística do Arquivo Gama Lobo Salema. Elencaremos, primeiramente, os pontos de partida destas novas propostas, tanto do ponto de vista teórico-metodológico como dos instrumentos utilizados para a sua aplicação prática. De seguida, apresentaremos os resultados, corporizados num novo quadro de classificação do arquivo e numa base de dados com as descrições arquivísticas da documentação datada entre os séculos XV e XVI. Concluiremos, por último, com uma das mais importantes etapas de qualquer tratamento arquivístico, a fundamentação e justificação das opções tomadas nesta nova representação.

CAPÍTULO I

A ARQUIVÍSTICA HISTÓRICA, A HISTÓRIA DA NOBREZA E OS ARQUIVOS DE FAMÍLIA

“Theoretically informed analysis of a universe of related specific cases allows us to question the construction of history itself from what has always been considered its foundation and the guarantee of its validity: the archive or repository of sources”¹.

Inauguramos este trabalho com a apresentação dos suportes historiográficos que irão guiar o exame do tema que propomos explorar. Não pretendemos elencar com exaustividade todas as obras que serviram como pontos de partida mas tão só sublinhar os aspectos que considerámos centrais no estado da arte e que influenciaram as leituras e abordagens que sustentam os restantes capítulos. Assim, e em termos gerais, os referidos suportes historiográficos enquadram-se em três grandes núcleos, cada um explorado em secção própria nas páginas que se seguem.

O primeiro desses núcleos diz respeito à corrente teórica e metodológica que podemos designar como Arquivística Histórica ou História dos Arquivos, marcada em grande medida quer pela renovação da velha ciência auxiliar da História, a Arquivística, quer por uma reflexão epistemológica sobre as «fontes» que estão na base do trabalho historiográfico. O segundo núcleo reporta-se a um dos temas fortes da historiografia Portuguesa, a História da Nobreza, que deveu grande parte do seu impulso aos trabalhos fundadores de José Mattoso e se desmultiplicou, a partir daí, em obras dedicadas às mais diversas facetas das nobrezas de Antigo Regime. De entre essas facetas, uma das que têm vindo a ser explorada com crescente vigor nos últimos anos passa pela produção documental das famílias nobres e pela sua iniciativa de constituição e gestão de arquivos, os designados «arquivos de família». São os trabalhos dedicados a estes

¹ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph, “Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and results of the INVENT.ARQ project on family archive inventories”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 9.

últimos em Portugal, mas também em Espanha, Itália ou França, que compõem o terceiro e último núcleo historiográfico sobre o qual assentou o estudo que desenvolvemos.

I. 1. A Arquivística Histórica ou a História dos Arquivos

A Arquivística Histórica ou a História dos Arquivos tem vindo a suscitar, desde finais do século passado, um renovado interesse tanto por parte de historiadores como de arquivistas. As suas expressões são diversas e três delas marcaram o trabalho que agora apresentamos, a saber, aquelas que pensaram os arquivos enquanto instituições, enquanto conjuntos documentais e, por último, enquanto «fontes» do trabalho historiográfico.

Um dos mais importantes aspectos que marcaram esta corrente passou pela renovação de uma das velhas ciências auxiliares da História, a Arquivística. Já longe dos ideais positivistas que pautaram o nascimento desta disciplina, as últimas décadas assistiram a uma mudança de paradigma, a um “paradigm shift”, que libertou a Arquivística do estatuto secundário com que foi concebida e a viu renascer como uma ciência autónoma, como *Archival Science*².

Como motores dessa mudança de paradigma encontramos três grandes desafios que obrigaram a um questionamento das práticas, metodologias e suportes teóricos da Arquivística até então em vigor. Por um lado, o advento da Era da Informação, com o aumento exponencial das massas de documentação produzida em suportes físicos e virtuais, colocou novos problemas à conservação e à selecção da memória que devia ou podia ser preservada; por outro, a emergência dos Estados democráticos promoveu a abertura dos arquivos, transformando-os em espaços inclusivos ao serviço dos interesses dos cidadãos e não de elites alinhadas com as pretensões dos antigos Estados-nação; e, por fim, as críticas pós-modernas vieram questionar muitas das evidências comumente associadas às funções dos arquivos e dos arquivistas, exercendo pressão sobre os antigos pressupostos positivistas³.

² COOK, Terry, “Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts”, *Archival Science*, 1 (2001), pp. 3-24.

³ COOK, Terry, “The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape”, *The Canadian Historical Review*, 90, 3, Setembro 2009, pp. 497 – 534.

Como resultado, os arquivos deixaram de ser reduzidos a “espaços de estudo” para se tornarem, eles mesmos, “objectos de estudo”⁴. Esta noção fundamental abriu caminho para a desmultiplicação de estudos sobre as mais diversas facetas dos arquivos, tanto enquanto instituições como enquanto conjuntos de documentos. Terry Cook, um dos percursores desta nova forma de olhar os arquivos, resume esse caminho que se abriu afirmando que “archival theoretical discourse is shifting from product to process, from structure to function, from archives to archiving, from the record to the recording context, from the «natural» residue or passive by-product of administrative activity to the consciously constructed and actively mediated «archivalisation» of social memory”⁵.

Em termos gerais, estas preocupações marcaram significativamente uma das «viragens» que influenciou a História dos Arquivos, a designada «viragem arquivística» ou *archival turn*, a qual se encontra sobretudo ligada à historiografia anglo-saxónica e se destaca por uma revisão ou desconstrução teórica dos arquivos enquanto instituições. Cultivada por historiadores e arquivistas que acompanharemos de seguida, como o já citado Terry Cook, Eric Ketelaar, Joan Schwartz, Verne Harris Francis Blouin Jr. ou William Rosenberg, esta viragem concentrou-se na denúncia de evidências de tradição positivista, questionando-as à luz de uma demarcada influência pós-moderna e, na linha de Michel Foucault e Jacques Derrida⁶, da noção central do *poder-conhecimento* (“*power-knowledge*”) dos arquivos e dos arquivistas⁷.

Recorrendo a um trecho de uma famosa obra cinematográfica, Eric Ketelaar ilustra de forma exemplar este binómio arquivos/poder que marca grande parte dos trabalhos integrados no *archival turn*:

“In the recent movie, *Star Wars. Episode II. Attack of the Clones*, Madame Jocasta Nu is the Jedi Archivist. The Jedi Master Obi-Wan Kenobi is visiting the archives and trying to find a distant planetary system called Kamino, that does not seem to show on any of the archives’ charts.

⁴ BLOUIN, Francis X. Jr., “History and Memory: The Problem of the Archive”, *PMLA*, vol. 119, n.º. 2 (Mar. 2004), p. 297.

⁵ COOK, Terry, “Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts”, *Archival Science*, 1 (2001), p. 4.

⁶ FOUCAULT, Michel, *L’archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969 ; DERRIDA, Jacques, *Mal d’Archive: une impression freudienne*, Paris, Éditions Galilée, 1995.

⁷ KETELAAR, Eric, “The Panoptical Archive”, in BLOUIN, Francis Jr.; ROSENBERG, William, (eds.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, p. 147.

Madame Jocasta Nu undertakes a search on his behalf, but she has to conclude:

«I hate to say it, but it looks like the system you're searching for doesn't exist»

«That's impossible – perhaps the Archives are incomplete»

«The Archives are comprehensive and totally secure, my young Jedi» came the imposing response, the Archivist stepping back from her familiarity with Obi-Wan and assuming again the demeanor of archive kingdom ruler. «One thing you may be absolutely sure off: If an item does not appear in our records, it does not exist»⁸.

Sem pretensões de exaustividade, mencionemos de entre as preocupações do *archival turn* aquelas relacionadas, por exemplo, com a transformação dos arquivos de “laboratórios científicos” ao serviço de uma elite empenhada na escrita de uma narrativa “nacional” e “oficial” a espaços abertos cujo acesso se tornou num direito dos cidadãos⁹; o carácter político e politizado dos arquivos (“the archive *is* politics”, afirma Verne Harris), que substitui a sua antiga imagem de espaços neutros, isentos e imparciais por outra de construções políticas imbuídas de significados¹⁰; o papel que os arquivos desempenham como agentes que asseguram a transparência e a “*accountability*” dos Estados¹¹; na senda dos estudos pós-coloniais, o dever moral, ético e social de os arquivos garantirem a representação igualitária de todos os sectores da sociedade, incluindo aqueles que se expressam através de outros suportes que não a escrita¹²; ou, numa linha próxima a esta última, a valorização dos arquivos não estatais

⁸ KETELAAR, Eric, “Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection”, *Archival Science*, vol. 2, n°s 3-4 (2002), p. 222.

⁹ JIMERSON, Randall, “Embracing the Power of Archives”, *American Archivist*, vol. 69, n° 1 (2006), p. 21; “Part IV: Archives, Memory, and Political Culture (Canada, the Caribbean, Western Europe, Africa, and European Colonial Archives. Introduction”, in BLOUIN, Francis Jr.; ROSENBERG, William, (eds.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 253 – 255.

¹⁰ HARRIS, Verne, *Archives and Justice: A South African Perspective*, EUA, Society of American Archivists, 2007, pp. 239-252.

¹¹ COX, Richard J.; WALLACE, David (eds.), *Archives and the Public Good: Accountability and Records in Modern Society*, Westport, Quorum Books, 2002; PROCTER, Margaret; COOK, Michael; WILLIAMS, Caroline (eds.), *Political Pressure and the Archival Record*, EUA, Society of American Archivists, 2006.

¹² BASTIAN, Jeannete, *Owning memory: how a Caribbean community lost its archives and found its history*, EUA, Libraries Unlimited, 2003; BASTIAN, Jeannete, “Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation”, *Archival Science*, vol. 6, n°s 3-4 (2006), pp. 267-284; STOLER, Ann, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common*

ou dos arquivos para além dos arquivos nacionais, entre os quais se destacam os arquivos de comunidades, criados e mantidos à margem das redes tradicionais ou “*mainstream*” de arquivos¹³.

Por último, sublinhamos com particular destaque uma outra preocupação desta «viragem arquivística», que terá uma influência mais directa no trabalho que desenvolveremos adiante. Referimo-nos à reflexão em torno do papel dos arquivistas na inteligibilidade do passado, isto é, na forma como esse passado nos é hoje dado a conhecer. De facto, como lembra Terry Cook, os arquivistas deixaram de poder entender a sua intervenção nos arquivos - nas instituições e nos conjuntos documentais – como aquela havia sido promovida pela ideologia positivista: uma intervenção semelhante à de “guardiães passivos”, “*passive keepers*”, que se limitavam a custodiar a documentação e a disponibilizá-la aos historiadores. Num sentido oposto, defende aquele autor que a pegada que os arquivistas deixam nos arquivos faz deles “mediadores activos”, “*active mediators*”, cuja acção leva necessariamente à «co-(re)criação» ou à «co-edição» dos arquivos¹⁴.

Uma das componentes onde essa co-(re)criação ou co-edição se manifesta passa pela tarefa de selecção ou “*appraisal*” que faz parte integrante das funções dos arquivistas. É a eles a quem compete o *poder* de seleccionar aquilo que será lembrado e conservado e aquilo que será esquecido e destruído¹⁵. Num tom provocativo, Patrick Geary apelida-os de “*destroyers of the past*”, lembrando o seu papel activo no trabalho

Sense, Princeton University Press, 2009; STOLER, Ann, “Colonial archives and the arts of governance: on the content in the form”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 267-279; “Part IV: Archives, Memory, and Political Culture (Canada, the Caribbean, Western Europe, Africa, and European Colonial Archives). Introduction”, in BLOUIN, Francis Jr.; ROSENBERG, William (eds.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 253 – 256; CARTER, Rodney, “Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence”, *Archivaria*, 61 (2006), pp. 215-233; O’ TOOLE, James, “Archives and Historical Accountability: Toward a Moral Theology of Archives”, *Archivaria*, 58 (2004), pp. 3-19; JIMERSON, Randall, “Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice”, *The American Archivist*, vol. 70, nº 2 (2007), pp. 252-281; MILLAR, Laura, “Disarchiving our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada”, *Archivaria*, 46 (1998), pp. 103-145.

¹³ FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth, “Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream”, *Archival Science*, 9 (2009), pp. 71-86; BASTIAN, Jeanette; ALEXANDER, Ben (ed.), *Community Archives: the shaping of memory*, Londres, Facet Publishing, 2009. Cf. também website dedicado aos arquivos de comunidade no Reino Unido e na Irlanda: <http://www.communityarchives.org.uk/>.

¹⁴ COOK, Terry, “The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape”, *The Canadian Historical Review*, 90, 3, Setembro 2009, p. 533.

¹⁵ *Idem*, pp. 504-505.

de construção da memória¹⁶. E essa construção não é isenta, natural ou imparcial mas está necessariamente imbuída dos valores e preconceitos sociais, culturais, morais e políticos que contextualizam as pegadas deixadas pelos arquivistas.

O mesmo é aplicável a outra função, a de representação dos conjuntos documentais e à consequente intermediação exercida entre a informação e os utilizadores. São os arquivistas que compõem as “representações arquivísticas”, as “*archival representations*” – quadros de classificação, inventários, bases de dados – que os utilizadores dos arquivos consultam para recuperar informação¹⁷. Longe de serem espelhos fidedignos da informação contida nos arquivos, longe de a reproduzirem como ela de facto é, estas representações revelam-se, antes, como interpretações parciais que dependem, entre outros factores, dos recursos disponíveis, dos preceitos técnicos e teóricos em vigor, da formação dos arquivistas, das suas próprias noções acerca da função e objectivos do seu trabalho e, por fim, dos critérios que determinam que tipo e quantidade de informação deve ser representada e como deve ser representada¹⁸.

Em paralelo ao *archival turn* encontramos várias outras obras que influenciaram a História dos Arquivos, desta feita mudando o enfoque para os arquivos não enquanto instituições mas enquanto conjuntos documentais. Cultivadas em historiografias europeias – Itália, Espanha, França, Bélgica, Alemanha ou mesmo Portugal – e também no circuito anglo-saxónico, estas obras destacam-se pela análise dos mais diversos aspectos que caracterizaram as práticas de escrita e de arquivagem de sociedades passadas e que explicam os contextos de produção e conservação dos documentos escritos e dos arquivos.

São multifacetadas as influências e as correntes nas quais esta abordagem se manifestou. Há que mencionar, em primeiro lugar, o *metodo storico* Italiano, marcado pela aliança entre a História e a Arquivística no estudo e no modo de conceber os arquivos¹⁹. Destacam-se, depois, os trabalhos pioneiros de Michel Clanchy e Brian

¹⁶ GEARY, Patrick, “Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, p. 106.

¹⁷ YAKEL, Elizabeth, “Archival Representation”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 151 – 163.

¹⁸ DUFF, Wendy; HARRIS, Verne, “Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings”, *Archival Science*, 2 (2002), pp. 263-285.

¹⁹ Sobre o *metodo storico* cf. LODOLINI, Elio, *Archivistica. Principi e problemi*, Milão, Franco Angeli, 2013.

Stock sobre a cultura escrita e a literacia no período medieval²⁰, indissociáveis dos trabalhos do antropólogo Jack Goody acerca da relação entre a escrita e a organização das sociedades²¹. Por fim, e mais recentemente, tem ainda lugar de relevo uma «viragem» irmã do *archival turn*, a designada «viragem documental» ou *tournant documentaire*, que, beneficiando do diálogo franco-alemão sobre o questionamento dos antigos modelos heurísticos da História – diálogo para o qual contribuiu também uma das outras velhas ciências auxiliares da História, a Diplomática -, se corporiza hoje com particular vigor na preferência Francesa pelo exame dos cartulários medievais²².

A título de exemplo, refiram-se alguns trabalhos na intersecção destas influências e correntes: de Itália chega-nos a obra maior de Paolo Cammarosano sobre a análise dos suportes escritos disponíveis para a escrita da história de Itália na Idade Média ou os trabalhos de Filippo de Vivo acerca dos arquivos Venezianos entre os séculos XV e XVII²³; de Espanha emanam estudos como os de Diego Navarro Bonilla sobre a organização documental da Deputação do Reino de Aragão²⁴; do mundo francófono, investigadores como Pierre Chastang, Étienne Anheim ou Olivier Poncet destacam-se pelo exame das práticas de gestão pela escrita ao longo do período medieval²⁵; e, por último, de Portugal avançam-se análises focadas nos arquivos de

²⁰ CLANCHY, M.T., *From memory to written record. England 1066-1307*, UK, Blackwell Publishing, 2009; CLANCHY, M.T., “«Tenacious Letters»: Archives and Memory in the Middle Ages”, *Archivaria* 11 (1980/1981), pp. 115-125; STOCK, Brian, *The Implications of Literacy. Written language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*, Princeton, Princeton University Press, 1983; STOCK, Brian, “History, Literature, and Medieval Textuality”, *Yale French Studies*, nº 70 (1986), pp. 7-17; STOCK, Brian, “Medieval Literacy, Linguistic Theory, and Social Organization”, *New Literary History*, vol. 16, nº 1 (1984), pp. 13-29.

²¹ GOODY, Jack, *The Logic of Writing and the Organization of Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

²² CHASTANG, Pierre, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale : la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 49^e année (nº 193), 2006, pp. 21-31; CHASTANG, Pierre, “Introduction”, *Tabularia «Études»*, nº. 9 (2009), pp. 27-42.

²³ CAMMAROSANO, Paolo, *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*, Carocci, 1991; DE VIVO, Filippo, “Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650)”, *Archival Science*, vol. 10 (2010), pp. 231-248.

²⁴ NAVARRO BONILLA, Diego, *Escritura, Poder y Archivo. La Organización Documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV – XVIII)*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

²⁵ ANHEIM, Étienne; CHASTANG, Pierre, “Les pratiques de l’écrit dans les sociétés médiévales (VIe – XIIIe siècle)”, *Médiévales*, 56 (2009), pp. 5-10; ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier, “Fabrique des Archives, Fabrique de l’Histoire”, *Revue de Synthèse*, 125 (2004), pp. 1 – 14; CHASTANG, Pierre, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale : la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 49^e année (nº 193), 2006, pp. 21-31; CHASTANG, Pierre, “L’archéologie du texte médiéval”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre / BUCEMA* [Em linha], Hors-série nº 2 (2008), pp. 1-15 [Consult. 8 de Fevereiro 2013. Disponível em <http://cem.revues.org/8702>]; CHASTANG, Pierre, *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe – XIIIe siècles)*, Paris, CTHS, 2001.

várias instituições, como a Coroa, as Ordens Militares, entidades monásticas e urbanas, ou ainda na diacronia do acesso à informação nos arquivos Portugueses²⁶.

Na sua generalidade, estas correntes partilharam ainda um interesse comum por um tema particular que será também explorado nesta dissertação, nomeadamente, as estratégias arquivísticas utilizadas para organizar, ordenar, controlar e recuperar a informação contida nos arquivos. O estudo de tais estratégias revelou-se pertinente não só como um fim em si mesmo, que oferecia conhecimento sobre, por exemplo, a estrutura ou a composição dos instrumentos que auxiliaram os processos de organização, ordenação, controlo e recuperação da informação como os índices, catálogos ou inventários; revelou-se também, e sobretudo, como um veículo que permitia desvendar, através desses índices, catálogos e inventários, vários aspectos da própria natureza e história dos indivíduos, instituições ou entidades que levaram a cabo os referidos processos²⁷.

Filippo De Vivo mostrou de forma clara esta relação directa existente entre os processos de reorganização e inventariação dos arquivos e os contextos históricos em que se encontravam as suas entidades produtoras e conservadoras. Focando a República de Veneza na época moderna, De Vivo estabeleceu, por exemplo, que o arquivo daquela instituição sofria transformações e era frequentemente reorganizado de acordo com as conjunturas políticas que vigoravam na República: o aumento do poder e gradual

²⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, “A escrita no mundo urbano”, *História (São Paulo)*, v. 34, n.º. 1 (2015), pp. 16-34; GOMES, Saul António, “Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 111-167; RIBEIRO, Fernanda, “Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?”, in FONSECA, Luís; AMARAL, Luís, SANTOS, Maria (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 2003, pp. 1401-1414; RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003; RIBEIRO, Fernanda, “Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320 [Em linha. Consult. 25 de Novembro de 2013. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8173>]; RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

²⁷ Remetemos para as seguintes obras colectivas especificamente dedicadas ao tema: ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015; CONTAMINE, Philippe; VISSIERE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010; KOSTO, Adam J; WINROTH, Anders (eds.), *Charters, Cartularies, and Archives: The Preservation and Transmission of Documents in the Medieval West*, Toronto, Pontifical Institute of Medieval Studies, 2002.

complexificação institucional do Senado corresponderam a uma idêntica complexificação da organização do arquivo; do mesmo modo, consoante a política veneziana privilegiasse a neutralidade jurisdicional da República ou o incremento dos confrontos com outras instituições, o arquivo era adequado a uma ou a outra situação, privilegiando-se a transcrição e a indexação de tratados de política externa no primeiro caso, ou a reunião de provas ou, melhor, de armas documentais que sustentassem as intenções expansionistas sobre outras jurisdições no segundo caso²⁸.

Deste modo, ao responderem aos contextos sociais ou políticos vividos pelas suas entidades produtoras, as reorganizações e inventariações fizeram-se, por norma, não com o propósito simples de promover a boa ordenação dos acervos mas com o objectivo de moldar os arquivos às necessidades específicas que advinham daqueles contextos sociais e políticos. É por isso que os produtos dessas reorganizações e inventariações - índices, catálogos, inventários - não são espelhos isentos e imparciais dos arquivos mas sim selecções de conjuntos de informação existentes nos acervos que, consoante os diferentes contextos e necessidades, foram considerados prioritários ao nível do controlo, recuperação ou conservação, em detrimento dos restantes²⁹.

Daí que seja necessário que, ao recorrer a esses índices, catálogos e inventários, os historiadores e arquivistas tenham presente que, como afirma Randolph Head citando Rück, “the inventoried archive was never identical with the actually present archive”³⁰. Em adição, mais do que descrever esse arquivo real, os índices, catálogos ou inventários construía um arquivo que, no fundo, não existia antes: “e «constroem-no» seja de uma forma simples – porque são parciais, genéricos, ou inacabados – seja de modos mais complexos: tendo subjacentes organizações documentais inspiradas por teorizações e perspectivas ou resultando de intenções de uso do arquivo para determinados fins,

²⁸ DE VIVO, Filippo, “Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650)”, *Archival Science*, 10 (2010), pp. 231-248.

²⁹ GUYOTJEANNIN, Olivier, “Les chartiers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe-XVIIIe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 40.

³⁰ HEAD, Randolph, “Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe”, *Archival Science*, 7 (2007), p. 320. Citação retirada de RÜCK, P., “Die Ordnung der herzoglich savoyischen Archive unter Amadeu VIII (1398-1451)”, *Archivalische Zeitschrift*, 67, p. 100.

nomeadamente o jurídico, em casos de conflitos sucessórios, patrimoniais, com a Coroa, etc”³¹.

Como consequência, encontramos materializados nos índices, catálogos ou inventários não só os contextos, necessidades e objectivos que motivaram a sua produção mas também os elementos que a limitaram. Referimo-nos, por exemplo, aos recursos humanos ou financeiros disponíveis para concretizar as reorganizações e inventariações ou aos conhecimentos e competências técnicas dos seus autores. É por isso que, como revela de forma ilustrativa o catálogo elaborado no âmbito do projecto *Invent.arq*, a estrutura interna dos vários índices, catálogos ou inventários de arquivos de família produzidos durante o Antigo Regime era significativamente variável, dependendo directamente de todos estes factores³².

A par destes exemplos mais concretos, o trabalho que apresentaremos nos capítulos que se seguem foi ainda influenciado por uma outra corrente mais teórica da História dos Arquivos, que pensa o papel que os arquivos desempenham enquanto «fontes» do trabalho historiográfico e a relação que se estabelece entre estes e os historiadores.

No centro das principais problemáticas desta corrente encontramos os trabalhos de Joseph Morsel, autor que chamou a atenção para aquilo que designou “fetichismo do texto” (*fétichisme du texte*) ou “textualização da História” (*textualisation de l’histoire*), isto é, a tendência para valorizar a documentação escrita apenas ou sobretudo no que ao seu conteúdo textual diz respeito, secundarizando-se, assim, outras componentes igualmente essenciais como a dimensão e apreensão material dos registos, a função social dos documentos ou os seus percursos e contextos de conservação³³.

Na sequência desta ideia, o autor denuncia a naturalização da existência dos arquivos e a relegação para um segundo plano dos suportes documentais utilizados nas

³¹ ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 580.

³² ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 97-173.

³³ MORSEL, Joseph, “Du Texte aux Archives: le Problème de la Source”, *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, Hors série n.º 2, 2008, p. 3 [Em linha. Consult. 12 Agosto 2010]. Disponível em <http://cem.revues.org/index4132.html>; MORSEL, Joseph, “En guise d’introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 12.

análises historiográficas (mencionados em notas de rodapé por questões de método científico) sem reflectir acerca de todas as questões por detrás do «porquê» da existência desses suportes³⁴: “porquoi avons-nous des sources? «Pourquoi» non pas au sens de «dans quel but, pour quel motif?», mais de «comment se fait-il que [nous ayons des sources]?» - rejetant ainsi d'emblée le caractère d'évidence du phénomène de l'existence des sources”³⁵.

Na procura da resposta a esta pergunta, a existência de arquivos, longe de se revelar natural, evidente ou orgânica, mostra-se, antes, como resultado de complexos processos racionais e intencionais que foram motivando a conservação e preservação da documentação desde o contexto em que foram produzidos até à actualidade. Cada etapa desses processos veio, por seu turno, transformar os documentos dentro dos arquivos ao incutir-lhes lógicas e propósitos já distintos daqueles que presidiram à constituição original dos registos, acumulando, desse modo, diferentes camadas de filtros que se interpõem entre o momento da produção da documentação transformada em arquivo e o historiador.

Como consequência, para compreender plenamente as realidades históricas traduzidas por dado documento ou por dado arquivo, torna-se necessário compreender e remover cada um dos filtros impostos. Este processo permite, assim, descortinar facetas do arquivo e das entidades que o produziram e geriram que acabariam por permanecer obscuras ou “obliteradas” (para utilizar uma expressão de Lurdolf Kuchenbuch) caso o inquérito historiográfico se resumisse à interpretação da componente textual dos registos lidos individualmente sem pesar a sua relação com o remanescente do conjunto documental e com as funções que lhe foram sendo atribuídas ao longo do tempo³⁶.

Nesse sentido, afirma Étienne Anheim, as «fontes» não são a “matéria bruta” dos historiadores, isto é, não são algo de natural que lhes é entregue para que possam, a partir daí, interpretar o passado. Pelo contrário, são os historiadores que constroem as «fontes», que seleccionam de entre um conjunto alargado de traços documentais aqueles que serão elevados ao estatuto de objectos com interesse para o trabalho historiográfico.

³⁴ MORSEL, Joseph, “Les Sources sont-elles «le Pain de l’Historien» ?”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d’Étude Doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, p. 281.

³⁵ MORSEL, Joseph, “Du Texte aux Archives: le Problème de la Source”, *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, Hors série n.º 2, 2008, p. 2 [Em linha. Consult. 12 Agosto 2010]. Disponível em <http://cem.revues.org/index4132.html>.

³⁶ KUCHENBUCH, Ludolf, “Contribution à l’histoire d’une évidence méthodologique”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d’étude doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, p. 295.

E essa selecção deve começar precisamente pela compreensão da história e dos percursos de conservação e utilização dos documentos e dos arquivos que serão transformados em «fonte» sob pena de se comprometer a fase hermenêutica do processo de escrita da história mesmo antes de ela se ter iniciado³⁷.

A soma destes e dos restantes exemplos evocados ao longo deste ponto revela não só a grande riqueza de uma abordagem centrada na Arquivística Histórica ou na História dos Arquivos como ilustra a variedade de campos de estudo em que esta pode ser aplicada. No campo que nos interessa, o enfoque recai sobre a nobreza, um dos temas fortes da historiografia em Portugal.

I. 2. A História da Nobreza em Portugal

De entre os diversos temas sobre os quais historiografia Portuguesa se debruçou ao longo das últimas décadas, a história da nobreza é, por certo, um dos que mais atenção captou. O seu percurso ascendente enquanto objecto de estudo historiográfico começa precisamente na década de 80 do século passado com a publicação de uma colectânea de artigos redigidos por José Mattoso com o título *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*³⁸. Nesta obra fundacional, devedora aos trabalhos de historiadores franceses como Georges Duby, José Mattoso lançou um primeiro programa de estudos sobre a nobreza medieval portuguesa onde fixou um conjunto de limites, parâmetros, abordagens e metodologias que viria a marcar grande parte da produção científica sobre o assunto nos decénios subsequentes.

No seio desse programa encontramos, antes de mais, uma nova concepção de nobreza, entendida como uma categoria social cujo estudo ultrapassava as tradicionais esferas da história institucional e da história jurídica para passar a absorver também as ferramentas disponibilizadas pelo diálogo entre a História e a Sociologia traduzido na designada «história social».

³⁷ GATTINARA, Enrico Casteli; ANHEIM, Étienne, “Introduzione”, *Dimensioni e problemi delle ricerca storica*, 2 (2007), pp. 7-20.

³⁸ MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980 (edição consultada: MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994).

Neste quadro, esta outra interpretação social ou sociológica da nobreza medieval Portuguesa sugeriu a José Mattoso a fixação, no referido programa, de algumas problemáticas centrais até então pouco exploradas que deveriam comandar os inquéritos historiográficos sobre o tema. Entre elas contam-se, por exemplo, as fontes de poder e o exercício dos direitos senhoriais e das “prerrogativas de classe”, incluindo aqui a análise dos recursos económicos, das relações políticas com o rei e com outras “forças sociais”, dos suportes militares, dos processos mentais ou do estatuto jurídico; ou a estrutura interna da nobreza, tocando-se questões como as hierarquias, a distribuição regional, o parentesco ou as relações “artificiais de dependência”³⁹.

Aplicando este esquema interpretativo abrangente a um contexto cronológico específico – que teve como limites a subida ao trono da dinastia navarra em Leão no ano de 1037 e a “revolução” portuguesa de 1383 -, Mattoso sublinhou a existência de um leque alargado de fontes à disposição dos medievalistas que escolhessem seguir o caminho apontado: livros de linhagens, Inquirições, poesias trovadorescas, heráldica, crónicas, capítulos de cortes, legislação ou processos jurídicos, forais, necrológios, obituários⁴⁰. Completava-se, assim, o modelo que, na última década do século XX e na primeira da centúria subsequente, inspirou a multiplicação dos trabalhos sobre a nobreza medieval portuguesa, os quais, sem contestarem em essência as propostas avançadas, não deixaram por isso de contribuir significativamente para o aprofundar dos conhecimentos sobre a temática.

Sem pretensões de exaustividade e a título exemplificativo, destaquemos, em primeiro lugar, um conjunto de estudos, a maior parte sob a forma de teses de doutoramento, que deveu à orientação directa de José Mattoso e cujos autores marcaram e marcam ainda o compasso da investigação sobre a nobreza: o trabalho de Leontina Ventura, acerca das linhagens que integraram a corte de D. Afonso III⁴¹; a monumental obra de José Augusto Pizarro sobre as linhagens da época de D. Dinis e respectivas reconstituições genealógicas⁴²; a investigação de Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre o

³⁹ MATTOSO, José, “Programa”, in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 21-30.

⁴⁰ *Idem*, pp. 15-19.

⁴¹ VENTURA, Leontina, *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992 (dissertação de doutoramento policopiada).

⁴² PIZARRO, José Augusto, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

percurso da família dos Pimentéis entre os séculos XIII e XIV⁴³; ou o estudo de Luís Filipe Oliveira acerca das ordens militares de Avis e Santiago⁴⁴.

A par destas obras, há que referir também outros trabalhos de fôlego, igualmente influenciados pelo programa de Mattoso nomeadamente no que toca à exploração da diversidade de fontes disponíveis para a escrita da história da nobreza portuguesa. É o caso do estudo de referência de Luís Krus, intitulado *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*⁴⁵, sobre as narrativas e discursos por detrás dos livros de linhagens, ou da dissertação de António Resende de Oliveira dedicada ao exame da cultura nobiliárquica através dos cancioneiros peninsulares de Trezentos e Quatrocentos⁴⁶.

Acompanhados por diversos outros estudos, dissertações de mestrado e doutoramento ou artigos que o espaço disponível não nos permite enumerar, estes exemplos encontraram os seus pares nos trabalhos sobre a nobreza entre finais do século XVI e o século XIX⁴⁷. Destacamos aqui *O Crepúsculo dos Grandes*, obra de Nuno Gonçalo Monteiro sobre as elites aristocráticas Portuguesas entre 1750 e 1832⁴⁸; o exame de Mafalda Soares da Cunha sobre a Casa de Bragança entre 1560 e 1640, publicado na continuidade de um trabalho anterior que havia debruçado sobre aquela Casa entre os anos de 1384 e 1483⁴⁹; ou, por fim, a obra de José Damião Rodrigues acerca das aristocracias da ilha de São Miguel no século XVIII⁵⁰.

Entre as duas linhas cronológicas de produção historiográfica verificamos, no entanto, que permanece um certo hiato correspondente à história da nobreza na passagem da Idade Média para a Época Moderna. De facto, os séculos XV e XVI não

⁴³ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

⁴⁴ OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.

⁴⁵ KRUS, Luís, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1994. Ver também KRUS, Luís, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Cascais, Patrimonia, 1994.

⁴⁶ OLIVEIRA, António Resende de, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994.

⁴⁷ Cf. MATTOSO, José, “The Medieval Portuguese Nobility”, in MATTOSO, José (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 401-423.

⁴⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

⁴⁹ CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000; CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

⁵⁰ RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no século XVIII. Casa, Elites, Poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

suscitaram ainda semelhante volume de investigações apesar do potencial e da riqueza do seu estudo terem sido já anunciados por diversos autores. Abarcando o período tardo-medieval, encontramos trabalhos maiores como, por exemplo, o de Rita Costa Gomes sobre a corte régia no final da Idade Média⁵¹ ou os de Maria de Lurdes Rosa acerca dos morgadios nos séculos XIV e XV⁵² e das capelas fúnebres entre 1400 e 1521⁵³. A eles juntam-se as análises de síntese de João Cordeiro Pereira⁵⁴ e de Joaquim Romero Magalhães⁵⁵, ricas pela sua visão de conjunto. E acrescentam-se também os importantes contributos dos estudos sobre o papel da nobreza na Expansão⁵⁶ e ainda outros trabalhos de menor dimensão focados, sobretudo, em personagens ou famílias específicas⁵⁷.

Apesar da diversidade de todos estes trabalhos, a esmagadora maioria partilha um elemento em comum relacionado não com os conteúdos ou com as abordagens mas com os suportes documentais que estiveram na sua base. De facto, notamos a prevalência na historiografia Portuguesa do recurso a arquivos institucionais, gerados e mantidos pelas mais diversas instituições (Coroa, Ordens Militares, entidades monásticas ou municipais), sendo ainda pouco comuns os estudos sobre a nobreza

⁵¹ GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

⁵² ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal. Séculos XIV e XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

⁵³ ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012.

⁵⁴ PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, pp. 277-336.

⁵⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Sociedade”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 399-433.

⁵⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (org.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, CHAM, 2004.

⁵⁷ Ver, a título de exemplo: OLIVEIRA, Luís Filipe, “Outro *Venturoso* de finais do século XV: Francisco Coutinho, conde de Marialva e de Loulé”, in COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Victor (org.), *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional, Lisboa 2001*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 45-56; ROSA, Maria de Lurdes, “Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513). Um estudo das formas de estruturação das elites sociais «intermédias»”, in FERNANDES, Isabel (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 2009, pp. 187-245; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno, “Aristocracia, poder e família em Portugal, século XV-XVIII”, in CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.), *Sociedade Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidade de Murcia, 2010, pp. 47-75; CURTO, Diogo Ramada, “Conclusões. Nobreza Manuelina e seus descendentes” in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, século XV-XVII: poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, pp. 343-359.

pensados a partir da produção e acumulação documental das próprias famílias nobres, isto é, assentes nos seus arquivos de família⁵⁸.

Esta ausência dos arquivos de família dos estudos sobre a nobreza não se deveu tanto a uma desvalorização ou desconhecimento por parte dos historiadores mas sobretudo a uma combinação de dois factores ligados, em essência, ao acesso e disponibilização desta tipologia de arquivos. Por um lado, estes arquivos estiveram e, em alguns casos, estão ainda pouco presentes nos arquivos públicos e nas suas políticas de aquisição, incorporação e custódia de núcleos documentais⁵⁹ (citaremos no ponto seguinte vários exemplos que nos últimos anos têm vindo a contrariar esta tendência); por outro, a maioria dos arquivos de família manteve-se em posse privada sob a tutela das próprias famílias e dos seus descendentes, o que dificultou a identificação e o acesso à documentação apesar de, como veremos no ponto 1.2. do capítulo II, essas dificuldades poderem ser transformadas em potencialidades. Mas o que são *arquivos de família*?

I. 3. O que são *arquivos de família*?

A definição do conceito de *arquivos de família* que nos parece mais adequada às realidades Ibéricas durante o Antigo Regime chega-nos de Espanha, pela mão de Aránzazu Lafuente Úrien:

“Los archivos familiares – y en especial los archivos nobiliarios – son el complejo resultado de las actividades de una familia a lo largo de diversas generaciones, resultado de las actividades personales y públicas de sus miembros, de la administración de sus bienes y propiedades o del ejercicio de potestades jurisdiccionales y de patronato eclesiástico. En ellos además han actuado diversos factores a lo largo del tiempo que han podido modificar la integridad y el normal proceso de acumulación de documentos del fondo de archivo.

⁵⁸ Mencionemos, por exemplo, o trabalho de Mafalda Soares da Cunha sobre a Casa de Bragança, parcialmente assente no arquivo da Casa de Bragança: CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

⁵⁹ Podemos localizar esta tendência na defesa, cultivada pelo *archival turn*, da integração nos arquivos públicos de núcleos documentais, como os arquivos de comunidades, que tradicionalmente não fazem parte das políticas de aquisição, incorporação ou custódia dos arquivos públicos (vd. *supra*, p. 9).

Un archivo familiar no puede entenderse al margen de la evolución histórica de la familia que lo ha creado, la política de sus alianzas matrimoniales, la actividad económica, las épocas de gloria o sus bancarrotas. Si en un principio se conservaron por una finalidad práctica de salvaguarda de derechos y propiedades, a lo largo del tiempo se han consolidado como memoria escrita de la historia de la propia familia”⁶⁰.

Nesta definição são anunciadas algumas das principais características dos arquivos de famílias, começando, desde logo, pela relação intrínseca que partilham com as entidades responsáveis pela sua constituição, gestão e conservação, ou seja, as famílias. De facto, não é possível compreender estes arquivos sem compreender também as funções que desempenharam no seio dos grupos familiares, funções essas que, na sua globalidade, tiveram um carácter “sociogenético” para utilizar uma expressão de Joseph Morsel⁶¹. Significa isto que os arquivos contribuíram activamente para a formação, consolidação e imposição das famílias enquanto grupos sociais, enquanto corpos, exercendo um papel central nas mais diferentes facetas do funcionamento interno do grupo: na gestão de património, na reivindicação e defesa de direitos e privilégios, na administração de tarefas e assuntos correntes, no diálogo pela escrita com outras instituições, no cumprimento das actividades de cada um dos seus membros, na construção e perpetuação da memória familiar e do capital simbólico da família, instrumentos indispensáveis à formação de uma identidade de grupo. Os arquivos de família não foram, portanto, acumulações espontâneas de documentos mas sim complexas construções imbuídas de significado e intencionalidade e orientadas para o cumprimento de objectivos específicos e determinados.

Desta relação estreita entre a composição dos arquivos de família e os percursos particulares dos grupos que os criaram e geriram resulta a heterogeneidade característica destes acervos, tão variável quanto a diversidade daqueles percursos. Se daqui emerge

⁶⁰ ÚRIEN, Aránzazu Lafuente, “Archivos Nobiliarios”, in *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, p. 16.

⁶¹ "On comprend dès lors que la conservation organisée (l'archivage) puisse avoir une efficacité «sociogénétique», c'est-à-dire qu'elle joue un rôle décisif dans la formation et l'imposition sociologiques des groupes sociaux": MORSEL, Joseph, "En guise d'introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques", in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, p. 17.

um dos aspectos mais valorizados nestes acervos, a saber, a multiplicidade de informações e tipologias documentais que albergam, emerge também um dos principais desafios. Este último impõe-se sobre a representação arquivística destes acervos pela *aparente* desordem com que foram sendo constituídos e geridos.

No entanto, um olhar atento permite-nos identificar eixos condutores que, individual ou simultaneamente, guiaram a composição, gestão e evolução dos arquivos de família em Portugal durante o Antigo Regime⁶². O primeiro desses eixos diz respeito à prática de união de arquivos aquando as alianças matrimoniais, ocorrendo, na maioria dos casos, a integração da documentação pertencente à esposa e à sua família no núcleo documental do marido e da família deste. É por isso que os arquivos de família são, na realidade, «arquivos dentro de arquivos», isto é, arquivos outrora autónomos produzidos e geridos por diferentes famílias que, por ocasião dos casamentos ou de outras vicissitudes, se foram incorporando uns nos outros ao longo do tempo.

A este aspecto junta-se o segundo eixo condutor, o qual se reporta ao mecanismo que mais contribuiu para a longevidade e coerência dos arquivos de família, o morgadio. Concebida para evitar a dispersão do património familiar, esta forma jurídica proibía, com autoridade do fundador do morgadio, que as propriedades vinculadas fossem de alguma forma alienadas, permanecendo, assim, perpetuamente na posse da família ou dos herdeiros nomeados pelo instituidor. Em troca, os sucessivos administradores dos vínculos deviam cumprir uma série de encargos perpétuos estabelecidos nos documentos de instituição dos morgadios – por norma encargos fúnebres –, gerindo o património vinculado em prol da família e do cumprimento das determinações do fundador⁶³. Como consequência, todos os registos escritos associados aos morgadios e aos bens a eles anexados deviam também ser perpetuamente conservados e transmitidos em conjunto ao longo das gerações de administradores, sendo que o grosso dos documentos que actualmente compõem os arquivos de família está precisamente relacionado com estes vínculos.

Quando os morgadios foram extintos em 1863 e o património que, durante séculos, esteve vinculado, acabou por ser distribuído por mais do que um herdeiro,

⁶² Estes eixos serão explorados com maior detalhe nos capítulos II e III.

⁶³ ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV – XV). Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

também os documentos até então unidos num só conjunto documental se dispersaram⁶⁴. Tal repartição marcou o fim das lógicas de gestão e conservação documental que pautaram o período de vigência dos vínculos, substituindo-as por outras que deram origem ao modo como hoje conhecemos os arquivos de família. Os arquivos foram então progressivamente perdendo várias das funções com que foram originalmente concebidos, e o seu papel central no funcionamento do grupo social foi substituído por outro, valorizado, daí em diante, pelo interesse histórico e pela comemoração da memória dos antepassados⁶⁵. Daí que possamos estabelecer a extinção dos morgadios como um marco simbólico que separa duas grandes fases da história dos arquivos de família e da relação que as entidades produtoras e conservadoras partilharam com os documentos.

Apesar das transformações impostas pela extinção dos vínculos, em Portugal e em vários outros países, muitos destes arquivos encontram-se ainda na posse de proprietários privados, descendentes das famílias produtoras dos acervos, o que explica, como vimos, que tenham permanecido fora da rede de acervos habitualmente utilizada pelos historiadores. No entanto, este carácter privado não deve ser retroprojectado para as realidades de Antigo Regime já que, como sublinham vários autores, naquela época era inexistente a distinção entre público e privado nos arquivos de família⁶⁶. É precisamente essa inexistência que explica a presença nos acervos familiares de documentação emanada das mais diversas instituições e incorporada nos arquivos de família, por exemplo, por membros dos grupos familiares que exerceram funções ou ofícios nessas instituições⁶⁷.

Ao longo dos últimos anos, vários trabalhos têm revelado esta acentuada riqueza dos arquivos de família, sob as mais diversas abordagens. Em Espanha é de destacar

⁶⁴ Sobre a extinção dos morgadios cf. COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 111-131; ESTEVES, Judite Maria Nunes, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁶⁵ Sobre este novo papel dos arquivos de família vd. ponto 1.2. do capítulo II.

⁶⁶ SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, p. 89; CANAS, Ana, “Storytelling: Private papers versus official records in 18th and 19th-century Portugal”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 37-44.

⁶⁷ No Arquivo Gama Lobo Salema preservam-se actualmente algumas dezenas de documentos emanados do Conselho da Fazenda entre 1646 e 1831 por razão da actividade de vários membros da família Gama Lobo, escritas daquele Conselho: ANTT, *AGLS*, cx. 57, pt. 268 e cx. 59, pt. 270.

não só a proliferação de estudos de caso dedicados, sobretudo, a arquivos da nobreza mas também a extensa literatura sobre o tratamento e representação arquivística daqueles acervos a partir do exemplo da “Secção Nobreza” do Arquivo Nacional de Espanha⁶⁸. A historiografia francófona, por seu turno, notabiliza-se pelo enfoque no exame de inventários e cartulários senhoriais⁶⁹, tendo sido também a partir de uma instituição francesa que se lançou um dos principais projectos europeus exclusivamente debruçados sobre arquivos de família, o projecto *Archifam*⁷⁰. De Itália chegam-nos, por outro lado, a visão de síntese de Elio Lodolini sobre a evolução dos arquivos de família no tempo e vários outros estudos de caso na longa duração⁷¹.

⁶⁸ AGUINAGALDE, Francisco Borja de, “Algunas reflexiones sobre la naturaleza y la evolucion historica de los archivos de familia”, in *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, pp. 264 – 273; BLASCO MARTÍNEZ, Rosa M^a, “Los Archivos Familiares. Planteamiento General y Cuestiones para el Debate”, in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 391 – 403; CASAUS BALLESTER, M^a José, “La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos”, *La Archivística en el contexto de las Ciencias y Técnicas Historiográficas. Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*, nº 2 (2006), pp. 103-122; GARCÍA ASER, Rosario, “Cuadro de Clasificación para Archivos Nobiliarios”, in *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, pp. 33 – 108; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F., “Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y futuro? Tipología documental e investigación modernista”, in ANDÚZAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J.P. (coord.), *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*, Instituto de Estudios Almerienses, 2007, pp. 129-210; MAS GONZÁLEZ, Carlos, “Cuadros de Clasificación de Archivos Nobiliarios. La Iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional”, in *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, ed. SÁEZ, Carlos, vol. II, Calambur, 2002, pp. 493 – 500; SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio, “El Archivo General de la Casa Ducal de Medinaceli: un modelo de aportacion de los Archivos Nobiliarios Españoles a la ciencia Archivística”, in *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, pp. 347 – 367.

⁶⁹ GUYARD, Patricia, “La gestion de l’écrit dans une famille de serviteurs du roi : le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)”, *Bibliothèque de l’école des chartes*, tome 157 (1999), livraison 2, pp. 523-563 ; GUYOTJEANNIN, Olivier, “Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe-XVIIIe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 35-50 ; NOUGARET, Christine, “Les archives privées en France : deux siècles d’expérience de l’administration des archives”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 687-696; VON KAENEL, Viviane, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L’inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, Lausanne, Université de Lausanne, 2003.

⁷⁰ Sobre este projecto, coordenado por Véronique Lamazou-Duplan a partir da École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques em Madrid cf. <https://www.casadevelazquez.org/pt/investigacao/programas/ecrits-archives-recits/archifam/archifam/instituicoes-parceiras/>.

⁷¹ LODOLINI, Elio, “Archivi privati, archive personali, archive familiari, ieri e oggi”, in *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, pp. 23 – 69 ; *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, Roma, Ministero per i beni culturali e

E, por fim, o estudo dos arquivos de família em Portugal, apesar de não gozar ainda do mesmo volume de publicações que os exemplos anteriores, tem assistido a um renovado interesse. Desde 1997, ano em que se publicaram as actas de um encontro científico realizado em Vila Real exclusivamente sobre arquivos familiares e pessoais, a investigação sobre o tema tem dado cada vez mais frutos⁷². Um deles partiu de investigadores como Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro da Universidade do Porto⁷³, ou Pedro de Abreu Peixoto e Paulo Mesquita Guimarães com base no Arquivo Distrital de Vila Real⁷⁴. Com perspectivas distintas, estes investigadores têm-se concentrado, sobretudo, nos problemas da representação arquivística de arquivos de família. De entre os importantes trabalhos que têm vindo a ser realizados destacamos o tratamento pioneiro, pela mão de Armando Malheiro da Silva e Abel Rodrigues, do

ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997 ; NAVARRINI, Roberto ; CASELLA, Laura (ed.), *Archivi nobiliari e domestici : conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*, Udine, Forum, 2000 ; SAVY, Pierre, “Un aspect méconnu du «paysage documentaire» italien à la fin du Moyen Age : la production de registres en milieu seigneurial”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 131-148 ; CIRIER, Aude, “Identité nobiliaire et archives en Italie: construction d’une mémoire familiale, les archives Pannocchieschi d’Elci (XIIIe-XIXe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 149-162 ; TOMMASI, Ornella, “The archive of the Lion’s family of Padua (from XIII to XIX century): an archive of a noble family in the North East of Italy”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 205-212 ; INSABATO, Elisabetta, “«Le nostre chare iscritture»: la trasmissione delle carte di famiglia nei grandi casati toscani dal XV al XVIII secolo” in *Istituzioni e società in Toscana nell’età Moderna. Atti delle giornate di studio dedicate a Giuseppe Pansini Firenze, 4-5 dicembre 1992*, vol. 2, pp. 878-911. [Em linha. Disponível em http://www.archiviodistato.firenze.it/nuovosito/fileadmin/template/allegati_media/libri/istituzioni_2/Ist2_Insabato.pdf].

⁷² *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997.

⁷³ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística. Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, 2009; SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos Familiares e Pessoais. Bases Científicas para Aplicação do Modelo Sistémico e Interactivo”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, 2004, pp. 55 – 84; SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma Abordagem Científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 51 – 106.

⁷⁴ GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Organização de Arquivos de Família. Particularidades Técnicas Subjacentes”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107 – 115; PEIXOTO, Pedro de Abreu, “Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Família em Portugal”, *Caderno BAD*, n.º. 001, 2002, pp. 77 – 90.

arquivo da Casa de Mateus, concebido à luz de um novo modelo, o designado “modelo sistémico”⁷⁵.

Mais recentemente, os esforços de Maria de Lurdes Rosa traduziram-se em diversas iniciativas que promoveram o estudo e a divulgação dos arquivos de família⁷⁶. Em 2010 teve lugar em Lisboa um colóquio dedicado ao tema *Arquivos de Família, séculos XII-XX: que presente, que futuro?*, o qual juntou arquivistas, historiadores e também proprietários de arquivos de família que apresentaram publicamente os seus acervos⁷⁷. No mesmo ano inaugurou-se o programa de Doutoramento em Arquivística Histórica na Universidade Nova de Lisboa, que conta actualmente com quatro teses em curso sobre arquivos de família – da autoria de Maria João Câmara, Margarida Leme, Ana Lobão e Alice Gago - para além do trabalho que agora apresentamos. Já em 2014, deu-se continuidade à linha traçada no colóquio de 2010 com a edição de um guia de apoio ao tratamento e conservação de arquivos de família especialmente voltado para os seus proprietários⁷⁸. E, por fim, em 2015 concluiu-se o projecto *Invent.arq*, debruçado sobre o estudo e representação de inventários de acervos familiares, com a publicação da obra conjunta *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*⁷⁹.

Da soma de todos estes exemplos fica claro o potencial e a abrangência dos caminhos a explorar no estudo dos arquivos de família, concebidos como objectos de

⁷⁵ RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas da Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 597-650; RODRIGUES, Abel, “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação de Mateus”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 478-497; SILVA, Armando Malheiro da; GONÇALVES, Maria Silva, “Da memória ao acesso à Informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico”, *Revista de Letras*, Série II, Nº 6 (2007), pp. 305-317; *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, Vila Real, Fundação da Casa de Mateus, 2005. Sobre o modelo sistémico vd. ponto 1 do capítulo IV.

⁷⁶ ROSA, Maria de Lurdes, “Apresentação. Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 15-30; ROSA, Maria de Lurdes, “Arquivos de Família – o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 315-323; ROSA, Maria de Lurdes, “Problemáticas Históricas e Arquivísticas Actuais para o Estudo dos Arquivos de Família Portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 2009, pp. 9 – 42. Cf. também o website <http://fcsh.unl.pt/arqfam/>.

⁷⁷ As actas deste colóquio foram publicadas em 2012: ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012.

⁷⁸ ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coord.), *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, Lisboa, IEM, 2014.

⁷⁹ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015.

estudo em si mesmos. Como resume Maria de Lurdes Rosa, “no cômputo global, pode dizer-se, em certos aspectos, que o uso desta documentação permite a entrada na História de actores até agora mal conhecidos, pouco conhecidos ou mesmo ignorados e, no seu conjunto, possibilita o questionamento de versões do processo histórico construídas, sobretudo ou apenas, a partir dos acervos dos corpos sociais mais «administrativizados» e/ou mais representados nos arquivos do Estado nação”⁸⁰.

Um desafio epistemológico e interdisciplinar

Na junção dos três grandes suportes historiográficos que explorámos ao longo deste capítulo – a história dos arquivos, a história da nobreza e os estudos sobre os arquivos de família – reside um desafio epistemológico e interdisciplinar. O desafio de analisar uma tipologia de arquivos e as suas entidades produtoras e conservadoras à luz de uma abordagem interdisciplinar capaz de congregiar conceitos e problemáticas que tradicionalmente se dividiram entre a História e a Arquivística, contribuindo, assim, para uma reflexão conjunta em torno da epistemologia dos discursos históricos e arquivísticos.

Num sentido estreito, este desafio contribui, no nosso entender, para uma outra forma de escrever e pensar a história da nobreza Portuguesa, ainda afastada dos arquivos de família ao contrário do que sucede noutras historiografias. Ao promover o conhecimento das famílias nobres a partir da sua própria produção documental e a partir dos documentos que escolheram conservar, possibilita-se não só a revisão de leituras construídas sobretudo com base em acervos oficiais ou institucionais mas também a revelação de personagens, eventos ou características pouco representados ou ausentes desses mesmos acervos.

Num sentido mais lato, o desafio enunciado fomenta ainda a oportunidade de combater o “archival divide” que separa historiadores e arquivistas e que empobrece o trabalho de ambos⁸¹. Como escreveram Étienne Anheim e Olivier Poncet, “l’archivistique, comme «science de la fabrique des archives», peut donner à l’historien

⁸⁰ ROSA, Maria de Lurdes, “Problemáticas Históricas e Arquivísticas Actuais para o Estudo dos Arquivos de Família Portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 – 42, 2009, pp. 36-37.

⁸¹ BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., *Processing the Past. Contesting Authority in History and the Archives*, Oxford, Oxford University Press, 2011.

les moyens de mieux comprendre comment lui-même «fabrique de l’histoire»⁸². A História, por seu turno, como «ciência que interpreta o Homem no tempo», pode oferecer ao arquivista instrumentos para melhor compreender como ele próprio participa nessa interpretação. Sem esquecerem, historiadores e arquivistas, que o processo de escrita da História começa não quando os primeiros abrem as caixas de documentação nas salas de leitura dos arquivos mas quando os segundos enchem essas mesmas caixas de documentação⁸³.

⁸² ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier, “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”, *Revue de Synthèse*, 125 (2004), p. 3.

⁸³ “I would assert that a major act of historical interpretation – perhaps the major act – occurs not when the historian opens the box, but when the archivists fills the box (...)”: COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010), p. 4. [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf.

CAPÍTULO II

A ARQUEOLOGIA DO ARQUIVO GAMA LOBO SALEMA ⁸⁴

“Disons pour faire bref que l’histoire, dans sa forme traditionnelle, entreprenait de «mémoriser» les monuments du passé, de les transformer en documents et de faire parler ces traces qui, par elles-mêmes, souvent ne sont point verbales ou disent en silence autre chose que ce qu’elles disent ; de nos jours, l’histoire, c’est ce qui transforme les documents en monuments, et qui, là où on déchiffrait des traces laissées par les hommes, là où on essayait de reconnaître en creux ce qu’ils avaient été, déploie une masse d’éléments qu’il s’agit d’isoler, de grouper, de rendre pertinents, de mettre en relations, de constituer en ensembles. Il était un temps où l’archéologie, comme discipline des monuments muets, des traces inertes, des objets sans contexte et des choses laissées par le passé, tendait à l’histoire et ne prenait sens que par la restitution d’un discours historique ; on pourrait dire, en jouant un peu sur les mots, que l’histoire, de nos jours, tend à l’archéologie, - à la description intrinsèque du monument”⁸⁵.

Assumindo os arquivos como objectos de estudo em si mesmos, como complexas construções sociais, culturais, políticas e, acrescentemos, históricas e

⁸⁴ Os documentos no Arquivo Gama Lobo Salema não se encontram ainda individualmente numerados pelo que as cotas que mencionaremos incluem apenas referências à caixa e à pasta onde os referidos documentos se encontram. No entanto, a recuperação dos documentos em muitas das pastas pode fazer-se através de breves listas dactilografadas nas capilhas de abertura, onde se elencam os diversos registos integrados nas pastas respectivas.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel, *L’archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969, pp. 14-15.

arquivísticas, cuja conservação até aos nossos dias não se afigurou como algo de natural, expectável ou evidente, este capítulo debruça-se sobre o conjunto documental que está no centro da investigação desenvolvida no âmbito do trabalho que agora apresentamos. Debruça-se sobre a arqueologia deste arquivo, termo que, no sentido foucaultiano (em epígrafe), utilizamos para evocar uma abordagem metodológica e epistemológica que parte precisamente do carácter construído dos arquivos e da importância de conhecer e compreender em profundidade as etapas da sua construção e os processos de transformação e transmissão (ou “transformissão”) que explicam a sua existência⁸⁶.

Assim, começaremos por avaliar a construção do nomeado Arquivo Gama Lobo Salema, actualmente composto por cerca de 2200 documentos das mais variadas tipologias, produzidos, recebidos e conservados entre os séculos XIV e XX por diversos grupos familiares. Conservando-se actualmente no Arquivo Nacional Torre do Tombo, este conjunto documental esteve, até 2014, na posse de proprietários privados, descendentes das famílias representadas no arquivo. Ou seja, dependeu, durante séculos, da autoridade dos grupos familiares, mantendo-se, até muito recentemente, fora da rede pública de arquivos.

À semelhança de vários outros arquivos de família, podemos dividir a sua história em duas grandes fases, simbolicamente marcadas pela extinção dos morgadios em 1863⁸⁷. Deste modo, a primeira secção deste capítulo, dedicada às diferentes etapas da construção do AGLS, será precisamente dividida em duas subsecções, simbolicamente separadas pela morte do último administrador de morgadios representado no acervo, falecido em 1890.

Na primeira subsecção analisaremos o período que antecedeu a extinção dos morgadios, focando, sobretudo, os diferentes contextos em que ocorreram incorporações de «arquivos dentro de arquivos», isto é, em que os arquivos geridos por famílias distintas se foram juntando, por vicissitudes diversas, num só núcleo documental até se atingir a estrutura arquivística que vigorava em vida do último morgado. Depois, na segunda subsecção, acompanharemos o percurso do arquivo que estava na posse daquele morgado depois da sua morte e da subsequente dispersão do acervo com a

⁸⁶ CHOUQUER, Gérard, “Crise et recomposition des objets: les enjeux de l’archéogéographie. Introduction”, *Études rurales*, n.ºs. 167-168 (2003/3), §33 [Em linha. Consult. 1 Março 2016. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-etudes-rurales-2003-3-page-13.htm>].

⁸⁷ Vd. *supra*, p. 22.

distribuição da documentação pelos seus dez herdeiros. Como veremos, daí até à década de 60 do século XX, os documentos permaneceram dispersos sob a tutela dos vários sucessores dos dez herdeiros do último morgado. Contudo, a intervenção de um parente veio alterar o destino desta documentação fragmentada e, depois de algumas peripécias, dar forma àquilo que hoje conhecemos como Arquivo Gama Lobo Salema.

De seguida, a segunda secção abordará um tema que, como vimos no capítulo I, têm vindo a suscitar um interesse significativo por parte de historiadores e arquivistas, a saber, a forma de organização, ordenação, controlo e recuperação de informação nos arquivos no passado e no presente⁸⁸. Assim, a segunda secção deste capítulo será também dividida em duas subsecções.

A primeira subsecção reporta-se aos processos orgânicos de reorganização e inventariação dos documentos que vieram a integrar o AGLS e cujos vestígios se encontram hoje conservados nesse arquivo. Visto que a gestão dos acervos durante os séculos XV e XVI será analisada em capítulo próprio, destacaremos nesta subsecção apenas as camadas de reorganização e inventariação que se foram acumulando entre os séculos XVII e XIX. Como se irá verificar, este período foi particularmente profícuo no que à reordenação e inventariação dos arquivos de família diz respeito, em especial a partir de 1769, data da publicação do primeiro conjunto de leis que regulamentava o funcionamento dos morgadios e anunciava as transformações que viriam a culminar na extinção dos vínculos. Depois, a segunda subsecção incide sobre a actual estrutura arquivística do AGLS, atribuída, como veremos, em finais do século XX por arquivistas profissionais. Ao analisar essa estrutura, pretendemos reflectir sobre os critérios e as opções que guiaram o referido tratamento arquivístico bem como sobre os problemas que este pode levantar à inteligibilidade e à compreensão da história do acervo e das próprias famílias nele representadas.

Na soma de todas as secções e subsecções, temos como objectivo identificar com clareza todos os factores que necessariamente pré-determinam qualquer interpretação historiográfica que possa ser feita a partir do Arquivo Gama Lobo Salema e que condicionam a investigação histórica mesmo antes de o arquivo ser transformado

⁸⁸ Vd. *supra*, p. 12.

em «fonte» que sustenta essa investigação. Ou, como escreveria Terry Cook, temos como objectivo fazer do AGLS um país não tão estrangeiro para os historiadores⁸⁹.

II. 1. A construção do arquivo

II. 1.1. Os «arquivos dentro do Arquivo» (séc. XV – 1890)

Quando analisámos o conceito de “arquivo de família” no capítulo anterior, verificámos que uma das principais características deste tipo de arquivos é precisamente a existência de «arquivos dentro do arquivo», isto é, núcleos documentais outrora autónomos que, por vicissitudes diversas, se foram unindo ao longo dos séculos num só arquivo na posse de uma só família.

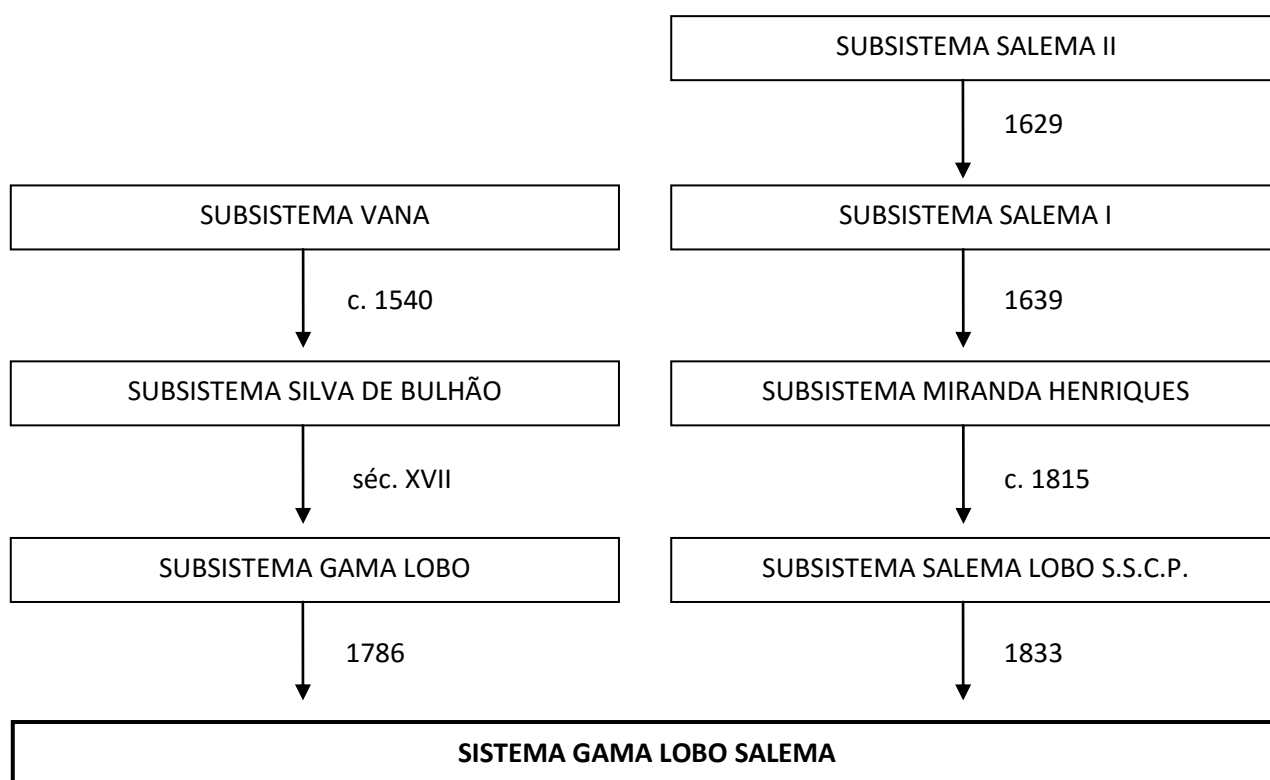
Assim, podemos afirmar que existem hoje no Arquivo Gama Lobo Salema cerca de vinte «arquivos dentro do arquivo». Na sua maioria, estes arquivos foram sendo incorporados uns nos outros por via do casamento, contrato que despoletava, por norma, a entrega da tutela e administração dos bens e documentos na posse da esposa ao seu marido, daí em diante entendido como cabeça de casal. Em adição, a integração de arquivos noutros arquivos podia ocorrer também por razão de herança quando, por exemplo, determinada família se extinguia por falta de sucessão e o seu património passava para a posse do «parente mais chegado». Esta transferência podia ser resolvida internamente, isto é, era determinada pelos próprios membros da família geralmente nos seus testamentos, ou podia exigir a intervenção de órgãos judiciais quando a sucessão não era clara ou tinha sido alvo de contestação.

Desses vinte «arquivos dentro do arquivo», treze contêm documentação produzida, recebida e/ou gerida a partir do século XVII e sete entre os séculos XV e XVI. Tendo em conta os objectivos e os limites cronológicos deste trabalho, iremos aqui destacar apenas estes últimos, os quais estarão na base dos dois capítulos seguintes. Assim, torna-se essencial conhecer, antes de mais, a história dos seus percursos e a forma como se foram entrecruzando até chegarem à estrutura que veio a dar lugar ao Arquivo Gama Lobo Salema.

⁸⁹ COOK, Terry, “The Archive(s) is a foreign country: historians, archivists and the changing archival landscape”, *The Canadian Historical Review*, 90, 3, Setembro 2009, p. 500.

De modo a coordenar esta análise com o modelo de tratamento arquivístico que adoptámos e que exploramos com maior detalhe no capítulo IV, passaremos a designar os «arquivos dentro do arquivo» como *subsistemas* e o Arquivo Gama Lobo Salema como sinónimo de *sistema Gama Lobo Salema*, concebendo o AGLS como um *sistema de informação* que agregou vários subsistemas⁹⁰.

Desta forma, considerámos que no sistema Gama Lobo Salema existem os seguintes sete subsistemas compostos por documentação produzida, recebida e gerida entre os séculos XV e XVI (vd. Anexo 1 – Subsistemas do Sistema Gama Lobo Salema (sécs. XV – XVI) [em suporte CD-ROM]):



Quadro 1
«Arquivos dentro do arquivo» ou subsistemas do AGLS

⁹⁰ Sobre o conceito de *sistema de informação* e sobre o modelo de tratamento e representação arquivística adoptado vd. ponto 1 do capítulo IV.

Verificamos, desde logo, que o sistema Gama Lobo Salema nasceu da união de dois subsistemas que, por seu turno, integravam vários outros subsistemas, a saber, o subsistema Gama Lobo e o subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva. Tal união foi potenciada pelo casamento de Ana Leonor Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (flor. 1760-1829) com Sebastião Xavier da Gama Lobo (flor. 1760-1786) em 1760⁹¹. Este último era o filho mais velho e chefe da família Gama Lobo e Ana Leonor tinha dois irmãos varões vivos à data do seu casamento.

Depois da morte de Sebastião Xavier, em 1786, a sucessão da família Gama Lobo passou para o seu filho mais velho, António Xavier da Gama Lobo (flor. 1787-1833), que herdou assim o subsistema Gama Lobo⁹². Já no que toca ao subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva, este era à data administrado por António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (flor. 1781-1821), que veio a falecer sem herdeiros em 1821⁹³. A representação da família passou então para o seu irmão, José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (flor. 1784-1833), que também faleceu sem descendentes⁹⁴. Por determinação em testamento, todo o seu património e respectivo arquivo foi transferido para a posse do seu sobrinho, António Xavier da Gama Lobo, em 1833. Como consequência, ao ser considerado sucessor e representante das duas famílias, António Xavier da Gama Lobo acabou por reunir na sua posse ambos arquivos ou subsistemas, nascendo assim um conjunto documental novo corporizado no sistema Gama Lobo Salema.

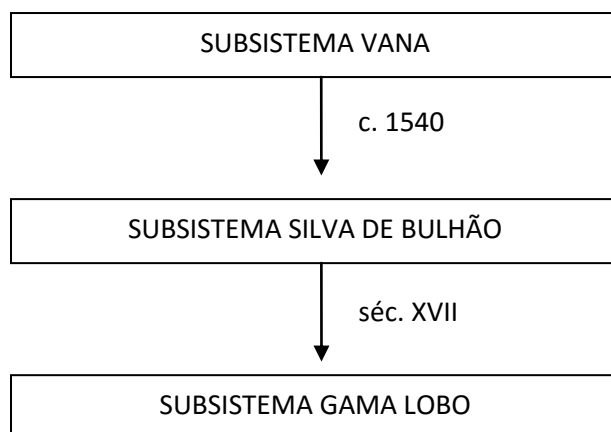
Como vimos, cada um destes subsistemas tinha já recebido outros subsistemas antes de fazer parte do sistema. E como se processou essa recepção? Começemos pelos subsistemas dentro do **subsistema Gama Lobo**:

⁹¹ Contrato de casamento, dote e arras (1760) entre Ana Leonor Salema e Sebastião Xavier da Gama Lobo conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 3, pt. 12. Sobre Ana Leonor Salema cf. ANTT, *AGLS*, cx. 3, pt. 13. Sobre Sebastião Xavier da Gama Lobo cf. ANTT, *AGLS*, cx. 3, pt. 12.

⁹² Sobre António Xavier da Gama Lobo cf. ANTT, *AGLS*, cx. 3, pt. 14.

⁹³ Sobre António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva cf. ANTT, *AGLS*, cx. 13, pt. 112.

⁹⁴ Sobre José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva cf. ANTT, *AGLS*, cx. 13, pt. 113.



Para além de outros subsistemas compostos por documentação produzida e gerida a partir do século XVII, o subsistema Gama Lobo contém dois subsistemas, nomeadamente, o subsistema Vana, integrado dentro do subsistema Silva de Bulhão. No que toca ao subsistema Vana, este foi absorvido pelo subsistema Silva de Bulhão aquando o casamento de Justa Vana (flor. 1548-1589) com Cristóvão Lopes de Bulhão (flor. 1541-1575) em cerca de 1540, o que levou a esposa a incorporar no arquivo do marido os documentos que tinha herdado da sua família (vd. Anexo 9 – Registos de autoridade, p. 437 e Anexo 11 – Genealogia dos Vana e dos Bulhão [em suporte CD-ROM])⁹⁵.

Já no que diz respeito ao subsistema Silva de Bulhão, não sabemos com certeza como ou quando foi integrado no subsistema Gama Lobo. O último representante da família de que temos notícia foi António da Silva de Bulhão (flor. 1610)⁹⁶, sendo que, em finais século XVII, o administrador dos vínculos dos Silva de Bulhão era já Sebastião da Gama Lobo (1629-1720)⁹⁷, filho de Clara de Brito (f. a. 1658)⁹⁸ e de Fernão Gomes da Gama II (flor. 1612-1676)⁹⁹. A bisavó materna de Clara de Brito, Isabel Pacheco (flor. séc. XVI), era irmã da bisavó materna de António da Silva de Bulhão, Simoa Pacheco (flor. 1573), o que sugere que a própria Clara de Brito ou o seu

⁹⁵ Sobre os Vana e os Bulhão vd. *infra*, p. 165.

⁹⁶ Sobre António da Silva de Bulhão cf. ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 33.

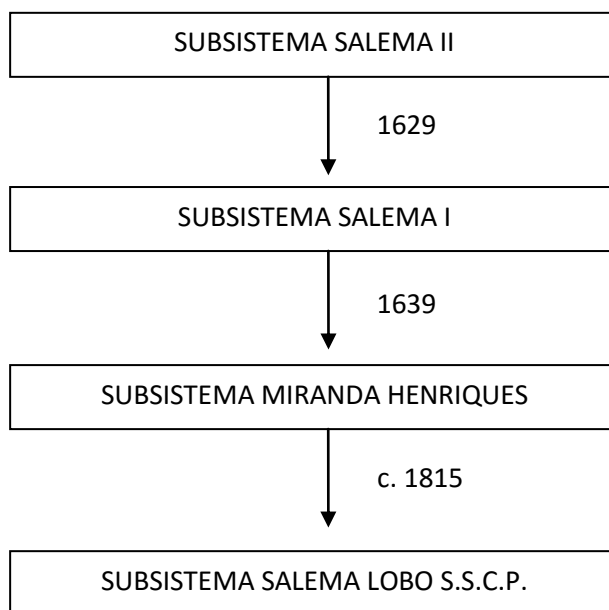
⁹⁷ Sobre Sebastião da Gama Lobo cf. ANTT, *AGLS*, cx. 2, pt. 9 e cx. 33, pt. 171.

⁹⁸ Sobre Clara de Brito cf. ANTT, *AGLS*, cx. 2, pt. 7.

⁹⁹ Sobre Fernão Gomes da Gama cf. ANTT, *AGLS*, cx. 2, pt. 6.

filho tenham sido considerados parentes mais próximos e, portanto, herdeiros de António da Silva de Bulhão ou da sua linha¹⁰⁰.

Mais complexos são os processos que explicam a arqueologia dos subsistemas dentro do **subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva**, o qual agrega a maior parte da documentação datada entre os séculos XV e XVI:



A história dos percursos destes subsistemas depende largamente da história de uma família, os Salema, cuja geração mais antiga representada no AGLS é a de Diogo Gonçalves Salema I (flor. 1469-1491), casado com Leonor Gil (flor. 1502). Este casal foi o primeiro a produzir e a acumular documentação associada ao que designámos **subsistema Salema I**. Desta união nasceram pelo menos seis filhos, entre quais Brás Salema I (flor. 1482-1513), filho mais velho e continuador da linha do seu pai, e António Salema (flor. 1517), filho segundo e fundador da sua própria linha (vd. Anexo 9 – Registos de autoridade, p. 437 e Anexo 10 – Genealogia dos Salema [em suporte CD-ROM])¹⁰¹.

Por norma, a documentação gerada pelas linhas paralelas à principal (isto é, à que seguiu a sucessão por primogenitura) não constaria no arquivo gerido por esta última, seguindo, antes, percursos de conservação independentes. Contudo, o caso da

¹⁰⁰ Vd. Anexo 11 – Genealogia dos Vana e dos Bulhão [em suporte CD-ROM].

¹⁰¹ Sobre a linha de Diogo Gonçalves Salema vd. *infra*, p. 113.

linha de António Salema, produtora e acumuladora do designado **subsistema Salema II**, representa uma excepção à regra. De facto, a linha de António Salema continuou por mais três gerações até que se extinguiu por falta de descendência depois da morte de António Lobo Salema (f. 1629). No seu testamento, António Lobo Salema determinou que os morgadios e vínculos que detinha – incluindo um que tinha sido instituído pelo seu tio, Diogo Salema (flor. 1582-1586) e que lhe coube em herança na sequência da morte do seu primo, Cristóvão Salema (f. c. 1620) – deveriam ser herdados por João Salema (flor. 1561-1644), parente mais próximo e trineto de Diogo Gonçalves Salema I e Leonor Gil¹⁰². Desta forma, o subsistema Salema II foi então integrado por herança no subsistema Salema I (vd. Anexo 9 – Registos de autoridade, p. 437 e Anexo 10 – Genealogia dos Salema [em suporte CD-ROM])¹⁰³.

Na geração imediatamente a seguir à de João Salema, a representação da linha fundada por Diogo Gonçalves Salema I e Leonor Gil recaiu numa mulher, de nome Lourença Salema (flor. 1639-1661). Ao casar-se com Simão de Miranda Henriques (flor. 1639-1661) em 1639¹⁰⁴, Lourença Salema levou os seus bens e os documentos da sua família para o património do marido, incorporando assim no **subsistema Miranda Henriques** a documentação associada ao subsistema Salema I e ao subsistema Salema II¹⁰⁵.

A partir daqui, esta documentação foi sendo transmitida por sucessão directa no interior da família Miranda Henriques até que, já em finais do século XVIII, o seu destino foi ditado pelas mutações que viriam a culminar na extinção dos morgadios. O representante dos Miranda Henriques era, à data, Fernando Xavier de Miranda Henriques, 2º Conde de Sandomil (flor. 1721-1794)¹⁰⁶. Em 1790, Fernando Xavier tinha abdicado do título de Conde e da representação da família a favor do seu filho mais velho e sucessor, Luís Xavier de Miranda Henriques, 3º Conde de Sandomil (flor. 1790-1792)¹⁰⁷. Contudo, Luís de Miranda Henriques faleceu dois anos depois, ainda em vida de seu pai, o que suscitou um problema grave no que à sucessão dizia respeito. Isto porque Fernando Xavier, que viria a falecer em 1794, deixara apenas dois outros filhos varões, ambos impossibilitados de suceder nos vínculos: António José de Miranda (flor.

¹⁰² Cópia (s/d) do testamento (1629) de António Lobo Salema conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 62.

¹⁰³ Sobre a linha de António Salema vd. *infra*, p. 152.

¹⁰⁴ Sobre Lourença Salema e Simão de Miranda Henriques cf. ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 73.

¹⁰⁵ O actual esquema organizacional do *AGLS* baseia-se numa leitura distinta deste processo de incorporação, que discutimos no ponto 2.1 deste capítulo.

¹⁰⁶ Sobre Fernando Xavier de Miranda Henriques cf. ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 77.

¹⁰⁷ Sobre Luís Xavier de Miranda Henriques cf. ANTT, *AGLS*, cx. 10, pts. 77 e 79.

1765)¹⁰⁸, que era filho ilegítimo, e António Xavier de Miranda Henriques, sacerdote e Patriarca de Lisboa (f. 1815)¹⁰⁹.

De acordo com as determinações impostas pelos fundadores dos morgadios detidos pelos Miranda Henriques, António José de Miranda estava automaticamente excluído da sucessão nos vínculos por não ser filho legítimo. Restava o Patriarca que, segundo as palavras do próprio Fernando Xavier de Miranda Henriques numa minuta de uma carta dirigida ao Rei, poderia ter sido administrador dos morgadios não fora a “lei novíssima de 9 de Setembro de 1769”, que impedia os sacerdotes de herdar morgadios. Pedindo ao Rei que considerasse a sua situação uma excepção, o Conde argumentou que, caso António Xavier de Miranda Henriques não pudesse herdar os morgadios, a sua Casa acabaria por se extinguir ao ser forçada a ceder grande parte do seu património a parentes separados “do tronco principal em grau remotíssimo”¹¹⁰.

Não sabemos ao certo se o Rei acedeu ao pedido de Fernando Xavier. Contudo, mesmo que tenha acedido, o problema da sucessão manteve-se já que António Xavier de Miranda Henriques não podia gerar herdeiros e o destino que o seu pai tentou evitar acabaria inevitavelmente por se concretizar. Assim, ainda em vida do Patriarca, instaurou-se um longo e impressionante processo judicial que envolveu todos os potenciais herdeiros dos morgadios administrados pelos Miranda Henriques¹¹¹. Entre eles encontravam-se os Salema, à data representados por António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva. Estes últimos eram descendentes da linha fundada por uma das bisnetas de Diogo Gonçalves Salema I e de Leonor Gil, Inês Figueira, casada com Gonçalo Fernandes Sobrinho. E foi precisamente esta filiação que justificou a reivindicação da sucessão na administração dos morgadios na posse dos Miranda Henriques, o mais importante dos quais instituído em 1586 por Diogo Salema, da linha de António Salema.

Emitida a sentença em tribunal, os Salema acabaram por ser efectivamente considerados legítimos herdeiros de vários vínculos. António Xavier de Miranda Henriques tentou ainda contestar a sentença mas, sem sucesso, acabou por falecer em

¹⁰⁸ Sobre António José de Miranda cf. ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 81.

¹⁰⁹ Sobre António Xavier de Miranda Henriques cf. ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 80.

¹¹⁰ Minuta da carta (s/d) de Fernando Xavier de Miranda Henriques dirigida ao Rei conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 77.

¹¹¹ Os vários tombs produzidos no âmbito do processo judicial contra os Miranda estão conservados em ANTT, *AGLS*, pts. 142-145.

Março de 1815¹¹². Não sabemos se os bens associados aos morgadios foram transferidos para a posse de António José Salema antes ou depois da morte do Patriarca. Sabemos, contudo, que os documentos a eles relativos só passaram para o cartório do representante dos Salema depois de 1815, já que, como veremos com maior detalhe mais adiante, esses documentos e todos os outros que constavam no arquivo de António Xavier de Miranda Henriques só foram inventariados precisamente em 1815¹¹³.

Alguns anos mais tarde faleceu também António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa o que, como vimos, fez passar a representação da família para o seu irmão, José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva. Não satisfeito com o resultado da sentença, José Maria pretendeu ainda herdar dos Miranda Henriques o título de Conde de Sandomil mas o seu pedido terá sido recusado¹¹⁴. Não obstante, mesmo sem o título de Grandeza, a avultada riqueza anexa aos morgadios que os Salema passaram a administrar aumentou consideravelmente o património familiar. Para além das propriedades originalmente afectas aos vínculos no momento da sua instituição, a sucessiva anexação de novos bens ao longo de mais de dois séculos potenciara um aumento significativo da sua extensão patrimonial. Este aumento significou também um incremento do número de documentos produzidos e geridos no âmbito da administração dos morgadios, o que resultou na ampliação exponencial do arquivo da família Salema aquando a recepção da documentação proveniente do arquivo dos Miranda Henriques. Ou, por outras palavras, aquando a integração no subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva do subsistema Miranda Henriques, que continha dentro de si o subsistema Salema I e o subsistema Salema II.

Depois da morte de José Maria, em 1833, a representação da família ficou, como se verificou, a cargo de António Xavier da Gama Lobo, filho de Ana Leonor Salema e de Sebastião Xavier da Gama Lobo. A partir daqui, o recém-criado arquivo que unia os subsistemas das duas famílias sobreviveu mais duas gerações até 1890, data da morte de António da Gama Lobo Salema Saldanha e Sousa (f. 1890), que assistiu ainda à

¹¹² Minuta do protesto (s/d) de António Xavier de Miranda Henriques conservada em ANTT, *Casa de Palmela*, cx. 49, fls. 144-162v. Nesta minuta, o Patriarca elenca vários motivos pelos quais a sentença a favor dos Salema devia ser anulada e analisa com minúcia grande parte das propriedades que lhe foram retiradas, procurando mostrar por que razão lhe deviam pertencer. O argumento mais utilizado passou por defender que as ditas propriedades eram, na realidade, bens livres que, por isso, podiam continuar a ser por ele administradas.

¹¹³ Vd. *infra*, p. 56.

¹¹⁴ Minuta da carta (s/d) de José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva ao Rei conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 13, pt. 113.

extinção definitiva dos morgadios em 1863. Tal como os bens que estavam anteriormente unidos aos vínculos, também os documentos que constavam no arquivo foram distribuídos pelos cerca de dez filhos do último morgado, assinalando-se neste momento uma nova etapa na história da conservação do conjunto documental, que acompanharemos no ponto seguinte.

Como resultado de todos estes processos de integração de arquivos dentro de arquivos, apercebemo-nos que, à excepção dos registos escritos associados ao subsistema Gama Lobo, a grande maioria da documentação produzida entre os séculos XV e XVI actualmente conservada no AGLS não foi sendo transmitida em sequência genealógica desde essa época até à actualidade. Uma análise pouco atenta poderia facilmente levar-nos a fazer coincidir a genealogia dos Salema com a genealogia da transmissão dos arquivos, criando a ilusão de que os documentos foram sendo mantidos num só núcleo documental detido por uma só família desde o século XV até ao século XIX¹¹⁵.

Pelo contrário, verificamos que existiram várias linhas da mesma família com uso do mesmo apelido, que mantiveram arquivos independentes unidos em diversas datas e em diversos contextos, em alguns casos séculos depois da produção dos documentos. Na realidade, se António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva não tivesse sido bem-sucedido no pleito contra os Miranda Henriques, existiria hoje no AGLS apenas documentação associada à linha fundada por Inês Figueira e Gonçalo Fernandes Sobrinho, já em finais do século XVI, a par dos subsistemas associados aos Gama Lobo. Ou, por outras palavras, para além destes últimos, existiria apenas o subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva, vazio dos restantes três subsistemas nele integrados.

E se foram significativas as mutações sofridas durante o período de vigência dos morgadios, o mesmo sucedeu na segunda etapa da história do arquivo Gama Lobo Salema, que começa então com a distribuição dos documentos na posse do último morgado da família Gama Lobo Salema pelos seus herdeiros.

¹¹⁵ A actual representação arquivística do AGLS reforça esta ilusão, como veremos no ponto 2.2 deste capítulo.

II. 1.2. A (re)criação do Arquivo Gama Lobo Salema (1890-2014)

Depois da extinção dos morgadios, o destino dos documentos que faziam parte do arquivo da família Gama Lobo Salema passou a ser ditado não por um único herdeiro ou morgado, mas por cada um dos sucessores que tinham recebido bens e as respectivas parcelas de documentação a eles associada. Não nos foi possível estabelecer se todos os cerca de dez herdeiros receberam efectivamente documentação depois da morte do último administrador dos morgadios dos Gama Lobo Salema nem o modo como se procedeu à sua distribuição. Sabemos apenas que pelo menos dois desses herdeiros, Manuel da Gama Lobo Salema Saldanha e Sousa, filho primogénito, e Mariana da Gama Lobo Salema, terão provavelmente tomado posse de dois núcleos de registos escritos, que foram sendo depois separadamente conservados pelos sucessores de ambos. Deste modo, pelo menos estes dois núcleos continuaram a ser custodiados em contexto familiar e privado, mantendo-se à margem dos arquivos públicos e estatais que se foram consolidando ao longo da primeira metade do século XX¹¹⁶.

Durante este período, estes núcleos do antigo arquivo da família Gama Lobo Salema continuaram a receber alguma documentação nova, sobretudo ligada ao interesse histórico que os registos escritos despoletaram em alguns dos seus proprietários (genealogias, resenhas históricas, notas biográficas)¹¹⁷. De facto, podemos afirmar que esta documentação simboliza a passagem definitiva dos núcleos de documentação a «arquivo histórico», já completamente despido das funções que haviam sido atribuídas aos conjuntos documentais durante todo o Antigo Regime.

E o interesse histórico despoletado por estes documentos não se cingiu à linha de sucessores do último morgado. Na realidade, foi atravessando alguns graus de parentesco até que, na década de 60 do século XX, motivou um parente afastado daquela linha (descendente da irmã do último morgado) a inquirir sobre o paradeiro dos vários núcleos documentais e a promover a sua reunião de novo num só conjunto documental. Ou, por outras palavras, a promover a (re)criação do Arquivo Gama Lobo Salema.

Este parente, que foi o último proprietário privado do arquivo, recordou da seguinte forma os principais episódios das últimas cinco décadas da história do conjunto

¹¹⁶ Vd. *infra*, p. 47.

¹¹⁷ A maior parte desta documentação encontra-se conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 1, pts. 1 e 2.

documental, sintomática dos contextos que caracterizaram e caracterizam ainda os percursos recentes de conservação dos arquivos de família em Portugal:

O primeiro desses episódios começa no Outono de 1964 quando, durante um almoço de família, o dito proprietário indagou alguns familiares acerca do paradeiro do acervo e foi informado que alguns dos «papéis» de família estavam na altura depositados em gavetas na cave de uma tia-avó em Cascais, a qual tinha intenção de chamar um ferro-velho e vendê-los «a peso» por falta de espaço. Nas palavras do proprietário, esta tia-avó “era uma senhora de idade e naqueles tempos não se tinha a mesma consciência que hoje se tem de património”. Propondo-se resolver o problema, sugeriu que os papéis passassem para a sua posse e fossem transferidos para uma nova localização, o que veio a acontecer pouco tempo depois com a transladação dos documentos para casa dos seus pais em Lisboa para “grande arrelia” da sua mãe, “preocupada com o pó e a falta de espaço” (vd. Anexo 2 – Comunicação do último proprietário do AGLS na cerimónia de doação do arquivo (2008), p. 352).

Contudo, em Janeiro de 1965, antes da transladação se ter completado, o proprietário foi forçado a ausentar-se do País por motivos profissionais e a interromper o processo de transferência da documentação. Deste modo, cerca de um terço dos documentos permaneceram em Cascais, ao passo que os restantes se mantiveram em Lisboa, circunstância que, na opinião do proprietário, punha em causa “algo de essencial, ou seja, a unidade do acervo” (vd. Anexo 3 – Comunicação do último proprietário do AGLS no colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2010), p. 357).

O afastamento do País não diminuiu, no entanto, o interesse pelos documentos de família e o proprietário continuou a inquirir os seus parentes acerca da eventual existência de outros «papéis» para além daqueles que estavam na posse da tia de Cascais. Uma dessas inquirições foi bem-sucedida e um desses parentes, residente em Durban, na África do Sul, informou o proprietário que tinha em seu poder alguns documentos e que estava disposto a cedê-los e a uni-los ao núcleo proveniente de Cascais¹¹⁸. Assim, em data incerta, a documentação de Durban foi transferida para Lisboa, assim como o remanescente dos documentos que tinham ficado em Cascais (vd.

¹¹⁸ Na reconstituição deste episódio feita pelo proprietário, o parente de Durban teria ido a Cascais buscar o terço dos documentos que não tinha sido ainda transferido para Lisboa, levando-os depois para Durban. Contudo, entrevistas ao parente de Durban permitiram-nos estabelecer que a documentação em seu poder tinha sido herdada do seu pai e nunca esteve em Cascais. Tratavam, por isso, dois núcleos distintos.

Anexo 4 - Comunicação do último proprietário do AGLS no lançamento das actas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2012), p. 361).

Já na década de 70, um outro parente do proprietário, interessando-se pelo acervo, sugeriu que este fosse devidamente organizado e estudado. Para tal, entrou em contacto com o arquivista/historiador Nuno Daupias d'Alcochete e encomendou-lhe a organização do arquivo e a produção de uma história da família, a qual teria como título *Dos de Gama Lobo e Salema. Ensaio de Estratificação Económica e Social*¹¹⁹. Por razão desta iniciativa, todos os documentos foram transferidos para um novo depósito, desta feita no escritório do parente que encomendou a intervenção arquivística, também localizado em Lisboa. Durante o período em que se manteve no referido escritório, Nuno Daupias d'Alcochete, em parceria com um dos seus alunos, Manuel Mamede Pereira, levou a cabo uma profunda e meticulosa reformulação do acervo. Como veremos com maior detalhe no terceiro ponto deste capítulo, a sua intervenção corporizou-se não só na reorganização física dos documentos em 274 pastas acomodadas em 59 caixas mas também na elaboração de um inventário sumário do arquivo que foi concluído entre 1988 e 1990.

Cerca de quatro anos mais tarde, devido ao encerramento do escritório em Lisboa, a família considerou transferir o espólio documental para uma das suas propriedades mas, a pedido de Nuno Daupias d'Alcochete, os documentos acabaram por ser trasladados para casa do arquivista de modo a que este pudesse prosseguir com os seus estudos de cariz historiográfico bem como com a redacção de um inventário analítico¹²⁰. Aí se conservou durante cerca de dez anos até que, após a aposentação do último proprietário do acervo, este requereu ao arquivista que o arquivo viesse definitivamente para a sua residência privada em Tomar para que pudesse usufruir do “prazer de o manusear no remanso da província” (vd. Anexo 2 - Comunicação do último proprietário do AGLS na cerimónia de doação do arquivo (2008), p. 352). A partir deste momento, o detentor do arquivo dedicou-se ao estudo da documentação, elaborando genealogias, comunicando com outros membros da família sobre assuntos

¹¹⁹ O título é mencionado na correspondência trocada entre o proprietário e Nuno Daupias d'Alcochete. No entanto, pelo que podemos apurar, a obra não terá chegado a ser escrita ou, pelo menos, não foi publicada nem entregue ao proprietário.

¹²⁰ De acordo com a correspondência trocada entre o último proprietário do arquivo e Nuno Daupias d'Alcochete, este inventário analítico chegou a ser concluído mas, ao que parece, nunca foi entregue à família.

que lhe interessavam, e, como escreveu, encontrando no acervo a confirmação das “recordações que por via das tradições orais” haviam chegado até ele (vd. Anexo 3 - Comunicação do último proprietário do AGLS no colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2010), p. 357). Neste contexto, acabou também por adquirir em leilão alguns documentos que considerou estarem extraviados do AGLS com o intuito de os devolver ao núcleo original¹²¹.

Alguns anos mais tarde, o proprietário escolheu doar o conjunto documental ao Arquivo Nacional Torre do Tombo com usufruto de reserva em vida, celebrando-se a cerimónia pública de doação em Maio de 2008. E explica assim, no texto que apresentou nessa ocasião, as razões que o motivaram a abdicar da posse da documentação:

“... ao longo dos anos, fui eu ponderando qual o destino a dar ao Arquivo. Fui-me compenetrando que nos nossos tempos as pessoas deixaram de ter condições para guardar em casa algo de tão volumoso como um arquivo destes. Assim seria fatalmente o caso dos meus herdeiros por mais que gostassem de o conservar. Por certo ficaria o arquivo em grave risco de desagregação após a minha morte. Foi também crescendo em mim a percepção de que eu não era afinal senão um depositário transitório de um património por cuja preservação me competia zelar. Independentemente de um sentido de responsabilidade para com os meus parentes no tocante ao arquivo, foi-se avolumando em mim, para além da consciência de que me cabia assegurar a sua protecção no futuro, o entendimento de que eu era afinal também detentor de um bem comum de interesse público. Pondo na balança essas considerações, acabei por decidir doá-lo à Torre do Tombo, muito embora com reserva de usufruto. Claro que me doía pensar que todas estas «coisas nossas» ficariam menos acessíveis aos meus parentes que já não poderiam usufruir do prazer de percorrer o arquivo e presentir as mãos de antepassados distantes que os teriam guardado e manuseado” (vd. Anexo 3 - Comunicação do último proprietário do AGLS no colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2010), p. 357).

¹²¹ Aquando a compra, o proprietário anexou estes documentos às pastas pré-existentes no arquivo que considerou serem mais pertinentes e com maior relação com o assunto tratado na documentação adquirida. No decorrer da nossa investigação sugerimos que estes documentos fossem removidos das referidas pastas e reunidos numa caixa à parte de forma a distinguir a sua proveniência da dos restantes registos escritos.

A notícia da doação chegou à organização do colóquio internacional *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, que convidou o proprietário do AGLS a proferir duas comunicações que temos vindo a citar nos parágrafos antecedentes, uma em 2010 na abertura do encontro e outra em 2012 no lançamento do livro resultante do colóquio. Na primeira, afirmou ter aceite o convite na esperança de que o seu testemunho pudesse estimular outros proprietários privados “a abrir os seus arquivos a terceiros. E que, caso se revele essencial à sua preservação, tenham a coragem de tomar a decisão, sem dúvida dolorosa, de os doar, pondo assim os seus antepassados mais uma vez ao serviço do País. Também eles, os proprietários actuais de arquivos de família prestarão assim bom serviço a Portugal” (vd. Anexo 3 - Comunicação do último proprietário do AGLS no colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2010), p. 357).

Em simultâneo, o proprietário abriu totalmente o arquivo à investigação, o que resultou na produção de diversos trabalhos para além deste que agora apresentamos¹²². O seu falecimento marcou, por fim, a transferência do arquivo da sua residência privada para o Arquivo Nacional, onde se encontra desde 2014 sem qualquer restrição de acesso.

Estes episódios da história recente da conservação do AGLS não devem ser encarados como meros *faits divers* sem consequência para uma investigação de índole historiográfica ou arquivística. Pelo contrário, cremos que a sua concepção enquanto camadas da arqueologia dos arquivos que influenciam necessariamente a inteligibilidade actual dos conjuntos documentais é essencial não só para a compreensão plena do AGLS mas também do contexto geral da preservação actual de vários outros arquivos de família.

Tais episódios mostram-nos, desde logo, as especificidades que caracterizam a custódia privada destes arquivos, significativamente distintas daquelas que marcam a conservação dos conjuntos documentais em arquivos públicos. Ao contrário destes últimos, os arquivos preservados em contexto privado estão sujeitos às vicissitudes da

¹²² Entre os trabalhos realizados a partir de documentação conservada no arquivo Gama Lobo Salema contam-se os seguintes: SILVEIRA, Ana Cláudia, “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo Gama Lobo Salema”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 171-183; e GUARDA, Inês, *O Governo de Bernardino de Távora de Sousa Tavares (1701-1702) em Angola: o tráfico de escravos através das tramas portuguesas, africanas e luso-africanas*, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2012.

disponibilidade ou vontade dos seus proprietários, o que, nalgumas situações, pode pôr em causa a sua integridade. Exemplo disso foi o plano de vender a documentação que se encontrava em Cascais «a peso» por falta de espaço para manter o arquivo. Mesmo quando esse espaço está disponível nas residências privadas dos proprietários, nem sempre é possível assegurar correctas condições de conservação, o que leva à progressiva deterioração dos documentos. Documentos esses que, na realidade, não são diferentes de qualquer outra propriedade privada na medida em que são passíveis de serem distribuídos pelos herdeiros dos proprietários à semelhança de outros objectos ou bens incluídos nas heranças. Foi precisamente para evitar tal distribuição e, no fundo, para minimizar o impacto de todas estas vicissitudes, que o último proprietário do AGLS tomou, por fim, a decisão “dolorosa” de doar o acervo ao Arquivo Nacional.

Seguindo o seu exemplo, diversos outros detentores de arquivos de família têm vindo cada vez mais a integrar um esforço conjunto não só de protecção e salvaguarda deste património documental mas também de divulgação e estudo. Em parceria com universidades ou outras instituições públicas e privadas, vários proprietários têm tomado a iniciativa de executar, eles próprios, melhorias nas condições de conservação dos arquivos ou mesmo de reorganizar os seus acervos e estudar a história dos antepassados neles representados¹²³. Outros abriram os seus arquivos a investigadores¹²⁴ e partilharam os seus testemunhos em diversas iniciativas científicas como, por exemplo, no colóquio internacional “Arquivos de Família, que presente, que futuro?”, a que já fizemos referência, nas várias edições do congresso “Casa Nobre: um património para o futuro”¹²⁵ ou no primeiro de um conjunto de ciclos de debate em torno dos

¹²³ Consulte-se, por exemplo, a segunda parte da obra colectiva *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, inteiramente dedicada a artigos publicados por proprietários privados sobre os seus próprios arquivos de família: ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 59-152.

¹²⁴ Remetemos, por exemplo, para a tese de mestrado realizada por Patrícia Marques, que incidiu sobre o Arquivo Castro/Nova Goa, aberto à investigação pelos seus proprietários privados - MARQUES, Patrícia, *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*, dissertação de mestrado apresentado à FCSH-UNL, 2013 -; para a tese de mestrado realizada por Carla Moreira sobre a Casa do Porto, cujo arquivo foi também aberto à investigação pelos seus proprietários privados - MOREIRA, Carla de Jesus Torres, *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico*, Porto, 2012. Relatório de estágio de 2º ciclo apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto - ; ou para os resultados do projecto de recenseamento dos arquivos privados na região Duriense, que reúne arquivistas, historiadores e membros das famílias - GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Arquivos de Família na Região Duriense”, in *Actas do Seminário Os Arquivos do Vinho em Gaio e Porto*, Porto, CEPESE, 2001, pp. 47-54.

¹²⁵ Mais informações sobre este congresso disponíveis em <https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/>.

arquivos de família, organizado em 2015 em parceria com a Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados¹²⁶.

Com frequência, estes testemunhos providenciam aos historiadores e aos arquivistas informações cruciais para a sua investigação que não constam nos registos escritos conservados nos arquivos. No caso concreto do AGLS, ao acompanharmos as memórias do seu último proprietário no que concerne os percursos recentes da história da conservação do acervo, apercebemo-nos do seguinte: de que este conjunto documental é, na realidade, uma *(re)criação*, expressamente resultante da iniciativa do seu último proprietário, do arquivo que terá estado na posse do último morgado da família Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva. Mais concretamente, é o resultado da reunião do que restou de pelo menos dois dos núcleos gerados aquando a distribuição da documentação pelos cerca de dez herdeiros do último morgado: os documentos que estavam em Cascais pertenciam provavelmente aos sucessores de Mariana da Gama Lobo Salema, ao passo que a documentação proveniente de Durban teria sido herdada pelos sucessores de Manuel da Gama Lobo Salema Saldanha e Sousa que, enquanto filho primogénito e representante da família, terá possivelmente absorvido a documentação produzida e recebida por dois dos seus irmãos solteiros, Fernando da Gama Lobo Salema e Rui da Gama Lobo Salema (vd. Anexo 5 – A *(re)criação* do AGLS [em suporte CD-ROM]).

Podemos afirmar, portanto, que o AGLS como hoje o conhecemos é uma versão do acervo que existira ao tempo da extinção dos morgadios que só existe por razão das diligências do seu último proprietário, apresentando-se, assim, como um produto da sua vontade de recuperar os vestígios documentais da história dos seus antepassados.

Precisamente por ser uma versão, torna-se difícil conhecer com clareza a composição e a estrutura do conjunto documental que esteve na posse do último morgado antes da distribuição pelos seus herdeiros. As dificuldades acrescem pelo facto de, como vimos, o AGLS ter sido submetido a um tratamento arquivístico entre finais do século XX e início do século XXI, que se sobrepôs às lógicas de organização da documentação anteriores. Contudo, dispomos de alguns elementos que nos permitem reconstituir alguns dos processos de *(re)organização* e inventariação do acervo criados

¹²⁶ O programa deste encontro pode ser consultado em http://www.cm-pontedelima.pt/imagens/noticias/2015/junho/PROGRAMA_Arquivos_Pessoais_Familias.pdf.

pelas próprias famílias e reflectir sobre as consequências da estrutura arquivística que o AGLS apresenta actualmente, moldada pela mão de arquivistas.

II. 2. Os processos de (re)organização e inventariação

II. 2.1. (Re)organizações e inventariações Setecentistas e Oitocentistas

Neste ponto, interessa-nos reflectir sobre os processos de (re)organização e/ou inventariação a que os documentos conservados nos diversos arquivos dentro do AGLS foram sendo submetidos ao longo dos séculos. Excluindo as práticas de arquivagem levadas a cabo pelas famílias entre os séculos XV e XVI, que serão analisadas no capítulo seguinte, pretende-se avaliar as transformações que os documentos sofreram entre os séculos XVII e XIX, num período particularmente profícuo no que às reformas arquivísticas diz respeito.

De facto, esta época foi marcada pelo surgimento da Arquivística enquanto disciplina, multiplicando-se os tratados, manuais e reflexões sobre a correcta ordenação dos arquivos. Primando por uma postura racionalista e iluminista, as novas abordagens ao tratamento dos acervos privilegiaram, em primeiro lugar, a «boa ordem» dos conjuntos documentais e uma maior celeridade na identificação dos documentos e na recuperação da informação neles contida. A organização dos documentos de acordo com critérios geográficos, cronológicos ou temáticos revelou-se, por isso, a metodologia considerada mais adequada ao melhoramento da eficácia administrativa dos acervos. Em simultâneo, começava a consolidar-se também uma segunda forma de valorização dos documentos que ia para além do seu valor jurídico ou da sua utilidade administrativa e que destacava, antes, o seu interesse histórico, potenciado pela afirmação de uma outra disciplina que fez da Arquivística sua auxiliar, a História¹²⁷.

¹²⁷ RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas da Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 597-650; RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, pp. 25-49; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística. Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, 2009, pp. 100-114; ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C., “Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and the results of the INVENT.ARQ project on family archives inventories”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 16-21.

Na senda dos arquivos de instituições religiosas ou estatais, os arquivos de família foram também transformados à luz deste novo modo de conceber os conjuntos documentais. Uma parte destas reformulações arquivísticas dos acervos familiares deveu-se a necessidades do foro administrativo, ligadas à gestão dos bens patrimoniais e das próprias Casas. Outros «arranjos» dos cartórios foram motivados por questões jurídicas, sublinhando-se a sua função de prova e defesa de direitos e privilégios.

Neste quadro, as últimas décadas do século XVIII conferiram aos arquivos familiares um papel particularmente relevante. Em 1769 e 1770 promulgaram-se as primeiras leis que regulamentavam e restringiam o funcionamento dos morgadios, as quais, como vimos no caso da família Miranda Henriques, tiveram consequências significativas para os grupos familiares ao porem em causa um dos principais instrumentos disponíveis para garantir o seu sustento e coesão¹²⁸. Desde essa data até à abolição total dos vínculos em 1863, foi então exigido aos arquivos que defendessem as famílias das imposições da Coroa nesta matéria, o que, por seu turno, despoletou reorganizações dos acervos de forma a moldá-los especificamente para o cumprimento dessa função¹²⁹.

No que toca ao AGLS, não existem indícios de ter ocorrido um processo de reorganização ou inventariação que tivesse incidido sobre a totalidade dos documentos conservados no acervo na posse do último morgado. Significa isto que, depois da representação das famílias Gama Lobo e Salema ter recaído em António Xavier da Gama Lobo - ou seja, depois da união do subsistema Gama Lobo e subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva -, não se considerou necessário ou, por alguma razão, não foi possível inventariar ou reorganizar a totalidade da documentação recentemente unida num só arquivo.

Como consequência, dispomos hoje apenas de marcas de reorganização e inventariação anteriores a 1833, data da união dos dois subsistemas. Tais marcas corporizam-se em cotas inscritas na frente ou no verso dos documentos, em listas ou

¹²⁸ Sobre a extinção dos morgadios ver COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 111-131; ESTEVES, Judite Maria Nunes, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹²⁹ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C., “Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and the results of the INVENT.ARQ project on family archives inventories”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 16-21.

“relações” de «papéis», em índices, catálogos e inventários. Contudo, como veremos de seguida, todos estes vestígios excepto um são fragmentários e permitem-nos reconstituir apenas partes dos vários métodos utilizados para reorganizar e inventariar a documentação. Tal deve-se, por um lado, ao facto de algumas das “relações”, índices, catálogos e inventários que foram provavelmente produzidos não se terem conservado no AGLS; e, por outro, à própria interrupção de alguns dos processos de reorganização e inventariação que permaneceram, por isso, incompletos.

Assim, tendo em conta que as marcas de reorganização e inventariação que hoje conhecemos dizem respeito a cada um dos subsistemas enquanto arquivos autónomos e não como parte integrante de um só sistema, dividiremos a análise que se segue em duas subsecções, começando pela documentação oriunda do subsistema Gama Lobo.

II. 2.1.1. Cartórios dos Gama Lobo

Dos dois subsistemas mencionados, aquele associado à família Gama Lobo é o que parece ter sofrido o menor número de reorganizações e inventariações. O primeiro elemento a que recorreremos para avaliar a possível quantidade de processos de reorganização e inventariação encontra-se nos próprios documentos, mais concretamente nas numerações ou cotas fixadas na frente ou no verso dos registos escritos. Verificamos, assim, que alguns documentos provenientes do subsistema Gama Lobo não apresentam qualquer numeração ou cota, ao passo que a maioria dos restantes recebeu apenas uma numeração simples (por exemplo, “Nº. 17”). Dado que a numeração não é sequencial, repetindo-se o mesmo número duas ou mais vezes, e que não se fixaram referências a maços ou a outras unidades de instalação, é difícil inferir a partir destes vestígios os critérios que foram seguidos na atribuição da referida numeração. Dispomos, contudo, de outros recursos que, apesar de fragmentários, nos permitem avançar algumas hipóteses.

O primeiro desses recursos é o designado “Livro de inventário de todos os bens de morgado, capelas e livres que há na Casa do Senhor Sebastião Xavier da Gama Lobo”, feito em 1774, ou seja, quatro anos depois da morte de Sebastião Xavier da Gama Lobo¹³⁰. Como provam outros livros de inventário congéneres, era comum proceder-se à inventariação dos bens existentes nas Casas aquando das mudanças de

¹³⁰ Livro de inventário de bens (1774) conservado em ANTT, AGLS, cx. 31, pt. 169.

geração de forma a possibilitar que os novos administradores conhecessem o património que passariam a gerir e pudessem controlar os rendimentos que deviam ser gerados¹³¹. No caso do inventário dos bens de Sebastião Xavier da Gama Lobo, parece que a intenção foi de facto inventariar a totalidade dos bens livres e vinculados na posse do representante da família Gama Lobo depois da sua morte. Todavia, o tomo só foi parcialmente preenchido e compreende apenas a descrição das propriedades que faziam parte de um único morgadio instituído entre finais do século XVI e meados do século XVII por Fernão Gomes da Gama em nome do seu cunhado, Sebastião Perestrelo, como forma de pagamento de certa quantia de dinheiro que o primeiro devia ao segundo.

Para cada propriedade descrevem-se no inventário as origens e o percurso da sua custódia até terem chegado à posse de Sebastião Xavier da Gama Lobo, para além de se indicarem os nomes das pessoas a quem estavam aforadas ao tempo da produção do tomo. Para sustentar as descrições das origens das propriedades e dos seus percursos, faz-se referência a vários documentos, numerados de 1 a 50 e todos integrados num maço, identificado como “maço 1”. Tal referência sugere que ocorreu, em paralelo à inventariação dos bens, uma inventariação do próprio arquivo que, na senda de vários outros processos de ordenação da época, foi parcialmente reorganizado de acordo com os morgadios e vínculos existentes¹³².

De facto, da globalidade de bens patrimoniais na posse das famílias, os morgadios eram sem dúvida os mais exigentes a nível de gestão dado que obrigavam os seus administradores a conhecer e a controlar não só a multiplicidade de propriedades que os compunham mas também as obrigações que deveriam imperativamente cumprir por determinação dos seus instituidores. A antiguidade de alguns destes morgadios trouxe também a dificuldade acrescida de uma massa documental que se vinha acumulando desde os séculos XV e XVI e que, à luz dos preceitos arquivísticos racionalistas e iluministas das centúrias de Setecentos e Oitocentos, se apresentava desordenada e difícil de recuperar.

¹³¹ Como sucedeu, por exemplo, no caso do inventário mandado fazer por Rodrigo António de Figueiro em 1722 pouco depois da morte do seu pai: ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (ed)., “Catalogue”, in *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 130.

¹³² Vários exemplos de inventariações de acordo com os morgadios podem ser encontrados em ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (ed)., “Catalogue”, in *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 124-125, 126-127, 132-133, 134, 142-143.

No mesmo sentido da reorganização por morgadios parece apontar um outro documento relativo à família Gama Lobo, a designada “Relação de todos os papéis pertencentes ao maço [espaço em branco] e que se reputam não se deverem unir aos mais maços dos títulos dos bens de capela e morgados”, onde se listam vários documentos que receberam uma numeração e foram brevemente sumariados¹³³. Como o título indica, estes documentos não estariam associados aos registos dos morgadios e vínculos, pelo que, tal como estes últimos, deviam ser agregados num maço próprio que, não obstante, não chegou a receber numeração.

À semelhança desta “relação”, duas outras listas análogas indicam que a ordenação dentro dos maços seguiu critérios cronológicos. Sem numeração nem referência ao maço a que pertenciam, os documentos apresentados nestas duas outras listas sucedem-se por ordem do ano, mês e dia da sua produção e parecem ter sido compilados por autores diferentes e, talvez, em datas distintas¹³⁴.

Os maços, por seu turno, estariam acondicionados em caixas, como revelam dois “catálogos” actualmente preservados no AGLS, um relativo à “caixa 23” e outro ao “maço 1” da “caixa 26” (que não corresponde ao “maço 1” do morgadio de Sebastião Perestrelo)¹³⁵. Assim, é possível que tivessem sido criados um ou mais maços para cada morgadio, reiniciando-se a numeração dos documentos por cada maço, e a numeração dos maços por cada morgadio. A par de outros maços que não estavam associados a vínculos, aqueles terão sido depois colocados em caixas cujos critérios de criação e ordenação ficam por determinar.

Por determinar fica também o número exacto de reorganizações e inventariações a que a documentação da família Gama Lobo foi sujeita e se todos estes fragmentos de que dispomos dizem respeito a um ou vários desses processos. Dada a ausência de um inventário que abrangesse toda a documentação, fica ainda por confirmar se algum dos processos de reorganização e inventariação abarcou ou teve a intenção de abarcar a totalidade do arquivo ou apenas uma parte. Dado que se pretendeu inventariar todos os bens na posse de Sebastião Xavier da Gama Lobo, é possível que se tenha tomado também a iniciativa de pelo menos iniciar uma inventariação geral dos «papéis» que, aparentemente, não foi concluída.

¹³³ Relação de papéis (s/d) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 59, pt. 272.

¹³⁴ «Relações» (s/d) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 59, pt. 272.

¹³⁵ Catálogos (s/d) conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 59, pt. 272.

Não obstante, parece clara a existência de duas grandes divisões na forma de conceber o arquivo, que separou, primeiro, a documentação relativa aos bens patrimoniais de todos os outros documentos que não estavam associados ao património e, depois, dentro da documentação relativa aos bens patrimoniais, que distinguiu os registos escritos que se reportavam aos morgadios dos documentos conservados no âmbito da gestão dos bens livres.

II. 2.1.2. Cartórios dos Salema e Miranda Henriques

Bastante mais complexo é o caso do subsistema associado à família Salema. Ao contrário do subsistema Gama Lobo, a grande maioria dos documentos pertencentes a este subsistema possui, na frente ou no verso, pelo menos uma cota completa com referência ao número do maço e ao número do documento. Destes, uma parte significativa possui duas cotas completas e a alguns registos chegou-se mesmo a atribuir três ou quatro cotas.

Tal como no caso anterior, os recursos de que dispomos para avaliar os processos de reorganização e inventariação da documentação relativa aos Salema são fragmentários ou incidem apenas sobre uma parte dos documentos. Contudo, as informações que recolhemos permitem-nos avançar alguns dados relevantes e deduzir que, em cerca de 45 anos, esta documentação foi sujeita a pelo menos três processos de reorganização e inventariação distintos, balizados entre finais do século XVIII e a primeira metade da centúria seguinte. O primeiro foi terminado em 1788 e incidiu sobre o cartório de António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva; o segundo, concluído em 1815, produziu-se na sequência da contenda entre os Salema e os Miranda Henriques e disse respeito ao cartório do Patriarca António Xavier de Miranda Henriques; por fim, o último processo ocorreu imediatamente após a conclusão deste último inventário, quando a documentação proveniente do arquivo Miranda Henriques estava já no cartório de José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva, e prolongou-se para além de 1833, data da morte de José Maria.

a) Cartório de António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva e o “Livro mestre do cartório...” (1788)

À semelhança do esforço de reorganização e inventariação dos bens e documentos na posse de Sebastião Xavier da Gama Lobo, o cartório de António José Salema foi também reorganizado e inventariado poucos anos depois da morte do seu pai e antecessor, Miguel José Salema Lobo de Saldanha Cabral e Paiva, o que reforça a associação entre as iniciativas de reordenação e controlo da documentação e as mudanças geracionais.

O principal vestígio deste processo encontra-se hoje no designado “Livro mestre do cartório de António Salema Lobo de Saldanha e Sousa, onde se acham assentes os títulos de todas as fazendas dos seus morgados com os números por que se hão-de ir buscar no cartório cujo mandou fazer o dito senhor em 1788 ano”¹³⁶. Inicialmente composto por “cento e oitenta e duas folhas todas numeradas e rubricadas com o meu apelido Salema”, este livro acabou por ficar reduzido a 138 fólhos depois de terem sido cortadas 44 folhas brancas, como se indica expressamente no dito livro. Desses 138 fólhos foram apenas utilizados 69 dado que não se chegou a terminar o preenchimento do livro.

Como o título do tomo permite antever, procedeu-se, na mesma linha verificada no caso dos Gama Lobo, à divisão da documentação por morgadios. No “Livro mestre do cartório...” identificaram-se três morgadios que, ao que parece, não correspondem à totalidade dos vínculos à data administrados por António José Salema: o morgadio dito de “Alverca”, instituído em finais do século XVI por Diogo Fernandes Salema I e ao qual foram sendo a partir daí anexados vários outros vínculos; o morgadio dito da “Batalha”, sobre o qual não temos informações; e o morgadio criado em 1740 por Ana Luísa Coutinho de Almeida, filha de Miguel Salema Cabral e Paiva e Maria Coutinho.

Cada morgadio corresponde a uma parte do livro e para os dois primeiros vínculos foi criado um índice onde constam um breve resumo dos documentos associados ao morgadio, o número de cada documento, e o fólho onde, no próprio livro, se podiam encontrar descrições mais detalhadas dos documentos. Sabemos que houve a intenção de criar um índice similar para o morgadio de Ana Luísa Coutinho de Almeida mas este não chegou a ser inscrito no tomo. Apesar de não se fazer referência a maços

¹³⁶ “Livro mestre do cartório...” (1788) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 25, pt. 157.

no “Livro mestre do cartório...”, apercebemo-nos que a documentação estaria efectivamente disposta em maços através de um pequeno “Índex” onde se resumem os documentos que existiam no maço 2 do morgadio de Ana Luísa Coutinho de Almeida¹³⁷. Tal como no “Livro mestre do cartório...”, os documentos estão numerados, brevemente resumidos e dispostos sem ordem aparente.

Cruzando este livro com o “Índex”, concluímos que existiram no cartório de António José Salema pelo menos 247 documentos associados aos três morgadios enumerados, 92 pertencentes ao morgadio de Diogo Fernandes Salema I, 115 ao morgadio da Batalha e 40 ao morgadio de Ana Luísa Coutinho de Almeida. Tendo em conta que não estariam aqui representados todos os morgadios por ele administrados nem os restantes registos escritos independentes dos vínculos, é de supor que o volume total do seu cartório fosse significativamente superior. Concluímos também que, tal como sucedeu na reorganização e inventariação do arquivo dos Gama Lobo, deu-se prioridade ao «arranjo» e à revisão da documentação associada aos morgadios, tratada de forma separada dos restantes documentos.

De facto, é possível que este processo de reorganização e inventariação voltado para os morgadios se tenha provado particularmente relevante para o melhoramento da eficácia que muito em breve viria a ser exigida ao arquivo de António José Salema. Recordamos que, exactamente quatro anos depois da produção do inventário, faleceu o 3º Conde de Sandomil e abriu-se o problema de sucessão na administração dos morgadios da família Miranda Henriques que culminou na acção em justiça vencida pelos Salema. Contudo, a vitória não foi imediata nem implícita, e exigiu de António José Salema e do seu irmão, José Maria Salema, um esforço significativo ao nível da reunião de provas documentais e de fundamentos comprováveis por escrito que suportassem a sua reivindicação na sucessão. Aliás, é possível que o processo de reorganização e inventariação de 1788 tenha sido interrompido precisamente por causa da contenda, que desviou as atenções do administrador do arquivo para o propósito específico de ser considerado legítimo sucessor dos morgadios na posse dos Miranda Henriques.

Nesse sentido, procuraram-se no cartório de António José Salema documentos que ajudassem na demanda. Procurou-se também na Torre do Tombo e produziram-se

¹³⁷ “Índex” (c. 1788) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 59, pt. 274.

cópias de registos aí conservados. E, por fim, recorreu-se ao próprio arquivo dos Miranda Henriques, nomeadamente à documentação associada aos morgadios que o Patriarca António Xavier de Miranda Henriques foi obrigado a entregar um ano após a morte do seu pai, a qual, ironicamente, foi decisiva para a vitória dos Salema.

Desta forma, o cartório de António José Salema permaneceu, entre finais da década de oitenta do século XVIII e inícios da centúria seguinte, parcialmente organizado de acordo com os morgadios. Recebeu também nova documentação produzida e incorporada no âmbito da contenda contra os Miranda Henriques, contenda essa que, a partir de 1815, viria a provocar alterações profundas no conjunto documental administrado por António José Salema e a exigir um novo processo de reorganização e inventariação. As origens desse processo encontram-se, todavia, não no arquivo dos Salema mas no cartório de António Xavier de Miranda Henriques.

b) Cartório de António Xavier de Miranda Henriques e o “Inventário geral dos papéis...” (1815)

Depois de estabelecidos quais os morgadios e respectivas propriedades que deviam ser transferidos da posse dos Miranda Henriques para a posse dos Salema e restantes sucessores de outros vínculos, foi então necessário determinar quais e quantos documentos existiam no cartório de António Xavier de Miranda Henriques e a quem passariam a pertencer. Como vimos, o trabalho de reorganização e inventariação do cartório, bem como a subsequente distribuição dos documentos, só tiveram lugar depois da morte do Patriarca, em 1815.

Nesse ano, foi completado o designado “Inventário geral dos papéis que se acharam por falecimento do Excelentíssimo e Ilustríssimo Principal D. António Xavier de Miranda Henriques Patriarca Eleito, que por mandado de seu testamenteiro, o Ilustríssimo e Excelentíssimo Monsenhor Lancastre Baharem e do Ilustríssimo Desembargador João Baptista Esteves arranjou o Padre João Filipe da Cruz, Paleógrafo Diplomático”, feito com autoridade de um juiz do inventário e do testamenteiro do Patriarca¹³⁸.

¹³⁸ “Inventário geral dos papéis...” (1815) conservado em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246.

O trabalho foi encomendado ao perito paleógrafo e presbítero secular João Filipe da Cruz, que iniciava aquilo que viria a ser uma longa carreira no tratamento de arquivos de família. Depois de frequentar a recém-criada cadeira de Diplomática em finais do século XVIII e de compor um manual dedicado ao tema, João Filipe da Cruz esperava ocupar o cargo de escriturário do real arquivo da Torre do Tombo, para o qual tinha sido nomeado em 1813. Contudo, as invasões francesas e o exílio da Corte para o Brasil adiaram a sua entrada em funções e forçaram-no a procurar uma fonte alternativa de rendimentos¹³⁹.

O «arranjo» dos cartórios familiares, aos quais as famílias vinham cada vez mais a recorrer para fazer face às alterações políticas, sociais e judiciais que estavam progressivamente a pôr em causa a prevalência dos morgadios, revelou-se, então, uma oportunidade profícua. Como mostraram Abel Rodrigues e Armando Malheiro da Silva, a procura por especialistas na ordenação dos arquivos dos grupos familiares chegou mesmo à “Gazeta de Lisboa”, onde, em 1800, se publicou um aviso a informar que se procurava “um sujeito que tenha inteligência e as mais qualidades precisas para se lhe confiar o arranjo do cartório da Casa de um fidalgo desta corte”¹⁴⁰. A produção do inventário do arquivo dos Miranda Henriques exemplifica, aliás, a concordância entre as reorganizações dos arquivos familiares e as leis que alteraram o funcionamento dos

¹³⁹ Sobre João Filipe da Cruz ver NÓVOA, Rita Sampaio da; LEME, Margarida, “The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798-1827)”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 77-82. Para além do arquivo dos Miranda Henriques, João Filipe da Cruz interveio também no arquivo dos Condes de Arcos, da Casa de Melo, da Casa de Ficalho, dos Condes da Cunha e dos Condes de Óbidos, Palma e Sabugal. Sobre estes arquivos ver, respectivamente, COSTA, Marcos Noronha da, “O morgadio da Quinta da Torre, freguesia do Monte da Caparica, termo de Almada”, separata de *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, vol. 2, Porto, Livraria Civilização, 2003, pp. 915-923; RODRIGUES, Abel, “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arranjo» iluminista à integração no Sistema de Informação de Mateus”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 478-497; SILVA, Matilde de Mello Gago da; ASSIS, António Maria de, “O Arquivo Ficalho - a sua história e perspectivas de futuro”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 61 – 70; CASTRO, Maria João P.M. Ferreira de, “Três realidades distintas em arquivos de família”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107 – 115; LEME, Margarida, “O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 479-490.

¹⁴⁰ RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas da Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 614. Citado de *Suplemento á Gazeta de Lisboa*, Numero V, Sexta-feira, 7 de Fevereiro de 1800, Lisboa. Exemplos semelhantes para o caso Espanhol podem ser encontrado em GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F., “«Experto en letras antiguas busca empleo». El papel de los archiveros en la organización del patrimonio documental de la aristocracia española (1750-1850). Una aproximación a sus fuentes y posibilidades de estudio”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 40 (2015), pp. 267-293.

morgadios já que aquela inventariação só teve lugar porque António Xavier de Miranda Henriques tinha sido impedido de herdar os bens vinculados.

E como se caracterizou a intervenção do Padre João Filipe da Cruz no arquivo da família Miranda Henriques? Na “advertência” ao inventário de 1815, o presbítero descreva-a assim:

“Como este catálogo serve unicamente para se fazer separação de documentos e se entregarem a quem pertencerem pareceu-me supérfluo o trabalho de reduzi-los a ordem cronológica e mesmo fazer uma análise circunstanciada: mais necessária ao arrançamento particular de cada um dos interessados quando os unirem ao seu cartório: parecendo-me suficiente a descrição de pessoas, prédios, hortas e lugares, atendendo não somente à brevidade que este negócio exige à pouca utilidade que resultaria de aumentar com muito trabalho este volume; e muito principalmente porque as pessoas a quem esta obra se dirige pela escrita notícia que já têm suprem à falta de explicação que só serviria de matéria à curiosidade aos que daqui pertencessem notícias talvez alheias ao fim a que este resumo se encaminha. Tendo porém necessária qualquer notícia ou explicação ou cópia de qualquer documento com ordem do Excelentíssimo testamenteiro ou do Ilustríssimo Desembargador Juiz deste Inventário com toda a prontidão me prestarei aos seus mandatos

João Filipe da Cruz”¹⁴¹.

Dado que o inventário serviria apenas para distribuir a documentação pelos seus novos proprietários e que, portanto, tinha sido concebido como um instrumento efémero que perderia a sua utilidade assim que a distribuição fosse concluída, o paleógrafo considerou suficiente fazer breves resumos do conteúdo de cada um documentos e anotar o ano da sua produção¹⁴². Dispensou-se, portanto, de reorganizar os documentos

¹⁴¹ “Inventário geral dos papéis...” (1815) conservado em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246.

¹⁴² Para além do AGLS, temos conhecimento de mais três arquivos onde está conservada documentação que fez parte do arquivo dos Miranda Henriques e que foi provavelmente transferida depois da resolução em justiça do problema da sucessão: no Arquivo da Casa de Mateus (vd. RODRIGUES, Abel, “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação de Mateus”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 485 e 497), no Arquivo da Casa

por morgadios, tarefa que caberia aos novos proprietários da documentação se assim o desejassem. Depois, os documentos foram organizados sem ordem aparente em 32 maços constituídos de acordo com critérios temático-tipológicos, como se verifica no índice no inventário:

Maços		Documentos	Folhas
1	Compras e Vendas	100	1
2	Idem	100	7
3	Idem	69	12
4	Idem	45	16
5	Emprazamentos	82	18 v.
6	Dívidas	35	23 v.
7	Testamentos	70	26
8	Doações	36	33
9	Posses Judiciais	41	36
10	Inventários e Partilhas	45	39 v.
11	Padrões	24	43
12	Transacções	71	45
13	Procurações	33	51
14	Arrendamentos	75	53
15	Justificações, Habilitações	15	57 v.
16	Certidões	100	58 v.

de Palmela (ANTT, *Casa de Palmela*, cx. 49) e no Arquivo da Casa de Santa Iria, incluindo traslados de documentos que estão actualmente no AGLS (ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 3, doc. 95; cx. 6, doc. 62, 63, 64 e 71; cx. 9, docs. 90, 95 e 100; cx. 10, doc. 46).

17	Idem	82	64
18	Serviços, Mercês	100	69
19	Idem	61	74
20	Processos, Sentenças	30	77
21	Idem	30	79 v.
22	Idem	30	81
23	Idem	30	83 v.
24	Idem	40	85 v.
25	Recibos e Quitações	41	88 v.
26	Idem	40	91
27	Idem	117	93
28	Idem	-	99
29	Genealogia	37	99
30	Memórias que servem de suplemento aos outros maços	46	100
31	Idem	66	102
32	Idem	44	105 v.

Tabela 2
Índice do “Inventário geral dos papéis...”
(ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246)

Contudo, apenas 1735 documentos existentes no arquivo receberam este tratamento, como explica João Filipe da Cruz no fim do inventário:

“João Filipe da Cruz presbítero secular perito em paleografia por provisão de Sua Alteza o Príncipe Regeste Nosso Senhor. Certifico que os documentos aqui sumariados são os que julguei *interessantes* entre todos os que se me apresentaram por ordem do Ilustríssimo Desembargador João Baptista Esteves, Juiz do Inventário do Excelentíssimo e Ilustríssimo Principal Miranda, patriarca eleito de Lisboa. Os quais entreguei emasados numerados e postos em boa ordem ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Monsenhor Lancastre Baharem testamenteiro do dito Excelentíssimo Principal: assim como todos os mais papéis ainda que *insignificantes* à excepção de alguns poucos que por serem *inteiramente inúteis* foram dilacerados e queimados por consentimento dos ditos juiz e testamenteiro. E deles nenhum teve descaminho depois que foram confiados ao meu cuidado. E para constar passei a presente que sendo necessário afirmo in verbo sacerdotis : e vai assinada por mim e pelo dito Ilustríssimo e Excelentíssimo testamenteiro de como os recebeu de mim”¹⁴³.

De facto, só os documentos considerados “interessantes” foram colocados em maços e descritos no inventário. Os registos “insignificantes” foram apenas acondicionados em seis maços sem qualquer descrição ou ordenação e os «papéis» “inteiramente inúteis” acabaram por ser destruídos. Ao que tudo indica, foi o próprio João Filipe de Cruz que determinou quais e quantos documentos deviam pertencer a cada uma destas categorias, sendo que o juiz do inventário e o testamenteiro intervieram apenas para autorizar a destruição dos registos “inteiramente inúteis”¹⁴⁴.

Todavia, não sabemos exactamente o que é o Padre entendeu por interessante, insignificante ou inteiramente inútil. É de supor que tenha tido em consideração factores como a importância dos documentos na gestão dos morgadios e de outros bens, a sua utilidade como prova de direitos e privilégios, o seu valor como testemunhos da antiguidade, nobreza e estatuto das famílias ou, ainda, outra componente cada vez mais

¹⁴³ “Inventário geral dos papéis...” (1815) conservado em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 107 v. Sublinhado nosso.

¹⁴⁴ *Idem*.

valorizada na época, o interesse histórico da informação neles contida. A julgar pelas descrições dos registos escritos, os documentos “interessantes” parecem englobar vestígios documentais simultaneamente úteis – isto é, com impacto directo na gestão das Casas - e com interesse histórico; os registos “insignificantes” talvez já não tivessem utilidade aos olhos do paleógrafo mas poderiam eventualmente suscitar interesse ou curiosidade; e, por fim, os documentos “inteiramente inúteis” estariam por ventura vazios de qualquer uma daquelas qualidades.

Em qualquer dos casos, esta classificação e triagem dos documentos, bem como os restantes critérios que guiaram a inventariação, mostram-nos dois traços comuns a todos os inventários mas que encontram aqui uma expressão particularmente clara. O primeiro desses traços corporiza-se no impacto que o autor do processo de reorganização e inventariação teve sobre a estrutura do arquivo. Ou, melhor, no impacto que as suas concepções sobre a função do inventário e sobre a utilidade dos documentos no contexto preciso da contenda, bem como os seus próprios conhecimentos técnicos e profissionais tiveram na reestruturação do acervo. Arnold Esch já havia notado este impacto quando chamou a atenção para a variabilidade das noções de «utilidade» ou «inutilidade» através de um exemplo próximo ao que estamos a analisar: um fundo dos arquivos públicos de Berna, designado no século XVIII como *Unnütze Papiere* («papéis inúteis»), que, apesar da “condenação à morte por inutilidade” prevista na sua designação, foi conservado pelas gerações posteriores¹⁴⁵. É, por isso, particularmente adequada a opinião de Joseph Morsel, quando afirma que “l’index de l’inventaire ne renvoie pas au contenu des pièces elles-mêmes mais à la description que l’archiviste en a faite: c’est donc le travail de l’archiviste qui est indexé (et non le contenu des documents)”¹⁴⁶.

O que nos traz ao segundo traço ilustrado com clareza nesta inventariação levada a cabo por João Filipe da Cruz, o qual diz respeito a algo que, como afirma Patrick Geary, não é frequentemente mencionado quando se fala de arquivos: a destruição

¹⁴⁵ ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 28-29

¹⁴⁶ MORSEL, Joseph, “Médiations ou déviations ? Les inventaires, entre archives et historiens” in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 25.

intencional de documentos¹⁴⁷. Ao vivermos numa era em que a conservação e a patrimonialização dos arquivos são consideradas acções evidentes, somos inconscientemente levados a concluir que a prática *normal* nas sociedades que nos antecederam passava também por preservar a documentação e que todas as destruições que ocorreram foram fruto ora de fenómenos acidentais (incêndios, inundações) ora da negligência do homem¹⁴⁸. Usando expressões como «os documentos *perderam-se*» ou «os registos escritos *infelizmente* não chegaram até nós», é comum lamentarmos a ausência de documentação sobre este ou aquele tema, como se ela fosse uma fatalidade do destino que, em última instância, escapou à vontade das entidades responsáveis pela sua custódia¹⁴⁹.

No entanto, como verificamos no inventário de 1815, a destruição de documentos não era só um acto intencional, racional, como fazia parte intrínseca de todos os processos de reorganização e inventariação, leia-se, de selecção e triagem, de escolha entre aquilo que importava conservar e o que já tinha perdido a sua utilidade e relevância. Nesse sentido, a destruição documental, escreve Morsel, era um processo social repleto de sentido e de significado, tal como a não-destruição¹⁵⁰. Numa escala mais lata, encontramos um exemplo demonstrativo nas destruições dos arquivos senhoriais depois da Revolução Francesa, concebidas, como indica Bruno Galland, como obliterações de repositórios de provas de direitos e privilégios aos quais a nobreza podia recorrer para reclamar a restauração do *status quo* pré-revolucionário¹⁵¹.

Desta forma, quando a documentação proveniente do arquivo dos Miranda Henriques foi finalmente transferida para o cartório de António José Salema, vinha já imbuída de uma lógica organizacional ligada a um autor e a uma conjuntura específicos e que, atente-se, podia ou não ser considerada adequada pelo seu novo proprietário.

¹⁴⁷ GEARY, Patrick, “Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory”, in BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (ed.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, p. 106.

¹⁴⁸ MORSEL, Joseph, “Les sources sont-elles «le pain de l'historien»?”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d'étude doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, p. 281.

¹⁴⁹ ROSA, Maria de Lurdes, “Apresentação”, in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, século XV-XVII: poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, p. 20.

¹⁵⁰ MORSEL, Joseph, “Les sources sont-elles «le pain de l'historien»?”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d'étude doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, p. 281.

¹⁵¹ GALLAND, Bruno, “Le sort des archives seigneuriales à la Révolution française : conservation, triage ou destruction?”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Charriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 277-278.

Tanto quanto nos foi possível estabelecer através do cruzamento do “Inventário geral dos papéis...” com a documentação actualmente conservada no AGLS e com os processos de inventariação que mencionaremos no ponto seguinte, dos mais de 1735 documentos mencionados no inventário de 1815, passaram para a posse dos Salema cerca de 750. Desses, aproximadamente 300 foram produzidos entre os séculos XV e XVI, 170 dos quais estão hoje conservados no AGLS (vd. Anexo 6 - Transcrição das descrições dos documentos datados dos séculos XV e XVI no “Inventário geral dos papéis...”, p. 365). O destino desta parcela de documentação previamente ordenada pelo Padre João Filipe da Cruz passou então a depender das necessidades de António José Salema e dos seus sucessores, necessidades essas que determinaram uma nova reorganização e inventariação do seu cartório imediatamente depois de se ter realizado a incorporação.

c) Cartórios de António José Salema / José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (c. 1815-1833)

Quando os Salema receberam os documentos provenientes do cartório de António Xavier de Miranda Henriques – num total superior a 750 registos escritos - era ainda vivo António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva, considerado o legítimo sucessor de alguns dos morgadios na posse dos Miranda Henriques. Terá sido por sua ordem que se iniciaram duas importantes tarefas que determinaram a forma como hoje conhecemos a documentação conservada no AGLS: o controlo, triagem e inventariação da documentação que tinha recebido dos Miranda Henriques; e a uniformização de todo o seu cartório – isto é, a documentação dos Miranda Henriques e os registos escritos que tinha na sua posse antes da contenda -, de acordo com uma única lógica organizacional.

Este processo estendeu-se para além da morte de António José Salema, em 1821, e continuou em vida do seu irmão e sucessor na representação da família, José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva. Todavia, parece que o falecimento deste último, em 1833, interrompeu as tarefas de reordenação e uniformização, não se chegando, ao que parece, a produzir um inventário geral semelhante ao de 1815. Assim, dispomos somente de fragmentos, por norma sob a forma de «relações» ou «catálogos», que permitem apenas reconstituir parcialmente este processo de reorganização e inventariação.

De acordo com esses fragmentos, uma parte significativa do trabalho de reorganização e uniformização foi levada a cabo pelo perito paleógrafo João Crisóstomo Caldas. Não temos conhecimento de outras intervenções congêneres da autoria deste especialista, mas julgamos que tenha tido uma formação semelhante à do Padre João Filipe da Cruz, seu contemporâneo. Partindo então da distribuição da documentação por temas que este último havia executado, João Crisóstomo Caldas parece ter começado por reorganizar os documentos transferidos do cartório de António Xavier de Miranda Henriques, submetendo-os a uma outra lógica de organização que separou, desde logo, a documentação associada aos morgadios da restante. Recordamos que o cartório de António José Salema tinha sido já parcialmente organizado por morgadios antes da contenda, organização essa que Crisóstomo Caldas parece ter mantido e transposto para a massa documental herdada dos Miranda Henriques¹⁵².

Assim, parte dos documentos foi reorganizada por morgadios e, dentro de cada morgadio, pela localização geográfica ou pelo nome das propriedades que os compunham. Para cada morgadio foram então criadas uma ou mais caixas e os documentos que lhes diziam respeito foram agrupados, por ordem cronológica, em maços, separados, por norma, consoante as propriedades. Recorrendo aos catálogos existentes no AGLS e ainda a uma minuta incompleta da designada “Relação dos papéis inventariados por falecimento do Preclaríssimo Senhor José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva em o seu cartório para ser entregues a seu Preclaríssimo sucessor o Ilustríssimo Senhor António Xavier da Gama”¹⁵³, foi-nos possível reconstituir parte da nova estrutura que a documentação proveniente do arquivo dos Miranda Henriques recebeu no arquivo dos Salema (cf. quadro detalhado com referência aos catálogos em Anexo 7 - Reconstituição de parte da reorganização da documentação proveniente do cartório de António Xavier de Miranda Henriques depois de ser incorporado no cartório de António José Salema, p. 418):

¹⁵² Elaborou-se um novo catálogo do morgadio de Alverca, conservado sobre a forma de minuta: Minuta do chamado “Catálogo de Alverca” (s/d) conservada em ANTT, AGLS, cx. 59, pt. 274.

¹⁵³ “Relação de papéis” (posterior a 1833) conservada em ANTT, AGLS, cx. 59, pt. 272).

Caixa	Morgadio	Maço	Nº documentos	Localização / Propriedade
Caixa 1	Morgadio Diogo Salema	Maço 1	35	Alcácer do Sal
		Maço 2	16	Cabrela e Gradil
		Maço 3	3	Alcácer e Quinta do Bom Reparo
		Maço 4	27	Quinta da Gâmbia
Caixa 2	Morgadio Diogo Salema	Maço 5	8 maços; mais de 13 docs.	Setúbal: Maço 1 – Casas Sapal Maço 2 – Casas Porta Nova Maço 3 – Casas Maço 4 – Casas Logo da Tercena Maço 5 – Casas na Rua da Moraria junto com o poço do concelho
		Maço 6	6	Diferentes prédios: Sesmaria do Farilhão Sesmaria da Quinta do Canas
		Maço 7	1ª parte 6 docs. 2º parte 9 docs.	1º parte sobre Aljaruz e Mojodouro 2º parte sobre Horta Nogueira
		Maço 8	16	Casas e marinhas no sítio de Espim
		Maço 9	25	Palmela
		Caixa 3	Morgadio Diogo Salema	Maço 10
Maço 11	19	Casal de Almeara Grande		
Maço 12	9	Casal de Almeara Pequeno		
Maço 13	17	Casal de Fernandinho		
Caixa 4	Morgadio Diogo Salema	Maço 14	11	Tomé Roxo e Turcifal
		Maço 15	6	Casal de Marzagão
		Maço 16	7	Casal do Tusso
		Maço 17	164	Filiteira
		Maço 17 nº 2	15	Carvalhos

		Maço 17 nº 3	31	Sobral de Monte Agraço
		Maço 18	3 livros; 37 docs.	Processos de Palmela, Setúbal e Alcácer do Sal
Caixa 5	Vínculo de D. Mariana de Almeida	Maço 1	7	
		Maço 2	21	
		Maço 3	3	
		Maço 4	3	
		Maço 5	3	
		Maço 6	1	
		Maço 7	27	
Caixa 6	Morgadio Diogo Salema	Maço 1	11	Palácio de S. Pedro de Alcântara
		Maço 2	8	Foros da Rua dos Mouros
		Maço 3	4	Foros da Rua do Teixeira
		Maço 4	1	Casas da Rua da Atalaia
		Maço 5	2	Casas
		Maço 6	1	Casas do Ludovice
Caixa 7	[não existe informação]			
Caixa 8	Morgadio Maria Rebela	Maço 1	58	Chelas
		Maço 2	3	Casas na Rua dos Escudeiros
		Maço 3	1	Quinta da Panasqueira
		Maço 4	1	Sevilha
		Maço 5	21	Processo Chelas
Caixa 9	[o mesmo que a caixa 8]			
Caixas 10-15	[não existe informação]			
Caixa 16	“documentos que se devem bem examinar”		48	

Tabela 3

Reconstituição da reorganização do arquivo Salema por morgadios depois da documentação do cartório de António Xavier de Miranda Henriques ter sido incorporada no cartório de António José Salema

Verificamos, desde logo, que esta reconstituição é lacunar, faltando informação sobre algumas das caixas e maços. Tal deve-se não só ao facto de os vestígios de que dispomos serem fragmentários como à dedução de que não se tenha chegado a terminar a tarefa de reestruturação. O seu carácter incompleto está patente nas próprias «relações» e «catálogos», muitos dos quais estão riscados ou anotados, dando a entender que seriam, na realidade, instrumentos de trabalho ou minutas de documentos cuja versão final ficou por produzir. Em alguns deles encontramos mesmo um cruzamento de cotas, escrevendo-se por baixo ou ao lado da nova cota, produzida no âmbito deste processo de inventariação, a cota antiga que tinha sido atribuída aos documentos aquando a inventariação do cartório de António Xavier Miranda Henriques, em 1815¹⁵⁴.

Contudo, cruzando as cotas que nos foi possível reconstituir com a documentação produzida entre os séculos XV e XVI conservada no AGLS, concluímos que muitas delas chegaram a ser transpostas para os documentos, sendo inscritas na frente ou no verso dos registos escritos. Significa isto que pelo menos a parcela da reorganização do arquivo que reconstituímos não foi apenas virtual mas terá implicado também a reorganização física da documentação.

Parte dessa documentação escapou, no entanto, ao «arranjo» físico ao qual João Crisóstomo Caldas deu preferência, isto é, à aglomeração dos documentos em maços e dos maços em caixas. Se analisarmos o maço 18 da caixa 4, constatamos que não era, na realidade, um maço, mas sim um conjunto de três livros compostos por 37 documentos encadernados relativos aos designados “Processos de Palmela, Setúbal e Alcácer do Sal”. Nenhum dos registos descritos nos catálogos destes livros está hoje conservado no AGLS e não nos foi possível determinar com exactidão a razão pela qual se acondicionaram estes documentos de uma forma distinta dos restantes¹⁵⁵. Sabemos, todavia, que os livros foram criados já depois da integração da documentação proveniente do arquivo Miranda Henriques no cartório dos Salema. Talvez a sua criação se tenha devido ao facto de, mesmo depois da morte de António Xavier de Miranda Henriques, se ter prolongado um contencioso com o herdeiro *ab intestato* do Patriarca, Pedro de Melo Breyner, e com os sucessores deste último sobre o direito a algumas das

¹⁵⁴ Como, por exemplo, no “Catálogo da caixa nº 5” (s/d) conservado em ANTT, AGLS, cx. 59, pt. 273.

¹⁵⁵ “Catálogo dos 3 livros encadernados...” (s/d) e minutas do mesmo catálogo (s/d) conservados em ANTT, AGLS, cx. 59, pt. 273.

propriedades¹⁵⁶. Assim sendo, é possível que se tenham encadernado os documentos que seriam ainda necessários em justiça, separando-os fisicamente dos remanescentes.

Outro elemento que se destaca da norma é a nomeada “caixa 16”, onde estariam conservados os designados “documentos que se devem bem examinar”, isto é, documentação existente no cartório sobre os morgadios que, por alguma razão, suscitava dúvidas ou se considerou exigir esclarecimentos adicionais. No catálogo da caixa são enumerados 48 documentos, dispostos por ordem alfabética e brevemente resumidos. Sobre alguns deles acrescentaram-se notas que explicam o motivo pelo qual os documentos deviam ser examinados, como por exemplo: “Pertence ao Morgado de Diogo Salema. Vide todo este maço e nele se acharão uma descrição de todas as suas propriedades por meio dos documentos que contém este maço como também excelentes memórias sobre este mesmo morgado: que claramente se vê que pertence in integrum ao excelentíssimo actual administrador José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa”; ou “Importantíssimo é este documento pelo que contem em si e pela sua antiguidade que vem a ser uma declaração de D. Francisca Barradas, prima 2ª de Diogo Fernandes Salema posta em seu testamento; no qual institui capela e vínculo que é preciso buscar pois pertence a esta Casa cujo assento está nas Notas de Mateus Ferreira da Costa em 18 de Novembro de 1626. Todos os referidos bens com a natureza de morgado e o referido assento talvez se ache em Alverca”¹⁵⁷. Esta “caixa

¹⁵⁶ Abel Rodrigues cita extratos das cartas trocadas entre Pedro de Melo Breyner e João Filipe de Cruz, que «arranjou» o cartório da sua casa depois de terminar a reorganização do arquivo dos Miranda Henriques, onde se mencionam algumas das reivindicações do herdeiro *ab intestato*: RODRIGUES, Abel, “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação de Mateus”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 484-486. A 7 de Junho de 1831, no nº 132 da *Gazeta de Lisboa*, José Maria Salema fez publicar um aviso onde se escreveu: “José Maria Salema Lobo de Saldanha Sousa Cabral e Paiva, que sucedeu a seu irmão António Salema Lobo de Saldanha nos vínculos de Salemas de que fora julgado legítimo sucessor por morte do último Conde de Sandomil, faz público e constante para que ninguém depois alegue ignorância o seguinte: Que o dito executa na Provedoria das Capelas, Escrivão Cruz, os filhos, agora legítimas partes como herdeiros do falecido Pedro de Mello Breyner, que era executado como devedor dos vínculos de avultada quantia resto de maior; e também litiga com os sobreditos na 3ª Vara da Correição do Cível da Corte, Escrivão Cabral, em revindicação, reconvindo pelos seguintes objectos, como vinculados, a saber: o famoso quadro do Descimento da Cruz e o prédio denominado Horta de Nogueira, sito em Setúbal, e seus rendimentos desde injusta fruição e posse, o qual vem de ser avaliado em seis contos de reis como alodial, no Inventário em que se procede por morte do sobredito Pedro de Melo Breyner; cujo aviso se faz a fim de que ninguém contrate com os sobreditos sobre os referidos bens litigiosos e mesmo sobre alguns livres, por se acharem penhorados ou geralmente hipotecados à dívida do vínculo porque corre execução”.

¹⁵⁷ “Catálogo constante dos documentos que se devem bem examinar existentes nesta caixa Nº 16” (s/d) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 59, pt. 273.

16” é o primeiro indício de que dispomos da aplicação de um critério de reorganização que reuniu sob uma mesma lógica a documentação que já estava no cartório de António José Salema antes da contenda e aquela proveniente do cartório de António Xavier de Miranda Henriques.

O mesmo parece ter sucedido com os documentos que não estavam associados a nenhum dos morgadios existentes antes ou depois da contenda. Nesse sentido, é possível que a documentação oriunda das duas proveniências (cartório de António José Salema e cartório de António Xavier de Miranda Henriques) tenha sido reunida num só grupo e depois distribuída de acordo com critérios temático-tipológicos. Conserva-se no AGLS apenas uma minuta de um catálogo desta outra documentação, onde encontramos referência a três maços, a saber, “Maço 1 – Ofícios e mercês”, “Maço 2 – Certidões de baptimos” e “Maço 3 – Certidões de óbito”¹⁵⁸. É de supor que se tenha seguido uma metodologia semelhante à executada por João Filipe da Cruz no inventário do cartório de António Xavier de Miranda Henriques, adaptando-se porventura as secções temático-tipológicas que aquele havia criado, como no caso do maço de “ofícios e mercês”, semelhante ao maço de “serviços e mercês” do inventário de 1815.

Usando as palavras de Abel Rodrigues e de Armando Malheiro para descrever a reorganização do arquivo da Casa de Mateus levada a cabo por D. José Maria de Sousa sensivelmente na mesma época, podemos questionar se esta reunião e reordenação de parcelas de documentação de proveniência diversa num só cartório não terá feito também “tábua rasa do conceito de organicidade dos vários ramos familiares”, submetendo “toda a massa documental acumulada às necessidades do tempo presente”¹⁵⁹. No caso de António José Salema e dos seus sucessores, interrogamo-nos se essas «necessidades presentes» poderão ter excedido os objectivos de ordem prática ligados à boa ordenação do arquivo, ao controlo da informação documental e à reivindicação de direitos. Perguntamos, portanto, se a reordenação do acervo depois da contenda não terá espelhado também um propósito de afirmação social dos Salema enquanto sucessores dos Miranda Henriques.

De facto, a autoridade e a legitimidade da administração dos vínculos dos Miranda Henriques foi atribuída a António José Salema por uma entidade judicial, o

¹⁵⁸ Minuta de catálogo (depois de 1822) conservada em ANTT, AGLS, cx. 59, pt. 272.

¹⁵⁹ RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas da Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 631.

que tornava a sucessão válida à luz dos preceitos jurídicos da época mas não implicava necessariamente a sua aceitação social. Na prática, o que a sentença em justiça produziu foi a extinção de uma das famílias pertencentes aos Grandes do Reino em benefício de um grupo familiar inferior na hierarquia social da nobreza. O próprio Fernando Xavier de Miranda Henriques evoca precisamente esta discrepância social como um dos argumentos para solicitar ao Rei a graça de considerar a sua Casa um excepção na aplicação da lei de 1769:

“Porque não se transmite a parente algum do suplicante dentro do 4º grau que descenda dos mesmos antecessores e avós que por suas gloriosas acções mereceram que Vossa Majestade e seus augustos predecessores a elevassem à classe da Grandeza e que por consequência os possam dignamente representar; pois suposto sejam muito nobres, as linhas imediatas estão separadas do tronco principal em grau remotíssimo e destituídas de ilustração que as habilite para o exercício dos grandes officios da Casa Real”¹⁶⁰.

Na perspectiva dos Miranda Henriques e, talvez, de outros sectores da nobreza, os Salema, «por muito nobres que fossem», não pertenciam à Grandeza do Reino nem partilhavam as «qualidades» inerentes a essa classe. O próprio Rei reforçou esta ideia quando negou a José Maria Salema o uso do título de Conde de Sandomil. Do ponto de vista dos Salema, é possível que se tenha imposto então a necessidade de divisar uma forma de se afirmarem socialmente como legítimos proprietários dos morgadios, tornando simultaneamente obscura ou suprimindo a polémica gerada em torno da sucessão; isto é, tornando obscuro ou suprimindo o facto de a legitimidade da administração dos vínculos lhes ter sido conferida, em primeira instância, por uma instituição judicial que agiu em conformidade com uma legislação recentemente publicada e não, propriamente, pelas «qualidades» e «merecimentos» linhagísticos que partilhavam com os Condes de Sandomil.

Esta necessidade de, no fundo, os Salema se «refundarem»¹⁶¹ socialmente como legítimos sucessores dos Miranda Henriques é-nos sugerida pela quase completa

¹⁶⁰ Minuta da carta (s/d) de Fernando Xavier de Miranda Henriques dirigida ao Rei conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 77.

¹⁶¹ Patrícia Marques utilizou o termo “refundação” para caracterizar uma das necessidades que se impôs à família Castro quando esta regressou da Índia no século XIX, regresso esse que motivou uma (re)construção do arquivo familiar: MARQUES, Patrícia, “The Archive Castro-Nova Goa and its

ausência desta última linhagem na “narrativa” em torno da qual se articulou o cartório dos Salema depois da integração da documentação oriunda do arquivo de António Xavier de Miranda Henriques¹⁶². De facto, verificamos nas genealogias e nas identificações da proveniência dos morgadios e de alguns documentos avulsos produzidas na sequência da contenda que se optou por distinguir a documentação que já estava no cartório de António José Salema daquela que foi incorporada depois de 1815 através da referência à “Casa dos Salemas de Alverca” e à “Casa dos Salemas de Alcácer do Sal”¹⁶³.

Assentando a distinção naquilo que parece ser a localização geográfica das cabeças dos principais morgadios associados às duas “Casas”, estas referências demarcaram a existência de duas linhas da família Salema, a de Alverca, da qual António José Salema descendia por sucessão varonil, e a de Alcácer do Sal, da qual António Xavier de Miranda Henriques descendia por via feminina, originária em Lourença Salema, casada com Simão de Miranda Henriques no século XVI.

Ao omitir o apelido “Miranda Henriques” na definição das linhas – que, aliás, foi sempre utilizado por todos os sucessores de Lourença Salema e de Simão de Miranda Henriques -, e ao substituí-lo pelo apelido “Salema”, esta adequação genealógica privilegiava, portanto, a ascendência de António Xavier de Miranda Henriques por via feminina em detrimento da sucessão varonil. Como resultado, António José Salema surgia como herdeiro natural ou expectável de António Xavier de Miranda Henriques, um membro de outra linha da linhagem dos Salema, e não apenas como sucessor nomeado por sentença judicial. O passado familiar adequava-se e dava autoridade ao estatuto presente¹⁶⁴.

inventory: between proof and memory. A (re)construction of the 19th century”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 94.

¹⁶² A articulação dos arquivos de família em torno de construções discursivas é mencionado em ROSA, Maria de Lurdes, “Arquivos de Família – o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, p. 321.

¹⁶³ Genealogias (s/d) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 1, pt. 2; “Índex – Dos títulos das fazendas desta Casa de Salemas de Alverca” (c. 1788) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 59, pt. 274.

¹⁶⁴ Como mostrou Nuno Gonçalo Monteiro, esta adequação do passado familiar às exigências do presente por via das genealogias era uma prática comum por entre os membros da Grandeza do Reino, que frequentemente integravam ou omitiam determinados personagens dos quadros genealógicos consoante enaltescessem ou prejudicassem o “lustre” das Casas: MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, pp. 96-99.

Desta forma, o arquivo cristalizou esse passado submetido às necessidades presentes, assumindo o duplo papel de promotor e de produto dessa operação. Depois de 1815, a documentação gerida pelos Salema articulou-se, pelo menos em parte, em torno desta interpretação acerca da proveniência dos registos escritos, distribuídos pela “Casa dos Salema de Alverca” e pela “Casa dos Salema de Alcácer do Sal”.

Assim, na soma de todos estes processos de reorganização e inventariação dos arquivos encontramos mais do que simples operações técnicas de ordenação documental e de construção de ferramentas de recuperação de informação. Encontramos estratégias imbuídas de significado, concebidas para actualizar, no sentido de tornar actual, documentação acumulada durante séculos. Já longe das funções e significados que justificaram a sua produção e subsequente arquivagem, muitos documentos passaram a ser valorizados e mantidos por motivos distintos. Esta outra valorização levou, por seu turno, à criação de novas hierarquias, materializadas física e virtualmente na disposição dos documentos dentro do arquivo e nos inventários, catálogos e sumários.

O exemplo da documentação contida no AGLS mostra-nos, antes de mais, quão profundas foram as transformações que se operaram num curto período de tempo, balizado entre finais da década de 80 do século XVIII e inícios da década de 30 da centúria seguinte. Mostra-nos também que só é possível compreender plenamente o «porquê» e o «como» dessas transformações se se atender aos percursos dos indivíduos e das famílias que geriram e usaram os arquivos, adaptando-os às suas necessidades específicas dentro de um contexto político e social em mudança. E mostra-nos, por fim, as pegadas deixadas não só pelas concepções arquivísticas que vigoravam naquele período mas também por aqueles que, na qualidade de peritos paleógrafos, traduziram essas concepções nos arranjos dos arquivos de família.

Mas as reorganizações e inventariações Setecentistas e Oitocentistas não constituíram a última etapa na história das reordenações a que a documentação contida no AGLS foi sujeita. Como observámos no ponto 1.2 deste capítulo, o período que se seguiu à extinção dos morgadios trouxe também transformações profundas, que culminaram, a partir da década de 70 do século XX, num novo processo de reorganização e inventariação do arquivo, desta feita atribuído por arquivistas profissionais.

II. 2.2. Estrutura actual: opções e problemas

No que diz respeito à sua actual estrutura arquivística, o AGLS é um caso raro no contexto dos arquivos de família Portugueses. Isto porque foi reorganizado e inventariado por profissionais formados em História e em Arquivística sem ter dado entrada num arquivo público. Salvo algumas outras excepções, como, por exemplo, o Arquivo da Casa de Mateus¹⁶⁵, os arquivos de família foram sendo, por norma, «informalmente» reorganizados pelos seus proprietários privados¹⁶⁶ ou submetidos a tratamento arquivístico depois de serem temporária ou permanentemente depositados num arquivo tutelado pelo Estado¹⁶⁷.

Assim, sabemos que o tratamento arquivístico do AGLS se prolongou desde finais da década de 70 do século XX até princípios dos anos 2000, pela mão de Nuno Daupiás de Alchochete e do seu aluno, Manuel Mamede Pereira. A tarefa de que foram incumbidos passava por organizar e inventariar os «papéis» que o proprietário do acervo tinha reunido, correspondente, como concluímos no ponto 1.2 deste capítulo, a pelo menos quatro dos núcleos documentais que tinham sido gerados depois da extinção dos morgadios e da morte do último morgado.

O primeiro passo corporizou-se, então, no controlo da documentação existente, a qual foi sumariada e posta em capilhas onde se dactilografaram as descrições dos documentos. Depois, seguiu-se algo que é comumente considerado particularmente problemático no caso dos arquivos de família, a classificação do acervo. De facto, verificamos que em diversos trabalhos dedicados aos arquivos de família, especialmente naqueles produzidos por arquivistas preocupados com os aspectos técnicos do

¹⁶⁵ O Arquivo da Casa de Mateus, tutelado pela Fundação da Casa de Mateus, tem vindo a ser, desde de 2001, estudado e arquivisticamente tratado por profissionais especificamente destacados para o efeito sob a coordenação científica do Professor Doutor Armando Malheiro da Silva - http://www.casademateus.com/historia_arquivo.htm.

¹⁶⁶ SILVA, Matilde de Mello Gago da; ASSIS, António Maria de, “O Arquivo Ficalho - a sua história e perspectivas de futuro”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 68-69; GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Organização de Arquivos de Família. Particularidades Técnicas Subjacentes”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107.

¹⁶⁷ Foi o caso, a título de exemplo, do Arquivo da Casa de Santa Iria - LEME, Margarida, “O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 479-490 - ou do Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira - ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 571-596.

tratamento destes conjuntos documentais, é frequente encontrarmos menções à “desorganização” com que estes acervos nos chegaram¹⁶⁸. Tal “desorganização” é inclusivamente apresentada, por vezes, como uma característica que define a natureza destes arquivos, justificada pela ausência de determinações formais que regulamentassem o uso e a organização dos arquivos como sucedia nas instituições públicas ou estatais.

Contudo, como defende Armando Malheiro, o termo «desorganização» é muitas vezes utilizado como sinónimo de «difícil ou impossível recuperação de informação de acordo com os critérios da Arquivística contemporânea». E deixa o aviso: “não se use e abuse do pretexto da desorganização, porque é fácil invocá-la quando não encontramos os documentos dispostos segundo os nossos critérios actuais”¹⁶⁹. No caso do AGLS, não sabemos em que estado de (des)organização chegou às mãos dos arquivistas responsáveis pelo seu tratamento. Supomos que estes últimos tenham efectivamente considerado que o arquivo estaria desorganizado dado que optaram por uma reorganização física ao invés de uma reorganização exclusivamente virtual.

Todavia, é difícil avaliar se a escolha de proceder a uma reorganização física se deveu, como afirma Malheiro, à ideia de que a ordenação que o arquivo apresentava não estava conforme os preceitos da Arquivística contemporânea ou se a estrutura do AGLS não traduzia, de facto, qualquer organização orgânica inteligível. Sem descartar a primeira hipótese, parece-nos que este segundo aspecto terá pesado na decisão dos arquivistas, por vários motivos: em primeiro lugar, o conjunto documental que lhes foi entregue era apenas uma parcela do arquivo que esteve na posse do último morgado e, portanto, era um arquivo novo que não existia anteriormente; depois, aquela que parece ter sido a última estrutura organizacional, construída antes da extinção dos morgadios, terá ficado incompleta e deixou apenas vestígios fragmentários; e, por fim, as várias mudanças de depósito a que documentação foi sujeita até chegar ao local onde foi consultada pelos arquivistas podem ainda ter provocado alterações na organização dos documentos.

¹⁶⁸ RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 461, 464.

¹⁶⁹ SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 70-71.

Desta forma, supomos que a manutenção da ordem física com que o AGLS chegou aos arquivistas apresentasse poucas vantagens, tanto do ponto de vista do acesso e recuperação da informação como do estudo da história do arquivo e das suas entidades produtoras e conservadoras. Não obstante, os critérios que guiaram a classificação e a atribuição de uma nova reorganização do acervo (que não existiam anteriormente) revelam-se mais problemáticos, como se pode verificar a partir do quadro de classificação extraído do *Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema*, terminado entre 1988 e 1990¹⁷⁰:

¹⁷⁰ PEREIRA, Manuel Mamede, *Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema*, trabalho final de seminário de Arquivística, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1990 [versão dactilografada]. Consultámos a cópia que foi entregue ao último proprietário do AGLS e desconhecemos se terá sido transferida para o Arquivo Nacional Torre do Tombo juntamente com o acervo.

I – Documentos de Família

(cx. 1, pts. 1-2 / 53 docs.)

II – Documentos Pessoais Gama Lobo

(cxs. 2-8, pts. 3-56 / 295 doc.)

III – Documentos Pessoais Salema

(cxs. 9-14, pts. 57-118 / 219 docs.)

IV – Títulos de Instituições Vinculares

(cxs. 15-25, pts. 119-157 / 198 docs.)

V – Juízo das Capelas

(cxs. 26-29, pts. 158-162 / 178 docs.)

VI – Títulos de Bens de Vínculo

(cxs. 30-47, pts. 163-223 / 551 docs.)

VII – Títulos de Bens Livres

(cxs. 48-50-pts. 224-239 / 127 docs.)

VIII – Administração da Casa

(cxs. 51-56, pts. 240-267 / 415 docs.)

IX – Anexos

(cxs. 57-59, pts. 268-274 / 92 docs.)

Quadro 4

Nível das secções do actual quadro de classificação do AGLS extraído do *Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema*

Avaliando o conjunto dos quadros de classificação tradicionalmente atribuídos a arquivos de família em Portugal e em Espanha, podemos afirmar que o actual esquema classificativo do AGLS segue uma abordagem clássica que vai de encontro à maioria

dos casos identificados¹⁷¹. Em termos gerais, esta abordagem, dita temática ou temático-tipológica, caracteriza-se pela criação de subdivisões no arquivo de acordo com os temas e/ou tipologias documentais que se consideraram articuladores de determinados grupos de documentos. De entre os grupos temáticos, quatro são geralmente transversais a todos os quadros de classificação, podendo receber designações distintas mas partilhando conteúdos semelhantes: os documentos ditos de «família», considerados relacionados com a família em geral; os documentos ditos «pessoais», produzidos e/ou recebidos pelos indivíduos; os documentos ligados à administração e gestão do património; e, por fim, os documentos designados de «coleção» ou de temática variada, que não encaixam em nenhum dos outros temas criados no quadro de classificação.

No caso do AGLS, estes quatro temas estão patentes nas nove secções temáticas do quadro de classificação, cujo conteúdo é o que se segue (vd. Anexo 8 - Descrições (proveniência / tema, datas extremas e número de documentos) dactilografadas nas capilhas das pastas do AGLS por Nuno Daupias d'Alcochete e Manuel Mamede Pereira, p. 424):

a) I – Documentos de Família

Nesta secção foram reunidos os documentos que os arquivistas consideraram dizer respeito à família enquanto conjunto. A maioria dos documentos é composta por genealogias, apontamentos, notas e resenhas genealógicas produzidos, na sua generalidade, entre os séculos XIX e XX. A principal excepção corporiza-se num traslado de uma carta de armas dos Salema, feito no século XVI. Em adição, esta secção inaugura uma divisão que, implícita ou explicitamente, estará presente em todas as outras secções, a saber, entre a documentação proveniente da família Gama Lobo e aquela proveniente da família Salema. De facto, é clara a concepção do AGLS como o resultado da reunião de dois arquivos distintos, associados às duas famílias mencionadas.

¹⁷¹ GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Organização de Arquivos de Família. Particularidades Técnicas Subjacentes”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107 – 115; SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 51 – 106; *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000. GONZÁLEZ, Carlos Mas, “Cuadros de Clasificación de Archivos Nobiliarios. La Iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional”, in *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, ed. SÁEZ, Carlos, vol. II, Calambur, 2002, pp. 495-498.

b) II – Documentos Pessoais Gama Lobo e III – Documentos Pessoais Salema

Como o título indica, as duas secções dedicadas aos documentos ditos “pessoais” – a primeira relativa aos membros da família Gama Lobo e a segunda aos membros da família Salema -, aglomeram registos produzidos e/ou recebidos por vários membros dos grupos familiares. De tipologia diversa, estes registos incluem, entre outros, testamentos, cartas de mercês, alvarás régios, certidões, contratos de casamento ou inventários de bens.

Acompanhando a sucessão genealógica das famílias, a sequência das pastas começa pela documentação associada ao representante da família, seguindo-se a sua esposa e, depois, os irmãos do representante. Por fim, as últimas pastas das duas secções de documentos “pessoais” são reservadas aos designados “ascendentes e colaterais”, isto é, aos documentos produzidos e/ ou recebidos pelas famílias dos cônjuges e depois incorporados no arquivo dos Gama Lobo ou dos Salema:

II – Documentos pessoais Gama Lobo

Fernão Gomes da Gama I

Maria de Almada

Sebastião Perestrelo

Fernão Gomes da Gama II

Clara de Brito

Manuel da Gama Lobo

Sebastião da Gama Lobo

Fernando José da Gama Lobo

Antónia Maria de Sousa Mexia

Sebastião Xavier da Gama Lobo

Ana Leonor Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva

António Xavier da Gama Lobo Salema

Ana Rita Xavier

Manuel Xavier da Gama Lobo Salema Saldanha e Sousa Cabral e Paiva

António da Gama Lobo Salema Saldanha e Sousa Cabral e Paiva

Luísa Emília Pinto Barreiros

Fernando da Gama Lobo Salema

Rui da Gama Lobo Salema

Margarida da Gama Lobo Salema

Ascendentes e colaterais de Maria de Almada

Ascendentes e colaterais de Francisco Coelho da Costa

Ascendentes e colaterais de Clara de Brito

Ascendentes e colaterais de Francisca Teresa da Gaia

Ascendentes e colaterais de António Maria de Sousa Mexia

Ascendentes e colaterais de Luísa Emília Pinto Barreiros

Quadro 5

Nível das subsecções da secção II – Documentos Pessoais Gama Lobo do actual quadro de classificação do AGLS extraído do *Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema*

A secção III – Documentos Pessoais Salema apresenta ainda uma divisão adicional, separando-se a documentação por quatro linhas da família, a saber, as designadas linha dos “Salemas de Alcácer do Sal”, linha dos “Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil”, linha de “André Salema” e, por último, linha dos “Salemas de Alverca” – às quais voltaremos mais adiante:

III – Documentos pessoais Salema

1ª linha: Salemas de Alcácer do Sal

Leonor Gil

Brás Salema I

António Salema

Tomé Salema

Rui Salema

António Salema Lobo

Diogo Salema

Catarina Salema

Isabel Salema Soares

2ª linha: Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil

Brás Salema II

Isabel

João Salema

Mariana de Almeida

Lourença Salema

Fernando de Miranda Henriques

Luís de Miranda Henriques

Madalena Luísa de Bourbon

Fernando Xavier de Miranda Henriques

Violante Maria Josefa de Melo

Luís de Miranda Henriques

António Xavier de Miranda Henriques

António José de Miranda

Ascendentes e colaterais Isabel Serrão

Ascendentes e colaterais Isabel de Almeida Barradas

Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques

Linha de André Salema (Paivas de Alverca)

Pero de Paiva

Mariana de Paiva

Francisco de Faro

3ª linha: Salemas de Alverca

Maria Botelha

Diogo Fernandes Salema I

Maria Salema

Diogo Fernandes Salema II

Luísa Cabral

Josefa Leocádia Coutinho

José Salema Cabral e Paiva

Isabel Inês de Saldanha e Noronha

Madalena Francisca Xavier de Ataíde

Francisco Salema Lobo de Saldanha

Maria Rita Leonarda de Saldanha

Luís Casimiro Salema Lobo de Saldanha e Sousa

Diogo Fernandes Salema Lobo de Saldanha

José de Saldanha

Inês Catarina de Saldanha e Noronha

Miguel José Salema Lobo de Saldanha e Paiva

Joaquina Josefa de Sousa Tavares e Castro

António Salema Lobo de Saldanha e Sousa

Ascendentes e colaterais Susana de Lemos

Ascendentes e colaterais Luísa Godinho Cabral

Ascendentes e colaterais Maria Coutinho

Ascendentes e colaterais Isabel Inês de Saldanha e Noronha

Ascendentes e colaterais Joaquina Josefa de Sousa Freire

Quadro 6

Nível das subsecções da secção III – Documentos Pessoais Salema do actual quadro de classificação do AGLS extraído do *Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema*

c) IV - Títulos de Instituições Vinculares, V – Juízo das Capelas, VI - Títulos de Bens de Vínculo e VII - Títulos de Bens Livres

Estas quatro secções, que correspondem a metade da totalidade dos documentos conservados no AGLS, dizem respeito a registos que se consideraram relacionados com a administração e gestão do património das famílias. As primeiras três reportam-se a propriedades vinculadas, ou seja, relativas a morgadios ou capelas, e a última é relativa a bens livres, isto é, património cuja administração e gestão não respondia às determinações impostas pelos fundadores de morgadios ou capelas.

A opção de criar três secções para o património vinculado deveu-se, ao que parece, ao estabelecimento de uma distinção entre os documentos que formalizaram a instituição dos vínculos e que informam sobre a sua posse (secção IV), os documentos que comprovaram o cumprimento das obrigações estipuladas pelos fundadores (secção V) e, finalmente, os documentos de aquisição e gestão das propriedades que compunham os vínculos (secção VI).

Assim, a secção IV – Títulos de Instituições Vinculares é composta, entre outros, por processos judiciais sobre a posse dos vínculos; testamentos e títulos de instituição (originais ou traslados) dos vínculos; notas, apontamentos e relações, datadas entre os

séculos XVIII e XIX, sobre os vínculos e respectivas obrigações; ou sentenças régias. Os documentos são distribuídos por morgadio ou capela, identificados a partir do nome do seu instituidor ou da localização da cabeça de morgadio.

A secção V – Juízo das Capelas está dividida em três grandes subsecções, nomeadamente, os recibos de encargos de missas cumpridas; as quitaçãoes dos provedores das Capelas; e, por fim, as sentenças dos Juízo da Provedoria das Capelas sobre vários assuntos.

A secção VI - Títulos de Bens de Vínculo, que corresponde ao grosso da documentação associada ao património, está também dividida por morgadios, vínculos ou capelas, começando-se por apresentar os documentos produzidos e/ou recebidos pelos Gama Lobo, seguidos pelos dos Salema. Encontramos aqui os registos de compra, venda, aforamento, empraçamento ou encabeçamento das várias propriedades que fizeram parte dos vínculos.

O mesmo tipo de registos compõe a secção VII – Títulos de Bens Livres, que está dividida pela localização geográfica das propriedades pertencentes aos Gama Lobo e, depois, aos Salema.

d) VIII – Administração da Casa

A secção VIII – Administração da Casa compreende, sobretudo, documentação ligada à gestão financeira das famílias (relações de propriedades, livros de registo de receita e despesa) e a assuntos judiciais (procurações, accções em justiça).

e) IX - Anexos

Por fim, a secção IX – Anexos inclui três grandes categorias de documentos: registos que não são passíveis de ser incorporados nas outras secções ou cuja origem e função no arquivo os arquivistas desconheciam; documentos de função recebidos no cumprimento de actividades profissionais de alguns dos membros da família (a maior parte proveniente do Conselho da Fazenda); e, por último, inventários, sumários ou catálogos de documentos, datados, na sua maioria, do século XIX.

O primeiro problema que detectamos no tratamento arquivístico descrito é, como já havia notado Fernanda Ribeiro acerca de outros trabalhos arquivísticos realizados sobre arquivos de família, a total ausência de qualquer descrição ou justificação

metodológica sobre a forma como o arquivo foi concebido e posteriormente reorganizado¹⁷². De facto, tal ausência não se cinge ao tratamento dos arquivos de família, estendendo-se a uma grande parte dos acervos que foram sujeitos a intervenções arquivísticas guiadas pelo paradigma da «velha» Ciência Arquivística. Como observámos no capítulo I, os arquivistas só recentemente tomaram consciência do papel que desempenhavam na co-edição dos arquivos, pelo que não era evidente a necessidade de documentar a sua intervenção e de “explicar as suas escolhas para a posteridade”¹⁷³.

Contudo, depressa nos apercebemos da importância de tornar claras essas escolhas quando, por exemplo, pretendemos recuperar determinado documento sobre um morgadio e não temos informação sobre os elementos que distinguem os designados “títulos de instituições vinculares” dos “títulos de bens de vínculo”. De facto, a única forma de conhecer o conteúdo de cada secção temática e os critérios que determinaram a sua criação é consultar os documentos integrados em cada secção.

A este problema acresce outro que está no centro da mudança de paradigma arquivístico, descrita por Terry Cook como a deslocação do enfoque arquivístico “from records as products or artifacts, to record-making and record-keeping as processes”¹⁷⁴ ou “from the analysis of the properties and characteristics of individual documents or series of records, to an analysis of the functions, processes, and transactions which cause documents and series to be created”¹⁷⁵. Em essência, este debate opõe uma Arquivística descritiva (clássica), focada no conteúdo dos arquivos e preocupada com a “usability” dos acervos – com o esquema de recuperação de informação oferecido aos futuros utilizadores dos arquivos¹⁷⁶ –, a uma outra (pós-moderna) interessada em tornar presente, através da classificação e descrição dos conjuntos documentais, a relação existente entre os documentos e as entidades e processos que estiveram por detrás da produção e conservação documental.

¹⁷² RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 464.

¹⁷³ COOK, Terry, “Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts”, *Archival Science*, 1 (2001), p. 24.

¹⁷⁴ COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010) [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf, p. 9.

¹⁷⁵ COOK, Terry, “Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts”, *Archival Science*, 1 (2001), p. 21.

¹⁷⁶ BOLES, Frank, “Disrespecting Original Order”, *The American Archivist*, vol. 45, nº. 1 (1982), p. 30.

Uma das principais críticas à Arquivística descritiva assenta no facto de, em nome da referida “usability” dos acervos, se produzirem classificações demasiado simplistas que, ao privilegiarem esquemas impecavelmente ordenados, se afastam das complexas realidades operacionais e orgânicas que explicam a criação e a preservação dos documentos. Voltando a Terry Cook: “archivists thereby have traditionally masked all the messiness of records (and their creating entities) from researchers, presenting instead a well-organized, rationalized, monolithic view of record collection (or archival fonds) that very often never existed that way in operational reality with its original creator or creators. The «archive» is offered (and promoted) as trustworthy evidence of actions, accurate mirrors of acts and facts, frozen in time, in reliable original orders, unaltered contexts, fixed descriptive groups, kept impartially by archivists”¹⁷⁷.

Importando esta crítica para a avaliação da actual classificação do AGLS, partilhamos da opinião de Armando Malheiro quando afirma que este tipo de esquema classificativo “pode reflectir a «realidade documental» do Arquivo, isto é, a totalidade dos documentos e suas tipologias aí existentes, mas apaga por completo a estrutura orgânica familiar”¹⁷⁸ ou, como acrescenta Fernanda Ribeiro, não nos permite “concluir nada a respeito das respectivas estruturas orgânico-funcionais ou da forma como era processado o acesso à informação”¹⁷⁹.

Por outras palavras, a consulta do quadro de classificação do AGLS permite-nos compreender, pelo menos em parte, a composição do arquivo em si e dos temas ou assuntos que trata mas não nos informa sobre as entidades produtoras e conservadoras do acervo, sobre a forma como as suas características e estruturas levaram à produção e a conservação de documentação ou sobre o modo como os documentos chegaram até nós. Aliás, poderíamos até afirmar que a “representação arquivística” do acervo – utilizando um conceito cunhado por Elizabeth Yakel¹⁸⁰ – diz-nos mais acerca das concepções intelectuais dos arquivistas sobre o arquivo e sobre a função do tratamento

¹⁷⁷ COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010) [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf, p. 8.

¹⁷⁸ SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, p. 77.

¹⁷⁹ RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 464.

¹⁸⁰ YAKEL, Elizabeth, “Archival Representation”, in BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (ed.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 151 – 163.

arquivístico do que sobre as entidades e os processos que conduziram a produção e a conservação dos documentos.

Indissociáveis dessas concepções intelectuais são dois princípios cardinais da Arquivística clássica, nascidos do *respect des fonds* e materializados no respeito pela proveniência e no respeito pela ordem original. A mudança de paradigmas arquivísticos, particularmente impulsionada, neste ponto, por arquivistas dedicados ao tratamento de arquivos pessoais e familiares, trouxe também uma revisitação a estes princípios, identificando alguns perigos que até então permaneceram velados¹⁸¹.

Dos dois, o princípio do respeito pela proveniência, definido, em termos gerais, como o respeito pela “relação entre os documentos de arquivo e as pessoas colectivas ou singulares que os produziram, acumularam e/ou conservaram e os utilizaram no decurso das suas actividades”, é o que menos debate tem gerado, pelo menos no tocante à sua essência¹⁸². Ao determinar, em última instância, que deve ser preservada a ligação entre os documentos e os seus criadores, este princípio vai ao encontro dos esforços encetados pela nova Arquivística na recuperação dos processos por detrás da produção e conservação de documentos.

Contudo, não é tanto a essência do princípio que tem vindo a ser posta em causa mas sim a sua interpretação e aplicação por parte dos arquivistas. Alguns autores sublinham que a definição do conceito não é consensual e que a sua aplicação prática gera muitas vezes dúvidas ou resultados diferentes consoante aquilo que o arquivista ou a instituição responsável pela intervenção arquivística entenda por “proveniência”¹⁸³. Por norma, o respeito pela proveniência corporiza-se na separação dos documentos que tenham sido produzidos em contextos distintos, enfatizando-se, assim, o contexto de produção documental como critério para aferir a sua proveniência. Todavia, arquivistas como Heather Beattie utilizam o conceito num espectro mais alargado, considerando

¹⁸¹ BEATTIE, Heather, "Where Narratives Meet: Archival Description, Provenance, and Women's Diaries", *Libraries & Cultural Record*, vol. 44, n.º. 1 (2009), pp. 82-100; MACNEIL, Heather, "Archivalterity: Rethinking Original Order", *Archivaria*, 66 (2008), pp. 1-24; MEEHAN, Jennifer, "Rethinking Original Order and Personal Papers", *Archivaria*, 70 (2010), pp. 27-44; YEO, Geoffrey, "Custodial History, Provenance and the Description of Personal Records", *Libraries & Cultural Record*, vol. 44, n.º. 1 (2009), pp. 50-64.

¹⁸² LEME, Margarida, "Compreender o seu arquivo de família", in ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coord.), *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, Lisboa, IEM, 2014, p. 20.

¹⁸³ SWEENEY, Shelley, "The Ambiguous Origins of the Archival Principle of «Provenance»", *Libraries & Cultural Record*, vol. 43, n.º. 2 (2008), pp. 194-213.

que a proveniência de dado documento inclui também a história custodial do registo e a própria intervenção dos arquivistas¹⁸⁴.

Extremando o problema, outros autores chamam a atenção para o facto de a proveniência não ser algo que emana dos arquivos à espera de ser identificado pelos arquivistas mas que, pelo contrário, é imposto aos arquivos pelos arquivistas. Isto no sentido em que, assumindo a existência de múltiplos critérios possíveis para determinar a proveniência, a opção por um em detrimento de outros pressupõe necessariamente uma operação de hierarquização. Assim, a proveniência surge como algo que depende da interpretação do arquivista e que, portanto, acentua o seu papel como co-editor dos arquivos¹⁸⁵.

Questões semelhantes aplicam-se à análise do princípio do respeito pela ordem original, isto é, na sua génese, o respeito pela manutenção ou recuperação da organização original dos documentos no arquivo que lhes foi conferida pelas suas entidades produtoras e conservadoras. Já há algumas décadas têm vindo a ser notadas as dificuldades na aplicação deste princípio, sobretudo em situações em que não existia ordem aparente ou em que aquela não era recuperável. Tais dificuldades levaram à aceitação de exceções, inclusivamente nos casos em que a ordem original do arquivo podia ser mantida ou recuperada mas a sua complexidade ia contra a boa “usability” do acervo ao pôr em causa a eficácia da recuperação da informação e a compreensão dos arquivos por parte dos utilizadores¹⁸⁶.

Levando a discussão mais longe, os críticos pós-modernos sublinharam que o que se entende por “ordem original” têm correspondido, na realidade, à *última* organização conferida aos arquivos pelas suas entidades conservadoras e não à primeira, dita original. Por outras palavras, o que se procura manter é a ordenação dos documentos nos arquivos tal como ela se apresentava quando os arquivos chegaram às mãos dos arquivistas, o que é inteiramente diferente de procurar reconstituir a ordenação conferida aos acervos no momento da sua constituição.

¹⁸⁴ BEATTIE, Heather, "Where Narratives Meet: Archival Description, Provenance, and Women's Diaries", *Libraries & Cultural Record*, vol. 44, n.º 1 (2009), pp. 82-100.

¹⁸⁵ DUFF, Wendy; HARRIS, Verne, "Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings", *Archival Science*, 2 (2002), pp. 263-285.

¹⁸⁶ DUCHEIN, Michel, "Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des Fonds in Archival Science", *Archivaria*, 16 (1983), pp. 64-82. O termo “usability” é utilizado em BOLES, Frank, “Disrespecting Original Order”, *The American Archivist*, vol. 45, n.º 1 (1982), pp. 26-32.

Esta denúncia do termo “original” conduziu à ideia central de que é possível encontrar nos arquivos não *uma* ordem original mas múltiplas *ordens originais*, que traduzem as constantes transformações sofridas pelos arquivos e pelas suas entidades produtoras e conservadoras ao longo do tempo¹⁸⁷. Nesse sentido, Bertram Lyons considera mesmo que o princípio do respeito pela ordem original (singular) é um dos grandes paradoxos da Arquivística. Isto porque ao mesmo tempo que, em associação ao respeito pela proveniência, pressupõe a existência de uma relação orgânica entre os documentos e os seus produtores e conservadores, não permite que as representações arquivísticas traduzam as mudanças que fazem parte da história desses produtores e conservadores (e, portanto, dos documentos) ao “congelar” uma única etapa dessa história¹⁸⁸.

Deste modo, ao invés de procurar fixar uma determinada ordem original (seja a primeira, a última, ou qualquer outra patente, por exemplo, nos inventários criados pelas entidades produtoras e conservadoras dos arquivos), os arquivistas devem abraçar aquilo que Heather Macneil, baseando-se no tratamento arquivístico de arquivos

¹⁸⁷ COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010) [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf, p. 7.

¹⁸⁸ “That there is a final order to a collection of records from a particular entity is theoretically possible. It is also theoretically possible that there exists a perfect archivist who can identify the preferred original order hidden in the structure and arrangement of records. Even in this best-case scenario, however, privileging occurs. It is a simplification of the complexity of human interaction to imagine that a collection of records existed only in one, original order. A collection of records exists on a day-to-day basis during the extent of its creation and use by the original creator. The records – as they are created, collected and used – are in states of flux in their relationship to the creator and to other records created by the creator. There is an ongoing evolution to the so-called order of the records. And on the day that the creator is no longer in control of the records, when the records are transferred to the perfect archivist to be processed and assigned a final, natural arrangement, the archivist uses the principles of provenance and original order to ascertain this final, natural arrangement: the / records of the creator will be kept together and they will be kept in the order assigned to them by the creator. Yes, of course. But this final, natural order is only one of many possible orders in which the records existed. In this case, our archival original order is actually closer to a presumed final order as interpreted by the archivist. (...). As if archival arrangement calcifies or petrifies, paralyzes, records in their one, true historic order. As if the records themselves are not and were not always in a constant flux of action and inaction, being written and being read, rewritten and re-read. This principle of original order is the principle of a frozen order. On each successive day in the life of a record it is possible for the record to shift in order, to shift in meaning, to find a new use, and to acquire new relationships to other records. In such a case there are many potential original orders to any collection of archival records. By choosing a final order, we privilege it over other possible orders, and in doing so we build archival theory on a paradoxical assumption that it is possible for something natural to be static and unchanging. If archival records have a natural, organic relationship to their creators, then it is impossible that they could have a single original order that is not merely a final order. For as creators and their activities change, so do the records and their relationships”: LYONS, Bertram, “Writing Archives / Crafting Order. A critique on the Longstanding Archival Practices of Arrangement and Description” [Em linha. Consult. 02-12-2015]. Disponível em https://www.academia.edu/201257/Writing_Archives_Crafting_Order_A_critique_on_the_longstanding_archival_practices_of_arrangement_and_description, pp. 47-48.

peçoais e de família, designou “archivalterity”: “the acts of continuous and discontinuous change that transform the meaning and authenticity of a fonds as it is transmitted over time and space”¹⁸⁹.

De acordo com esta autora, abraçar a “archivalterity” implica, antes de mais, assumir que, à semelhança da proveniência, a ordem original não é algo que possa ser mantido ou recuperado pelos arquivistas, apresentando-se antes como uma construção feita pelos próprios arquivistas com base na sua interpretação da natureza dos arquivos e das convenções que guiaram o tratamento arquivístico ao tempo da sua intervenção. Implica também alargar o espírito dos dois princípios de forma a evitar hierarquias e a tornar presente que todas as ordenações e reordenações e todas as proveniências dos documentos são igualmente relevantes para o conhecimento dos arquivos e das suas entidades produtoras e conservadoras¹⁹⁰.

Importando estas discussões para a análise da actual estrutura do AGLS, o primeiro aspecto a sublinhar está relacionado com a representação da proveniência da documentação. No ponto 1.1. deste capítulo assumimos que existiam múltiplas proveniências dentro do arquivo, cada uma correspondente aos «arquivos dentro do arquivo», ou seja, aos acervos produzidos autonomamente por diferentes famílias que, por vicissitudes diversas, se vieram a unir num só conjunto documental.

Não obstante, quando consultamos o quadro de classificação do acervo verificamos que os arquivistas optaram por privilegiar apenas duas proveniências, tornando clara a distinção entre a documentação relativa à família Gama Lobo e aquela relativa à família Salema. A existência de arquivos dentro dos arquivos geridos por estas duas famílias está apenas patente nas subsecções dos documentos pessoais, nomeadamente naquelas intituladas “ascendentes e colaterais”, onde foi integrada a documentação produzida, recebida e gerida pelas famílias dos cônjuges que contraíram casamento com os membros dos Gama Lobo ou dos Salema. Nas restantes secções, a proveniência dos documentos é por vezes indicada em notas marginais dactilografadas nas

¹⁸⁹ MACNEIL, Heather, "Archivalterity : Rethinking Original Order", *Archivaria*, 66 (2008), p. 14.

¹⁹⁰ “This literature reflects, among other things, a recognition that the original order of a fonds is constructed, not found, by the archivist; an emerging awareness that a body of records that survives over time will contain multiple logical and physical orders, each of which is worth studying in its own right; and a growing interest in exploring, through case studies, the various ways in which a body of records is shaped and reshaped over time, initially by its creator and subsequently by its custodians.”: *Idem*, pp. 21-22.

capilhas, onde se explica a origem de dado morgadio ou propriedade e a razão da sua posse por parte dos Gama Lobo ou dos Salema.

Todavia, mesmo as proveniências que foram privilegiadas apresentam alguns problemas. O exemplo mais representativo diz respeito à documentação dos Salema, que, como vimos, foi dividida em quatro linhas ou proveniências distintas: linha dos “Salemas de Alcácer do Sal”, linha dos “Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil”, linha de “André Salema” e, por último, linha dos “Salemas de Alverca”.

Na nossa análise dos documentos relativos aos Salema previmos também uma divisão por linhas, adoptando como critério de identificação de cada linha o nome do seu fundador. Os arquivistas procederam da mesma forma no caso da linha de “André Salema” (que não incluímos na nossa análise por ser posterior ao século XVI) mas, nas restantes linhas, os critérios divergiram.

De facto, retornando às reorganizações dos cartórios dos Salemas efectuadas no século XIX que examinámos no ponto 2.1.2 deste capítulo, julgamos que os critérios definidores destas outras linhas resultaram de uma recuperação ou manutenção daquela que teria sido a última ordenação do arquivo ou, pelo menos, a última passível de ser parcialmente recuperada. Tal encontra-se patente na adopção dos termos “Salemas de Alcácer do Sal” e “Salemas de Alverca” que, como vimos, começaram a ser utilizados na sequência da contenda entre os Salema e os Miranda Henriques na passagem do século XVIII para a centúria seguinte.

Algo de semelhante sucede naquilo que se entendeu constituir a linha dos “Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil”. Se acompanharmos a sucessão dos membros desta linha, corporizada nas subsecções da secção III, apercebemo-nos de que se considerou que o primeiro representante desta linha foi Brás Salema II (um dos sucessores dos designados “Salemas de Alcácer do Sal”), de quem posteriormente descenderam os Miranda Henriques até à extinção da linha na pessoa do Patriarca António Xavier de Miranda de Henriques.

Como consequência, cristalizou-se na representação arquivística do AGLS a narrativa que foi promovida pelos Salema depois de terem vencido a contenda contra os Miranda Henriques. Como vimos, esta narrativa visou reforçar a legitimidade dos Salema, ditos de Alverca, como administradores dos morgadios na posse dos Miranda Henriques ao privilegiar a ascendência feminina deste último grupo familiar, que fazia

dele descendente dos Salema, ditos de Alcácer do Sal, por via do casamento de Lourença Salema (neta de Brás Salema II e representante da sua linha) com Simão de Miranda Henriques.

Deste modo, o quadro de classificação reproduziu o efeito pretendido por esta narrativa ao obliterar as implicações documentais da dissolução da linha de Lourença Salema após o casamento, entre elas a incorporação da documentação que estava na sua posse no arquivo dos Miranda Henriques. O que, por seu turno, levou também à obliteração das consequências da contenda contra os Miranda Henriques, nomeadamente, a transferência de uma parte significativa dos documentos que hoje integram o AGLS do arquivo dos Miranda Henriques para o arquivo dos Salema.

Criou-se, então, a ilusão de que estes documentos estiveram sempre na posse dos Salema, transferindo-se naturalmente e em sucessão genealógica dentro das diferentes linhas daquela família desde o século XV até à extinção dos morgadios. Esta ilusão foi prolongada pela criação de uma subsecção designada “ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques”, como se, depois do casamento com Lourença Salema, tivesse sido o marido a incorporar a sua documentação no arquivo da esposa e não o inverso.

Como resultado, secundarizou-se a necessidade de tornar clara a proveniência da documentação transferida do arquivo dos Miranda Henriques depois de 1815 e os complexos processos que explicaram a sua transmissão e circulação desde o momento da sua produção. E secundarizam-se também as estruturas que existiam antes do século XIX e da criação da narrativa dos “Salema de Alcácer do Sal” e dos “Salema de Alverca”, soterrando-as sob uma ordenação que lhes era estranha e se «congelou» no quadro de classificação do AGLS.

Estes aspectos fazem-nos retornar à ideia central de que o tratamento arquivístico de qualquer conjunto documental nasce necessariamente de um processo de interpretação por parte dos arquivistas. Interpretação, por um lado, sobre os objectivos e as metodologias do seu trabalho e, por outro, sobre a natureza dos arquivos e das suas entidades produtoras e conservadoras. Se determinado arquivista considera que o objectivo das representações arquivísticas que constrói é traduzir a realidade documental do arquivo e facilitar a recuperação de informação, oferecerá, então, um produto bem ordenado e fácil de utilizar à luz dos actuais preceitos arquivísticos. Mas oferecerá, também, um produto profundamente editado, que dificulta a compreensão

dos processos orgânicos por detrás da construção e da conservação dos arquivos. Isto porque obriga necessariamente a seleccionar e a hierarquizar determinados elementos desses processos, determinadas proveniências e ordens originais, cuja complexidade não cabe em modelos pré-fabricados, bem ordenados e de fácil utilização.

É por isso que Wendy Duff e Verne Harris concluem que “description tells a story”, “description is always story telling – intertwining facts with narratives, observation with interpretation”¹⁹¹. Assim, e em última instância, o arquivista surgiria como narrador dos arquivos, contando a sua história, as suas leituras e interpretações, através das representações arquivísticas dos arquivos.

Da arqueologia do arquivo à sua transformação em «fonte»

Como notou Joseph Morsel, o uso da metáfora «fonte» para descrever os objectos aos quais os historiadores recorrem para conhecer o passado não é dissociável das concepções positivistas sobre a História que contextualizaram as primeiras utilizações do termo. Associadas à ideia de «fonte» encontramos imagens de transparência, pureza e ausência de contaminações; encontramos a noção de naturalidade da existência de matérias-primas que se dão a descobrir; e, por fim, encontramos uma ligação à origem e à possibilidade de aceder ao contexto primordial. Tal metáfora promoveu o trabalho da História como algo que partia de objectos fossilizados no tempo, que chegaram naturalmente até aos historiadores no seu estado puro, original, tal como haviam sido produzidos, e que permitiam, portanto, um acesso directo ao conhecimento do passado¹⁹².

Contudo, como mostraram as investigações recentes sobre a história dos arquivos, o termo «fonte» afastou-se já dos ideais a que esteve originalmente associado, carregando agora significados distintos: a transparência deu lugar a intrincadas e

¹⁹¹ DUFF, Wendy; HARRIS, Verne, “Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings”, *Archival Science*, 2 (2002), pp. 276-277.

¹⁹² MORSEL, Joseph, “Histoire ou passé ? L’archivage comme problème pour l’intelligence de la société médiévale”, conferência apresentada no Seminário Internacional *Los archivos de familia. Formas, historias y sentido de una génesis (siglos XIV-XVII)*, ocorrido em Madrid a 4 de Março de 2013 [Em linha]. Disponível em https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medievale/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf; MORSEL, Joseph, “Les sources sont-elles «de pain de l’historien»?”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d’étude doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, pp. 271 – 286; MORSEL, Joseph, “Du texte aux archives: le problème de la source”, in *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* [Em linha], Hors série n.º 2, 2008 [Consult. 12 Agosto 2010]. Disponível em <http://cem.revues.org/index4132.html>.

complexas construções sociais, culturais e políticas; a naturalidade foi substituída pela intencionalidade e racionalidade da produção e conservação; e o acesso à origem caiu perante a noção de mediação¹⁹³. Daí que, mesmo antes de transformar os arquivos em «fonte», o trabalho dos historiadores esteja *a priori* condicionado. Condicionado pela própria natureza dos arquivos e das entidades que os produziram e que depois os conservaram, pela forma como os acervos estão hoje representados e a informação neles contida é tornada inteligível e acessível, e, por fim, pelo conhecimento acerca dos documentos e arquivos que se selecionaram e elevaram ao estatuto de «fonte».

Partindo das palavras de Étienne Anheim, as «fontes» são construídas não três vezes (como afirma o autor) mas quatro: uma primeira pelas sociedades que as produziram; uma segunda pelos actores que as conservaram e transmitiram; uma terceira pelos arquivistas que as reorganizaram e tornaram acessíveis; e uma quarta pelos historiadores que, por fim, as selecionaram como suportes do trabalho historiográfico¹⁹⁴.

O que, portanto, reforça a importância de não exilar o estudo e a arqueologia dos arquivos das funções que se consideram fazer parte do processo de escrita da História. De facto, mostraram as páginas antecedentes que a compreensão do Arquivo Gama Lobo Salema não cabe em notas de rodapé ou em simples apresentações descritivas enumeradas num capítulo introdutório dedicado às «fontes». Como vimos, a complexidade inerente à construção, conservação e representação do arquivo - às etapas de incorporação dos «arquivos dentro do arquivo» ao longo do Antigo Regime (ponto 1.1); ao esforço de reconstituição de parte do acervo existente ao tempo da extinção dos morgadios, que levou à (re)criação do AGLS como hoje o conhecemos (ponto 1.2.); aos importantes processos de reorganização e inventariação que marcaram a história da documentação actualmente contida no AGLS na passagem do século XVIII para a centúria seguinte (ponto 2.1); e, por fim, ao tratamento arquivístico que, a partir da década de 70 do século XX, reinterpretou e mediou o conjunto documental (ponto 2.2) - requer, pelo contrário, uma análise pormenorizada e, sobretudo, consciente de que a compreensão das «fontes» influencia necessariamente a compreensão do passado nelas representado.

¹⁹³ Vd. ponto 1 do capítulo I.

¹⁹⁴ GATTINARA, Enrico Casteli; ANHEIM, Étienne, “Introduzione”, *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, 2 (2007), pp. 7-20.

Assim, sublinhamos duas conclusões centrais que devem ser tidas em conta pelos historiadores no momento da transformação dos arquivos em «fonte».

Sublinhamos, por um lado, o quão redutor é reunir documentos avulsos sobre dado tema identificado no conteúdo textual dos ditos documentos sem ter em consideração a história da estrutura arquivística e das entidades que contextualizaram a sua produção e conservação. Os registos escritos não se conservam nem nunca se conservaram isoladamente, partilhando, antes, relações de significado com outros registos escritos que, enquanto conjunto, foram produzidos e preservados por pessoas, grupos ou instituições munidos de intenções e propósitos específicos e em constante mutação. Obliterar essas relações de significado, intenções, propósitos e mutações equivale, portanto, a ignorar elementos que fazem parte integrante dos documentos e que necessariamente se interpõem entre o historiador e o passado retratado no conteúdo textual dos registos escritos.

Por outro lado, sublinhamos também a grande dependência dos historiadores em relação aos arquivistas, agravada, como nota Eddy Put, pelo “analfabetismo documental” dos primeiros¹⁹⁵. Ao não considerarem função da sua profissão a compreensão dos arquivos como um todo, como um objecto de estudo em si mesmo, os historiadores autoexcluem-se do processo de co-edição dos arquivos. Como consequência, aceitam implicitamente a condição de “prisioneiros dos arquivos”, construindo interpretações do passado a partir de interpretações alheias sobre as «fontes» utilizadas para conhecer esse passado¹⁹⁶. Símbolos desta “prisão” (mais subtil, até, que a descrita por Eric Ketelaar), são os volumes de normas de descrição arquivística repletos de conceitos que os historiadores não compreendem, são os catálogos e inventários utilizados apenas para identificar determinado documento sem atenção às notas introdutórias, e são também as bases de dados, tidas como espelhos fiéis de toda a informação existente nos arquivos quando, na realidade, não podem

¹⁹⁵ PUT, Eddy, "Une flore d'archives? La recherche typologique des sources d'archives de l'époque moderne (XVI^e-XVIII^e s.)", in AUBRY, Martine; CHAVE, Isabelle; DOOM, Vincente (dir.), *Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours*, França, IRHiS, 2007, p. 288.

¹⁹⁶ MORSEL, Joseph, “O historiador prisioneiro dos seus arquivos – como libertá-lo?”, conferência apresentada no Seminário do Projecto Inventarq *Inventários de arquivos de família, sécs. XV – XIX: natureza, contextos, interpretação*, ocorrido em Lisboa a 9 de Fevereiro de 2015.

oferecer mais do que descrições de documentos feitas por arquivistas com base nos recursos disponíveis e naquilo que entenderam ser importante descrever¹⁹⁷.

De forma a diminuir esta dependência e a promover uma investigação interdisciplinar capaz de quebrar o “archival divide”, torna-se então necessário trazer os arquivos para o centro da escrita da História, pensando-os como objectos de estudo cuja produção, conservação e representação arquivística influenciam directamente as perguntas e as respostas passíveis de ser formuladas por qualquer inquérito historiográfico aplicado aos conjuntos documentais. “ (...) les sources sont la limite du discours historique”¹⁹⁸. Acrescentamos, as «fontes» e o conhecimento que o historiador tem das «fontes» são o limite do discurso histórico.

Não é excepção, por isso, o inquérito a que procederemos de seguida acerca da forma como algumas das famílias representadas no AGLS conceberam, utilizaram, geriram e conservaram em arquivo os documentos por elas produzidos e recebidos entre os séculos XV e XVI.

¹⁹⁷ KETELAAR, Eric, “The Panoptical Archive”, in BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (ed.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 144 – 150; KETELAAR, Eric, “Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection”, *Archival Science*, 2 (2002), pp. 221-238.

¹⁹⁸ GATTINARA, Enrico Casteli; ANHEIM, Étienne, “Introduzione”, *Dimensioni e problemi delle ricerca storica*, 2 (2007), pp. 7-20.

CAPÍTULO III

PRODUÇÃO, GESTÃO E USOS DOS ARQUIVOS DE FAMÍLIA (SÉCS. XV–XVI)

“Historians need to investigate who stores what, loses what, stores where, classifies how, makes accessible to whom, hides what from whom, uses for what purpose and so on”¹⁹⁹

Partindo do exame geral do Arquivo Gama Lobo Salema apresentado no capítulo anterior, a análise que se segue centra-se em estudos de caso extraídos do AGLS com o objectivo de ilustrar algumas das mais relevantes características que marcaram a produção, acumulação, utilização, gestão, transmissão e circulação de documentos escritos e a sua transformação em arquivo por parte de famílias da nobreza Portuguesa entre os séculos XV e XVI. Contudo, antes de avançarmos, importa clarificar alguns aspectos gerais sobre os conceitos utilizados, sobre as famílias em estudo, sobre as problemáticas que pretendemos explorar e sobre os métodos que serão transversalmente aplicados.

Os conceitos: família, linhagem, casa e morgadio

Quando abordamos a história das famílias nobres nos séculos XV e XVI, devemos ter em conta quatro conceitos fundamentais que têm vindo a ser discutidos nas últimas décadas por historiadores dedicados à análise dos grupos sociais e das nobrezas de Antigo Regime: família, linhagem, casa e morgadio.

Sem pretender apresentar com detalhe a evolução historiográfica da aplicação destes conceitos nem discutir em profundidade os problemas associados à sua definição (tarefa que caberia a um exercício de história social), sublinhamos, no entanto, alguns obstáculos que a sua utilização enfrenta no trabalho a que nos propomos. Um deles está relacionado com a variabilidade geográfica da evolução dos grupos sociais. “Família”, “linhagem”, “casa” ou “morgadio” podem ter significados distintos consoante as tradições

¹⁹⁹ BURKE, Peter, “Commentary”, *Archival Science*, 7 (2007), p. 391.

historiográficas e as respectivas realidades geográficas sobre as quais aquelas se debruçam. O mesmo sucede a nível cronológico, sendo que, por exemplo, uma “linhagem” nos séculos XII ou XIII tem necessariamente contornos distintos de uma “linhagem” de finais de Antigo Regime. No quadro Português, a este último aspecto acresce ainda o problema que mencionámos no ponto 2 do capítulo I, isto é, o facto de estar ainda pouco explorado o período de transição entre a Idade Média e Época Moderna no que à história das nobrezas diz respeito. Daqui resulta a dificuldade de empregar alguns conceitos para descrever os séculos XV e XVI que foram sobretudo pensados partir de contextos ora anteriores ora posteriores.

Neste cenário, evocamos os conceitos mencionados à luz dos estudos de caso que exploraremos de seguida com o objectivo único de descrever com maior rigor as entidades que produziram, geriram e conservaram os documentos que transformámos em «fonte», sem pretensões, portanto, de tecer uma caracterização abrangente dos grupos nobres durante as centúrias de Quatrocentos e Quinhentos.

Assim, quando utilizamos o termo “família”, entendemo-lo com o significado que lhe dá António Hespanha quando afirma: “se a família, em sentido estrito, engloba apenas os que se encontram sujeitos aos poderes do mesmo *paterfamilias*, já em sentido lato — que era o do direito canónico, depois recebido, para certos efeitos, pelo direito civil — abarca todas as pessoas relacionadas pela geração (*agnados*) ou pela afinidade (*cognados*), ligando-as por laços morais e jurídicos”²⁰⁰.

Reportando-se ao período medieval, vários autores distinguem os dois sentidos, considerando “família” apenas aqueles que estavam sujeitos aos poderes do *paterfamilias* e que com ele partilhavam a mesma unidade residencial. Os restantes, relacionados pela geração ou pela afinidade, constituíam o grupo de parentes ou “parentela”, o que justifica a separação entre “família” e “parentesco”²⁰¹.

Considerando esta separação, os estudos de caso que acompanhámos mostram-nos que, na prática, o “parentesco” esteve quase sempre intimamente presente na vivência das “famílias”: esteve presente aquando a necessidade de nomear tutores de filhos menores na

²⁰⁰ HESAPANHA, António Manuel, “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123 – 124), 1993, p. 957.

²⁰¹ VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, “A família – estruturas de parentesco e casamento”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (coord.) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, p. 126.

ausência de membros da mesma unidade residencial disponíveis para exercer essa função; na escolha de testamenteiros; ou mesmo quando o prestígio dos parentes se sobrepunha a da “família” e era por isso mais vantajoso para a obtenção de mercês régias. Daí que, em termos operacionais, consideremos mais útil conjugar os dois sentidos no mesmo conceito de “família” sem descurar, no entanto, as distinções que os separam.

Algo de semelhante sucede quanto ao conceito de “linhagem”, genericamente utilizado para descrever os indivíduos que descendem de um antepassado comum paterno por filiação e que, por norma, partilham um mesmo apelido ou “nome de família”. Uma linhagem incluía, geralmente, várias linhas ou ramos, o que, no fundo, aproxima o conceito de “linhagem” ao de “família” no sentido alargado ou, se quisermos, à conjugação das “famílias” e dos grupos de parentes. Assim, “linhagem” corresponde a “um conjunto complexo e não apenas linear de relações de parentesco entre indivíduos que podem pertencer a diferentes linhas de filiação”, designando, portanto, “sobretudo *relações*, mais do que grupos constituídos de forma rígida”²⁰².

Neste quadro, a ideia de linhagem acrescenta à noção de família a relação vertical estabelecida entre o antepassado comum – o fundador da linhagem – e todos os seus descendentes, interligando o passado, o presente e o futuro do grupo familiar. Essa verticalidade valorizava, em primeiro lugar, a primogenitura, de preferência varonil. Era aos sucessivos varões mais velhos que ia sendo legada a representação da linhagem, sendo claros os benefícios e responsabilidades que lhes eram entregues em detrimento dos secundogénitos. Mesmo antes da instituição de morgadios, que, como veremos, cristalizaram a sucessão familiar por primogenitura e varonia, os filhos primogénitos eram favorecidos na negociação de casamentos mais vantajosos, na distribuição das heranças, na sucessão de ofícios ou privilégios de nomeação em vidas ou ainda na atribuição de responsabilidades familiares que, muitas vezes, lhes eram confiadas na qualidade de testamenteiros.

Quando sucedia uma quebra de varonia, o exemplo das famílias que apresentamos neste capítulo mostra que as linhagens ou as linhas cuja representação tinha recaído numa mulher se dissolviam nas linhagens dos seus maridos. A consequência mais ilustrativa desta dissolução foi a perda do apelido como identificador da linhagem, sendo constante, nestes casos, o uso exclusivo do apelido paterno por parte dos sucessores primogénitos.

²⁰² *Idem*, pp. 126-127.

De facto, verificamos que, depois de as linhagens estarem estabelecidas, os primogénitos (homens ou mulheres) utilizavam sempre o apelido do pai, sendo que os secundogénitos, sobretudo as filhas, podiam utilizar exclusivamente o apelido da mãe. Não obstante, no momento de fundação das linhagens ou de uma linha dentro da linhagem, era frequente a conjugação de apelidos compostos patrilineares e matrilineares, surgindo, por norma, primeiro o apelido do pai ou dos avós paternos, seguido do apelido da mãe ou da sua família materna ou paterna. Este apelido composto passava depois a ser utilizado pelos primogénitos, identificando, assim, a linhagem.

E se o apelido era essencial para a identidade das “linhagens”, também o era para a identidade das “casas”. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, que se debruçou sobre as famílias da primeira nobreza titular entre os séculos XVII a XIX, os dois conceitos eram, no entanto, distintos. De acordo com o autor, “casa” define de forma abrangente “o conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução estavam obrigados todos aqueles que nela nasciam ou dela dependiam”²⁰³. Em certo sentido, a mesma definição poderia ser aplicada à linhagem mas “só após uma certa acumulação de riqueza e de estatuto social se podia fundar uma casa”²⁰⁴. Não era imperativo possuir-se um título mas parece ter sido requisito a fundação de morgadios, traçando-se uma relação directa entre o conceito de “casa” e as instituições vinculares.

A nível cronológico, parece ainda estabelecer-se uma evolução marcada pela progressiva substituição da linhagem como modelo de organização familiar pelo “sistema de casas” durante o século XVII, em particular a partir da Restauração²⁰⁵. Esta substituição levou a que a “casa” se afigurasse como algo que, em última instância, era independente ou, pelo menos, mais amplo do que a linhagem. José Damião Rodrigues

²⁰³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (coord.) MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, p. 137.

²⁰⁴ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, p. 51.

²⁰⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, p. 86.

explica esta evolução afirmando que o modelo de “casa” era “no limite, anti-linhagístico – a reprodução da casa era o essencial, independentemente de quem a reproduzia”²⁰⁶.

Todos aqueles que faziam parte da casa tinham, portanto, o dever de garantir a sua perpetuação, submetendo os seus destinos a esse objectivo último. “A casa era um conceito omnipresente, constantemente invocado e nomeado (...)”²⁰⁷. Em adição, a casa parece surgir, por fim, como uma instituição jurídica que, enquanto tal, podia ser dotada de certas distinções, rendas ou jurisdições²⁰⁸. Estas eram pertença da casa e aqueles a quem cabia a sua representação eram delas usufrutuários.

Assume-se, em suma, que a noção de “casa” implicava necessariamente riqueza, um estatuto social elevado, a administração de morgadios, a existência de capital simbólico partilhado, a consciência de que se fazia parte de uma casa, uma disciplina que condicionava o destino de todos os membros do grupo em prol da sobrevivência e reprodução da casa e, por fim, um determinado enquadramento jurídico.

Assim descrito, o conceito de “casa” não pode ser integralmente transposto para a caracterização das famílias que seleccionámos como estudos de caso durante os séculos XV e XVI. De facto, neste período, o termo “casa” está ausente da documentação, prevalecendo as referências à linhagem ou as menções mais abrangentes aos descendentes, ascendentes, colaterais e parentes. No entanto, como veremos de seguida, é possível identificar naqueles grupos familiares algumas das componentes que viriam a constituir uma casa e que preparam a consolidação desse outro modelo organizacional.

Resta, por fim, avaliar o conceito de “morgadio”. Quando analisámos os eixos condutores dos arquivos de família de Antigo Regime afirmámos que um deles se articulava precisamente em torno dos morgadios²⁰⁹. E, nas famílias que iremos analisar, a fundação de morgadios ou capelas - entendida como “um acto de regulamentação administrativo-jurídica de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos

²⁰⁶ RODRIGUES, José Damião, “A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII”, *História: Questões & Debates*, n. 36, 2002, pp. 16-17.

²⁰⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (coord.) MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 140, 142.

²⁰⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, p. 86.

²⁰⁹ Vd. capítulo I, ponto 3.

bens como a chefia da linhagem” – afigurou-se de facto como um dos principais eixos jurídico-administrativos que modelaram o seu modo de funcionamento²¹⁰.

Nem todas as famílias em exame fundaram vínculos mas, em alguns dos casos em que existiram fundações, conseguiremos observar os percursos que as antecederam e que, como veremos, clarificam a associação entre a obtenção de um estatuto social na hierarquia da nobreza já relativamente consolidado e as primeiras instituições de vínculos. Daí em diante, foi à normativa prevista pelos fundadores dos morgadios e capelas que os sucessores passaram a obedecer, com as correspondentes implicações na gestão patrimonial, nos modelos comportamentais e na organização do grupo social.

E compreender estas implicações é essencial para compreender também várias das práticas documentais e estratégias arquivísticas das famílias já que os vínculos trouxeram também consigo, como observaremos com maior detalhe, obrigações ao nível da gestão do arquivo e uma complexificação ao nível do número e da diversidade de documentos, enfim, de informação, que os administradores dos bens vinculados passaram a ter que dominar e controlar.

As famílias

Das diferentes famílias representadas no AGLS, optámos por focar quatro, a saber: os Salema, oriundos de Alcácer do Sal; os Queimado de Vilalobos, implantados em Setúbal; e dois grupos familiares radicados em Lisboa que se uniram por matrimónio, os Vana, originários da Alemanha, e os Bulhão. A escolha por estas famílias deveu-se, essencialmente, a dois factores: por um lado, são aquelas (exceptuando os Queimado de Vilalobos) cujos vestígios documentais actualmente conservados no AGLS apresentam um maior volume em termos quantitativos; e, por outro, os núcleos documentais a elas associados são os que, no nosso entender, oferecem exemplos mais ricos e diversos no que ao estudo da produção, gestão e usos dos arquivos de família da nobreza diz respeito²¹¹.

²¹⁰ ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV – XV). Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 20.

²¹¹ De fora da análise ficaram três famílias sobre as quais se conservou no AGLS documentação datada entre os séculos XV e/ou XVI mas cujos núcleos documentais são de menor dimensão nessa cronologia ou não apresentam exemplos de produção, gestão e usos dos arquivos distintos daqueles oferecidos pelos quatro grupos familiares selecionados. As três famílias são os Gama Lobo (uma geração no século XVI), os Miranda Henriques (cinco gerações entre os séculos XV e XVI) e uma das linhas dos Salema (três

Como veremos em maior detalhe nas páginas seguintes, o percurso destas famílias durante os séculos XV e XVI caracterizou-se, em termos gerais, por uma ascensão social progressiva dentro das hierarquias da nobreza, particularmente impulsionada pelo serviço à Família Real (ao Rei, à Rainha e aos Infantes). Serviço militar, serviço administrativo ou burocrático no Reino e além-mar e serviço na exploração do trato ultramarino. Por norma, vemos as primeiras gerações, entre meados do século XV e inícios de Quinhentos, a servir nas Casas dos Infantes ou do próprio Rei como escudeiros ou cavaleiros e, em alguns casos, já com a responsabilidade de outros ofícios militares ou administrativos. Em paralelo, vemo-las ainda a investir os seus rendimentos na aquisição de património fundiário, quase sempre nas imediações dos seus locais de residência. Do mesmo modo, é também com famílias da mesma área geográfica e com um estatuto social semelhante que vão negociando os casamentos, os quais, salvo raras exceções, não proporcionaram uma ascensão imediata nos degraus da nobreza mas ofereceram, porém, importantes acrescentos aos bens de raiz, engrossando a riqueza familiar.

Estas estratégias trouxeram frutos na segunda metade do século XVI, quando os descendentes das primeiras gerações começam a ver os seus serviços recompensados com a categoria de fidalgo da Casa do Rei que, uma vez adquirida, passa a ser transmitida aos herdeiros. É neste período que começam a ser instituídos os primeiros morgadios e capelas, que vinculam o património acumulado pelas gerações anteriores e consolidam a posição social e económica das famílias, sob a qual assentou a continuidade dos grupos familiares nos séculos seguintes.

Podemos afirmar, portanto, que os estudos de caso que acompanharemos nos mostram duas etapas distintas da história daquilo que se pode designar como novas linhagens dos séculos XV e XVI. A primeira etapa caracterizou-se pela construção e/ou consolidação das linhagens, ancorada não na herança de sangue ou no prestígio dos antepassados mas no serviço a uma Coroa voltada para a expansão territorial e ultramarina e empenhada nos processos de centralização e burocratização que faziam nascer o Estado moderno²¹². Nesta fase de “mobilidade social ascendente”, o estatuto de

gerações no século XVI), fundada por Gonçalo Fernandes Sobrinho e Inês Figueira (sobre as linhas dos Salema vd. *supra*, p. 36). No entanto, a documentação produzida e/ou recebida por estas três famílias foi descrita no âmbito das novas propostas de representação arquivística do AGLS (vd. ponto 2 do capítulo IV) e pode ser consultada em <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-gama-lobo-salema>.

²¹² MAGALHÃES, Joaquim Romero; SUBTIL, José Manuel, “As Estruturas Políticas de Unificação” in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 61-109

«nobre» não era ainda, portanto, inerente à linhagem mas dependia directamente dos serviços individuais prestados por cada membro e das correspondentes recompensas régias²¹³. Deste modo, se ser filho de um escudeiro ou cavaleiro da Casa do Rei ou de um Infante facilitava o acesso ao mesmo degrau social, a progressão na hierarquia cabia ao indivíduo e aos seus próprios esforços para cumprir as exigências que lhe permitiram alcançar as mercês do Monarca²¹⁴. Como afirmou Joaquim Romero Magalhães, “se o fidalgo não tinha de se cuidar, pois não perdia a qualidade que detinha por linhagem ou por mercê régia, já o nobre não podia esquecer-se disso”²¹⁵.

Assim, neste período inicial, era tarefa de cada membro do grupo familiar e, em particular, do herdeiro varão mais velho, manter e, se possível, elevar o estatuto social alcançado pelas gerações anteriores. Em simultâneo, competia-lhes acumular o máximo de riqueza possível – de preferência, em património fundiário – de forma a melhorar as hipóteses das gerações seguintes ao permitir, por exemplo, custear a sua participação na guerra ou o investimento em negócios ultramarinos.

Partindo desta base, podemos afirmar que a segunda fase da história das famílias mencionadas foi simbolicamente marcada pela elevação à categoria de fidalgos da Casa do Rei. A obtenção deste estatuto – o mais alto com que a grande maioria das famílias representadas no AGLS foi agraciada – consolidou a posição social dos grupos familiares e correspondeu ao surgimento ou à implantação plena de estratégias que visavam não só servir o Rei e acumular riqueza mas também construir ou aumentar o capital simbólico da linhagem.

Seguindo um modelo que antecedeu a implantação de um sistema de casas (como ele foi descrito em cima), as famílias começaram a investir o seu património na instituição de morgadios que, com algumas excepções, continuaram a valorizar os varões primogénitos. Em simultâneo, vemos também surgir as primeiras capelas com propriedades vinculadas à celebração perpétua de missas pela alma do instituidor. Em

²¹³ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, p. 47.

²¹⁴ À semelhança do que verificou Mafalda Soares da Cunha no caso de Nuno Álvares Pereira: CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, p. 59.

²¹⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Sociedade”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 417.

alguns casos, em particular quando não existiam herdeiros directos, as famílias patrocinavam não só a construção material da capela como do próprio convento ou mosteiro do qual a capela fazia parte, assegurando, assim, direitos de padroado ou de sepultura transmissíveis dentro da linhagem.

Era precisamente nas capelas e nos jazigos que se colocavam as armas da família, símbolos que reflectiam e, ao mesmo tempo, engrossavam o prestígio social e a honra dos grupos familiares. Em conjugação com os morgadios, estes símbolos reforçavam os alicerces sobre os quais a consolidação e a imposição das famílias assentavam, tanto do ponto de vista da sustentabilidade económica como do reforço dos laços identitários que uniam os membros do grupo no presente, em relação aos antepassados e com vista à preservação e transmissão de um legado para o futuro.

Estas preocupações e estratégias, que vão para além dos esforços individuais de ascensão social e acumulação riqueza - e que foram possíveis precisamente por causa desses esforços -, levaram, no nosso entender, à criação de um “conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução estavam obrigados todos aqueles que nela nasciam ou dela dependiam” – a definição mais abrangente de “casa” que referimos no início do capítulo²¹⁶. É neste sentido que encontramos nesta segunda fase da história das famílias vários dos elementos que estão na base do modelo de “casa” e que se prologaram para além do século XVI.

No caso dos Vana, dos Bulhão e dos Queimado de Vilalobos, as linhas representadas no AGLS acabaram por se dissolver noutras linhagens entre finais do século XVI e princípio do século XVII por razão da inexistência de herdeiros ou de filhos varões, e o seu apelido deixou de ser utilizado pelos sucessores. Como observámos no capítulo anterior, o mesmo sucedeu com duas das linhas dos Salema, cuja linhagem e apelido sobreviveram, no entanto, através de pelo menos uma outra linha representada no AGLS e auto-identificada como a Casa dos Salema de Alverca.

As problemáticas

E que papel desempenharam os arquivos neste período da história das famílias? Dentro desta questão mais ampla cabem várias problemáticas passíveis de serem

²¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (coord.) MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, p. 137.

exploradas a partir dos percursos específicos de cada uma das famílias selecionadas. Estes últimos estarão no centro das páginas que se seguem mas podemos avançar desde já algumas das chaves de leitura que guiarão a análise.

No caso dos **Salema**, a família melhor representada no AGLS a nível quantitativo, uma das mais interessantes questões a explorar está relacionada com a coexistência de uma memória escrita e de uma memória de transmissão oral e com as consequências geradas por uma valorização cada vez mais presente da primeira em detrimento da segunda. Com a crescente burocratização do poder central e das instituições a ele filiadas, a «memória dos homens» nem sempre era suficiente e a exigência de provas escritas provocou vários conflitos que o grupo familiar teve que gerir.

Do ponto de vista da gestão interna, o exemplo dos Salema permite-nos também reflectir acerca de vários processos inerentes à organização familiar que exigiram a produção, utilização e conservação de documentos escritos: a comunicação das últimas vontades e advertências de vários membros da família por intermédio dos testamentos; a distribuição das heranças através de partilhas ou, com particular destaque, a aquisição e administração de património.

Algumas destas questões serão retomadas no caso dos **Vana** e dos **Bulhão**, embora numa perspectiva distinta. Em certos episódios-chave da história destas duas famílias vemos surgir também aspectos ligados à relação entre a escrita e a oralidade que, ao contrário dos Salema, foi usada em proveito dos grupos familiares, beneficiados pela construção por escrito de uma memória que até então se transmitia apenas pela oralidade.

Do mesmo modo, analisaremos ainda vários testemunhos da importância do recurso a documentos escritos na organização interna dos grupos familiares, muito em particular no que toca à instituição e administração de morgadios e capelas. Para além da produção de registos específicos, a fundação e gestão de património vinculado, bem como o cumprimento de diversas obrigações, impuseram um controlo cuidado e periódico de certa quantidade de informação que devia ser perpetuamente transmissível de geração em geração. Perante a complexidade da administração de um número assinalável de vínculos e, em algumas situações, a dificuldade de cumprimento dos encargos, os documentos conservados em arquivo revelaram-se essenciais para a reivindicação e defesa dos interesses das famílias.

Por fim, o caso dos **Queimado de Vilalobos** destaca-se dos restantes pela quantidade reduzida de documentação existente no AGLS. No entanto, a riqueza da informação disponível permitir-nos-á executar um exercício particularmente frutífero: a reconstituição dos documentos que terão feito parte dos arquivos na posse de dois dos membros da família. Para levar a cabo tal reconstituição, recorreremos, em primeiro lugar, aos percursos pessoais, profissionais e familiares dos membros, utilizando-os para determinar quais e quantas situações terão exigido ou motivado a produção, recepção, utilização e conservação ou destruição de documentos escritos. Em simultâneo, utilizaremos também um outro elemento que não tem paralelo em nenhuma outra família representada no AGLS, a saber, um inventário *post-mortem* onde se elencaram as escrituras – algumas, todas? – na posse de um dos Queimado de Vilalobos ao tempo da sua morte.

Para além de permitir estabelecer a diferença entre os documentos actualmente conservados e aqueles que poderão ter sido produzidos e acumulados, este exercício de reconstituição dos arquivos possibilita também examinar com detalhe como se terá procedido à transmissão de documentos ao longo de duas gerações, avaliando quais e quantos registos se considerou ou não revelante continuar a conservar depois das mudanças geracionais.

Os métodos

Partindo deste esquema de problemáticas, a análise que se segue será organizada em três subcapítulos, o primeiro dedicado aos Salema, o segundo aos Vana e aos Bulhão e o terceiro aos Queimado de Vilalobos. Dentro de cada subcapítulo apresentaremos as famílias por sucessão genealógica dos membros que produziram e/ou receberam documentação em cada uma das gerações. A opção por este método de apresentação por sucessão genealógica por oposição a um outro organizado, por exemplo, por temas ou problemas, deve-se, em primeiro lugar, ao facto de a produção e acumulação de registos escritos só poderem ser plenamente compreendidas no seguimento dos percursos individuais de cada um dos produtores e acumuladores. Desta forma, torna-se possível seguir a lógica orgânica da produção, acumulação, utilização e transmissão da documentação em associação directa aos episódios que motivaram ou explicaram essa produção, acumulação, utilização e transmissão durante o período de vida de cada membro da família. Veremos no capítulo IV que o mesmo princípio por detrás deste

método estará na base da representação arquivística do AGLS, pelo que se pretendeu ainda possibilitar um cruzamento claro entre a abordagem historiográfica que tecemos neste capítulo e o tratamento arquivístico da documentação da qual essa abordagem partiu.

E é precisamente o AGLS ou, melhor, a documentação produzida e acumulada pelas próprias famílias, que está no epicentro da análise que se segue. A par do AGLS, recorreremos a outros documentos produzidos por entidades externas às famílias e conservados noutros núcleos documentais apenas com o objectivo de complementar as informações existentes no AGLS acerca dos percursos de cada membro dos grupos familiares. Estes percursos serão valorizados unicamente na medida em que nos permitem compreender porquê e como foram os registos escritos produzidos, acumulados, utilizados e transmitidos. Não se pretende, portanto, reconstituir com detalhe todos os episódios desses percursos nem oferecer uma monografia de história social sobre as famílias seleccionadas como um fim em si mesmo. O que, não obstante, não diminuí a valorização dos dados coligidos sob a perspectiva da história social, dados esses que poderão servir como pontos de partida para futuros trabalhos de índole monográfica.

Assim, as genealogias que elaborámos para os quatro grupos familiares seleccionados não têm também como objectivo representar a totalidade das relações familiares que o AGLS nos dá a conhecer ou que podem ser reconstituídas com recurso a outros arquivos, mas apenas aquelas que se reportam aos produtores e acumuladores de informação ou que ajudam a tornar clara a transmissão documental entre parentes (vd. Anexo 10 – Genealogia dos Salema [em suporte CD-ROM]; Anexo 11 – Genealogia dos Vana e dos Bulhão [em suporte CD-ROM] e Anexo 12 – Genealogia dos Queimado de Vilalobos [em suporte CD-ROM]). De igual modo, elaborámos também registos de autoridade para todos os produtores e/ou acumuladores de informação com o propósito de resumir os elementos dos percursos sociais que contextualizam a produção e acumulação de documentos e não de oferecer registos biográficos ou prosopográficos completos que, contudo, poderão ser concluídos em trabalhos posteriores (vd. Anexo 9 – Registos de autoridade, p. 437).

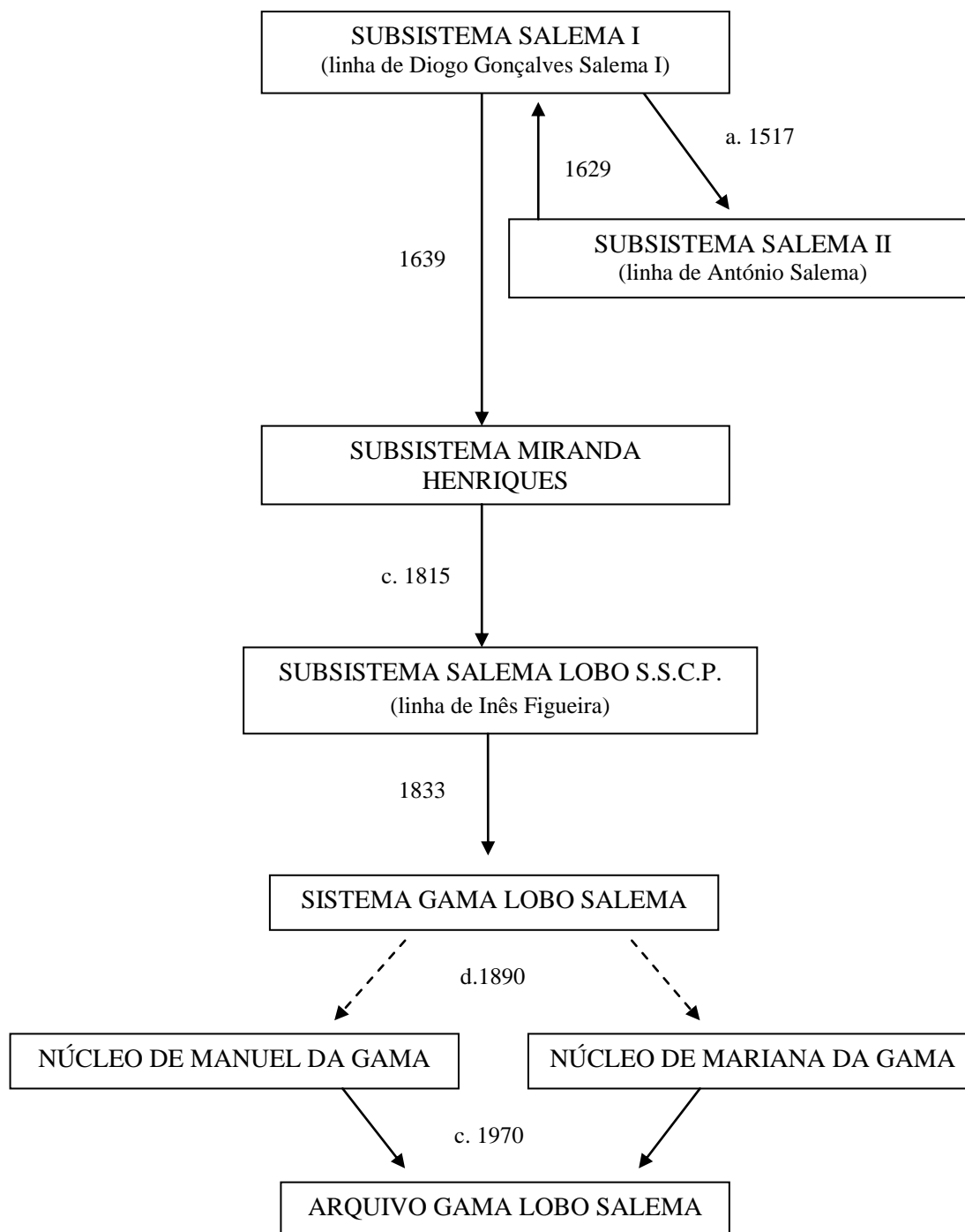
O mesmo princípio é ainda válido para as genealogias dos arquivos, que, no início de cada ponto do capítulo, esquematizam, a partir da análise dos “arquivos dentro de arquivos” apresentada no ponto 1.1 do capítulo II, as diferentes etapas de conservação dos documentos desde que foram produzidos ou acumulados pelos grupos familiares em

estudo até à actualidade. Incluímos aqui menção aos episódios em que constatamos ou supomos que documentação relacionada com esses grupos tenha sido incorporada nos arquivos de outras famílias e que, por isso, seguiu um percurso de conservação distinto daquele que veio dar lugar à constituição do AGLS. Contudo, limitamo-nos a assinalar a saída de documentos sem acompanhar o trajecto posterior de preservação até aos nossos dias, o que, apesar do interesse, nos obrigaria a afastar do núcleo documental que serve de base a este trabalho.

Para além dos documentos datados dos séculos XV e XVI, reunimos alguns outros registos escritos produzidos em datas posteriores, nomeadamente cópias ou traslados de documentação criada em Quatrocentos ou Quinhentos cuja versão original já não existe ou não foi identificada, e inventários. Nesta última categoria, daremos especial destaque ao “Inventário geral dos papéis...” dado que, no caso das famílias Salema e Queimado de Vilalobos, nos permite conhecer um número considerável de documentos que fizeram parte dos arquivos daqueles grupos familiares mas que foram entretanto destruídos ou não chegaram a integrar o AGLS²¹⁷.

²¹⁷ “Inventário geral dos papéis...” (1815) conservado em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246. Sobre este inventário cf. ponto 2.1.2. do capítulo II.

III. 1. Os Salema



Genealogia 7

Genealogia do percurso de conservação da documentação associada aos Salema

A documentação associada aos Salema corresponde hoje a uma parcela significativa do total de registos escritos conservados no Arquivo Gama Lobo Salema, tanto em termos quantitativos como ao nível da diversidade tipológica dos documentos. Englobando 14 gerações com uso contínuo do apelido e mais de cinco dezenas de membros de vários ramos do grupo familiar, esta documentação abrange um período cronológico que se estende desde finais do século XV até meados do século XX (vd. Anexo 10 – Genealogia dos Salema [em suporte CD-ROM]).

Como constatámos no ponto 1.1 do capítulo anterior, a esmagadora maioria dos documentos produzidos e acumulados pelos Salema entre os séculos XV e XVI diz respeito a duas linhas ou ramos da família, uma fundada por Diogo Gonçalves Salema I e outra pelo seu filho secundogénito António Salema. Depois da extinção desta última linha por falta de herdeiros, os documentos à sua guarda foram transferidos para o representante da linha principal. Pouco tempo depois, a representação da linha principal recaiu num mulher, Lourença Salema, que, ao casar-se com Simão de Miranda Henriques, transferiu a documentação associada às duas linhas para o arquivo dos Miranda Henriques.

Aí permaneceram os documentos até inícios do século XIX quando os representantes de uma terceira linha da família Salema, fundada no século XVI por Inês Figueira, bisneta de Diogo Gonçalves Salema I, e pelo seu marido, Gonçalo Fernandes Sobrinho, entrou em contenda com os Miranda Henriques acerca da sucessão na administração de alguns dos morgadios tutelados por esta última família. Vencendo o processo judicial, vários dos documentos herdados por Lourença Salema foram transferidos para o arquivo da terceira linha dos Salema, onde se mantiveram até à extinção dos morgadios.

Na sequência da morte do último morgado em 1890, o arquivo foi disperso pelos seus diversos herdeiros e a documentação dos Salema terá continuado na custódia dos descendentes de pelo menos um desses herdeiros até que, já na década de 70 do século XX, se iniciou o processo de (re)criação do Arquivo Gama Lobo Salema como hoje o conhecemos.

Sobre a origem da família Salema, Alão de Moraes afirma que remonta à conquista de Alcácer do Sal, sendo “tradição que foram dos primeiros que a ajudaram a tomar aos mouros e que, por isso, tomaram o castelo das armas e o apelido dos peixes

[de nome Salemas, criados no rio da vila], o que é antiquíssimo”²¹⁸. A ligação a Alcácer do Sal manteve-se até pelo menos finais do século XVI, onde vários membros do grupo familiar residiram e investiram na aquisição de terras e propriedades. Mais a norte do estuário do Sado, outros membros preferiram residir na vila de Setúbal, adquirindo também diversos bens patrimoniais que se estenderam até Cabrela, termo equidistante em relação a Setúbal e a Alcácer do Sal. Já fora da Península de Setúbal, os Salema geriram também uma herança patrimonial significativa nos arredores de Torres Vedras onde, contudo, não parecem ter chegado a residir.

Como veremos nas páginas que se seguem, os Salema foram servidores da Família Real e de algumas Casas da nobreza titular, progredindo na hierarquia da nobreza, ao longo dos séculos XV e XVI, através do desempenho de cargos administrativos aquém e além-mar, do serviço militar em África e dos negócios ultramarinos, sobretudo no Brasil. As primeiras gerações asseguraram posições na Casa do Rei ou dos Infantes como escudeiros ou cavaleiros até que, já na segunda metade de Quinhentos, os seus descendentes ascendem à categoria de fidalgo ou, como sucedeu num dos ramos da família, à de fidalgo de cota de armas.

Sem nunca alcançarem qualquer título, o estatuto social dos Salema foi, todavia, reforçado pelo ingresso nas Ordens Militares de Santiago e de Avis - onde serviram como cavaleiros, oficiais do Mestre e também como comendadores -, e ainda pelas uniões matrimoniais. Sendo quase sempre negociados com famílias de estatuto social semelhante (ou, em alguns casos, com membros de outros ramos da família Salema), os casamentos realizados tiveram como principais benefícios as heranças ou dotes de índole patrimonial, que foram engrossando os rendimentos extraídos do arrendamento de terras.

A prevalência desses rendimentos foi assegurada, em parte, pela instituição de morgadios ou capelas que, por norma, deram preferência aos filhos primogénitos ou aos parentes varões com uso do apelido Salema. A par dos vínculos instituídos por membros da família, os Salema beneficiaram também de outros morgadios criados ou administrados pelas famílias das esposas e que, por vicissitudes diversas, couberam nas heranças destas últimas.

²¹⁸ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, Tomo III – vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, 1945, p. 94.

Como alternativa à vinculação do património, alguns membros optaram por empenhar as suas fortunas em obras pias, em especial nos casos em que não existiam herdeiros directos. Estas obras incidiram particularmente nos locais de residência dos doadores e, perante o privilégio do serviço à Coroa em detrimento de uma carreira na administração local, apresentam-se como os testemunhos mais directos da influência local da família, a par do património fundiário.

É, portanto, dentro deste quadro mais lato que propomos analisar a produção documental e a gestão dos arquivos pelos vários membros da família Salema entre os séculos XV e XVI. Organizaremos a análise de acordo com as diferentes linhas ou ramos do grupo familiar, começando por acompanhar a linha de Diogo Gonçalves Salema I, a qual engloba 5 gerações que se sucederam entre cerca de 1469 e 1629, e terminando com a linha de António Salema, que se estendeu por 4 gerações entre cerca de 1517 e 1629.

III.1.1. Linha de Diogo Gonçalves Salema I

Diogo Gonçalves Salema I (flor. 1469-1491)²¹⁹

A primeira geração produtora e acumuladora de documentação da família Salema representada no Arquivo Gama Lobo Salema diz respeito a Diogo Gonçalves Salema I (flor. 1469-1491), escudeiro e criado da Casa do Infante D. Fernando e morador em Alcácer do Sal, que casou com Leonor Gil (flor. 1502)²²⁰. Subsistem hoje no AGLS apenas quatro documentos referentes a este casal, nomeadamente, o testamento de Leonor Gil sob a forma de dois traslados autênticos feitos em 1503 e em 1726²²¹, e duas escrituras relativas à compra de uma propriedade²²².

²¹⁹ Os registos de autoridade (que contêm breves resumos biográficos e a lista das fontes consultadas para a sua elaboração) de todos os produtores e/ou acumuladores de informação mencionados neste capítulo podem ser consultados em Anexo 9 – Registos de autoridade, p. 437.

²²⁰ António Rafael Carvalho descreve uma escritura de arrendamento da Herdade do Porto da Areia onde Diogo Gonçalves Salema é referido como “da criação do Infante D. Fernando e escudeiro da sua casa”: CARVALHO, António Rafael de, *Torrão do Alentejo: arqueologia, história e património*, vol. 3 – “Cronologia e Bibliografia”, Alcácer do Sal, Junta de Freguesia do Torrão / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2009, p. 19 [Em linha. Disponível em http://www.cm-alcacerdosal.pt/documents/44/Torrao_Arqueologia_Historia_e_Patrimonio_Vol_3_CRONOLOGIA.pdf. Consult. 03-01-2016].

²²¹ Traslados (1503 e 1726) do testamento de Leonor Gil (1502) conservados em ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 57.

Não obstante, o número diminuto de registos é compensado pelo interesse destas duas últimas escrituras, que relatam um episódio recorrente particularmente ilustrativo da importância da posse e da conservação de registos escritos no seio dos grupos familiares:

Em Janeiro de 1469, Diogo Gonçalves Salema pede autorização ao almoxarife da Ordem de Santiago, então tutelada pelo Infante D. Fernando, para comprar a uma Alda Louseira o aforamento em fautesim de uma vinha e de um pedaço de chão em Alcácer do Sal pertencentes à Ordem. O almoxarife concede autorização e o aforamento é vendido nos mesmos termos em que o possuía a vendedora, ou seja, em perpetuidade, lavrando-se a respectiva carta de compra²²³.

Cerca de onze anos mais tarde, já durante o mestrado de D. João II e por ocasião de uma visitação a Alcácer do Sal, os comendadores Gil Vaz da Cunha e Duarte Furtado, em cumprimento do regimento dos visitantes da Ordem elaborado dois anos antes, «oprimem» Diogo Gonçalves Salema a apresentar uma prova escrita da posse do aforamento²²⁴. No dito regimento determina-se:

“a todos os comendadores e pessoas que fortalezas, vilas, terras e possessões da dita Ordem trouxerem pedireis que vos deem certidões e firmeza de como as têm e trazem pela dita Ordem e os apremar que vos mostrem os títulos por que as dela trazem e possuem e vos prometerão de as entregarem quando quer que lhe por vós e pela dita Ordem for mandado segundo pelo regimento e ordenança da dita Ordem forem obrigados e que nunca alegarão prescrição dando-vos dele escritura e firmidões feitas com juramento e quanto aos aforamentos segundo forma do dito regimento se guardará sobre eles a cada um seu direito”²²⁵.

A carta de compra de 1469 é apresentada mas os visitantes consideram que o aforamento em fautesim é ilegítimo e determinam que este seria transformado em vida de três de pessoas. A sua decisão baseou-se em dois argumentos: o primeiro evocou o

²²² Carta de venda (1469) conservada em ANTT, *AGLS* cx. 35, pt. 182 e carta testemunhável de requerimento (1480) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²²³ Carta de venda (1469) conservada em ANTT, *AGLS* cx. 35, pt. 182.

²²⁴ Carta testemunhável de requerimento (1480) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²²⁵ Traslado do regimento dos visitantes (1478) inserto em *Estatutos e privilégios da Ordem de Santiago e da Ordem de Santo Agostinho e outros traslados* conservado em ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, liv. 135, fl. 180v.

direito canónico e o regimento da Ordem, afirmando-se que o aforamento em fateusim ia, neste caso, contra ambos; e o segundo assentou no facto de Diogo Gonçalves Salema não possuir a carta de aforamento original, que deveria ter recebido quando comprou o aforamento²²⁶.

Reagindo à sentença dos visitantes, Diogo Gonçalves Salema dirige-se ao escrivão da visitação e pede-lhe que assente por escrito o seguinte protesto, lembrando não só a antiguidade do aforamento em fateusim mas também o facto de o almoxarife da Ordem ter autorizado a venda:

“...vós me dareis um instrumento ou carta testemunhável em como é verdade que eu houve uma vinha de Alda Louseira que lhe ficou de seu marido a qual era da avoenga do dito seu marido de cento e duzentos anos que *a memória dos homens não é em contrário* e quando ma a dita Alda Louseira vendeu enfatiota para sempre eu requeri ao almoxarife se a queria tanto por tanto para a Ordem e ele disse que a não queria e que eu era homem que pagaria bem o foro que é o quarto e o dízimo e que corrigiria bem a propriedade como está mui bem corrigida e agora estes senhores visitantes ma fazem tomar em três pessoas por força porém eu lhe requeiro que eles me deixem estar em minha posse para sempre como os meus antecessores tinham e eu tinha se não eu protesto de em todo o sempre me ser corrigido por quem direito for *porque por tombo nem por escritura me não mostram nem por direito eles me poderem assim tomar o meu contra minha vontade* pois que eu requeri ao senhorio que a tomasse para si e ele a não quis *segundo se mostra por escritura pública* que logo mostrei...”²²⁷.

No mesmo documento o escrivão transcreve a resposta dos visitantes, que insistem no facto de Diogo Gonçalves Salema não ter mostrado por escrito que o aforamento era em fateusim. E aquele replica, fazendo escrever:

“E o dito Diogo Gonçalves diz que assaz fez boa a dita vinha quem lha vendeu que de duzentos anos a esta parte a aproveitou e fez em vinha de chão e maninho que era de que a Ordem há proveito porque sempre lhe

²²⁶ Carta testemunhável de requerimento (1480) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²²⁷ *Idem*. Sublinhado nosso.

pagou mui bem seu foro e eu quando a comprei o fiz saber ao senhorio *que não era mais obrigado* e acrescentei em a dita vinha gastando o meu em fazer bem feitoria e *vós contra Deus e contra direito e por força* me mandais tomar carta em três pessoas em que o agravo está conhecido...²²⁸.

Sem se deixarem mover com a contra-argumentação, os visitantes terminam o processo afirmando que este era o procedimento normal para quem não apresentava escrituras, que a nova carta de aforamento em vidas já tinha sido lavrada e que Diogo Gonçalves Salema poderia apresentar novo protesto no cabido da Ordem. Nas costas da carta de compra de 1469 é então inscrita a seguinte nota que resume o sucedido:

“Visto como o possuidor desta vinha não mostra título como lhe foi aforada pela Ordem quando a comprou e posto que o fizesse saber ao almoxarife e diz que a fez enfatiota que é contra o direito canónico e contra nosso regimento mandamos que lhe seja aforada em pessoas e não o querendo o almoxarife a mande meter em pregão e a quem por mais der afore-a em três pessoas”²²⁹.

Analisando este processo no contexto do diálogo documental entre duas entidades, verificamos, desde logo, que o documento traduz aquilo que Luís Adão da Fonseca designou “dialéctica entre a *sobreposição* e a *integração mneumónica*”, isto é, o diálogo e, por vezes, o confronto, entre memórias distintas e diferentes formas de recordar que coexistem num mesmo espaço²³⁰.

Na perspectiva da Ordem de Santiago, o mecanismo encontrado para garantir o controlo das suas terras e dos respectivos foros passou pela imposição da obrigatoriedade de apresentar um registo escrito por parte dos foreiros, provando de que forma e em que termos tinham as propriedades em sua posse. Isto, como vimos, no seguimento das regras de funcionamento interno fixadas no regimento dos visitantes de 1478 e, sublinhe-se, num período marcado pela crescente importância atribuída pela Ordem e pela administração régia à posse, conservação e controlo dos registos escritos

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ Carta de venda (1469) conservada em ANTT, *AGLS* cx. 35, pt. 182.

²³⁰ FONSECA, Luís Adão da, “Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis”, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Actas do Seminário Internacional*, Porto, CEPSE, 2009, p. 44.

relativos àquela instituição, a qual culminou na construção do cartulário conhecido como “Livro dos Copos” em 1484 por ordem de D. João II²³¹. Vigorava já a fase descrita por Saul Gomes como aquela em que os modelos de gestão das Ordens Militares tinham adquirido “novos rumos e maior complexidade” numa sociedade “mais vigilante e inspectiva” na qual a produção documental foi desempenhando um papel cada vez mais revelante²³².

É de notar, no entanto, que, no caso de Diogo Gonçalves Salema I, a função “inspectiva e vigilante” da visitação foi particularmente exigente no que concerne a obrigatoriedade de apresentação de provas escritas, considerando-se não só que a carta de compra do aforamento de 1469 não era suficiente como a própria autoridade do almoxarife que autorizou a venda em *fateusim* não substituíra a autoridade da carta de aforamento original.

É possível que os responsáveis pela visitação tenham emitido a sua sentença estritamente no seguimento escrupuloso das normativas. Não obstante, não é descartar a hipótese de o seu excesso de zelo esconder uma estratégia consciente que procurava beneficiar a Ordem em detrimento do proprietário ao permitir reaver a propriedade ao fim de três vidas e, assim, realizar novo aforamento com a respectiva actualização dos valores dos foros.

Aos olhos de Diogo Gonçalves Salema I não restavam dúvidas: a insistência dos visitantes constituía um claro abuso de poder, feito “contra Deus, contra direito e por força”. E os argumentos que utiliza para menozar a ausência da carta de aforamento original são dignos de nota²³³. Em primeiro lugar, sublinha o cumprimento escrupuloso dos protocolos impostos pela Ordem, lembrando que informou o almoxarife antes de concretizar a compra e que, para além disso, sempre pagara os foros como devia e havia feito melhorias nas propriedades. Depois, invoca a antiguidade do aforamento, integrada na herança dos anteriores proprietários, segundo ele, há um ou dois séculos, o que era comprovado não por um registo escrito mas por algo que aparentemente não tinha

²³¹ FONSECA, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Anacleta. Fontes para o estudo das Ordens religioso-militares*, 7 (2006), vol. 1 – “Livro dos Copos”, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006.

²³² GOMES, Saul António, “Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 112-114.

²³³ Carta testemunhável de requerimento (1480) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

menos autoridade, a “memória dos homens”. Por fim, contesta a sentença dos visitantes com o mesmo alicerce que a sustentava, exigindo que os representantes da Ordem apresentassem, também eles, provas escritas de como tinham legitimidade para transformar o aforamento em fateusim em aforamento em vidas.

No âmago deste confronto de interesses, a escrita e o seu oposto, a memória dos homens, surgem como elementos centrais. Do lado da Ordem, munida de regimentos próprios e de agentes cuja função era aplicar esses regimentos, a escrita emergia progressivamente como um instrumento privilegiado de exercício e afirmação de poder. Ao controlo do território associava-se, como mostrou Luís Adão da Fonseca, a construção de uma memória oficial suportada pela autoridade da escrita e imposta de cima para baixo²³⁴.

Do lado daqueles sobre os quais se exercia e afirmava o poder da Ordem, os agentes daquela instituição actuaram como um factor de “trauma social” na medida em que exigiram a adequação a práticas novas, obrigando os foreiros a conformar-se com modelos que não tinham vigorado até então²³⁵. Foi apenas em 1480 que a perpetuidade do aforamento foi posta em causa, tendo permanecido inquestionada pelos próprios oficiais da Ordem nas décadas anteriores ou mesmo, confiando na afirmação de Diogo Gonçalves Salema I, nos séculos antecedentes.

A memória de transmissão oral perdia então autoridade face à escrita, especialmente se fosse contra a versão e os interesses da memória oficial. Aos que lidavam com a Ordem restava portanto munirem-se das mesmas armas utilizadas por aquela instituição, conservando cuidadosamente todos os documentos relativos às propriedades aforadas. Analisaremos nas páginas que se seguem alguns outros exemplos de como as famílias se adequaram às práticas documentais da Ordem, desenvolvendo estratégias para precaver eventuais investidas como a que sucedeu a Diogo Gonçalves Salema I.

E que destino tiveram, por fim, as propriedades que este último adquiriu? Não sabemos se Diogo Gonçalves Salema chegou efectivamente a apresentar novo protesto no cabido da Ordem mas temos notícia de que entre a visitação de 1480 e 1513, data em que se realizou uma outra visitação a Alcácer do Sal já em vida do seu sucessor, a

²³⁴ FONSECA, Luís Adão da, “Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis”, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Actas do Seminário Internacional*, Porto, CEPSE, 2009, p. 44.

²³⁵ *Idem*, p. 52.

contenda foi resolvida a favor da família. Talvez por determinação do cabido ou por intervenção de uma outra autoridade superior aos visitantes e aos próprios documentos escritos, o aforamento permaneceu em fateusim e foi confirmado pelo próprio mestre D. Jorge, presente na visitação de 1513²³⁶. Em 1562, as propriedades aforadas foram anexadas ao morgadio instituído por Brás Salema II, bisneto de Diogo Gonçalves Salema I, o que explica que os três documentos a elas associados – a carta de compra de 1469, o requerimento de 1480 e a confirmação de 1513 – tenham continuado a ser conservados²³⁷.

Brás Salema I (flor. 1482 – 1513)

Falecendo Diogo Gonçalves Salema I em cerca de 1491, a chefia da família passou para o seu sucessor, de nome Brás Salema I (flor. 1482 – 1513). Este último era o herdeiro mais velho de entre pelo menos cinco irmãos, a saber, António Salema, cuja linha acompanharemos no ponto seguinte, Brites Salema, freira no Mosteiro de Santa Clara de Beja, Gonçalo Salema e Catarina Gonçalves, cujos percursos desconhecemos, e ainda Isabel Salema, que foi excluída do testamento da sua mãe por “ser apartada com seu casamento” e por possuir “mais do que devia herdar”²³⁸.

Imediatamente após a morte do pai, Brás Salema I recebe do Rei a lutuosa do seu antecessor, composta pelo melhor cavalo ou besta e pela melhor cota e freio que este último possuía²³⁹. Ao que parece, manteve o mesmo estatuto social que Diogo Gonçalves Salema I já que é também identificado como escudeiro e, como ele, conservou a sua residência em Alcácer do Sal.

Antes de 1482 casa com Inês Figueira (flor. 1482-1496), filha de Violante Gil (flor. 1450-1479) e de João Afonso Camareiro (flor. 1450-1479), escudeiro e criado de Martim Afonso de Miranda. Seguindo a lógica dos «arquivos dentro do arquivo», é precisamente através deste matrimónio que chega ao arquivo dos Salema a maioria dos documentos actualmente conservados no AGLS pela segunda geração da linha de Diogo Gonçalves Salema I.

²³⁶ Carta de confirmação de aforamento (1513) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²³⁷ Carta testemunhável com traslado (1563) do testamento de Brás Salema II (1562) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 69.

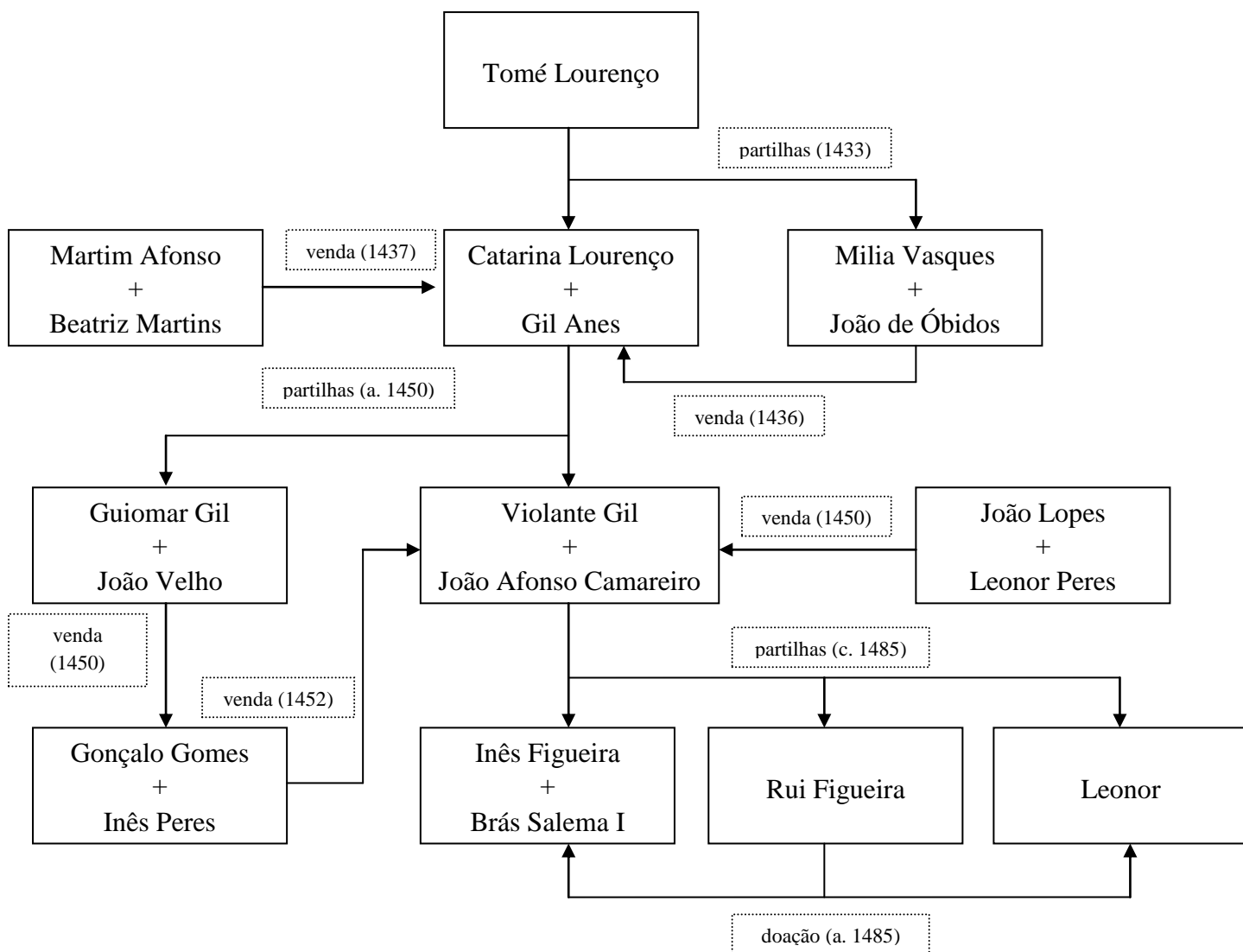
²³⁸ Traslado (1503) do testamento de Leonor Gil (1502) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 57.

²³⁹ Carta régia de mercê da lutuosa (1491) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 58.

Relativos na sua totalidade a propriedades na mão dos pais de Inês Figueira e depois herdadas por ela e pelo marido, estes documentos fazem-nos retornar ao processo que envolveu Diogo Gonçalves Salema I e a Ordem de Santiago ao traduzirem precisamente a consciência da importância de possuir registos escritos capazes de atestar não só a legitimidade da posse do património por parte do seu actual detentor mas também por parte daqueles que o detiveram antes dele. Esta consciência levou à consolidação de duas práticas comuns dentro e fora do Reino Português, que passavam, por um lado, por entregar ao comprador de determinada propriedade todos os documentos existentes sobre essa propriedade para além da carta de compra; e, por outro, pela conservação desses documentos de acordo com o que Pierre Chastang designou “genealogia patrimonial”, isto é, de acordo com a sucessão genealógica que explicava a transmissão do património por entre os seus diversos proprietários²⁴⁰.

É este o caso da designada herdade do Gradil, no termo de Cabrela, que, por vicissitudes diversas, passou do bisavô materno de Inês Figueira, Tomé Lourenço, para a posse da sua bisneta e de Brás Salema I:

²⁴⁰ CHASTANG, Pierre, *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe – XIIIe siècles)*, Paris, CTHS, 2001, p. 424. O autor identificou esta prática na redação de cartulários na região do Bas-Languedoc a partir do século XII, quando o valor probatório da escrita se ia intensificando na resolução de conflitos. A existência de documentos que atestavam a posse de dada propriedade antes da sua aquisição é também notada por Viviane Von Kaenel na análise do inventário do arquivo da família Bouvier, elaborado em meados do século XV (VON KAENEL, Viviane, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L’inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, Lausanne, Université de Lausanne, 2003, p. 46) ou por Rita Dias Gregório no exame do tombo das escrituras de Pero Anes do Canto, produzido no século XVI (GREGÓRIO, Rute Dias, “Documentos do fundo Ernesto do Cato – o tombo de Pero Anes do Canto”, in *Ernesto do Canto – retrato do homem e do tempo. Actas do Colóquio*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso / Universidade dos Açores – Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 330).



Genealogia 8

Genealogia patrimonial da herdade do Gradil (1433-c.1485)²⁴¹

Verificamos, então, que a herdade na posse de Tomé Lourenço foi sendo alvo de partilhas, de compras, vendas e doações entre herdeiros, e de acrescentos por parte dos seus proprietários, práticas comuns no contexto das estratégias de gestão patrimonial de grupos familiares que reconheciam na conservação e acumulação de património um importante mecanismo de ascensão social.

²⁴¹ Genealogia construída a partir dos documentos que se seguem, todos conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 184:

Carta de partilhas dos bens de Tomé Lourenço (1433);
 Carta de venda a Gil Anes e Catarina Lourenço (1436);
 Carta de venda a Gil Anes e Catarina Lourenço (1437);
 Carta de venda a João Afonso Camareiro e Violante Gil (1450);
 Carta de venda a Gonçalo Gomes e Inês Peres (1450);
 Carta de venda a João Afonso Camareiro e Violante Gil (1452);
 Carta de demarcação e partilha da herdade do Gradil (1485).

Em 1433, os bens de Tomé Lourenço foram partilhados entre a sua filha, Catarina Lourenço, e a sua neta, Mília Vasques, filha de Alda Lourenço, já falecida. Em 1436, esta última vende a sua parte a Catarina Lourenço que, no ano seguinte, compra uma terceira parcela a Martim Afonso e Beatriz Martins. Antes de 1450, os bens de Catarina Lourenço são partilhados entre as suas duas filhas, Guiomar Gil e Violante Gil, casada com João Afonso Camareiro (pais de Inês Figueira, esposa de Brás Salema). Em 1450, Violante Gil e João Afonso adquirem uma outra terra no Gradil a João Lopes e Leonor Peres. Simultaneamente, Guiomar Gil vende a sua parte da herança a Gonçalo Gomes e Inês Peres, a qual é comprada, dois anos depois, por Violante Gil e João Afonso Camareiro. Por fim, em cerca de 1485, o património no Gradil é dividido pelos três herdeiros deste casal. Nas partilhas intervêm Brás Salema I, em representação de Inês Figueira, sua mulher, e Vasco da Fonseca, tio, tutor e curador de Leonor, moça órfã e neta de Violante Gil e João Afonso Camareiro. O terceiro herdeiro, Rui Figueira, já tinha falecido ao tempo das partilhas mas no documento de distribuição das heranças trasladou-se um acordo que havia feito com as suas irmãs determinando a doação equitativa da sua parcela²⁴².

Assim, quando Violante Gil e João Afonso Camareiro assumiram a gestão da herdade do Gradil, ela era composta por vários terrenos outrora autónomos que se integraram num só conjunto por diversas vias. Contudo, tal como no caso de Diogo Gonçalves Salema I, essa integridade foi posta em risco, mais uma vez por intervenção da Ordem de Santiago.

De facto, em meados de 1454, o almoxarife do Conselho da Ordem e um dos sesmeiros apropriam-se de uma parte da herdade do Gradil, composta por pastos e currais, e deram-na de sesmaria a um João Afonso Barbado. Ao que parece, a dita parte da herdade pertencia ao termo de Alcácer do Sal (enquanto o remanescente se localizava já no termo de Cabrela) e, segundo o almoxarife e sesmeiro, estaria mal aproveitada, sendo de maior proveito para a Ordem transformar os pastos em terreno de lavradio²⁴³.

João Afonso Camareiro contestou esta decisão, classificada como algo que “seria roubo conhecido”. Nas palavras do lesado, o almoxarife e sesmeiro não fizeram os pregões e os áditos como deviam no processo de atribuição da sesmaria, eram ambos

²⁴² Vd. nota anterior.

²⁴³ Instrumento de protesto (1455) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 184.

parte da rede clientelar do novo sesmeiro, homem pobre que residia longe, em Montemor, e, para além disso, eram os três seus “inimigos e malquerentes”²⁴⁴.

Os oficiais da Ordem, por seu turno, repudiam estes argumentos, acusam João Afonso Camareiro de ter incitado os lavradores da sua herdade, que guardavam o gado nos pastos dados em sesmaria, a resistir ao novo sesmeiro e, à semelhança dos visitantes no caso de Diogo Gonçalves Salema I, sentenciam-no a provar por escrituras a posse da propriedade.

Ora, de acordo com João Afonso Camareiro, o almoxarife e o sesmeiro sabiam de antemão que ele não poderia apresentar tais escrituras porque a herdade do Gradil lhe tinha ficado “por título de herança”²⁴⁵. Na realidade, verificamos na genealogia documental do Gradil que a única etapa que não está documentada é precisamente a divisão dos bens entre as herdeiras de Gil Anes e Catarina Lourenço, pais da mulher de João Afonso. Esta ausência pode ter-se devido ao desaparecimento do documento que fixou as partilhas por escrito (porque se perdeu ou porque se destruiu) ou ainda ao facto de as partilhas terem sido acordadas oralmente com recurso a testemunhas sem se ter produzido qualquer documento escrito²⁴⁶.

Em qualquer dos casos, João Afonso Camareiro não podia efectivamente satisfazer a exigência dos oficiais da Ordem. Tal como no exemplo de Diogo Gonçalves Salema I, impôs-se de forma «traumática» um modelo destinado a vigorar, em que a importância de “re-presentar” um acto, tornando-o presente tantas vezes e em tantos lugares quanto necessários, se aliou à autoridade da escrita enquanto suporte que fixava a «memória dos homens»²⁴⁷.

Perante a perseverança do almoxarife e do sesmeiro, que não se mostraram sensíveis às dificuldades de adaptação ao modelo emergente (ou, então, que se aproveitaram conscientemente dessas dificuldades) João Afonso Camareiro apelou a D.

²⁴⁴ *Idem.*

²⁴⁵ *Idem.*

²⁴⁶ A possibilidade de as partilhas serem provadas por testemunhas sem recurso a documentos escritos é prevista nas Ordenações Afonsinas, onde se escreve que “depois que os irmãos ou parentes fizerem partição entre si daquilo que lhe dão não pode ser desfeita por nenhuma guisa ainda que não seja escrita por tabelião e selada com selo do Concelho, se pode por testemunhas ser provada” (*Ordenações Afonsinas*, liv. IV, título CVII [Fac-símile disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/14p386.htm>]).

²⁴⁷ MORSEL, Joseph, “Ce qu’écire veut dire au Moyen Âge. Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale”, in COQUERY, Natacha ; MENANT, François ; WEBER, Florence (dir.), *Écrire, Compter, Mesurer. Vers une histoire des rationalités pratiques/2*, Paris, Éditions de l’ÉNS Rue d’Ulm, 2012, p. 16.

Henrique, comendador-mor da Ordem de Santiago e vedor das terras do Mestre da dita Ordem. O tabelião entregou-lhe então o longo documento, composto por vários pergaminhos cosidos, onde se havia transcrito a troca de argumentos entre as duas partes²⁴⁸.



Imagem 9

Instrumento de protesto (1455) conservado em ANTT, AGLS, cx. 35, pt. 184

Nas costas do documento, o comendador-mor faz escrever que deviam ser nomeados dois juízes de Alcácer do Sal ou, se estes fossem suspeitos, dois homens bons “sem suspeita”, para inquirirem as testemunhas necessárias sobre o caso e para

²⁴⁸ Instrumento de protesto (1455) conservado em ANTT, AGLS, cx. 35, pt. 184.

comprovarem as acusações de João Afonso Camareiro. Depois de concluída a inquirição, os responsáveis deviam informá-lo dos resultados através de uma escritura pública para que pudesse emitir o seu parecer final. Em adição, anula a sentença do almoxarife e do sesmeiro que obrigava João Afonso Camareiro a apresentar escrituras, reconhecendo que tal não era possível e admitindo implicitamente que o novo modelo de funcionamento da Ordem não devia desconsiderar as práticas anteriores²⁴⁹.

A partir daqui perdemos o rasto documental desta contenda. Por baixo da nota do comendador começou a ser escrita uma outra anotação dirigida talvez pelos responsáveis pela inquirição ao dito comendador (começou por se escrever “Muito honrado Senhor fazemos saber...”) mas que, por razões desconhecidas, se deixou incompleta²⁵⁰. Não sabemos, portanto, se João Afonso Camareiro ou algum dos seus sucessores chegou a ser bem-sucedido e evitou a apropriação de uma parte da herdade do Gradil. Todavia, a herdade continuou na posse da família Salema, assegurada, em 1562, pela sua vinculação ao morgadio instituído por Brás Salema II (flor. 1545-1562), neto de Brás Salema I e de Inês Figueira²⁵¹. E na posse da família manteve-se também o documento onde se registou por escrito os protestos de João Afonso Camareiro, as respostas e a sentença dos oficiais da Ordem e, porventura, o elemento mais importante do registo, a nota do comendador que anulava a sentença dos oficiais e que, portanto, provava que João Afonso Camareiro não era obrigado a apresentar escrituras.

Apesar da conclusão indeterminada, cremos que a contenda com a Ordem de Santiago teve, neste caso, outra consequência directa. De facto, é provável que o contencioso em torno da imposição da apresentação de escrituras tenha acentuado a consciência da importância não só de conservar cuidadosamente os documentos relativos à herdade do Gradil mas também de manter a integridade da sua “genealogia patrimonial”.

É isso que nos indica a existência de uma outra nota, escrita talvez por João Afonso Camareiro ou por um dos seus sucessores (a grafia sugere que tenha sido escrita ainda no século XV), onde se pode ler “estas escrituras todas são do Gradil”²⁵². Esta nota sugere, desde logo, que todos os documentos produzidos e recebidos sobre a

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ Instrumento de protesto (1455) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 184.

²⁵¹ Traslado (1563) do testamento de Brás Salema II (1562) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 69.

²⁵² Carta de partilhas dos bens de Tomé Lourenço (1433) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 184.

herdade do Gradil tenham sido conservados, a partir de determinado momento, num só conjunto físico ou na mesma unidade de instalação, formando porventura um maço.

A opção por esta disposição física facilitava a identificação e recuperação imediata de toda a informação disponível sobre a herdade. E facilitava também a contextualização dos documentos dentro da unidade – e, portanto, das várias etapas do percurso da constituição e posse da propriedade - já que a nota foi inscrita nas costas da carta de partilhas dos bens de Tomé Lourenço, ou seja, nas costas do documento mais antigo da “genealogia”, do qual «descendiam» todos os outros. Não podemos saber se a restante documentação estaria organizada por ordem cronológica mas a existência de exemplos idênticos que mencionaremos adiante permite-nos confirmar que foi intencional a escolha do documento mais antigo, do documento «fundador», para anotar a descrição de todo o conjunto.

Diogo Gonçalves Salema II (flor. 1522-1531)

A estratégia de aquisição, gestão e acréscimo do património familiar teve continuidade no sucessor de Brás Salema I e de Inês Figueira, Diogo Gonçalves Salema II (flor. 1522-1531). Homónimo do seu avô paterno, parece ter subido socialmente em relação aos seus antecessores, aproveitando os recursos patrimoniais que herdou em conjugação com o hábito da Ordem de Santiago, da qual foi cavaleiro, e com o cargo de ouvidor do mestrado de Avis. Nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, “uma boa fortuna acabaria por elevar, sobretudo os que conseguissem um hábito numa ordem militar”²⁵³.

Conservam-se hoje no AGLS quatro documentos de compra de propriedades realizados por Diogo Gonçalves Salema II e pela sua mulher, Catarina Botelha (flor. 1522-1531), todos relativos a terras localizadas em Alcácer do Sal, o que indica que se deu seguimento à preferência de concentrar os investimentos no território de residência onde a família detinha já outras possessões²⁵⁴.

Em três desses documentos encontramos indícios que dão seguimento à nota sobre as escrituras do Gradil. Escrevendo da sua própria mão, Diogo Gonçalves Salema

²⁵³ MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Sociedade”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 417.

²⁵⁴ Cartas de venda (14-08-1522; 18-08-1522; 30-09-1522; 1531) conservadas em ANTT, AGLS, cx. 35, pt. 182.

II anotou também pequenas descrições do conteúdo dos documentos nas costas dos registos, indicando: “carta da vinha e oliveiras que comprei a Francisco Rodrigues”²⁵⁵; “carta do chão que comprei a Francisco Soares”²⁵⁶; “carta do olival que comprei a João Quadrado”²⁵⁷. A ausência de uma nota no quarto documento existente no AGLS deve-se ao facto de, provavelmente por engano, Diogo Gonçalves Salema II ter registado o resumo desse documento nas costas de um outro, escrevendo na carta de compra de umas casas em Alcácer do Sal a anotação relativa à carta de compra do olival a João Quadrado (que não contém anotação)²⁵⁸.

Voltaremos a encontrar vários outros exemplos desta prática de resumir o assunto tratado nas escrituras, o que nos indica que seria uma estratégia arquivística comum por parte destas famílias. Na maioria das situações, os resumos são produzidos pelo próprio indivíduo que executou o acto fixado por escrito (neste caso, a aquisição de propriedades), sucedendo com menos frequência a anotação de descrições por parte do seu sucessor imediato. Como afirmámos, este método permitia identificar e recuperar a informação escrita com maior eficiência, o que ajudava, desde logo, à gestão corrente do património. Num sentido semelhante e dado que o volume de registos escritos não justificaria, em princípio, instrumentos mais complexos como seriam os inventários ou cartulários, esta opção permitia também aos sucessivos herdeiros controlar mais rapidamente a documentação conservada no arquivo que passavam a gerir.

Brás Salema II (flor. 1544-1562)

A mesma preocupação com a transmissão e recuperação dos registos escritos esteve presente nas práticas documentais do sucessor de Diogo Gonçalves Salema II e de Catarina Botelha, de nome Brás Salema (II) (flor. 1544-1562). Continuando o percurso de ascensão social iniciado pelos seus antecessores, Brás Salema é o primeiro desta linha a ser identificado como fidalgo da Casa d’el Rei²⁵⁹. Seguindo a sugestão de João Cordeiro Pereira sobre as diferentes formas de obtenção deste estatuto, ele deverá

²⁵⁵ Carta de venda (18-08-1522) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²⁵⁶ Carta de venda (30-09-1522) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²⁵⁷ Carta de venda (1531) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²⁵⁸ Carta de venda (14-08-1522) sem anotação conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 35, pt. 182.

²⁵⁹ Brás Salema é identificado como fidalgo da Casa d’el Rei na carta testemunhável com o traslado (1563) do testamento (1562) de Brás Salema II conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 69.

ter recaído sobre Brás Salema muito provavelmente por razão da sua colaboração com a Coroa no processo de expansão ultramarina²⁶⁰.

Essa colaboração terá passado, desde logo, pelo cumprimento das funções de língua e aposentador-mor de Ormuz, cargos a que, segundo o “Inventário geral dos papéis...”, Brás Salema terá sido autorizado a renunciar em 1544²⁶¹. Depois, sabemos que desenvolveu actividades mercantis em S. Jorge da Mina e no Brasil, indicando-se na carta testemunhável com traslado do seu testamento que fez ali negócios em vinho e cereais, chegando a obter o privilégio de morador da Mina²⁶².

Por fim, uma terceira via de participação na expansão poderá ter-se corporizado no serviço militar o que, continuando a seguir João Cordeiro Pereira, surgia muitas vezes a par com a mercancia e constituía uma estratégia promissora para alcançar a nobilitação. Não podemos afirmar com certeza que se trate do mesmo Brás Salema mas encontramos menções a um Brás Salema em duas cartas enviadas em 1553 e 1554 por Martinho Correia da Silva ao Rei informando-o, entre outros assuntos, que Brás Salema, “que Vossa Alteza conhece melhor que ninguém pois o criou”, tinha partido de Tânger para Ceuta e aí permanecia com três cavalos e seis ou sete homens à sua custa pronto a servir o Monarca²⁶³.

A ascensão de Brás Salema II ao estatuto de fidalgo da Casa d’el Rei poderá ainda ter sido impulsionada pela aparente ligação que manteve a D. Afonso de Portugal, 2º Conde de Vimioso, e ao irmão deste, D. Manuel. De facto, Brás Salema pede aos seus herdeiros no seu testamento que sigam os conselhos destas duas destacadas figuras da alta nobreza Portuguesa, as quais considera que viriam a ser “verdeiros pais” para os seus filhos após a sua morte²⁶⁴. Embora não saibamos como é que esta ligação se

²⁶⁰ PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, pp. 289-297.

²⁶¹ Alvará (1544) descrito no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 75v).

²⁶² Carta testemunhável com o traslado (1563) do testamento (1562) de Brás Salema II conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 69.

²⁶³ Cartas (1553 e 1554) conservadas em ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 91, n.ºs. 39 e 133 (representações digitais disponíveis em linha em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3779259> e <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3779353>).

²⁶⁴ Carta testemunhável com o traslado (1563) do testamento (1562) de Brás Salema II conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 69.

construiu, é possível que tenha jogado a favor de Brás Salema na estratégia de obtenção de mercês régias²⁶⁵.

E de que informações dispomos acerca das práticas documentais deste eclético fidalgo da Casa d'el Rei que parece ter gozado de uma notória proximidade à Casa Real e à alta nobreza? A nível quantitativo as informações são escassas. O único documento hoje existente no AGLS que pertenceu e foi conservado por Brás Salema II trata uma mercê dada por D. João III em 1547, a qual consistia numa tença com o hábito da Ordem de Cristo²⁶⁶. Ao contrário do seu pai, cavaleiro da Ordem de Santiago, Brás Salema preferiu a Ordem de Cristo, tendo recebido o hábito em 1545 e conservado o respectivo alvará régio de atribuição do hábito, que chegou a ser descrito no “Inventário geral dos papéis...”²⁶⁷.

Mais generosas são as pistas deixadas na carta testemunhável com traslado que se fez em 1563 do seu testamento, produzido no ano anterior. Para além das habituais encomendas da alma e instruções para a sepultura no Convento de São Francisco de Lisboa, Brás Salema II é o primeiro da sua linha a instituir um vínculo. Anexando a sua terça (onde se incluíam as propriedades no centro da contenda entre Diogo Gonçalves Salema I e Ordem de Santiago e a herdade do Gradil) à obrigação de uma missa rezada por ano, nomeia o seu filho primogénito, Diogo Salema, como primeiro administrador e determina que o vínculo devia andar sempre no filho mais velho, se necessário na filha mais velha ou, em última instância, no parente mais chegado com a “alcunha Salema”²⁶⁸. Pediu ainda, mas não obrigou, que todos os administradores fossem anexando, se possível, metade das suas terças ou pelo menos um terço de forma a ir aumentando o vínculo e o património que permaneceria na posse da família.

Mas o testamento não serviu apenas para fixar por escrito as últimas determinações de Brás Salema II sobre estas matérias maiores da saúde da alma e da

²⁶⁵ Encontramos no *Corpo Cronológico* duas outras cartas datadas de 1550 que fazem referência a um Brás Salema, o qual poderá ou não ser o mesmo que temos vindo a mencionar. Uma delas foi enviada à Rainha de Portugal por Maximiliano, sobrinho de D. Catarina, pedindo que um Brás Salema fosse perdoado por ter tido relações com uma donzela solteira com a qual se comprometia a casar (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 84, nº. 8). A segunda foi enviada à mesma Rainha por Carlos V, solicitando que um Brás Salema fosse beneficiado em certo negócio que não é mencionado (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 84, nº. 11).

²⁶⁶ Carta régia de mercê (1547) conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 69.

²⁶⁷ Alvará (1545) descrito no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 75).

²⁶⁸ Carta testemunhável com o traslado (1563) do testamento (1562) de Brás Salema II conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 69.

vinculação do património familiar. Serviu também para deixar instruções sobre algumas questões pendentes que os seus testamenteiros deviam resolver.

Elencando certas quantias de dinheiro que devia e que lhe eram devidas, serviços prestados por alguns criados, produtos seus que seguiam para venda em determinadas naus, contratos que já tinham sido estabelecidos mas que ainda não se tinham resolvido ou provisões e direitos que tinha obtido do Rei, o testador tem o cuidado de remeter os executores do testamento para os documentos que provavam ou que continham mais informações sobre cada um desses assuntos.

Em alguns casos faz apenas uma menção vaga ao seus “papéis”, lembrando a sua localização física – “que estão no meu escritório”. Esta é, na realidade, uma das poucas referências que identificámos ao espaço onde eram conservados os documentos, podendo remeter tanto para uma divisão na habitação de Brás Salema II ou para um móvel onde seriam guardados os registos escritos²⁶⁹.

Noutros casos, o testador é mais específico. Começa por referir um “papel de minhas lembranças” onde os testamenteiros podiam encontrar informação sobre os pagamentos devidos a um determinado criado; refere depois uma “escritura” que tem o piloto da nau São Martinho sobre as 18 pipas de vinho pertencentes a Brás Salema II que estavam naquela embarcação; umas “escrituras públicas” da venda do lugar de morador de S. Jorge da Mina; “um assinado em forma” que tinha dado à sua mãe sobre uns dinheiros que lhe devia (lembrando que também devia dinheiro à sogra mas não lhe tinha dado um assinado); e também uma “provisão d’el Rei” autorizando-o a trazer do Brasil 750 quintais de pão²⁷⁰.

É interessante notar que, por oposição à carta testemunhável do testamento em si, nenhum destes documentos existe hoje no AGLS nem foi descrito no “Inventário geral dos papéis...” de 1815. É possível que tenham entretanto desaparecido, seja porque se perderam ou porque se destruíram. Mas há também que pensar a sua ausência segundo a ideia fundamental articulada por Arnold Esch da *probabilidade* da transmissão e da conservação dos documentos²⁷¹.

²⁶⁹ Carta testemunhável com o traslado (1563) do testamento (1562) de Brás Salema II conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 69.

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances*

No que diz respeito aos arquivos de família – acompanharemos nas páginas seguintes outros exemplos-, os documentos com maior probabilidade de serem conservados foram aqueles que assentaram obrigações ou direitos perpétuos transmissíveis de geração em geração e ainda aqueles que atestavam a posse de bens ou propriedades.

Na primeira categoria encontramos, desde logo, os registos que fixaram a instituição de vínculos, como o testamento de Brás Salema II, a “fonte legal primária do direito de morgadio”, e todos os outros com eles relacionados²⁷². Tal como os morgadios ou as capelas e os respectivos procedimentos impostos pelos fundadores, também a conservação destes registos devia ser perpetuamente assegurada, servindo simultaneamente para provar a legitimidade da administração dos sucessivos gestores dos vínculos e para recordar os encargos que deviam ser cumpridos. A estes registos juntam-se ainda outros que asseguravam direitos ou privilégios como, por exemplo, os documentos relativos a padroados ou a sepulturas familiares em determinadas instituições religiosas.

Depois, os documentos que atestavam a posse de bens ou propriedades deviam também ser transmitidos e conservados pela família enquanto essa posse vigorasse. Se os bens ou propriedades estivessem vinculados, aplicava-se o mesmo princípio da documentação associada aos morgadios. Se os bens ou propriedades fossem livres, a conservação dos registos devia ser assegurada pela família até os referidos bens ou propriedades deixarem de estar na sua posse. Quando isso sucedesse, os registos eram, por norma, entregues ao novo proprietário que passaria a assegurar, a partir daí, a sua transmissão e conservação. Daí a existência de registos mais antigos da «genealogia patrimonial», anteriores à compra do património, que circulavam juntamente com o bem a que diziam respeito. É o que terá sucedido com as escrituras públicas do lugar de morador da Mina, lugar esse que, conforme determinado por Brás Salema II no seu testamento, devia ser vendido e os lucros da venda aplicados na aquisição de propriedades fundiárias para anexar ao morgadio.

actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 15-29.

²⁷² ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV – XV). Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 65.

Por comparação a estes documentos, encontramos nos arquivos de família outros que teriam menor probabilidade de ser transmitidos e conservados, o que não significa que não o pudessem ter sido²⁷³. No caso de Brás Salema II, o seu «papel de lembranças», que podemos considerar um documento de “gestão quotidiana” para utilizar uma expressão de Patricia Guyard (categoria que, no cartulário estudado por esta autora, está ausente do conjunto de documentos inventariados), não teria, em princípio, uma utilidade imediata uma vez que o criado recebesse os pagamentos que eram devidos²⁷⁴. O mesmo sucede com a escritura que foi entregue ao piloto e com a provisão régia (à partida desnecessárias depois de os negócios com o vinho e pão se completarem), e com o “assinado em forma”, possivelmente destruído depois da dívida à sua mãe ter sido saldada.

Contudo, e à semelhança do que verificámos no caso de Diogo Gonçalves Salema I, o grosso dos documentos hoje preservados no AGLS sobre esta geração da família Salema diz respeito não a Brás Salema II mas à sua mulher, Isabel Serrão (flor. 1562-1593), e à família desta. Sobrevivendo largos anos ao seu marido, Isabel Serrão acabou por se tornar cabeça de casal e responsável pelos seus quatro filhos menores, o mais velho dos quais, Diogo Salema, com quatro anos e meio, e o mais novo, João Salema, com catorze meses.

Como era habitual, Isabel Serrão só assumiu individual e formalmente a administração dos assuntos familiares e, portanto, uma participação activa na produção e gestão de documentos escritos, depois de enviuar²⁷⁵. Durante o tempo de vida dos maridos, as esposas não deixavam de estar presentes em diversos actos que foram fixados por escrito mas faziam-no, geralmente, em segundo plano. Era aos maridos, por exemplo, que competia negociar a aquisição de dado património, sendo para isso necessária a autorização da esposa seja por intermédio da sua presença física no negócio, seja através de uma procuração escrita e assinada que transferia a sua autoridade para o cônjuge. O mesmo sucede na administração dos bens herdados pela mulher, incluindo morgadios ou capelas, que era sempre assegurada pelo esposo em representação da sua mulher.

²⁷³ Vd. *infra*, p. 146.

²⁷⁴ GUYARD, Patricia, "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi : le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)", *Bibliothèque de l'école des chartes*, tome 157 (1999), livraison 2, p. 524.

²⁷⁵ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, "Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, I-2 (1999), pp. 51-86.

Todavia, quando ficavam viúvas, as mulheres assumiam o mesmo papel que os seus cônjuges falecidos. O exemplo mais paradigmático do desempenho da mulher viúva na representação da família e na gestão do arquivo está fora do universo de estudos de caso que seleccionámos e diz respeito a Maria Rebela (flor 1554-1599)²⁷⁶. Depois de enviuar duas vezes, Maria Rebela começa a escrever o seu terceiro e último testamento em 1596, terminando o respectivo codicilo em 1599. Nesse testamento institui uma capela no Convento de São Francisco de Xabregas, determinando que o primeiro administrador do vínculo seria Aires de Miranda Henriques, seu sobrinho segundo, devendo suceder daí em diante todos os filhos ou filhas secundogénitos²⁷⁷.

Como condição para herdar o vínculo, Maria Rebela estipula também que todos os administradores deviam ter em seu poder o traslado do seu testamento e livro de codicilo, transmitindo-o uns aos outros “até ao fim do mundo” sob pena de não receberem os rendimentos da capela. Fica aqui clara a noção de transferência da perpetuidade da vigência dos vínculos para a conservação dos documentos a eles associados, sobretudo do documento onde se fixou a sua fundação, que corporizava a “fonte legal primária do direito de morgadio”²⁷⁸.

E o mesmo documento fornece ainda um outro exemplo, paralelo ao de Brás Salema II, de como os testamentos podem conter informações relevantes acerca dos usos dos registos escritos por parte das famílias. No caso de Maria Rebela sabemos que quis especificar quanto rendia o seu morgadio, calculando, ela própria, o valor dos rendimentos e depois confrontando de novo as suas contas com a informação disponível no arquivo:

“Chegando a este ponto depois de ter lido o que tenho escrito e cuidando nisto muito devagar no que por vezes deixo dito no que me fica escrito que os rendimentos deste meu morgadio e capela serem 400 mil reis e *tornando a rever os aforamentos e papéis dos arrendamentos* e fazendo as

²⁷⁶ A documentação relativa a Maria Rebela chega-nos através do subsistema Miranda Henriques. Maria Rebela era irmã de Sebastiana Rebelo, esta última casada com Simão de Miranda Henriques. Cf. Anexo 9 – Registos de autoridade, p. 437.

²⁷⁷ Traslado (1828) do testamento e livro de codicilo de Maria Rebela (1599) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 16, pt. 133. Já em meados do século XVII, esta capela passou a ser gerida, por alguma razão, como se fosse de livre nomeação. Manteve-se na posse dos Miranda Henriques até à contenda que se abriu após a morte do 2º Conde de Sandomil e depois passou para a custódia dos Salema. Vd. ANTT, *AGLS*, cx. 16, pt. 133.

²⁷⁸ ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV – XV). Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 65.

contas de tudo em particular pelo que se me paga assim do padrão de meu juro como pelo rendimento dos caseiros da minha fazenda acho que deixo 500 mil reis de rendas e antes mais do que menos e isto já certo e sabido pelas pagas que se me fazem e pitaças e foros que recebo em cada um ano e pelos anos em diante e o muito crescimento e o muito que as coisas sobem e vão encarecendo cedo será muito mais de 500 mil reis”²⁷⁹.

Num sentido semelhante ao de Maria Rebela, a acção de Isabel Serrão depois de viúva mostrou também preocupações com a correcta conservação de certos registos escritos. Imediatamente após a morte do esposo é ela quem solicita ao juiz do inventário dos bens de Brás Salema II a carta testemunhável com o conteúdo do seu testamento, reconhecendo provavelmente a importância de garantir a preservação do registo de fundação do vínculo do marido ao juntar ao original um traslado autêntico com autoridade pública²⁸⁰. Em simultâneo, supervisiona o processo de inventariação do património do esposo, terminado ainda em 1562. O inventário original não se encontra no AGLS, restando apenas um traslado sem data e não autenticado do inventário dos bens móveis, o qual poderá também ter sido feito a pedido de Isabel Serrão e servido talvez propósitos pragmáticos de controlo de património visto não ter qualquer autoridade pública e não valer, portanto, em termos jurídicos²⁸¹.

Três anos mais tarde são completadas as partilhas entre Isabel Serrão e os seus quatro filhos, formalizadas numa carta de partilhas²⁸². À semelhança desta última, sobre a qual conhecemos apenas a descrição feita no “Inventário geral dos papéis...”, também a maior parte dos restantes dados que possuíamos sobre a acção da viúva até à sua morte, em cerca de 1593, nos chega, como veremos de seguida, a partir de registos descritos no referido inventário que não existem no AGLS.

Podemos afirmar, em síntese, que as acções de Isabel Serrão que geraram produção documental e que motivaram a posterior conservação dos documentos se desenvolveram em dois sentidos distintos. O primeiro, menos expressivo a nível quantitativo, relaciona-se com o plano familiar e com a prerrogativa que recaía sobre os

²⁷⁹ Traslado (1828) do testamento e livro de codicilo de Maria Rebela (1599) conservado em ANTT, AGLS, cx. 16, pt. 133. Sublinhado nosso.

²⁸⁰ Carta testemunhável com o traslado (1563) do testamento (1562) de Brás Salema II conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 69.

²⁸¹ Traslado (s/d) do inventário (1562) conservado em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 69.

²⁸² Carta de partilhas (1565) descrita no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 42).

pais de determinar as opções futuras dos filhos. Referimo-nos, em concreto, aos preparativos levados a cabo pela tutora para fazer ingressar a sua filha mais nova, Joana Rebela, no Mosteiro de Santa Clara de Lisboa. Para isso, começou por dotar a futura freira com as suas legítimas quando aquela teria apenas oito anos, conservando o comprovativo da atribuição do dote²⁸³. Cerca de sete anos mais tarde, quando Joana Rebela terá efectivamente ingressado no Mosteiro, efectuou o pagamento devido às freiras e preservou também o respectivo recibo²⁸⁴.

Mais expressiva foi a sua intervenção num segundo plano, nomeadamente na gestão do património familiar. De facto, entre 1564 e 1593 Isabel Serrão envolve-se não só em investimentos na Casa da Índia como na compra e gestão de diversas propriedades²⁸⁵. Contrariando a preferência mostrada pelas primeiras gerações desta linha pela região de Alcácer do Sal, Isabel Serrão privilegiou nas suas aquisições a zona da herdade do Gradil e os arredores de Torres Vedras²⁸⁶. Nesta última vila herdou várias terras de sua mãe, Joana Rebela (flor. 1534-1555), ama da Infanta D. Beatriz, filha de D. João III, e viúva de João Rebelo (flor. 1495-1531), cavaleiro da Casa d'el Rei, desembargador régio e corregedor da Casa do Cível.

Estas terras, que compunham o chamado casal de Almeira ou Almiara, passaram para a posse de Isabel Serrão entre 1570, data da abertura do testamento de Joana Rebela, e 1576, ano em que se fizeram as partilhas. Ao que parece, este casal estaria inicialmente destinado a António Rebelo, irmão de Isabel Serrão, já que Brás Salema II pede à sogra no seu testamento que o legue à sua mulher caso António Rebelo não voltasse da Índia, de onde retornou efectivamente mas talvez já depois de a sua mãe falecer²⁸⁷.

²⁸³ Carta de atribuição do dote (1568) descrita no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 33v).

²⁸⁴ Recibo do pagamento do dote (1575) descrito no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 95).

²⁸⁵ Carta régia de padrão tença de juro e herdade (1564) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 70.

²⁸⁶ Os documentos descritos no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246) que atestam a acção de Isabel Serrão na gestão do património familiar são os que se seguem, por ordem cronológica:

Demarcação (1572) de uns casais em Cabrela (fl. 66);

Instrumento de quitação (1572) do testamento de Joana Rebelo (fl. 90);

Carta de compra (1573) de uma sesmaria em Cabrela (fl. 5);

Carta de aforamento (1578) de umas propriedades em Alcácer do Sal (fl. 18v.);

Carta de compra (1581) de uma terra em Fernandinho, termo de Torres Vedras (fl. 4);

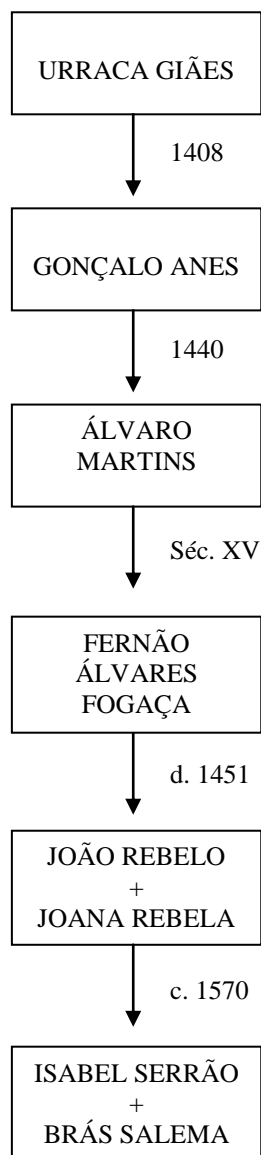
Carta de compra (1593) de uma terra com oliveiras em Fernandinho, termo de Torres Vedras (fl. 6).

²⁸⁷ Carta de partilhas (1576) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 11, pt. 82.

A herança do casal de Almeira implicou a incorporação no arquivo dos Salema de pelo menos nove documentos associados à sua “genealogia patrimonial”. O mais antigo desses documentos, o documento «fundador», data de 1408 e conserva-se hoje sob a forma de traslado feito em 1495 a pedido de João Rebelo²⁸⁸. Nesse documento, Urraca Giães, mulher de Fernão Nunes, formaliza o seu testamento e institui um vínculo na Igreja da Madalena do Turcifal, à qual vincula o casal. A administração é deixada a Gonçalo Anes, sapateiro, com obrigação de certos encargos perpétuos naquela Igreja. Ao que parece, em 1440, este Gonçalo Anes doa o casal *inter vivos* a Álvaro Martins e daí a propriedade segue na posse dos seus sucessores, nomeadamente, do seu filho, Fernão Álvares Fogaça, identificado como criado de D. João I, e depois do filho deste, João Rebelo, até que chega finalmente às mãos de Isabel Serrão²⁸⁹.

²⁸⁸ Traslado em pública forma (1495) do testamento (1408) de Urraca Giães conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186.

²⁸⁹ Traslado não autenticado (s/d) de carta régia de sentença (1541) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186.



Genealogia 10

Genealogia patrimonial do casal de Almeara (1408-c.1570)

Ao longo deste percurso, a legitimidade da posse do casal foi por duas vezes posta em causa, para além de terem também surgido dúvidas acerca da sua delimitação geográfica²⁹⁰. A primeira contenda ocorreu em cerca de 1451 quando Fernão Álvares Fogaça foi acusado por um Fernão Serra de não ter direito à administração da capela de

²⁹⁰ As primeiras dúvidas acerca da delimitação do casal surgiram em cerca de 1534 quando Joana Rebelo obtém sentença régia favorável contra um Álvaro Anes, que se tinha apropriado indevidamente de uma parcela da terra. Onze anos mais tarde, uma segunda contenda leva à confirmação da posição dos marcos o que, contudo, não resolveu a situação já que, em 1554, Joana Rebelo pede protecção régia das suas terras, que estavam a ser tomadas sem a sua autorização: carta régia de sentença (1534), traslado) não autenticado (s/d) de carta de demarcação (1545) e alvará régio (1554) conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186).

Urraca Giães porque o seu pai, “homem poderoso na terra”, teria enganado o sapateiro Gonçalo Anes a doar-lhe o casal de Almeara, o que este não poderia ter feito porque a propriedade era vinculada. D. Afonso V considerou que as acusações eram infundadas e a posse manteve-se inalterada²⁹¹.

Mais significativo do ponto de vista da gestão e produção documental foi a segunda contenda, que teve lugar na passagem para o século XVI, ainda durante a vida de João Rebelo. Em data incerta mas anterior a 1506 foi instaurado um processo (talvez pelo recém-criado Juízo das Capelas) contra o administrador da capela de Urraca Giães com o argumento de ele não ser legítimo sucessor da instituidora nem cumprir os encargos por ela estabelecidos. Para se defender da acusação e evitar a perda da administração, João Rebelo fez prova da legitimidade da posse, mostrando o traslado do testamento que mandara fazer anos antes. Em adição, alegou que era de “pública voz e fama” que ele era filho de Fernão Álvares Fogaça, último administrador do vínculo, e que sempre pagara os encargos como devido, recorrendo, para isso, não a escrituras mas a diversas testemunhas. D. Manuel I considerou as provas suficientes e, em Março de 1506, emitiu sentença a favor do administrador²⁹².

No cumprimento das obrigações dos administradores de vínculos estipuladas pela reforma manuelina, completou-se, cinco meses mais tarde, o tombo da capela de Urraca Giães, o mais antigo dos dois tombos de capelas existentes no AGLS²⁹³. À semelhança da descrição apresentada por Maria de Lurdes Rosa acerca desta tipologia documental, este tombo, feito com autoridade do provedor e desembargador Álvaro Fernandes, abre com o alvará régio que estabeleceu a feitura do documento. Seguem-se as descrições dos encargos estipulados por Urraca Giães, dos bens que vinculou à capela e do actual administrador. Depois, é transcrito o testamento da fundadora, extraído do traslado mandado fazer por João Rebelo em 1495, e indicam-se de seguida as medições e confrontações do casal de Almeara. O tombo termina, por fim, com uma ordem do provedor para que se transcreva no livro dos aniversários da Igreja do Turcifal a verba

²⁹¹ Traslado não autenticado (s/d) de carta régia de sentença (1541) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186.

²⁹² Traslado não autenticado (s/d) de carta régia de sentença (1506) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186.

²⁹³ Tombo dos bens de vínculo de Urraca Giães (1506) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186. O segundo tombo, que mencionaremos no ponto dedicado à família Vana, pertence à capela do Bacharel João Gil e foi produzido em 1540: Tombo dos bens da capela de João Gil (1540) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122.

do testamento onde se faz referência aos encargos e para que se produzam dois tombos, um para se guardar no Torre do Tombo e outro na Câmara de Torres Vedras²⁹⁴.

Este tomo exemplifica uma outra faceta do processo de adaptação das famílias às práticas documentais impostas por instituições externas. O Rei, procurando garantir que os bens de capela eram correctamente geridos de forma a assegurar a saúde das almas dos instituidores de vínculos, reforçou a necessidade de ser capaz de provar a posse da administração das capelas e o cumprimento dos sufrágios sob pena de perda do direito ao vínculo. Como vimos na sentença emitida por D. Manuel I, essa capacidade de provar não se baseava apenas em documentos escritos, sendo também admitidas as declarações de testemunhas. Mas, nos casos em que dificilmente existiram testemunhas vivas para atestar como e em que termos foram instituídos os vínculos (como sucedeu com João Rebelo, obrigado a provar a vontade de Urraca Giães cerca de 100 anos depois da fundação da capela), os registos escritos desempenharam um papel essencial.

É interessante notar que João Rebelo, ele próprio desembargador régio com funções na Casa do Cível, antecipou, de certa forma, a importância que o testamento de Urraca Giães viria a ter quando pediu o traslado do documento cerca de dez anos antes de ser chamado a provar a legitimidade da administração. Este aspecto leva-nos a considerar, numa linha seguida por vários autores como, por exemplo, Viviane von Kaenel ou Patricia Guyard, a influência que as competências e conhecimentos profissionais dos membros das famílias poderão ter tido na gestão dos arquivos familiares e na defesa dos interesses do grupo por intermédio da escrita.

Analisando um inventário do arquivo da família Bouvier, produzido no século XV por iniciativa de Louis Bouvier, a primeira autora sugere que na génese da produção desse inventário tenham estado os conhecimentos profissionais adquiridos tanto por Louis Bouvier como pelo seu pai, ambos notários do Duque de Saboia. O contacto com os procedimentos administrativos do Ducado bem como a experiência de produção e gestão de registos escritos terão então sido utilizados em benefício da família, importando-se práticas documentais que vigoravam noutras instituições para a gestão interna do grupo familiar²⁹⁵. O mesmo sucedeu no seio da família Mignon, onde foram sendo transmitidas noções também ligadas à função notarial que fundamentaram a

²⁹⁴ ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012, p. 289.

²⁹⁵ VON KAENEL, Viviane, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, Lausanne, Université de Lausanne, 2003, p. 75.

criação de um cartulário no século XIV²⁹⁶. E, em Portugal, exemplo semelhante pode ser encontrado nos Nogueira, funcionários que seguiram carreiras municipais e eclesiásticas e produtores de um índice com os sumários de diversas documentação associada aos morgadios que administravam²⁹⁷.

É possível, portanto, que João Rebelo, tal outros membros que mencionaremos ao longo deste capítulo, tenha tirado partido da sua experiência profissional no desembargo régio e na Casa do Cível, precavendo-se com a produção do traslado. E foi precisamente esse traslado que assegurou a continuidade na administração da capela de Urraca Giães e da sua transmissão às sucessivas gerações da família.

João Salema (flor. 1561-1644)

Depois de usufruir do casal de Almeara, Isabel Serrão deixou-o em testamento a uma das suas filhas, Catarina Botelha, tal como a sua mãe o havia feito²⁹⁸. O facto de os documentos associados ao casal terem integrado o arquivo dos Miranda Henriques levamos a assumir que a propriedade tenha de alguma forma passado para a posse de João Salema (flor. 1561-1644), filho segundo de Brás Salema II e de Isabel Serrão, e último sucessor varão da linha de Diogo Gonçalves Salema I.

Como vimos, a representação da linhagem deveria ter recaído sobre Diogo Salema, irmão mais velho de João Salema, que, no entanto, faleceu em Alcácer Quibir sem deixar herdeiros²⁹⁹. A chefia da família, os bens familiares e o título de fidalgo da Casa d'el Rei, que pertenciam ao filho varão, passaram então para João Salema que, tal como o seu irmão, apostou no serviço militar. De facto, sabemos que nas proximidades do seu trigésimo aniversário partiu para Ceuta onde serviu com um cavalo acobertado e dois criados à sua custa até Fevereiro de 1592. Antes de regressar a Portugal terá pedido ao capitão e governador de Ceuta, D. Miguel de Meneses, Marquês de Vila Real, Conde

²⁹⁶ GUYARD, Patricia, "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi : le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)", *Bibliothèque de l'école des chartes*, tome 157 (1999), livraison 2, pp. 554, 562.

²⁹⁷ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), "Catalogue", in *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 112; FARELO, Mário, "Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental", in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 185-203.

²⁹⁸ Traslado não autenticado (s/d) da verba do testamento de Isabel Serrão (s/d) onde lega o casal de Almeara conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 186.

²⁹⁹ A morte de Diogo Salema em Alcácer Quibir é mencionada por João Salema numa minuta de uma petição (s/d) que enviou ao Rei conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 71.

de Alcoutim, Valença e Valadares, para lhe entregar um comprovativo por escrito a atestar a prestação do serviço³⁰⁰. Este documento foi um dos que foram reunidos por João Salema com uma estratégia e com um intuito específicos: solicitar ao Rei a mercê de uma comenda da Ordem de Cristo.

Ao que parece, a mercê já tinha sido pedida antes mas D. Filipe II impôs como condição que João Salema passasse um ano a servir em África antes de lhe atribuir a comenda³⁰¹. Cumprida a condição, o requerente apressou-se a satisfazer o segundo requisito, professar na Ordem de Cristo, tal como o seu pai havia feito. Para isso, obteve autorização régia em 1592 e conservou o respectivo alvará³⁰². Por fim, a última exigência que aparentemente lhe era necessário cumprir passava por não ter recebido qualquer outra mercê de uma comenda, aspecto que já tinha sido comprovado por escrito em 1584, provavelmente quando João Salema solicitou a comenda pela primeira vez, e que tornou a ser certificado no mesmo documento em 1592³⁰³.

Munindo-se destas armas documentais, João Salema enviou então nova solicitação ao Rei, preservando-se no AGLS duas minutas do pedido da comenda³⁰⁴. Para além de referir especificamente os três documentos que elencámos – a certidão do capitão e governador de Ceuta, a autorização régia para ingressar na Ordem e o comprovativo de que o seu nome não constava no Livro das Mercês -, o requerente recorreu ainda a um outro trunfo. Referimo-nos à evocação da honra do seu irmão mais velho, Diogo Salema, que não só havia servido três anos na comenda de Tânger como faleceu ao serviço do Rei em Alcácer Quibir³⁰⁵.

Nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, “um acto valoroso, ou pelo menos com essa fama, uma vez a valentia pessoal evidenciada e reconhecida, justificava uma tença, um casamento, um hábito numa ordem militar, no melhor dos melhores, uma comenda”³⁰⁶. João Salema, para além dos seus próprios actos valorosos, suportados por documentos escritos, podia contar ainda com a memória do primogénito caído em

³⁰⁰ Carta de certidão (1592) do capitão e governador de Ceuta conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 71.

³⁰¹ Minuta de petição (s/d) que enviou ao Rei conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 71.

³⁰² Alvará régio (1592) descrito em “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 75v),

³⁰³ Carta de certidão (1584 e 1592) conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 71.

³⁰⁴ Minutas da petição (s/d) conservadas em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 71.

³⁰⁵ Minuta da petição (s/d) conservada em ANTT, AGLS, cx. 10, pt. 71.

³⁰⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Sociedade”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 418.

batalha e com o “valor político” da sua morte³⁰⁷, os quais foram recompensados pelo Rei quando finalmente agraciou João Salema com a comenda de São Gião de Lobão, no bispado de Viseu, em 1600³⁰⁸.

Podemos concluir, portanto, que houve da parte da família Salema um investimento significativo e uma estratégia a longo prazo em torno da obtenção da comenda. Esse objectivo deveria ter sido inicialmente alcançado pelo primogénito, que, como vimos, chegou ainda a aplicar parte da sua fortuna no serviço em Tânger e em Alcácer Quibir. Depois de perder o seu representante, a família insistiu na demanda, reiniciando-se os esforços com o secundogénito, que absorveu então o papel originalmente pensado para o filho mais velho.

Nove anos depois de custear o serviço em Ceuta e após ingressar a Ordem de Cristo e, sublinhe-se, reunir todos os documentos escritos necessários, João Salema é enfim bem-sucedido. O moroso e complexo processo deu, então, os seus frutos, corporizados, por um lado, no aumento de rendimentos e, por outro, nos dividendos sociais associados ao prestígio e à proximidade ao centro de poder de que gozavam os comendadores. É possível que, na linha sugerida por António Pestana de Vasconcelos, se tenha procurado manter a comenda dentro da linhagem mas não temos mais notícias do exercício do cargo depois da morte de João Salema³⁰⁹. Não obstante, durante esta geração, a linha de Diogo Gonçalves Salema I atingiu o seu auge social, somando ao controlo da comenda o título de fidalgo da Casa d’el Rei e a administração de morgadios e capelas que perfaziam já um conjunto patrimonial significativo.

Parte da fortuna obtida foi aplicada por João Salema não nos negócios ultramarinos, como o seu pai havia feito, mas na aquisição de terras. No AGLS conserva-se hoje uma única carta de compra de uma vinha³¹⁰ mas sabemos por intermédio do “Inventário geral dos papéis...” que, entre 1590 e 1599, João Salema efectuou pelo menos dezasseis aquisições de propriedades, a maioria das quais

³⁰⁷ OLIVEIRA, Luís Filipe, “Entre a História e a Memória: os Coutinhos e a expansão Quatrocentista”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, p. 124.

³⁰⁸ Carta régia de mercê de comenda (1600) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 10, pt. 71.

³⁰⁹ VASCONCELOS, António Pestana de, “Ser freire, ser comendador: as consequências sociais da ascensão institucional”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2012, pp. 599-615.

³¹⁰ Carta de venda (1597) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 41, pt. 200.

localizada no termo de Torres Vedras³¹¹. Dando assim continuidade à estratégia da mãe, optou por engrossar o património que circundava o casal de Almeara e a herdade do Gradil, construindo um domínio significativo naquelas áreas geográficas. A julgar pela carta de compra que existe no AGLS, João Salema partilhou da preocupação dos seus antecessores no que à gestão dos documentos diz respeito já que encontramos nas costas daquele registo escrito um resumo semelhante aos que analisámos anteriormente: “escritura da vinha que comprei a Aires Coelho”³¹².

Mas João Salema não se limitou a gerir os documentos por ele produzidos ou mandados produzir, absorvendo também documentação a partir de duas outras vias. A primeira, tal como verificámos nos casos anteriores, concerne a sua união matrimonial. Depois de casar com Isabel de Almeida Barradas (flor. 1586-1599), incorporou nos documentos à sua guarda os legados documentais deixados pela família da sua mulher, sobretudo do lado paterno.

Francisco de Almeida (flor. 1556-1602), pai de Isabel de Almeida Barradas e marido de Antónia de Barros (flor. 1580-1586), havia começado o seu percurso profissional e social enquanto moço da câmara d’el Rei e escrivão dos Contos do Reino, sendo depois erguido a cavaleiro-fidalgo da Casa d’el Rei e ao prestigiante cargo de provedor-mor dos Contos do Reino³¹³. Ambas posições tinham sido anteriormente ocupadas pelo seu pai, Cosme Rodrigues (flor. 1523-1553), que foi também vedor da Fazenda da Índia e que legou ainda ao seu filho uma tença régia com o hábito de Cristo, de cuja Ordem eram cavaleiros.

As profissões que desempenharam, associadas à consciência da importância de uma gestão eficaz dos registos escritos, explicam, em parte, que, no seguimento do que temos vindo a verificar, tenham também deixado anotações nas costas de alguns documentos, sumariando o seu conteúdo geral ou destacando determinados aspectos considerados mais relevantes.

Foi o que sucedeu no caso de Francisco de Almeida quando escreveu no verso do padrão de tença que herdou do seu pai “padrão de outros 10 000 reis de tença com o

³¹¹ As diversas cartas de venda estão descritas em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 1v, 4v, 7v, 9v, 11, 11v, 12, 12v, 13, 13v, 14 e 17.

³¹² Carta de venda (1597) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 41, pt. 200.

³¹³ Subsiste hoje no AGLS apenas a carta régia de mercê do ofício de escrivão da Casa dos Contos: carta régia de mercê (1556) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 11, pt. 85.

hábito mais a meu pai”³¹⁴ ou do testamento da sua mãe “testamento de minha mãe que Deus tem”³¹⁵. Método semelhante foi aplicado a dois outros documentos, embora estes exemplos introduzam uma outra preocupação associada não só à eficácia da recuperação do conteúdo dos registos mas também ao estabelecimento de uma relação presente ou futura com outra documentação.

É o caso de uma nota escrita no verso da carta de compra da designada Quinta de Palma, onde Francisco de Almeida deixou a indicação de que se tratava da “escritura do Senhor Bastião Morais por que lhe paguei 852 reis pela Quinta de Palma por que vendeu e se me obriga a fazer carta de venda quando lha pedir”³¹⁶. E é também o caso de um segundo documento relacionado com a mesma Quinta no qual se escreveu “traslado do inventário da fazenda que ficou de Pero Gomes carpinteiro por que consta ficar a sua mulher Luísa Dias a casa, pedaço de olival e pomares que partem com a minha Quinta de Palma que lhe comprei por escritura que aqui está junta”³¹⁷. A carta de compra da propriedade a Luísa Dias não existe hoje no AGLS mas chegou a ser descrita no “Inventário geral de papéis...”³¹⁸.

Algo de semelhante ocorre no tocante a Cosme Rodrigues, de quem nos chegou apenas um exemplo deste tipo de produção documental que, no entanto, não encontra paralelo em nenhum outro registo preservado no AGLS. Referimo-nos a uma anotação escrita no verso do documento mais antigo de um conjunto de três existente no AGLS que atesta a “genealogia” da transmissão de umas casas adquiridas por Cosme Rodrigues em Lisboa junto à Porta de Santa Catarina. É de notar, desde logo, que, tal como verificámos no exemplo da herdade do Gradil, também aqui se escolheu fixar a nota no documento mais antigo da “genealogia”. Nessa nota, Cosme Rodrigues regista a entrega de quatro escrituras relativas àquela propriedade a um Francisco Martins, indicando, no fim da anotação, que essas mesmas escrituras já tinham sido devolvidas:

³¹⁴ Carta régia de padrão de tença (1552) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 11, pt. 83.

³¹⁵ Testamento de Isabel Dias da Câmara (1584) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 11, pt. 84.

³¹⁶ Carta de venda (1589) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 187.

³¹⁷ Traslado (s/d) do inventário e partilhas (1595) dos bens que ficaram por morte de Pero Gomes conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 187.

³¹⁸ Carta de venda (1597) descrita no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 42).

“Escrituras que tem Francisco Martins

Item a carta de arrematação

Item a carta de venda que os filhos de Antão Soares fizeram a Francisco

Rodrigues

Item a carta da compra que Antão Soares fez das casas da azinhaga

Item a carta de encabeçamento que me fizeram de todas as casas

Já me entregaram estas quatro escrituras”³¹⁹.

Cosme Rodrigues terá provavelmente recebido as quatro escrituras listadas e o documento onde escreveu a anotação quando comprou as casas em pregão em 1535. Não sabemos ao certo por que razão entregou os documentos ao dito Francisco Martins mas é possível que tal lhe tenha sido solicitado ou exigido pela facto de a propriedade, pela qual se pagava foro concelhio, ter sido penhorada a um antigo recebedor das sisas e almoxarife da cidade que ficou a dever uma quantia avultada não só ao município mas também ao anterior proprietário das casas, Antão Soares.³²⁰ É de admitir, portanto, que estes outros intervenientes tenham tido necessidade de consultar a documentação existente sobre as casas para verificar ou provar a acumulação da dívida.

Tanto o exemplo de Francisco de Almeida como o de Cosme Rodrigues reforçam, em primeiro lugar, a existência de uma preocupação com o cruzamento de informação escrita disponível dentro da genealogia patrimonial. A consulta da nota escrita nas costas de um dos documentos remetia o leitor para outras escrituras existentes no arquivo, o que complementava o método de conservação de um dado conjunto documental relativo à mesma propriedade numa só unidade física.

Por outro lado, a nota de Cosme Rodrigues mostra-nos também uma faceta mais oculta da gestão corrente dos arquivos de família ao fornecer um dos não muito frequentes exemplos que documentam expressamente a saída de determinados registos do arquivo e a sua posterior reintegração no núcleo documental³²¹. Em 1798, o

³¹⁹ Carta de venda (1464) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt.185. Das quatro escrituras listadas, apenas a “carta de arrematação” (1535) e o traslado (1536) da “carta de compra que Antão Soares fez das casas da azinhaga” (1521) estão conservados no *AGLS* e foram inventariados no “Inventário geral dos papéis...”: ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 185.

³²⁰ Carta de venda (1535) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 36, pt. 185.

³²¹ Já em inícios do século XVII encontramos outro exemplo da fixação por escrito da saída de documentos do arquivo no “Título dos papéis que tirei do cartório e levo para Lisboa” conservado no

historiador João Pedro Ribeiro indicava como primeira causa da deterioração dos arquivos a “saída dos documentos dos cartórios sem necessidade urgente; e ainda neste caso, sem se acautelar, que esses se recolham logo que cessa a mesma causa”³²².

Dois ou três séculos antes, as saídas dos documentos dos arquivos parecem ter sido frequentes mas de curta duração. Como temos visto, sempre que era necessário provar algo por escrito, os detentores dos registos dirigiam-se ao local onde se encontrava o indivíduo que lhes havia exigido a prova (por exemplo, o representante de uma Ordem Militar, um oficial do Rei ou um juiz do inventário), apresentavam ou mostravam escrituras e depois retornavam-nas ao arquivo. Do mesmo modo, é de supor que sempre que se procedeu à cópia ou traslado de certos registos, o escrivão ou notário responsável pela tarefa tenha ficado com a custódia da documentação durante o tempo necessário para executar o seu trabalho.

Menos comum ou, pelo menos, poucas vezes documentada terá sido a entrega temporária de documentos cuja duração exigia o seu assento por escrito. Cosme Rodrigues, valendo-se, talvez, da sua experiência enquanto provedor, recorreu, então, ao verso do documento «fundador» para produzir um instrumento de controlo de informação que, por seu turno, garantia que não eram esquecidas as provas que asseguravam a posse das casas de Santa Catarina.

Para além destas anotações, a documentação recebida, produzida e acumulada por Cosme Rodrigues oferece-nos ainda um outro exemplo pouco comum no quadro geral das famílias estudadas. De facto, e ao contrário do que é habitual, preservaram-se no AGLS alguns documentos que Cosme Rodrigues recebeu no cumprimento da sua profissão, nomeadamente enquanto provedor-mor da Casa dos Contos. Sabemos que, no total, Cosme Rodrigues conservou pelo menos dezoito registos directamente

designado Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira: ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 590, n. 80.

³²² RIBEIRO, João Pedro, *Observações históricas e críticas...*, Parte I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1798, pp. 42-50. Citado em RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas da Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 602.

relacionados com a provedoria. Cinco desses registos encontram-se no AGLS³²³ e os restantes foram inventariados no “Inventário geral de papéis...”³²⁴.

Entre os documentos que recebeu na qualidade de provedor-mor contam-se, por exemplo, alvarás régios para Cosme Rodrigues tomar as contas de certas terras, procurações dadas por determinados indivíduos para que outros pudessem dar as contas ao provedor, ordens para se meterem em folha novos oficiais da Casa dos Contos e para se receber ou entregar certos livros de contas, ou ainda instruções sobre como se devia enviar o dinheiro arrecadado para a corte.

A presença destes documentos de função nos acervos familiares explica-se pela indistinção entre a noção de «público» e «privado» a que aludimos no primeiro capítulo quando explorámos o conceito de «arquivo de família» durante o Antigo Regime³²⁵. Essa indistinção levava a que fosse natural arquivar a documentação produzida e recebida em âmbito profissional juntamente com os registos familiares³²⁶. Prova disso mesmo é a descrição que se faz no “Inventário geral dos papéis...” de um alvará régio produzido em 1552 onde se ordena a Cosme Rodrigues que veja “*em sua casa os papéis das contas de Sebastião de Moraes*”³²⁷.

Contudo, menos claro é o porquê de se ter continuado a conservar estes documentos de função, tanto em vida de Cosme Rodrigues como depois da sua morte. Como afirmámos, há no AGLS poucos exemplares deste tipo de registos datados entre os séculos XV e XVI, exemplares esses que teriam menor probabilidade de ser transmitidos e conservados por comparação à documentação de carácter familiar ou vincular. Após Cosme Rodrigues consultar em sua casa os papéis das contas do dito

³²³ Cartas e alvarás régios (Abril 1529; Junho 1529; 1530; 14 de Abril de 1531; 28 de Abril de 1531) conservados em ANTT, AGLS, cx. 11, pt. 83.

³²⁴ Documentos de função de Cosme Rodrigues (1524-1554) descritos no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fls. 49v, 52v, 68v, 70, 70v, 71v, 74v e 75).

³²⁵ SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, p. 89; CANAS, Ana, “Storytelling: Private papers versus official records in 18th and 19th-century Portugal”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 37-44.

³²⁶ Apesar de existirem exemplos em que as famílias optaram por conservar os documentos familiares separados dos documentos administrativos ou de função, como mostra Dorit Raines na análise de um arquivo familiar Veneziano: RAINES, Dorit, “Public or private records? The family archives of the Venetian ruling elite in fifteenth-eighteenth centuries”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 538.

³²⁷ Alvará régio (1552) descrito no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 74v). Sublinhado nosso.

Sebastião de Moraes, a função primordial do alvará régio seria dada, em princípio, como concluída. Deste modo, seria de presumir que o próprio Cosme Rodrigues ou algum dos seus sucessores tivesse destruído esta documentação.

Assim, os dezoito documentos de função de Cosme Rodrigues constituem uma excepção difícil de explicar e, em última instância, a sua transmissão e conservação podem ter-se devido, simplesmente, a factores arbitrários³²⁸. Entrando no campo das hipóteses, é possível que, durante o tempo de vida de Cosme Rodrigues, vários factores tenham contribuído para a opção de manter os registos escritos depois de estes terem cumprido a sua função. D. Manuel I havia publicado, em 1516, um conjunto de normativas que regulava a acção dos oficiais ligados à Fazenda. Nesse conjunto – intitulado *Regimento e Ordenações da Fazenda* - é transversal a preocupação com a componente escrita do trabalho desses oficiais numa máquina burocrática cada vez mais complexa, o que poderá ter reforçado a importância que Cosme Rodrigues deu à conservação zelosa da documentação recebida³²⁹.

Mais determinante, porventura, terá sido o facto de o provedor-mor ter sido alvo de pelo menos dois feitos em cerca de 1531. Desconhecemos o conteúdo dos feitos mas sabemos que, depois de ordenar que aqueles lhe fossem enviados, o Rei determinou que não se executasse qualquer sentença contra Cosme Rodrigues³³⁰. Precavendo-se contra estas e outras eventualidades semelhantes, este último talvez tenha preferido manter os registos escritos que atestariam as ordens e instruções que foi recebendo do Monarca, preservando-os pela utilidade jurídica que poderiam vir a ter.

A continuação da conservação destes documentos depois da morte de Cosme Rodrigues poderá estar ligada, em primeira instância, ao facto de o seu filho ter sido também ele escrivão e depois provedor-mor dos Contos. Deste modo, Francisco de Almeida herdou a documentação do seu pai tanto na qualidade de sucessor na representação da família como enquanto sucessor imediato no ofício. Admitimos,

³²⁸ ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 15-29.

³²⁹ *Regimento e Ordenações da Fazenda* (1516) conservado em BN, *Impressos Reservados*, Res. 91 e 92 A. Digitalização disponível em <http://purl.pt/14668>.

³³⁰ Cartas régias ordenando o envio dos feitos (14 de Abril de 1531; 28 de Abril de 1531) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 11, pt. 83. Alvarás ordenando que não se executassem as sentenças (1531) descritos no "Inventário geral dos papéis..." (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fls. 70v e 71v). Sobre a reforma manuelina da Casa dos Contos vd. RAU, Virgínia, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Fac. Letras da Univ. de Coimbra, 1951, pp. 61-85.

portanto, a hipótese de estes documentos terem integrado o conjunto de conhecimentos e informações que Cosme Rodrigues poderá ter transmitido ao seu filho no que ao exercício do ofício dizia respeito. Conforme nos informa Virgínia Rau, só eram nomeados provedores-mor os funcionários mais experientes que tinham andado “a vida inteira na conta”, dadas as responsabilidades que o cargo exigia³³¹. Para além do seu próprio percurso, Francisco de Almeida tinha a vantagem da experiência do seu pai, o qual terá provavelmente cultivado a formação do filho e contribuído activamente para a sua ascensão a um dos mais prestigiantes ofícios da Casa dos Contos³³².

No entanto, não é evidente por que motivo(s) foram estes documentos de função conservados depois da morte de Cosme Rodrigues e Francisco de Almeida. Ou, por outras palavras, que factores melhoraram a probabilidade de continuarem a ser conservados. Se estes documentos poderão ter tido múltiplas utilidades para os dois provedores, com que objectivo foram mantidos pelas sucessivas gerações ao longo de quase três séculos? Poderão eventualmente ter atestado o prestígio social das duas personagens, se bem que é de notar a ausência das cartas régias de nomeação para os cargos, porventura mais eficazes enquanto prova do exercício das funções na Casa dos Contos.

Com o passar dos séculos, os eventuais motivos que haviam justificado a conservação dos documentos de função terão sido substituídos pelo interesse histórico que suscitavam. Esse interesse terá sido partilhado pelo Padre João Filipe da Cruz, autor do “Inventário geral dos papéis...”, que não só não destruiu a documentação de função como a integrou na categoria dos documentos qualificados como “interessantes”, reconhecendo, possivelmente, o seu valor enquanto testemunhos do passado familiar³³³.

O certo é que João Salema manteve estes legados da família da sua mulher, aos quais se juntaram outros associados à tutela de um morgadio instituído em 1572 por Isidro de Almeida (flor. 1558-1572), provavelmente parente de Francisco de Almeida, com capela no Mosteiro de São Bento de Campolide, que estava ainda em

³³¹ *Idem*, p. 214.

³³² Sobre a passagem de Francisco de Almeida pela Casa dos Contos conhecemos apenas 4 documentos que foram descritos no “Inventário geral dos papéis...” mas não se conservam no AGLS, um número bastante inferior aos que conhecemos da actividade do seu pai: Documentos de função de Francisco de Almeida (1556-1582) descritos no “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fls. 68, 71v, 75 e 78v).

³³³ O que nos faz regressar à variabilidade da noção de utilidade dos documentos (vd. *supra*, p. 62).

construção³³⁴. Filho de um licenciado da Universidade de Coimbra, Isidro de Almeida terá também completado os seus estudos naquela instituição antes de se dedicar à vida militar enquanto especialista em minas e fogos³³⁵. Foi nesta qualidade que, em 1558, sendo já identificado como cavaleiro fidalgo da Casa d’el Rei, recebeu o ofício de provedor e feitor mor dos metais³³⁶. Quatro anos mais tarde esteve com as forças Portuguesas no cerco de Mazagão e os seus feitos e engenhos explosivos valeram-lhe várias menções na crónica de Agostinho Gavy de Mendonça³³⁷. Foi precisamente o seu último serviço à Coroa, em 1572, que motivou a produção do testamento e a vinculação do património visto que Isidro de Almeida estava, nas suas palavras,

“de caminho para África em serviço d’el Rei Nosso Senhor a fazer o que sua Alteza me tem mandado em segredo para o qual serviço sendo coisa e feito dele perigoso e de tanta importância ao bem comum deste Reino e tanto do gosto particular d’el Rei Nosso Senhor como sua Alteza somente sabe e ofereço de muito boa vontade e sacrificio minha vida e o meu corpo”³³⁸.

É possível que Isidro de Almeida tenha sido incumbido de acompanhar Rui de Sousa Carvalho, recém-nomeado capitão de Tânger, que tinha sido chamado a Lisboa por D. Sebastião e que se preparava para regressar àquele território Africano³³⁹. Consciente dos perigos da sua missão, o militar deixou com os seus herdeiros instruções escritas sobre diversas questões, como as encomendas pela sua alma, a educação dos filhos, o pagamento de dívidas ou as determinações da instituição e usufruto do morgadio.

De acordo com essas determinações, após a morte de Isidro de Almeida, que ocorreu em cerca de 1574, a administração do morgadio passou para a sua mulher, Maria Vasconcelos, que, por seu turno, estava obrigada a deixar o vínculo ao filho mais velho de ambos, Desidério de Almeida. Este último, antes de falecer, determinou que os seus bens passariam para a posse da sua mulher, Maria de Almeida, com a condição de esta não voltar a casar. Indo contra a vontade do seu marido, Maria de Almeida voltou a

³³⁴ Traslado (1576) do testamento (1572) de Isidro de Almeida conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 16, pt. 129.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ Carta régia (1558) conservada em ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique*, lv. 2, fl. 324.

³³⁷ MENDONÇA, Agostinho Gavy de, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, 1890 [1607], pp. 76, 84-85, 90, 103, 122, 128, 137 e 143.

³³⁸ Traslado (1576) do testamento (1572) de Isidro de Almeida conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 16, pt. 129.

³³⁹ CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 204-234.

contrair matrimónio e, perante a inexistência de sucessores directos, o morgadio de Isidro de Almeida foi então herdado em inícios de Seiscentos pelo parente mais próximo, Brás Salema, filho menor de João Salema e de Isabel de Almeida Barradas³⁴⁰.

E foi também por razão das determinações impostas na sucessão dos morgadios que João Salema absorveu património e documentação por uma segunda via ligada não à sua união matrimonial mas à extinção de um outro ramo da sua própria família, nomeadamente a linha de António Salema, que analisaremos de seguida. De facto, foi João Salema que, em 1629, herdou o já mencionado morgadio de Diogo Salema, que esteve na base da contenda com os Condes de Sandomil em finais do século XVIII³⁴¹. Depois da morte de Diogo Salema, o morgadio passou para o seu filho, Cristóvão Salema, que veio a falecer sem herdeiros. O vínculo foi depois herdado pelo familiar mais próximo dentro da linha de António Salema, de nome António Lobo Salema, que também faleceu sem descendência. Assim, o morgadio foi novamente transferido para o parente mais chegado, recaindo finalmente na posse de João Salema³⁴².

A sucessão de João Salema deveria ter tido continuidade no seu único filho, que, no entanto, parece ter falecido prematuramente. A morte do varão obrigou por conseguinte a um reajuste da estratégia familiar, que se focou na negociação de um bom casamento para a filha mais velha, de nome Lourença Salema (flor. 1639). Trazendo consigo um dote substancial e a futura administração de cinco vínculos – de Brás Salema II, Urraca Giães, Isidro de Almeida, Diogo Salema e do próprio João Salema –, Lourença Salema casou então, em 1639, com Simão de Miranda Henriques, o primogénito de uma linhagem de fidalgos que usufruía de cargos importantes e próximos ao Rei e que contava ainda com a filiação a parentes ilustres que em breve seriam elevados ao título de Condes de Sandomil³⁴³. Lourença Salema foi a última da sua linha a usar o apelido Salema e com o seu nome de família dissolveram-se também na família Miranda Henriques os documentos produzidos e acumulados pelas anteriores gerações da linha de Diogo Gonçalves Salema I e da linha de António Salema.

³⁴⁰ Traslado (1576) do testamento (1572) de Isidro de Almeida conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 16, pt. 129.

³⁴¹ Vd. *supra*, p. 37.

³⁴² Cópia (s/d) do testamento de António Lobo Salema (1629) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 62.

³⁴³ Sobre os Miranda Henriques cf. ANTT, *AGLS*, cx. 10, pts. 73-81 e cx. 12, pts. 87-94.

III.1.2. Linha de António Salema

António Salema (flor. 1517)

Como vimos, Diogo Gonçalves Salema I e Leonor Gil tiveram pelo menos mais dois filhos varões para além do sucessor da linha, a saber, Gonçalo Salema, de quem não temos notícia no AGLS, e António Salema (flor. 1517)³⁴⁴. Sobre este último conservou-se apenas o traslado, datado de 1522, do seu testamento, feito em 1517, que nos informa que foi casado em primeiras núpcias com Leonor Anes e em segundas com Maria Gaga (flor. 1517)³⁴⁵. Desta segunda mulher teve um filho, Rui Gago, que foi nomeado seu herdeiro universal em detrimento dos descendentes que gerou com Leonor Anes. Contudo, falecendo Rui Gago sem sucessores, a continuidade da linha passou para os filhos do primeiro casamento, nomeadamente Diogo Salema, Tomé Salema, Rui Salema e Cristóvão Salema³⁴⁶.

De todas as gerações das diferentes linhas dos Salema em análise esta é, por ventura, a que mais se notabilizou não só por razão dos percursos individuais de cada um dos seus membros – que se destacaram pelo serviço e proximidade à Coroa – mas também pela longevidade da sua memória no seio da família. De facto, cerca de trezentos anos depois da morte destes personagens, a sua história e os documentos que produziram e receberam foram especificamente seleccionados para comprovar a nobreza e o valor do grupo familiar.

Foi o que sucedeu no contexto da contenda com os Condes de Sandomil, quando José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva escreveu ao Rei pedindo-lhe que este lhe concedesse o título de Conde de Sandomil. Para justificar o pedido, José Maria evocou os serviços prestados por Diogo Salema, Tomé Salema e Rui Salema, sublinhando os ofícios que desempenharam, as conquistas na guerra e as mercês que receberam, tudo devidamente comprovado com os traslados dos respectivos documentos:

“Diz José Maria Salema Lobo de Saldanha Sousa Cabral e Paiva fidalgo com exercício da casa de vossa majestade imperial e casado com Dona Maria José de

³⁴⁴ Vd. *supra*, p. 119.

³⁴⁵ Traslado (1522) do testamento (1517) de António Salema conservado em ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 59.

³⁴⁶ *Idem*.

Sá Pereira Menezes, filha dos Condes da Anadia, que seus maiores de quem o suplicante é descendente Diogo Salema, Tomé Salema e Rui Salema, todos três fidalgos de conhecida nobreza não só ocuparam cargo de alta consideração, mercês feitas pelo Augusto Rei o Senhor D. João III de gloriosa memória: o 1º de tesoureiro da Rainha Nossa Senhora, o 2º dos Ofícios de provedor e contador de todas as vendas e direitos da capitania do espírito santo do Brasil, mas também ganharam assinalados serviços nas guerras que tiveram com os gentios e idólatras levando à sua custa de cá gente cristã e cavalos em que gastaram a maior parte de sua fazenda a fim de povoarem esta capitania para nela se celebrar o culto divino da nossa santa fé católica, reduzindo a ela os gentios e idólatras de que resultou um grande serviço a Deus, ao Rei e ao Estado e em remuneração de feitos tão gloriosos Vasco Fernandes Coutinho, então capitão general da mesma capitania por doação régia de juro e herdade que o dito Rei já lhe havia feito de 10 léguas de terreno ele de seu prazer e livre vontade deu de sesmaria e aforando fateusim e fez doação de Juro e Herdade para sempre aos sobreditos fidalgos para eles e para todos seus herdeiros e sucessores de 2 léguas de terra em largo e 5 de comprido com as confrontações, condições e cláusulas nestes expressas e declaradas: o que tudo se prova pelos documentos...³⁴⁷.

Diogo Salema (flor. 1540)

Sobre Diogo Salema (flor. 1540), o mais velho dos quatro irmãos, sabemos somente que foi tesoureiro da Rainha, sesmeiro da capitania do Espírito Santo no Brasil e que se casou com uma prima, Catarina Salema (flor. 1549), criada da Rainha e filha de Gonçalo Salema. Deste matrimónio nasceram António Salema, do qual não temos mais notícias, e Leonor Salema que, em 1549, desposou Álvaro Lopes Franco, filho do Doutor Diogo Franco, físico-mor d'el Rei e do seu Conselho, e de Inês Rodrigues³⁴⁸. Por fim, a linha extinguiu-se no filho deste casal, António Lobo Salema, o mesmo que herdou o morgadio do seu primo, Diogo Salema, e o legou depois a João Salema.

³⁴⁷ Minuta (s/d) da carta de José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva ao Rei conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 13, pt. 113.

³⁴⁸ Traslado (s/d) do contrato de casamento (1549) entre Diogo Salema e Catarina Salema conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 64.

Tomé Salema (flor. 1526-1559)

Mais generosos são os vestígios documentais que nos chegaram sobre Tomé Salema (flor. 1526-1559), identificado como cavaleiro da Ordem de Santiago e cavaleiro fidalgo da Casa do Mestre da referida Ordem³⁴⁹. O primeiro testemunho documental do seu percurso que hoje se preserva no AGLS data de 1540 quando, juntamente com o irmão Diogo e com um primo, de nome Rui Salema, recebeu de Vasco Fernandes Coutinho, governador da capitania do Espírito Santo no Brasil, várias léguas de terra em sesmaria na dita capitania³⁵⁰. A sua ligação ao Brasil continuou por pelo menos mais doze anos visto que, em 1552, D. João III atribuí-lhe o ofício de provedor e contador de todas as rendas e direitos régios na capitania, pelo qual receberia 2% de todos os rendimentos arrecadados³⁵¹.

Ao parece, Tomé Salema não chegou a casar nem teve descendentes directos dado que, no seu testamento, produzido em 1559, vinculou toda a sua fazenda a um morgadio que deixou para usufruto de dois sobrinhos, António Salema, filho de Diogo Salema e Catarina Salema, e Diogo Salema, provavelmente filho de Cristóvão Salema³⁵². Este morgadio, singular no conjunto do AGLS, tem a particularidade de ter sido instituído não só para o cumprimento dos ofícios fúnebres e das encomendas pela alma mas também para pagar os estudos e a formação “nas letras” na Universidade de Coimbra aos dois sobrinhos mencionados e aos futuros herdeiros de nome Salema que usassem as armas da família.

Especificando que Diogo Salema devia seguir Cânones e que António Salema poderia escolher o que quisesse, Tomé Salema determina ainda que os seus bens deveriam ser empregues no pagamento da formação académica, na compra de umas casas em Coimbra e no sustento dos dois sobrinhos até ao momento em que obtivessem um ofício, cargo ou benefício com ordenado próprio. De forma a evitar a obsolescência do morgadio caso a Universidade de Coimbra se extinguisse, o instituidor especifica também que os beneficiários do vínculo deveriam, nessa situação, prosseguir os estudos noutra Universidade existente no Reino ou, se necessário, o mais perto possível além-fronteiras.

³⁴⁹ PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, GEsOs / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 590-591.

³⁵⁰ Traslado (1827) da carta de sesmaria (1540) conservado em ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 113.

³⁵¹ Carta régia de mercê do ofício de provedor e contador (1552) conservada em ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 60.

³⁵² Testamento (1559) de Tomé Salema conservado em ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 60.

Mas não foram estes os únicos aspectos que Tomé Salema considerou relevante deixar descritos com minúcia no seu testamento. De facto, mais interessantes para a matéria que aqui nos ocupa são as diversas referências à documentação que tinha à sua guarda. Já antes analisámos referências semelhantes a estas no caso de Maria Rebela ou Brás Salema II, da linha de Diogo Gonçalves Salema I. Contudo, o exemplo de Tomé Salema destaca-se não só pelo grau de pormenor que conferiu às suas descrições mas também pela precisão no que toca à localização e à custódia dos documentos.

Assim, começa por mencionar uma vinha pela qual se pagava foro em fateusim “segundo mais largo está por uma escritura feita por Nuno Calado tabelião público da vila de Alcácer do Sal que está em os meus papéis”. Também em fateusim era o foro de um “moinho que se chama de Pero Gaita foreiro à Ordem de Santiago e o tenho em fateusim como se verá por minhas escrituras e carta que tenho”. Ao que parece, este moinho foi alvo de uma contenda cuja resolução não tinha sido ainda executada, pelo que Tomé Salema informa os seus herdeiros de que lhe foi emitida “a sentença e outra da relação e um alvará d’el Rei que manda ao ouvidor do Mestrado que dê a execução”. Mais adiante, especifica que estes documentos foram entregues a Diogo Dias, escrivão do ouvidor do Mestrado da Ordem de Santiago, para que se desse seguimento ao determinado na sentença, assinalando, como Cosme Rodrigues havia feito, a saída dos registos do arquivo.

Tal como os rendimentos gerados por este património enfitêutico, também o dinheiro obtido da venda da sesmaria que Tomé Salema tinha na capitania e do seu ofício de contador e provedor devia reverter para os propósitos inscritos na instituição do morgadio. Para que a dita venda se efectuasse, o testador indica que tem em seu poder a carta de atribuição do ofício “assinada por el Rei e passada pela chancelaria”.

Quanto à carta de sesmaria, informa que esta não está na sua posse mas sim ao cuidado da “Senhora Catarina Salema minha cunhada”, viúva de Diogo Salema. Sendo que foram três os beneficiários da sesmaria – Diogo Salema, Tomé Salema e Rui Salema -, desconhecemos por que razão só existia um único documento comprovativo da atribuição da dita sesmaria e por que motivo ficou na posse de Diogo Salema. É possível que não tenham sido produzidos traslados no momento da doação porque os três parentes estavam ausentes e a sesmaria foi entregue ao escrivão em nome dos beneficiários “como a pessoa pública estipulante e aceitante de todo o conteúdo” da

escritura³⁵³. Talvez tenha sido Diogo Salema a ficar com a posse da única carta existente por ser o mais velho dos três ou por ter sido de alguma forma considerado o mais apto para receber a custódia do documento.

Face a esta ausência e à inexistência de um registo físico que pudesse ser transmitido aos seus herdeiros, Tomé Salema considerou então importante que os seus sucessores tivessem em seu poder o segundo elemento mais relevante a seguir à posse do documento original ou de um traslado, isto é, o conhecimento da localização do registo escrito.

A mesma preocupação em direcionar os herdeiros para uma localização específica está patente na última referência a documentação expressa no testamento, desta feita a um “livro de lembranças” semelhante ao de Brás Salema II, onde se apontaram os serviços prestados pelos criados e os respectivos pagamentos que se haviam de fazer. Segundo Tomé Salema, este livro estava num cofre, juntamente com “conhecimentos” de pessoas que lhe deviam dinheiro e que os seus sucessores haviam de cobrar. Para além destes documentos, estavam também num cofre (talvez o mesmo), dentro de uma arca encarnada em casa da sua sobrinha, Leonor Salema, outro tipo de «tesouros», a saber, várias moedas e objectos de ouro e prata, que se deviam vender, e também panos da Índia, para dar aos pobres.

Por fim, Tomé Salema termina o seu testamento com um último testemunho da importância que parece ter conferido não só à posse e correcta gestão de documentação mas também ao controlo da informação nela contida. De facto, a sua última instrução determina que o testamento que acabava de escrever devia ser entregue ao seu testamenteiro, Brás Salema II, e que se deviam ainda mandar fazer dois traslados, um para cada um dos sobrinhos que seriam beneficiários do morgadio. Na mesma linha do que anunciámos no caso de Maria Rebela, a conservação do registo que fixava a fundação dos morgadios devia ser tão perpétua como a vigência dos próprios vínculos.

Daí que o testamento original de Tomé Salema tenha sido um dos quatro documentos por ele produzidos ou recebidos que se conservam hoje no AGLS. Ao testamento juntam-se a carta de aforamento perpétuo do moinho, que fazia parte do morgadio (mas não a carta de aforamento em fateusim da vinha, sobre a qual não temos mais notícias), e ainda a carta de mercê do ofício de provedor e contador da capitania do

³⁵³ Traslado (1827) da carta de sesmaria (1540) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 13, pt. 113.

Espírito Santo. Uma vez efectuada a venda deste ofício, a carta perderia a sua utilidade primária já que os herdeiros de Tomé Salema não poderiam reivindicar qualquer direito sobre o cargo. Contudo, é de supor que ela tenha sido conservada para atestar o prestígio da função que D. João III confiou a Tomé Salema, prestígio esse, que, como vimos, continuou a ser capitalizado até ao século XIX. Por fim, o quarto documento, também ele com valor perpétuo, será mencionado no ponto dedicado a Cristóvão Salema, irmão de Tomé Salema.

Rui Salema (flor. 1537-1578)

Tal como Tomé Salema, também o seu irmão, Rui Salema (flor. 1537-1578), gozou de uma posição social de destaque, sendo identificado como cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa d'el Rei e fidalgo da imponente Casa do Infante D. Luís³⁵⁴. Em 1537 casou com Catarina Salema ou Catarina Sotomaior (flor. 1537-1578) mas, ainda à semelhança do seu irmão, não teve herdeiros³⁵⁵. Morador na Quinta de Arapouco, em Alcácer do Sal, o casal decidiu então empenhar o seu património não na instituição de um morgadio mas em obras pias na sua vila de residência, nomeadamente na fundação de um mosteiro da Ordem de Santa Clara e da invocação de Nossa Senhora de Aracoeli, sito nos paços velhos de Alcácer, e na construção do hospital da Misericórdia.

A concretização desta manifestação da caridade e religiosidade do casal não se fez, no entanto, sem passar por um complexo e moroso processo documental. As primeiras diligências tiveram lugar em 1568, quando Rui Salema e a sua mulher assinam uma escritura de doação na qual entregam uma enfermaria que construíram às suas custas e várias outras propriedades à Misericórdia de Alcácer do Sal para sustento dos enfermos³⁵⁶.

No mesmo ano, recebem autorização de D. Sebastião para construir o Mosteiro de Aracoeli e são-lhes cedidos os paços velhos, pertencentes à Ordem de Santiago, que

³⁵⁴ Sobre a Casa do Infante D. Luís cf. CARVALHAL, Hélder, “A casa senhorial do Infante D. Luís (1506-1555): dinâmicas de construção e consolidação de um senhorio quinhentista”, *Revista 7 Mares*, n.º 4 (2014), pp. 33-48.

³⁵⁵ Contrato de casamento, dote e arras (1537) entre Rui Salema e Catarina Salema conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 61.

³⁵⁶ Escritura de doação (1568) conservada em Arquivo da Misericórdia de Alcácer do Sal, *Família Salema*, cod. 28, mç. 1 (documento transcrito em *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4 – Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005, pp. 596-598).

estavam em ruínas e já não eram utilizados³⁵⁷. Como condição da cedência dos paços, D. Sebastião determinou que o Mosteiro ficaria obrigado a acolher uma filha de um cavaleiro da Ordem de Santiago nomeada pelo Rei, a celebrar missa na capela de Santiago, a receber um moio de trigo para além do dote de entrada de cada freira e a aceitar que o Monarca usasse livremente o edifício em tempo de guerra. Por último, lembra Rui Salema que este devia obter autorização apostólica para edificar o Mosteiro no prazo de um ano, autorização essa sobre a qual não conhecemos qualquer vestígio documental.

Em 1573, o casal doa às freiras do Mosteiro a Quinta de Arapouco com a condição de a propriedade não ser em tempo algum vendida ou trocada, de o Mosteiro permanecer sempre no mesmo lugar e ainda de não deixar nunca de pertencer à Ordem de Santa Clara³⁵⁸. Finalmente, em 1578, Rui Salema e Catarina Salema recebem a carta patente que confirmava o seu estatuto de fundadores do Mosteiro. Ao que parece, esta carta, a única que conhecemos, foi a última de um conjunto de três que confirmava, com autoridade eclesiástica do comissário da Província dos Algarves, as duas cartas patentes anteriores que foram provavelmente outorgadas por autoridades menores e talvez destruídas depois da emissão da escritura do comissário³⁵⁹.

A importância desta carta, que comprovava o estatuto de fundador e elencava os vários privilégios a ele associados, justifica que tenha sido cuidadosamente escrita em pergaminho e selada com selo pendente. E os privilégios que fixava eram os seguintes: a obrigatoriedade de, durante o tempo das suas vidas, autorizarem previamente a entrada no Mosteiro de qualquer freira ou servidora; a possibilidade de meterem na instituição quatro freiras “grátis e sem dote” e outras seis freiras com dote; a “graça especial” de se rezarem diversas missas perpétuas pela sua alma, incluindo a missa do dia do Mosteiro; a reserva exclusiva do direito de sepultura na capela-mor; e, por fim, o padroado do Mosteiro, que recairia primeiramente em Catarina Salema com a mercê de nomear uma noviça que entraria na instituição depois da sua morte³⁶⁰.

Este último privilégio de padroado foi legado aos sucessores de Rui Salema e de Catarina Salema, que o mantiveram pelo menos até 1859, ano em que surgiram dúvidas

³⁵⁷ Carta régia de mercê (1568) de concessão dos paços velhos conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 137.

³⁵⁸ Traslado (1801) da carta de doação (1573) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 137.

³⁵⁹ Carta patente (1578) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 137.

³⁶⁰ *Idem*.

sobre os direitos e obrigações dos padroeiros³⁶¹. Com o privilégio foram legados também os documentos relativos à fundação do Mosteiro, preservando-se hoje no AGLS a carta de mercê de D. Sebastião, a escritura de doação da Quinta de Arapouco e a carta patente, todos comprovativos de direitos ou obrigações perpétuas.

Não obstante, nenhum destes documentos foi descrito no “Inventário geral dos papéis...”. É pouco provável que João Filipe da Cruz tenha considerado estes documentos “insignificantes”, arrumando-os em maços sem os descrever. Em adição, sabemos que o padroado do Mosteiro foi entregue aos Salema na sequência da contenda com os Condes de Sandomil já que é mencionado por António Xavier de Miranda Henriques na minuta da carta que enviou ao Rei a contestar a sentença, argumentando que o padroado era de livre nomeação e não estava vinculado a qualquer morgadio³⁶². Assim, deveriam, em princípio, ter sido incluídos no inventário mas, por motivos que ficam por determinar, acabaram por não ser descritos.

Cristóvão Salema (flor. 1515-1546)

À semelhança dos seus irmãos, Cristóvão Salema (flor. 1515-1546) consolidou também um estatuto social privilegiado, ancorando a sua promoção no serviço à Monarquia. Ao que parece, a sua carreira começou como escrivão da feitoria de Sofala, cargo que ocupava já em 1515 quando recebeu por ordem do Rei determinada quantia em dinheiro pela venda de pimenta³⁶³. No ano seguinte, foi promovido a feitor, mantendo-se em funções até 1518³⁶⁴. Conhecemos parte da sua actividade através da documentação conservada na chancelaria régia e nos livros de registo da feitoria mas não existe no AGLS nem foi descrito no “Inventário geral dos papéis...” qualquer documento de função, o que, como vimos no caso de Cosme Rodrigues, vai de encontro à norma no que concerne os traços documentais das famílias em estudo.

Contudo, encontramos por entre os documentos produzidos e geridos por Cristóvão Salema uma excepção sem paralelo com nenhum outro exemplo analisado.

³⁶¹ Temos conhecimentos das dúvidas que surgiram acerca do padroado através de uma carta escrita por um António Gil a Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa: Carta (1859) conservada em ANTT, AGLS, cx. 17, pt. 137.

³⁶² Minuta (s/d) da carta enviada por António Xavier de Miranda Henriques ao Rei conservada em ANTT, *Casa de Palmela*, cx. 49, fls. 146v-147.

³⁶³ Carta régia (1515) conservada em ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 17, n.º 97.

³⁶⁴ LOBATO, Alexandre, *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Livro III – “Aspectos e problemas da vida económica, de 1505 a 1530”, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 273-315.

Referimo-nos à única carta de brasão de armas existente no AGLS, atribuída ao antigo feitor em 1535 e actualmente conservada sob a forma de traslado pedido em 1558 pelo seu irmão, Tomé Salema. Na carta descrevem-se as armas dos Salema – um “campo de verde com um castelo de ouro de três torres com as portas e frestas e guarnido de preto e uma bordadura azul com sete peixes Salema de prata e por diferenças uma estrela de ouro, elmo de prata aberto guarnido de ouro, paquife de ouro e por timbre o mesmo castelo”-, evocativas do auxílio prestado pela família na conquista de Alcácer do Sal³⁶⁵.

A julgar pela tipologia de cartas de brasão de armas fixada por João Cordeiro Pereira, parece que esta última se encaixa na terceira opção, ou seja, no grupo de “cartas régias de brasão de armas de nobreza e fidalguia”, que “concediam o reconhecimento, a determinada pessoa, do direito ao uso do brasão de armas dos seus ascendentes, previamente ordenado e registado pelo rei de armas Portugal, juntamente com a confirmação da sua qualidade de fidalgo de linhagem, com os privilégios inerentes”³⁶⁶.

Menos claro é o porquê da atribuição da carta a Cristóvão Salema. Segundo o mesmo autor, a obtenção de uma carta régia de brasão de armas de nobreza e fidalguia exigia a realização prévia de um processo de justificação de nobreza, o que significa que esta estratégia documental exigiu algum esforço por parte do antigo feitor. Visto que, como indica Miguel Metelo de Seixas, as cartas de armas estiveram, em alguns casos, “administrativa ou simbolicamente” ligadas “ao exercício ou à reivindicação da chefia da linhagem”³⁶⁷, é possível que Cristóvão Salema tenha de alguma forma antecipado a morte prematura do seu irmão mais velho, que ocorreu antes de 1549, o que faria dele o representante da linha fundada pelo seu pai, António Salema.

Do mesmo modo, não é de descartar a possibilidade de ter tido uma necessidade específica de provar que era fidalgo de linhagem ou ainda de ter pretendido legar aos seus sucessores um “objecto de memória” heráldica, particularmente relevante para o reforço da identidade e da memória familiar nobiliárquica³⁶⁸. Motivos semelhantes

³⁶⁵ Traslado (1558) da carta de armas (1535) conservado em ANTT, AGLS, cx. 1, pt. 2.

³⁶⁶ PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, p. 302, n. 132.

³⁶⁷ SEIXAS, Miguel Metelo de, “A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p. 459.

³⁶⁸ *Idem*, p. 457.

poderão ter justificado o pedido de traslado da carta feito por Tomé Salema, com a particularidade de este ter expressamente determinado no seu testamento que o morgadio que instituiu devia ser herdado apenas pelos parentes que usassem o apelido Salema e que trouxessem as armas da família.

À exceção da carta de armas, os restantes documentos recebidos e geridos por Cristóvão Salema dos quais temos hoje conhecimento são relativos, na sua totalidade, à compra de bens patrimoniais, nomeadamente das designadas “casas da Porta Nova”, em Setúbal. Depois da morte de um Diogo Vaz da Fonseca, estas casas foram divididas pelos seus vários herdeiros e, entre 1528 e 1546, Cristóvão Salema foi negociando a compra dos diversos quinhões até que a propriedade ficou inteiramente na sua posse³⁶⁹.

Para além de receber cada uma das cartas de compra, o antigo feitor recebeu também um documento produzido em 1504, ainda em vida de Diogo Vaz da Fonseca, atestando que o chão por detrás das casas era aforado ao concelho de Setúbal. Este documento é, na realidade, um traslado da carta de aforamento original, que se tinha entretanto «perdido» e que Diogo Vaz da Fonseca tinha tido necessidade de subsistir para provar a posse do aforamento³⁷⁰.

Vimos já que era comum a aquisição de determinada propriedade implicar também a recepção de outros registos escritos relativos à «genealogia» da propriedade. E foi também neste documento de 1504 que se escreveu, em data incerta mas possivelmente ainda no século XVI, a anotação “estas escrituras são das casas da Porta Nova todas juntas”³⁷¹. Tal como nos casos da herdade do Gradil ou das casas da Porta de Santa Catarina, que analisámos quando acompanhámos as práticas documentais de João Afonso Camareiro e de Cosme Rodrigues, escolheu-se não só organizar todos os documentos que diziam respeito à mesma propriedade num só conjunto como anotar a descrição do grupo no documento mais antigo da «genealogia».

Diogo Salema (flor. 1582-1586)

Terá sido, assim, unidas, que as escrituras das casas da Porta Nova foram transmitidas ao filho e sucessor de Cristóvão Salema, Diogo Salema (flor. 1582-1586),

³⁶⁹ Cartas de venda (1528, Junho 1529, Dezembro 1529 e 1535) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 37, pt. 191; carta de venda (1546) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 38, pt. 192.

³⁷⁰ Traslado (1504) da carta de aforamento (s/d) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 37, pt. 191.

³⁷¹ *Idem*.

que as vinculou ao morgadio que instituiu em 1586. Como vimos, foi precisamente este morgadio que, cerca de trezentos anos mais tarde, esteve no centro da contenda entre os Salema e os Condes de Sandomil³⁷². Por essa razão, a documentação relativa a este personagem é, de entre o AGLS, a que sofreu mais transformações e processos de filtragem. De facto, não se encontra hoje no arquivo qualquer documento original produzido ou gerido por Diogo Salema, conservando-se apenas múltiplas cópias e traslados tanto dos registos escritos associados à instituição do morgadio como do contrato de casamento de Diogo Salema com a sua prima, Maria Salema (1583-1602), a primeira administradora do vínculo depois da morte do marido³⁷³.

Como consequência, sabemos pouco acerca da vida de Diogo Salema, que terá sido fidalgo da Casa d'el Rei, membro do desembargo régio e comendador da Ordem de Cristo³⁷⁴. Pouco depois de ter casado terá decidido transformar o seu património em morgadio com vínculo na capela do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santa Maria da Graça em Setúbal, capela essa que mandou construir à sua custa. Para além das missas que se deviam mandar dizer pela sua alma, as instruções que deixou no seu testamento acerca do «arranjo» da capela foram claras: devia-se pintar um retábulo com a imagem da Ceia ao meio, da Nossa Senhora da Esperança à direita e do glorioso São Francisco à esquerda; a sepultura devia ficar no centro da capela; deveria estar sempre visível uma tábua com a ordem das missas e com o nome da pessoa responsável por dizer as missas cada semana; pôr-se-iam dois letreiros na capela, uma na parede e outro na sepultura, indicando que tinha sido mandada construir por Diogo Salema; por fim, a capela teria as armas dos Salema³⁷⁵.

O processo de instituição do morgadio terá começado em cerca de 1585, quando Diogo Salema obtém autorização régia para criar o vínculo. No ano seguinte, fez escritura pública da instituição do morgadio, imediatamente seguida pelo testamento, onde também incluiu uma cláusula de instituição. Por fim, os testamenteiros ficaram obrigados a mandar fazer três tombos de morgadio - um para o administrador do vínculo, outro para a Igreja de Santa Maria da Graça e um terceiro para o juízo do provedor da Comarca de Setúbal -, para além de garantir que a informação acerca do

³⁷² Vd. *supra*, p. 67.

³⁷³ Traslados (s/d; 1826; 1832) do contrato de casamento (1583) entre Diogo Salema e Maria Salema conservados em ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 63.

³⁷⁴ *Idem*.

³⁷⁵ Traslado (s/d) do testamento de Diogo Salema (1586) conservado em ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 63.

morgadio ficava fixada por escrito no cartório da Igreja com o objectivo de, nas palavras do instituidor, “nunca se perder a memória da obrigação do que mando”³⁷⁶.

Diogo Salema terá sido obrigado ou terá considerado aconselhável começar por pedir autorização ao Rei por duas razões: em primeiro lugar, porque desejava anexar a sua terça e a legítima do seu filho ao vínculo e obrigar todos os administradores a anexar metade das suas próprias terças; depois, porque pretendia valer-se da autorização régia para dar “força” e autoridade à escritura pública de instituição do morgadio, como se ela tivesse sido feita em testamento³⁷⁷.

Apesar de, pouco tempo depois, a instituição do morgadio ter sido efectivamente mencionada no testamento, a escritura pública de instituição parece ter contido informação que não foi fixada no testamento ou que não foi copiada em nenhum dos traslados existentes. Nos traslados da cláusula do testamento determina-se apenas que a administração do morgadio passaria para Maria Salema e, depois da sua morte, para o filho de ambos, Cristóvão Salema, se fosse vivo, ou para a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, se Cristóvão já tivesse morrido. Contudo, no traslado da escritura pública de instituição dedicam-se vários fólios à previsão de diversas eventualidades ou dificuldades que pudessem surgir na sucessão da administração como, por exemplo, no caso de o administrador não ter sucessores, ter que se ausentar por motivos de guerra ou encontrar-se cativo.

Este cuidado em deixar devidamente documentada a instituição do vínculo não evitou, porém, que nos quinze anos que se seguiram à instituição do morgadio tivessem surgido problemas no que toca à conservação documental. Por razões que não nos foi possível apurar, os documentos originais – autorização régia, escritura pública e testamento – perderam-se ou deixaram de estar na posse de Maria Salema, já viúva e administradora do morgadio. Isto porque, em 1602, a mesma Maria Salema teve necessidade de pedir traslados, que foram extraídos não dos documentos originais mas do assento que se tinha feito no cartório da Igreja de Santa Maria da Graça.

Foi a partir do traslado pedido por Maria Salema em 1602 que se produziram todos os outros, a maioria dos quais entre finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte. Uns serviram de prova e foram incluídos nos apensos do pleito que envolveu

³⁷⁶ Traslado (1602) da cláusula do testamento de Diogo Salema (1586), da escritura pública da instituição do morgadio (1586) e da autorização régia (1585) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 135.

³⁷⁷ Traslado (1602) da autorização régia (1585) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 135.

os Salema e os Condes de Sandomil. Outros foram criados já depois da conclusão da sentença, provavelmente para atestar a legitimidade dos novos administradores do morgadio³⁷⁸.

Um deles, feito em 1832, merece destaque por ter sido extraído, nas palavras do seu autor, João Crisóstomo Caldas (perito paleógrafo responsável pela reorganização do cartório de José Maria Salema), de um “livro de fólho pequeno mui bem encadernado com pasta de carneira fingindo pedra”³⁷⁹. Para além do traslado da instituição do vínculo, este livro continha a sentença e a carta geral de posse e título passadas a favor de António Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva quando foi reconhecido como legítimo administrador do morgadio. A legitimidade dessa administração ficava então monumentalizada – como se inscrita em pedra que a materialidade do livro imitava - nos documentos sob a qual se havia sustentado, reforçando, mais do que em qualquer outro exemplo existente no AGLS, a importância de assegurar a conservação e a transmissão dos arquivos de família.

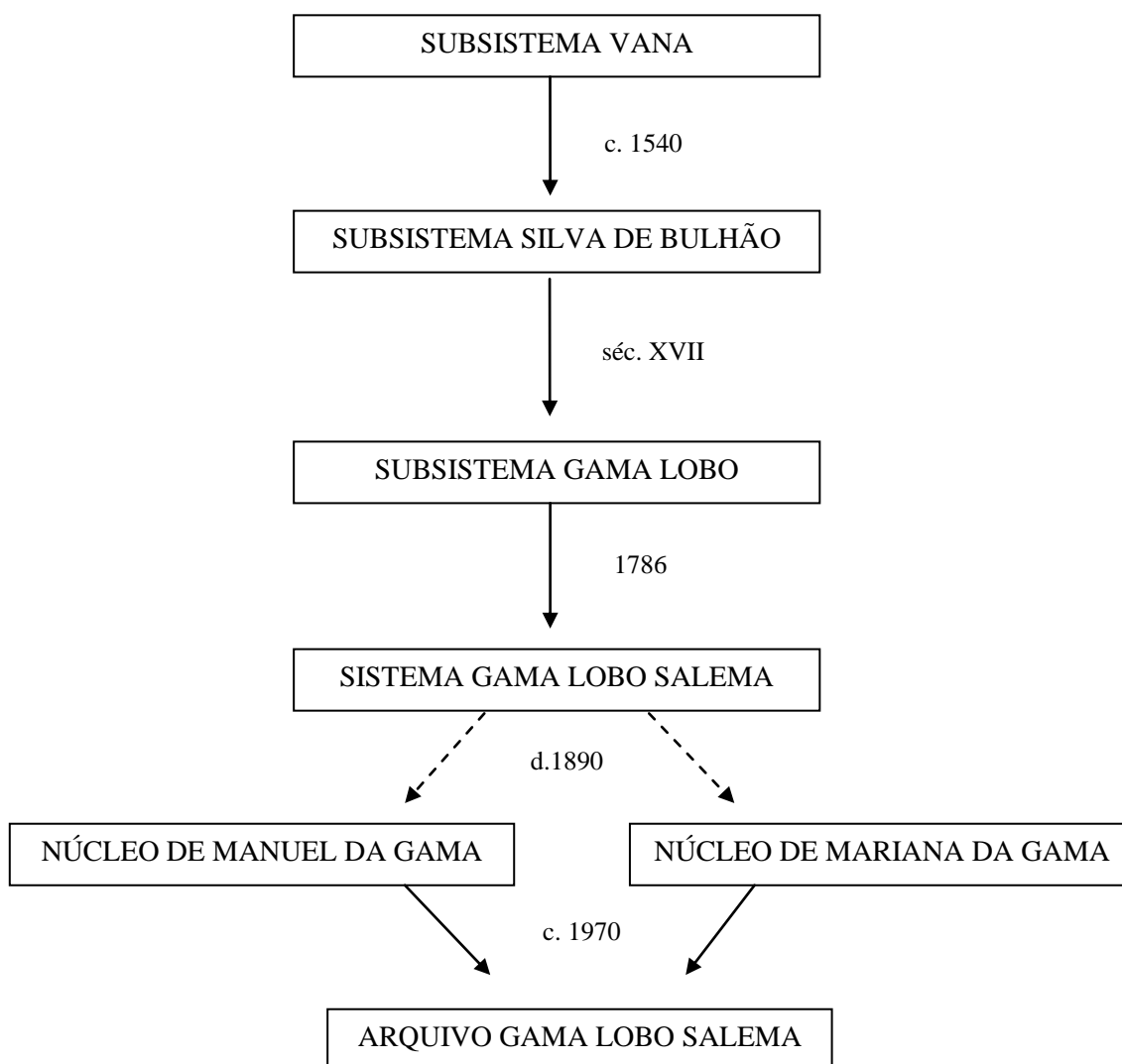
Como vimos, a linha fundada por António Salema prosseguiu na geração do filho de Diogo Salema e Maria Salema, de nome Cristóvão Salema (f. c. 1620) que, ao morrer sem descendentes, deixou o morgadio e restantes bens ao seu primo, António Lobo Salema, administrador do vínculo a partir de 1620. Vendo-se, também ele, sem sucessores, e ditando, assim, a extinção da linha fundada por António Salema, o seu património passou para o parente mais próximo, João Salema, representante da linha de Diogo Gonçalves Salema I, que analisámos anteriormente³⁸⁰.

³⁷⁸ Os traslados estão conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 63 e cx. 17, pt. 135.

³⁷⁹ Traslado (1832) do traslado (1602) da cláusula do testamento de Diogo Salema (1586), da escritura pública da instituição do morgadio (1586) e da autorização régia (1585) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 135.

³⁸⁰ Cópia (s/d) do testamento de António Lobo Salema (1629) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 9, pt. 62.

III. 2. Os Vana e os Bulhão



Genealogia 11

Genealogia do percurso de conservação da documentação associada aos Vana e aos Bulhão

Por comparação aos Salema, a documentação associada aos Vana e aos Bulhão, unidos por casamento em cerca de 1540, é bastante mais exígua tanto a nível quantitativo como do alcance geracional e cronológico. Após a representação dos Vana ter recaído numa mulher, o seu arquivo passou para a posse dos Bulhão na sequência da união matrimonial. Poucas gerações depois, a família, usando o apelido Silva de Bulhão, ter-se-á extinguido por falta de descendentes, transferindo-se a sua herança para os parentes mais próximos, Clara de Brito ou o seu filho, Sebastião da Gama Lobo, já

no século XVII (vd. Anexo 11 – Genealogia dos Vana e dos Bulhão [em suporte CD-ROM])³⁸¹.

A partir daqui os documentos continuaram a ser conservados pelos Gama Lobo, entretanto unidos aos Salema, até à morte do último administrador de morgadios em 1890. Como verificámos no segundo capítulo, o arquivo do último morgado foi disperso pelos seus filhos e assim se manteve até à década de 70 do século XX quando se iniciou o processo de (re)criação do Arquivo Gama Lobo Salema.

Ao que tudo indica, tanto os Vana como os Bulhão eram de origem estrangeira. Os primeiros seriam originários da cidade de Colónia, no Sacro Império Romano-Germânico, instalando-se em Lisboa nos finais do século XV no contexto dos negócios mercantis e das boas relações que a Coroa Portuguesa cultivava com os mercadores Alemães³⁸². Os segundos, afirma Alão de Morais, faziam remontar as suas origens a França e à Casa de Lorena. Depois de terem chegado a Portugal na armada que ajudou a tomar a cidade de Lisboa aos mouros, alguns dos seus membros terão permanecido nessa mesma cidade, onde foram construindo a sua posição social³⁸³.

Como veremos adiante, na passagem do século XV para o seguinte, membros de ambas famílias, já identificados como cidadãos de Lisboa, são elevados de escudeiros a fidalgos da Casa d’el Rei. Da parte dos Vana, a ascensão na hierarquia da nobreza deveu-se, em grande medida, à acumulação de rendimentos auferidos pela administração de diversos vínculos que lhes chegaram a partir dos matrimónios que negociaram. Da parte dos Bulhão, a linha representada no AGLS, inaugurada, ao que parece, por um bastardo ou, pelo menos, por um secundogénito, valeu-se não só do desempenho de cargos concelhios como de uma filiação cujo prestígio soube capitalizar.

De forma a tornar clara a autonomia dos dois «arquivos dentro do arquivo», organizámos a análise que se segue em duas partes, a primeira dedicada aos Vana, que se prolonga por duas gerações entre 1486 e 1545, e a segunda aos Bulhão/ Vana de Bulhão, que se estende por três gerações ao longo 1490 e 1578.

³⁸¹ Vd. *supra*, p. 35.

³⁸² Sobre a presença de mercadores Alemães em Lisboa ver POHLE, Jürgen, “Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª. Série, nº 3 (janeiro-junho 2015), pp. 19-38.

³⁸³ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana. Nobiliário das famílias de Portugal*, tomo II, vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944, pp. 542-544.

III.2.1. Os Vana

João Vana (flor. 1486-1510)

O primeiro membro desta família Alemã a fixar-se no reino Português terá sido João Vana (flor. 1486-1510), mercador no trato de sal e panos que, numa das ocasiões em que se dirigia para Lisboa em negócios, terá perdido no mar grande parte da sua mercadoria e, conseqüentemente, da sua fortuna. Optando ou vendo-se forçado a permanecer em Portugal, João Vana conseguiu compensar as suas perdas através do casamento com Catarina Anes (flor. 1486-1510), filha de João Afonso (flor. 1453) e de Maria Anes (flor. 1453), e irmã de Maria Anes (flor. 1502-1505), esta última casada com o bacharel João Gil (flor. 1502-1505), procurador dos feitos do Rei³⁸⁴.

É possível que o infortúnio no mar, a perda de fortuna e de estatuto e ainda o afastamento em relação à sua cidade de origem expliquem a ausência de registos documentais sobre este personagem e sobre a sua família. De facto, foi através da família da mulher que nos chegou a maioria da documentação hoje conservada no AGLS sobre esta geração, sendo que a actividade documental de João Vana surge apenas na qualidade de gestor e administrador dos bens herdados depois do casamento.

Entre esses bens contava-se a capela de São João Batista no Mosteiro do Carmo, em Lisboa, que foi construída em meados do século XV por João Afonso e Maria Anes. Pelas benfeitorias que fizeram ao Mosteiro, o casal foi recompensado com o privilégio de uma sepultura perpétua no Mosteiro, para si e para os seus descendentes. Este privilégio traduziu-se por escrito numa tipologia documental rara e única na globalidade do AGLS, uma “carta de sepultura”, onde se fixou o seguinte:

“Sejam certos os que esta carta de sepultura virem em como eu Frei João da Charneca vigário da Ordem da Virgem Maria do Carmo edificado pelo Santo Condestável em Lisboa e Francisco Gonçalo bacharel em Teologia e Frei Estevão jubileu e Frei Vasco sacristão e Frei João Delpadre vigário do coro e Frei Rodrigo e Frei Antão e Frei Pedro de Viseu e Frei Pedro de Achelas e Frei João de Gavão e

³⁸⁴João Gil é identificado como procurador dos feitos do Rei em ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012, p. 624.

Frei João de Santa Maria e outros frades conventuais do sobredito mosteiro. Juntos todos em cabido segundo nosso costume considerando o serviço de Deus e da Virgem Maria sua gloriosa madre e honra e em proveito da nossa Ordem querendo regraciar quanto em nós é e abrange nossa franqueza João Afonso [rasurado] de Tristão Vasques e Maria Anes sua mulher as muitas esmolas e benfeitorias que deles temos recebido e não menos daqui adiante esperamos receber lhe damos uma sepultura dentro no mosteiro junto com a porta principal abaixo dos degraus na nave que está em direito dos paços do almirante junto com a parede que é da porta sobredita a qual sepultura lhe outorgamos assim como melhor podemos que seja para sempre sua e de sua mulher e de seus filhos. Em testemunho de qual coisa lhe demos esta carta assinada por todos nós frades sobreditos...³⁸⁵.

³⁸⁵ Carta de sepultura (1453) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 34. Maria de Lurdes Rosa notou que nesta carta estará inscrita uma das mais antigas referências carmelitas ao Condestável Nuno Álvares Pereira como “Santo”.

Sciam Certos os q esta carta de sepultura dizeem Em como
 eu frer Johan da Barmeca digno do orden da Bngery
 m do qnto. Edificando pto seo Conde estabre em hystoria
 Effey gonçallo da Barmeca em thelogia d frer esteuon Jubi
 leu Effey Vasco sanctam Effey Johan delpadre di
 gualp do coro Effey Rodrigo Effey anton Effey pedro
 de disseu Effey pedo da hellas Effey Johan de guias
 Effey Johan de sancta m. Comto frades conuetuacs do
 sobredito m. Juntos todos de cabidos Seg no sso costume
 Conspicuo d frer de do d ou lizer d sua gloria mud
 E homra lem d queto da nossa ssa orden qnto de re
 gratias qnto em nos he d abraige nossa fraga
 Johan. a de istom Vasco d marianes sua
 molha as mytas e molhas d tem ferroyas q delles tee
 mos recebi da. Enbm menos da q adiant fframos
 Recebi he damos hua sepultura tempo no mmoesteip
 junto co aperta pnti pall abaypo do de guias na
 Inane q esta em dnto dos paaca do almyrate Jnto
 co apareda q he da porta soby dnto d qll sepultura
 he vitorgamos assy como melhor podemo que
 ffeia pa sempre sua et de sua molha. E de seg filhos. Entis
 da qll coussa he demos esta cta confirmada p todos nos fr
 des soby dnto. d qll madamos feclar any ho p fecl do
 do. q. ffr nos pny. d. de Serenho. dnto do na any do
 de. m. m. hys. d

Fr. Johannes Vicario.
 de Barmeca

Frater Dulapog
 Frater...
 Frater...
 Frater...

Imagem 12

Carta de sepultura (1453)

(ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34)

Tal como os documentos ligados aos morgadios, esta carta de sepultura, dada com autoridade do cabido do Mosteiro, assegurava um privilégio perpétuo que era transmissível dentro da família. Assim, era a correcta conservação do registo que permitiria aos sucessivos herdeiros de João Afonso e Maria Anes reivindicar o direito a serem sepultados na capela, o que, como veremos, veio a acontecer na geração seguinte. Este direito e privilégio não eram menores já que os locais de sepultura eram um dos mais importantes veículos da continuidade da memória familiar, funcionando também como um símbolo da identidade e do prestígio do grupo social³⁸⁶.

De facto, a importância da capela foi reforçada em 1505, data da produção do testamento do bacharel João Gil, marido de Maria Anes e genro de João Afonso e de Maria Anes. No seu testamento, João Gil determina que pretendia ser enterrado na capela construída pelos seus sogros e, visto não ter sucessores, faz a sua alma herdeira de todos os seus bens. Parte desses bens são depois vinculados à capela com obrigação de certas missas pela sua alma e pelas dos seus antecessores. Tendo em conta que hoje se conserva no AGLS apenas o traslado da verba do testamento onde se funda o vínculo, sabemos somente que João Gil determinou que a administração da capela recairia em primeiro lugar na sua mulher, Maria Anes, passando depois para João Vana, seu cunhado. A partir daqui, a gestão do vínculo deveria seguir “a linha e parente mais chegado”, sempre no filho mais velho³⁸⁷.

Já depois do falecimento do marido, Maria Anes vinculou também os seus bens à mesma capela, deixando a administração primeiro à sua irmã, Catarina Anes, mulher de João Vana e, depois da sua morte, ao filho mais velho destes últimos³⁸⁸.

Gaspar Vana (flor. 1514-1545)

Os bens anexos a estas duas capelas tornaram o casamento de João Vana vantajoso, permitindo-lhe legar um património consolidado ao seu filho e sucessor,

³⁸⁶ CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa, “A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos Arcebispos e dignitários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 15-40. Sobre a relação dos Nogueira com os seus locais de sepultura cf. SILVA, Gonçalo Miguel Correia Melo, *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*, Lisboa, 2012, pp. 85, 108. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³⁸⁷ Traslado (1754) do testamento de João Gil (1505) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122.

³⁸⁸ Traslado (1754) do testamento de Maria Anes (s/d) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122.

Gaspar Vana (flor. 1514-1544), casado com Maria Vicente (flor. 1521-1557) e morador na Rua João de Vida, em Lisboa. Contudo, a riqueza patrimonial não foi capaz de suprir o vazio social da ascendência paterna de Gaspar Vana, aparentemente de destacado prestígio na sua cidade de origem mas desconhecida em terras Portuguesas.

Perante este vazio, Gaspar Vana tomou a iniciativa de criar um registo escrito que servisse de prova da nobreza do seu pai e, conseqüentemente, da sua própria nobreza. Para isso organizou e pagou às suas custas uma inquirição de testemunhas que foi passada a escrito por um notário público com autoridade do juiz ordinário dos feitos e causas civis de Lisboa em 1514³⁸⁹. As testemunhas escolhidas foram mercadores Alemães que sublinharam a importância da família Vana, lembrando que os seus membros eram fidalgos de cota de armas e tinham participação no governo da cidade de Colónia. Destacaram também a grande riqueza que João Vana possuía antes de perder a sua mercadoria e o modo honrado com que viveu mesmo depois do seu infortúnio (mantendo o seu estatuto social através do casamento com Catarina Anes e das capelas que administrou)³⁹⁰.

Esta é a primeira de três inquirições de testemunhas congêneres actualmente conservadas no AGLS, representativas da riqueza dos arquivos de família enquanto repositórios de traços documentais da nobreza que dificilmente conheceríamos a partir de outros arquivos³⁹¹. Apesar de terem sido produzidas em cronologias e por motivos distintos, estas inquirições partilham entre si a intenção de fixar a «memória dos homens» por escrito, de materializar essa memória, conferindo-lhe, por um lado, autoridade pública e jurídica (garantida, neste caso, pela mão do notário público e pela assinatura do juiz ordinário), e, por outro, uma durabilidade e transmissibilidade que estavam para além da comunicação oral. Para além dessa intenção, partilham também o facto de terem exigido um esforço considerável e um certo investimento económico da parte dos seus promotores, que se justificaram, à partida, pela inexistência de outros documentos escritos que suprissem o efeito desejado com a produção da inquirição, seja no arquivo da família seja em qualquer outro arquivo.

Na situação em que Gaspar Vana se encontrava, é possível que tenha tido necessidade de criar um registo escrito que atestasse o seu passado familiar porque o seu

³⁸⁹ Instrumento de fé e certidão com traslado de inquirição de testemunhas (1514) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34.

³⁹⁰ *Idem.*

³⁹¹ Sobre as restantes inquirições vd. *infra*, p. 179 e 192.

pai não lhe tinha efectivamente legado qualquer documento sobre a sua ascendência. Como consequência, a primeira geração da família do mercador Alemão a nascer no reino Português não tinha forma de capitalizar o prestígio social de que aparentemente gozavam os parentes em Colónia. Deste modo, a solução encontrada passou por preencher as ausências documentais com os testemunhos de outros mercadores Alemães que se encontravam em Lisboa, criando a partir daí uma prova documental.

No entanto, não é de descartar a hipótese de Gaspar Vana ter usado o vazio social da família paterna em seu proveito. Da mesma forma que não existiam documentos que informassem sobre a suposta nobreza e fidalguia dos Vana, também não existiram registos que o contestassem. Assim, perante o anonimato social do grupo estrangeiro recém-chegado a Lisboa, é possível que Gaspar Vana tenha aproveitado a oportunidade para reconstruir uma memória mais conveniente, reunindo para isso as testemunhas que considerou mais abonatórias. Deste modo, a inquirição teria servido para reconstruir o passado familiar de Gaspar Vana, adaptando-o às necessidades e aos interesses do presente.

Em qualquer dos casos, a inquirição de testemunhas poderá efectivamente ter contribuído para a imposição social de Gaspar Vana em Portugal, tanto a partir de Lisboa como nas relações com o Rei. Para tal terá contribuído também a influência da família materna e os rendimentos de que dispunha com a administração das capelas de João Gil e Maria Anes. De facto, Gaspar Vana é já identificado em 1521 como cidadão de Lisboa³⁹², recebendo depois o título de escudeiro³⁹³ e, finalmente, de cavaleiro da casa d'el Rei³⁹⁴. Não parece ter alcançado, no entanto, o estatuto de fidalgo, ficando aquém da categoria de nobreza que pretendeu provar com a inquirição.

A par desta última, a maioria dos restantes documentos produzidos e acumulados por Gaspar Vana diz respeito a negócios fundiários, conservando-se no AGLS dezanove documentos sobre os investimentos que o cavaleiro e a sua mulher

³⁹² Carta de venda (1521) onde Gaspar Vana é identificado como cidadão de Lisboa conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 33, pt. 174.

³⁹³ Carta de escambo (1522) onde Gaspar Vana é identificado como escudeiro conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 33, pt. 172.

³⁹⁴ Carta de venda (1532) onde Gaspar Vana é identificado como cavaleiro conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170.

depois de viúva fizeram, entre 1521 e 1557, em propriedades sitas em Lisboa e arredores³⁹⁵.

A única excepção encontra-se no segundo tombo de capela existente no AGLS, paralelo ao que foi produzido em 1506 acerca da capela de Urraca Giães³⁹⁶. Tal como João Rebelo, administrador desta última capela ao tempo da produção do tombo, também Gaspar Vana recebeu uma ordem régia para executar o tombo, emitida provavelmente em 1540, ano em que se produziu o documento. Mais complexo do que o tombo da capela de Urraca Giães, o tombo da capela de João Gil é composto por oito partes, reunindo num só conjunto todos os documentos relevantes para a administração do vínculo: a carta régia onde se justifica a necessidade de produzir tombos de capelas; o traslado da verba do testamento de João Gil onde se prevê a instituição do vínculo; o traslado da aprovação do testamento; o traslado da abertura do testamento; o traslado de uma parte da sentença que obrigava Gaspar Vana a apresentar as contas da capela e a produzir o tombo no prazo de dois meses sob pena de perder a administração; o rol dos bens da capela; a ordem para se pôr um letreiro em pedra na capela com a lista dos encargos; e, por fim, um aviso ao actual administrador e a todos os que lhe sucedessem para nunca alhearem o património vinculado³⁹⁷.

Para além de comprovar a vontade do fundador da capela e as obrigações perpétuas que a família devia respeitar, sabemos que este tombo teve ainda uma outra utilidade peculiar. De facto, o verso do documento foi utilizado, em data incerta, como rascunho para anotar uma pequena partitura musical. Não é exemplo único da expressão artística dos gestores do arquivo já que encontramos numa carta de emprazamento produzida em 1554 e integrada no AGLS por via dos Miranda Henriques um breve poema dedicado a uma “zagala”³⁹⁸.

³⁹⁵ Esta documentação enfitêutica está conservada em ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; cx. 33, pt. 172; cx. 33, pt. 174 e cx. 34, pt. 176.

³⁹⁶ Vd. *supra*, p. 138.

³⁹⁷ Tombo dos bens da capela de João Gil (1540) conservado em ANTT, AGLS, cx. 15, pt. 122.

³⁹⁸ Carta de emprazamento (1554) conservada em ANTT, AGLS, cx. 42, pt. 202.

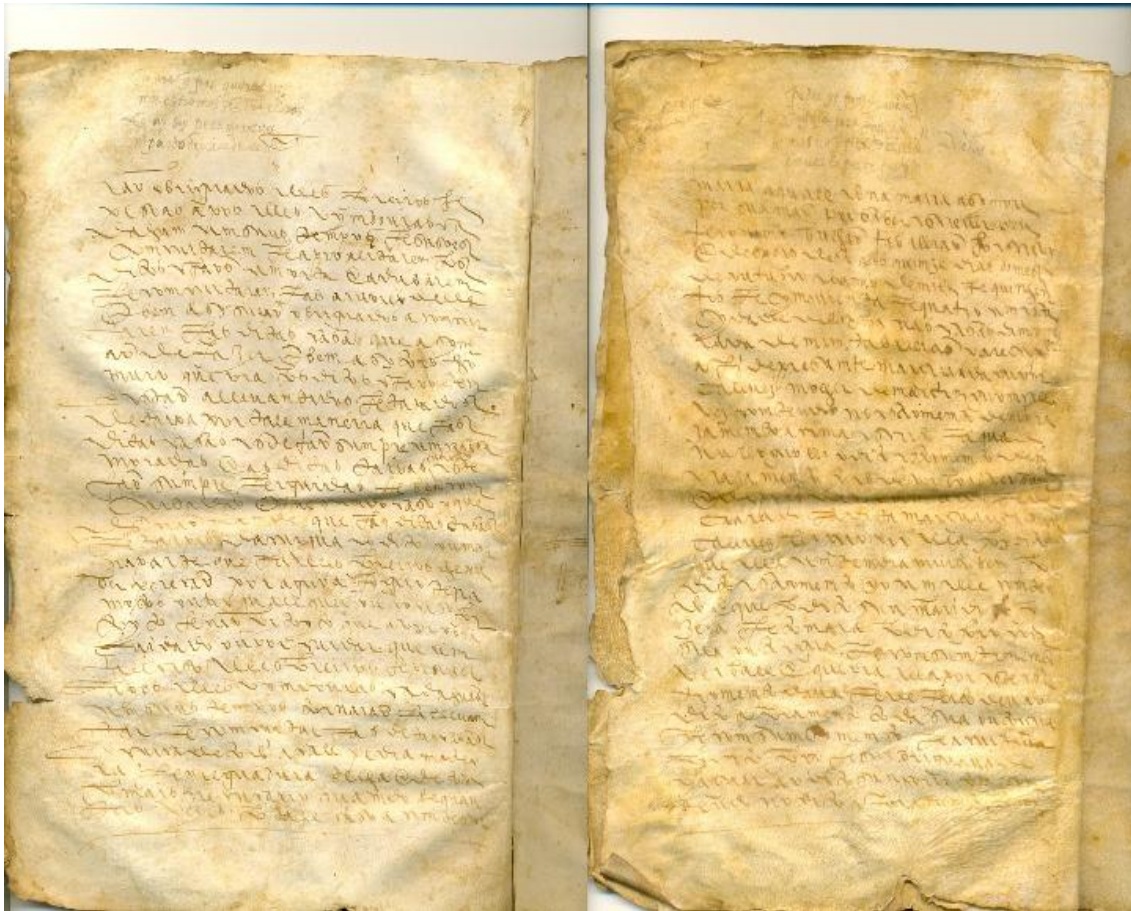


Imagem 13

Pormenor de reutilização de carta de empenhamento (1554)

(ANTT, AGLS, cx. 42, pt. 202)

Do casamento de Gaspar Vana com Maria Vicente nasceu pelo menos uma filha, de nome Justa Vana, a qual herdou não só os vínculos do bacharel João Gil e de Maria Anes mas também o de sua mãe, igualmente instituído na capela do Mosteiro do Carmo em testamento que fez 1555 antes de partir em romaria para Santiago³⁹⁹. E foi precisamente Justa Vana que, ao casar com Cristóvão Lopes de Bulhão, promoveu a união das duas famílias e dos dois arquivos.

³⁹⁹ Traslado (s/d) do testamento de Maria Vicente (1555) conservado em ANTT, *Hospital de São José, escrivão Pontes*, mc. 33, nº. 5, cx. 1089.

III.2.2. Os Bulhão

Gabriel Lopes de Bulhão (flor. 1490-1538)

O primeiro membro deste grupo familiar a ser representado no AGLS é Gabriel Lopes de Bulhão (flor. 1490-1538), casado com Margarida Álvares (flor. 1505 – 1506). Segundo Alão de Moraes, Gabriel era filho bastardo de António Lopes de Bulhão, o que não nos foi possível confirmar mas sabemos, contudo, que ou foi legitimado (dado o uso do apelido) ou seria pelo menos um filho secundogénito⁴⁰⁰. O seu percurso social fez-se essencialmente ao serviço do concelho de Lisboa, recebendo, em 1490, o ofício de escrivão dos órfãos, judeus e mouros. Símbolo da crescente especialização da escrita e complexificação da chancelaria municipal⁴⁰¹, a nomeação para este ofício foi confirmada em 1496 numa carta de D. Manuel I onde Gabriel Lopes de Bulhão é já identificado como escudeiro da Casa d’el Rei⁴⁰². Alguns anos mais tarde é referido como cavaleiro da Casa d’el Rei⁴⁰³, cidadão de Lisboa⁴⁰⁴ e provedor da Câmara daquela cidade⁴⁰⁵, o que significa que a aposta na carreira concelhia foi bem-sucedida.

Sobre Gabriel Lopes de Bulhão e a sua mulher subsistem no AGLS apenas quatro documentos, todos relativos à gestão de bens. Contudo, encontramos nos quatro alguns aspectos que merecem destaque. O primeiro reporta-se a um conjunto de três documentos que se produziram no âmbito do empraçamento e, depois, da permuta de uma propriedade feita entre Gabriel Lopes de Bulhão, o seu sogro, João Álvares, e o cabido da Sé de Lisboa.

Estando João Álvares na posse de umas casas em Lisboa junto ao lagar do mel, solicitou ao cabido que as trocasse por outras que o dito cabido tinha na mesma cidade na Rua das Portas do Mar. O cabido aceitou e, em 1505, mandou fazer duas escrituras com o mesmo teor a atestar a permuta, uma para ser entregue a João Álvares e outra

⁴⁰⁰ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, Tomo II – vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944-1945, p. 543.

⁴⁰¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, “A escrita no mundo urbano”, *História (São Paulo)*, v. 34, nº. 1 (2015), p. 20.

⁴⁰² Carta régia de confirmação (1496) da carta régia de mercê de ofício (1490) conservada em ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 40v.

⁴⁰³ Traslado em pública forma (1522) de carta de arrematação (1505) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 180.

⁴⁰⁴ Carta de confirmação de permuta (1506) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170.

⁴⁰⁵ Instrumento justificativo com inquirição de testemunhas (1550) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 28.

para ficar na posse do cabido. No ano seguinte, João Álvares empraza as casas que havia recebido a Gabriel Lopes de Bulhão, emprazamento esse que foi confirmado por escrito pelo cabido da Sé de Lisboa sob a forma de duas cartas idênticas, uma para cada um dos envolvidos no contrato. Por fim, em data incerta mas posterior a este emprazamento, Gabriel Lopes de Bulhão tomou posse efectiva das casas que o sogro lhe tinha emprazado, trocando-as por outras sitas no Bairro dos Escolares.

Desta forma, tomou também posse dos documentos relativos à propriedade, juntando à sua confirmação do emprazamento de 1506 aquela de idêntico teor que tinha sido primeiramente entregue a João Álvares e ainda a carta que este último tinha recebido depois da permuta com o cabido da Sé de Lisboa em 1505. Supomos, por fim, que tenha também recebido uma escritura atestando a permuta que realizou com o sogro apesar de estar não se conservar no AGLS. Os três documentos conhecidos foram então devidamente identificados, escrevendo-se, no seguimento de vários outros casos atrás mencionados, os seguintes apontamentos nas costas dos documentos:

1) “Sentença da permutação que João Álvares fez com o cabido, a saber, das suas casas que ele tinha ao lugar do mel por outras casas que o cabido tinha na rua da Porta do Mar junto com Pedro Vaz da Veiga a qual escritura foi feita para o dito João Álvares e o cabido houve outra tal do dito teor.

A qual escritura foi dada a mim Gabriel Lopes quando fiz a permutação das casas do Bairro dos Escolares por estas sobreditas que entestam no meu quintal para resguardo de meu direito” (no verso da carta de permuta entre João Álvares e o cabido da Sé de Lisboa)⁴⁰⁶;

2) “Escritura do aforamento das casas que João Álvares aforou a Gabriel Lopes e a sua mulher em a rua das Portas do mar que entestam no quintal do dito Gabriel Lopes a qual escritura foi feita para o dito Gabriel Lopes” (no verso da carta de confirmação dada pelo cabido da Sé de Lisboa a Gabriel Lopes de Bulhão sobre o emprazamento feito por João Álvares)⁴⁰⁷;

3) “Escritura do aforamento das casas que estão na rua da Porta do Mar que João Álvares aforou a Gabriel Lopes e a sua mulher a qual escritura foi

⁴⁰⁶ Carta de permuta (1505) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170.

⁴⁰⁷ Carta de confirmação emprazamento (1506) pertencente a Gabriel Lopes de Bulhão conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170.

feita para o dito João Álvares e o dito Gabriel Lopes houve outra tal feita do dito teor.

A qual escritura foi dada a mim Gabriel Lopes depois quando fiz a permutação das casas do Bairro por as sobreditas que entestam com o meu quintal” (no verso da carta de confirmação dada pelo cabido da Sé de Lisboa João Álvares sobre o emprazamento que este havia feito a Gabriel Lopes de Bulhão)⁴⁰⁸.

Tal como em outros exemplos semelhantes, a experiência profissional de Gabriel Lopes de Bulhão poderá ter contribuído para o reforço da consciência da importância de uma eficaz recuperação da informação existente no arquivo. É interessante notar que, neste caso, se acrescentam ao resumo do conteúdo dos registos outros elementos pouco comuns. O primeiro reside na explicitação do «porquê» da entrega das escrituras – “para resguardo de meu direito” – e do «quando» dessa mesma entrega – “depois quando fiz a permutação”. No mesmo sentido, é também rara a auto-identificação do produtor das notas quando, por norma, não surge qualquer referência ou se utiliza apenas um pronome – “a mim Gabriel Lopes”. Assim, quando o próprio Gabriel Lopes de Bulhão ou qualquer dos seus sucessores consultasse as notas nas costas dos documentos (sem ter necessidade, portanto, de examinar a totalidade do seu conteúdo), recuperaria de imediato informação não só sobre o conteúdo dos registos mas também sobre a «genealogia» que explicava como é que os documentos e as respectivas propriedades tinham chegado à posse da família.

A par destes apontamentos, o segundo elemento a destacar sobre a documentação gerida por Gabriel Lopes de Bulhão encontra-se no quarto documento preservado no AGLS, a saber, um traslado, feito em 1522, de uma carta de arrematação de umas propriedades que tinham sido penhoradas a uma Isabel Martins e posteriormente vendidas a Gabriel de Bulhão em 1505⁴⁰⁹.

O conteúdo da carta de arrematação em si não difere daquele que habitualmente caracteriza esta tipologia documental. Contudo, é digno de nota um “instrumento de fé e certidão” que se escreveu nas costas do documento cerca de dezasseis anos depois da

⁴⁰⁸ Carta de confirmação de emprazamento (1506) pertencente a João Álvares conservada em ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170.

⁴⁰⁹ Traslado em pública forma (1522) de carta de arrematação (1505) conservado em ANTT, AGLS, cx. 34, pt. 180.

produção do traslado. Nesse instrumento informa-se que, em data não especificada, o traslado tinha sido furtado a Gabriel Lopes de Bulhão. Não se nomeia o autor do roubo nem se indicam os motivos por detrás do acto, pelo que não podemos se não especular. É possível que os sucessores de Isabel Martins, que entretanto falecera, tivessem interesse em que o traslado da carta de arrematação desaparecesse já que foram os principais lesados no processo de penhora. Desaparecendo o traslado desapareceria também a prova escrita de que a posse das propriedades que lhes caberiam em herança tinha sido transferida para outra pessoa, o que poderia ser usado em seu favor caso a pertença das referidas propriedades fosse alvo de um feito judicial.

Sabemos, porém, que, depois do furto, Gabriel Lopes de Bulhão pediu que se produzisse uma “carta de excomunhão”⁴¹⁰. Esta carta não se conserva hoje no AGLS nem encontramos nesse arquivo qualquer exemplo desta tipologia documental. A julgar por outras cartas de excomunhão, este documento seria emitido por uma autoridade eclesiástica, que ameaçava os autores do furto com pena de excomunhão caso não devolvessem os objectos furtados dentro de determinado prazo. Dirigindo-se as cartas a indivíduos cuja identidade se desconhecia, os textos eram lidos em locais públicos e a contagem do prazo de devolução começava a partir da data da leitura dos documentos. Foi o que sucedeu, por exemplo, em 1621 quando o núncio apostólico emitiu uma carta de excomunhão a pedido do escrivão da Torre do Tombo exigindo que se devolvessem inúmeros documentos que deviam estar no arquivo real. Entre eles contavam-se registos escritos que tinham sido entregues a secretários, oficiais ou cronistas e que indevidamente se mantiveram na posse dos seus sucessores depois da sua morte ou foram vendidos pelos herdeiros a “pessoas curiosas”⁴¹¹.

No caso de Gabriel Lopes de Bulhão, a ameaça foi bem-sucedida e o traslado da carta de arrematação foi entregue sem danos ao cura da Sé de Lisboa, que depois o devolveu ao seu proprietário na presença formal dos principais da Sé conforme ficou comprovado no “instrumento de fé e certidão”⁴¹². Não existe no AGLS nenhuma outra notícia de documentos furtados mas a complexidade deste episódio mostra de forma paradoxal a importância de possuir os documentos escritos que atestassem o direito a

⁴¹⁰ Traslado em pública forma (1522) de carta de arrematação (1505) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 180.

⁴¹¹ Carta de excomunhão (1621) conservada em ANTT, *Gavetas*, gav. 10, mç. 5, n.º 36.

⁴¹² Traslado em pública forma (1522) de carta de arrematação (1505) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 180.

determinada propriedade. Essa importância motivou, por um lado, um ou mais indivíduos a furtar o traslado de Gabriel Lopes de Bulhão. E, por outro, motivou este último a pedir a emissão e a leitura pública da carta de excomunhão, envolvendo no processo autoridades eclesiásticas e a ameaça de castigos divinos.

Cristóvão Lopes de Bulhão (flor. 1541-1575)

Este documento, juntamente com os restantes atrás enumerados, foi depois legado ao filho mais velho de Gabriel Lopes de Bulhão e Margarida Álvares, o já mencionado Cristóvão Lopes de Bulhão (flor. 1541-1575), que casou com Justa Vana (flor. 1548-1589). Para além de Cristóvão, o casal teve ainda outros três filhos, a saber, João Lopes de Bulhão, referido nas partilhas dos bens de Gabriel Lopes de Bulhão mas de quem não temos mais notícias, Francisco Lopes de Bulhão, que andava pela Índia ao tempo das referidas partilhas⁴¹³, e Leonor Bulhoa, que faleceu solteira e sem filhos, deixando os seus bens ao irmão mais velho⁴¹⁴.

Sabemos que Cristóvão Lopes de Bulhão foi beneficiado nas partilhas dos bens do seu pai – recebendo, inclusivamente, uma “livraria” – mas desconhecemos pormenores acerca do seu percurso social e profissional. A primeira referência data de 1549, quando Cristóvão de Bulhão é já identificado como fidalgo da Casa d’el Rei numa carta de aforamento que fez em conjunto com a sua mulher e com a sua sogra⁴¹⁵.

Contudo, não era como fidalgo que Cristóvão Lopes de Bulhão pretendia ser identificado, mas sim como fidalgo de cota de armas. É este o termo utilizado no designado “instrumento justificativo de nobreza”, a segunda inquirição de testemunhas conservada no AGLS que, à semelhança de Gaspar Vana, Cristóvão Bulhão mandou produzir em 1550 para certificar a sua nobreza⁴¹⁶.

Tal como o seu sogro, Cristóvão Lopes de Bulhão pediu a um notório público, que, com autoridade do juiz do cível, passasse a escrito a inquirição que se tinha feito a cinco testemunhas sobre a sua nobreza e da sua família. Três dessas testemunhas eram parentes de Cristóvão, todos fidalgos destacados que comprovavam o prestígio do

⁴¹³ Três traslados (1566) da carta de partilhas dos bens de Gabriel Lopes de Bulhão (1566) conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 26.

⁴¹⁴ Testamento de Leonor Bulhoa (1542) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 27.

⁴¹⁵ Carta de aforamento (1549) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 33, pt. 174.

⁴¹⁶ Instrumento justificativo com inquirição de testemunhas (1550) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 28.

parentesco horizontal do produtor da inquirição: Afonso Lopes de Bulhão, identificado na inquirição como irmão de Gabriel Lopes de Bulhão (ou, segundo Alão de Moraes, meio-irmão⁴¹⁷) e chefe da família⁴¹⁸; D. Vasco da Cunha e D. António da Cunha, ambos mencionados no mesmo documento como primos co-irmãos de Cristóvão de Bulhão⁴¹⁹, filhos de uma irmã (ou meia-irmã) não nomeada de Gabriel Lopes de Bulhão⁴²⁰.

As restantes testemunhas incluíram-se para provar que Cristóvão Lopes de Bulhão era filho legítimo de Gabriel Lopes de Bulhão e de Maria Álvares. Assim, inquiriu-se o juiz dos órfãos que teve conhecimento ou que participou nas partilhas dos bens de Gabriel Lopes e que havia ainda trabalhado com ele provavelmente quando Gabriel exerceu o ofício de escrivão. E inquiriu-se também o cura da Sé de Lisboa, que jurou perante os Evangelhos que Cristóvão Lopes de Bulhão era filho legítimo e tinha sido baptizado.

É provável que esta inquirição tenha sido produzida no âmbito de um processo de justificação de nobreza que, como indica João Cordeiro Pereira, era exigido pela Coroa a todos aqueles que pretendessem ver reconhecido o direito ao uso das armas dos seus ascendentes. Desde D. Manuel I que a Coroa vinha progressivamente intervindo na regulação dos usos das armas de forma a evitar apropriações indevidas, munindo-se, para isso, de funcionários e instrumentos específicos como os oficiais de armas e os armoriais⁴²¹.

Como vimos, Gabriel Lopes de Bulhão, pai de Cristóvão, teria sido filho bastardo legitimado ou, pelo menos, secundogénito, o que, de acordo com a legislação em vigor, o excluiria, em princípio, do direito ao uso das armas plenas dos Bulhão, reservadas ao chefe da linhagem. Não era incomum, no entanto, a aceitação de desvios à

⁴¹⁷ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, Tomo II – vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944-1945, p. 543.

⁴¹⁸ Instrumento justificativo com inquirição de testemunhas (1550) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴¹⁹ Instrumento justificativo com inquirição de testemunhas (1550) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴²⁰ Alão de Moraes identifica D. Vasco da Cunha e D. António da Cunha como filhos de D. Maior de Bulhão, casada com Aires da Cunha: MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, Tomo II – vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944-1945, p. 543.

⁴²¹ PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, p. 302, nota 132. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “«E tragam as armas dos Costas direitas em todos os lugares, e peças». O património armoriado de D. Álvaro da Costa e de sua descendência: uma estratégia de comunicação?”, in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, p. 337.

normativa com o uso das armas plenas pelos ramos colaterais, como mostraram Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles na análise do exemplo de D. Álvaro da Costa e dos seus descendentes⁴²².

Assim, se Cristóvão Lopes de Bulhão, descendente de um ramo colateral, pretendia utilizar as armas da sua linhagem teria que provar perante o Rei a legitimidade e a nobreza da sua filiação, formalizadas pela materialização dos depoimentos de testemunhas. A importância de utilizar as armas e, portanto, de ser reconhecido como membro de uma linhagem de fidalgos de cota de armas justificava plenamente o investimento na produção da inquirição. Ao partilhar os mesmos atributos simbólicos dos seus familiares com brasão, Cristóvão Lopes de Bulhão via facilitada a tarefa de capitalizar o prestígio social do seu parentesco horizontal, superior ao do parentesco vertical e, de acordo com Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, não raras vezes “fundamental nos percursos de mobilidade ascensional”⁴²³.

Não sabemos se Cristóvão Lopes de Bulhão foi bem-sucedido. Não se conserva no AGLS qualquer carta de armas e o produtor da inquirição continuou a ser identificado apenas como fidalgo da Casa d’el Rei. Todavia, o “instrumento justificativo de nobreza” não deixou de ser devidamente conservado e anotado pelo próprio Cristóvão Lopes de Bulhão, que escreveu nas costas do documento: “Isto é um instrumento que me passou Álvaro Mouro escrivão diante o juiz do cível de certa prova que dei de como era fidalgo de cota de armas e que eram meus parentes que eram fidalgos e assim como era filho legítimo de meu pai Gabriel Lopes de Bulhão e de Maria Álvares sua mulher minha mãe”; e ainda “Isto é um instrumento de testemunhas de como provei ser fidalgo de cota de armas e ser nobre de geração”.

Os restantes documentos geridos por Cristóvão Lopes de Bulhão dizem respeito, sobretudo, à administração de várias capelas, nomeadamente as que foram herdadas pela sua mulher (instituídas por João Gil, Maria Anes e Maria Vicente no Mosteiro do Carmo). Para além destas, Cristóvão de Bulhão administrou também uma outra instituída na capela da Santíssima Trindade da Sé de Lisboa em 1476 por Violante

⁴²² *Idem.*

⁴²³ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, p. 52.

Nunes, casada em primeiras núpcias com Martim Afonso Boca de Lapa, provedor das capelas de D. Afonso IV e D. Beatriz e vereador de Lisboa, e em segundas com Vasco Martins Chichorro, fidalgo da Casa d'el Rei, do seu conselho e capitão-mor dos ginetes do Reino⁴²⁴.

De acordo com as instruções de Violante Nunes, o primeiro administrador foi o seu segundo marido, sendo que, depois da sua morte, o novo administrador devia ser nomeado pelo cabido da Sé de Lisboa, contando que fosse “bom cidadão de Lisboa, rico e de boa condição”⁴²⁵. O cabido assim fez e nomeou Gabriel Lopes de Bulhão, pai de Cristóvão Lopes de Bulhão. Imediatamente após ou pouco tempo depois de ser nomeado, Gabriel de Bulhão renunciou a administração a favor do seu filho, obtendo este último confirmação do cardeal do título dos Quatro Santos Coroados em 1541⁴²⁶. Cristóvão Lopes de Bulhão manteve a administração da capela até 1575, data em que renunciou também a administração a favor do seu filho, Gaspar Vana de Bulhão, o que garantiu que o vínculo permanecesse na posse da família durante pelo menos três gerações mesmo não existindo qualquer relação familiar com a instituidora⁴²⁷.

A administração destas quatro capelas exigiu um esforço considerável não só ao nível do cumprimento dos encargos e da gestão do património mas também no que toca à gestão documental⁴²⁸. Conservam-se hoje no AGLS vários documentos produzidos e recebidos por Cristóvão Lopes de Bulhão na qualidade de administrador das capelas: ordens escritas para se pagar o que era devido aos capelães que diziam as missas, embargos movidos por capelães que não tinham sido pagos, medições de propriedades, feitos judiciais, alvarás régios de natureza diversa, aforamentos e emprazamentos de património, traslados de testamentos e até uma minuta de uma súplica dirigida ao Papa a

⁴²⁴ Traslado (Dezembro 1476) do testamento de Violante Nunes (Agosto 1476) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴²⁵ Traslado (Dezembro 1476) do testamento de Violante Nunes (Agosto 1476) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴²⁶ Carta de confirmação de nomeação (1541) conservada em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴²⁷ Carta de renúncia e aprovação de renúncia (1575) conservada em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴²⁸ Os produtos mais acabados da complexa gestão documental exigida pela administração de capelas e morgadios são os inventários, nascidos da necessidade de controlar toda a massa documental associada aos vínculos. Para os séculos XV e XVI encontramos vários exemplos de inventários produzidos especificamente para este efeito, descritos em ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), “Catalogue”, in *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015; o “Livro do morgadio do Canidelo” (p. 98), o tomo das escrituras do morgadio do Esporão (p. 104), o inventário dos Condes de Marialva (p. 110 e OLIVEIRA, Luís Filipe, “O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI”, in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, 2001, pp. 221-261), ou o tomo dos morgadios de Santa Ana e de São Lourenço de Lisboa, Gaião e Santo Estêvão de Beja (p. 112).

solicitar a comutação dos encargos da capela de João Gil visto que os rendimentos do vínculo não eram suficientes para satisfazer os referidos encargos⁴²⁹.

De entre estes exemplos, o mais complexo teve lugar em cerca de 1557, quando Cristóvão Lopes de Bulhão pretendeu transformar um olival pertencente à capela de João Gil em várias parcelas passíveis de serem aforadas de forma a aumentar os rendimentos que, como havia enunciado na súplica ao Papa, eram insuficientes para cumprir os encargos. Temendo possíveis demandas judiciais porque as propriedades eram de morgadio, os indivíduos interessados em aforar as ditas parcelas recusaram-se a efectivar o contrato sem que Cristóvão Lopes de Bulhão tivesse autorização régia para transformar e aforar o antigo olival⁴³⁰.

Foi então necessário pedir a referida autorização ao Rei, que Cristóvão de Bulhão obteve em 1557 sob a forma de um alvará⁴³¹. Nesse alvará foi-lhe indicado que, antes de proceder aos aforamentos, o corregedor deveria riscar o olival do tombo das propriedades da capela e acrescentar as novas parcelas. Depois de obter a certidão de que esta alteração havia sido feita, Cristóvão Lopes de Bulhão poderia então aforar as parcelas, devendo ser trasladados em todas as cartas de aforamento o alvará régio e a certidão do corregedor. Sabemos que, por fim, foram aforadas pelo menos três parcelas, conservando-se no AGLS as respectivas cartas de aforamento encabeçadas pelos traslados ordenados pelo Rei⁴³².

Este episódio sugere-nos uma reflexão sobre aquilo que poderíamos designar como «cultura documental», isto é, o conhecimento acerca das situações que exigiam ou tornavam aconselhável a utilização de documentos escritos. Separamos esta ideia da de literacia ou cultura escrita, admitindo a possibilidade de a incapacidade de ler ou escrever não invalidar necessariamente a noção de que era necessário recorrer a registos escritos, mesmo não se compreendendo o seu conteúdo textual. Nas palavras de Joseph

⁴²⁹ Documentos conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 5, pts. 26, 27 e 28; ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122; ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pts. 172, 173 e 174; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pts. 175 e 177.

⁴³⁰ Carta de aforamento (1557) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 175.

⁴³¹ O alvará foi trasladado nas cartas de aforamento das parcelas do antigo olival: Cartas de aforamento (Setembro 1557, Novembro 1557 e 1559) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 175.

⁴³² Cartas de aforamento (Setembro 1557, Novembro 1557 e 1559) conservadas em ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 175.

Morsel, “le problème de l’analphabétisme n’est pas pertinent pour juger l’efficacité technique de l’écriture: l’important est que les gens sachent à quoi peut servir l’écrit”⁴³³.

Esta reflexão parte da recusa dos indivíduos interessados no aforamento – dois pedreiros e um moço da câmara d’el Rei – em prosseguir com o negócio sem que Cristóvão Lopes de Bulhão tivesse autorização régia para transformar o olival. É muito pouco provável que pelo menos os dois pedreiros fossem letrados ou se movessem em ambientes de cultura escrita. No entanto, a consciência de que o negócio poderia ser contestado no futuro porque os bens eram de morgadio levou-os a forçar Cristóvão Lopes de Bulhão a obter a autorização régia sob pena de não se realizar o aforamento. Assim, contrariamente a outras situações que temos vindo a analisar, a pressão para as famílias produzirem e utilizarem documentos foi exercida não de cima para baixo – como sucedeu com as exigências régias ou com as imposições das Ordens Militares – mas de baixo para cima, do pedreiro sobre o fidalgo da Casa d’el Rei.

Gaspar Vana de Bulhão (flor. 1573-1578)

Por fim, a última geração da família Bulhão a produzir e gerir documentação no século XVI foi a do filho de Cristóvão Lopes de Bulhão e Justa Vana, de nome Gaspar Vana de Bulhão (flor. 1573-1578). A sua morte prematura em Alcácer Quibir⁴³⁴ explica, em parte, que se conservem no AGLS apenas dois documentos por ele geridos, nomeadamente a renúncia que o seu pai fez a seu favor em 1575 da administração da capela de Violante Nunes – que Gaspar Vana de Bulhão resumiu nas costas do documento com a inscrição “Isto é uma renúncia que meu pai fez para me darem a capela da Santíssima Trindade”⁴³⁵ – e o contrato do seu casamento com Filipa de Claramonte (flor. 1573-1596), filha de Diogo do Tojal e Simoa Pacheco⁴³⁶.

O casal teve pelo menos uma filha, Luísa de Bulhão, casada com o Dr. Henrique da Silva. O sucessor destes últimos, de nome António da Silva de Bulhão, foi o último

⁴³³ MORSEL, Joseph, “Ce qu’écire veut dire au Moyen Âge. Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale”, in COQUERY, Natacha ; MENANT, François ; WEBER, Florence (dir.), *Écrire, Compter, Mesurer. Vers une histoire des rationalités pratiques/2*, Paris, Éditions de l’ÉNS Rue d’Ulm, 2012, p. 9, nota 39.

⁴³⁴ Traslado (1602) de umas verbas do inventário de bens que ficaram por morte de Gaspar Vana de Bulhão (s/d) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 29.

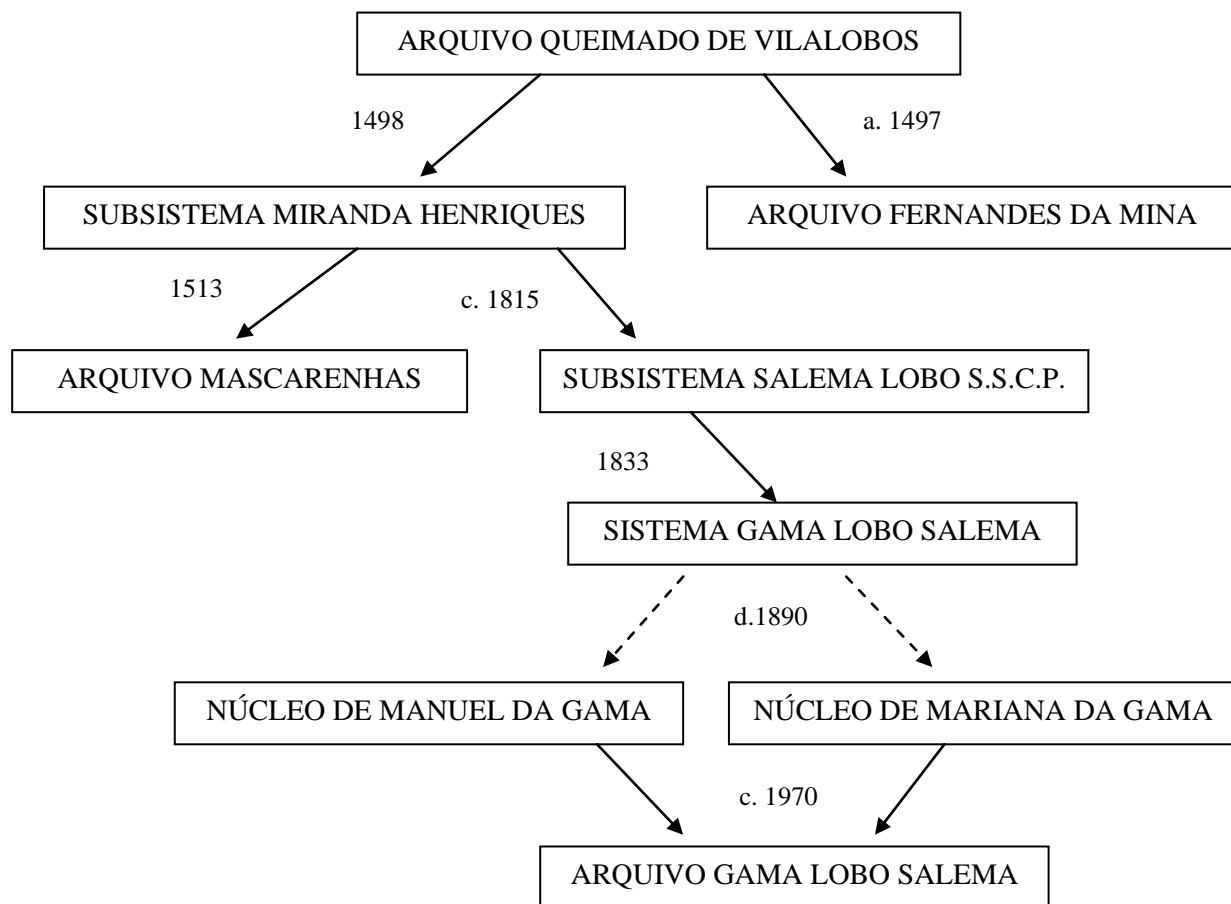
⁴³⁵ Renúncia (1575) conservada em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 28.

⁴³⁶ Contrato de casamento (1573) conservado em ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 29.

sucessor directo da família de que temos notícia⁴³⁷. A sua herança – que incluía a administração de quatro capelas, a de João Gil, Maria Anes, Maria Vicente e Violante Nunes – passou então para os parentes mais próximos, Clara de Brito ou o seu filho, Sebastião da Gama Lobo, por via da filiação materna de Clara de Brito, bisneta de Isabel Pacheco, esta irmã de Simoa Pacheco que era, por seu turno, mãe de Filipa de Claramonte. E assim foram incorporados os bens e a documentação dos Vana e dos Bulhão no património dos Gama Lobo.

⁴³⁷ Sobre Luísa de Bulhão, Henrique da Silva e António da Silva de Bulhão cf. ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 30-33.

III. 3. Os Queimado de Vilalobos



Genealogia 14

Genealogia do percurso de conservação da documentação associada aos Queimado de Vilalobos

A documentação actualmente conservada no Arquivo Gama Lobo Salema sobre a família Queimado de Vilalobos é, de todas as famílias analisadas, a mais reduzida em termos quantitativos. No total, engloba três gerações, a saber, a de Vasco Queimado de Vilalobos I (1410/1425 - c.1478), a de seu filho, Vasco Queimado de Vilalobos II (flor. 1473 - 1497), e a das duas filhas deste último, Maria Queimada (flor. 1497-1510), que casou com Simão de Miranda Henriques (flor. 1498-1513) em 1498, e Isabel Queimada (flor. 1497), que já estava casada com Nuno Fernandes da Mina (flor. 1496-1540) em 1497 (vd. Anexo 12 – Genealogia dos Queimado de Vilalobos [em suporte CD-ROM]).

Perante a inexistência de um filho varão que sucedesse a Vasco Queimado de Vilalobos II, os seus bens e propriedades foram então divididos pelas duas filhas que, por seu turno, os incorporaram no património dos seus maridos. Com eles foram também incorporados os registos escritos que diziam respeito a esses bens e propriedades bem como outros documentos relativos à família, os quais circularam, portanto, por duas vias distintas: do núcleo documental que estava na posse de Vasco Queimado de Vilalobos II, uma parte foi anexada àquilo que podemos designar como “Arquivo Fernandes da Mina”; e outra juntou-se ao subsistema Miranda Henriques.

No que toca à primeira parcela, desconhecemos a sua localização física ou se os documentos se preservaram até aos nossos dias. No entanto, é-nos possível determinar alguns dos registos que Nuno Fernandes da Mina terá herdado, como veremos mais adiante⁴³⁸. No que concerne a segunda parcela, aquela que seguiu pela via dos Miranda Henriques, as informações são mais abundantes. De facto, sabemos que Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada tiveram pelo menos dois filhos, Fernão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Filipa Henriques, que casou em 1513 com Pedro Mascarenhas. Sabemos também que, por razão deste casamento, alguns documentos relativos aos Queimado de Vilalobos foram incorporados no arquivo de Pedro Mascarenhas, documentos esses que actualmente se encontram no fundo “Casa de Santa Iria” do Arquivo Nacional Torre do Tombo⁴³⁹.

Quanto aos documentos que couberam a Fernão de Miranda Henriques, foram eles que precisamente chegaram até nós por via do AGLS. Em data incerta, algumas das

⁴³⁸ Sobre a documentação relativa aos Queimado de Vilalobos que Nuno Fernandes da Mina terá herdado vd. tabelas 16 e 17.

⁴³⁹ Sobre este fundo consultar LEME, Margarida, “O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 479-490.

propriedades pertencentes aos Queimado de Vilalobos terão sido vinculadas a um dos morgadios (talvez o de Diogo Salema) cuja administração foi atribuída aos Salema na sequência da contenda com os Condes de Sandomil. Depois de serem incorporados no arquivo dos novos administradores, os registos escritos dos Queimado de Vilalobos seguiram o mesmo percurso já descrito nos outros casos, acompanhando a dispersão do acervo dos Gama Lobo Salema depois da morte do último morgado e a (re)criação do Arquivo Gama Lobo Salema.

Partindo destes documentos, a nossa análise centrar-se-á nas duas primeiras gerações da família, cronologicamente estabelecidas entre 1449 e 1497. Assim, começaremos por acompanhar o percurso de Vasco Queimado de Vilalobos I, avançando, depois, para o período de vida do seu filho, Vasco Queimado de Vilalobos II, e terminando com o processo de sucessão que se desenrolou após a morte deste último em 1497.

III.3.1. Vasco Queimado de Vilalobos I

Ao contrário do que sucede com grande parte das famílias representadas no AGLS, os Queimado de Vilalobos são hoje relativamente bem conhecidos pela historiografia Portuguesa e mesmo internacional⁴⁴⁰. Tal facto deve-se, sobretudo, a Vasco Queimado de Vilalobos I (flor. 1449-1478), que participou ao lado do Infante D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira enquanto seu guarda-mor e fidalgo de sua Casa e que, depois da derrota do Infante, partiu para o exílio no Ducado da Borgonha, onde se manteve intermitentemente até inícios da década de 70 do século XV.

Sobre os seus ascendentes sabemos pouco. Alão de Morais escreve que foi filho de Vasco Queimado (flor. a. 1410) e de Isabel de Vilalobos e neto por linha paterna de Vasco Queimado (flor. 1383-1388) e de Maria Eanes Escolar (flor. 1410)⁴⁴¹. O seu avô

⁴⁴⁰ Ver, por exemplo, MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979, pp. 1082-1083; SILVEIRA, Ana Cláudia, “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo Gama Lobo Salema”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 171-183; PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 128-130, 384-387, 403, 410-411, 414-417, 421-425, 427, 436 e 442-443.

⁴⁴¹ MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, Tomo II – vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944, p. 605. Na inscrição que Vasco Queimado de Vilalobos

terá participado nos conflitos dinásticos de 1383-1385 ao lado do Mestre de Avis, pelo que foi provavelmente recompensado em 1388 com uma mercê do direito à dízima e renda de todos os arcos, tonéis e madeira que chegassem a Setúbal⁴⁴². Já a sua avó foi filha de João Gonçalves Escolar, vedor da Fazenda durante o reinado de D. Fernando I.

Na chancelaria de D. João I encontramos duas cartas de legitimação de um Vasco Queimado, filho de Vasco Queimado e de Sancha Gonçalves, uma datada de 1410⁴⁴³ e outra de 1425⁴⁴⁴. Não sabemos se alguma diz respeito a Vasco Queimado de Vilalobos I (ou se ambas dizem respeito à mesma pessoa) mas parece-nos plausível visto que, como veremos mais adiante, Vasco Queimado de Vilalobos I favorece no seu testamento os filhos bastardos do seu filho, também ele bastardo⁴⁴⁵.

Desconhecendo-se vestígios que informem acerca da infância e juventude de Vasco Queimado de Vilalobos I, a primeira etapa da sua história que nos é possível reconstituir começa precisamente no rescaldo da Batalha de Alfarrobeira. À semelhança daqueles que foram contra si no conflito, D. Afonso V ordenou que Vasco Queimado fosse preso, expulso do Reino, despido de todos os seus privilégios e liberdades e impedido de herdar bens em Portugal ou de ser suceder em morgadios. Para esta sentença parece ter também contribuído o facto de Vasco Queimado ter dito algumas coisas em “desserviço” do Monarca após a batalha, segundo consta da carta de perdão que o mesmo Rei veio a emitir em 1451⁴⁴⁶.

Votado ao exílio, Vasco Queimado de Vilalobos I, em conjunto com outros exilados Portugueses em situação semelhante, partiu então para a Borgonha onde governavam Filipe III, dito “o Bom”, e D. Isabel. O percurso deste personagem em território Borgonhês foi já estudado com detalhe por Jacques Paviot com base na documentação produzida pela administração do Ducado, em particular pela Casa dos

mandou colocar no altar-mor do Mosteiro de S. Francisco de Setúbal, Maria Anes Escolar é também identificada como filha de João Gonçalves Escolar (vd. *infra*, p. 194).

⁴⁴² Carta de mercê (1388) conservada na chancelaria de D. João I: ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 194.

⁴⁴³ Carta de legitimação (1410) conservada na chancelaria de D. João I: ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 120v.

⁴⁴⁴ Carta de legitimação (1425) conservada na chancelaria de D. João I: ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 87.

⁴⁴⁵ Vd. *infra*, p. 197.

⁴⁴⁶ Carta de perdão (1451) conservada na chancelaria de D. Afonso V: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 7.

Contos⁴⁴⁷. Como demonstra este autor, Vasco Queimado foi progressivamente ascendendo na corte de Borgonha, recebendo ao longo dos anos diversas graças e privilégios sobretudo pelos serviços que prestou na guerra tanto a Filipe o Bom como, depois da sua morte em 1467, a seu filho, Carlos o Temerário.

A primeira distinção que lhe é atribuída, em data incerta mas balizada entre 1453 e 1459, é a de escudeiro (“écuyer d’écurie”) do Duque⁴⁴⁸. Apesar da incerteza sabemos, no entanto, que em 1454 era já evidente a proximidade a Filipe III visto que Vasco Queimado acompanha o Duque até à Alemanha ao encontro do Imperador Frederico III para promover uma cruzada contra os Turcos como resposta à queda de Constantinopla, cruzada essa que, no entanto, não chegou a acontecer⁴⁴⁹. Quatro anos mais tarde, o Duque determina que o escudeiro deveria receber uma pensão enquanto estivesse ao seu serviço quer se encontrasse nos domínios do Ducado ou não, gesto que Jacques Paviot entende como símbolo de benfeitoria e de boa vontade para com Vasco Queimado de Vilalobos I. De facto, tal gesto tem continuidade nos anos seguintes já que, em 1461, este último recebe um cavalo como dom, quatro anos depois é elevado a cavaleiro e, em 1466, um ano antes da morte de Filipe III, é feito seu conselheiro e camareiro⁴⁵⁰.

Carlos o Temerário manteve Vasco Queimado ao seu serviço e contou com o seu apoio na guerra contra Liège em 1467, recompensando-o, no ano seguinte, com a atribuição de uma pensão vitalícia enquanto estivesse no Ducado. Em 1470, esta pensão foi exponencialmente aumentada e, na senda da boa vontade expressa por Filipe o Bom, passou a ser válida mesmo que Vasco Queimado não estivesse ao serviço do Duque e independentemente de estar na Borgonha ou não, o que, segundo Paviot, constitui uma excepção à regra no contexto ducal Borgonhês⁴⁵¹.

⁴⁴⁷ PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 128-130, 384-387, 403, 410-411, 414-417, 421-425, 427, 436 e 442-443.

⁴⁴⁸ A primeira referência ao título de escudeiro identificada por Jacques Paviot nos registos da Casa dos Contos do Ducado da Borgonha data de 27 de Janeiro de 1459 (PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne...*, p. 403, doc. 352). Segundo a base de dados *Prosopographia Curiae Burgundicae* (disponível em linha: <http://www.prosopographia-burgundica.org/>), o título foi atribuído a 13 de Abril de 1453, sem se indicar, contudo, os suportes documentais de onde essa informação foi extraída.

⁴⁴⁹ De acordo com Baquero Moreno, Vasco Queimado estava junto do Duque em 8 de Maio e 10 de Julho de 1454, sendo mencionado nos registos das contas do Ducado (MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980, pp. 1082-1083). Segundo Werner Paravicini, a viagem até à Alemanha prolongou-se entre Abril e Agosto de 1454 (PARAVICINI, Werner, “Philippe le Bon en Allemagne”, *Revue belge de philologie et d’histoire*, t. 15, fasc. 4 (1997), p. 967).

⁴⁵⁰ PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne...*, pp. 128-129.

⁴⁵¹ *Idem*, p. 129.

Para além dos serviços na guerra e na diplomacia, temos ainda notícia de uma outra vertente da acção de Vasco Queimado de Vilalobos I durante o período que passou na Borgonha. Tal notícia chega-nos dos historiadores da literatura que, interessando-se pela circulação de obras literárias entre os reinos da Península Ibérica e França, notaram que a primeira tradução para o Francês do *Triunfo de las Doñas*, de autoria do Castelhana Juan Rodríguez del Padrón, foi precisamente encomendada por Vasco Queimado⁴⁵².

A encomenda terá sido feita depois de 1460 com o intuito de oferecer a tradução aos Duques num contexto marcado pelas primeiras manifestações do movimento literário que ficou conhecido como “Querelle des Femmes”, centrado na discussão do papel da mulher e do casamento na sociedade⁴⁵³. Ao que parece, Vasco Queimado de Vilalobos I ter-se-á insurgido contra os designados “compaignons du cabaret”, um grupo de cortesãos Borgonheses que se juntavam para maldizer as mulheres, ordenando a tradução do *Triunfo*, um catálogo que elencava as cinquenta razões que justificavam a superioridade da mulher face ao homem⁴⁵⁴.

Os investigadores dedicados à tradução avançam a possibilidade de Vasco Queimado de Vilalobos I ter escrito uma dedicatória cuja autoria, no entanto, não pode ser confirmada, sobretudo pelo facto de os manuscritos hoje conservados terem sido copiados de outras cópias. Não obstante, permanece a possibilidade de residir aqui um outro vestígio da produção documental de Vasco Queimado, a juntar aos que analisaremos de seguida.

Estes últimos surgem já em Portugal, território que Vasco Queimado foi visitando com alguma frequência entre 1451 (data da atribuição do perdão por parte de D. Afonso V) e inícios da década de 70, altura em que parece ter voltado definitivamente para Setúbal, de onde era originário. De facto, a partir desta data e até 1478, assistimos ao desenrolar de várias iniciativas ligadas, nos seus contornos gerais,

⁴⁵² SERRANO, Florence, “*Le Triumphe des dames* traduit par Fernand de Lucène et les *Cent Nouvelles nouvelles* au cœur de la Querelle des Femmes bourguignonne”, *Réforme, Humanisme, Renaissance*, vol. 69, n.º 69 (2009), pp. 55-71 ; SERRANO, Florence, “La diffusion de la littérature espagnole à la cour de Philippe le Bon”, *Romanistisches Jahrbuch*, 59 (2008), pp. 193-203 ; WILLARD, Charity Cannon, “Isabel of Portugal and the French translation of the «Triunfo de las Doñas»”, *Revue belge de philology et d’histoire*, tome 43, fasc. 3, 1965, pp. 961-969.

⁴⁵³ *Idem*.

⁴⁵⁴ SERRANO, Florence, “*Le Triumphe des dames* traduit par Fernand de Lucène et les *Cent Nouvelles nouvelles* au cœur de la Querelle des Femmes bourguignonne”, *Réforme, Humanisme, Renaissance*, vol. 69, n.º 69 (2009), pp. 55-71.

ao reforço da posição do antigo guarda-mor do Infante D. Pedro num contexto político distinto daquele que vigorava quando foi votado ao exílio.

A primeira dessas iniciativas passou por garantir a proximidade a D. Afonso V, o qual, em data incerta balizada entre a concessão do perdão e 1472, já tinha erguido Vasco Queimado ao estatuto de cavaleiro. Foi precisamente nessa qualidade que, em Maio de 1472, recebeu o privilégio de poder andar de besta de muar de sela e freio pelos reinos e senhorios⁴⁵⁵. Ainda nesse ano, ou nos primeiros meses do ano seguinte, foi promovido a fidalgo pois é enquanto tal que, em Março de 1473, o Rei premeia a sua prontidão para o servir na guerra com bestas e armas tomando como privilegiados e escusados todos os seus caseiros, amos, mordomos e apaniguados⁴⁵⁶.

Assegurado o estatuto de fidalgo, o próximo passo na estratégia de Vasco Queimado de Vilalobos I corporizou-se na legitimação, pedida ao Rei em Março de 1473, de um dos seus filhos bastardos e seu homónimo, Vasco Queimado de Vilalobos II, nascido de uma relação com Helena Fernandes⁴⁵⁷. Ao que parece, este Vasco Queimado de Vilalobos II afigurou-se como único sucessor possível visto que, não havendo notícias de Vasco Queimado de Vilalobos I ter contraído casamento, restavam aparentemente apenas três filhas, também elas ilegítimas⁴⁵⁸.

Foi igualmente a pensar na sucessão que, no mesmo mês e ano, Vasco Queimado de Vilalobos I tomou a iniciativa de produzir o primeiro dos registos hoje conservados no AGLS. Referimo-nos à terceira inquirição de testemunhas que conhecemos, elaborada para atestar o papel que Maria Anes Escolar, avó paterna de Vasco Queimado de Vilalobos I, desempenhou na fundação do Mosteiro de São Francisco de Setúbal em 1410⁴⁵⁹.

Como se pode ler no documento, Vasco Queimado pretendia provar que a sua avó, já depois de viúva e sendo mulher devota e abastada, pagou com os seus próprios

⁴⁵⁵ Carta de privilégio (1472) conservada na chancelaria de D. Afonso V: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.29, fl. 45.

⁴⁵⁶ Carta de privilégio (1473) conservada na chancelaria de D. Afonso V: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.33, fl. 79.

⁴⁵⁷ Carta de legitimação (1473), conservada na chancelaria de D. Afonso V: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.33, fl. 97v.

⁴⁵⁸ No traslado (26 de Junho 1478) do testamento (20 de Junho de 1478) de Vasco Queimado de Vilalobos I (ANTT, AGLS, cx. 12, pt. 88), faz-se referência a duas filhas ilegítimas, Maria Queimada e Leonor Queimada, nascidas da relação com Isabela Afonso e ambas viúvas, e a um genro, Estevão Coelho, que pressupõe a existência de uma terceira filha provavelmente também ilegítima que, no entanto, não chega a ser nomeada.

⁴⁵⁹ Carta de inquirição de testemunhas (1473) conservada em ANTT, AGLS, cx. 17, pt. 136.

meios o terreno onde se havia de edificar o Mosteiro, bem como a construção de um oratório, casas e capela-mor, cujos cantos terá mandado vir da mata do Barril no termo de Palmela. Para tal solicitou ao tabelião geral do mestrado da Ordem de Santiago que, com autoridade do juiz ordinário de Setúbal, inquirisse várias testemunhas, a maioria das quais homens que trabalharam nas obras do Mosteiro. Entre eles contam-se, por exemplo, João Afonso, carpinteiro de 72 anos, que em 1410 era “moço” e estava a aprender o ofício, e que testemunhou que Maria Anes Escolar “foi a mulher mais rica que houve” na vila de Setúbal, ou João Vicente, escudeiro de 70 anos, que se recordava de Maria Anes Escolar ter dispensado todos os seus escravos, escravas e mancebos para a construção do edifício.

As intenções por detrás da obtenção desta prova são expressamente declaradas no início do próprio registo escrito: “tais testemunhas podem e devem perguntar porque com seus ditos ele [Vasco Queimado] quer tirar instrumento por seu recado e memória assim por honra sua e de sua linhagem e filhos e netos por bem de seus jazigos e enterramentos que espera fazer em o dito mosteiro”. Invocam-se, portanto, três argumentos distintos: a legitimidade de a família se fazer enterrar no Mosteiro; a honra de Vasco Queimado de Vilalobos I e da sua linhagem; e a capacidade de recordar. No que toca ao primeiro, podemos considera-lo como sustento da utilidade imediata deste documento, ou seja, a possibilidade de, com recurso à prova prestada pelos testemunhos escritos, fazer do Mosteiro o local de sepultura de Vasco Queimado de Vilalobos I e, posteriormente, dos seus sucessores (o que se veio a verificar).

Dado o esforço e o investimento que a inquirição requereu, é provável que não existissem quaisquer outros documentos capazes de atestar a intervenção de Maria Anes Escolar na fundação do Mosteiro, seja no arquivo de Vasco Queimado, seja no arquivo do próprio Mosteiro. Assim, a única forma de reivindicar os direitos que lhe pertenciam, mais morosa e onerosa, passou por inquirir as testemunhas o que, na realidade, não foi inusitado na cronologia em análise já que, como mostrou Luís Filipe Oliveira, D. António, prior do Crato, foi forçado a recorrer ao mesmo método umas décadas mais tarde⁴⁶⁰.

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe, “O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI”, in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, 2001, p. 227.

Da parte do Mosteiro não parece ter havido qualquer contestação já que permitiram que Vasco Queimado de Vilalobos I desse continuidade ao seu projecto de monumentalização da memória e da honra da linhagem num dos principais espaços religiosos de Setúbal. Já tínhamos verificado a importância dos espaços sepulcrais quando analisámos a “carta de sepultura” atribuída a João Afonso e Maria Anes pelos frades do Mosteiro do Carmo. No caso de Vasco Queimado de Vilalobos I, essa importância foi reforçada em 1477 quando se terminaram as obras de reedificação da capela-mor por ele patrocinadas. Na reedificação fixaram-se em pedra o prestígio da linhagem – patente nas armas dos Queimados de Vilalobos, colocadas por detrás do altar-mor – e a benfeitoria do próprio Vasco Queimado, descrita em epitáfio:

“Porque Maria Anes Escolar, filha de João Gonçalves Escolar, vedor da Fazenda d’el Rei D. Fernando, primeira edificadora desta casa além das outras benfeitorias que em ela fez, ordenou esta capela-mor para louvor e serviço de Deus e jazigo seu, e de sua linhagem; e seu neto Vasco Queimado de Villa Lobos, fidalgo da Casa d’el Rei Dom Afonso de Portugal, e guarda-mor do Infante D. Pedro, seu tio, e camareiro e do conselho dos Duques Filipe e Carlos de Borgonha, vendo ele que como quase por herança lhe pertencia, a mandou derribar para muito mais enobrecer como de feito fez por memória a seus descendentes fez aqui pôr suas armas e aqesto escrever. O qual se finou frade desta Ordem de Observância ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1477”⁴⁶¹.

Directamente relacionado com este aspecto está o último argumento invocado, a capacidade de recordar que, tal como a possibilidade de se enterrar no Mosteiro e a honra da linhagem, se devia estender no tempo. De facto, no início do documento afirma-se que os indivíduos inquiridos eram “velhos e doentes e cansados e de longas idades e podem morrer ou adoecer de tais doenças que podem perder suas falas”. Afirma-se, portanto, que existia o receio de as testemunhas deixarem de poder transmitir

⁴⁶¹ Epitáfio transcrito por João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) da obra de António Joaquim Moreira (MOREIRA, António Joaquim, *Collecção de Epitaphios, Inscriptões e Lettreiros*, volume 3, Lisboa, 1864). Transcrição disponível em Arquivo Distrital de Setúbal, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho*, A – Conventos, Mosteiros e Recolhimentos, Convento de São Francisco, p. 10. De acordo com o “Inventário geral de papéis...”, Vasco Queimado de Vilalobos recebeu dos frades do Mosteiro uma certidão com o conteúdo deste epitáfio: “Inventário geral dos papéis...” (1815) conservado em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, fl. 60v.

oralmente as suas memórias e mostra-se preferência por um veículo de transmissão que não dependesse do carácter perecível do corpo humano.

Tal veículo concretizava-se, assim, num objecto material – um “memory retaining object” em si mesmo - que podia ser manipulado sempre que houvesse necessidade e que podia também ser fisicamente transferido seja de um espaço para outro, seja de um proprietário para outro⁴⁶². Nesse sentido, era passível de ser legado de geração em geração dentro de uma mesma “comunidade de memória” (transformado, portanto, numa memória colectiva), aumentando assim, simultaneamente, o espectro temporal, a durabilidade da capacidade de recordar, de legitimamente fazer enterramentos no Mosteiro e de simbolizar e comemorar a honra da linhagem⁴⁶³.

⁴⁶² CLANCHY, M.T., “«Tenacious Letters»: Archives and Memory in the Middle Ages”, *Archivaria* 11 (1980/1981), p. 117.

⁴⁶³ KETELAAR, Eric, “Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony”, *Archival Science*, 7 (2007), p. 343.



Imagem 15

Inquirição de testemunhas (1473)

(ANTT, *AGLS*, cx. 17, pt. 136)

É possível que tenha sido também a pensar no Mosteiro que Vasco Queimado tenha imposto a condição de não se fazerem enterramentos no tabuleiro do hospital e confraria de Nossa Senhora da Anunciada em troca da doação de metade do valor necessário para a construção do dito tabuleiro⁴⁶⁴. Para além da preocupação com a preservação da obra, tal imposição, como sugere Cláudia Silveira, poderá ter sido motivada pelo facto de o Mosteiro ser o local de enterramento mais próximo ao da confraria, saindo assim beneficiado com a diminuição do número de lugares de sepultura no tabuleiro⁴⁶⁵.

É de supor que o próprio Vasco Queimado se tenha feito enterrar no Mosteiro de São Francisco de Setúbal tendo em conta os esforços que encetou no sentido de garantir

⁴⁶⁴ Cópia da acta da reunião dos confrades de 23 de Maio de 1476 transcrita numa cópia compromisso da confraria da Nossa Senhora da Anunciada da vila de Setúbal feita em 1766 (ANTT, *Ministério do Reino*, liv. 527).

⁴⁶⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia, “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal...”, p. 181.

a legitimidade e o direito de a sua família ter jazigo naquela instituição religiosa e o facto de, como nos indica a inscrição na capela-mor, ter falecido frade. Contudo, alguns autores chamam a atenção para outra alternativa possível corporizada no cruzeiro que Vasco Queimado mandou construir em 1474 na estrada que ligava Azeitão a Setúbal e que, de acordo com os referidos autores, talvez possa ter servido para assinalar o seu local de sepultura⁴⁶⁶. Neste cruzeiro (actualmente designado Cruz das Vendas ou Cruz das Necessidades), para além de representações iconográficas de cariz religioso e das armas dos Vilalobos, Vasco Queimado ordenou ainda que se fizesse a seguinte inscrição, fixando a memória de si próprio no monumento:

“Por serviço de Deus. Vasco Queimado de Villalobos fidalgo da Casa d’el Rei e guarda-mor que foi do infante D. Pedro e camareiro e do conselho dos duques Filipe e Carlos de Borgonha, mandou pôr aqui esta cruz. Era IIII.C.LXXIII anos. Rogai a Deus por sua alma”⁴⁶⁷.

Numa linha semelhante segue o último acto documental que conhecemos desta personagem, o seu testamento. Concluído a 20 de Junho de 1478, sobreviveu até aos nossos dias sob a forma de traslado pedido pelo seu filho e testamenteiro, Vasco Queimado de Vilalobos II, seis dias depois da produção do original⁴⁶⁸. Escrito em primeira instância pelo próprio testador, que se autoidentifica como “Vasco Queimado de Vilalobos fidalgo da Casa d’el Rei D. Afonso, o quinto, e guarda-mor que fui do Infante D. Pedro seu tio e camareiro e do Conselho dos Duques Filipe e Carlos de Borgonha”⁴⁶⁹, este registo escrito inclui indicações dirigidas ao testamenteiro sob diversas matérias que podemos distribuir por três categorias gerais: legados pios, resolução de questões pendentes e sucessão e herança dos bens.

No que toca à primeira categoria, Vasco Queimado deixa instruções para o seu filho doar a cama que estava na câmara onde ele dormia ao abrigo para pobres que se estava a construir em Santa Maria da Anunciada, cama essa que devia ser devidamente reparada por um carpinteiro e provida de roupas por “honra” do testador e de forma a

⁴⁶⁶ RASTEIRO, Joaquim, “Noticias archeológicas da Península da Arrábida”, *O Archeólogo Português*, vol. III, n.ºs 1-2 (1897), p. 11 [Em linha. Consult. 12 de Setembro de 2014. Disponível em <https://archive.org/stream/oarquelogoportu10porgoog#page/n24/mode/2up/search/cruzeiro>]; <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70406/>.

⁴⁶⁷ RASTEIRO, Joaquim, “Noticias archeológicas...”, pp. 24-25.

⁴⁶⁸ Traslado (26 de Junho 1478) do testamento (20 de Junho 1478) de Vasco Queimado de Vilalobos I conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

⁴⁶⁹ *Idem*.

que não dissessem que foi dada por “homem ruim”. De igual modo, obriga ainda o testamenteiro e seus sucessores a oferecer anualmente aos frades do Mosteiro de São Francisco pão e vinho por uma missa cantada pela alma de Maria Anes Escolar, sua avó e fundadora do Mosteiro, relembrando assim as suas “virtudes” e os “bens” que fez à família.

Já no que diz respeito à resolução de questões pendentes, Vasco Queimado de Vilalobos II é lembrado pelo seu pai, na continuidade do que verificámos já noutros testamentos, de uma contenda que teve com Gonçalo Eanes, já falecido, a qual terminara com uma sentença emitida pelos juízes alvidros que Vasco Queimado não quis acatar por considerar que era danosa. Reconsiderando, afirma no testamento que aceita a sentença com a condição de os herdeiros de Gonçalo Anes se obrigarem perante o testamenteiro com “escrituras” a pagar aquilo que deviam.

Outra das questões pendentes estava relacionada com os herdeiros e familiares de Isabel Afonso, mulher com quem Vasco Queimado de Vilalobos I manteve uma relação não matrimonial que gerou três filhas, Maria Queimada, Leonor Queimada e uma terceira não identificada. Alertando o filho para a possibilidade de a família de Isabel Afonso reivindicar a posse dos seus bens, indica categoricamente que nunca prometeu nem pensou casar com ela e que, se os seus familiares avançassem com a reivindicação, o testamenteiro devia reclamar a devolução de direitos e propriedades dos quais tinham vindo a usufruir.

Não obstante o receio da reivindicação, parece que existia uma relação de proximidade com a família de Isabel Afonso, em particular com Garcia Neto, marido de uma outra filha de Isabel Afonso. De facto, Vasco Queimado de Vilalobos I deixa vários bens aos filhos menores de Garcia Neto, que provavelmente já teria falecido porque pede-se a Martim Neto, irmão de Garcia, que fique com a tutela dos ditos bens. Caso este não o quisesse fazer, esses bens deviam ser entregues aos filhos bastardos de Vasco Queimado de Vilalobos II, o que revela uma preferência pela descendência bastarda, qualidade que Vasco Queimado de Vilalobos II e, provavelmente, o seu pai haviam partilhado.

Por fim, Vasco Queimado de Vilalobos I termina mandando ao seu filho que abra o testamento como se ele “morto fosse”, o que nos indica que poderá ter escrito o

testamento imediatamente antes ou já depois de se ter feito frade no Mosteiro de São Francisco, conforme sugere o epitáfio da capela-mor.

Este documento, juntamente com a inquirição de testemunhas de 1473, constitui, então, a totalidade do universo documental produzido ou mandado produzir por Vasco Queimado de Vilalobos I que se conservou no AGLS desde o seu contexto de produção até à actualidade (excluindo, aqui, as duas inscrições epigráficas que, apesar de fazerem parte da produção documental de Vasco Queimado não são, pela natureza do seu suporte, passíveis de serem preservadas em arquivo). No entanto, a análise do percurso desta personagem, entendido como uma sucessão de contextos que motivaram ou exigiram não só a produção como a recepção, utilização, conservação (e destruição) de documentos, revela-nos que o número de registos escritos envolvidos nestes processos terá sido largamente superior ao que hoje conhecemos.

Este facto – o de que chegou até nós uma percentagem diminuta da totalidade da produção escrita das sociedades medievais – é uma evidência (ou uma «fatalidade») plenamente interiorizada pelos historiadores. Não obstante, a escrita da história continua a ser tendencialmente feita a partir daquilo que hoje se conserva (lamentando o que fatalmente se «perdeu») por oposição a associar aquilo que hoje se conserva a um exercício de reflexão sobre o que terá sido produzido, recebido ou utilizado e que poderá ou não ter sido objecto de conservação⁴⁷⁰. Remetendo para as palavras de Maria de Lurdes Rosa, coloquemo-nos na “posição da informação produzida nas épocas” de forma a “situar melhor o que temos e olhá-lo em função do todo e não como um todo”⁴⁷¹. Perguntando, como sugere Arnold Esch: o que falta?⁴⁷².

Assim, perguntamos: quais e quantos documentos terão sido geridos e conservados por Vasco Queimado de Vilalobos I e pelos seus sucessores? Para que fins

⁴⁷⁰ No seguimento das sugestões lançadas por Joseph Morsel, a utilização do termo «perda» de documentação pode induzir à ideia de que a destruição de documentos foi acidental ou inconsciente e não um acto racional imbuído de significados sociais e políticos (que não exclui, obviamente, a destruição acidental de documentação, que escapou ao controlo das sociedades que a conservavam): MORSEL, Joseph, "Do passado façamos tábua rasa? Retrato do historiador paralisado pelo tempo (e do medievalista pela Idade Média)", in FERREIRA, Álvaro Mendes et al. (org.), *Problematizando a Idade Média*, Niterói, UFF/PPGHISTÓRIA, 2014, pp. 190-191.

⁴⁷¹ ROSA, Maria de Lurdes, "Apresentação", in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, século XV-XVII: poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, pp. 20-21.

⁴⁷² ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, p.25.

foram utilizados? Quando e porquê foram alguns deles destruídos e outros preservados? O que resta e o que falta? Procurando responder a estas questões, recuperámos a informação relativa à família Queimado de Vilalobos conservada no AGLS e noutras instituições que utilizámos para compreender o percurso de Vasco Queimado de Vilalobos I, agora com a intenção de reconstituir o seu arquivo. E contamos já com alguns elementos como pontos de partida para esta reconstituição:

Em primeiro lugar, conhecemos os documentos originais e cópias de originais actualmente existentes no AGLS e noutras instituições, como nas chancelarias régias Portuguesas, na Casa dos Contos do Ducado da Borgonha e noutros arquivos de família⁴⁷³. Para além de nos informar sobre si própria, esta documentação pode conter também referências a outros documentos, alguns deles ainda conservados e outros já destruídos ou de localização desconhecida.

Depois, devemos enquadrar o nosso exercício dentro das lógicas e práticas de produção, gestão e conservação de documentos desenvolvidas tanto a nível familiar como no seio de outras instituições com as quais os membros dos grupos familiares se relacionavam. Quando acompanhámos os percursos das outras famílias analisadas observámos que os modelos de gestão pela escrita utilizados por instituições exteriores à família influenciaram de forma significativa os modelos adoptados pelos grupos familiares. Assim, com base nesses modelos exteriores podemos deduzir alguns dos comportamentos documentais familiares mesmo não existindo ou desconhecendo-se actualmente documentação que o confirme expressamente. É o caso, por exemplo, da Casa dos Contos do Ducado da Borgonha, que exigia a apresentação das cartas patentes dos Duques para pagamento dos dons, mercês ou pensões por eles atribuídas⁴⁷⁴. Apesar de essas cartas não estarem hoje conservadas no AGLS, sabemos que Vasco Queimado de Vilalobos I as terá preservado, pelo menos temporariamente, sob pena perder o direito ao referido pagamento.

Do mesmo modo, as famílias funcionavam também dentro de lógicas, práticas e estratégias documentais que lhe eram próprias, ligadas à gestão do seu património ou ao

⁴⁷³ Consultámos a documentação produzida pela Casa dos Contos do Ducado da Borgonha através das transcrições de documentos actualmente conservados nos Archives départementales du Nord (Lille) disponibilizadas em PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne...*, pp. 384-442.

⁴⁷⁴ FARELO, Mário; LEME, Margarida; NÓVOA, Rita; PAVIOT, Jacques; SOUSA, Maria João Andrade e, "Compétences sociopolitiques et construction d'archives familiales au Portugal (XIV^e-XIX^e siècles)", comunicação apresentada no colóquio *Les structures documentaires et familiales. Logiques de production et de conservation*, Lisboa, 20 a 22 de Junho de 2014.

cumprimento das vontades dos testadores e instituidores de morgadios, em paralelo com os trâmites específicos dos percursos individuais de cada membro da família. Como vimos em diversas ocasiões, são estes aspectos que muitas vezes explicam a iniciativa de produzir ou mandar produzir determinados registos escritos ou a necessidade de conservar determinada documentação.

Em terceiro e último lugar, contamos também com um outro elemento particularmente rico, os inventários. Neste quadro, recorremos ao “Inventário geral dos papéis...”⁴⁷⁵, elaborado em 1815 na sequência da morte de António Xavier de Miranda Henriques, e ainda ao designado “Instrumento ao teor de um inventário que se fez de todos os bens móveis, semoventes e de raiz que ficaram por falecimento de Vasco Queimado no ano de 1447 [sic] para cada um dos seus filhos haverem o que lhes pertencer”⁴⁷⁶. Este último inventário, que examinaremos com maior detalhe no subponto seguinte, foi começado em 1497 e terminado em 1498 após a morte de Vasco Queimado de Vilalobos II, filho de Vasco Queimado de Vilalobos I. Trata todos os bens que tinha na sua posse à data do falecimento, com a particularidade de se ter incluído no processo de inventariação um levantamento da documentação que lhe pertencia, elencada sob o chamado “título das escrituras” (vd. Anexo 13 – Transcrição do “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”, p. 463). A partir destes dois inventários é-nos então possível ter conhecimento dos documentos que existiam tanto em 1498 como em 1815, muitos deles entretanto destruídos ou removidos daquilo que veio a dar origem ao Arquivo Gama Lobo Salema.

Conjugando todas estas componentes, apresentamos de seguida uma tabela onde são enumerados e analisados os registos escritos que poderão ter feito parte do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos I, justificando-se em cada item os motivos que nos levaram a considerar a sua presença no acervo documental:

⁴⁷⁵ “Inventário geral dos papéis...” (1815) conservado em ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246.

⁴⁷⁶ Cópia (1716) de um traslado (1536) do inventário (1498) conservada ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 15, doc. 20.

Nº	Data	Documentos produzidos/ mandados produzir, recebidos e utilizados	Documentos actualmente conservados (localização)	Notas
1	11.09.1430	“Vasco Rodrigues deu de aforamento a Pedro Anes Galego uma marinha, vinhas e horta na soveira de Vivaldo (hoje Gâmbia) em Setúbal por 50 moios de sal”	ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 38, pt. 193	Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 23 (doc. 72 do maço 5). Traslado, feito a 15.12.1725, existente em ANTT, <i>Casa de Santa Iria</i> , cx. 6, doc. 72.
<p>Quando se efectuava a compra ou aforamento de determinado património era comum receber registos escritos mais antigos relativos ao mesmo património. Não nos é possível determinar qual dos membros da família Queimado de Vilalobos adquiriu esta marinha, vinha e horta na Soveira / no Soveiro do Vivaldo, o que significa que o documento pode ter sido recebido por Vasco Queimado de Vilalobos I ou pelo seu filho. Desconhecemos, portanto, o documento que atesta o modo como os Queimado de Vilalobos vieram a tomar posse deste património mas é de supor que ele tenha existido (vd. seguinte, nº 2).</p> <p>Conforme indicação no título atribuído ao documento no “Inventário geral dos papéis...”, estas propriedades fizeram parte da Quinta da Gâmbia ou Quinta do Vivaldo, a qual é mencionada tanto no “Instrumento ao teor de um inventário...”⁴⁷⁷ como nas partilhas dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II que se fizeram em 1501⁴⁷⁸. Nestas últimas determina-se a divisão equitativa da Quinta pelos herdeiros, Maria Queimada e seu marido, Simão de Miranda Henriques, e Nuno Fernandes da Mina, viúvo de Isabel Queimada, como tutor e curador das suas filhas menores. Nesse mesmo ano, Nuno Fernandes da Mina vendeu a sua parte da Quinta a Simão de Miranda Henriques, o qual provavelmente concentrou na sua mão todos os documentos referentes à Quinta da Gâmbia⁴⁷⁹.</p>				

⁴⁷⁷ Traslado (1716) do “Instrumento ao teor de um inventário...” (1498) conservado em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 15, doc. 20, fls. 11v – 14v.

⁴⁷⁸ Carta de partilhas dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II (1501) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

⁴⁷⁹ A carta de autorização (1501) dada a Nuno Fernandes da Mina pelo juízo dos órfãos de Setúbal para vender a sua metade; a carta de venda (1501) da metade da Quinta a Simão de Miranda Henriques; o alvará régio de confirmação (1501) da referida venda; e uma nova carta de venda feita em forma (1502) estão conservados em ANTT, *AGLS*, cx. 38, pt. 183.

	Não é possível encontrar uma correspondência clara a este documento no “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”.			
2	d. 11.09.1430	Tomada de posse de uma marinha, vinhas e horta na Sovereira / no Sovereiro da Vivaldo	-	
<p>Como vimos no registo anterior (vd. anterior, nº. 1), os Queimado de vilalobos tiveram na sua posse um documento que atestava um aforamento de uma marinha, vinhas e horta na Sovereira / no Sovereiro do Vivaldo feito por Vasco Rodrigues a Pedro Anes Galego, o que sugere que tenha existido um segundo documento formalizando a tomada de posse dessas propriedades por parte de Vasco Queimado de Vilalobos I ou do seu filho.</p> <p>Este documento não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...” nem parece existir uma correspondência clara no “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”.</p>				
3	06.10.1447	<p>“Pedro Galego comprou a Vasco Fernandes [sic] Vogado por 20 [sic] umas marinhas no Musgo em Setúbal” /</p> <p>“Pedro Galego comprou a Vasco Fernandes [sic] Vogado por 20 reis umas marinhas em Musgos em Setúbal de que o comprador pagava de foro 50 moios de sal”</p>	-	<p>Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 2 (doc. 19 do maço 1) e fl. 16v (doc. 16 do maço 4).</p> <p>Traslado, feito a 15.12.1725, existente em ANTT, <i>Casa de Santa Iria</i>, cx. 9, doc. 87.</p>
<p>Tal como no caso do primeiro documento, é provável que este registo tenha sido recebido aquando a compra das marinhas no sítio de Musgos em Setúbal por parte dos Queimado de Vilalobos. Não temos notícia da existência do documento original, conhecendo-se apenas a referência no “Inventário geral dos papéis...” e um traslado, feito a 15.12.1725, actualmente conservado no fundo “Casa de Santa Iria” do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Sabemos, portanto, que o documento original existia ainda em 1815, o que parece indicar que o registo</p>				

	<p>tenha chegado a ser integrado no arquivo dos Salema e que, depois dessa data, tenha sido destruído ou removido do acervo.</p> <p>Não nos sendo também possível determinar qual dos membros da família Queimado de Vilalobos adquiriu estas propriedades, o documento pode ter sido entregue tanto a Vasco Queimado de Vilalobos I como ao seu filho. Pouco depois da morte deste último encontramos referência a uma marinha perto de Musgos, mencionada nas partilhas dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II como parte integrante da Quinta da Gâmbia⁴⁸⁰. É de supor, contudo, que tenha existido um segundo documento que atestasse a compra deste património por parte dos Queimado de vilalobos (vd. seguinte, nº 4).</p> <p>Não é possível encontrar uma correspondência clara a este documento no “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”.</p>			
4	d. 06.10.1447	Tomada de posse das marinhas em Musgos	-	
	<p>Como vimos no registo anterior (vd. anterior, nº. 3), os Queimado de Vilalobos terão conservado um documento comprativo da compra de umas marinhas em Musgos, termo de Setúbal, feito por Pedro Anes Galego a Vasco Rodrigues. É provável que tenham conservado também o registo escrito que atestava a sua tomada de posse das referidas marinhas, o qual pode ter sido entregue a Vasco Queimado de Vilalobos I ou ao seu filho.</p> <p>Este documento não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...” nem parece existir uma correspondência clara no “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”.</p>			
5	a. 1449	Carta patente de Duque D. Pedro do título de guarda-mor	-	
	<p>Como o próprio Vasco Queimado de Vilalobos I se faz identificar na inscrição da capela do Mosteiro de S. Francisco de Setúbal, no cruzeiro e no seu testamento, foi guarda-mor do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, e foi nessa qualidade que o apoiou na Batalha de Alfarrobeira.</p> <p>Tendo em conta as lógicas e práticas documentais das Casas senhoriais, ducais e régias, é</p>			

⁴⁸⁰ Carta de partilhas (1501) dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II conservada em ANTT, AGLS, cx. 12, pt. 88.

				<p>provável que tenha sido emitido um documento atestando a atribuição do título, cuja existência desconhecemos.</p> <p>Em tendo sido de facto emitido, é possível que Vasco Queimado de Vilalobos I o tenha conservado enquanto se manteve ao serviço do Infante ou até à sua morte em Alfarrobeira.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>
6	19.03.1451	Carta de perdão de D. Afonso V	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Afonso V (ANTT, <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 11, fl. 7)
				<p>Como vimos, na sequência do apoio prestado ao Infante D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira, Vasco Queimado de Vilalobos I foi expulso do Reino e posteriormente perdoado por D. Afonso V. É de supor que tenha conservado a carta de perdão pelo menos nos primeiros anos que se seguiram à sua emissão como prova de que tinha autorização para regressar a Portugal.</p> <p>Não temos conhecimento do documento original e este registo não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>
7	16.09.1452	Carta de dom do Duque Filipe III	-	Registo de pagamento existente nos Archives Générales du Royaume (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 384)
				<p>Filipe III, duque da Borgonha, faz dom a Vasco Queimado de Vilalobos I de uma pensão como recompensa pelo serviço que lhe prestou na guerra. Não conhecemos o documento que foi entregue a Vasco Queimado mas temos notícia do pagamento da pensão no registo da Casa do Contos do Ducado, o qual se fazia mediante apresentação por parte do beneficiário do registo que comprovasse a atribuição do dom⁴⁸¹.</p> <p>É de supor, portanto, que Vasco Queimado de Vilalobos I tenha guardado o documento pelo</p>

⁴⁸¹ FARELO, Mário; LEME, Margarida ; NÓVOA, Rita ; PAVIOT, Jacques ; SOUSA, Maria João Andrade e, "Compétences sociopolitiques et construction d'archives familiales au Portugal (XIV^e-XIX^e siècles)", comunicação apresentada no colóquio *Les structures documentaires et familiales. Logiques de production et de conservation*, Lisboa, 20 a 22 de Junho de 2014.

				<p>menos até que a sua utilidade primária fosse cumprida, ou seja, até atestar perante os oficiais da Casa dos Contos que tinha direito a haver uma determinada quantia como dom do Duque.</p> <p>Este registo não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>
8	04.06.1453	Carta de mercê do Duque Filipe III	-	<p>Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i>, p. 387)</p>
				<p>Na mesma linha do documento anterior, Filipe III faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos I de uma certa quantia como recompensa pela ajuda que lhe prestou na guerra contra Gand. Não temos conhecimento da existência do documento que foi entregue a Vasco Queimado mas temos notícia do registo do pagamento da recompensa na Casa do Contos do Ducado, o qual se fazia, como vimos, após a apresentação por parte do beneficiário do documento que comprovasse a mercê ducal.</p> <p>Assim, é provável que Vasco Queimado de Vilalobos I tenha guardado o documento pelo menos até que o seu propósito principal fosse cumprido, isto é, até que se provasse aos oficiais da Casa dos Contos que o direito a receber uma determinada quantia por ordem do Duque.</p> <p>Este registo não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>
9	27.01.1458	Carta de mercê do Duque Filipe III	-	<p>Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i>, p. 403)</p>
				<p>Na continuação dos dois documentos anteriores, Filipe III faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos I de uma pensão a ser-lhe concedida trimestralmente a partir de Janeiro de 1459 na qualidade de escudeiro. Não temos conhecimento do registo original mas apenas do assento que se fez na Casa dos Contos a 27.01.1459 onde se menciona a carta patente da mercê outorgada pelo Duque. Vasco Queimado de Vilalobos I devia apresentar a referida carta cada vez que fosse receber a sua pensão pelo que é provável que tenha guardado o documento pelo menos até deixar de ter direito à mercê.</p> <p>Este registo não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>

10	c. 1458	Carta de privilégio do título de “écuyer d’écurie” do Duque Filipe III	-	Em 27.01.1459 já era mencionado como “écuyer” num registo existente Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 403) (vd. anterior, nº. 9).
----	---------	--	---	---

Não nos foi possível determinar a data concreta em que Vasco Queimado de Vilalobos I recebeu o título de “écuyer d’écurie” do Duque Filipe III da Borgonha mas a 27 de Janeiro de 1459 já é referido com essa designação (“écuyer”) num registo da Casa dos Contos do Ducado onde se assenta a atribuição de uma mercê feita pelo Duque no ano anterior (vd. anterior, nº 9).

No contexto das lógicas e práticas documentais das Casas senhoriais, ducais e régias, é de supor que tenha sido lavrado um registo escrito atestando a atribuição do título. Não temos conhecimento da existência do documento original mas devemos admitir a possibilidade de Vasco Queimado de Vilalobos I ter conservado o registo pelo menos enquanto manteve a sua actividade e os seus interesses na Borgonha, precavendo a eventualidade de lhe ser exigida prova do seu título como poderia acontecer, por exemplo, na sequência da morte e sucessão de Filipe III.

Este registo não é mencionado em nenhum dos inventários.

11a	03.03.1460	“A Câmara de Setúbal deu a Gonçalo Pires de Andrade a sesmaria do vale do Farilhão em Setúbal”	ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 37, pt. 191	Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 23 (doc. 74 do maço 5).
11b		“um instrumento de sesmaria do moinho”		Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.

À semelhança dos documentos n.ºs. 1 a 4, é possível que os Queimado de vilalobos tenham recebido este documento no momento da tomada de posse da sesmaria do vale do Farilhão. Supomos que à família tenha sido atribuído um registo que atestasse essa tomada de posse (vd. seguinte, n.º 12) mas não sabemos se tal teve lugar no tempo de Vasco Queimado de Vilalobos I ou do seu filho.

Nas costas do documento escreveu-se, em data incerta mas talvez posterior a 1460 e anterior à morte de Vasco Queimado de Vilalobos II, “sesmaria do Vale do Farilhão aonde se fez o moinho da Mourisca” (sendo que, no documento atribuído em 1460 pela Câmara de Setúbal se determinou que Gonçalo Pires de Andrade ficava obrigado a construir no vale um ou mais moinhos de água doce ou salgada). Do mesmo modo, no “Instrumento ao teor de um inventário...” encontramos referência a uns “moinhos de água salgada no Farilhão”⁴⁸² e nas partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II mencionam-se também uns moinhos nos “Farilhões”⁴⁸³. Estes elementos levam-nos a crer que o item “um instrumento da sesmaria do moinho”, mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, se reporte a este registo escrito ou ao documento que tenha atestado a tomada de posse da sesmaria por parte dos Queimado de vilalobos.

12	d. 03.03.1460	Tomada de posse da sesmaria do vale do Farilhão	-	
----	------------------	---	---	--

Como vimos no registo anterior (vd. anterior, n.º 11), é possível que os Queimado de vilalobos

⁴⁸² Traslado (1716) do “Instrumento ao teor de um inventário...” (1498) conservado em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx, 15, doc. 20, fl. 1v.

⁴⁸³ Carta de partilhas (1501) dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

				<p>tenham conservado um documento que atestava a atribuição em sesmaria do vale do Farilhão, feita pela Câmara de Setúbal a Gonçalo Pires de Andrade, o que sugere que tenham também recebido e preservado um documento semelhante comprovando a incorporação da dita sesmaria do seu património.</p> <p>Este documento não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...” e, como se mencionou, pode eventualmente ser referido no “Instrumento ao teor de um inventário...” no item “um instrumento de sesmaria do moinho”.</p>
13	14.03.1461	Carta de dom de um cavalo do Duque Filipe III	-	Documento mencionado no registo do pagamento do cavalo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 410)
				<p>Sabemos que Filipe III fez dom a Vasco Queimado de Vilalobos I de um cavalo como recompensa por certos serviços que lhe prestou através do registo de pagamento do cavalo existente na Casa dos Contos do Ducado da Borgonha.</p> <p>Não temos conhecimento do documento original de atribuição do dom que talvez tenha sido entregue a Vasco Queimado de Vilalobos I mas podemos admitir a possibilidade de este último ter mantido o registo escrito talvez como comprovativo da legitimidade da posse do cavalo pelo menos enquanto esteve na Borgonha ou enquanto fez uso do referido cavalo.</p> <p>Este registo não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>
14a	14.08.1463	Renovação de emprazamento de uma horta no arrabalde do Troino / Trouno feita pela Ordem de Santiago a João Afonso	CSI, cx. 6, doc. 61	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
15a	d. 1463	Compra do emprazamento da horta de Troino / Trouno por parte dos Queimado de vilalobos	-	

14b/ 15b		“duas cartas velhas da horta de Troino”	CSI, cx. 6, doc. 61	
<p>No “Instrumento ao teor de um inventário...” encontramos menção a “duas cartas velhas da horta de Troino”. É possível que uma dessas cartas seja a renovação de um emprazamento da dita horta feita pela Ordem de Santiago a João Afonso. Sabemos que o emprazamento foi comprado pelos Queimado de vilalobos – talvez o título da compra seja a segunda “carta velha” mencionada no inventário – e que, em 1489, Vasco Queimado de Vilalobos II era a segunda pessoa no emprazamento conforme nos indica a confirmação régia de uma segunda renovação feita pela Ordem de Santiago ao dito Vasco Queimado de Vilalobos II⁴⁸⁴ (vd. tabela 17, nº. 30). Podemos, portanto, admitir a possibilidade de Vasco Queimado de Vilalobos I ter sido o comprador original e a primeira pessoa no emprazamento, que foi depois herdado pelo seu filho. Nesse sentido, terá tido na sua posse pelo menos a renovação do emprazamento de 1463 e o título da compra.</p> <p>O documento original entregue pela Ordem de Santiago a João Afonso está actualmente conservado no fundo “Casa de Santa Iria” (ANTT), o que se explica pelo facto de, depois da morte de Vasco Queimado de Vilalobos II, a horta do Troino / Trouno ter sido incluída nas partilhas (referida no “Instrumento ao teor de um inventário...” como “a horta de Trouno com todo seu assentamento de casas de alto a baixo”⁴⁸⁵) e herdada por Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada ou por eles comprada aos outros herdeiros, Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada. Ainda em vida de Simão de Miranda Henriques e de Maria Queimada ou depois da sua morte, o emprazamento passou para a mão de Helena Miranda Henriques, filha do casal, que, por seu turno, a vendeu em 1530 a Pedro Mascarenhas, casado com Filipa Miranda Henriques, irmã de Helena⁴⁸⁶. Como vimos, parte da documentação hoje conservada no fundo “Casa de Santa Iria” reporta-se precisamente aos sucessores de Pedro Mascarenhas e Filipa Henriques.</p> <p>Visto que a documentação relacionada com a horta do Troino / Trouno não seguiu o seu percurso de conservação pela linha varonil da família Miranda Henriques que terminou com</p>				

⁴⁸⁴ Confirmação régia (1490) da renovação do emprazamento (1489) conservada em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 6, doc. 69.

⁴⁸⁵ Traslado (1716) do “Instrumento ao teor de um inventário...” (1498) conservado em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx, 15, doc. 20, fl. 1v.

⁴⁸⁶ Carta da venda da horta do Troino / Trouno (1530) efectuada por Helena Miranda Henriques a Pedro Mascarenhas conservada em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 6, doc. 64.

		António Xavier de Miranda Henriques não a encontramos mencionada no “Inventário geral dos papéis...”.		
16	a. 1466	Carta de privilégio do título de cavaleiro do Duque Filipe III	-	Em 26.09.1466 já era mencionado como cavaleiro (vd. nº. 18).
<p>A 26.09.1466, numa carta de mercê do Duque Filipe III da Borgonha (vd. nº 18), Vasco Queimado de Vilalobos já é mencionado como cavaleiro do Duque, o que pressupõe a existência de um documento que atestasse a posse desse título. Não temos conhecimento do documento original mas admitimos a possibilidade de Vasco Queimado o ter conservado pelo menos enquanto prestou serviço no Ducado da Borgonha.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
17	a. 1466	Carta de privilégio do título de conselheiro e camareiro do Duque Filipe III	-	Em 26.09.1466 já era mencionado como conselheiro e camareiro (vd. nº. 18).
<p>Na mesma carta de mercê do Duque Filipe III da Borgonha (vd. nº. 18) referida no registo anterior, Vasco Queimado de Vilalobos I é também mencionado como conselheiro e camareiro do Duque, o que pressupõe igualmente a existência de um documento emitido pelo Duque comprovando a atribuição dos títulos. Não temos conhecimento da existência do documento original mas é de admitir que Vasco Queimado o tenha conservado pelo menos enquanto manteve a sua actividade na Borgonha.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
18	26.09.1466	Carta de mercê do Duque Filipe III	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 415).
<p>Filipe III da Borgonha faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos I de uma pensão na qualidade de conselheiro e camareiro, a qual Vasco Queimado só poderia receber mediante apresentação da carta patente do Duque. Assumimos, portanto, que Vasco Queimado tenha</p>				

				conservado este documento pelo menos enquanto teve direito à referida pensão. Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.
19	07.10.1466	Carta de mercê do Duque Filipe III	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , pp. 415-416).
				Filipe III faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos I de uma determinada soma em dinheiro como recompensa por serviços que lhe prestou. Para receber a recompensa, Vasco Queimado teria que apresentar a carta junto dos oficiais da Casa dos Contos pelo que a terá conservado pelo menos até recolher a quantia que lhe era devida. Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.
20	c. 1467	Carta de dom do Duque Carlos I	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 421).
				Carlos I atribui um dom em dinheiro a Vasco Queimado de Vilalobos I como pagamento por determinados serviços que efectuou. Tal como no caso de documentos anteriores, a recepção do dom implicava a apresentação da carta do Duque, pelo que Vasco Queimado a terá mantido em sua posse pelo menos até auferir a soma prometida. Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.
21	c. 1467	Carta de dom do Duque Carlos I	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 423).
				Carlos I concede novo dom em dinheiro a Vasco Queimado de Vilalobos I, cuja recepção dependia da apresentação da carta ducal junto da Casa dos Contos. Daí que seja de supor que Vasco Queimado tenha conservado o documento pelo menos até receber o dom. Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.

22	20.04.1468	Carta de mercê do Duque Carlos I	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 425).
<p>Carlos I faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos I de uma pensão vitalícia à qual teria direito enquanto estivesse na Borgonha ao serviço do Duque. À semelhança de outros documentos já mencionados, Vasco Queimado era obrigado a apresentar a carta de mercê para auferir a pensão, o que nos leva a assumir que a terá conservado pelo menos enquanto esteve na Borgonha.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
23	?04.1468	Carta de dom do Duque Carlos I	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 427).
<p>Carlos I concede um dom em dinheiro a Vasco Queimado de Vilalobos I por certos serviços que lhe prestou. Para receber o dom, Vasco Queimado deveria apresentar o documento junto dos oficiais da Casa dos Contos, o que nos leva a concluir que deverá ter conservado o registo pelo menos até ter auferido o referido dom.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
24	20.03.1470	Carta de mercê do Duque Carlos I	-	Documento mencionado num registo existente nos Archives départementales du Nord (documento transcrito em PAVIOT, Jacques, <i>Portugal et Bourgogne...</i> , p. 436).
<p>Carlos I altera os termos da pensão vitalícia que tinha atribuído a Vasco Queimado de Vilalobos em 1468 (vd. nº 22), determinando que poderia receber a referida pensão mesmo que não estivesse na Borgonha mediante apresentação da carta de mercê, em pessoa ou por intermédio de um procurador, junto do oficial responsável pelo pagamento. Dado o carácter vitalício da pensão, é de supor que Vasco Queimado tenha preservado este documento até ao fim da sua vida.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				

25	c. 1472	Carta patente de D. Afonso V do título de cavaleiro	-	Em 17.05.1472 já era mencionado como cavaleiro (vd. seguinte, nº. 26)
<p>Numa carta de mercê de D. Afonso V datada de 17.05.1472 (vd. seguinte, nº 26) Vasco Queimado de Vilalobos I é referido como “nosso cavaleiro”, o que nos leva a assumir que terá existido um registo da atribuição do título de cavaleiro emitido pela Chancelaria do Rei e entregue ao beneficiário cuja existência desconhecemos.</p> <p>Supomos que Vasco Queimado de Vilalobos I terá conservado esse registo em caso de necessidade de fazer prova da posse do título.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
26	17.05.1472	Carta de mercê de D. Afonso V	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Afonso V (ANTT, <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 29, fl. 45).
<p>D. Afonso V faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos I do privilégio de poder andar em besta de muar de sela e freio pelos reinos e senhorios. Não temos conhecimento do documento que foi entregue a Vasco Queimado de Vilalobos I mas apenas da cópia que foi registada na chancelaria de D. Afonso V (ANTT). Contudo, assumimos que o receptor da mercê tenha conservado o documento caso fosse necessário fazer prova do privilégio que lhe fora concedido.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
27	Entre 17.05.1472 e 10.03.1473	Carta patente de D. Afonso V do título de fidalgo	-	Documento mencionado no registo seguinte (vd. seguinte, nº.28)
<p>No documento anterior (vd anterior, nº 26), datado de Maio de 1472, Vasco Queimado de Vilalobos I é ainda identificado como cavaleiro da Casa d’el Rei sendo que, no documento seguinte (vd. seguinte, nº. 28), datado de Março de 1473, é já referido como fidalgo. Nesse mesmo documento escreve-se: “...Vasco Queimado fidalgo da nossa casa segundo disso fomos certo por uma nossa carta patente que perante nós foi apresentada em que o tomamos por fidalgo da nossa casa e tem de nós tença de fidalgo e está prestes para nos</p>				

		servir na guerra com suas bestas e armas quando lhe por nós for mandado” ⁴⁸⁷ . Vasco Queimado de Vilalobos I terá estado, portanto, na posse de uma carta patente que comprovava o seu estatuto de fidalgo e que provavelmente foi por ele apresentada ao Rei no contexto da produção do documento acima descrito.		
		Está documento não é mencionado em nenhum dos inventários.		
28	10.03.1473	Carta de privilégio de D. Afonso V	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Afonso V (ANTT, <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 33, fl. 79)
		D. Afonso V toma como privilegiados e escusados todos os caseiros, amos, mordomos e apaniguados de Vasco Queimado de Vilalobos I. Não temos conhecimento do documento original mas apenas da cópia que foi registada na chancelaria de D. Afonso V (ANTT). Não obstante, é de supor que Vasco Queimado de Vilalobos I tenha conservado este registo em caso de ser necessário fazer prova da posse do referido privilégio.		
		Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.		
29a	15.04.1473	“Inquirição por que consta que D. Maria Anes avó de Vasco Queimado de vilalobos fundou o Convento de S. Francisco de Setúbal em terreno que comprara. Foi tirada em 1473 e já o Convento existia há 60 anos pouco mais ou menos”	ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 17, pt. 136	“Inventário geral dos papéis...”, fl. 36 (doc. 35 do maço 8)
30a	?.?.1477	“Certidão da inscrição que está no altar mor de S. Francisco de Setúbal de Vasco Queimado de vilalobos”	-	“Inventário geral dos papéis...”, fl. 60v (doc. 38 do maço 16)

⁴⁸⁷ Carta de privilégio (1473) conservada em ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 79.

29b/ 30b	1473/1477	“escrituras do jazigo de São Francisco”	-	“Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v
<p>No “Instrumento ao teor de um inventário...” encontramos um item relativo às “escrituras do jazigo de São Francisco” onde supomos que tenham sido incluídos pelo menos dois documentos, ambos mencionados no “Inventário geral dos papéis...”. O primeiro é a inquirição de testemunhas sobre o papel desempenhado pela avó de Vasco Queimado de Vilalobos I na construção do Mosteiro de São Francisco de Setúbal, que analisámos anteriormente. O segundo consiste numa certidão da inscrição que Vasco Queimado de Vilalobos I mandou colocar na capela-mor do Mosteiro, provavelmente passada pelos frades do referido Mosteiro. Não sabemos se este último documento ainda existe nem conhecemos a sua localização, sendo que a sua existência é apenas atestada pelo “Inventário geral dos papéis...”, o que nos indica que foi conservada por Vasco Queimado de Vilalobos I e pelos seus sucessores até pelo menos 1815.</p>				
31a	29.04.1473	Legitimação do filho bastardo, Vasco Queimado de Vilalobos II	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Afonso V (ANTT, <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 33, fl. 97 v.).
31b		“legitimação de Vasco Queimado”		Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
<p>Em 1473 Vasco Queimado de Vilalobos I pediu ao Rei que lhe concedesse a legitimação do seu filho bastardo, Vasco Queimado de Vilalobos II, a qual lhe foi outorgada pouco tempo depois de ter efectuado o pedido. Apesar de não termos conhecimento da existência deste documento sabemos que foi conservado por ambos já que é mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”. Contudo, não é referido no “Inventário geral dos papéis...”.</p>				
32	c. 23.05.1476	Comprovativo da doação feita à Confraria de Nossa Senhora da Anunciada	-	Doação registada na cópia de 1766 do compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, onde foi trasladada a reunião dos confrades, feita a 23.05.1476, onde se acordou a referida doação (ANTT, <i>Ministério do Reino</i> , liv. 527).
<p>Em 1476 os confrades de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal aceitaram a proposta feita</p>				

	<p>por Vasco Queimado de Vilalobos I de, em troca de uma sua doação no valor de metade do custo das obras de reparação do tabuleiro da porta principal do hospital de Santa Maria da Anunciada, não se fazerem enterramentos no dito tabuleiro. Podemos considerar a possibilidade de, tal como os confrades registaram o acordo por escrito, Vasco Queimado de Vilalobos I ter recibo um documento comprovando o contrato e salvaguardando a condição por ele imposta em caso de incumprimento por parte dos confrades.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>			
33a	26.06.1478	Testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I	-	Traslado em pública forma existente em ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 12, pt. 88.
33b		“Testamento de Vasco Queimado de Vilalobos de Setúbal que deve copiar-se”		Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 28 (doc. 23 do maço 7).
	<p>Como vimos, o testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I é um dos dois vestígios da sua produção documental actualmente conservados no <i>AGLS</i>. Encontra-se hoje preservado sob a forma de traslado em pública pedido pelo seu filho, Vasco Queimado de Vilalobos II, seis dias depois de o testamento ter sido terminado. É de sublinhar que este documento não é especificamente mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”.</p>			
34	a. 1478	Sentença contra Gonçalo Anes e seus herdeiros	-	Documento mencionado no traslado do testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 12, pt. 88).
	<p>No seu testamento, Vasco Queimado de Vilalobos I lembra o seu filho que esteve envolvido numa contenda contra Gonçalo Anes, a qual resultou numa sentença outorgada por juízes álvideos. Vasco Queimado teve inicialmente a intenção de pedir apelação da sentença mas afirma em testamento que pretende que o seu filho a cumpra “como em ela é conteúdo”. É provável, portanto, que tenha existido um documento escrito com o conteúdo da sentença produzido em data que não nos foi possível determinar, documento esse que Vasco Queimado de Vilalobos I terá conservado pelo menos até 1478, ano em que redigiu o testamento.</p>			

	Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.			
35	a. 1478	“uma doação de Isabel Afonso a Vasco Queimado”	-	“Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
	<p>No “Instrumento ao teor de um inventário...” inclui-se um item relativo a uma doação feita por Isabel Afonso, provavelmente a mulher com que Vasco Queimado de Vilalobos I teve duas filhas mas que nunca chegou a desposar. Não temos conhecimento de nenhum documento que ateste uma doação feita por Isabel Afonso mas, ao que parece, Vasco Queimado de Vilalobos I terá recebido o referido documento, transmitindo-o depois ao seu filho.</p> <p>Este documento não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...”.</p>			
36-42	a. 1478	“sete instrumentos em Palmela que falam sobre a herança que Vasco Queimado houve de Isabel Afonso”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
	<p>No “Instrumento ao teor de um inventário...” encontramos um item que se reporta a sete documentos relativos a bens situados em Palmela deixados em herança por Isabel Afonso, provavelmente a mesma referida no documento anterior. Não temos conhecimento da existência de nenhum destes documentos ou da data em que terão sido produzidos e também não nos foi possível determinar a que bens se reportam. Contudo, é de supor que Vasco Queimado de Vilalobos I tenha recebido a herança e respectivos documentos depois da morte de Isabel Afonso (anterior a 1478), legando-os posteriormente ao seu filho.</p> <p>Estes documentos não são mencionados no “Inventário geral dos papéis...”.</p>			
43	a. 1478	“carta de foro do moinho de Campo de Ourique”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.

	<p>No “Instrumento ao teor de um inventário...” elenca-se um documento referente ao moinho de Campo de Ourique, moinho ao qual Vasco Queimado de Vilalobos I faz alusão no seu testamento⁴⁸⁸. Não temos conhecimento da existência do registo original nem da data em que foi produzido mas assumimos que tenha sido recebido por Vasco Queimado de Vilalobos I e depois transmitido ao seu filho.</p> <p>Após a morte deste último, e segundo o acordado nas partilhas⁴⁸⁹, as propriedades sitas em Campo de Ourique couberam a Isabel Queimada e a seu marido, Nuno Fernandes da Mina, pelo que este documento deverá ter sido incorporado no “Arquivo Fernandes da Mina”. Este registo não é, portanto, mencionado no “Inventário geral dos papéis...”.</p>			
44-45	a. / c. 1478	“dois instrumentos de confissões de Estevão Coelho e Garcia Neto”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
<p>Como Vasco Queimado de Vilalobos I informa no seu testamento, Garcia Neto era marido de uma filha de Isabel Afonso (mulher com a qual Vasco Queimado manteve uma relação não matrimonial) e Estevão Coelho seu genro, marido de uma sua filha não nomeada. Não sabemos quando é que estas cartas de confissão foram produzidas nem se ainda existem. Quando ao seu conteúdo, é possível que pelo menos o documento relativo a Garcia Neto esteja de alguma forma relacionado com alguns dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos I já que, segundo o testamento⁴⁹⁰, Garcia Neto ter-se-á apoderado indevidamente e sem autorização de umas casas, moinho e vinha pertencentes a Vasco Queimado.</p> <p>Estes documentos não são mencionados no “Inventário geral dos papéis...”.</p>				

⁴⁸⁸ Traslado (26 de Junho 1478) do testamento (20 de Junho 1478) de Vasco Queimado de Vilalobos I conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

⁴⁸⁹ Carta de partilhas (1501) dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

⁴⁹⁰ Traslado (26 de Junho 1478) do testamento (20 de Junho 1478) de Vasco Queimado de Vilalobos I conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

46-49	a. 1478	Documentos relativos às propriedades mencionadas no testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I	-	Propriedades mencionadas no traslado do testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I conservado em ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 12, pt. 88.
<p>No seu testamento, Vasco Queimado de Vilalobos I refere-se especificamente a quatro propriedades distintas, a saber, umas casas junto às carniçarias, outras casas acerca do lagar do azeite e do vinho, uma marinha que Gonçalo Anes deixou perder, e uma vinha no lugar do Arceiro, termo de Setúbal. É de supor que tenha recebido e conservado os documentos que atestavam a posse das referidas propriedades. Do mesmo modo, é também possível que alguns destes documentos se encontrem listados no “Instrumento ao teor de um inventário...” apesar de não nos ser possível confirmar a correspondência devido à discrepância na forma de identificar as propriedades (em alguns casos utiliza-se uma identificação geográfica ou topográfica; noutros identificam-se as mesmas propriedades a partir do nome do indivíduo a quem pertenceram anteriormente ou a quem estavam aforadas). Referimo-nos, em concreto, aos seguintes itens do “Instrumento ao teor de um inventário...”: “uma escritura de compra da vinha de Galvão”; “uma escritura da vinha de Marcos, o judeu”, “uma carta das casas de Farabam”; “carta de compra das casas de Garção Lavança”; “uma carta das casas que foram de Isabel Leda”; “uma carta de foro da marinha”; “uma carta da marinha de Palmeira”.</p> <p>Estes documentos não são mencionados no “Inventário geral dos papéis...”.</p>				
50	(?)	“uma carta de casamento que Vasco Queimado, o velho, prometeu para seu filho”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
<p>De acordo com o “Instrumento ao teor de um inventário...”, Vasco Queimado, “o velho”, fixou por escrito uma promessa para casar um dos seus filhos. A utilização do cognome “o velho”, que surge unicamente neste item, aponta para o facto de se tratar de um documento produzido / mandado produzir por um antepassado de Vasco Queimado de Vilalobos II, potencialmente o seu pai ou avô. Não temos conhecimento da existência do registo original mas é de supor que, se não tiver sido produzido / mandado produzir por Vasco Queimado de</p>				

	<p>Vilalobos I, esteve pelo menos na sua posse e foi depois transmitido ao seu filho.</p> <p>Este registo não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...”.</p>
--	---

Tabela 16

Reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos I

Como podemos verificar, os documentos elencados nesta tabela acompanham o percurso que descrevemos no início do ponto, abarcando não só actos documentais que Vasco Queimado de Vilalobos I encetou durante a sua estadia no Ducado da Borgonha, mas também as aquisições de património a que procedeu em Portugal e ainda as estratégias familiares que garantiram direitos, privilégios e lugares de memória e honra para si e para os seus sucessores.

Numa análise quantitativa, a principal conclusão a que chegamos é a de que, dos cinquenta documentos que assumimos que tenham feito parte do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos I, conservam-se hoje apenas quatro (n.ºs 1, 11a, 14a e 29a), ou seja, 8% do total. As perguntas que se impõem são, portanto, por que razão subsistem estes quatro e por que motivo não conhecemos os restantes cinquenta e seis.

No que toca aos documentos que se preservaram até à actualidade, é provável que todos tenham sido incluídos na categoria dos registos com maior probabilidade de serem transmitidos por estarem ligados a obrigações ou direitos também eles perpétuos⁴⁹¹. É o caso da inquirição de testemunhas de 1473, que atestava o privilégio de os descendentes de Maria Anes Escolar se sepultarem no Mosteiro de São Francisco de Setúbal⁴⁹². É de supor que seja também o caso da carta de emprazamento da horta do Troino - talvez vinculada a um morgadio por Filipa Henriques e Pedro Mascarenhas ou pelos seus sucessores – e dos registos relativos às propriedades no Vivaldo e nos Farilhões, também elas possivelmente anexadas a um vínculo pela família de Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada.

Esta perpetuidade da obrigação ou da utilidade em conservar dados documentos não justifica, por si só, que os registos tenham chegado até nós mas garantiu que se mantivessem nos respectivos arquivos pelo menos até à extinção dos

⁴⁹¹ Sobre a questão da probabilidade da transmissão vd. *supra*, p. 130.

⁴⁹² Fernão de Miranda Henriques, quinto-neto de Vasco Queimado de Vilalobos I terá tido a intenção de se sepultar no Mosteiro, optando mais tarde por se enterrar no Mosteiro de São Francisco de Lisboa: SILVEIRA, Ana Cláudia, “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal, p. 182.

morgadios no caso do património vinculado. Depois da morte dos últimos morgados, o destino da documentação terá sido ditado pelo eventual interesse pessoal ou histórico que tenham suscitado aos sucessivos gestores dos arquivos até que chegaram ao formato em que hoje os conhecemos.

Mais complexa é a segunda pergunta, sobre o porquê de não conhecermos uma percentagem tão significativa de documentos geridos por Vasco Queimado de Vilalobos I. Para responder a esta questão podemos optar por uma de duas vias. A primeira passa por procurar encontrar um sentido para a ausência, fazendo-o, seguindo Arnold Esch, com a consciência de que esse sentido é, em última instância, fornecido por nós, historiadores, e não pela transmissão dos documentos em si mesma⁴⁹³.

Assim, poderíamos responder que alguns dos documentos ausentes terão sido possivelmente destruídos pelo próprio Vasco Queimado de Vilalobos. Talvez tenha sido o caso de vários dos documentos que recebeu no Ducado da Borgonha que, à exceção da carta de mercê da pensão vitalícia, teriam, em princípio, menor probabilidade de serem conservados depois do seu regresso a Portugal. Muitos outros terão sido legados ao seu filho que, depois de os receber, poderá ter feito uma primeira triagem e, de acordo com as suas próprias noções do que seria útil conservar ou não, ter destruído parte do legado documental.

A partir daqui sabemos que os registos que sobreviveram sofreram, num curto intervalo temporal, um segundo processo de selecção, desta feita motivado pela produção do “Instrumento ao teor de um inventário...”, etapa que analisaremos com maior detalhe mais adiante. O conjunto que se conservou depois do processo de inventariação foi, por fim, dividido em duas partes, uma sobre a qual perdemos o rasto – a que foi integrada no arquivo Fernandes da Mina – e outra que seguiu eventuais triagens ao longo de três séculos no arquivo dos Miranda Henriques. Chegando o ano de 1815 e após novo processo de selecção, só dois documentos sobreviveram, a já referida inquirição de testemunhas, e a certidão da inscrição no altar-mor da capela do Mosteiro de São Francisco de Setúbal, que, no entanto, não chegou a ser integrada no AGLS.

⁴⁹³ ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, p. 16.

A segunda via pela qual podemos optar para responder à questão enunciada em cima limita-se a reconhecer, ainda na linha de Arnold Esch, que o sentido da ausência (e, para todos os efeitos, da própria existência dos documentos) pode ser arbitrário. Nesse sentido, a utilidade do exercício de reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos I reside não na tentativa de decifração de sentidos mas na identificação da dimensão da “incompletude” daquilo que resta, reconhecendo os espaços em branco e deixando-os em branco⁴⁹⁴. Voltaremos a estas questões na análise do caso do filho homónimo de Vasco Queimado de Vilalobos I.

III.3.2. Vasco Queimado de Vilalobos II

Ao contrário do que sucede com o seu pai, sabemos pouco acerca do percurso pessoal e profissional de Vasco Queimado de Vilalobos II (a. 1473 – c. 1497) já que nos chegaram muito poucos vestígios da sua produção documental. Assim, a primeira referência que recuperámos acerca deste personagem data de 1473, quando é legitimado por D. Afonso V a pedido de Vasco Queimado de Vilalobos I⁴⁹⁵. Nesse mesmo documento é identificado como escudeiro do Duque de Beja, D. Diogo, o qual, antes de 1478, o promove a fidalgo de sua Casa.

Em 1478, Vasco Queimado de Vilalobos II, já identificado como fidalgo do Duque, recebe de D. Afonso V uma carta em que é considerado privilegiado tal como todos os seus caseiros, mordomos, amos, apaniguados e lavradores, mercê que o seu pai também tinha e que provavelmente foi transferida para o seu filho na sequência do seu possível ingresso no Mosteiro de São Francisco como frade. Justifica-se a atribuição do privilégio pelo facto de Vasco Queimado de Vilalobos II estar prestes a servir o Rei na guerra com armas, homens e bestas, o que sugere que terá seguido o exemplo do seu pai na carreira militar⁴⁹⁶.

⁴⁹⁴ *Idem*, p. 27.

⁴⁹⁵ Carta de legitimação (1473), conservada na chancelaria de D. Afonso V: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.33, fl. 97v.

⁴⁹⁶ Carta régia de D. Afonso V (1478) incluída numa confirmação de D. João II (1486), ambas transcritas na confirmação de D. Manuel I (1497) conservada na chancelaria de D. Manuel I: ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v.

Após a morte de D. Afonso V e da subida ao trono de D. João II, Vasco Queimado vê confirmada a sua condição de privilegiado por carta datada de 1486⁴⁹⁷. À confirmação do estatuto junta-se, oito anos mais tarde, a recepção de uma tença anual no valor de dez mil reais anuais concedida pelo Duque de Beja e futuro Rei D. Manuel⁴⁹⁸. A concessão da tença é confirmada em 1497 pelo mesmo D. Manuel já depois de ter iniciado o seu reinado⁴⁹⁹ – o terceiro monarca a governar durante o tempo de vida de Vasco Queimado de Vilalobos II -, que confirma também a condição de privilegiado originalmente atribuída por D. Afonso V⁵⁰⁰.

Gozando, assim, de uma certa proximidade primeiro ao Ducado de Beja e depois à própria Coroa, Vasco Queimado foi articulando o serviço militar com a gestão dos seus bens, administrando e aumentando o património que lhe tinha sido deixado pelo seu pai. Sabemos que continuou a adquirir propriedades em Setúbal, nomeadamente nos arredores das suas casas de morada que, em conjunto, vieram a ser designadas como “Quinta da Gâmbia” ou “Quinta do Vivaldo”.

Desconhecemos se chegou a contrair matrimónio mas temos referência à existência de duas filhas. Ao que parece, uma parte significativa da sua fortuna terá sido aplicada na negociação de bons casamentos para ambas descendentes, estratégia porventura preferível a aplicar o seu património na instituição de um morgadio. A primeira filha, Isabel Queimada, falecida em 1497, foi casada com Nuno Fernandes da Mina (flor. 1497 - 1540), fidalgo da Casa d’el Rei, cavaleiro da Ordem de Santiago, vedor do Mestre D. Jorge e alcaide-mor e comendador de Panóias a partir de 1527⁵⁰¹. Segundo Felgueiras Gaio⁵⁰², este Nuno Fernandes da Mina seria filho de Fernão Gomes da Mina, rico mercador lisboeta que investiu no comércio da Guiné e acabou por descobrir Mina, feito que lhe valeu a elevação a cavaleiro e, mais tarde, o título de fidalgo de cota de armas com o apelido «Mina» e um assento no conselho de D. Afonso

⁴⁹⁷ Confirmação de D. João II (1486) conservada na chancelaria de D. João II: ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 216.

⁴⁹⁸ Carta de mercê da tença (1494) transcrita numa carta de confirmação (1497) emitida por D. Manuel I: ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v.

⁴⁹⁹ *Idem*.

⁵⁰⁰ Confirmação de D. Manuel I (1497) conservada na chancelaria de D. Manuel I: ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v.

⁵⁰¹ PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, GEsOs / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 546-547.

⁵⁰² GAIO, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XX, Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1939, p. 153.

V⁵⁰³. A segunda filha de Vasco Queimado, de nome Maria Queimada (flor. 1497-1510), casou-se em 1498 com Simão de Miranda Henriques (flor. 1498-1513), este último fidalgo da Casa d'el Rei⁵⁰⁴.

Perante a inexistência de um filho varão ao tempo da morte de Vasco Queimado de Vilalobos II – ocorrida entre Fevereiro e Agosto de 1497 - a sua herança foi transferida para estes dois casais⁵⁰⁵. Visto que Maria Queimada era ainda solteira, o Juízo dos Órfãos de Setúbal supervisionou a sucessão e distribuição dos bens deixados por Vasco Queimado, ordenando a Gonçalo Queimado, primo de Maria Queimada, que, contra sua vontade, agisse como seu tutor tanto no processo de inventariação do património, decorrido entre Agosto de 1497 e inícios de 1498, como nas partilhas, feitas na sequência da inventariação e fixadas por escrito em 1501⁵⁰⁶.

Do ponto de vista do estudo das práticas documentais, estes dois elementos – o inventário dos bens e as partilhas – fornecem-nos informações particularmente relevantes. De facto, a análise da carta de partilhas de 1501 permite-nos saber que a distribuição dos bens já tinha sido previamente acordada pelas partes envolvidas mas que, na linha do que já tínhamos observado anteriormente, se julgou necessário passar o acordo a escrito. Tal necessidade terá sido acentuada pelo facto de, no decorrer deste processo de sucessão, Maria Queimada se ter casado com Simão de Miranda Henriques e Isabel Queimada ter falecido, o que fez de Nuno Fernandes da Mina tutor e curador das filhas de ambos, novas herdeiras em sucessão da mãe. Afirma-se, então, que se fazia a escritura “por mais firmeza de tudo”, sublinhando que devia ficar “sempre firme e estável e valiosa para todo o sempre”⁵⁰⁷.

Contudo, é no inventário dos bens – o designado “Instrumento ao teor de um inventário...” - que encontramos o repositório mais rico de informação no que a esta matéria diz respeito. Como vimos, neste registo foram incluídos todos os bens móveis e de raiz na posse de Vasco Queimado de Vilalobos II ao tempo da sua morte, com a

⁵⁰³ PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, p. 289.

⁵⁰⁴ Contrato de casamento, dote e arras (1498) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

⁵⁰⁵ A última carta régia que lhe diz respeito data de 16.02.1497 (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. liv.29, fl. 91v.) e processo de inventariação dos seus bens começou em Agosto do mesmo ano como nos indica o “Instrumento ao teor de um inventário...” (ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 15, doc. 20).

⁵⁰⁶ Carta de partilhas (1501) dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II conservada em *Arquivo ANTT*, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

⁵⁰⁷ *Idem*.

particularidade de se terem inventariado também os documentos que tinha à sua guarda⁵⁰⁸. De facto, não foi até à data identificado em Portugal qualquer outro exemplar que incluísse documentação nos inventários post-mortem nem encontramos dados bibliográficos sobre evidências semelhantes além-fronteiras.

Este inventário está hoje conservado sob a forma de um traslado feito em 1716, onde se transcreve um outro traslado, produzido a partir de uma cópia conservada pelo juiz dos órfãos de Setúbal por iniciativa de Fernão de Miranda Henriques, neto de Vasco Queimado de Vilalobos II e filho de Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada, em 1535. Presumimos então que tenham existido pelo menos cinco documentos com o conteúdo do inventário, a saber: três registos idênticos produzidos em 1498, um para cada um dos herdeiros ou representantes dos herdeiros – apesar de não termos indícios da produção destas cópias, supomos que tenham existido já que serviam de prova da posse dos bens que cada um herdou - e uma terceira para o Juízo dos Órfãos de Setúbal; um quarto registo, feito a partir desta última em 1535 a pedido de Fernão de Miranda Henriques, o qual devia ter herdado o documento que coube aos seus pais mas que, por razões que desconhecemos, preferiu ou foi obrigado a recorrer ao exemplar conservado no Juízo dos Órfãos; e um quinto e último registo, que se preserva actualmente no fundo “Casa de Santa Iria” no Arquivo Nacional Torre do Tombo, produzido em 1716 provavelmente a pedido de Manuel Ribeiro da Serra⁵⁰⁹.

Esta cópia encontra-se, no entanto, incompleta, faltando alguns fólios, e parece que houve erros na transcrição já que a sequência temporal dos eventos descritos não está correcta (descrevem-se eventos ocorridos em 1497, seguidos de outros que tiveram lugar em 1498, voltando-se depois novamente a 1497). Este aspecto obriga-nos a não esquecer que o exemplar que hoje conhecemos apresenta alterações significativas em relação ao documento original, o que condiciona necessariamente a nossa apreensão do seu conteúdo.

Não obstante, não deixa de ser relevante que, por entre a descrição das joias, dos vestidos, do gado, dos escravos ou dos móveis que Vasco Queimado de Vilalobos II possuía se tenha escolhido incluir um “título das escrituras” (vd. Anexo 13 –

⁵⁰⁸ Traslado (1716) do “Instrumento ao teor de um inventário...” (1498) conservado em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 15, doc. 20, fls. 8v-9.

⁵⁰⁹ No fundo “Casa de Santa Iria” e no AGLS encontramos vários outros traslados de documentos associados aos Queimados de Vilalobos e aos seus sucessores pedidos por Manuel Ribeiro da Serra. Não temos informações acerca deste personagem nem nos foi possível estabelecer porque é que os traslados foram solicitados.

Transcrição do “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”, p. 463). Neste “título das escrituras” são elencados, por itens, pequenos resumos do conteúdo de mais de quarenta e sete documentos, resumos esses que se restringem a identificar pessoas, lugares e assuntos sem referência a datas. Notamos que a organização do conjunto documental, pré-existente ou criada com o processo de inventariação, seria incipiente já que não se utilizam cotas (maços, numeração de documentos) ou qualquer outro sistema que submetesse a globalidade do acervo a um único esquema organizacional (como, por exemplo, arrumação dos itens por ordem cronológica ou geográfica). Os únicos vestígios de ordenação encontram-se nas descrições conjuntas de dois ou mais registos que se reportavam ao mesmo assunto ou propriedade como, por exemplo, o item “duas escrituras e duas confirmações do casal de Abul”. Assim, vinte e cinco documentos são descritos individualmente e os restantes em conjunto. É possível que, como verificámos noutros casos, alguns destes conjuntos compusessem a «genealogia patrimonial» de determinados bens, conservados, portanto, como uma unidade.

Seguindo a linha de vários outros inventários produzidos entre finais do século XV e durante o século XVI, a esmagadora maioria dos documentos descritos no “Instrumento ao teor de um inventário...” (mais de quarenta e três registos) diz respeito às diversas propriedades que Vasco Queimado de Vilalobos II possuía. Apenas quatro itens se reportam ao que Viviane Von Kaenel designou “disposições de carácter familiar”: “legitimação de Vasco Queimado”, “escrituras do jazigo de São Francisco”, “uma carta de casamento que Vasco Queimado, o velho, prometeu para seu filho”, e “instrumento do provimento das Igrejas”⁵¹⁰.

Também à semelhança dos restantes inventários, não podemos assumir que este «espelhe» a totalidade da documentação na posse de Vasco Queimado de Vilalobos II nem que se tenham listado os documentos de forma isenta e natural, isto é, sem uma intenção específica imbuída de significados. Daí que seja indispensável reflectir acerca do «micro-contexto de produção» deste documento já que, como afirmam Maria de Lurdes Rosa e Randolph Head, “the features of each inventory depended heavily on the

⁵¹⁰ VON KAENEL, Viviane, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, Lausanne, Université de Lausanne, 2003, pp. 43-44.

“micro-contexts” of its production, from which each gained what we might call contextualized «technical goodness»⁵¹¹. Preveamos duas alternativas possíveis:

A primeira passa por admitir que o inventário das escrituras tivesse sido feito por Vasco Queimado de Vilalobos II antes da sua morte. Esta possibilidade é-nos sugerida por uma anotação feita pelo próprio Vasco Queimado nas costas de uma carta de compra de uma propriedade, onde escreve “carta de venda do meu olival de Setúbal”⁵¹² (que corresponderá, no “título das escrituras”, ao item “um instrumento de compra e posse da courela da Várzea que parte com a herdade”). Tal anotação, à semelhança de várias outras que temos vindo a analisar ao longo deste capítulo, demonstra que Vasco Queimado de Vilalobos II teve não só a preocupação de conhecer e controlar o conteúdo das suas escrituras mas também de facilitar a recuperação de informação ao elaborar um resumo que dispensava a leitura do documento. Apesar de não existirem anotações semelhantes nos restantes documentos que foram geridos por Vasco Queimado de Vilalobos, é possível que a preocupação demonstrada na carta do olival o tenha motivado também a elaborar um inventário de todos os seus documentos, que foi depois incluído no inventário geral dos seus bens.

De facto, era comum, na cronologia em que nos situamos, serem os próprios proprietários dos arquivos a elaborar os inventários⁵¹³. Mesmo nos casos em que a massa documental era mais reduzida, relativamente recente e não se reportava a assuntos que exigissem uma gestão documental mais complexa (como a administração dos morgadios ou dos feudos), o recurso à inventariação tinha vantagens. Permitia, desde logo, controlar a informação disponível no arquivo. Em paralelo, permitia controlar também o património, ao arrolar os diferentes registos de propriedade, de foros devidos ou por haver. E, por fim, poderia enquadrar-se num processo de reorganização do acervo ao permitir, por exemplo, a identificação de documentos que pertenciam ao mesmo conjunto ou, porventura, a selecção e descarte de registos que já não teriam utilidade futura. Assim, tendo sido efectivamente Vasco Queimado de

⁵¹¹ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 16.

⁵¹² Carta de compra (1488) conservada em ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 9, doc. 84.

⁵¹³ Como sucedeu, por exemplo, no caso de Pero Anes do Canto (GREGÓRIO, Rute Dias, “Documentos do fundo Ernesto do Cato – o tombo de Pero Anes do Canto”, in *Ernesto do Canto – retrato do homem e do tempo. Actas do Colóquio*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso / Universidade dos Açores – Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp. 317-337) ou de Fernão Ribeiro (ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), “Catalogue”, *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, p. 98).

Vilalobos II a produzir a lista de escrituras, o único aspecto incomum foi a sua inclusão no inventário geral de bens, diligência que terá partido de alguma das partes envolvidas no processo.

A segunda alternativa que pode explicar tanto a produção da lista de documentos como a sua inclusão no inventário geral recai na iniciativa de Nuno Fernandes da Mina, marido de Isabel Queimada. Como vimos, Nuno Fernandes foi vedor do Mestre da Ordem de Santiago e alcaide-mor e comendador de Panóias, cargos que possivelmente lhe permitiram adquirir conhecimentos específicos acerca da governação e gestão pela escrita no contexto da Casa do Mestre, da Ordem e da comenda. Tais conhecimentos transparecem no processo da venda que efectuou ao seu cunhado, Simão de Miranda Henriques, da parte da Quinta da Gâmbia que coube às suas filhas nas partilhas dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II. Em completa conformidade com as Ordenações em vigor sobre a venda de bens de raiz por parte de tutores dos órfãos⁵¹⁴, Nuno Fernandes da Mina pediu autorização por escrito ao juiz dos órfãos antes de efectuar a venda (apesar de o próprio juiz afirmar que não era preciso pedir autorização já que Nuno Fernandes da Mina era um homem abastado e amigo das suas filhas)⁵¹⁵. Depois de efectuar a venda e de estar lavrada a respectiva escritura⁵¹⁶, pede ao Rei que a confirme⁵¹⁷. Por fim, exige que seja feita uma nova escritura de venda porque a primeira não tinha sido escrita “em forma como devia”⁵¹⁸.

Este domínio da gestão pela escrita foi provavelmente útil quando a Ordem de Santiago abriu uma contenda contra os herdeiros de Vasco Queimado de Vilalobos II acerca de umas propriedades que este último tinha recebido de aforamento da Ordem em 1489⁵¹⁹. Argumentado que não tinham sido cumpridos os termos do aforamento, a Ordem exige que os herdeiros apresentem escrituras (à semelhança do que sucedeu com os Salema), o que acaba por acontecer e a sentença é resolvida em 1510⁵²⁰.

É possível que tenha sido uma combinação destes dois factores, os conhecimentos detidos por Nuno Fernandes da Mina e a contenda com a Ordem de

⁵¹⁴ *Ordenações Afonsinas*, liv. IV, título LXXXXI – “De como se hão de guardar e desbaratar os bens dos órfãos, assim móveis como de raiz” (texto fac-simile disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l4p340.htm>).

⁵¹⁵ Carta de autorização dada pelo juízo dos órfãos (1501) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 38, pt. 193.

⁵¹⁶ Carta de venda (1501) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 38, pt. 193.

⁵¹⁷ Alvará régio de confirmação da venda (1501) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 38, pt. 193.

⁵¹⁸ Carta de venda (1502) conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 38, pt. 193.

⁵¹⁹ Carta de sentença do Mestre de Santiago sobre esta contenda (1510) conservada em ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, mç. 3, doc. 205.

⁵²⁰ Vd. *supra*, p. 114.

Santiago, que tenha levado à inventariação dos documentos de forma a controlar a informação disponível e a facilitar a sua instrumentalização em caso de necessidade. No mesmo sentido, a preocupação com o rigor documental demonstrado pelo vedor da Casa do Mestre poderá ter motivado a fixação por escrito da lista de documentos no inventário geral de bens, abarcando-se, assim, todos os bens móveis e de raiz de Vasco Queimado de Vilalobos II e não apenas aqueles aos quais era atribuível um determinado valor económico.

De facto, adivinhamos que todos os processos de partilhas tenham implicado a divisão de documentos, especialmente nos casos em que não foi privilegiado um determinado herdeiro. Contudo, a ausência de referências a arquivos nos restantes exemplares de cartas de partilhas conservados no AGLS leva-nos a questionar qual seria a norma nesse processo de divisão. Seria feita por acordo oral em presença das partes envolvidas e, eventualmente, do juiz do inventário, sem se considerar necessário registá-la por escrito? Ou daria lugar à produção de documentos escritos por algum motivo separados das cartas de partilhas?

Em qualquer dos casos, é então com base neste inventário que podemos partir para o exercício de reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos II, ao qual se juntam os restantes pontos de partida que enunciámos quando aplicámos o mesmo exercício ao caso do seu pai⁵²¹. Assim, na tabela que se segue elencaremos os documentos que Vasco Queimado de Vilalobos II terá gerido no seu tempo de vida, incluindo referências extraídas do AGLS e de arquivos de outras instituições, todos os itens inventariados no “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”, e ainda alguns documentos que terá herdado do seu pai:

Nº	Data	Documentos produzidos/ mandados produzir, recebidos e utilizados	Documentos actualmente conservados (localização)	Notas
1	11.09.1430	“Vasco Rodrigues deu de aforamento a Pedro Anes Galego uma marinha, vinhas e horta na soveira de Vivaldo (hoje	ANTT, AGLS, cx. 38, pt. 193	Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 23 (doc. 72 do maço 5). Traslado, feito a 15.12.1725, existente em ANTT, <i>Casa de Santa Iria</i> , cx. 6, doc. 72.

⁵²¹ Vd. *supra*, p. 222.

		Gâmbia) em Setúbal por 50 moios de sal”		
				Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 1.
2	d. 11.09.1430	Tomada de posse de uma marinha, vinhas e horta na Sovereira / no Sovereiro da Vivaldo	-	
				Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 2
3	06.10.1447	“Pedro Galego comprou a Vasco Fernandes [sic] Vogado por 20 [sic] umas marinhas no Musgo em Setúbal” / “Pedro Galego comprou a Vasco Fernandes [sic] Vogado por 20 reis umas marinhas em Musgos em Setúbal de que o comprador pagava de foro 50 moios de sal”	-	Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 2 (doc. 19 do maço 1) e fl. 16v (doc. 16 do maço 4). Traslado, feito a 15.12.1725, existente em ANTT, <i>Casa de Santa Iria</i> , cx. 9, doc. 87.
				Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 3.
4	d. 06.10.1447	Tomada de posse das marinhas em Musgos	-	

	Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 4.			
5a	03.03.1460	“A Câmara de Setúbal deu a Gonçalo Pires de Andrade a sesmaria do vale do Farilhão em Setúbal”	ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 37, pt. 191	Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 23 (doc. 74 do maço 5).
5b		“um instrumento de sesmaria do moinho”		Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
	Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nºs. 11a e 11b.			
6	d. 03.03.1460	Tomada de posse da sesmaria do vale do Farilhão	-	
	Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 12.			
7a	14.08.1463	Renovação de emprazamento de uma horta no arrabalde do Troino / Trouno feita pela Ordem de Santiago a João Afonso	<i>CSI</i> , cx. 6, doc. 61	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
8a	d. 1463	Compra do emprazamento da horta de Troino / Trouno por parte dos Queimado de vilalobos	-	
7b/ 8b		“duas cartas velhas da horta de Troino”	<i>CSI</i> , cx. 6, doc. 61	

Documentos possivelmente herdados de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, n.ºs. 14a, 15a e 14b/15b.				
9a	15.04.1473	“Inquirição por que consta que D. Maria Anes avó de Vasco Queimado de vilalobos fundou o Convento de S. Francisco de Setúbal em terreno que comprara. Foi tirada em 1473 e já o Convento existia há 60 anos pouco mais ou menos”	ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 17, pt. 136	“Inventário geral dos papéis...”, fl. 36 (doc. 35 do maço 8)
10a	?.?.1477	“Certidão da inscrição que está no altar mor de S. Francisco de Setúbal de Vasco Queimado de vilalobos”	-	“Inventário geral dos papéis...”, fl. 60v (doc. 38 do maço 16)
9b/ 10b	1473/1477	“escrituras do jazigo de São Francisco”	-	“Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v
Documentos herdados de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, n.ºs. 29a, 30a e 29b/30b.				
11	a. 29.04.1473	Carta de privilégio do título de escudeiro do Duque de Beja		Em 29.04.1473 já era mencionado como escudeiro do Duque (vd. n.º. 12)
Na carta em que D. Afonso V concede a legitimação de Vasco Queimado de Vilalobos II refere-se a ele como “escudeiro do Duque D. Diogo” (vd. n.º. 12), o que nos leva a assumir que tenha existido um documento emitido pelo Duque a atestar a atribuição do estatuto de escudeiro. Supomos que Vasco Queimado tenha conservado esse documento em caso de necessidade de fazer prova do seu título, como poderá ter acontecido quando o mesmo Duque				

	o elevou a fidalgo da sua Casa em cerca de 1478 (vd. nº. 13). Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.			
12a	29.04.1473	Legitimação do filho bastardo, Vasco Queimado de Vilalobos II	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Afonso V (ANTT, <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 33, fl. 97 v.).
12b		“legitimação de Vasco Queimado”		Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
Documento herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nºs. 33a e 33b.				
13	c. 1478	Carta de privilégio do título de fidalgo da Casa do Duque de Beja	-	Em Fevereiro de 1478 já é mencionado como fidalgo da Casa do Duque de Beja.
<p>Numa carta de D. Manuel I, datada de 1497 (vd. nº. 61), estão insertas outras duas, uma de D. João II, datada de 1486 (vd. nº 28), e outra de D. Afonso V datada de Fevereiro de 1478 (vd. seguinte, nº. 14). Nesta última, Vasco Queimado de Vilalobos II é mencionado como “fidalgo” da Casa do Duque de Beja, o que nos leva a assumir que terá existido um registo escrito atestando a concessão do título por parte do Duque. Assumimos também que Vasco Queimado tenha conservado o documento em caso de necessidade de fazer prova do seu estatuto.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
14	?02.1478	Carta de privilégio D. Afonso V	-	Documento transcrito numa carta régia de D. João II (vd. nº 28) e de D. Manuel I (vd. nº. 61)
Em Fevereiro de 1478 D. Afonso V toma Vasco Queimado de Vilalobos II e todos os seus dependentes como privilegiados conforme informação transcrita numa carta de D. João II, datada de 1486, por seu turno transcrita numa terceira carta de D. Manuel I produzida em 1497. As sucessivas confirmações da carta de 1478 sugerem que deva ter sido conservada por Vasco Queimado pelo menos até à data da primeira confirmação com o objectivo de provar a				

	atribuição original da mercê. Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.			
15a	26.06.1478	Traslado em pública forma do testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I	ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 12, pt. 88	Documento mencionado no “Inventário geral dos papéis...”, fl. 28 (doc. 23 do maço 7).
15b		“Testamento de Vasco Queimado de Vilalobos de Setúbal que deve copiar-se”		
<p>Vasco Queimado de Vilalobos II herdou o testamento de seu pai (vd. tabela 16, nºs. 33a e 33b) na qualidade de seu testamenteiro e, no dia da sua abertura, pediu ao juiz que presidiu a dita abertura que lhe desse um traslado com o conteúdo do documento. Consideramos, portanto, que criou um novo documento e entendemo-lo como parte integrante da sua produção documental.</p>				
16	a. 1478	Sentença contra Gonçalo Anes e seus herdeiros	-	Documento mencionado no traslado do testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 12, pt. 88).
Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 34.				
17	a. 1478	“uma doação de Isabel Afonso a Vasco Queimado”		“Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº.35.				
18-23	a. 1478	“sete instrumentos em Palmela que falam sobre a herança que Vasco Queimado houve de Isabel Afonso”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.

				Documentos possivelmente herdados de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nºs. 36-42.
24	a. 1478	“carta de foro do moinho de Campo de Ourique”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
				Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 43.
25-26	a. / c. 1478	“dois instrumentos de confissões de Estevão Coelho e Garcia Neto”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
				Documentos possivelmente herdados de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nºs. 44-45.
27	d. 1478	Escrituras de obrigação dos herdeiros de Gonçalo Anes	-	Documentos mencionados no testamento de Vasco Queimado de Vilalobos I (traslado em pública forma conservado em ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 12, pt. 88).
				Vasco Queimado de Vilalobos I deixa instruções no seu testamento para que o seu filho se assegure de obter dos herdeiros de Gonçalo Anes, com quem teve uma contenda, escrituras pelas quais se obrigassem a cumprir os termos acordados na sentença que resolveu a contenda (vd. tabela 16, nº. 34). Não sabemos se Vasco Queimado de Vilalobos II chegou a obter a ditas escrituras mas podemos admitir a possibilidade de ele ter cumprido a vontade do pai e de ter conservado os documentos pelo menos até os termos impostos na sentença terem sido cumpridos. Estes documentos não são mencionados no “Inventário geral dos papéis...”.

28	05.09.1486	Confirmação de D. João II de carta de privilégio	-	<p>Cópia existente na Chancelaria de D. João II (ANTT, <i>Chancelaria de D. João II</i>, liv. 8, fl. 216)</p> <p>Documento transcrito numa carta régia de D. Manuel I datada de 16.02.1497 (vd. n.º. 61)</p>
<p>Em 1478 D. Afonso V tomou Vasco Queimado de Vilalobos II como privilegiado (vd. n.º. 14) e, oito anos mais tarde, D. João II confirma a mercê do seu pai, a qual viria a ser novamente confirmada por D. Manuel I em 1497 (vd. n.º. 61). Supomos que Vasco Queimado tenha conservado o registo escrito da confirmação de D. João II pelo menos até obter a confirmação do Rei sucessor como instrumento de prova do seu estatuto.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>				
29a	20.06.1488	Compra de uma herdade na Surda de Dom Vasco Queimado feita a Fernão Faleiro e sua mulher, Ana Fernandes	CSI, cx. 9, doc. 84	Documento mencionado em “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
29b		“um instrumento de compra e posse da courela da Várzea que parte com a herdade”		
<p>O documento correspondente ao item elencado no “título das escrituras”, actualmente conservado no fundo “Casa de Santa Iria” do Arquivo Nacional Torre do Tombo, corporiza-se numa carta da compra de uma herdade designada “Surda de Dom Vasco Queimado” feita por Vasco Queimado de Vilalobos II a Fernão Faleiro e a sua mulher, Ana Fernandes. Nessa carta escreve-se que a herdade da Surda parte com a herdade do comprador e, nas costas do documento, anotou-se o auto de posse, o que corresponde à descrição feita no “título das escrituras”. Para além disso, também nas costas da carta, Vasco Queimado de Vilalobos II escreveu de sua mão “carta de venda do meu olival de Setúbal”, o que nos indica que a propriedade foi entretanto transformada em olival. Este facto é confirmado pelas partilhas dos bens deixados por Vasco Queimado de Vilalobos II, cabendo a Simão de Miranda Henriques e</p>				

<p>a Maria Queimada um “olival na Várzea”⁵²².</p> <p>Este documento não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...”.</p>				
30	27.05.1489	Renovação do empraçamento da horta do Troino / Trouno feita pela Ordem de Santiago a Vasco Queimado de Vilalobos II	-	Renovação do empraçamento feito pela Ordem de Santiago a 27.05.1489 transcrita na confirmação régia de 28.01.1490.
31a	28.01.1490	Confirmação régia da renovação do empraçamento da horta do Troino / Trouno feita pela Ordem de Santiago a Vasco Queimado de Vilalobos II	CSI, cx. 6, doc. 69	Documento mencionado em “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
31b	1489/1490	“uma carta de anovamento da horta do Troino”		
<p>A 28 de Janeiro de 1490, Vasco Queimado de Vilalobos II obtém de D. João II uma confirmação da renovação do empraçamento da horta do Troino / Trouno autorizada pela Ordem de Santiago a 27 de Maio de 1489, empraçamento esse que provavelmente foi comprado pelo seu pai (vd. tabela 16, nº. 15a). Conserva-se actualmente no fundo “Casa de Santa Iria” do Arquivo Nacional Torre do Tombo a confirmação régia, onde foi transcrita a renovação feita pela Ordem. Visto que não temos conhecimento da existência deste último documento se não por via da transcrição, assumimos que o item elencado no “Instrumento ao teor de um inventário...” se reporte à confirmação régia.</p> <p>Este documento não é mencionado no “Inventário geral dos papéis...”.</p>				

⁵²² Carta de partilhas (1501) dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II conservada em ANTT, *AGLS*, cx. 12, pt. 88.

32a	a. 1489	Aforamento de umas terras na Asseçola e no Abul feito pela Ordem de Santiago a Jerónimo Fernandes	-	<p>Aforamento das terras, compra do aforamento e confirmação/ renovação são mencionados numa sentença dada pelo Mestre de Santiago, em 19.10.1510, aos herdeiros de Vasco Queimado de Vilalobos II (ANTT, <i>Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmela</i>, mç. 3, doc. 205).</p> <p>Documento(s) mencionado(s) em “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.</p>
33a	a. 1489	Compra do aforamento de umas terras na Asseçola e no Abul pertencentes à Ordem de Santiago feita por Vasco Queimado de Vilalobos II a Jerónimo Fernandes	-	
34a	08.07.1489	Confirmação / Renovação por parte da Ordem de Santiago da compra do aforamento de umas terras na Asseçola e no Abul	-	
32b/ 33b/ 34b	c.1489	“duas escrituras e duas confirmações do casal de Abul”	-	

Entre finais da década de 90 do século XV e início do século XVI, os herdeiros de Vasco Queimado de Vilalobos II vêm-se envolvidos numa contenda com a Ordem de Santiago sobre o aforamento de umas terras na Asseçola e no Abul que tinha pertencido a Vasco Queimado. Segundo consta na sentença do Mestre da Ordem que resolveu a contenda, Vasco Queimado tinha comprado o aforamento a Jerónimo Fernandes e, a 8 de Julho de 1489, viu a compra confirmada ou o aforamento renovado pela Ordem com a condição de fazer melhorias nas propriedades⁵²³. Com o argumento de que essas melhorias não tinha sido feitas, a Ordem exige aos herdeiros de Vasco Queimado de Vilalobos II que apresentem escrituras que provem a sua posse das terras, os quais apresentam três documentos, a saber, o aforamento que a

⁵²³ Sentença (1510) conservada em ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, mç. 3, doc. 205.

				<p>Ordem tinha feito a Jerónimo Fernandes, a compra do aforamento a Jerónimo Fernandes por parte de Vasco Queimado e a confirmação ou renovação que este último recebeu da Ordem. Contudo, o Mestre decide que deviam perder a posse das terras no Abul mantendo, no entanto, as da Asseiçola.</p> <p>No “título das escrituras” mencionam-se quatro documentos relacionados com Abul, sendo que três deles possam talvez ser aqueles apresentados na sequência da contenda. Quanto ao quarto documento, não temos informação.</p> <p>Estes documentos não são mencionados no “Inventário geral dos papéis...”.</p>
35	26.09.1494	Carta de mercê do Duque de Beja	-	Documento transcrito numa carta régia datada de 11.02.1497 (vd. nº. 60)
				<p>D. Manuel, Duque de Beja, faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos II de uma tença anual no valor de dez mil reais atribuída por intermédio de uma carta que está actualmente transcrita numa segunda carta onde, D. Manuel, já Rei, confirma a mercê (vd. nº. 60). Assim, é de supor que Vasco Queimado tenha conservado a carta original de mercê pelo menos até obter a confirmação como forma de fazer prova da atribuição da tença.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>
36-37	a. 1497	“duas escrituras uma da compra das casas de João de Toar e outra de como lhas logo tornaram a aforar”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v – 9.
38	a. 1497	“uma escritura de foro da casa que foi de João de Toar e da botica que tem ao pelourinho”	-	
				Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, as “casas

				que foram de João de Toar” couberam aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada ⁵²⁴ . Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.
39	a. 1497	“uma sentença de Vasco Lourenço Queimado contra Fernão Vasques”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
				Não nos foi possível identificar nenhum dos personagens mencionados neste item nem estabelecer por que razão a sentença estaria na posse de Vasco Queimado de Vilalobos II visto que não temos conhecimento de outras referências à dita sentença para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.
40	a. 1497	“uma escritura de foro da loja de Frolim”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
				Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, o foro que “faz Frolim de uma loja que tem ao postigo da pedra” coube aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada ⁵²⁵ . Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.
41	a. 1497	“uma carta de foro da adega que tem o Gorelho à porta da rua”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
				Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, o foro que “que faz Gorelho de uma adega que parte com Vasco Gonçalves da Romeira” coube aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada ⁵²⁶ . Não temos conhecimento de

⁵²⁴ Carta de partilhas (1501) dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II conservada em ANTT, AGLS, cx. 12, pt. 88.

⁵²⁵ *Idem.*

⁵²⁶ *Idem.*

				nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.
42 (+)	a. 1497	“escrituras das casas de Lisboa”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
				Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, as casas em Lisboa “ao Poço do Chão” couberam aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada ⁵²⁷ . Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.
43	a. 1497	“uma escritura da compra vinha de Galvão”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fls. 8v.-9.
				Não temos conhecimento de nenhuma referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...” visto que nas partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II não há menção específica a esta vinha.
44	a. 1497	“uma carta de sesmaria da marinha Olha Lua”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
				Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, esta marinha parece ter sido herdada por Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada se bem que não se faz menção à existência de uma sesmaria ⁵²⁸ . Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.

⁵²⁷ *Idem.*

⁵²⁸ *Idem.*

45	a. 1497	“uma escritura da vinha de Marcos, o Judeu”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
<p>Não temos conhecimento de nenhuma referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...” visto que nas partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II não há menção específica a esta vinha.</p>				
46-49	a. 1497	“quatro que hi por a vinha de Canelas”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
<p>Não temos conhecimento de nenhuma referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...” visto que nas partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II não há menção específica a esta vinha.</p>				
50	a. 1497	“uma carta da vinha que foi de Jaco Pinto que está à Torre de Branca Anes”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
<p>Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, esta vinha, identificada como “vinha em logo que se chama a da Branca Anes”, coube aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada⁵²⁹. Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.</p>				
51	a. 1497	“uma carta das casas que foram de Jaco Pinto na Rua Direita”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
<p>Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, estas casas, localizadas na “Rua Direita da que foi Judiaria que partem com André Gago que foram de Pinto”, couberam aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada⁵³⁰. Não temos</p>				

⁵²⁹ *Idem.*

⁵³⁰ *Idem.*

		conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.		
52	a. 1497	“uma carta das casas de Farabam”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
	Não temos conhecimento de nenhuma referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...” visto que nas partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II não há menção específica a estas casas.			
53	a. 1497	“uma carta de foro da marinha”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
	Visto que não se especifica o nome da marinha não nos é possível determinar se existem outras referências a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.			
54	a. 1497	“instrumento de provimento das Igrejas”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
	Não nos foi possível determinar a que Igrejas diz respeito este instrumento de provimento visto não termos conhecimento da existência de outras referências quer às ditas Igrejas quer a este documento para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.			
55	a. 1497	“carta de compra das casas de Garção Lavança”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
56	a. 1497	“uma escritura de aforamento das ditas casas”	-	
	Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, estas casas, que parecem ser identificadas como o foro “que faz Lavança de umas casas que estão na rua			

		que foi judiaria”, couberam aos herdeiros de Nuno Fernandes da Mina e Isabel Queimada ⁵³¹ . Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.		
57	a. 1497	“uma carta das casas que foram de Isabel Leda”	-	Documentos mencionados no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
58	a. 1497	“uma carta de foro da casa que foi de Isabel Leda”	-	
		Não temos conhecimento de nenhuma referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...” visto que nas partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II não há menção específica a estas casas.		
59	a. 1497	“uma carta da marinha da Palmeira”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 9.
		Segundo as partilhas que se fizeram dos bens de Vasco Queimado de Vilalobos II, esta marinha coube a Simão de Miranda Henriques e a Maria Queimada ⁵³² . Não temos conhecimento de nenhuma outra referência a esta documentação para além do “Instrumento ao teor de um inventário...”.		
60	11.02.1497	Confirmação de D. Manuel I de carta de privilégio	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Manuel I (ANTT, <i>Chancelaria de D. Manuel I</i> , liv.29, fl. 91v).
		Em 1494, D. Manuel, ainda na qualidade de Duque de Beja, faz mercê a Vasco Queimado de Vilalobos II de uma tença anual (vd. n.º. 35), mercê essa que confirma depois de subir ao trono. Julgamos que Vasco Queimado terá conservado esta carta em caso de necessidade de fazer prova da obtenção da tença provavelmente até à sua morte, que ocorreu poucos meses depois da emissão da confirmação.		

⁵³¹ *Idem.*

⁵³² *Idem.*

	Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.			
61	16.02.1497	Confirmação de D. Manuel I de carta de privilégio	-	Cópia existente na Chancelaria de D. Manuel I (ANTT, <i>Chancelaria de D. Manuel I</i> , liv.29, fl. 91v).
	<p>Como vimos, em 1478 D. Afonso V tomou Vasco Queimado de Vilalobos II como privilegiado (vd. nº. 14), estatuto que foi confirmado por D. João II em 1486 (vd. nº. 28) e que D. Manuel I também reconheceu por intermédio de uma segunda carta de confirmação. Cremos ser provável que Vasco Queimado tenha conservado este documento caso fosse necessário fazer prova do referido estatuto provavelmente até à sua morte, que sucedeu poucos meses depois da produção da confirmação de D. Manuel.</p> <p>Este documento não é mencionado em nenhum dos inventários.</p>			
62	(?)	“uma carta de casamento que Vasco Queimado, o velho, prometeu para seu filho”	-	Documento mencionado no “Instrumento ao teor de um inventário...”, fl. 8v.
	Documento possivelmente herdado de Vasco Queimado de Vilalobos I, conferir tabela 16, nº. 50.			

Tabela 17

Reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos II

Da análise desta tabela concluímos que, de um total de cerca de sessenta e dois documentos geridos por Vasco Queimado de Vilalobos II, conhecemos hoje sete, ou seja, 11% do total, o que perfaz uma percentagem semelhante ao que verificámos no caso do seu pai. Quatro desses documentos foram herdados do seu antecessor (n.ºs. 1, 5, 7 e 9) e os restantes foram por ele produzidos e/ou recebidos ao longo da sua vida, nomeadamente, o traslado do testamento do seu pai (n.º 15), a confirmação régia da renovação do emprazamento da horta do Troino (n.º. 31) e a carta de compra da herdade na Várzea (n.º. 29). A esta produção documental acrescenta-se ainda a nota escrita por Vasco Queimado de Vilalobos II nas costas deste último documento, que não incluímos

no cálculo do total de documentos por não ter implicado a produção material de um documento novo, aproveitando-se um suporte pré-existente.

Colocando as mesmas perguntas que explorámos no exemplo de Vasco Queimado de Vilalobos I – por que razão foram conservados sete documentos e por que motivos desconhecemos os restantes cinquenta e quatro -, podemos importar as mesmas respostas. À semelhança dos quatro documentos legados por Vasco Queimado de Vilalobos I ao seu filho, os restantes três cumpriram, também eles, funções perpétuas: a horta do Troino e a herdade da Várzea foram integradas num morgadio e o traslado do testamento, entre outros aspectos, protegia os seus sucessores de possíveis demandas que pudessem ser interpostas pela família da mulher com quem teve duas filhas mas com a qual não casou nem nunca teve intenção de casar. Deste modo, foram sobrevivendo ao longo dos séculos e passando vários processos de selecção, iniciados, desde logo, com a inventariação de 1498. Quanto aos documentos que não se conservaram, mantêm-se as mesmas duas vias de interpretação enunciadas no caso de Vasco Queimado de Vilalobos I.

Numa perspectiva comparativa, o exercício de reconstituição dos arquivos que poderão ter sido geridos pelas duas primeiras gerações da família Queimado de Vilalobos sugere-nos duas notas finais. A primeira nota reporta-se à distribuição dos documentos por aquelas que podemos considerar as três principais categorias de documentação existentes nos arquivos analisados: documentos ligados à gestão de património, documentos associados às actividades pessoais dos dois membros (as cartas régias ou ducais), e documentos de carácter familiar (testamento, inquirição de testemunhas, carta de promessa de casamento, certidão da inscrição no altar-mor, carta de legitimação e comprovativo da doação à confraria).

O número de documentos nesta última categoria é idêntico nas duas gerações (seis), sendo que as variações surgem nas duas outras categorias. De facto, verificamos que, no que diz respeito a Vasco Queimado de Vilalobos I, a quantidade de registos associados à gestão do património (vinte e quatro) era quase idêntica ao volume de documentação que recebeu no decurso das suas actividades pessoais (vinte). Esta tendência inverte-se na geração do seu filho, na qual o número de registos relativos às suas actividades é bastante menor (sete), ao mesmo tempo que se duplica a quantidade de documentação ligada ao património (quarenta e nove).

Estes aspectos levam-nos à segunda nota, que introduz uma questão maior que já foi sendo afluída ao longo das páginas anteriores. Apesar de, tanto no AGLS como no quadro geral dos arquivos de família Portugueses, o volume de documentação dos Queimado de Vilalobos ser bastante diminuto, perguntamos: tendo em conta que desse volume só conhecermos os documentos de carácter familiar (seja os que foram inicialmente produzidos enquanto tal, seja os que foram posteriormente transformados aquando a vinculação das propriedades a que diziam respeito em morgadios) – excluindo, portanto, uma maioria que foi produzida e utilizada mas não conservada até à actualidade –, quão parcial é o todo que hoje conhecemos? Quão representativa ou deformada é a imagem passível de ser recuperada a partir daquilo que nos foi transmitido⁵³³? Por outras palavras, quão distante está a produção e gestão documental dos membros dos grupos familiares Portugueses entre Quatrocentos e Quinhentos dos vestígios que hoje compõem os arquivos de família? Ou quão limitadas são as leituras tecidas exclusivamente a partir do que resta?

O papel dos arquivos na formação e consolidação das famílias nobres

Da junção de todos os estudos de caso que apresentámos ao longo deste capítulo podemos inferir um conjunto de conclusões sobre os arquivos criados e geridos por famílias da nobreza Portuguesa de Quatrocentos e Quinhentos, sobre as funções que atribuíram aos documentos que produziram ou receberam e que depois escolheram ou não arquivar e sobre as suas estratégias arquivísticas e práticas documentais.

É preciso não esquecer, antes de mais, que quaisquer conclusões que possamos avançar estão necessariamente condicionadas pelo longo percurso que explica a conservação dos arquivos desde a cronologia em análise até à actualidade. Apesar de óbvia, a ideia de que só nos é possível conhecer os vestígios documentais que as sucessivas gerações de gestores dos arquivos foram considerando útil ou pertinente conservar é essencial. É essencial, desde logo, para não fazermos equivaler aquilo que resta ao que terá sido efectivamente produzido, recebido e arquivado. De facto, ficou para nós claro que tanto a realidade documental de que hoje dispomos como a imagem

⁵³³ ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 15-29.

passível de ser recuperada a partir daí sobre os contextos dos séculos XV e XVI é manifestamente parcial. O exercício de reconstituição do arquivo dos Queimado de Vilalobos mostrou-nos isso mesmo. Também óbvia, esta manifesta parcialidade é todavia útil para nos lembrar que são redutoras as leituras que enfatizam as funções atribuídas aos arquivos que são melhor representadas pelos documentos actualmente conservados – como, por exemplo, a gestão de património – em detrimento das restantes das quais conhecemos poucos ou nenhuns vestígios documentais.

Daí a importância de integrar o estudo dos arquivos de família tal como hoje os conhecemos numa reflexão mais lata que inclua uma associação clara entre as práticas documentais e de arquivagem e os percursos e estratégias sociais do conjunto de indivíduos que compuseram as famílias; um questionamento sobre o «porquê» e o «como» da utilização, gestão, conservação e destruição de documentos não só ao longo do tempo de vida das gerações de Quatrocentos e Quinhentos mas durante as centúrias que se seguiram; e, por fim, uma visão de conjunto que nos permita conhecer os contextos arquivísticos nos quais a documentação dos séculos XV e XVI foi circulando, esteve e está integrada.

Arquivos como “organismos vivos”. Directamente relacionada com estas ideias está a primeira conclusão que podemos avançar, a de que os arquivos geridos pelas famílias eram, contrariamente ao seu sentido actual, “organismos vivos” em constante mutação⁵³⁴. Se hoje são encarados como arquivos históricos, estáticos na sua qualidade de património cultural, durante o Antigo Regime estes acervos sofreram sucessivas mutações tanto no que diz respeito aos significados que eram atribuídos aos diferentes documentos que os compunham como ao nível da sua estrutura física. “A conservação organizacional não era antiquarizante nem historicista. Construía e destruía a documentação em função dos seus interesses, gradualmente de uma memória do passado, e em função da sua recuperação e uso”⁵³⁵.

⁵³⁴ BOURQUIN, Laurent, “Mémoire familiale, mémoire seigneuriale : le chartrier de Chalancey (XVe-XIXe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 211.

⁵³⁵ ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 580-581.

De facto, tanto ao longo dos séculos XV e XVI como, na realidade, durante todo o percurso de conservação dos arquivos, os documentos arquivados foram acumulando camadas de significados que foram actualizando a sua pertinência para as famílias e, assim, justificando a continuidade da sua preservação. Se, em alguns casos, esses significados se mantiveram inalterados durante séculos, noutros os motivos que explicaram a sua conservação foram sofrendo alterações e já nada tinham a ver com os objectivos que presidiram à produção dos documentos ou à sua integração original no arquivo.

Num sentido semelhante, para as mutações físicas dos arquivos contribuíram essencialmente três factores. O primeiro nasce, desde logo, da própria transmissão dos acervos dentro da família. As mudanças geracionais traziam alterações à estrutura dos acervos, especialmente nos casos em que existiam dois ou mais herdeiros e nenhum era particularmente beneficiado. Com a distribuição de património ou com a constituição de dotes, os documentos em arquivo dispersavam-se pelos seus novos proprietários e passavam a integrar outros arquivos.

Depois, outras acções que implicavam a circulação de documentação entre arquivos: os casamentos, que levavam à integração de documentos da família da esposa no arquivo do marido; as extinções de linhas, que faziam passar as heranças documentais para os parentes mais próximos; ou a compra e venda de propriedades e bens, que concediam aos novos proprietários a posse de todos os documentos relativos a essas mesmas propriedades e a esses mesmos bens.

Por fim, o último factor está relacionado com os consecutivos processos de reavaliação acerca do que seria útil ou importante continuar a conservar por oposição ao que poderia ser destruído. Dispomos no AGLS de muito poucos vestígios sobre esta faceta da gestão dos arquivos durante os séculos XV e XVI, pelo que nos restam mais perguntas do que respostas. Com que frequência era reavaliada a utilidade da conservação dos documentos em arquivo? Seria tarefa de cada gestor ir consultando periodicamente os documentos à sua guarda com a intenção específica de actualizar o acervo, destruindo os registos que considerava inúteis? Ou, num sentido oposto, seria esse trabalho levado a cabo em momentos particulares como, por exemplo, no fim ou no início da administração de cada gestor, o que permitiria fazer coincidir a preparação da sucessão ou os primeiros passos no exercício das funções de representação da família com eventuais revisões ou reformulações dos arquivos?

Como nos mostraram os testamentos de Brás Salema II⁵³⁶ ou de Tomé Salema⁵³⁷, a fixação das últimas vontades dos membros das famílias surgiu em paralelo com advertências aos herdeiros para a resolução de questões pendentes. Para tal remeteu-se para diversas escrituras existentes no arquivo ou fora dele, o que implicou provavelmente uma consulta prévia da informação documental que devia ser transmitida nos testamentos. O mesmo sucedeu no caso de Maria Rebelo, testadora que referiu expressamente a revisão de vários documentos com o intuito de confirmar o cálculo do rendimento do vínculo que deixava aos seus sucessores⁵³⁸. É possível, portanto, que os preparativos para a produção dos testamentos tenham constituído também uma oportunidade para levar a cabo triagens da documentação em arquivo, procedendo-se a reformulações do legado documental que em breve passaria para as mãos de um novo gestor.

Organização, controlo e recuperação de informação. Esta preocupação com a correcta identificação dos documentos conservados nos arquivos está também patente nas estratégias de organização e recuperação da informação disponível. Os elementos de que dispomos no AGLS sobre esta matéria são poucos já que, à excepção do inventário dos Queimado de Vilalobos, não está conservado naquele arquivo qualquer outro instrumento que tenha tido como objectivo descrever a documentação arquivada⁵³⁹. Do mesmo modo, não encontramos nos documentos vestígios datáveis dos séculos XV e XVI que se reportem a sistemas de cotas ou de numeração dos registos escritos.

Contudo, é reveladora uma das categorias de produção documental dos membros das famílias a que fomos fazendo alusão ao longo deste capítulo, a saber, as anotações escritas nas costas dos documentos contendo pequenos resumos do conteúdo dos registos. Mais ou menos desenvolvidas consoante os casos, as anotações nas costas dos documentos incluíam, por norma, referências ao assunto versado nos registos escritos, às pessoas envolvidas e a locais. Outras notas iam mais longe, como a de Gabriel Lopes de Bulhão, que se reportou também ao modo como as escrituras tinham vindo à sua posse⁵⁴⁰, ou a de Cosme Rodrigues, produzida para controlar a saída e a entrada do arquivo de certos registos⁵⁴¹.

⁵³⁶ Vd. *supra*, p. 129.

⁵³⁷ Vd. *supra*, p. 155.

⁵³⁸ Vd. *supra*, p. 133.

⁵³⁹ Vd. *supra*, p. 226.

⁵⁴⁰ Vd. *supra*, p. 176.

⁵⁴¹ Vd. *supra*, p. 144.

Na sua globalidade, estas anotações demonstram com clareza que a ausência de inventários, cartulários ou cotas formais não significou necessariamente que as famílias não controlassem a informação existente no arquivo nem que não existisse uma preocupação em melhorar a eficácia dos acervos fosse para satisfazer necessidades presentes, fosse pensando na sua utilização futura.

E são também estas anotações que nos permitem antever como estariam organizados alguns dos documentos nos arquivos, nomeadamente aqueles que diziam respeito a bens patrimoniais. Como verificámos no exemplo da herdade do Gradil⁵⁴² ou das casas da Porta Nova⁵⁴³, era comum a disposição dos registos escritos de acordo com a sua “genealogia patrimonial”, criando-se uma ligação intelectual (por via das próprias anotações) e/ou física (recorrendo-se eventualmente a uma só unidade de instalação) entre todos os documentos que se reportavam à mesma propriedade. Vimos que foi no documento mais antigo, no documento «fundador», que se descreveram os conjuntos do Gradil e da Porta Nova. Seria esta opção pela escolha do documento mais antigo uma prática comum partilhada por outros gestores de arquivos familiares?

Competências profissionais e a gestão dos arquivos. Numa linha sugerida por outros autores, uma parte dessas práticas de organização, controlo e recuperação de informação pode ter sido influenciada pelas competências profissionais adquiridas por diversos membros das famílias⁵⁴⁴. Vários desses membros exerceram funções directamente relacionadas com a produção e a gestão pela escrita, como os já mencionados Cosme Rodrigues, escrivão e depois provedor da Casa dos Contos, e Gabriel Lopes de Bulhão, escrivão dos órfãos, judeus e mouros e depois provedor da Câmara de Lisboa (ambos responsáveis, sublinhe-se, pelas anotações mais complexas do conjunto identificado). É possível, portanto, que do contacto com outras instituições que ancoravam grande parte do seu funcionamento na escrita e no recurso a documentação tenha decorrido uma importação dos conhecimentos adquiridos para a gestão dos arquivos familiares.

Todavia, não era requisito obrigatório desempenhar um ofício próximo à gestão pela escrita para compreender a importância de conservar os registos escritos. O

⁵⁴² Vd. *supra*, p. 120.

⁵⁴³ Vd. *supra*, p. 161.

⁵⁴⁴ VON KAENEL, Viviane, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L'inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, Lausanne, Université de Lausanne, 2003, p. 75 ; GUYARD, Patricia, "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi : le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)", *Bibliothèque de l'école des chartes*, tome 157 (1999), livraison 2, pp. 554, 562.

exemplo mais acabado encontra-se na administração dos arquivos assegurada pelas mulheres depois de enviuvarem. Em vida dos maridos, a presença das mulheres na documentação conservada no AGLS surge num segundo plano mas é constante. São os maridos, na qualidade de representantes da família, que têm voz activa nas negociações que envolvem a gestão de património, na resolução de contendas, no diálogo com outras instituições. Mas, directa ou indirectamente, as mulheres nunca deixaram de estar envolvidas nas matérias que diziam respeito a bens partilhados, fosse estando fisicamente presentes nos actos, fosse através de procurações que, por norma, entregavam aos maridos para que estes pudessem agir sob a sua autoridade.

Depois da morte dos maridos, vemos as mulheres a assumir um papel activo na representação da família e, por conseguinte, na gestão dos acervos como uma das vertentes da administração dos assuntos familiares. Enquanto viúvas dos maridos defuntos, as mulheres produzem documentação e integram-na nos arquivos, pedem traslados, autenticações, cartas testemunháveis, utilizam os documentos com diversos objectivos. Foi o que sucedeu, por exemplo, com Isabel Serrão ou com a já mencionada Maria Rebelo, viúvas que revelaram um domínio das práticas documentais e arquivísticas idêntico ao dos seus antecessores⁵⁴⁵.

Este aspecto leva-nos a reflectir acerca da forma como se transmitiram conhecimentos dentro do grupo familiar no que à gestão dos arquivos diz respeito. De facto, podemos afirmar que os arquivos eram um dos elementos-chave para a sobrevivência das famílias na medida em que, por si só, a posse e usufruto de bens, direitos, estatutos ou privilégios não eram suficientes. Cada vez mais a partir de finais do século XV, era crucial a capacidade de provar e defender, sempre que necessário, a legitimidade dessa posse e usufruto, assegurada pelos documentos escritos.

Assim, era importante que, com esses bens, direitos, estatutos ou privilégios e com os arquivos em si, fossem transmitidas também informações que permitissem a correcta e eficaz gestão e conservação dos documentos e que promovessem aquilo que designámos como «cultura documental» das famílias, isto é, o conhecimento acerca de quais e quantas situações exigiam a produção ou a utilização de registos escritos.

Pressões externas e defesa de direitos. No entanto, essa «cultura documental» não era muitas vezes suficiente para evitar as contendas jurisdicionais que opuseram as

⁵⁴⁵ Vd. *supra*, p. 132.

famílias a outras entidades, como se verificou, por exemplo, nos casos de Diogo Gonçalves Salema I⁵⁴⁶ ou João Afonso Camareiro⁵⁴⁷, envolvidos em pleitos com a Ordem de Santiago. Como vimos, muitas dessas contendas deveram-se à progressiva imposição da escrita nos modos de funcionamento de diferentes instâncias de poder como reflexo do processo de centralização e burocratização da Coroa e das instituições a ela associadas.

Estas mudanças vieram, por seu turno, exercer pressão sobre as famílias, que viram os seus direitos e propriedades ameaçados pelas exigências cada vez mais frequentes de apresentação de documentos escritos que provassem a legitimidade desses direitos e da posse dessas propriedades. Por oposição à importação de conhecimentos que mencionámos anteriormente, esta é, se quisermos, a faceta «traumática» da relação que as práticas familiares de produção documental e gestão dos arquivos partilharam com as suas congéneres exteriores às famílias.

Deste modo, a história dos arquivos de família é também uma história de adaptação às práticas documentais e arquivísticas que iam sendo impostas por entidades externas às famílias. De facto, como afirmou Pierre Savy, a memória familiar era também uma memória social, externa ao grupo e intimamente ligada à posição das famílias e às suas relações com o poder político⁵⁴⁸. O mesmo é válido para os arquivos e para a forma como foram sendo utilizados e geridos.

Conservar “até ao fim do mundo”. Mas para compreendermos plenamente os arquivos de famílias temos que atender também às lógicas internas do funcionamento dos grupos familiares. Entre essas lógicas encontramos uma que está para além das pressões externas, das competências ou conhecimentos dos membros das famílias ou de qualquer processo de triagem ou reavaliação acerca da utilidade da conservação dos documentos. Referimo-nos ao conjunto de documentação ligada aos vínculos (morgadios, capelas), que, como eles, devia ser preservado “até ao fim do mundo”⁵⁴⁹. Nesse conjunto incluíam-se os testamentos ou registos onde se previu a instituição dos

⁵⁴⁶ Vd. *supra*, p. 114.

⁵⁴⁷ Vd. *supra*, p. 122.

⁵⁴⁸ SAVY, Pierre, “Un aspect méconnu du «paysage documentaire» italien à la fin du Moyen Age : la production de registres en milieu seigneurial”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 147.

⁵⁴⁹ Esta expressão é utilizada por Maria Rebelo no seu testamento: Traslado (1828) do testamento e livro de codicilo de Maria Rebelo (1599) conservado em ANTT, *AGLS*, cx. 16, pt. 133.

vínculos (os «documentos fundadores»), os tombos de capela ou todos os documentos que atestassem a posse das propriedades ou bens vinculados.

A compreensão da história destes morgadios e capelas afigura-se essencial por dois motivos. Em primeiro lugar, porque é essa história que, mais do que as genealogias, nos permite traçar a circulação de grande parte dos documentos que compunham os arquivos de família. A forma como os vínculos e, logo, os documentos deviam ser transmitidos era determinada pelos fundadores, dependia da sua vontade, e não seguia necessariamente a linha sucessória de varonia e primogenitura.

Num sentido semelhante, o segundo motivo que sublinha a importância de acompanhar os percursos dos vínculos diz respeito precisamente à vontade dos fundadores, assumida como “lei interna” das famílias juridicamente reconhecida por outras autoridades. Aplicando esta noção aos arquivos, podemos afirmar que a «lei» dos fundadores constituía uma normativa de gestão e conservação de parte dos acervos. Implícita ou explicitamente – fundadores de morgadios e capelas como Tomé Salema ou Maria Rebela determinaram explicitamente que os seus testamentos deviam ser obrigatoriamente conservados e trasladados -, esta normativa ultrapassava, portanto, as opções de cada um dos gestores dos arquivos, juridicamente obrigados a conservar todos os registos relacionados com os vínculos.

A este conjunto de documentação ligada aos vínculos juntavam-se depois os restantes registos de conservação permanente, ou seja, todos aqueles que asseguravam direitos, estatutos ou privilégios que eram transmissíveis a todos os descendentes. Entre eles contam-se, por exemplo, a carta de sepultura de João Afonso e Maria Anes⁵⁵⁰ e a inquirição de testemunhas de Vasco Queimado de Vilalobos⁵⁵¹ (ambas certificando o direito de sepultura) ou ainda as inquirições de testemunhas de Cristóvão Lopes de Bulhão⁵⁵² e Gaspar Vana⁵⁵³, que atestavam a nobreza das duas famílias.

É esta documentação que, no fundo, compõe o eixo articulador dos arquivos das famílias analisadas, como prova, aliás, o facto de a grande maioria de documentos que hoje conhecemos acerca dessas famílias estar precisamente ligada aos vínculos ou aos direitos perpétuos. O exemplo mais acabado é, na realidade, o dos Queimado de Vilalobos, sobre os quais conhecemos apenas registos desta categoria. A existência de

⁵⁵⁰ Vd. *supra*, p. 167.

⁵⁵¹ Vd. *supra*, p. 192.

⁵⁵² Vd. *supra*, p. 171.

⁵⁵³ Vd. *supra*, p. 179.

vínculos ou direitos perpétuos não era, todavia, condição *sine qua non* para a constituição de arquivos de família mas a sua sobrevivência como um conjunto coerente até aos nossos dias dependeu significativamente da perpetuidade dos direitos e privilégios assegurados pela conservação da documentação.

Arquivos «correntes» e arquivos «dos percursos individuais». Contudo, isso não significava que os arquivos de família tivessem sido apenas compostos por documentação pensada para ser conservada “até ao fim do mundo”. Num sentido oposto, vários outros documentos serviram funções não perpétuas ou «correntes» e muitos deles acabaram por ser destruídos, revelando, assim, menores probabilidades de transmissão e conservação. Esta é, por isso, a faceta dos arquivos de família mais difícil de recuperar dado que nos chegaram apenas vestígios, na sua maioria indirectos, destes outros registos com menor probabilidade de serem conservados.

De entre esses vestígios destacam-se os testamentos como o de Brás Salema II⁵⁵⁴ ou de Tomé Salema⁵⁵⁵, que nos dão a conhecer vários documentos de gestão quotidiana e «corrente»: “conhecimentos”, papéis de “lembrança” com contas dos criados, registos entregues a pilotos de naus. Uma vez cumprido o objectivo imediato com que foram produzidos, as famílias não terão reconhecido, em princípio, qualquer função na continuidade da sua conservação.

A par destes documentos, os estudos de caso analisados revelam outra categoria de registos que não sobreviveu aos sucessivos processos de triagem, categoria essa que podemos classificar como registos produzidos e recebidos no âmbito dos percursos individuais dos membros das famílias. Incluem-se aqui os documentos de função (produzidos ou recebidos no cumprimento de ofícios) mas também todos aqueles que atestaram a promoção social dos indivíduos (cartas de mercê de estatutos, de privilégios ou dos próprios ofícios).

O exercício de reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos I revelou de forma clara como estes documentos, em particular os do segundo grupo, constituíam uma parcela importante do acervo. Foram eles que sustentaram a promoção social e profissional dos diferentes membros e serviram, portanto, propósitos directamente ligados aos seus percursos individuais. Contudo, no quadro da família como um todo, como um corpo, a conservação desta documentação, juntamente com os

⁵⁵⁴ Vd. *supra*, p. 127.

⁵⁵⁵ Vd. *supra*, p. 154.

documentos de função, não parece ter sido valorizada de forma coerente nos exemplos que analisámos. Porém, alguns destes registos sobreviveram, como provam os dezoito documentos de função de Cosme Rodrigues, que chegaram a ser inventariados em 1815. Por que motivo(s) terão continuado a ser conservados até então?

Apesar de fragmentária e de aparentemente pouco valorizada pelo corpo familiar em termos de conservação, é preciso sublinhar que esta outra categoria de registos terá constituído uma importante parcela dos arquivos de família como um todo. É difícil determinar com exactidão a dimensão da sua expressão e do papel que desempenharam nos aspectos quotidianos do funcionamento das famílias e nos percursos sociais e profissionais dos seus membros. Não obstante, tal dificuldade não deve levar-nos a reduzir os arquivos de família às realidades documentais hoje melhor representadas, sob pena de comprometermos as leituras sobre a plenitude das práticas documentais e de arquivagem dos grupos familiares.

Na soma de todas estas ideias retornamos àquele que foi, no fundo, o ponto de partida, isto é, a ideia de que os arquivos desempenharam um papel central na formação e na consolidação dos grupos familiares nobres. Esse papel “sociogenético” corporizou-se, deste modo, nas mais diversas componentes do funcionamento das famílias: nas questões mais práticas, materiais e económicas, da sobrevivência dos grupos; no diálogo com outros grupos e instituições; no enquadramento social e jurídico; na espiritualidade e na perpetuidade da saúde das almas dos membros das famílias; e na comemoração de uma identidade e memórias partilhadas⁵⁵⁶.

⁵⁵⁶ MORSEL, Joseph, “En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 17.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÕES ARQUIVÍSTICAS

“...a Arquivística é uma ciência da informação social que estuda o arquivo enquanto sistema (semi-) fechado, não através de um dispositivo metodológico fragmentário virado só para a componente funcional/serviço, isto é, transferência e recuperação da informação, mas através de um dispositivo coeso, retrospectivo e prospectivo, capaz de problematizar em torno das leis formais ou princípios gerais, a actividade humana e social implicada no processo informacional arquivístico”⁵⁵⁷

Depois da análise do Arquivo Gama Lobo Salema como um todo, da reflexão sobre a actual estrutura arquivística do acervo e do exame dos traços documentais produzidos, recebidos e acumulados por algumas das famílias no arquivo representadas ao longo dos séculos XV e XVI avançamos, por fim, para a etapa da representação arquivística. Assim, o objectivo deste capítulo passa por desenvolver novas propostas de representação arquivística do AGLS: um novo quadro de classificação e uma base de dados com as descrições arquivísticas da documentação datada de Quatrocentos e Quinhentos.

Começaremos por apresentar e discutir, na primeira secção, o modelo de tratamento arquivístico que optámos por seguir, o designado “modelo sistémico”, bem como o instrumento de descrição arquivística que escolhemos utilizar, o *software* ICA-AtoM, ambos aplicados com sucesso em diversos outros trabalhos de tratamento arquivístico de arquivos de família. Na segunda secção apresentaremos os resultados e, sublinhando a importância de justificar o «como» e o «porquê» da nossa «co-edição» do

⁵⁵⁷ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, 2009, p. 211.

arquivo, explicitaremos todas as opções que tomámos tanto na composição do quadro de classificação como no preenchimento da base de dados.

IV. 1. O modelo sistémico e o *software* ICA-AtOM

O modelo sistémico

Como mencionámos no último ponto do segundo capítulo, a actual organização e classificação do AGLS apresenta alguns problemas à luz dos preceitos arquivísticos que actualmente guiam a nova Arquivística⁵⁵⁸. Importa agora reflectir sobre as soluções possíveis para adequar a representação arquivística do acervo àqueles preceitos, soluções essas que, no nosso entender, são oferecidas pelo designado “modelo sistémico”, desenvolvido e aplicado por Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro e Abel Rodrigues, entre outros.

Pensado no seio da Ciência da Informação, este modelo recebeu a sua designação por considerar que os arquivos devem ser entendidos como *sistemas de informação*. Assim, um arquivo é definido como “um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”. Opõe-se a esta noção o conceito de *fundo*, “insuficiente para traduzir a complexidade das relações internas e das relações externas e incapaz de explicitar a raiz humana e social da informação”. Nesse sentido, a Arquivística surge como “uma ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente”⁵⁵⁹.

No cerne desta concepção dos arquivos e da Arquivística está a ideia central de que “a acção humana e social gera e contextualiza a informação (os documentos), impondo-se, por isso, através da noção operatória de organicidade (...) o imperativo de reconstituição ou de devolução o mais rigorosa possível ao contexto orgânico-funcional

⁵⁵⁸ Vd. ponto 1 do capítulo I.

⁵⁵⁹ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, 2009, pp. 124, 40, 214.

originário”⁵⁶⁰. Por outras palavras, o modelo sistémico destaca-se pela centralidade atribuída à estrutura orgânica dentro da qual se gerou, conservou e utilizou informação, considerando-a o eixo condutor da representação arquivística.

Aplicado aos arquivos de família, este modelo reconhece como fundamentos orgânicos e estruturais da família a “(1) união afectiva e física de dois indivíduos do sexo oposto (ou do mesmo sexo, desde que legitimados por casamento civil); (2) procriação e continuidade genética através de descendência em sucessivas gerações (...); e (3) acção dos diferentes membros individuais a fim de garantirem a sobrevivência colectiva e as estratégias subsequentes de poder sócio-económico, político e simbólico”⁵⁶¹. Neste contexto, e dado que “para haver estrutura familiar tem de haver unidade e sequência geracional” associada àquelas estratégias colectivas, a “geração converte-se, assim, na mais elementar e marcante divisão organizacional da Família”⁵⁶².

E como se traduz, em termos arquivísticos, a estrutura orgânica das famílias? Por norma, e num quadro geral, os passos a tomar são os seguintes: em primeiro lugar, identificam-se os diferentes «arquivos dentro do arquivo», separando-se os núcleos documentais outrora autónomos e determinando-se como e quando se foram incorporando uns nos outros. Este processo permite assinalar quais as famílias que criaram e geriram arquivos e o modo como estes se foram integrando até se alcançar a estrutura que hoje conhecemos. Depois, um desses núcleos documentais é identificado como o Sistema, definindo-se os restantes como subsistemas. Como veremos de seguida, esta etapa não é evidente e requer uma análise cuidada do acervo em questão já que diferentes estruturas orgânicas e diferentes percursos de conservação podem exigir soluções distintas. O Sistema e os subsistemas são então internamente organizados de acordo com a sucessão geracional dos produtores/acumuladores de informação. A cada geração, da mais antiga para a recente, é atribuída uma secção. Depois, sob cada secção são criadas subsecções, a primeira correspondendo, por regra, ao casal a quem coube, em cada geração, representar a família. Debaxo de cada subsecção do casal são descritos os documentos que foram produzidos ou acumulados em comum pelos dois membros durante o casamento. De seguida, acrescentam-se as subsecções

⁵⁶⁰ SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e técnicas do património*, I série, vol. III, Porto, 2004, p. 58.

⁵⁶¹ *Idem*, p. 69.

⁵⁶² *Idem*, pp. 72, 69.

remanescentes, correspondentes, primeiro, ao esposo, depois à esposa e, por fim, aos restantes membros da mesma geração que tenham produzido ou acumulado informação. Sob cada subsecção são descritos os registos produzidos ou acumulados individualmente por cada um dos membros da geração, registos esses que podem ser elencados de acordo com a fase da vida dos indivíduos (infância, adolescência, fase adulta e velhice). Caso a quantidade e as características da massa documental assim o justifiquem, podem também ser criados níveis de série, subsérie ou documento composto, a par dos documentos simples.

No nosso entender, este modelo apresenta várias vantagens por comparação a outros modelos de tratamento arquivístico aplicados aos arquivos de família⁵⁶³. Desde logo, a recuperação da organicidade permite compreender imediatamente através da consulta do quadro de classificação como se organiza e estrutura a entidade produtora e acumuladora de informação. Deste modo, em vez de se apresentarem temas ou assuntos selecionados e criados pelos arquivistas, oferece-se a possibilidade de recuperar a informação no seguimento da evolução orgânica das famílias, ancorada na sucessão geracional. Como consequência, este modelo parece-nos ser aquele com menor «pegada arquivística» no que diz respeito à intervenção dos arquivistas e à sua «co-edição» dos arquivos. À excepção das genealogias que permitem identificar a sucessão geracional - que são, no fundo, reconstruções concebidas com o objectivo de evidenciar não genealogias de «sangue» mas os trâmites da produção e circulação de informação dentro das lógicas de transmissão de poder e autoridade familiar -, não é pedido aos arquivistas que imponham aos arquivos outras construções completamente estranhas à estrutura orgânica das famílias como o são as reorganizações pelos referidos temas ou assuntos.

⁵⁶³ Sobre outros modelos de tratamento arquivístico de arquivos de família vd. ponto 1.2. do capítulo II. Cf. também PEIXOTO, Pedro de Abreu, “A Metodologia de tratamento dos arquivos de família no Arquivo Municipal de Vila Real”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 773-776; GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Organização de Arquivos de Família. Particularidades Técnicas Subjacentes”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107 – 115; LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu, “Archivos Nobiliarios”, in *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, pp. 11 – 32; MAS GONZÁLEZ, Carlos, “Cuadros de Clasificación de Archivos Nobiliarios. La Iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional”, in *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, ed. SÁEZ, Carlos, vol. II, Calambur, 2002, pp. 493 – 500. Cf. ainda a análise crítica de Armando Malheiro da Silva a diversas propostas de tratamento arquivístico de arquivos de família em SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 51 – 106.

No mesmo sentido, ao oferecer, em essência, a possibilidade de constituir uma genealogia da integração original dos documentos no arquivo, o modelo sistémico não prevê um comprometimento com a ordem (organização) original ou, melhor, com uma das ordens originais. O que o quadro de classificação de dado acervo deve reflectir é o contexto orgânico da incorporação dos registos no respectivo núcleo e não uma das formas (a última) em que o arquivo esteve organizado. Não significa isto que as diversas reorganizações dos acervos promovidas pelos membros das famílias não sejam representadas. Como mostra a representação do Sistema de Informação Casa de Mateus, estas reorganizações são descritas debaixo das subsecções dos membros que as concretizaram como parte intrínseca da relação orgânica que esses mesmos membros estabeleceram com a documentação⁵⁶⁴. O mesmo sucede com a proveniência, que não só é tornada clara com a criação de subsistemas não hierárquicos como é devidamente contextualizada com a associação de dado subsistema à geração que promoveu a sua integração noutra subsistema ou no Sistema.

Por fim, assumimos também como vantajoso o facto de o modelo mencionado não ser pré-fabricado mas aberto e adaptável a cada caso. A matriz teórica oferece os pontos de partida e, daí em diante, a construção da representação arquivística vai sendo moldada ao arquivo em questão, o que é particularmente relevante tendo em conta a heterogeneidade que caracteriza os arquivos de família. No entanto, cremos que é precisamente deste último ponto que nascem os principais desafios da aplicação do modelo sistémico ao tratamento destes arquivos. De facto, quanto mais complexa é a estrutura orgânica do acervo, mais complexo é o tratamento arquivístico que se proponha respeitar essa mesma estrutura orgânica. Não basta, portanto, conhecer a realidade documental em si, tornando-se imperativo compreender em profundidade as entidades que produziram e acumularam informação, as funções que atribuíram aos arquivos, os mecanismos de transmissão e circulação documental e, enfim, as relações que se foram estabelecendo, no correr das gerações, entre os membros das famílias e os documentos.

A variabilidade de todos estes elementos resiste, portanto, a tentativas de normalização. Essa resistência torna-se clara quando comparamos, por exemplo, o AGLS com o já mencionado Sistema de Informação da Casa de Mateus. Neste último

⁵⁶⁴ *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, Vila Real, Fundação da Casa de Mateus, 2005.

caso, o arquivo era, ao tempo do seu tratamento arquivístico segundo o modelo sistémico, um sistema activo que recebia ainda informação. A gestão do arquivo fazia-se, há treze gerações contínuas, pelo tronco principal da mesma família ou Casa, que foi identificada como o Sistema que, portanto, absorveu vários outros subsistemas ao longo dos séculos⁵⁶⁵. No caso do AGLS, as realidades com que nos deparámos são bastante distintas. Como vimos no primeiro ponto do capítulo II, depois da morte do último morgado em 1890, o arquivo na sua posse dispersou-se e, cerca de meio século mais tarde, foi parcialmente reconstruído sob a forma que actualmente conhecemos. Não existiu, portanto, uma linha orgânica contínua entre o modelo em vigor antes da dispersão do arquivo e a fase de reconstrução, o que impôs dois grandes obstáculos: Como tornar inteligível na representação arquivística esta distinção entre as duas fases sem criar «ilusões» de continuidade? E, mais concretamente, como identificar o Sistema?

As hipóteses concebidas e a solução encontrada serão descritas adiante na secção dedicada às opções das novas propostas de tratamento arquivístico. O que importa neste ponto sublinhar é, por um lado, a diversidade de situações que os arquivos em geral, e os arquivos de família em particular, podem apresentar e, por outro, a capacidade de o modelo sistémico ser flexível a essa diversidade em nome do «respeito pela organicidade». E aqui reside, quanto a nós, aquele que é, em simultâneo, o principal desafio e o aspecto mais interessante do modelo sistémico. Ao obrigar à recuperação da relação orgânica estabelecida entre os arquivos e as suas entidades produtoras e acumuladoras, este modelo potencia o estabelecimento de pontes interdisciplinares, aproximando reflexões de índole arquivística a outras de teor historiográfico. É do somatório destas reflexões que o arquivista pode extrair os fundamentos que justificam as suas opções, contribuindo, assim, para que cada tratamento arquivístico de um arquivo de família ofereça novas perspectivas, novas interpretações possíveis consoante as características únicas das estruturas orgânicas que pretende representar.

⁵⁶⁵ SILVA, Armando Malheiro da; GONÇALVES, Maria Silva, “Da memória ao acesso à Informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico”, *Revista de Letras*, Série II, Nº 6 (2007), p. 305.

O software ICA-AtoM

Avançando destas questões de ordem teórica e metodológica para os instrumentos de descrição documental que as traduzem, optámos por recorrer ao *software* de descrição arquivística ICA – AtoM (*International Council on Archives – Access to Memory*). Desenvolvido em colaboração com o Conselho Internacional de Arquivos e com o programa “Information for All” da UNESCO, este *software* apresenta diversas vantagens⁵⁶⁶:

Em primeiro lugar, funciona em ambiente Web, o que facilita a sua utilização, acesso e disponibilização, potenciados ainda pelo facto de ser um *software* de livre acesso sem custos para os utilizadores. Em adição, é baseado nas regras de descrição arquivística internacionais – ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH e ISDF -, facultando, por isso, a normalização das descrições e a sua adequação às práticas em vigor nos arquivos públicos Portugueses e internacionais. Para além de descrições multinível, possibilita a criação de registos de autoridade (entidade colectiva, pessoa e família) e a sua associação às descrições tanto enquanto produtores como pontos de acesso. A estes aspectos acresce ainda a funcionalidade de multi-repositório, que permite construir uma rede ou portal agregador de vários conjuntos. É o que sucede no caso deste trabalho, integrado num repositório partilhado que receberá as descrições arquivísticas desenvolvidas em todas as teses no âmbito do Programa de Doutoramento em Arquivística Histórica⁵⁶⁷. E, por fim, é também um *software* flexível que permite adaptações, nomeadamente à estrutura e terminologia previstas pelo modelo sistémico.

O sucesso da aplicação do ICA-AtoM à descrição arquivística de arquivos de família de acordo com este modelo sistémico foi já revelado em diversos trabalhos como os de Isabel Ventura⁵⁶⁸, Carla Moreira⁵⁶⁹, Patrícia Marques⁵⁷⁰ ou, mais

⁵⁶⁶ BUSHEY, Jessica, “International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM): Open-source software for archival description” [Em linha. Consult. 27-01-2016. Disponível em https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf].

⁵⁶⁷ Cf. <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/>.

⁵⁶⁸ VENTURA, Maria Isabel, *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*, Porto, 2011. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

⁵⁶⁹ MOREIRA, Carla de Jesus Torres, *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico*, Porto, 2012. Relatório de Estágio de 2º ciclo apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁵⁷⁰ MARQUES, Patrícia, *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*, Lisboa, 2013. Dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL.

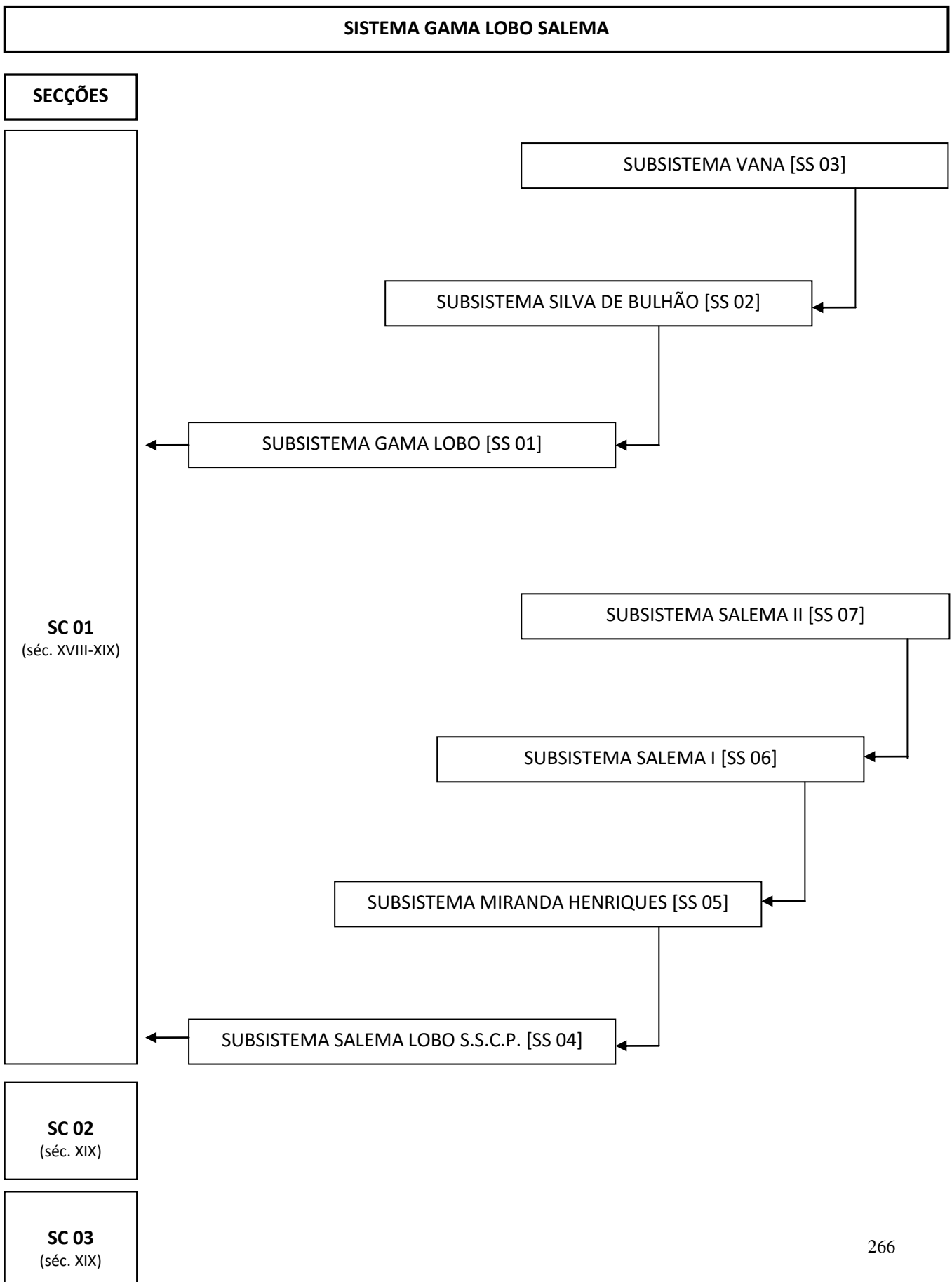
recentemente, no projecto *Invent.arq*, que congregou as descrições de vários inventários de arquivos familiares entre os séculos XV e XIX⁵⁷¹.

IV. 2. Novas propostas

Assim, foi com base nos dois suportes mencionados no ponto anterior, de índole teórica e metodológica e de aplicação prática, que construímos as novas propostas que apresentamos de seguida. Apesar de estas últimas serem distintas daquelas que conduziram à actual organização e classificação do AGLS, não deixam, por um lado, de ser suas herdeiras e, por outro, partilham com elas as inevitabilidades do trabalho arquivístico: são, como elas, fruto de uma de entre várias interpretações possíveis; constituem, como elas, um processo de «co-edição» do acervo; e, como elas, passam a fazer parte da história do AGLS.

⁵⁷¹ A base de dados do projecto *Invent.arq* pode ser consultada em <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>.

IV. 2.1. Quadro orgânico do Arquivo Gama Lobo Salema



SISTEMA GAMA LOBO SALEMA

SC 01. XAVIER DA GAMA LOBO (sécs. XVIII-XIX)

SSC 01.01. António Xavier da Gama Lobo cc. Ana Rita Xavier

SSC 01.02. António Xavier da Gama Lobo (ver **Subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva** e **Subsistema Gama Lobo**)

SSC 01.03. Ana Rita Xavier

SC 02. XAVIER DA GAMA LOBO SALEMA DE SALDANHA E SOUSA (séc. XIX)

SSC 02.01. Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa cc. Isabel Maria Mendonça Corte Real

SSC 02.02. Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa

SSC 02.03. Isabel Maria Mendonça Corte Real

SC 03. GAMA LOBO SALEMA DE SALDANHA E SOUSA (séc. XIX)

SSC 03.01. António da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa cc. Luísa Emília Pinto Barreiros

SSC 03.02. António da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa

SSC 03.03. Luísa Emília Pinto Barreiros

SUBSISTEMA GAMA LOBO [SS 01]

SECÇÕES

SC 01.01
(1567-1590)

SUBSISTEMA VANA

SC 01.02
(séc. XVII)

SUBSISTEMA SILVA DE BULHÃO

SC 01.03
(séc. XVII-XVIII)

SC 01.04
(séc. XVII-XVIII)

SC 01.05
(séc. XVIII)

SUBSISTEMA GAMA LOBO [SS 01]

SC 01.01. GOMES DA GAMA (flor. 1567-1590)

SSC 01.01.01. Fernão Gomes da Gama cc. Maria de Almada (flor. 1584-1590)

Tiveram pelo menos doze filhos, a saber, Fernão Gomes da Gama, que sucedeu, e outros dois homens e nove mulheres. A primeira referência a Maria de Almada data de 1584 e surge numa cópia não autenticada e sem data do testamento da sua tia paterna, Antónia de Almada, que nomeia a sua sobrinha como herdeira. A última referência ao casal, datada de 1590, encontra-se no inventário que fizeram dos bens com os quais iam dotar uma das suas filhas.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 2, pt.3; ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 22 ⁵⁷².

SSC 01.01.02. Fernão Gomes da Gama (flor. 1567-1590)

Filho de Estevão da Gama, cavaleiro fidalgo da Casa d'el Rei e escrivão das Casas da Índia e Mina. Casado com Maria de Almada. Teve pelo menos doze filhos, a saber, Fernão Gomes da Gama, que sucedeu, e outros dois homens e nove mulheres. Escrivão das Casas da Índia e Mina. A primeira referência a Fernão Gomes da Gama data de 1567 e surge na carta de mercê do ofício de escrivão das Casas da Índia e Mina, que lhe coube por sucessão de seu pai. A última referência, datada de 1590, encontra-se no inventário que fez com a sua mulher dos bens com os quais ia dotar uma das suas filhas.

Fontes : ANTT, *AGLS*, cx. 2, pt.3.

SC 01.02. GOMES DA GAMA (séc. XVII)

SSC 01.02.01. Fernão Gomes da Gama cc. Clara de Brito

SSC 01.02.02. Fernão Gomes da Gama

SSC 01.02.03. Clara de Brito (ver **Subsistema Silva de Bulhão)**

⁵⁷² Todos os documentos actualmente conservados no *AGLS* que foram utilizados como “fontes” encontram-se descritos em <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-gama-lobo-salema>. Sobre os subsistemas Salema I, Salema II, Vana e Silva de Bulhão cf. capítulo III.

SC 01.03. GAMA LOBO (séc. XVII-XVIII)

SSC 01.03.01. Sebastião da Gama Lobo cc. Francisca Teresa da Gaia

SSC 01.03.02. Sebastião da Gama Lobo

SSC 01.03.03. Francisca Teresa da Gaia

SC 01.04. GAMA LOBO (séc. XVII-XVIII)

SSC 01.04.01. Fernando José da Gama Lobo cc. Antónia Maria de Sousa Mexia

SSC 01.04.02. Fernando José da Gama Lobo

SSC 01.04.03. Antónia Maria de Sousa Mexia

SC 01.05. XAVIER DA GAMA LOBO (séc. XVIII)

SSC 01.05.01. Sebastião Xavier da Gama Lobo cc. Ana Leonor Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva

SSC 01.05.02. Sebastião Xavier da Gama Lobo

SSC 01.05.03. Ana Leonor Salema de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva

SUBSISTEMA SILVA DE BULHÃO [SS 02]

SECÇÕES

SC 02.01
(1490-1538)

SC 02.02
(1541-1589)

SC 02.03
(1573-1596)

SC 02.04
(séc. XVII)

SC 02.05
(séc. XVII)

SUBSISTEMA VANA

```
graph LR; A[SUBSISTEMA SILVA DE BULHÃO [SS 02]] --- B[SECÇÕES]; B --- C[SC 02.01 (1490-1538)]; B --- D[SC 02.02 (1541-1589)]; B --- E[SC 02.03 (1573-1596)]; B --- F[SC 02.04 (séc. XVII)]; B --- G[SC 02.05 (séc. XVII)]; H[SUBSISTEMA VANA] --> D;
```

SUBSISTEMA SILVA DE BULHÃO [SS 02]

SC 02.01. LOPES DE BULHÃO (flor. 1490-1538)

SSC 02.01.01. Gabriel Lopes de Bulhão cc. Margarida Álvares (flor. 1506)

Moradores em Lisboa. Tiveram pelo menos quatro filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, João Lopes de Bulhão, Francisco Lopes de Bulhão e Leonor Bulhoa. Margarida Álvares era filha de João Álvares. A primeira e única referência ao casal, datada de 1506, encontra-se numa carta de aforamento de umas casas feito por João Álvares ao casal.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170.

SSC 02.01.02. Gabriel Lopes de Bulhão (flor. 1490-1538)

Segundo Alão de Morais, filho bastardo de António Lopes de Bulhão. Casado com Margarida Álvares, filha de João Álvares. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, João Lopes de Bulhão, Francisco Lopes de Bulhão e Leonor Bulhoa. Escrivão dos órfãos, judeus e mouros de Lisboa. Provedor da Câmara de Lisboa. Escudeiro e depois cavaleiro da Casa d'el Rei. Morador em e cidadão de Lisboa. Foi eleito pelo cabido da Sé de Lisboa administrador da capela de Violante Nunes, instituída em 1476 na Sé. A primeira referência a Gabriel Lopes de Bulhão surge na carta de confirmação do ofício de escrivão dos órfãos, judeus e mouros de Lisboa, o qual lhe tinha sido inicialmente atribuído em 1490. A última referência, datada de 1538, surge nas costas de um traslado de uma carta de arrematação que tinha sido furtado a Gabriel Lopes de Bulhão e depois devolvido.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; ANTT, AGLS, cx. 34, pt. 180; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 33, fl. 40v; MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana. Nobiliário das famílias de Portugal*, tomo II, vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944 (1699), pp. 542-544.

SC 02.02. LOPES DE BULHÃO (flor. 1541-1589)

SSC 02.02.01. Cristóvão Lopes de Bulhão cc. Justa Vana (flor. 1548-1575)

Moradores em Lisboa. Tiveram pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana de Bulhão. Já estavam casados em 1548 quando Cristóvão Lopes de Bulhão, em nome da sua mulher e na qualidade de administrador das capelas por ela herdadas, recebe uma confirmação régia da isenção de aposentadoria em relação a certas casas pertencentes às capelas. A última referência a Cristóvão Lopes de Bulhão data de 1575 e Justa Vana era já viúva em 1589. O casal administrou as capelas instituídas no Mosteiro do Carmo por João Gil, Maria Anes e Maria Vicente.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122; ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pts. 172, 173 e 174; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pts. 175 e 177.

SSC 02.02.02. Cristóvão Lopes de Bulhão (flor. 1541-1575)

Filho de Gabriel Lopes de Bulhão e Margarida Álvares. Casado com Justa Vana. Teve pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana de Bulhão. Fidalgo da Casa d'el Rei e morador em Lisboa. Administrador da capela de Violante Nunes, que recebeu do seu pai, e das capelas do Bacharel João Gil, Maria Anes e Maria Vicente, herdadas pela sua mulher. A primeira referência a Cristóvão Lopes de Bulhão data de 1541 e surge na carta de confirmação da sua nomeação como administrador da capela instituída em 1476 por Violante Nunes em sucessão do seu pai, Gabriel Lopes de Bulhão, que tinha sido eleito administrador pelo cabido da Sé de Lisboa. A última referência, datada de 1575, encontra-se na renúncia da administração da mesma capela em favor do seu filho, Gaspar Vana de Bulhão.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 5, pts. 26, 27 e 28; ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122; ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pts. 172, 173 e 174; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pts. 175 e 177.

SSC 02.02.03. Justa Vana (flor. 1548-1589) (ver **Subsistema Vana**)

Filha de Gaspar Vana e Maria Vicente. Casada com Cristóvão Lopes de Bulhão. Teve pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana de Bulhão. Moradora em Lisboa. Herdeira das capelas do Bacharel João Gil, de Maria Anes e de Maria Vicente no

Mosteiro do Carmo em Lisboa. Já tinha casado em 1548 quando Cristóvão Lopes de Bulhão, em nome da sua mulher e na qualidade de administrador das capelas por ela herdadas, recebe uma confirmação régia da isenção de aposentadoria em relação a certas casas pertencentes às capelas. A última referência a Justa Vana, datada de 1589 quando era já viúva, surge numa carta de emprazamento de umas casas em Algés.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 15, pt. 122; ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pts. 172, 173 e 174; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pts. 175 e 177.

SSC 02.02.04. Leonor Bulhoa (flor. 1542)

Filha de Gabriel Lopes de Bulhão e de Margarida Álvares. Não casou nem teve filhos. Fez testamento em 1542 e nomeou como herdeiro o seu irmão, Cristóvão Lopes de Bulhão.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 27.

SC 02.03. VANA DE BULHÃO (flor. 1573-1596)

SSC 02.03.01. Gaspar Vana de Bulhão cc. Filipa de Claramonte (flor. 1573-1578)

Tiveram pelo menos dois filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, e Luísa Bulhão. Gaspar Vana de Bulhão era filho Cristóvão Lopes de Bulhão e Justa Vana. A primeira referência ao casal data de 1573 e surge no contrato do casamento. Gaspar Vana de Bulhão faleceu em Alcácer Quibir e Filipa de Claramonte era ainda viva em 1596.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 29.

SSC 02.03.02. Filipa de Claramonte (flor. 1573-1596)

Filha de Diogo do Tojal, cavaleiro fidalgo da Casa d'el Rei, e Simoa Pacheco. Casada com Gaspar Vana de Bulhão. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, e Luísa Bulhão. A primeira referência a Filipa de Claramonte data de 1573 e surge no contrato do seu casamento. A última referência,

datada de 1596 quando era já viúva, encontra-se numa carta de aforamento de umas courelas em Chelas.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 5, pts. 29; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 179.

SC 02.04. LOPES DE BULHÃO (séc. XVII)

SSC 02.04.01. Cristóvão Lopes de Bulhão

SSC 02.04.02. Henrique da Silva cc. Luísa de Bulhão

SSC 02.04.03. Henrique da Silva

SSC 02.04.04. Luísa de Bulhão

SC 02.05. SILVA DE BULHÃO (séc. XVII)

SSC 02.05.01. António da Silva de Bulhão cc. Beatriz Sarmento

SSC 02.05.02. António da Silva de Bulhão

SUBSISTEMA VANA [SS 03]

SC 03.01. VANA (flor. 1486-1510)

SSC 03.01.01. João Vana cc. Catarina Anes (flor. 1486-1510)

Moradores em Lisboa. Tiveram pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana. João Vana era um mercador originário da cidade de Colónia, na Alemanha, que se fixou em Lisboa depois de perder grande parte da sua mercadoria. Catarina Anes era filha de João Afonso e Maria Anes. As únicas referências ao casal, datadas entre 1486 e 1510, surgem no contexto da administração dos bens herdados por Catarina Anes, nomeadamente as capelas instituídas pela sua irmã, Maria Anes, e pelo marido desta, o bacharel João Gil, no Mosteiro do Carmo em Lisboa.

Fontes ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 34.

SC 03.02. VANA (flor. 1514-1557)

SSC 03.02.01. Gaspar Vana cc. Maria Vicente (flor. 1521-1544)

Moradores em Lisboa. Tiveram pelo menos uma filha, a saber, Justa Vana. As únicas referências ao casal, datadas entre 1521 e 1544, reportam-se à gestão de bens associados às duas capelas que administravam no Mosteiro do Carmo em Lisboa (instituídos por Maria Anes e João Gil). Gaspar Vana já tinha falecido em 1545.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pt. 172; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 176.

SSC 03.02.02. Gaspar Vana (flor. 1514-1544)

Filho de João Vana e Catarina Anes. Casado com Catarina Vicente. Teve pelo menos uma filha, a saber, Justa Vana. Cidadão de Lisboa, escudeiro e depois cavaleiro da Casa d'el Rei. Morador em Lisboa. A primeira referência a Gaspar Vana, datada de 1514, surge numa inquirição de testemunhas que mandou produzir para atestar a sua fidalguia e a do seu pai, identificando-se como fidalgo de cota de armas. A última

referência data de 1544 e surge numa carta de empraçamento de umas propriedades pertencentes à capela de João Gil, que administrava em conjunto com a sua mulher. Já tinha falecido em 1545.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 5, pt. 34; ANTT, *AGLS*, cx.15, pt. 122; ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pt. 172; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 176.

SSC 03.02.03. Maria Vicente (flor. 1521-1557)

Casada com Gaspar Vana. Teve pelo menos uma filha, a saber, Justa Vana. Moradora em Lisboa. As únicas referências a Maria Vicente, datadas entre 1521 e 1557, reportam-se à gestão de bens associados às duas capelas que administrou em conjunto com o seu marido e enquanto viúva no Mosteiro do Carmo em Lisboa (instituídos por Maria Anes e João Gil). Gaspar Vana já tinha falecido em 1545. Institui capela no Mosteiro do Carmo em Lisboa.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 32, pt. 170; ANTT, *AGLS*, cx. 33, pt. 172; ANTT, *AGLS*, cx. 34, pt. 176.

SUBSISTEMA SALEMA LOBO DE SALDANHA E SOUSA CABRAL E PAIVA [SS 04]

SECÇÕES

SC 04.01
(c. 1554)

SC 04.02
(1574-1598)

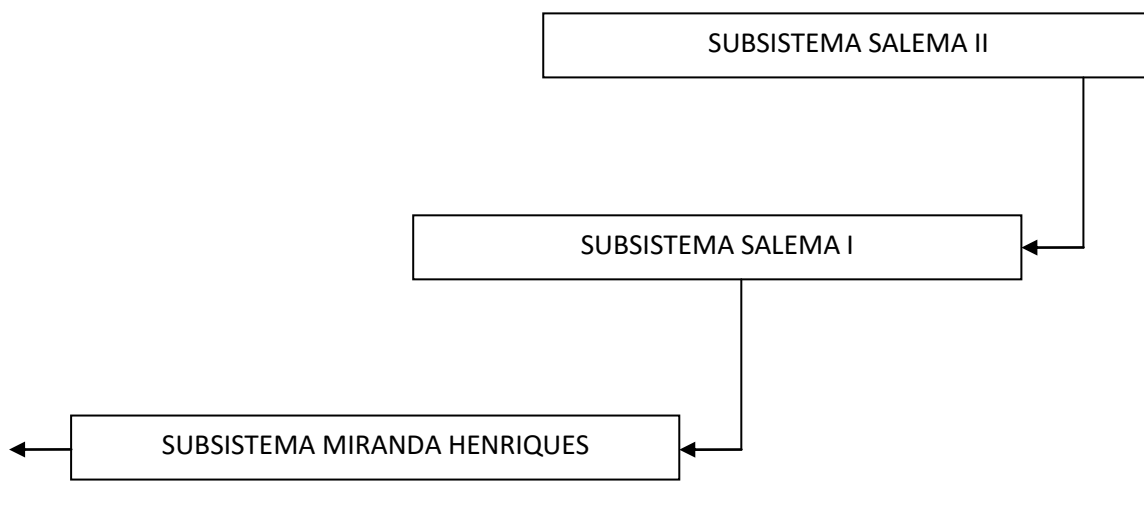
SC 04.03
(1591-séc. XVII)

SC 04.04
(séc. XVII)

SC 04.05
(séc. XVII-XVIII)

SC 04.06
(séc. XVIII)

SC 04.07
(séc. XVIII-XIX)



SUBSISTEMA SALEMA LOBO DE SALDANHA E SOUSA CABRAL E PAIVA [SS 04]

SC 04.01. FERNANDES SOBRINHO (flor. 1554)

SSC 04.01.01. Gonçalo Fernandes Sobrinho (flor. 1554)

Casado em primeiras núpcias com Catarina de Paiva, com quem teve pelo menos um filho, a saber, Pero de Paiva. Casado em segundas núpcias com Inês Figueira, filha de Diogo Gonçalves Salema e Catarina Botelho, de quem teve pelo menos dois filhos, a saber, Diogo Fernandes Salema, que sucedeu, e Maria Botelha. Cavaleiro fidalgo da Casa d'el Rei e escrivão da Casa da Índia. A única referência a Gonçalo Fernandes Sobrinho, datada de 1554, surge na carta de compra de umas casas em Lisboa.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 66; ANTT, AGLS, cx. 43, pt. 206.

SC 04.02. FERNANDES SALEMA (flor. 1574-1598)

SSC 04.02.01. Diogo Fernandes Salema (flor. 1574-1590)

Filho de Gonçalo Fernandes Sobrinho e Inês Figueira. Casado com Susana de Lemos. Teve pelo menos cinco filhos, a saber, Diogo Fernandes Salema, que sucedeu, Brás Salema, Gonçalo Salema, Maria Salema e Rui Gomes. Tesoureiro mor do Reino. A primeira referência a Diogo Fernandes Salema, datada de 1574, surge numa carta régia de sentença acerca de umas casas que herdou dos seus pais. A última referência data de 1590 e encontra-se numa carta de quitação do cumprimento do testamento da sua irmã, Maria Botelha, que instituiu capela no Mosteiro de São Francisco de Lisboa. As partilhas dos bens que ficaram por sua morte fizeram-se em 1591.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pts. 95 e 96; ANTT, AGLS, cx.45, pt. 215.

SSC 04.02.02. Susana Lemos (flor. 1591-1598)

Casada em primeiras núpcias com Diogo Fernandes Salema, de quem teve pelo menos cinco filhos, a saber, Diogo Fernandes Salema, que sucedeu, Brás Salema,

Gonçalo Salema, Maria Salema e Rui Gomes. Casada em segundas núpcias com Cosme Rangel de Macedo, desembargador da Casa da Suplicação e procurador da Fazenda d'el Rei. A primeira referência a Susana de Lemos, datada de 1591, encontra-se na carta de partilhas dos bens que ficaram por morte do seu primeiro marido. A última referência data de 1598 e surge no contrato de dote para meter a sua filha, Maria Salema, freira no Mosteiro de São Bernardo de Almoester.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pts. 96 e 97.

SSC 04.02.03. Maria Botelha (flor. 1578)

Filha de Gonçalo Fernandes Sobrinho e Inês Figueira. Institui capela no Mosteiro de São Francisco de Lisboa e nomeia como primeiro administrador o seu irmão, Diogo Fernandes Salema. A única referência a Maria Botelha, datada de 1578, surge numa carta de obrigação de pagamento de certo valor que lhe deviam. Já tinha falecido em 1590 quando o seu irmão recebe uma carta de quitação pelo cumprimento do seu testamento.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 95; ANTT, AGLS, cx. 54, pt. 262.

SC 04.03. FERNANDES SALEMA (flor. 1591 – séc. XVII)

SSC 04.02.01. Diogo Fernandes Salema (séc. XVII)

SSC 04.02.02. Brás Salema (flor. 1591)

Filho de Diogo Fernandes Salema e Susana de Lemos. A única referência a Brás Salema, datada de 1591, surge na carta de partilhas dos bens que lhe couberam por morte de seu pai.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 96.

SSC 04.02.03. Maria Salema (flor. 1591)

Filha de Diogo Fernandes Salema e Susana de Lemos. A única referência a Maria Salema, datada de 1591, surge na carta de partilhas dos bens que lhe couberam por morte de seu pai.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 96.

SSC 04.02.04. Rui Gomes (flor. 1591)

Filho de Diogo Fernandes Salema e Susana de Lemos. A única referência a Rui Gomes, datada de 1591, surge na carta de partilhas dos bens que lhe couberam por morte de seu pai.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 96.

SC 04.04. SALEMA CABRAL E PAIVA (séc. XVII)

SSC 04.04.01. Miguel Salema Cabral e Paiva cc. Maria Coutinho

SSC 04.04.02. Miguel Salema Cabral e Paiva

SSC 04.04.03. Maria Coutinho

SC 04.05. SALEMA CABRAL E PAIVA (séc. XVII-XVIII)

SSC 04.05.01. José Salema Cabral e Paiva cc. Isabel Inês Catarina de Noronha Saldanha e Meneses

SSC 04.05.02. José Salema Cabral e Paiva

SSC 04.05.03. Isabel Inês Catarina de Noronha Saldanha e Meneses

SSC 04.05.04. Josefa Leocádia Coutinho

SSC 04.05.05. Ana Luísa Coutinho de Almeida

SC 04.06. SALEMA LOBO DE SALDANHA E PAIVA (séc. XVIII)

SSC 04.06.01. Miguel José Salema Lobo de Saldanha e Paiva cc. Joaquina Josefa de Sousa Freire

SSC 04.06.02. Miguel José Salema Lobo de Saldanha e Paiva

SSC 04.06.03. Joaquina Josefa de Sousa Freire

SSC 04.06.04. Diogo Fernandes Salema Lobo de Saldanha

SSC 04.06.05. José de Saldanha

SSC 04.06.06. Luís Casimiro Salema Lobo de Saldanha e Sousa

SSC 04.06.07. Francisco Salema Lobo de Saldanha

SSC 04.06.08. Maria Rita Leonarda de Saldanha

SSC 04.06.09. Inês Catarina de Saldanha e Noronha

SC 04.07. SALEMA LOBO DE SALDANHA E SOUSA CABRAL E PAIVA (séc. XVIII-XIX)

SSC 04.07.01. José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva cc. Maria José de Sá e Meneses

SSC 04.07.02. José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (ver **Subsistema Miranda Henriques**)

SSC 04.07.03. António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa

SUBSISTEMA MIRANDA HENRIQUES [SS 05]

SECÇÕES

SC 05.01
(1460-1498)

SC 05.02
(1498-1513)

SC 05.03
(1549-1566)

SC 05.04
(1537-1598)

SC 05.05
(1590-séc. XVII)

SC 05.06
(séc. XVII)

SC 05.07
(séc. XVII)

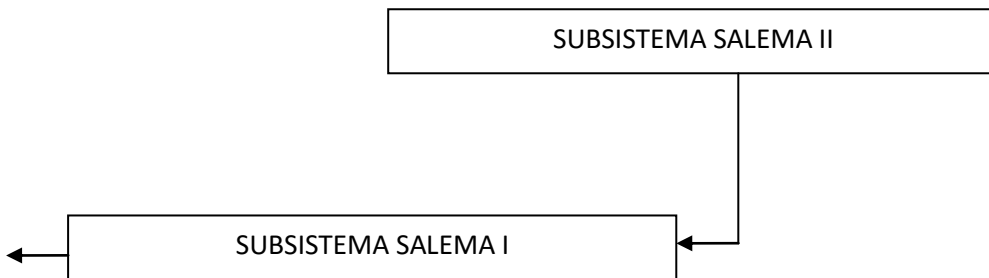
SC 05.08
(séc. XVIII)

SC 05.09
(séc. XVIII)

SC 05.10
(séc. XVIII-XIX)

SUBSISTEMA SALEMA II

SUBSISTEMA SALEMA I



SUBSISTEMA MIRANDA HENRIQUES [SS05]

SC 05.01. MIRANDA (flor. 1460-1498)

SSC 05.01.01. Aires de Miranda (flor. 1460-1498)

Casado com Briolanja de Melo, donzela da Infanta D. Joana e filha de Fernando de Alcáçovas e de Branca de Melo. Teve pelo menos um filho, a saber, Simão de Miranda Henriques, que sucedeu. Do conselho d'el Rei, alcaide-mor, capitão e fronteiro de Vila Viçosa. D. João II fez-lhe doação dos direitos reais de portagem e das dízimas das sentenças de Vila Viçosa. A primeira referência a Aires de Miranda data de 1460 e surge na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” do contrato do seu casamento. Nessa descrição escreve-se que D. Afonso V deu dote a Briolanja de Melo e que Fernando de Alcáçovas era sobrinho do Rei (fl. 35v). A última referência, datada de 1498, encontra-se numa licença emitida por D. Manuel I para trespassar parte da sua tença para o seu filho.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.12, pt. 87; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 35v e 73v; ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 15, fl. 16; ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 60; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 68; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 28v; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 65.

SC 05.02. MIRANDA HENRIQUES (flor. 1498-1513)

SSC 05.02.01. Simão de Miranda Henriques cc. Maria Queimada (flor. 1498-1510)

Tiveram pelo menos dois filhos, a saber, Fernão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Filipa Henriques. Moradores em Setúbal. Simão de Miranda Henriques era filho de Aires de Miranda e Briolanja Henriques e fidalgo da Casa d'el Rei. Maria Queimada era filha de Vasco Queimado de Vilalobos e irmã de Isabel Queimada, casada com Nuno Fernandes da Mina. A primeira referência ao casal data de 1498 e surge no contrato do seu casamento. A última referência a Maria Queimada, datada de 1510, surge na carta de compra de umas casas que fez com o seu marido. Já tinha falecido em 1513 quando Simão de Miranda Henriques negociava o contrato de casamento da sua filha, Filipa Henriques, com Pedro Mascarenhas (ANTT, *CSI*, cx. 3,

doc. 95). Por herança de Vasco Queimado de Vilalobos, o casal acumulou documentação produzida e/ou recebida pela família de Maria Queimada: pelo seu pai e pelo seu avô paterno, Vasco Queimado de Vilalobos.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.12, pt. 88; ANTT, *AGLS*, cx.17, pt. 136; ANTT, *AGLS*, cx.38, pt. 193; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 9, 17, 17v, 18v, 23, 28, 36, 41 e 60v; ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 3, doc. 95; ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 6, docs. 62 e 63; ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 15, doc. 20; ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, mç. 3, doc. 205.

SC 05.03. MIRANDA HENRIQUES (flor. 1549-1566)

SSC 05.03.01. Fernão de Miranda Henriques cc. Isabel Mascarenhas (flor. 1549-1551)

Tiveram pelo menos dois filhos, a saber, Simão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Maria Henriques. A primeira referência a Isabel Mascarenhas, datada de 1549, surge na carta de confirmação do aforamento de um lagar de azeite em Alferrara que fez com o seu marido. A última referência data de 1551 e surge numa carta de sentença acerca da Quinta de Alferrara que possuía com o seu marido.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.40, pt. 198; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 23v, 29, 33, 48, 50v, 69v, 106 e 106v.

SSC 05.03.02. Fernão de Miranda Henriques (flor. 1549-1566)

Filho de Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada. Casado com Isabel Mascarenhas. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Simão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Maria Henriques. Fidalgo da Casa d’el Rei. Morador em Setúbal. A primeira referência a Fernão de Miranda Henriques, datada de 1549, surge na carta de aforamento de um lagar em Alferrara, termo de Setúbal, que lhe outorgou o Convento de Santiago de Palmela. A última referência data de 1566 e encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” do seu testamento (fl. 29).

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.40, pt. 198; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 23v, 29, 33, 48, 50v, 69v, 106 e 106v.

SC 05.04. MIRANDA HENRIQUES (flor. 1537-1598)

SSC 05.04.01. Simão de Miranda Henriques (flor. 1537-1598)

Filho de Fernão de Miranda Henriques e Isabel Mascarenhas. Casado em primeiras núpcias com Sebastiana Rebelo, de quem teve pelo menos três filhos, a saber, Fernão de Miranda Henriques, que sucedeu, Aires de Miranda Henriques e Diogo de Miranda Henriques. Casado em segundas núpcias com Maria Henriques, de quem teve pelo menos um filho, a saber, Luís de Miranda Henriques. Fidalgo da Casa d'el Rei, conselheiro e camareiro régio. Morador em Setúbal. A primeira referência a Simão de Miranda Henriques data de 1537 e surge na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” do alvará que certificou a mercê do estatuto de moço fidalgo da Casa d'el Rei. A última referência, datada de 1598, encontra-se também na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” de uma sentença que intentou contra o almoxarife de Alcácer do Sal. As partilhas dos bens que ficaram por sua morte fizeram-se em 1601.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.40, pt. 198; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 33, 48, 69, 70, 73, 75v, 77, 78, 86, 87, 89v, 101v, 104v.

SC 05.05. MIRANDA HENRIQUES (flor. 1590- séc. XVII)

SSC 05.05.01. Fernão de Miranda Henriques (séc. XVII)

SSC 05.05.02. Aires de Miranda Henriques (flor. 1590-1603)

Filho segundo de Simão de Miranda Henriques e Sebastiana Rebelo. Casado com Maria Ana. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Francisco de Miranda Henriques e Jerónima Henriques. Fidalgo da Casa d'el Rei. A primeira referência a Aires de Miranda Henriques data de 1590 e encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” das partilhas dos bens deixados pela sua mãe, Sebastiana Rebelo. A última referência, datada de 1603, encontra-se num traslado do seu testamento. Foi herdeiro e primeiro administrador da capela instituída pela sua tia materna, Maria Rebelo. Por esse motivo, recebeu documentação produzida e/ ou acumulada por Maria Rebelo e pelo seu primeiro marido, Fernão Cabral. A administração da capela passou

depois para Gonçalo de Miranda Henriques, sobrinho de Aires de Miranda Henriques, que, em 1666, a doou a Fernão de Miranda Henriques, filho de Simão de Miranda Henriques e de Lourença Salema.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.12, pts. 89 e 91; ANTT, *AGLS*, cx. 16, pts. 132; ANTT, *AGLS*, cx. 42, pts. 201, 202 e 205; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 6, 8, 19, 19v, 20v, 21v, 32v, 34, 34v, 40, 40v, 42, 43v, 44v, 47v, 48 v, 49, 53, 75, 84v, 90, 93v, 101v, 105.

SC 05.06. MIRANDA HENRIQUES (séc. XVII)

SSC 05.06.01. Simão de Miranda Henriques cc. Lourença Salema

SSC 05.06.02. Simão de Miranda Henriques

SSC 05.06.03. Lourença Salema (ver **Subsistema Salema I**)

SSC 05.06.04. Gonçalo de Miranda Henriques cc. Catarina Sotomaior

SSC 05.06.05. Catarina Sotomaior

SSC. 05.06.06. Mariana de Almeida

SC 05.07. MIRANDA HENRIQUES (séc. XVII)

SSC 05.07.01. Fernando de Miranda Henriques cc. Helena Manuel de Mendonça

SSC 05.07.02. Fernando de Miranda Henriques

SSC 05.07.03. Helena Manuel de Mendonça

SC 05.08. MIRANDA HENRIQUES (séc. XVIII)

SSC 05.08.01. Luís de Miranda Henriques cc. Madalena Luísa de Bourbon

SSC 05.08.02. Luís de Miranda Henriques

SSC 05.08.03. Madalena Luísa de Bourbon

SC 05.09. XAVIER DE MIRANDA HENRIQUES (séc. XVIII)

SSC 05.09.01. Fernando Xavier de Miranda Henriques cc. Violante Maria Josefa de Melo

SSC 05.09.02. Fernando Xavier de Miranda Henriques

SSC 05.09.03. Violante Maria Josefa de Melo

SC 05.10. XAVIER DE MIRANDA HENRIQUES (séc. XVIII-XIX)

SSC 05.10.01. Luís de Miranda Henriques

SSC 05.10.02. António Xavier de Miranda Henriques

SSC 05.10.03. António José de Miranda

SUBSISTEMA SALEMA I [SS 06]

SECÇÕES

SC 01
(1469-1502)

SC 02
(1482-1513)

SC 03
(1522-1531)

SC 04
(1544-1593)

SC 05
(1561-1644)

SUBSISTEMA SALEMA II



SUBSISTEMA SALEMA I [SS 06]

SC 06.01. GONÇALVES SALEMA (flor. 1469-1502)

SSC 06.01.01. Diogo Gonçalves Salema cc. Leonor Gil (flor. 1469-1491)

Moradores em Alcácer do Sal. Tiveram pelo menos seis filhos, a saber, Brás Salema, que sucedeu, António Salema, Brites Salema, Gonçalo Salema, Isabel Salema e Catarina Gonçalves. Diogo Gonçalves Salema era escudeiro da Casa do Infante D. Fernando. A primeira referência ao casal data de 1469 quando compram o aforamento de uma vinha e pedaço de chão em Alcácer do Sal. Diogo Gonçalves Salema já tinha falecido em 1491 quando o seu sucessor recebe do Rei a mercê da lutuosa do seu pai. Leonor Gil faz testamento em 1502.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.9, pts. 57 e 58; ANTT, *AGLS*, cx.35, pt. 182; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 17, 75v e 102.

SC 06.02. SALEMA (flor. 1482-1513)

SSC 06.02.01. Brás Salema cc. Inês Figueira (flor. 1482-1496)

Moradores em Alcácer do Sal. Tiveram pelo menos um filho, a saber, Diogo Gonçalves Salema. Inês Figueira era filha de João Afonso Camareiro e de Violante Gil. Herdou dos seus pais a herdade do Gradil, termo de Cabrela. Por causa dessa herança, recebeu documentação produzida e/ou acumulada entre 1433 e 1479 pelos seus pais; pela sua tia materna, Guiomar Gil, casada com João Velho; pelos seus avós maternos, Gil Anes e Catarina Lourenço; e pela sua tia-avó materna, Milia Vasques, casada com João de Óbidos. A primeira referência ao casal, datada de 1482, surge no traslado da carta de partilhas dos bens que ficaram por morte dos pais de Inês Figueira. A última referência ao casal data de 1496 e encontra-se na carta de compra de uma propriedade na Fonte da Talha.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.9, pt. 58; ANTT, *AGLS*, cx.35, pts. 182 e 184; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 7v, 43 e 50-50v.

SSC 06.02.02. Brás Salema (flor. 1482-1513)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Gil. Casado com Inês Figueira. Teve pelo menos um filho, a saber, Diogo Gonçalves Salema, que sucedeu. Escudeiro, morador em Alcácer do Sal. A primeira referência a Brás Salema data de 1482 quando intervém com a esposa nas partilhas dos bens que ficaram pela morte dos seus sogros, João Afonso Camareiro e Violante Gil. A última referência data de 1513 quando obtém confirmação de um aforamento por parte do Mestre da Ordem de Santiago e Avis na sequência de uma visitação a Alcácer do Sal.

Fontes :ANTT, *AGLS*, cx.9, pts. 57 e 58; ANTT, *AGLS*, cx.35, pt. 182; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 7v, 43 e 50-50v.

SSC 06.02.03. Brites Salema (flor. 1503)

Filha de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Gil. Era freira no Mosteiro de Santa Clara de Beja. Em 1503 passa uma quitação aos seus irmãos, Brás Salema, António Salema, Gonçalo Salema e Catarina Gonçalves, sobre uma quantia em dinheiro que deles tinha a haver.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.9, pt. 57; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 98v.

SC 06.03. GONÇALVES SALEMA (flor. 1522-1531)

SSC 06.03.01. Diogo Gonçalves Salema cc. Catarina Botelho (flor. 1522-1531)

Moradores em Alcácer do Sal. Tiveram pelo menos quatro filhos, a saber, Brás Salema, que sucedeu, André Salema, Inês Figueira e Maria Botelho. Diogo Gonçalves Salema era filho de Brás Salema e Inês Figueira, cavaleiro da Ordem de Santiago e ouvidor do Mestrado de Avis. Entre 1522 e 1531 o casal compra várias propriedades em Alcácer do Sal.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.35, pt. 182; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2, 2v e 17.

SC 06.04. SALEMA (flor. 1544-1593)

SSC 06.04.01. Brás Salema (flor. 1544-1562)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Catarina Botelho. Casado com Isabel Serrão. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, João Salema, que sucedeu, Diogo Salema, Joana Rebelo e Catarina Botelha. Fidalgo da Casa d'el Rei e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi mercador e investiu no negócio de vinho e cereais, sobretudo em S. Jorge da Mina e no Brasil, chegando a obter o lugar de morador da Mina. Foi possivelmente língua e aposentador-mor de Ormuz. A primeira referência a Brás Salema, datada de 1544, encontra-se na descrição no “Inventário geral dos papéis...” de uma carta de autorização de renúncia ao ofício de língua e aposentador-mor de Ormuz. Faz testamento e falece em 1562, instituindo um morgadio ao qual vinculou a herdade do Gradil.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.10, pts. 69 e 70; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 32v, 44, 48v, 52 75 e 75v.

SSC 06.04.02. Isabel Serrão (flor. 1562-1593)

Filha de João Rebelo e Joana Rebelo. Casada com Brás Salema. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, João Salema, que sucedeu, Diogo Salema, Joana Rebelo e Catarina Botelha. Depois da morte do marido, em 1562, é nomeada tutora dos seus filhos e assume a administração do património familiar, finalizando, nesse ano, o inventário dos bens móveis que ficaram por morte de Brás Salema. A última referência a Isabel Serrão, contida no “Inventário geral dos papéis...”, data de 1593, quando comprou uma propriedade em Fernandinho, termo de Torres Vedras (fl. 6). Herdou da sua mãe o casal de Almeara, no termo de Torres Vedras, que estava vinculado a uma capela instituída por Urraca Giães em 1408.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.10, pt. 69; ANTT, *AGLS*, cx.11, pt. 82; ANTT, *AGLS*, cx.36, pt. 186; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 4, 5, 6, 18v, 29v, 33v, 40, 40v, 43v, 57v, 58, 66, 69v, 74v, 76v, 81, 85, 86, 87, 90, 84 94v e 95.

SC 06.05. SALEMA (flor. 1561-1644)

SSC 06.05.01. João Salema cc. Isabel de Almeida Barradas (flor. 1586-1599)

Tiveram pelo menos três filhos, a saber, Lourença Salema, Brás Salema e Catarina de Almeida. Isabel de Almeida Barradas era filha de Francisco de Almeida e Antónia de Barros. A primeira referência a Isabel de Almeida Barradas data de 1586, quando participa nas partilhas dos bens que ficaram por morte da sua mãe. A última referência, datada de 1599, encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” de uma carta de dote que Isabel de Almeida Barradas e João Salema deram a Catarina de Almeida para se fazer freira no Mosteiro de Santa Clara (fl. 34). Isabel de Almeida Barradas recebeu documentação produzida e/ ou recebida pelos seus pais, pela sua avó materna, Francisca Barradas, e pelos seus avós paternos, Cosme Rodrigues e Isabel Dias da Câmara.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.11, pts. 83, 84, 85 e 86; ANTT, *AGLS*, cx.16, pt. 129; ANTT, *AGLS*, cx.36, pts. 185 e 187; ANTT, *AGLS*, cx.41, pt. 200; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2v, 3, 3v, 15v, 17v, 19, 22v, 29, 31, 31v, 34, 34v, 42v, 43v, 44, 49v, 52v, 67v, 68, 68v, 70, 70v, 71, 71v, 73, 73v, 74v, 75, 76v, 78v, 92v, 93 e 93v.

SSC 06.05.02. João Salema (flor. 1561-1644) (ver **Subsistema Salema II**)

Filho de Brás Salema e Isabel Serrão. Casado com Isabel de Almeida Barradas. Teve pelo menos três filhos, a saber, Lourença Salema, Brás Salema e Catarina de Almeida. Fidalgo da Casa d’el Rei, cavaleiro da Ordem de Cristo. Prestou serviço militar em Ceuta entre 1591 e 1592. Recebeu a comenda de São Gião de Lobão, no bispado de Viseu, em 1600. No inventário dos bens deixados pelo seu pai, feito em Novembro de 1562, escreve-se que João Salema tinha, à data, 14 meses. A última referência a João Salema data de 1644, quando fez o seu testamento. Na qualidade de herdeiro de António Salema Lobo recebe a administração do morgadio instituído por Diogo Salema em 1586, acumulando, assim, o Subsistema Salema II. No início do século XVII recebe também, na qualidade de tutor do seu filho menor, Brás Salema, a administração do morgadio instituído em 1572 por Isidro de Almeida, parente de Isabel de Almeida Barradas.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.10, pt. 71; ANTT, *AGLS*, cx.16, pt. 129; ANTT, *AGLS*, cx.41, pt. 200; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 1v, 4v, 7v, 9v, 11, 11v, 12, 12v, 13, 13v, 14, 17, 34, 42, 60v, 75, 75v, 90, 101v, 103 e 104.

SUBSISTEMA SALEMA II [SS 07]

SC 07.01. SALEMA (flor 1515-1578)

SSC 07.01.01. Cristóvão Salema cc. Branca Rodrigues (flor. 1529-1546)

Tiveram pelo menos um filho, a saber, Diogo Salema. A primeira referência ao casal data de 1529 e surge na carta de compra de um quinhão de umas casas de morada em Setúbal. A última referência, datada de 1546, encontra-se na carta de compra de um outro quinhão das mesmas casas de morada.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.37, pt. 191; ANTT, *AGLS*, cx.38, pt. 192; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v, 17v, 18 e 82v.

SSC 07.01.02. Cristóvão Salema (flor. 1515-1546)

Filho de António Salema e Leonor Anes. Casado com Branca Rodrigues. Teve pelo menos um filho, a saber, Diogo Salema, que sucedeu. Cavaleiro da Casa d’el Rei e fidalgo de cota de armas a partir de 1535. Escrivão da feitoria de Sofala. Feitor de Sofala entre 1516 e 1518. A primeira referência a Cristóvão Salema data de 1515 e surge num alvará régio dirigido ao feitor de Sofala ordenando que este dê certa quantia de dinheiro a Cristóvão Salema na qualidade de escrivão da feitoria. A última referência, datada de 1546, encontra-se na carta de compra de umas casas de morada em Setúbal.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.1, pt. 2; ANTT, *AGLS*, cx.37, pt. 191; ANTT, *AGLS*, cx.38, pt. 192; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v, 17v, 18 e 82v; ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 17, n.º 97; LOBATO, Alexandre, *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Livro III – “Aspectos e problemas da vida económica, de 1505 a 1530”, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

SSC 07.01.03. Diogo Salema (flor. 1523-1540)

Filho de António Salema e Leonor Anes. Casado com Catarina Salema, sua prima. Teve pelo menos uma filha, a saber, Leonor Salema. Tesoureiro da Rainha e sesmeiro da capitania do Espírito Santo do Brasil. A primeira referência a Diogo Salema, datada

de 1523, encontra-se na carta de compra de um olival. A última referência surge num traslado, feito em 1827, da carta de doação da sesmaria da capitania do Espírito Santo, produzida em 1540. Já tinha falecido em 1549 quando a sua mulher e os seus irmãos fizeram o contrato de casamento de Leonor Salema.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.13, pt. 113; ANTT, *AGLS*, cx.35, pt. 182; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 22.

SSC 07.01.04. Tomé Salema (flor. 1526-1559)

Filho de Diogo Gonçalves Salema I e Leonor Anes. Não casou nem teve filhos. Cavaleiro da Ordem de Santiago e cavaleiro fidalgo da Casa do Mestre. Sesmeiro da capitania do Espírito Santo no Brasil a partir de 1540 e provedor e contador de todas as rendas da dita capitania a partir de 1552. A primeira referência a Tomé Salema encontra-se na carta de hábito da Ordem de Santiago, que terá recebido em Dezembro de 1526. A última referência, datada de 1559, surge no seu testamento no qual institui um morgadio com obrigação de se sustentarem dois membros da família Salema que seguissem estudos na universidade.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.1, pt. 2; ANTT, *AGLS*, cx.9, pt. 60; ANTT, *AGLS*, cx.13, pt. 113; ANTT, *AGLS*, cx.35, pt. 183; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 22, 23, 26v, 33v, 69, 72v, 106v e 107.

SSC 07.01.05. Rui Salema cc. Catarina Sotomaior (flor. 1537-1578)

Moradores na Quinta de Arapouco em Alcácer do Sal. Não tiveram filhos. Rui Salema era filho de António Salema e Leonor Anes, fidalgo da Casa d’el Rei e da Casa do Infante D. Luís. Empenharam o seu património na construção do Mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli, da Ordem de Santa Clara, e da Misericórdia de Alcácer do Sal. A primeira referência ao casal data de 1537 e encontra-se no contrato do seu casamento. A última referência, datada de 1578, surge na carta patente que confirmou o casal como fundador do Mosteiro.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx.9, pt. 61; ANTT, *AGLS*, cx.17, pt. 137; ANTT, *AGLS*, cx.37, pt. 189; ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2, 19, 35v e 49v.

SC 07.02. SALEMA (flor. 1597)

SSC 07.02.01. Cristóvão Salema

Filho de Diogo Salema e Maria Salema. Não casou nem teve filhos. Foi seu herdeiro o seu primo, António Lobo Salema. A única referência a Cristóvão Salema, datada de 1597, surge numa carta de renúncia e trespasse em seu favor da sesmaria do Farilhão.

Fontes: ANTT, *AGLS*, cx. 37, pt. 191.

IV. 2.2. Base de dados (sécs. XV – XVI)

Tendo em conta a cronologia em que se situa o trabalho que desenvolvemos, incluímos na base de dados apenas as descrições da documentação datada entre os séculos XV e XVI, analisada até ao nível do documento. Do mesmo modo, produzimos registos de autoridade somente para os produtores e acumuladores de informação ao longo das centúrias mencionadas. No entanto, dado o carácter aberto tanto do quadro de classificação como do *software* de descrição, poderão ser facilmente acrescentados no futuro as descrições arquivísticas e os registos de autoridade relativos a cronologias posteriores.

Dado que o *software* ICA-AtoM funciona exclusivamente em ambiente WEB, a base de dados com a descrição arquivística do AGLS encontra-se alojada no servidor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pode ser consultada através do seguinte endereço electrónico: <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-gama-lobo-salema>.

IV. 2.3. Opções

Seguindo o apelo de Terry Cook, que lembra a importância de os arquivistas justificarem as suas escolhas de forma a promover a transparência das pegadas que deixam nos arquivos, apresentamos agora as opções que guiaram a construção do quadro de classificação do AGLS e da base de dados com as descrições arquivísticas⁵⁷³:

⁵⁷³ COOK, Terry, “The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape”, *The Canadian Historical Review*, 90, 3, Setembro 2009, p. 533.

Quadro orgânico

1 – Sistema

1.1. Atendendo à história particular do AGLS, considerámos que o **Sistema termina na geração do último morgado**, apesar de existir no arquivo documentação produzida e acumulada por gerações posteriores.

Depois da extinção dos morgadios, o Sistema fragmentou-se (isto é, deixou de ser gerido e preservado por apenas um membro da família) e os documentos foram sendo transmitidos em núcleos autónomos de acordo com critérios distintos que já não respondiam às determinações em vigor durante o período de funcionamento dos morgadios. Do mesmo modo, a integração de novos documentos no arquivo cumpriu objectivos diferentes, desaparecendo também progressivamente a necessidade de conservar para provar ou garantir a posse de património, direitos ou privilégios.

Assim, considerámos que, no caso do AGLS, a extinção dos morgadios provocou uma metamorfose na relação orgânica que as entidades produtoras e acumuladoras partilharam com o arquivo. De forma a tornar esta metamorfose clara, optámos, portanto, por terminar o Sistema na geração do último morgado, deixando em aberto a hipótese dos documentos posteriores a 1890 exigirem uma adequação do método de tratamento arquivístico.

1.2. No caso do AGLS, a **identificação do Sistema** não é imediatamente clara. Se seguirmos a ascendência da última geração que geriu o arquivo antes da extinção dos morgadios (vd. ponto 1.1), verificamos que representava duas famílias distintas, os Salema e os Gama Lobo. As duas famílias uniram-se em 1760 através do casamento de Ana Leonor Salema com Sebastião Xavier da Gama Lobo. Depois da morte do pai, o filho deste casal, António Xavier da Gama Lobo Salema, sucedeu por primogenitura e varonia na representação da família Gama Lobo. Em 1833, sucedeu, na qualidade de parente varão e primogénito mais próximo, na administração do património e dos documentos da família Salema na sequência da morte de José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva, o último dos irmãos varões de Ana Leonor Salema.

Assim, António Xavier da Gama Lobo Salema aglomerou num só conjunto documental os registos escritos produzidos e acumulados pelos Gama Lobo e pelos

Salema. Perante este cenário, como devemos identificar o Sistema? Considerámos duas opções:

A primeira opção passaria por identificar o Sistema com uma das duas famílias que o último morgado representava, ou seja, ou com os Salema, ou com os Gama Lobo. Neste caso, criaríamos uma linha contínua desde a primeira geração de uma ou de outra família até à última geração que administrou os morgadios. Esta opção exigiria, no entanto, que procedêssemos a uma hierarquização da documentação associada às duas famílias, identificando uma com o Sistema e outra como subsistema da primeira.

Por outro lado, a segunda opção consistiria em considerar que o Sistema nasce precisamente da união do arquivo da família Gama Lobo com o arquivo da família Salema, assumindo que essa união criou uma realidade documental nova que não pode ser plenamente compreendida como resultado da continuidade geracional de apenas uma das famílias. Por outras palavras, a geração de António Xavier da Gama Lobo Salema – a primeira a conjugar os dois apelidos – seria arquivisticamente representada não como a continuação de apenas uma das duas famílias mas sim como a inauguração de um contexto familiar e documental distinto dos anteriores.

Das duas opções possíveis, considerámos ser esta última a mais adequada para a representação arquivística do AGLS. Na prática, resultou em identificar o Sistema com a família Gama Lobo Salema (ou seja, com o produto da união das duas famílias), mantendo a produção e acumulação documental dos Salema e dos Gama Lobo na mesma hierarquia como subsistemas autónomos.

No nosso entender, esta solução oferece a vantagem de evitar hierarquizações que não permitem traduzir na representação arquivística do acervo a plenitude das dinâmicas orgânicas que passaram a vigorar depois da união das duas famílias e dos dois arquivos, ao mesmo tempo que torna inteligíveis as diferentes etapas da evolução do arquivo e das suas entidades produtoras e acumuladoras.

1.3. Ao contrário do que sucedeu no caso dos subsistemas e das secções, o **título** do Sistema corresponde aos três primeiros apelidos em uso pela última geração e não à totalidade dos apelidos em uso. Pretendeu-se, assim, que o Sistema mantivesse o

mesmo título que foi atribuído pela entidade detentora do arquivo (“Arquivo Gama Lobo Salema”) de forma a evitar equívocos. Em rigor, o título do Sistema seria “Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa”.

2 – Subsistemas [SS]

2.1. No âmbito cronológico do nosso trabalho (vd. ponto 5), considerámos que é possível identificar no AGLS **sete subsistemas** distintos: o subsistema Gama Lobo (SS 01), o subsistema Silva de Bulhão (SS 02), o subsistema Vana (SS 03), o subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (SS 04), o subsistema Miranda Henriques (SS 05), o subsistema Salema I (SS 06) e o subsistema Salema II (SS 07) (sobre estes dois últimos subsistemas vd. ponto 2.5). Com o objectivo de facilitar a compreensão e a inteligibilidade do quadro orgânico e da representação arquivística do AGLS, optámos por considerar todos estes núcleos documentais como subsistemas, integrando-os na mesma categoria. Contudo, e em rigor, apenas os núcleos dos Gama Lobo e dos Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva são efectivamente subsistemas, surgindo os restantes como «subsubsistemas» destes dois subsistemas.

2.2. No ALGS, a **união dos subsistemas entre si e ao Sistema** deu-se por quatro vias distintas:

Casamento: integração do subsistema Vana no subsistema Silva de Bulhão; integração do subsistema Silva de Bulhão no subsistema Gama Lobo; integração do subsistema Salema I no subsistema Miranda Henriques.

Tendo em conta as consequências sociais e jurídicas das uniões matrimoniais nos limites cronológicos do nosso trabalho (vd. ponto 5) – nomeadamente, a tutela jurídica do marido sobre a esposa, a preponderância do primeiro na administração do património comum do casal e também do património da esposa, ou o facto de existirem no AGLS evidências escritas sobre uma acção directa das esposas na gestão patrimonial apenas depois da morte dos maridos -, considerámos que, em todas as situações de integração de subsistemas por via do casamento, foram os subsistemas das esposas que se integraram nos subsistemas dos maridos.

Sucessão geracional directa: integração do subsistema Gama Lobo no Sistema.

Ocorreu nos casos em que a sucessão na administração do património familiar seguiu os trâmites habituais, ou seja, dos pais para o filho varão mais velho.

Herança ou sucessão indirecta: integração do subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva no Sistema; integração do subsistema Salema II no subsistema Salema I.

Ocorreu nos casos em que a nomeação de herdeiros e a sucessão na administração do património familiar não seguiram os trâmites habituais por inexistência de sucessores directos e foram expressamente determinadas em testamento.

Sentença judicial: integração do subsistema Miranda Henriques no subsistema Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva.

Ocorreu nos casos em que a sucessão na administração do património familiar foi determinada por sentença judicial, obrigando à intervenção de uma entidade externa aos grupos familiares.

2.3. A **integração** de determinado subsistema noutra subsistema ou no Sistema é sempre indicada na subsecção em cujo contexto ocorreu a integração.

2.4. O **título** dos subsistemas corresponde aos apelidos em uso pelo último senhor ou administrador do património familiar.

2.5. Dado o uso do mesmo apelido, distinguimos os **subsistemas associados à família Salema** através de numeração romana (I e II).

2.6. De forma a evitar uma fragmentação excessiva do quadro orgânico, não se criaram subsistemas para a documentação que, apesar de ter sido produzida e/ou acumulada por outras famílias e posteriormente integrada num dos subsistemas ou no Sistema, apresenta **pouca expressividade a nível quantitativo** (por norma, entre um a vinte documentos). Na maioria das situações, esta opção foi aplicada a núcleos documentais de dimensão reduzida incorporados pelas esposas nos arquivos dos maridos depois do casamento. Em todos os casos em que foi integrada num subsistema ou no Sistema documentação que não recebeu um subsistema próprio pelos motivos acima descritos, tal é devidamente indicado na descrição associada à subsecção onde se deu a integração.

2.7. Não se criaram **subsistemas de cargo ou função** visto termos considerado que a documentação acumulada no cumprimento de cargos ou funções ser pouco expressiva a nível quantitativo dentro dos limites cronológicos do nosso trabalho (vd. ponto 5).

3 – Secções [SC]

3.1. Cada secção dentro do Sistema ou dos subsistemas representa uma **geração** e organiza-se por **ordem cronológica decrescente** (da geração mais velha para a mais jovem).

3.2. O **título** de cada secção corresponde aos apelidos em uso pelo senhor ou administrador do património familiar na respectiva geração.

3.3. Foram criadas secções para as **gerações posteriores ao século XVI** com o objectivo de tornar claras as incorporações de subsistemas noutros subsistemas ou no Sistema que ocorreram depois dos limites cronológicos do nosso trabalho (vd. ponto 5). A sua criação baseou-se numa análise preliminar da documentação contida no AGLS e está, por isso, sujeita a confirmação.

4 – Subsecções [SSC]

4.1. Foram criadas subsecções apenas para os **produtores e/ ou acumuladores** de documentação.

4.2. Na maioria dos casos, as subsecções **organizaram-se da forma e pela ordem seguintes:**

01. Relativa ao casal senhor ou administrador da Casa

02. Relativa ao marido

03. Relativa à esposa

04, 05, 06... relativas aos irmãos do marido (individualmente ou no âmbito de um casal por ordem do nascimento), aos irmãos da esposa (individualmente ou no âmbito de um casal por ordem do nascimento), aos primos da mesma geração do marido nos casos em que não estejam integrados noutro subsistema ou no Sistema (individualmente ou no âmbito de um casal por ordem do nascimento) e aos primos da mesma geração da

esposa nos casos em que não estejam integrados noutros subsistema ou no Sistema (individualmente ou no âmbito de um casal por ordem do nascimento).

Exemplo

SC 01

SSC 01.01. Marido cc. Esposa

SSC 01.02. Marido

SSC 01.03. Esposa

SSC 01.04. Irmão do marido

SSC 01.05. Irmão do marido cc. ...

SSC 01.06. Irmão da esposa

SSC 01.07. Irmão da esposa cc. ...

SSC 01.08. Primo do marido

SSC 01.09 Primo da esposa

4.3. Na **subsecção relativa ao casal**, integrou-se documentação produzida ou acumulada em conjunto pelo casal durante o casamento. Incluíram-se também documentos herdados pela esposa durante a vigência do matrimónio, já que os bens ou assuntos aos quais esses documentos diziam respeito passaram a ser geridos em conjunto com o marido (vd. ponto 2.2).

4.4. Na **subsecção relativa ao marido ou à esposa**, integrou-se a documentação produzida ou acumulada a título individual pelo marido ou esposa antes do casamento ou enquanto viúvo(a). Integraram-se também documentos herdados pelo marido durante a vigência do casamento que diziam respeito a bens ou a assuntos cuja gestão não requeria a autoridade da esposa.

4.5. Nas situações em que **não existem casamentos numa geração ou documentação produzida pelo casal**, cada subsecção corresponde a um membro, sendo a primeira relativa ao senhor ou administrador do património familiar e surgindo as seguintes por ordem do nascimento sempre que tenha sido possível determinar a idade de cada um dos membros.

4.6. Nos casos em que o **senhor ou administrador do património familiar faleceu** e a representação da família passou para um dos seus irmãos, considerámos que a primeira subsecção da geração corresponde ao último membro (a título individual ou integrado no casal) que assegurou a representação da família e não ao primeiro, que veio a falecer. Isto porque foram os descendentes do último representante que deram continuidade à representação da família.

4.7. Foram criadas subsecções para as **gerações posteriores ao século XVI** com o objectivo de tornar claras as incorporações de subsistemas noutros subsistemas ou no Sistema que ocorreram depois dos limites cronológicos do nosso trabalho (vd. ponto 5). A sua criação baseou-se numa análise preliminar da documentação contida no AGLS e está, por isso, sujeita a confirmação.

5 – Limites cronológicos

5.1. Este trabalho diz respeito exclusivamente à documentação datada entre os **séculos XV e XVI** e actualmente conservada no AGLS. Por isso, não constam no quadro orgânico os subsistemas integrados noutros subsistemas ou no Sistema que contêm apenas documentação produzida depois do século XVI. Do mesmo modo, todas as informações que digam respeito a cronologias posteriores a Quinhentos estão sujeitas a confirmação.

Base de dados

6 – Séries e subséries

6.1. **Não se criaram séries nem subséries** por considerarmos que a quantidade e as características da documentação existente dentro dos limites cronológicos do nosso trabalho (vd. ponto 5) não o justificarem.

7 – Documentos compostos e documentos simples

7.1. Os documentos foram organizados debaixo de cada subsecção por **ordem cronológica**.

7.2. Os documentos foram **numerados** (01, 02, 03...), reiniciando-se a numeração em cada subsecção.

8 – Produção / Produtores

8.1. Em todos os campos da base de dados, por “**Produção**” deve entender-se «produção e/ou acumulação», e por “**Produtores**” deve entender-se «produtores e/ ou acumuladores».

9 - Cópias / Traslados

9.1. Nos casos em que temos conhecimento de determinado documento produzido entre os séculos XV e XVI também ou apenas por intermédio de **cópias ou traslados** produzidos depois do século XVI, descrevemos a cópia ou traslado debaixo da subsecção “Não identificados” do respectivo subsistema ou do Sistema (vd. ponto 12). Incluimos aqui as cópias ou traslados cujos produtores não nos foi possível identificar. Incluimos também as cópias ou traslados cujos produtores são posteriores ao século XVI, carecendo a sua identificação de confirmação.

9.2. O **produtor/acumulador do documento original** que foi trasladado é mencionado no campo “pontos de acesso (assuntos)” na descrição do traslado caso esteja associado a um dos subsistemas (vd. ponto 9).

9.3. A **existência de cópias ou traslados** é mencionada no campo “Existência e localização de cópias” da descrição do documento original.

9.4. As descrições dos documentos originais e das respectivas cópias ou traslados encontram-se **relacionadas** no campo “Descrições relacionadas”.

10 – Registos de autoridade

10.1. Criaram-se registos de autoridade apenas para os produtores e/ou acumuladores de documentação **associados ao Sistema ou a um dos subsistemas**. Excluíram-se, portanto, todos os indivíduos que, sendo produtores e/ou acumuladores dos documentos descritos, não façam parte integrante de uma das gerações de um dos subsistemas. A

única exceção diz respeito aos produtores e/ ou acumuladores de documentação que não foram integrados num subsistema próprio pelas razões que evocámos no ponto 2.6.

10.2. Foram também criados registos de autoridade para todas as **famílias** representadas nos subsistemas e no Sistema. Para a família Salema foram criados três registos de autoridade distintos correspondentes às três linhas representadas no AGLS (linha de Diogo Gonçalves Salema I, linha de António Salema e linha de Gonçalo Fernandes Sobrinho e Inês Figueira).

10.3. As informações constantes no campo “**Estruturas internas / Dados biográficos e genealógicos**” foram sobretudo reunidas a partir de duas vias, a saber, dos documentos conservados no AGLS, e do “Inventário geral dos papéis...” (ANTT, *Feitos Findos*, Livros dos Feitos Findos, liv. 246). Não se pretendeu, portanto, criar registos biográficos exaustivos mas sim recolher dados sobre a história social dos produtores e/ou acumuladores de documentação associada aos Sistemas e subsistemas que permitissem contextualizar essa mesma produção ou acumulação. Incluíram-se as referências às descrições contidas no “Inventário geral dos papéis...” dado que, por um lado, fornecem informações que o AGLS não disponibiliza, e, por outro, permitem também determinar quais e quantos documentos teriam sido produzidos e/ou acumulados pelos membros das famílias mas que não se encontram hoje preservados no AGLS.

11 – Múltiplos produtores

11.1. Nos casos em que **um documento foi criado por mais do que um produtor associado a um ou mais subsistemas**, esse documento foi descrito debaixo da subsecção correspondente ao produtor em cujo arquivo o documento terá sido provavelmente conservado. Os restantes produtores são mencionados no campo “Produtores”.

12 – Produtores ou acumuladores não identificados

12.1. Nos casos em que **não foi possível identificar os produtores ou acumuladores** de determinados documentos, estes foram colocados debaixo de uma secção intitulada “Não identificados”. Quando considerámos provável que esses documentos

pertencessem a um subsistema específico, criámos uma secção “Não identificados” no fim do respectivo subsistema. Nas situações em que não nos foi possível restringir a associação a um subsistema específico ou em que os documentos podem pertencer ao Sistema ou a qualquer um dos subsistemas, os documentos foram integrados numa secção “Não identificados” no fim do Sistema. A associação dos documentos integrados nas secções “Não identificados” a dado subsistema ou ao Sistema foi justificada no campo “História do arquivo” da descrição de cada documento.

13 – Datas de produção

13.1. As datas de produção dos subsistemas, secções e subsecções dizem respeito às datas extremas em os **membros das diversas gerações produziram e/ ou receberam documentação**. Assim, não correspondem necessariamente às datas extremas de produção dos documentos já que, por exemplo, dado membro de uma geração pode ter recebido no século XVI um documento que foi produzido no século XIV.

14 – Normas arquivísticas utilizadas

14.1. A preparação dos registos de autoridade, a descrição das entidades detentoras e a descrição do Sistema, subsistemas e documentos obedeceram às **seguintes normas arquivísticas**:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, *ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, 2.^a ed, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, 2.^a ed., Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, *ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico*. Trad. Comitê de Boas Práticas e Normas, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009.

DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO, *Orientações para a descrição arquivística*, 2.^a v., Lisboa, DGARQ, 2007.

Da escrita da História à representação dos arquivos

Apesar de estarem ausentes do leque de funções tradicionalmente atribuídas à História e aos historiadores, as representações arquivísticas são – não esqueçamos – parte integrante do processo de interpretação do passado⁵⁷⁴. Assim, são claras as vantagens de uma abordagem histórico-arquivística que promova uma imagem circular desse processo: uma compreensão mais profunda acerca da história dos arquivos e das suas entidades produtoras, acumuladoras e gestoras resulta em representações arquivísticas que reflectem de forma mais adequada essa mesma história; e, inversamente, uma compreensão mais profunda acerca das representações arquivísticas resulta em construções historiográficas que reflectem de forma mais adequada a história dos arquivos e das suas entidades produtoras, acumuladoras e gestoras.

Daí a relevância de modelos de tratamento arquivístico que, tal como o designado “modelo sistémico” (ponto 1), assentem no «respeito pela organicidade» das relações que se estabeleceram entre os produtores, acumuladores e gestores de informação e os documentos conservados em arquivo. Respeitar essa organicidade implica conhecer a história dessas relações. E implica também traduzi-la de forma clara nos instrumentos que vão mediar a recuperação de informação.

No caso dos arquivos de família, essa tradução faz-se, como revelou o quadro orgânico do Arquivo Gama Lobo Salema (ponto 2.1), seguindo a sucessão geracional dos representantes e administradores do património de cada grupo familiar. Desta forma, a estrutura orgânica que guiou o modo de funcionamento das famílias e, consequentemente, a constituição e gestão dos arquivos em cada geração, guia também

⁵⁷⁴ COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010), p. 4. [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf.

a construção do quadro de classificação e a posterior arrumação dos documentos em catálogos, inventários ou bases de dados (ponto 2.2).

Assim, esta metodologia contrasta com outros modelos que, em nome da recuperação de informação e de noções tecnicistas acerca da função dos arquivistas e do tratamento arquivístico, impõem esquemas pré-fabricados que são estranhos às dinâmicas orgânicas que levaram à constituição, conservação, utilização e transmissão dos acervos. Contudo, não deixa de partilhar com eles a inevitabilidade de produzir, também ela, uma interpretação que intermedeia a realidade documental e o acesso à informação. O que nos traz àquela que é, por ventura, a etapa mais importante do processo que acompanhamos ao longo deste capítulo, a de justificar e fundamentar com clareza as opções que estiveram por detrás da nossa interpretação (ponto 2.3).

CONCLUSÃO

O objectivo desta dissertação passou por, partindo do Arquivo Gama Lobo Salema, aliar a História e a Arquivística no estudo e representação da produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre durante os séculos XV e XVI, oferecendo, assim, a possibilidade de conhecer os grupos familiares da nobreza Portuguesa a partir da sua própria produção e acumulação documental.

Esta formulação foi construída com base em vários pressupostos: no pressuposto de que é preciso reforçar o conhecimento acerca das famílias nobres Portuguesas a partir dos seus próprios arquivos; de que esse conhecimento se enriquece através de abordagens interdisciplinares e epistemológicas; e, por fim, de que o modo de representar e compreender a representação dos arquivos afecta necessariamente a compreensão do próprio passado e, por conseguinte, a escrita da História.

Anotámos no final de cada capítulo as principais conclusões respectivas a cada um deles e resumimos agora os conteúdos deste trabalho, começando pelo capítulo I, onde explorámos os suportes teóricos e metodológicos sobre quais a investigação se alicerçou – a História dos Arquivos ou a Arquivística Histórica, a História da Nobreza em Portugal e os estudos especializados em arquivos de família. Na congregação destas correntes encontrou-se um desafio epistemológico e interdisciplinar capaz de unir a História e a Arquivística na análise dos arquivos de família, pensando-os como objectos de estudo em si mesmos e promovendo reflexões internas sobre como historiadores e arquivistas constroem os seus discursos científicos.

No capítulo II pensámos a arqueologia do Arquivo Gama Lobo Salema, acompanhando as etapas da sua construção, os processos de (re)organização de inventariação da documentação no arquivo conservada e os problemas levantados pela estrutura arquivística que deu forma ao acervo como hoje o conhecemos. Esta reflexão foi considerada essencial na medida em que, antes de transformarem os arquivos em «fonte», os historiadores devem compreendê-los em profundidade, compreender o seu carácter construído, sob pena de tecerem leituras do passado baseadas, *a priori*, em interpretações erradas sobre as «fontes».

No capítulo III analisámos em pormenor os estudos de caso seleccionados, quatro grupos familiares – os Salema, os Vana, os Bulhão e os Queimado de Vilalobos -, cujos

percursos foram sendo interpretados à luz das suas práticas documentais, das suas estratégias arquivísticas, dos seus modelos de gestão documental, dos usos que atribuíram aos arquivos. A jusante e a montante destas problemáticas ficou a ideia de que os arquivos cumpriram um papel fundamental na formação e na consolidação dos grupos familiares, desempenhando múltiplas funções nas mais diferentes componentes do funcionamento das famílias.

No capítulo IV reflectimos sobre o modo de representar o Arquivo Gama Lobo Salema em termos arquivísticos e, sobretudo, sobre a forma como essa representação afecta a inteligibilidade do passado passível de ser recuperado através do arquivo. Para avaliar estas questões, construímos um novo quadro de classificação e uma base de dados com as descrições arquivísticas da documentação dos séculos XV e XVI à luz do designado “modelo sistémico”. Esta experiência revelou-nos que, da escrita da História à representação dos arquivos, os benefícios de uma abordagem interdisciplinar são mútuos: o historiador beneficia de uma compreensão mais informada sobre o modo como os arquivistas constroem ou co-editam os arquivos; o arquivista beneficia de uma leitura menos técnica e mais focada na evolução história da relação orgânica que se foi desenvolvendo entre os arquivos e as suas entidades produtoras e conservadoras.

No entanto, estas ideias não esgotam a riqueza do tema nem do próprio Arquivo Gama Lobo Salema. Numa leitura mais abrangente, os dados que fornecemos sobre as famílias que seleccionámos como estudos de caso poderão ser utilizados como pontos de partida para estudos monográficos ou prosopográficos que dessem continuidade, na perspectiva da história social, ao estudo das famílias a partir dos seus próprios arquivos. Numa escala mais específica, poderiam ainda, por exemplo, ser analisadas em pormenor as várias facetas da relação por escrito que se estabeleceu entre as famílias nobres e as mais diversas instituições, cruzando os arquivos de família com os arquivos dessas instituições e as práticas documentais de uns e de outros (as famílias também pressionaram as instituições com recurso a documentos escritos? Foram os arquivos familiares dos funcionários e dos oficiais das instituições uma espécie de prolongamento dos arquivos institucionais, já que era esperado e reconhecido que conservassem documentação de função?).

No que toca ao Arquivo Gama Lobo Salema, ficaram por explorar outras famílias que produziram documentação entre os séculos XV e XVI – os Gama Lobo, os

Miranda Henriques e uma terceira linha dos Salema – e a volumosa quantidade de registos datados entre os séculos XVII e XX. Para além de permitirem continuar a acompanhar a história de alguns dos grupos familiares que analisámos, estes registos possibilitam também, à semelhança do que sucedeu para os séculos XV e XVI, conhecer realidades familiares, sociais, económicas, políticas que estão pouco representadas ou mesmo ausentes dos arquivos públicos ou estatais. De entre as diversas hipóteses de investigação a partir destes registos posteriores ao século XVI mencionemos, por exemplo, o estudo detalhado dos diferentes contextos em que a documentação de Quatrocentos e Quinhentos foi sendo recuperada e utilizada e o passado familiar adequado às necessidades do presente. Um bom ponto de partida seriam os volumosos processos que se produziram na sequência da contenda entre os Salema e os Miranda Henriques nos finais do século XVIII, impressionante também pelo domínio do arquivo e da história da família que exigiu. O mesmo potencial é aplicado à representação do Arquivo, que trabalhos posteriores poderão completar partindo das bases que construímos nesta dissertação.

Nas palavras do último proprietário do acervo, ficam, por explorar, enfim, diversas outras “sombras” que povoam este Arquivo: “Distantes personagens, a recordação de dramas de amor, batismos, casamentos, rastos da morte, o sussurro de conspirações e intrigas políticas, a ascensão e queda de famílias e grupos sociais, o gráfico de engrandecimento pelo enriquecimento e pela conquista de poder, as vítimas de graves crises políticas e económicas, o quotidiano das mais diversas épocas, reveladores inventários de livrarias, ilustrando mentalidades, curiosidades e interesses intelectuais de sucessivas gerações, registos que podem trazer a solução de enigmas que subsistem na História de Portugal, mas também os clarões efémeros de sentimentos, tantos sentimentos, projeção de bons e maus caracteres, acções heroicas, gestos generosos, vaidades vãs, ódios e traições”⁵⁷⁵.

⁵⁷⁵ Vd. Anexo 4 - Comunicação do último proprietário do AGLS no lançamento das actas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2012), p. 361.

FONTES

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Arquivo Gama Lobo Salema

Casa de Palmela, cx. 49

Casa de Santa Iria, cxs. 3, 6, 9, 10, 15

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, 29, 33

Chancelaria de D. João I, livs. 1, 3, 4

Chancelaria de D. João II, liv. 8

Chancelaria de D. Manuel I, livs. 29, 33

Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, lv. 2

Corpo Cronológico, Parte I, mçs. 17, 53, 84, 91

Feitos Findos, *Livros dos Feitos Findos*, liv. 246

Gavetas, gav. 10, mç. 5

Hospital de São José, *escrivão Pontes*, mç. 33, nº. 5, cx. 1089

Mesa da Consciência e Ordens, *Ordem de Santiago*, *Convento de Palmela*, mç. 3

Ministério do Reino, liv. 527

Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 135

Fontes impressas:

FONSECA, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Anacleta. Fontes para o estudo das Ordens religioso-militares*, 7 (2006), vol. 1 – “Livro dos Copos”, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973

GAIÓ, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XX, Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1939

MENDONÇA, Agostinho Gavy de, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, Typ. do Commercio de Portugal, 1890 [1607]

MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana (nobiliário das famílias de Portugal)*, Tomo II – vol. I e Tomo III – vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944-1945

Ordenações Afonsinas, liv. IV [Fac-símile disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/pagini.htm>. Consult. 06-01-2016].

PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4 – *Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005

PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995

RASTEIRO, Joaquim, “Notícias archeológicas da Península da Arrábida”, *O Archeólogo Português*, vol. III, n.ºs 1-2 (1897), p. 11 [Em linha. Consult. 12 de Setembro de 2014. Disponível em <https://archive.org/stream/oarquelogoportu10porgoog#page/n24/mode/2up/search/cruzeiro>];

VALENTE, Carlos F. de Figueiredo, *Documentos e Genealogias*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1931

BIBLIOGRAFIA

AGUADO GONZALEZ, Francisco Javier, "Private Archives in Spain: Legislation and Dissemination", *Atlanti*, vol. 17, n°. 1-2, 2007, pp. 209-222

ANHEIM, Étienne, "Singulières archives. Le statut des archives dans l'épistémologie historique. Une discussion de *La mémoire, l'histoire, l'oubli* de Paul Ricœur", *Revue de Synthèse*, 125 (2004), pp. 153-182

ANHEIM, Étienne ; CHASTANG, Pierre, "Les pratiques de l'écrit dans les sociétés médiévales (VIe – XIIIe siècle", *Médiévales*, 56 (2009), pp. 5-10

ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier, "Fabrique des Archives, Fabrique de l'Histoire", *Revue de Synthèse*, 125 (2004), pp. 1 – 14

AURELL, Jaume, "El Nuevo Medievalismo y la Interpretación de los Textos Históricos", *Hispania*, 2006, vol. LXVI, núm. 224, Sept.-Dez., pp. 809 – 832

BARROCA, Mário Jorge, "Memórias", in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (coord.) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 418-456

BASSI, Giulia, "Against Historiographical Positivism: Some skeptical reflections about the archival fetishism", *Mnemoscape Magazine*, n°. 1 – The Anarchival Impulse (2004), pp. 54-65 [Em linha. Consult. 28-01-2015. Disponível em <http://www.mnemoscape.org/>]

BASTIAN, Jeannete, *Owning memory: how a Caribbean community lost its archives and found its history*, EUA, Libraries Unlimited, 2003

BASTIAN, Jeannette, "Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation", *Archival Science*, vol. 6, n°s 3-4 (2006), pp. 267-284

BASTIAN, Jeannette, "Taking Custody, Giving Access: A Postcustodial Role for a New Century", *Archivaria*, 53 (2002), pp. 76-93

BASTIAN, Jeanette; ALEXANDER, Ben (ed.), *Community Archives: the shaping of memory*, Londres, Facet Publishing, 2009

BEATTIE, Heather, "Where Narratives Meet: Archival Description, Provenance, and Women's Diaries", *Libraries & Cultural Record*, vol. 44, n° 1 (2009), pp. 82-100

BERTRAND, Paul, "À propos de la révolution de l'écrit (Xe – XIIIe siècle). Considérations inactuelles", *Médiévales*, 56 (2009), pp. 75-92

BLAIR, Ann; MILLIGAN, Jennifer, "Introduction", *Archival Science*, 7 (2007), pp. 289 – 296

BLASCO MARTÍNEZ, Rosa M^a, "Los Archivos Familiares. Planteamiento General y Cuestiones para el Debate", in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del Vi Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 391 - 403

BLOUIN, Francis X. Jr., "History and Memory: The Problem of the Archive", *PMLA*, vol. 119, n° 2 (Mar. 2004), pp. 296 – 298

BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007

BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G. (ed), "Part I: Archives and Archiving. Introduction", in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 1 – 3

BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G. (ed), "Part II: Archives in the Production of Knowledge. Introduction", in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 85 - 88

BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G. (ed), "Part III: Archives and Social Memory. Introduction", in *Archives, Documentation and Institutions of Social*

Memory. Essays from the Sawyer Seminar, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 165 - 168

BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G. (ed), “Part IV: Archives, Memory, and Political Culture (Canada, the Caribbean, Western Europe, Africa, and European Colonial Archives. Introduction”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 253 – 256

BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G. (ed), “Part V: Archives and Social Understanding in States Undergoing Rapid Transition (China, Postwar Japan, Postwar Greece, Russia, Ukraine, and the Balkans). Introduction”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 379-381

BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., “Preface and Acknowledgments”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, pp. vii – ix

BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., *Processing the Past. Contesting Authority in History and the Archives*, Oxford, Oxford University Press, 2011

BOLES, Frank, “Disrespecting Original Order”, *The American Archivist*, vol. 45, n° 1 (1982), pp. 26-32

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco, “Algunas reflexiones sobre la naturaleza y la evolucion historica de los archivos de familia”, in *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, pp. 264 - 273

BOURQUIN, Laurent, “Mémoire familiale, mémoire seigneuriale : le chartrier de Chalancey (XVe-XIXe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 209-222

BRAGA, Paulo Drumond, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998

BRELOT, Claude-Isabelle, “Archives Privées, Archives Publiques, Mémoire Familiale: Questions de Méthode et de Déontologie”, in FAVIER, René (dir.), *Archives Familiales et Noblesse Provinciale. Hommage à Yves Soulingeas*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 2006, pp. 75 – 87

BRELOT, Claude-Isabelle, “Des chartriers aux papiers de famille et à l’organisation de la conservation (XIXe-XXe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 299-316

BRETTELL, Caroline, “Archives and Informants. Reflections on Juxtaposing the Methods of Anthropology and History”, *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, vol. 25, n.º 1, 1992, pp. 28-36

BUNDSGAARD, Inge, “The Question of Access: The Right to Social Memory versus the Right to Social Oblivion”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 114 – 120

BURKE, Peter, “Commentary”, *Archival Science*, 7 (2007), pp. 391-397

BUSHEY, Jessica, “International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM): Open-source software for archival description” [Em linha. Consult. 27-01-2016. Disponível em https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf].

CAMMAROSANO, Paolo, *Italia medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*, Carocci, 1991

CANAS, Ana, “Storytelling: Private papers versus official records in 18th and 19th-century Portugal”, in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 37-44

CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva, *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e a sua representação através do modelo sistémico*, Porto, 2013. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CARTER, Rodney, "Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence", *Archivaria*, 61 (2006), pp. 215-233

CASAUS BALLESTER, M^a José, "La Casa de Híjar (Teruel) y el uso de algunos archivos", *La Archivística en el contexto de las Ciencias y Técnicas Historiográficas. Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*, nº 2 (2006), pp. 103-122

CASAUS BALLESTER, M^a José, "Patrimonios archivísticos nobiliarios. La Casa Ducal de Híjar (Teruel)", in GONZÁLEZ DE LA PENA, M^a del Vak (coord.), *Estudios en Memoria del Profesor Dr. Carlos Sáez. Signo*, Universidad de Alcalá - Servicio de Publicaciones. Obras Colectivas. Humanidades 08, 2007, pp. 579-590

CASEY, James, "Familia y comunidad : perspectivas sobre Cataluña y Europa", *Pedralbes: Revista d'història moderna*, nº. 18 – 1 (1998), pp. 215-226

CASTRO, Maria João P.M. Ferreira de, "Três realidades distintas em arquivos de família", in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107 – 115

CARVALHAL, Hélder, "A casa senhorial do Infante D. Luís (1506-1555): dinâmicas de construção e consolidação de um senhorio quinhentista", *Revista 7 Mares*, nº. 4 (2014), pp. 33-48

CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa, "A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos Arcebispos e dignitários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV)", *Lusitania Sacra*, 2^a série, 13-14 (2001-2002), pp. 15-40

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco, "Presentación: propuestas teóricas y organización social desde la historia de la familia en la España moderna", *Stvdia Historica. Historia Moderna*, vol. 18 (1998), pp. 17-26

CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo, "Histórias de um arquivo", in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 131 – 140

CHARTIER, Roger; ANHEIM, Étienne; CHASTANG, Pierre, "Les usages de l'écrit du Moyen Âge aux Temps modernes. Entretien avec Roger Chartier. Propos recueillis par Étienne Anheim et Pierre Chastang", *Médiévales* 56 (2009), pp. 93-114

CHASTANG, Pierre, "Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale : la structuration d'un nouveau champ de recherche", *Cahiers de civilisation médiévale*, 49^e année (n° 193), 2006, pp. 21-31

CHASTANG, Pierre, "L'archéologie du texte médiéval", *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre / BUCEMA* [Em linha], Hors-série n° 2 (2008), pp. 1-15 [Consult. 8 de Fevereiro 2013. Disponível em <http://cem.revues.org/8702>]

CHASTANG, Pierre, *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe – XIIIe siècles)*, Paris, CTHS, 2001

CHOUQUER, Gérard, "Crise et recomposition des objets: les enjeux de l'archéogéographie. Introduction", *Études rurales*, n°s. 167-168 (2003/3) [Em linha. Consult. 1 Março 2016. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-etudes-rurales-2003-3-page-13.htm>]

CIRIER, Aude, "Identité nobiliaire et archives en Italie: construction d'une mémoire familiale, les archives Pannocchieschi d'Elci (XIIIe-XIXe siècle)", in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 149-162

CLANCHY, M.T., *From memory to written record. England 1066-1307*, UK, Blackwell Publishing, 2009

CLANCHY, M.T., "«Tenacious Letters»: Archives and Memory in the Middle Ages", *Archivaria* 11 (1980/1981), pp. 115-125

COELHO, Maria de Fátima, "O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias", *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 111-131

COELHO, Maria Helena da Cruz, “A escrita no mundo urbano”, *História (São Paulo)*, v. 34, n.º 1 (2015), pp. 16-34

CONNERTON, Paul, “Seven Types of Forgetting”, *Memory Studies*, vol. 1 (1), 2008, pp. 59-71 [Em linha. Consult. 15 Jan. 2011. Disponível em <http://mss.sagepub.com/content/1/1/59>].

CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010

COOK, Terry, “Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts”, *Archival Science*, 1 (2001), pp. 3-24

COOK, Terry, “Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: Para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno”, *Revista Estudos Históricos*, vol. 11, n.º 21, 1998, pp. 129-149

COOK, Terry, “Ghosts in the Family: Historians, Archivists and the Documentary Past”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 33-43

COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010) [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf

COOK, Terry, “The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape”, *The Canadian Historical Review*, 90, 3, Setembro 2009, pp. 497 – 534

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (org.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, CHAM, 2004

COSTA, Marcos Noronha da, “O morgadio da Quinta da Torre, freguesia do Monte da Caparica, termo de Almada”, separata de *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, vol. 2, Porto, Livraria Civilização, 2003, pp. 915-923

COX, Richard J.; WALLACE, David (eds.), *Archives and the Public Good: Accountability and Records in Modern Society*, Westport, Quorum Books, 2002

CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

CUÑAT CISCAR, Virginia M^a, “La creación de Colecciones Documentales como Proyecto Personal o Colectivo”, in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del Vi Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 405 - 416

CUÑAT CISCAR, Virginia M^a, “Presentación: Colecciones Documentales Heredadas, Generadas y Creadas”, in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del Vi Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 389 – 390

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990

CUNHA, Mafalda Soares da, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões”, *Penélope*, nº 29, 2003, pp. 33-48

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, pp. 47-75

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “As grandes casas”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (coord.) MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 202-243

CURTO, Diogo Ramada, “Conclusões. Nobreza Manuelina e seus descendentes” in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, século XV-*

XVII: *poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, pp. 343-359

DACOSTA, Arsenio; RAMÓN DÍAZ DE DURANA, José; ÁNGEL LEMA PUEYO, José; ANTONIO MUNITA LOÍNAZ, José, “El archivo familiar de los Barroeta de Marquina: aportaciones para la reconstrucción del conflicto social en la baja Edad Media”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 213-230

DERRIDA, Jacques, *Mal d'Archive: une impression freudienne*, Paris, Éditions Galilée, 1995

DE VIVO, Filippo, “Ordering the archive in early modern Venice (1400–1650)”, *Archival Science*, vol. 10 (2010), pp. 231-248

DUCHEIN, Michel, “Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des Fonds in Archival Science”, *Archivaria*, 16 (1983), pp. 64-82

DUFF, Wendy; HARRIS, Verne, “Stories and names: Archival description as narrating records and constructing meanings”, *Archival Science*, 2 (2002), pp. 263-285

ESCH, Arnold, "Chance et hasard de la transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique" in OEXLE, O.G. ; SCHMITT, J.C. (dir.), *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, pp. 15-29

ESLAVA OCHOA, Esther, “Archivo de la Familia Ponce de León (marquesado del Castillo del Valle de Sidueña)”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 703-710

ESTEVEVES, Judite Maria Nunes, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FARELO, Mário, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»”, in *Lisboa Medieval - Os rostos da Cidade* (coord. KRUS,

Luís; OLIVEIRA, Luís F.; FONTES, João L.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145 – 168

FARELO, Mário, “Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 185-203

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; OLIVEIRA, Luís Filipe, “As Ordens Militares no Reino de Portugal”, in NOVOA PORTELA, Feliciano; AYALA MARTÍNEZ, Carlo de, *As Ordens Militares na Europa Medieval*, Lisboa, Chaves Ferreira – Publicações S.A., 2005, pp. 137-166

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, I-2 (1999), pp. 51-86

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth, “Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream”, *Archival Science*, 9 (2009), pp. 71-86

FONSECA, Luís Adão da, “Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis”, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Actas do Seminário Internacional*, Porto, CEPESSE, 2009, pp. 37-56

FOUCAULT, Michel, *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969

GAGO, Alice Borges, “Uma família de mercadores na Guimarães medieval”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 155-170

GALLAND, Bruno, “Le sort des archives seigneuriaux à la Révolution française : conservation, triage ou destruction?”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 273-284

GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “O Arquivo da Casa de São Paio: história e memória de uma família aristocrática”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 281-305

GARCÍA ASER, Rosario, “Cuadro de Clasificación para Archivos Nobiliarios”, in *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, pp. 33 – 108

GATTINARA, Enrico Casteli; ANHEIM, Étienne, “Introduzione”, *Dimensioni e problemi delle ricerca storica*, 2 (2007), pp. 7-20

GEARY, Patrick, “Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 106 – 113

GEARY, Patrick, *Phantoms of Remembrance. Memory and Oblivion at the End of the First Millennium*, Princeton, Princeton University Press, 1996

GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995

GOMES, Saul António, “Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 111-167

GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F., “Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y futuro? Tipología documental e investigación modernista”, in ANDÚZAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J.P. (coord.), *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*, Instituto de Estudios Almerienses, 2007, pp. 129-210

GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F., “«Experto en letras antiguas busca empleo». El papel de los archiveros en la organización del patrimonio documental de la aristocracia española (1750-1850). Una aproximación a sus fuentes y posibilidades de estudio”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 40 (2015), pp. 267-293

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Arquivos de Família na Região Duriense”, in *Actas do Seminário Os Arquivos do Vinho em Gaio e Porto*, Porto, CEPESE, 2001, pp. 47-54

GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Cristina; MENDO CARMONA, Concepción, “Aplicación de la Normativa Internacional Archivística al Fondo Luis López Ballesteros”, in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del Vi Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 453 - 464

GONZÁLEZ NICOLÁS, Elena; LAVÍN GARCÍA, M^a Jesús, “La Organización del Archivo de San Román de Escalante”, in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del Vi Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 417 - 428

GOODY, Jack, *The Logic of Writing and the Organization of Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996

GRACY, KAREN, “Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival Ethnography”, *Archival Science*, 4 (2004), pp. 335-365

GREENE, Mark, “The messy business of remembering: history, memory and archives”, *Archival Issues*, vol. 28, n.º2, 2003-2004, pp. 95-104

GREGÓRIO, Rute Dias, “Documentos do fundo Ernesto do Cato – o tombo de Pero Anes do Canto”, in *Ernesto do Canto – retrato do homem e do tempo. Actas do Colóquio*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso / Universidade dos Açores – Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp. 317-337

GREGÓRIO, Rute Dias, “O Arquivo dos Canto e Castro: documentos, informação e história de uma família açoriana dos séculos XVI a XIX”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 365-375

GROSSMANN, Atina, “Out of the Closet and Into the Archives? German Jewish Papers”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from*

the Sawyer Seminar, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 89 – 100

GUIMARÃES, Paulo Mesquita, “Organização de Arquivos de Família. Particularidades Técnicas Subjacentes”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 107 – 115

GUYARD, Patricia, "La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi : le cartulaire et le chartrier des Mignon (XIVe-XVe siècles)", *Bibliothèque de l'école des chartes*, tome 157 (1999), livraison 2, pp. 523-563

GUYOTJEANNIN, Olivier, “Les chartriers seigneuriaux au miroir de leurs inventaires (France, XVe-XVIIIe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 35-50

HARRIS, Verne, *Archives and Justice: A South African Perspective*, EUA, Society of American Archivists, 2007

HEAD, Randolph, “Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe”, *Archival Science*, 7 (2007), pp. 317-329

HÉLARY, Xavier, “Un seigneur face a ses archives: le cartulaire de Jean, seigneur de Nesle (Bourgogne, vers 1270)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 51-74

HENRIQUES, Tiago, “O Arquivo da Casa de Lourical”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 141 - 152

HERRERA MORILLAS, José Luis, “El Palacio y el Archivo de Viana de Córdoba: Un Ejemplo de la Desigual Actitud ante la Valoración y Recuperación de los Distintos Patrimonios Históricos”, in *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de*

Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del Vi Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita (ed. SÁEZ, Carlos), vol. II, Madrid, Calambur, 2002, pp. 481 – 492

HESPANHA, António Manuel, “A nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII”, *Penélope. Fazer e desfazer História*, nº. 12 (1993), pp. 27-42

HESPANHA, António Manuel, “Carne de Uma Só Carne: Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico-Antropológicos da Família na Época Moderna”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123 – 124), 1993, pp. 951 – 973

HOLMES, Donna, “Passive Keepers or Active Shapers: A Comparative Case Study of Four Archival Practitioners at the End of the Nineteenth Century”, *Archival Science*, 6, 2006, pp. 285-298

HOMEM, Armando Carvalho; DUARTE, Luís Miguel; MOTA, Eugénia Pereira da, “Percursos na burocracia régia (séculos XIII-XV)”, in BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 403-423

Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991), vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997

“Introdução”, in *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, Vila Real, Fundação da Casa de Mateus, 2005, pp. 13 – 31

IRANZO, Muño, M^a Teresa, “Arqueología del archivo: Inventarios de los Condes de Aranda”, in CAUSAUS BALLESTER, María José (coord.), *El Condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*, 2009 [Em linha. Consult. 6 Agosto 2014. Disponível em http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/29/67/_ebook.pdf]

JIMERSON, Randall, “Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice”, *The American Archivist*, vol. 70, nº 2 (2007), pp. 252-281

JIMERSON, Randall, “Embracing the Power of Archives”, *American Archivist*, vol. 69, nº 1 (2006), p. 21

KETELAAR, Eric, “Muniments and Monuments: The Dawn of Archives as Cultural Patrimony”, *Archival Science*, 7 (2007), pp. 343 – 357

KETELAAR, Eric, "Records out and archives in: early modern cities as creators of records and as communities of archives", *Archival Science*, 10 (2010), pp. 201-210

KETELAAR, Eric, "The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries", *Libraries & the Cultural Record*, vol. 44, n°. 1, 2009, pp. 9 – 28

KETELAAR, Eric, "The Panoptical Archive", in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 144 – 150

KETELAAR, Eric, "Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection", *Archival Science*, 2 (2002), pp. 221-238

KIRSH, Gesa E. ; ROHAN, Liz, "Introduction: The Role of Serendipity, Family Connection, and Cultural Memory in Historical Research", in KIRSH, Gesa E. ; ROHAN, Liz (ed.), *Beyond the Archives. Research as a Lived Process*, EUA, Southern Illinois University Press, 2008, pp. 1-9

KOSTO, Adam J ; WINROTH, Anders (eds.), *Charters, Cartularies, and Archives: The Preservation and Transmission of Documents in the Medieval West*, Toronto, Pontifical Institute of Medieval Studies, 2002

KRUS, Luís, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1994

KRUS, Luís, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Cascais, Patrimonia, 1994

KUCHENBUCH, Ludolf, "Sources ou Documents? Contribution à l'Histoire d'une Évidence Méthodologique", in *Hypothèses 1/2003. Travaux d'étude doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, pp. 287 – 315

LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu, "Archivos Nobiliarios", in *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, pp. 11 – 32

LAFUENTE URIÉN, Aranzazu, "Los archivos nobiliarios: formación y conservación. La sección nobleza del archivo histórico nacional", in *Estudios sobre señorío y feudalismo: homenaje a Julio Valdéon*, Zaragoza, Institución "Fernando el Católico" (C.S.I.C.), 2010, pp. 27-75

LE GOFF, Jacques, *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, 2000

LEME, Margarida, "O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal", in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 479-490

LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis, "A cultura escrita nos espaços privados", in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (coord.) MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 334 – 394

LOBATO, Alexandre, *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960

LODOLINI, Elio, "Archivi privati, archive personali, archive familiari, ieri e oggi", in *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, pp. 23 - 69

LOURENÇO, Vanda, "Os Avelar – percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367), in *Lisboa Medieval - Os rostos da Cidade* (coord. KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís F.; FONTES, João L.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 169-181

LYONS, Bertram, "Writing Archives / Crafting Order. A critique on the Longstanding Archival Practices of Arrangement and Description" [Em linha. Consult. 02-12-2015]. Disponível em https://www.academia.edu/201257/Writing_Archives_Crafting_Order_A_critique_on_the_longstanding_archival_practices_of_arrangement_and_description.

MACEDO, Ana Maria Costa, "O Arquivo da Casa do Avelar (Braga) – da construção da memória familiar à (re)construção da história social", in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 265-279

MACNEIL, Heather, "Archivalterity : Rethinking Original Order", *Archivaria*, 66 (2008), pp. 1-24

MAGALHÃES, Joaquim Romero, "A Sociedade", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 399-433

MAGALHÃES, Joaquim Romero; SUBTIL, José Manuel, "As Estruturas Políticas de Unificação" in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 – *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 61-109

MAIRE-VIGUEUR, Jean-Claude, "Révolution documentaire et révolution scripturaire : le cas de l'Italie médiévale", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 153 (1995), pp. 177-185

MARQUES, Patrícia, *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*, Lisboa, 2013. Dissertação de mestrado apresentado à FCSH-UNL

MARQUIS, Kathleen, "Not Dragon at the Gate but Research Partner : The Reference Archivists as Mediator", in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 36 – 42

MAS GONZÁLEZ, Carlos, "Cuadros de Clasificación de Archivos Nobiliarios. La Iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional", in *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, ed. SÁEZ, Carlos, vol. II, Calambur, 2002, pp. 493 - 500

MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

MATTOSO, José, *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MATTOSO, José, "Os Arquivos Oficiais e a Construção Social do Passado", in *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 89 - 99

MATTOSO, José, “The Medieval Portuguese Nobility”, in MATTOSO, José (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 401-423

MEEHAN, Jennifer, “Rethinking Original Order and Personal Papers”, *Archivaria*, 70 (2010), pp. 27-44

MENESES, Ana Sandra, “O Arquivo da Casa do Avelar: estudo e protecção”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 390-409

MILLAR, Laura, “Discharching our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada”, *Archivaria*, 46 (1998), pp. 103-145

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (coord.) MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 130-158

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003

MOREIRA, Carla de Jesus Torres, *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico*, Porto, 2012. Relatório de estágio de 2º ciclo apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979

MORSEL, Joseph, “Ce qu’Écrire Veut Dire au Moyen Âge. Observations Préliminaires à une Étude de la Scripturalité Médiévale”, in COQUERY, Natacha ; MENANT, François ; WEBER, Florence (dir.), *Écrire, Compter, Mesurer. Vers une histoire des rationalités pratiques/2*, Paris, Éditions de l’ÉNS Rue d’Ulm, 2012, pp. 4 – 32

MORSEL, Joseph, "Do passado façamos tábua rasa? Retrato do historiador paralisado pelo tempo (e do medievalista pela Idade Média)", in FERREIRA, Álvaro Mendes et al. (org.), *Problematizando a Idade Média*, Niterói, UFF/PPGHISTÓRIA, 2014, pp. 177-197

MORSEL, Joseph, “Du Texte aux Archives: le Problème de la Source”, *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, Hors série n.º 2, 2008 [Em linha. Consult. 12 Agosto 2010. Disponível em <http://cem.revues.org/index4132.html>].

MORSEL, Joseph, “En guise d'introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 9 - 34

MORSEL, Joseph, “Le Médiéviste, le Lignage et l'Effet de Réel. La Construction du Geschlecht par l'Archive en Haute – Allemagne à Partir de la Fin du Moyen Âge”, *Revue de Synthèse*, 125 (2004), pp. 83 – 100

MORSEL, Joseph, “Les Sources sont-elles «le Pain de l'Historien»?”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d'Étude Doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, pp. 271 – 286

MORSEL, Joseph, "L'invention de la noblesse en Haute-Allemagne à la fin du Moyen Âge. Contribution à l'étude de la sociogenèse de la noblesse médiévale", in PAVIOT, Jacques; VERGER, Jacques (dir.), *Guerre, pouvoir et noblesse au Moyen Âge. Mélanges en l'honneur de Philippe Contamine*, Paris, Presses de Paris-Sorbonne, 2000, pp. 533-545

MORSEL, Joseph, “Médiation ou déviations ? Les inventaires, entre archives et historiens” in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 23-30.

MORSEL, Joseph, "Sociogenèse d'un patriciat. La culture de l'écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500", *Histoire Urbaine*, nº 35 (Décembre 2012), pp. 83-106

MUNTANER I ALSINA, Carme, “Els Milà de Sitges (Barcelona, Catalunya): un ejemplo de pequeño archivo familiar en el seno de una comunidad rural”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 465-478

NAVARRINI, Roberto ; CASELLA, Laura (ed.), *Archivi nobiliari e domestici : conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica*, Udine, Forum, 2000

NAVARRO BONILLA, Diego, "El Mundo como Archivo y Representación: Símbolos e Imagen de los Poderes de la Escritura", *Emblemata*, 14 (2008), pp. 19 - 43

NAVARRO BONILLA, Diego, *Escritura, Poder y Archivo. La Organización Documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV – XVIII)*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004

NAVARRO BONILLA, Diego, "Pasiones escritas: coleccionar archivos privados: dimensiones de estudio, uso y explotación", in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 651-660

NORA, Pierre, "Between History and Memory: *Les Lieux de Mémoire*", *Representations* (26), 1989, pp. 7-24

NOUGARET, Christine, "Les archives privées en France : deux siècles d'expérience de l'administration des archives", in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 687-696

NOUGARET, Christine, "L'Intérêt des Archives Privées pour l'Histoire", *La Gazette des Archives*, n°. 201 – *Les Archives Privées*, 2006, pp. 19 - 25

NÓVOA, Rita Sampaio da; LEME, Margarida, "The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798-1827)", in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015, pp. 77-82

O'CONNOR, Stephen, "Les cartulaires laïques en Angleterre au Moyen Age: des exemples bourgeois", in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 93-102

OLIVEIRA, António Resende de, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994

OLIVEIRA, José Augusto, “Administração da Ordem de Santiago e poder concelhio: a ascensão de Estêvão Esteves, um criado do comendador de Sesimbra”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. I, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2012, pp. 429-439

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009

OLIVEIRA, Luís Filipe, “Entre a História e a Memória: os Coutinhos e a expansão Quatrocentista”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, pp. 115-126

OLIVEIRA, Luís Filipe, “Fidalgos, Cavaleiros e Vilões: As ordens militares de Avis e Santiago (1330-1449)”, in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Actas do Seminário Internacional*, Porto, CEPESE / Civilização Editora, 2009, pp. 145-161

OLIVEIRA, Luís Filipe, “O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI”, in BARATA, Filipe Themudo (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, 2001, pp. 221-261

OLIVEIRA, Luís Filipe, “Outro *Venturoso* de finais do século XV: Francisco Coutinho, conde de Marialva e de Loulé”, in COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Victor (org.), *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional, Lisboa 2001*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 45-56

O’ TOOLE, James, “Archives and Historical Accountability: Toward a Moral Theology of Archives”, *Archivaria* , 58 (2004), pp. 3-19

PARAVICINI, Werner, “Philippe le Bon en Allemagne”, *Revue belge de philologie et d’histoire*, t. 15, fasc. 4 (1997), pp. 967-1018

PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995

PEIXOTO, Pedro de Abreu, “A Metodologia de tratamento dos arquivos de família no Arquivo Municipal de Vila Real”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 773-776

PEIXOTO, Pedro de Abreu, “Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Família em Portugal”, *Caderno BAD*, n.º. 001, 2002, pp. 77 – 90

PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, pp. 277-336

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2007

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, “A tomada de hábito e profissão na Ordem de Santiago”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2012, pp. 1045-1063

PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, GEsOs / Câmara Municipal de Palmela, 2002

PINTO, Pedro, “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 307-341

PIZARRO, José Augusto, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999

POHLE, Jürgen, “Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª. Série, n.º 3 (janeiro-junho 2015), pp. 19-38

POPPER, Nicholas, “From abbey to archive: managing texts and records in early modern England”, *Archival Science*, 10 (2010), pp. 249-266

PORTELA, Ana Margarida; QUEIROZ, Francisco, “O Arquivo da Casa do Terreiro de Leiria”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 743-750

PROCTER, Margaret; COOK, Michael; WILLIAMS, Caroline (eds.), *Political Pressure and the Archival Record*, EUA, Society of American Archivists, 2006

PUT, Eddy, "Une flore d'archives? La recherche typologique des sources d'archives de l'époque moderne (XVI^e-XVIII^e s.)", in AUBRY, Martine; CHAVE, Isabelle; DOOM, Vincente (dir.), *Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours*, França, IRHiS, 2007, pp. 287-292

QUISONAS-LOUDINOT, Odon de, “Du Comportement des Propriétaires d'Archives Privées et de leur Rapports avec les Historiens”, in FAVIER, René (dir.), *Archives Familiales et Noblesse Provinciale. Hommage à Yves Soulingeas*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 2006, pp. 69 – 73

RAINES, Dorit, “Public or private records? The family archives of the Venetian ruling elite in fifteenth-eighteenth centuries”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 535-548

RASTEIRO, Joaquim, “Noticias archeológicas da Península da Arrábida”, *O Archeólogo Português*, vol. III, n.ºs 1-2 (1897), pp. 1 – 48 [Em linha. Consult. 12 de Setembro de 2014. Disponível em <https://archive.org/stream/oarquelogoportu10porgoog#page/n24/mode/2up/search/cruzeiro>]

RAU, Virgínia, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Fac. Letras da Univ. de Coimbra, 1951

RAU, Virgínia, *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Editorial Presença, 1984

RESENDE, Nuno, “O Arquivo Histórico da Casa do Revogato: propostas de intervenção”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX:*

Que presente, que futuro?, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 377-386

RIBEIRO, Fernanda, “Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 45-58

RIBEIRO, Fernanda, “Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?”, in FONSECA, Luís; AMARAL, Luís, SANTOS, Maria (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 2003, pp. 1401-1414

RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos Arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003

RIBEIRO, Fernanda, “Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320 [Em linha. Consult. 25 de Novembro de 2013. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8173>]

RODRIGUES, Abel, “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação de Mateus”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 478-497

RODRIGUES, Abel, “Sistema de informação Família Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao cartório da Casa de Sá”, in *Actas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2005, pp. 85-133

RODRIGUES, Abel; SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas da Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 597-650

RODRIGUES, José Damião, “A Casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII”, *História: Questões & Debates*, n. 36, 2002, pp. 11-28

RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no século XVIII. Casa, Elites, Poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003

ROSA, Maria de Lurdes, “Apresentação. Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 15-30

ROSA, Maria de Lurdes, “Apresentação”, in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, século XV-XVII: poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, pp. 15 – 24

ROSA, Maria de Lurdes, “Arquivos de Família – o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 315-323

ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012

ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2012

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coord.), *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, Lisboa, IEM, 2014

ROSA, Maria de Lurdes, “Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513). Um estudo das formas de estruturação das elites sociais «intermédias»”, in FERNANDES, Isabel (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 2009, pp. 187-245

ROSA, Maria de Lurdes, “Marriage et empêchements canoniques de parenté dans la société portugaise (1455-1580)”, *Mélanges de l’Ecole française de Rome. Moyen Age, Temps Modernes*, t. 108, n° 2, 1996, pp. 525-608 [Em linha. Consult. 10 Fev. 2012] Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_1123-9883_1996_num_108_2_3517

ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV – XV). Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995

ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 571-596

ROSA, Maria de Lurdes, “Problemáticas Históricas e Arquivísticas Actuais para o Estudo dos Arquivos de Família Portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 2009, pp. 9 – 42

ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*, Lisboa, IEM, 2015

ROSA, Maria de Lurdes, “Sagrado, devoções e religiosidade”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (coord.) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 376-401

RUCQUOI, Adeline, “Les chartriers médiévaux en Espagne”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 163-190

SALDANHA, António Rugeroni de, “O Arquivo Rio Maior”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 89 – 90

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio, “El Archivo General de la Casa Ducal de Medinaceli: un modelo de aportacion de los Archivos Nobiliarios Españoles a la ciencia Archivística”, in *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, pp. 347 - 367

SAVY, Pierre, “Un aspect méconnu du «paysage documentaire» italien à la fin du Moyen Age : la production de registres en milieu seigneurial”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 131-148

SEIXAS, Miguel Metelo de, “A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 449-462

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “«E tragam as armas dos Costas direitas em todos os lugares, e peças». O património armoriado de D. Álvaro da Costa e de sua descendência: uma estratégia de comunicação?”, in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: poder, arte e devoção*, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013, pp. 319-342

SERRANO, Florence, “*Le Triumphe des dames* traduit par Fernand de Lucène et les *Cent Nouvelles nouvelles* au cœur de la Querelle des Femmes bourguignonne”, *Réforme, Humanisme, Renaissance*, vol. 69, n.º 69 (2009), pp. 55-71

SERRANO, Florence, "La diffusion de la littérature espagnole à la cour de Philippe le Bon", *Romanistisches Jahrbuch*, 59 (2008), pp. 193-203

SETON, Rosemary, *The Preservation and administration of private archives: a RAMP study*, Paris, Unesco, 1984 [Em linha. Consultado 13 de Fevereiro de 2014. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000596/059687e.pdf>]

SHARER, Wendy B., “Traces of the Familiar. Family Archives as Primary Source Material” in KIRSH, Gesa E. ; ROHAN, Liz (ed.), *Beyond the Archives. Research as a Lived Process*, EUA, Southern Illinois University Press, 2008, pp. 47-55

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís, *Arquivística. Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, 2009

SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos Familiares e Pessoais. Bases Científicas para Aplicação do Modelo Sistémico e Interactivo”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, 2004, pp. 55 – 84

SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma Abordagem Científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, pp. 51 – 106

SILVA, Armando Malheiro da; GONÇALVES, Maria Silva, “Da memória ao acesso à Informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico”, *Revista de Letras*, Série II, Nº 6 (2007), pp. 305-317

SILVA, Gonçalo Miguel Correia Melo, *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*, Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

SILVA, Matilde de Mello Gago da; ASSIS, António Maria de, “O Arquivo Ficalho - a sua história e perspectivas de futuro”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 61-70

SILVEIRA, Ana Cláudia, “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã”, in *Lisboa Medieval - Os rostos da Cidade* (coord. KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís F.; FONTES, João L.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 197-213

SILVEIRA, Ana Cláudia, “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, comunicação apresentada ao “IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia

Económica”, pp. 1-18 [Em linha. Disponível em www.um.es/ixcongresoaoe/pdfB9/Setubal%20na.pdf]

SILVEIRA, Ana Cláudia, “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo Gama Lobo Salema”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 171-183

SOBRAL, José Manuel, “Da Casa à Nação: Passado, Memória, Identidade”, *Etnográfica*, vol. III (1), 1999, pp. 71-86

SOBRAL, José Manuel, “Memória e Identidades Sociais – Dados de um Estudo de Caso num Espaço Rural”, *Análise Social*, vol. XXX (131 – 132), 1995, pp. 289 – 313

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e, “Estudo de um arquivo familiar. Problemas e métodos de investigação”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 342-349

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e, “O Arquivo da Casa de Belmonte: o que o tempo (ainda) não apagou”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 491-506

SPIEGEL, Gabrielle, “History, Historicism, and the Social Logic of the Text in the Middle Ages”, *Speculum*, vol. 65, nº 1 (1990), pp. 59-86

STOCK, Brian, “History, Literature, and Medieval Textuality”, *Yale French Studies*, nº 70 (1986), pp. 7-17

STOCK, Brian, “Medieval Literacy, Linguistic Theory, and Social Organization”, *New Literary History*, vol. 16, nº 1 (1984), pp. 13-29

STOCK, Brian, *The Implications of Literacy. Written language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*, Princeton, Princeton University Press, 1983

STOLER, Ann, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*, Princeton University Press, 2009

STOLER, Ann, “Colonial archives and the arts of governance: on the content in the form”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 267-279

SWEENEY, Shelley, “The Ambiguous Origins of the Archival Principle of «Provenance»”, *Libraries & Cultural Record*, vol. 43, n.º. 2 (2008), pp. 194-213

TEUSCHER, Simon, “Document collections, mobilized regulations, and the making of customary law at the end of the Middle Ages”, *Archival Science*, 10 (2010), pp. 211-229

TOMMASI, Ornella, “The archive of the Lion’s family of Padua (from XIII to XIX century): an archive of a noble family in the North East of Italy”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 205-212

VASCONCELOS, António Pestana de, “Ser freire, ser comendador: as consequências sociais da ascensão institucional”, in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2012, pp. 599-615

VASCONCELOS, Francisco de, “O Arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 107 – 114

VASCONCELLOS SOUZA, Luís, “Preservar e divulgar. Uma resposta colectiva para o futuro: APAHP – Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 589-591

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, “A família – estruturas de parentesco e casamento”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (coord.) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 126-143

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, “Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)”, in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 27-33

VENTURA, Isabel, *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto, 2011. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

VENTURA, Leontina, “A família: o léxico”, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (coord.) SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, pp. 98-125

VENTURA, Leontina, *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992 (dissertação de doutoramento policopiada).

VIÑAO FRAGO, Antonio, "Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones", *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3 (1996), pp. 41-68

VISSIÈRE, Laurent, “Des archives et des armes: la Renaissance thouarsaise des La Trémoille au XV^e siècle”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartriers Seigneuriaux XIII^e – XXI^e siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 191-208

VON KAENEL, Viviane, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale. L’inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*, Lausanne, Université de Lausanne, 2003

WEINHOLTZ, António Manuel Reis de Bivar, “Arquivo do Palácio de Bivar de Faro”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 71-88

WILLARD, Charity Cannon, “Isabel of Portugal and the French translation of the «Triunfo de las Doñas»”, *Revue belge de philology et d’histoire*, tome 43, fasc. 3, 1965, pp. 961-969

YAKEL, Elizabeth, “Archival Representation”, in *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, ed. BLOUIN, Francis X. Jr. ; ROSENBERG, William G., EUA, Michigan University Press, 2007, pp. 151 – 163

YEO, Geoffrey, “Custodial History, Provenance and the Description of Personal Records”, *Libraries & Cultural Record*, vol. 44, n°. 1 (2009), pp. 50-64

ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS, GENEALOGIAS E IMAGENS

Quadro 1: «Arquivos dentro do arquivo» ou subsistemas do AGLS	33
Tabela 2: Índice do “Inventário geral dos papéis...”	60
Tabela 3: Reconstituição da reorganização do arquivo dos Salema por morgadios depois da documentação do cartório de António Xavier de Miranda Henriques ter sido incorporada no cartório de António José Salema	67
Quadro 4: Nível das secções do actual quadro de classificação do AGLS extraído do <i>Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema</i>	77
Quadro 5: Nível das subsecções da secção II – Documentos Pessoais Gama Lobo do actual quadro de classificação do AGLS extraído do <i>Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema</i>	80
Quadro 6: Nível das subsecções da secção III – Documentos Pessoais Salema do actual quadro de classificação do AGLS extraído do <i>Inventário Sumário do Arquivo Gama Lobo Salema</i>	83
Genealogia 7: Genealogia do percurso de conservação da documentação associada aos Salema	110
Genealogia 8: Genealogia patrimonial da herdade do Gradil	121
Imagem 9: Instrumento de protesto (1455).....	124
Genealogia 10: Genealogia patrimonial do casal de Almeara	137
Genealogia 11: Genealogia do percurso de conservação da documentação associada aos Vana e aos Bulhão	165
Imagem 12: Carta de sepultura (1453).....	169
Imagem 13: Pormenor de reutilização de carta de empraçamento (1554).....	174
Genealogia 14: Genealogia do percurso de conservação da documentação associada aos Queimado de Vilalobos	186
Imagem 15: Inquirição de testemunhas (1473).....	196
Tabela 16: Reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos I	221
Tabela 17: Reconstituição do arquivo de Vasco Queimado de Vilalobos II	246

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1

Subsistemas do Sistema Gama Lobo Salema (sécs. XV-XVI)em suporte CD-ROM

Anexo 2

Comunicação do último proprietário do AGLS na cerimónia de doação do arquivo (2008) .352

Anexo 3

Comunicação do último proprietário do AGLS no colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2010)357

Anexo 4

Comunicação do último proprietário do AGLS no lançamento das actas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2012)361

Anexo 5

A (re)criação do AGLS em suporte CD-ROM

Anexo 6

Transcrição das descrições dos documentos datados dos séculos XV e XVI no “Inventário geral dos papéis...”365

Anexo 7

Reconstituição de parte da reorganização da documentação proveniente do cartório de António Xavier de Miranda Henriques depois de ser incorporado no cartório de António José Salema.....418

Anexo 8

Descrições (proveniência / tema, datas extremas e número de documentos) dactilografadas nas capilhas das pastas do AGLS por Nuno Daupias d’Alcochete e Manuel Mamede Pereira424

Anexo 9

Registos de autoridade (sécs. XV – XVI) 437

Anexo 10

Genealogia dos Salema em suporte CD-ROM

Anexo 11

Genealogia dos Vana e Bulhão em suporte CD-ROM

Anexo 12

Genealogia dos Queimado de Vilalobos em suporte CD-ROM

Anexo 13

Transcrição do “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...” 463

Anexo 2

Comunicação do último proprietário do AGLS na cerimónia de doação do arquivo (2008)

“Foi o destino benigno para este arquivo que cobre 8 séculos de história de uma Família e encerra quase 2 mil documentos! É milagroso que tenha chegado praticamente intacto aos nossos dias. Pode mesmo dizer-se, como adiante se verá, que só por um triz escapou de ser perder.

Mas não foi só o destino que contribuiu para a sua preservação. Para além do papel que a mim me coube, adiante mencionarei o nome de três pessoas cuja intervenção foi decisiva para a sua sobrevivência.

Em Outubro de 1964, estive num almoço de Família na quinta da Fidalga ao Seixal, frequentes vezes mencionada neste arquivo, que foi cabeça do morgadio Gama Lobo e onde ao longo de muitas gerações tantos de nós passámos férias felizes. Fiquei a uma mesa com um grupo de parentes mais velhas. A certa altura veio a propósito perguntar se alguma daquelas Tias sabia o que seria feito do arquivo de Família. Uma delas disse-me que o tinha em casa, que lhe atravancava a cave, que até já chegara a pensar vendê-lo a peso. Era uma senhora de idade e naqueles tempos não se tinha a mesma consciência que hoje se tem de património. Pedi-lhe que não fizesse tal coisa, que me desse o arquivo. Assim, fui repetidas vezes a Cascais buscar umas caixas grandes, quais gavetas, onde o arquivo andava guardado e que fui trazendo para casa dos meus Pais para grande arrelia da minha Mãe preocupada com o pó e a falta de espaço.

Em Janeiro seguinte fui nomeado para o meu primeiro posto diplomático. Partia como encarregado de negócios em Jacarta e casava na véspera da partida.

No meio da azáfama em que eu andava mergulhado, telefonou ao meu Pai um senhor que lhe perguntou se era alguma coisa a uma família Gama Lobo Salema. «Sim, a minha Avó era dessa família» respondeu-lhe o meu Pai. E logo o homem: “eu sou engenheiro agrónomo e de sociedade com um colega meu comprámos na zona de Setúbal um moinho de maré para investirmos todas as nossas economias numa exploração piscícola”. E continuou: «agora, havendo saído uma nova lei que determina

reverterem para o Estado todas as propriedades a menos de cem metros do mar, pusemo-nos à procura de anteriores proprietários na tentativa, para nós vital, de provar o cariz privado da propriedade por mais de um século». Como na mó do moinho estava escrita a palavra Salema, haviam ido à conservatória do registo civil de Setúbal e ali tinham descoberto a escritura nupcial de uma senhora Gama Lobo Salema com um Pinto da França. Como o meu Pai era o único Pinto da França na lista dos telefones, vinha telefonar-lhe a saber se havia e por onde andavam os papéis da Família Salema, para ali procurar algum documento relativo ao Moinho da Mourisca, na esperança poder provar ter ele sido adquirido há mais de um século. Informou-o o meu Pai que uma parte do arquivo Salema vinha justamente entrando na sua casa nos últimos tempos e aconselhou-o a telefonar-me.

Marquei-lhe um dia e uma hora para vir lá a casa. Chegou-me um engenheiro provinciano, pequenino e de bigodinho pimpão. Levei-o ao escritório do 1º andar, sentei-o e fui buscar um dos gavetões que tinha trazido. Disse-lhe que por certo ia lá passar muito tempo por que o arquivo continha milhares de documentos e o tal Moinho da Mourisca seria um cagagésimo na infinidade de propriedades que a Família havia possuído. Expliquei-lhe ainda dos tempos de emergência em que andava mergulhado razão por que nem sequer poderia acompanhar as suas buscas. Abri então o gavetão e peguei aos calhas num documento que estava ao de cima. Era um comprido rolo de pergaminho numa escrita ilegível. Voltei-o e descobri no verso uma anotação em letra do século XVIII que rezava assim: «escritura da compra do Moinho da Mourisca – 1390».

Durante alguns anos recebi sempre um arrebitado cartão de boas festas do engenheiro.

Misteriosamente o Moinho da Mourisca voltaria anos mais tarde a atravessar-se no meu caminho, como que se me chamasse.

Foi primeiro uma conversa com a Maria João Bustorf a quem, não sei já porquê, contei esta história. Para meu espanto comentou ele que o Avô, o velho Bustorf, comprara o Moinho da Mourisca uns vinte anos atrás e que o dito era agora de um seu tio.

Pouco tempo depois telefonou-me o nosso primo João Pinto Ribeiro a avisar-me que um seu colega livreiro anunciava num catálogo de leilão de livros a venda de uns cinco documentos extraviados do arquivo. Ao adquiri-los, descobri entre eles um contrato de arrendamento do Moinho no século XIX.

Esta anedota em torno de acasos felizes não deixa de ser ao mesmo tempo paradigmática da importância e da utilidade de um arquivo!

Andei depois alguns anos pelo estrangeiro enquanto as gavetas que trouxera de Cascais “dormiam” em casa dos meus Pais.

Há cerca de trinta anos atrás, o meu Primo Alberto Manuel Salema Reis decidiu muito meritoriamente encomendar ao Professor Nuno Daupias Alcochete a inventariação do arquivo e uma história da Família. Para esse fim foi-me pedido para a Guiné-Bissau, onde então me encontrava, que emprestasse a documentação guardada em casa dos meus Pais.

Foi nessa altura que o meu Primo António da Gama Lobo Salema, generosamente, decidiu abdicar da parte do arquivo em seu poder e enviá-lo também para Portugal para que integrasse o núcleo que se achava em Lisboa. Enviou essa documentação de bem longe, de Durban onde então residia.

Está ele hoje aqui convosco, vindo propositadamente de Inglaterra onde vive.

Ao mencioná-lo, aproveito a ocasião para um esclarecimento que me parece oportuno. No convite que receberam, eu venho mencionado como estando aqui em representação da família Gama Lobo Salema. Quero deixar bem claro que só o sou para os efeitos específicos do acto de doação à Torre do Tombo já que neste momento o arquivo está nas minhas mãos. Na verdade, quem hoje em dia representa a Família Gama Lobo Salema é justamente o António Salema.

Andou pois o arquivo muitos anos ao cuidado do Nuno Alcochete que apaixonada e exaustivamente o percorreu, esquadrinhou e estudou. Ficou assim exemplarmente inventariado e catalogado o arquivo Gama Lobo Salema. Aguardemos agora que escreva, como prometido, a história da Família que tão profundamente conhece. Creio que essa obra iria indubitavelmente valorizar e complementar o

Arquivo. Por razões de saúde não pode o Nuno Alcochete estar hoje aqui presente como eu tanto gostaria.

Aliás também falta hoje aqui o Alberto Manuel Salema Reis a quem arquivo tanto deve e que infelizmente morreu alguns anos atrás.

Recentemente, terminado o trabalho de inventariação do Nuno Alcochete, levei o arquivo para Tomar, encomendei uma estante para o arrumar e fui enfim usufruindo do prazer de o manusear no remanso da província.

Entretanto, ao longo dos anos, foram amadurecendo em mim algumas ideias no tocante ao Arquivo.

Fui-me compenetrando que nos nossos tempos as pessoas deixaram de ter condições para guardar em casa algo de tão volumoso como um arquivo destes. Por certo ficaria o arquivo em risco de desagregação após a minha morte.

Foi aumentando em mim a percepção de que eu não era afinal senão um depositário de um património pelo qual devia zelar. Para além da minha responsabilidade para com a Família, cresceu também em mim a consciência de que eu era afinal depositário de um bem público.

Decidi assim doa-lo à Torre do Tombo para garantir a sua preservação ao serviço do bem comum.

Devo acrescentar que em todo este processo de maturação tive sempre a meu lado, apoiando-me, partilhando as minhas preocupações e aprovando as minhas decisões o meu primo António Salema.

Faço muito gosto em ter hoje aqui comigo tantos parentes.

Curiosamente, os ramos colaterais desta Família que o arquivo acompanha ao longo de 8 séculos foram-se, tanto quanto se sabe, todos eles extinguindo. Só na segunda metade do século XIX se multiplicaram os descendentes de três ramos, todos eles convidados para a cerimónia de hoje.

Na verdade, se bem que muitos não se conheçam entre si, todos mais ou menos sabemos da existência uns dos outros. Mas mais do que isso, continuamos a partilhar, mesmo que inconscientemente, certas marcas de carácter, um dado linguajar, uma

específica maneira de estar na vida. É em nome dessa subterrânea unidade que hoje estão aqui comigo a honrar a memória de antepassados comuns.

Quantas histórias idênticas não nos chegaram de avós distantes.

Se um dia consultarem o arquivo descobrirão coisas divertidas e coisas tristes: a «avó dos penicos» que por ser tão rica se dizia que os tinha de prata e até de ouro, o antepassado que toureava a cavalo, um outro avô que teve de ser interdito, os inventários de bibliotecas que nos dizem dos livros que interessaram antepassados distantes, como estava vestida uma antepassada no dia em que foi exposta na roda, as ambições e as decepções de geração em geração.

Resta-me agradecer muito sentidamente a presença do Senhor Ministro da Cultura que tanto nos honra e bem assim o empenho posto quer pelo Senhor Director da Torre do Tombo, quer pelo seu pessoal na organização desta cerimónia”.

Anexo 3

Comunicação do último proprietário do AGLS no colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2010)

“Não estou hoje aqui a título de Historiador que não sou. Vim apenas prestar-vos um curto testemunho sobre o paradigmático percurso e as vicissitudes pelas quais passou o Arquivo Gama Lobo Salema que ao longo de sete séculos foi registando a evolução da família da minha bisavó e que, por propícios acasos do destino, veio parar às minhas mãos. Admito que seja este testemunho oportuno na abertura deste Colóquio por ilustrar de como se pode facilmente perder a valiosa informação que encerra um dado Arquivo de família assim como, por outro lado, também é possível salvá-lo.

Essa preservação pressupõe por parte do proprietário de um arquivo sentido de responsabilidade e consciência em relação ao valor deste tipo de bem. A sua posse mais não é que uma espécie de fidei commissio se considerarmos que os arquivos de família contêm com frequência preciosa informação para a História de Portugal. Constituem assim também um bem público, ou seja, a sua importância ultrapassa o exclusivo interesse das famílias que os herdem. Devem pois estar abertos à sua consulta por terceiros.

Foi o destino benigno para este arquivo Gama Lobo Salema que cobre vários séculos de história da evolução de uma Família e que se compõe de quase dois mil documentos! É milagroso que tenha chegado praticamente intacto aos nossos dias. Pode mesmo dizer-se, como adiante se verá, que só por um triz escapou de se perder.

Em Outubro de 1964, estive num almoço de Família na quinta da Fidalga ao Seixal, frequentes vezes mencionada neste arquivo, que foi cabeça de morgadio Gama Lobo e onde ao longo de muitas gerações tantos de nós, como eu também, passámos férias inesquecíveis. Nesse almoço fiquei a uma mesa com um grupo de parentas mais velhas. A certa altura veio a propósito perguntar se alguma daquelas Tias sabia o que seria feito do arquivo de Família. Uma delas disse-me que o tinha em casa, que lhe atravancava a cave, que até andava a pensar chamar um ferro-velho e vender-lho a peso. Era uma senhora de idade, daqueles tempos em que as pessoas tinham pouca ou nenhuma consciência daquilo que era património. Pedi-lhe que não fizesse tal coisa, que

melhor seria me desse o arquivo. Disse-me de imediato que o faria de boa vontade até porque lhe resolvia o problema de espaço em sua casa.

Assim, fui repetidas vezes a uma cave poeirenta em Cascais buscar, aos poucos, umas caixas pesadas de madeira, uma espécie de gavetas, as mesmas onde o arquivo andara guardado no escritório da Casa ao serviço da sua administração e para memória dos antepassados. Fui-as trazendo aos poucos para casa dos meus Pais para alarme da minha Mãe preocupada com o pó e a falta de espaço.

Eram ao todo sessenta e eu poucas podia trazer de cada vez no meu exíguo Volkswagen. Entretanto, em Janeiro seguinte fui nomeado para o meu primeiro posto como encarregado de negócios em Jacarta. Parti às pressas, no meio da maior azáfama ainda agravada pelo facto de me casar na véspera de seguir viagem. Nestas circunstâncias não pude ir buscar mais caixas a Cascais. Muito a contra gosto, assim deixava na cave da minha tia cerca de um terço do arquivo.

Com efeito viria essa circunstância a pôr em causa algo de essencial, ou seja, a unidade do acervo. Na minha ausência uma outra tia conseguiu convencer a de Cascais a deixá-la levar o remanescente do arquivo para o seu filho que habitava em Durbin. Anos depois, esse meu Primo regressou da África do Sul e, mostrando-se sensível à importância de manter o arquivo na sua integridade, depositou nas minhas mãos aquela parte em sua posse. Mais uma vez essa documentação atravessara incólume o oceano.

No tocante à necessidade de se proceder ao seu estudo, um outro primo, generoso e muito fiel ao culto da família, havia entretanto decidido encomendar ao historiador Nuno Daupias (Alcochete) a sua sistematização e sua rigorosa inventariação. Para esse efeito emprestei o arquivo que assim foi transferido de casa dos meus pais para o escritório desse meu primo e daí, já na sua totalidade, para casa de Nuno Daupias.

Durante trinta anos e de cada vez que tornava a Portugal perguntava-lhe pelo andamento do trabalho que continuava sempre por acabar. Chegado ao fim da minha carreira diplomática no estrangeiro, entendi que devia enfim tomar posse efectiva do valioso espólio. Não foi fácil para o Nuno Alcochete separar-se deste seu “filho dilecto”, companheiro de tantos anos. Após uma épica viagem a Lisboa, descemos o arquivo, agora já devidamente organizado e em inumeráveis dossiers, de um 3º andar

pombalino onde mora o Nuno Daupíás, para o carregar numa carrinha estacionada à beira do trânsito caótico do Largo do Rato. Veio assim para Tomar onde me entreguei finalmente ao prazer de o manusear.

Por outro lado, ao longo dos anos, fui eu ponderando qual o destino a dar ao Arquivo.

Fui-me compenetrando que nos nossos tempos as pessoas deixaram de ter condições para guardar em casa algo de tão volumoso como um arquivo destes- Assim seria fatalmente o caso dos meus herdeiros por mais que gostassem de o conservar. Por certo ficaria o arquivo em grave risco de desagregação após a minha morte.

Foi também crescendo em mim a percepção de que eu não era afinal senão um depositário transitório de um património por cuja preservação me competia zelar. Independentemente de um sentido de responsabilidade para com os meus parentes no tocante ao arquivo, foi-se avolumando em mim, para além da consciência de que me cabia assegurar a sua protecção no futuro, o entendimento de que eu era afinal também detentor de um bem comum de interesse público.

Pondo na balança essas considerações, acabei por decidir doá-lo à Torre do Tombo, muito embora com reserva de usufruto.

Claro que me doía pensar que todas estas «coisas nossas» ficariam menos acessíveis aos meus parentes que já não poderiam usufruir do prazer de percorrer o arquivo e pressentir as mãos de antepassados distantes que os teriam guardado e manuseado.

Nas minhas recentes «andanças» pelo arquivo vi confirmadas recordações que pela via das tradições orais haviam chegado até mim. Deparei-me com surpreendentes e raros documentos mas também com quantas «petites histoires» de família.

Regressaram das brumas personagens ou episódios longínquos que haviam enchido a minha imaginação: a Avó dos Penicos que os teria de ouro de rica que era, aquele antepassado a tourear a cavalo no Terreiro do Paço perante a Corte, a chegada a Lisboa em 1770 do serviço de Companhia das Índias com as armas dos Gama Lobo, a interdição do antepassado que enlouqueceu e bateu a mulher que não teve outro remédio senão chamar a guarda. Encontrei inventários de bibliotecas que me elucidaram sobre os

livros que interessaram antepassados distantes, descobri o documento que descreve como estava vestida uma outra antepassada minha no dia em que foi exposta na roda. Depois segui o rasto de ambições e desilusões, de alegrias e infortúnios, de sucessos e derrotas que marcaram o suceder de gerações e que se vão reflectindo em muitos documentos. Apercebi-me melhor da dimensão dos bens da Família que se sumiram com o passar dos tempos.

Nestes últimos meses, fui recebendo a visita de encantadoras historiadoras – a Rita Nóvoa que esta tarde vos falará do arquivo no seu conjunto de um ângulo bem mais sério do que o meu, a Cláudia Silveira que também vos virá fazer uma comunicação sobre um documento raro que encontrou no arquivo, a Margarida Ortigão Ramos e por último a própria Lurdes Rosa a quem a louvo pela extraordinária dinâmica e pela magnífica determinação com que tem vindo a lutar pelo resgate de arquivos de família em Portugal.

Com o faro que as caracteriza, num ápice, foram desencantar documentos de mais particular interesse como por exemplo aquele onde os próprios carmelitas já designam o Condestável como santo apenas cerca de vinte anos após a sua morte.

Também sou tentado a relembrar aquela visita de um engenheiro silvicultor, logo nos início da entrada no arquivo na minha posse, que desesperado procurava salvar um moinho na região de Setúbal onde instalara uma cultura piscícola. Queria o Estado confiscar-lho por estar a menos de cem metros do mar. Só provando que já era propriedade de privados há mais de um século poderia ele conservar a sua propriedade. Disse-lhe que bem difícil seria no meio de tanta documentação encontrar qualquer referência ao seu moinho que teria sido uma gota de água no conjunto das propriedades da família. Para ilustrar a minha advertência fui-lhe buscar uma das sessenta caixas do arquivo e, ao calhas, peguei num dos dois mil documentos que o compunham. Pois era a escritura de compra do dito moinho no século XIV! Este episódio é um exemplo que ilustra a utilidade de um arquivo!

Não me quero alongar. Espero que este meu testemunho possa estimular alguns dos presentes a abrir os seus arquivos a terceiros. E que, caso se revele essencial à sua preservação, tenham a coragem de tomar a decisão, sem dúvida dolorosa, de os doar, pondo assim os seus antepassados mais uma vez ao serviço do País. Também eles, os proprietários actuais de arquivos de família prestarão assim bom serviço a Portugal”.

Anexo 4

Comunicação do último proprietário do AGLS no lançamento das actas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (2012)

“Pois aqui estamos diante deste volume monumental. Monumental, ainda mais no seu conteúdo e no seu alcance do que na sua já de si impressionante dimensão.

Quantos segredos, mistérios e preciosas informações, para os historiadores, esta obra não encerra na vasta coletânea de textos sobre arquivos de família.

Nas suas páginas refletem-se e perpassam as sombras que povoam esses arquivos. Distantes personagens, a recordação de dramas de amor, batismos, casamentos, rastos da morte, o sussurro de conspirações e intrigas políticas, a ascensão e queda de famílias e grupos sociais, o gráfico de engrandecimento pelo enriquecimento e pelo conquista de poder, as vítimas de graves crises políticas e económicas, o quotidiano das mais diversas épocas, reveladores inventários de livrarias, ilustrando mentalidades, curiosidades e interesses intelectuais de sucessivas gerações, registos que podem trazer a solução de enigmas que subsistem na História de Portugal, mas também os clarões efémeros de sentimentos, tantos sentimentos, projeção de bons e maus caracteres, acções heroicas, gestos generosos, vaidades vãs, ódios e traições. Em suma, um apaixonante retrato de Portugal ao longo dos séculos.

Esta obra inspiradora poderá ser um inestimável instrumento na consciencialização de famílias proprietárias de arquivos e de diversa documentação, mesmo que esparsa, do seu valor e da necessidade de proteger e preservar tal património.

Pode-se, por exemplo, imaginar alguém que, havendo herdado de uma parenta um velho solar, se mete a esvaziar as arrecadações da casa, cheias daquilo que classifica como trastes empoeirados. Entre eles há caixas atulhadas de papelada. Sem prestar muita atenção sem se aperceber que se tratava do arquivo dos seus antepassados com raízes em idades remotas e sem sequer reparar ali despontarem também pontas de pergaminhos. Ainda tenta ler um dos papéis mas não entende a escrita e lá vai tudo para fogueira entretanto ateadada no pátio e onde já arde a cangalhada da cave. Suponhamos

nessa caixa se escondia um pergaminho com uma poesia inédia de D. Dinis...Eis um exemplo da trágica inconsciência que ameaça tesouros.

Quantas vezes a ignorância do valor do património que constitui um arquivo de família, quer a título pessoal quer a título nacional, não tem levado à sua destruição por formas as mais levianas, apagando a memória de informações por vezes ímpares e essenciais ao conhecimento do nosso passado, quer como indivíduos e família, quer como País.

Esta obra tem ainda um particular valor para os nossos historiadores ao assinalar e divulgar a existência de toda uma base de fontes históricas, abrindo a porta àqueles historiadores para um vasto campo de investigação em arquivos de família até agora indisponíveis ou desconhecidos.

Posso, pessoalmente, dar disso testemunho. Poucos anos atrás, tendo os meus familiares aprovado a minha decisão, doei um arquivo da minha família à Torre do Tombo, com reserva de usufruto, e instalei-o na minha casa em Tomar. É um arquivo constituído por dois mil documentos que vai de finais do século XIV até aos inícios do século XX.

As notícias da doação despertaram o interesse de vários historiadores e ao longo destes anos passei a receber, vindos propositadamente de Lisboa, frequentes visitas de interessados em consultá-lo. Além disso a Dr. Rita Nóvoa, aqui presente, escolheu para tema da sua tese esse mesmo arquivo e connosco tem vindo a passar regulares temporadas.

Estas consultas vieram a revelar algumas surpresas que ilustro com dois exemplos os quais comprovam o interesse da informação que se esconde nos arquivos de família.

Um certificado de enterramento no Convento do Carmo, passados que eram uns vinte e poucos anos após a morte do Condestável, ao referi-lo como seu fundador, designa-o já como Santo. Será uma das primeiras, senão a primeira vez, em que o citam na qualidade de Santo. E terá tanto mais interesse quando se trata de um documento carmelita.

Igualmente curioso é um testamento de 1574 em que um engenheiro de fogos e minas refere partir para Marrocos numa perigosa missão a mando de D. Sebastião que, acrescenta, lhe terá confiado um grande segredo.

O percurso deste arquivo Gama Lobo Salema é também paradigmático dos riscos e ameaças que impendem sobre os arquivos de família e por isso o menciono aqui mais uma vez.

Era eu muito novo quando, no decurso de um almoço de família, me lembrei acidentalmente de perguntar a algumas minhas tias-avós, que comigo se sentavam à mesma mesa, se ainda existia o arquivo da nossa família e se por acaso sabiam onde ele parava. Foi quando uma dessas tidas idosas me respondeu estar o mesmo na sua cave em Cascais, acrescentando que, por sinal, aquelas sessentas caixas lhe ocupavam espaço de que precisava e que andava até a pensar vende-lo a peso. Imediatamente lhe pedi, sobressaltado, que não o fizesse, que de preferência me o desse. Anuiu e eu passei algumas semanas a transportá-lo para Lisboa num Volkswagen. Infelizmente tive que interromper essa operação de salvamento por haver sido nomeado para o estrangeiro. Deixava para trás um terço da documentação.

Novos perigos ameaçariam posteriormente essa parte do arquivo. Longas travessias marítimas. Veio um primo de África e levou consigo esse espólio, primeiro para Lourenço Marques e mais para tarde para Durban na África do Sul. Felizmente tratava-se de alguém responsável, e quando lhe pedi, dispôs-se a reenviar para Lisboa a documentação que consigo estava para que o arquivo não ficasse truncado, o que implicou mais uma vez dobrar ele o Cabo da Boa Esperança. Mais tarde, o meu primo também concordou comigo em se doar a totalidade do arquivo à Torre do Tombo.

O percurso deste meu arquivo ilustra muito bem os riscos que ameaçam os arquivos de família espalhados pelo País e que andam em mãos de pessoas inconscientes ou menos preparadas para avaliar a sua importância.

A capa desta obra insere interrogações bem pertinentes, afinal um apelo a que se desencadeiem acções concertadas para salvaguarda desse património. Como veem, põe-nos a questão do que fazer para acudir tal património que muito para além do seu valor familiar, pode constituir também um valor em termos nacionais.

Que presente? Que futuro?

Em meu entender e no que toca ao presente o quadro é preocupante, em suma, um paradigma de certos vícios nacionais. Refiro-me à nossa eterna, inata negligência com o passado. Tendemos a ignorar a capacidade destruidora do tempo. Um pouco à semelhança do que se passa em regiões tropicais, gostamos de viver o momento que corre e temos uma fatal preguiça para registar e preservar a memória daquilo que vai ficando para trás. Depois, séculos de uma sistema de educação deficiente, criaram entre nós, a todos os níveis da sociedade, gerações pouco preparadas para entender como o passado e, assim, o património constituem um bem determinante onde assenta a coesão e a força de uma comunidade. É evidente que um tal circunstancialismo se traduz, nomeadamente, num muito sério entrave à preservação dos arquivos da família em desagregação.

Quanto ao futuro, o caminho será precisamente aquele que de alguns anos para cá nos vem indicando a Dr^a Maria de Lurdes Rosa, aliás a força dinamizadora por detrás desta obra monumental que ora se publica.

Com a sua vitalidade, com uma determinação sem limites, vem ela batalhando para que se divulgue a importância dos arquivos de família, tentando localizar aqueles que permanecem desconhecidos ou perdidos, defendendo a bondade do depósito desses arquivos na Torre do Tombo, ajudando aqueles que não aceitam a ideia desse depósito a criarem e se integrarem numa associação, pugnando para que os proprietários de arquivos os abram à investigação histórica, estabelecendo contactos com instituições europeias ou nacionais interessadas nesta matéria.

É assim, com prazer, que encerro a minha apresentação com este sentido e merecido louvor à Lurdes Rosa, pedindo-lhe que não desista da sua benéfica «cruzada»’.

Anexo 6

Transcrição das descrições dos documentos datados dos séculos XVe XVI no “Inventário geral dos papéis...”¹

Lisboa, 14 de Julho de 1815

ANTT, *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 246

“ [fl. 1] ”

MAÇO 1

COMPRAS E VENDAS

1. Gaspar Neto comprou a Belchior Pires por 160 umas casas em Lisboa na Calçada do Congo, foreiras enfateusim a D. Pedro da Cunha em 800 - 1591

[fl. 1v]

9. João Salema comprou a Margarida Fernandes uma vinha na Filiteira de que ele era directo senhor por 12 reis – 1594

10. João Salema comprou a Sebastião Pires uma terra junto à Filiteira por 30 reis – 1591

11. Catarina de Valadares comprou a Diogo de Faria por 80 umas casas em Setúbal na rua da Alfândega – 1587

12. Catarina de Valadares comprou à Misericórdia de Setúbal por 220 umas casas na Rua do Postigo da Alfândega – 1587

[fl. 2]

18. O Padre Pero Afonso comprou a Diogo Lourenço por 10 uma vinha em Corroios termo de Almada – 1507

19. Pedro Galego comprou a Vasco Fernandes Vogado por 20 umas marinhas no Musgo em Setúbal - 1447

¹ Incluíram-se também nesta lista os documentos que não estão datados mas que poderão ter sido produzidos nas balizas cronológicas mencionadas. Destacaram-se a **negrito** todos os documentos que estão hoje conservados no AGLS.

22. Rui Salema comprou a Manuel Vaz uma terra junto no porto de Arião em Alcácer por 90 reis – 1557

25. Diogo Salema comprou a Catarina Botelha por 12 reis um chão em Alcácer da parte do rio que parte com o baluarte – 1522

26. Diogo Salema comprou a Francisco Rodrigues por 5 reis uma vinha e olival em Alcácer no olival queimado – 1522

[fl. 2v]

27. Diogo Salema comprou a João Quadrado por 5 reis um olival em Çavalcoelho em Alcácer – 1522

28. Diogo Salema comprou a Pedro Gomes por 8 reis umas casas em Alcácer no Cabo da Vila – 1531

29. Diogo Salema comprou a João Rodrigues por 5\$500 um olival em Çafalcoelho em Alcácer – 1523

33. Francisco de Almeida comprou a Sebastião de Moraes uma quinta em Palma por 842 reis – 1589

34. Simão de Miranda comprou a Filipa Leitoa por 40 reis uma marinha e vinha em Musgos – 1508

[fl. 3]

39. Francisco de Almeida comprou a João Lopes por 20 reis uma terra na Formigueira limite dos Carvalhos – 1580

[fl. 3v]

46. Domingos Fernandes comprou a Pedro de Lisboa por 10 umas casas e curral da Serra em Barcarena – 1563

49. O Padre Fernão Dias comprou a Tomé Fernandes por 26 uma vinha na Filiteira - 1590

51. Francisco de Almeida comprou a Luísa Dias por 800 reis uma Quinta em Palma de cima – 1587

[fl. 4]

53. Cristóvão Lopes comprou a Francisco Álvares por 32 três terras em Palma de Cima – 1572

54. Cristóvão Lopes comprou a João Gonçalves por 10 um olival em Palma - 1572

57. D. Leonor Salema, viúva de Álvaro Lopes Lobo comprou a Felício Antunes por 25 reis uma vinha em Barcarena encravada na sua quinta – 1596

58. Isabel Serrão viúva de Brás Salema comprou a João Gonçalves por 5 reis uma terra em Fernandinho termo de Torres Vedras – 1581

61. Aires Pires Cabral comprou a Diogo Lobo por 180 umas casas na Rua dos (...) foreiras ao Senado - 1550

[fl. 4v]

67. João Salema comprou a Filipe Alvares e outros por 16\$500 uma vinha no Carvalhal na Filiteira - 1593

68. João Salema comprou a Francisco Pires por 44 reis uma vinha na Filiteira no Merendadouro – 1595

[fl. 5]

71. Rui Madeira comprou a Rui Soto por 260 uns moinhos com quatro engenhos em Tavira no Sapal foreiros a El Rei em 100 - 1535

76. Isabel Serrão comprou a António Martins e outros uma sesmaria de matos maninhos em Cabrela por 100\$000 – 1573

[fl. 5v]

82. Jerónimo Francisco comprou a Aleixo Lopes por 25 umas casas com quintal no Turcifal - 1590

[fl. 6]

86. Leonor do Espírito Santo comprou a Inês Fernandes por 30 reis umas casas em Chelas foreiras a Aires de Miranda Henriques em 400 reis – 1599

91. Isabel Serrão comprou a Álvaro Martins por 7 reis uma terra com 12 oliveiras em Fernandinho, termo de Torres Vedras – 1593

[fl. 7]

MAÇO 2

COMPRAS E VENDAS

[fl. 7v]

10. João Salema comprou a Aires Coelho por 70 reis uma vinha e terra de pão na Ventoso, freguesia de S. Mamede termo de Torres Vedras – 1597

11. Brás Salema comprou a Pedro Anes por 500 reis um chão em Alcácer à Fonte da Talha – 1496

[fl. 8]

18. Luís Alvares comprou a Luísa Gonçalves por 57 reis umas casas e quinta no vale de Chelas foreiras a D. Maria Rebela viúva de Fernão Cabral – 1597

22. Fernão Cabral, casado com D. Maria Rebela comprou a André Delgado por (...) uma terra junto à herdade de Salema em Santiago do Cacém (truncada) – 1569

23. Pedro Afonso comprou a João Lourenço e Roque Fernandes cinco courelas de terra na Várzea dos Pessegueiros limite de Palmela por 18 – 1545

[fl. 8v]

32. Cristóvão Esteves comprou a Beatriz Eanes por 12.500 umas casas na Rua que vai para a Trindade foreiras ao Senado - 1464

34. Simão de Miranda e sua mulher compraram a Adão Afonso por 10 reis umas casas em Setúbal no Sapal – 1508

[fl. 9]

37. Simão de Miranda Henriques comprou a Nuno Fernandes por 335 reis metade da Quinta da Gâmbia em Setúbal – 1501

38. D. Maria Henriques comprou em praça por 9 reis uma marinha nas Moutas em Setúbal – 1549

[fl. 9v]

49. João Salema comprou a Álvaro Fernandes por 6\$500 um olival em Fernandinho na Vaia – 1598

[fl. 10]

59. João Marques comprou à viúva de Sebastião Pires por 12 uma vinha na Filiteira - 1599

[fl. 11]

78. João Salema comprou a João Álvaro por 9\$300 uma vinha na ribeira da Filiteira – 1592

[fl. 11v]

87. João Salema comprou a Isabel Rodrigues por 4 reis um pomar na Filiteira termo de Torres Vedras – 1599

89. João Salema comprou a Afonso Fernandes por 3\$500 uma vinha na Fandega – 1591

[fl. 12]

96. O Padre António Veloso comprou a António Álvares por 1.800 uma terra, curral e palheiro – 1597

98. Jorge de Cabedo Vasconcelos comprou a seu irmão, António de Cabedo, uma parte da Quinta, Casas e Marinha de Musgos em Setúbal por 400 - 1591

[fl. 12]

MAÇO 3

COMPRAS E VENDAS

2. João Salema comprou a Francisco Alvares por 1\$700 reis um pomar na Filiteira, nos Pomarinhos – 1590

[fl. 12v]

4. João Salema comprou a Sebastião Pires por 3 reis um pomar na Filiteira, nos Pomarinhos – 1597

[fl. 13]

14. João Salema comprou a Margarida Fernandes por 1\$700 um pomar na Filiteira, nos Pomarinhos – 1590

20. João Salema comprou a Nicolau da Fonseca por 8\$500 umas casas na Filiteira – 1599

[fl. 13v]

25. João Salema comprou a Domingos Fernandes por 2\$200 uma vinha na Portelada – 1596

30. João Salema comprou a João Pires por 4 reis uma terra em vale de Figueiras termo de Mafra – 1599

[fl. 14]

33. João Salema comprou a Sebastião Pires por 17 reis uma terra na Giesteira – 1596

38. João Salema comprou a António Filipe por 5\$500 uma terra na Giesteira – 1598

[fl. 14v]

45. O Padre Fernão Dias comprou a Silvestre Gomes por 10 uma vinha na Ribeira da Filiteira - 1586

53. Nuno Fernandes vendeu a Simão de Miranda metade da Quinta da Gâmbia em Setúbal na qual o dito comprador tinha outra metade. A qual venda foi aprovada por alvará d'el Rei – 1501

[fl. 15]

57. Diogo Botelho Calado comprou em praça por 23 reis três olivais e uma courela de terra na Várzea limite de Setúbal que duas filhas de Cristóvão Salema freiras no Convento de Jesus deixaram ao dito Convento – 1589

58. António de Barros e Sampaio comprou a Inês Trigueira por 28 a reto, 20 alqueires de trigo em uma terra aos moinhos de vento limite de Torres Vedras - 1589

[fl. 15v]

66. Francisco de Almeida comprou em praça por 12\$500 uma vinha junto à Filiteira – 1574

[fl. 16]

MAÇO 4

COMPRAS E VENDAS

2. João Afonso comprou a Gonçalo Anes Nabo por 600 reis uma terra no Gradil termo de Cabrela onde chamam as Covas – 1452

3. Francisco Rodrigues comprou a Manuel Grande por 5 reis um olival em Alferrara – 1541

4. Cristóvão Pinto comprou a Gomes Martins por 80 reis umas casas, pomar e horta em Alferrara – 1522

5. Guiomar Monteiro comprou a Joana Rodrigues por 30 reis um pomar e casas em Alferrara – 1542

6. Fernão Rodrigues comprou a Diogo Lopes por 15 reis um olival e vinha além a Várzea de D. Teresa em Palmela – 1497

[fl. 16v]

7. Rodrigo Alvares comprou a Afonso Alvares por 45 reis uma marinha nas Moutas em Setúbal – 1542

8. Gomes da Serra comprou a Gomes Dourado por 12 reis uma marinha no vale do Judeu em Setúbal – 1515

9. Estevão da Mota comprou a Diogo de Negreiros por 110 umas casas na Rua dos Frades em Setúbal – 1564

10. Cristóvão Salema comprou a João Luís por 50 duas moradas de casas em Setúbal na praça da Fonte Nova - 1546

11. Pedro Afonso comprou a Afonso Martins por 25 reis um casal na Asseissola termo de Cabrela – 1546

12. Gonçalo Gomes comprou por 8 reis a João Velho a quarta parte dos bens que herdou de Gil Eanes no Gradil – 1450

13. João Afonso comprou a João Lopes por 1 rei duas courelas de herdade no Gradil, uma nas pedras brancas e outra nas covas, termo de Cabrela – 1450

14. Gil Eanes comprou a João de Óbidos por 2\$500 uma terra no Gradil termo de Cabrela – 1436

15. Cristóvão Salema casado com Branca Rodrigues comprou a Nuno Vaz a 6ª parte de umas casas à porta nova em Setúbal por 50 - 1529

16. Pedro Galego comprou a Vasco Fernandes Vogado por 20 reis umas marinhas em Musgos em Setúbal de que o comprador pagava de fora 50 moios de sal – 1447

[fl. 17]

17. Gil Eanes comprou a Martim Afonso por 4 reis uma fazenda no Gradil, termo de Cabrela – 1447

18. Mestre Diogo, físico mor, comprou a Pedro Eanes e outros uma terra em Vila Pouca limite de Barcarena e outra mística à sua quinta no mesmo lugar – 1551

19. Fernão Rodrigues comprou a Rui Gonçalves Botelho por 5 uma courela e olival em Palmela - 1511

20. Afonso Ramos comprou a Marcos Esteves por 1\$800 libras uma vinha em Safalcoelho em Alcácer – 1450

21. Diogo Gonçalves Salema comprou a Vasco Martins por 4 uma vinha detrás da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer e um chão ao poço velho - 1469

22. Simão de Miranda Henriques comprou a Nuno Fernandes da Mina metade da Quinta de Vivaldo em Setúbal por 335 reis. A outra metade era do dito Simão de Miranda e ambos a herdaram de seu sogro Vasco Queimado – 1502

23. João Vaz comprou a Pero Gonçalves por 10.500 umas terras em o termo de Alvalade onde chamam o Porto de Alcácer da Ribeira - 1479

24. João Gonçalves comprou a Álvaro Afonso por 3 reis uma vinha em Safalcoelho limite de Alcácer do Sal – 1461

25. Diogo Salema comprou a João Salema por 5 reis um olival em Safalcoelho em Alcácer – 1526

[fl. 17v]

26. Simão de Miranda comprou a João Dias por 15 reis umas casas em Setúbal que partem com o cano: foreiras em 40 reis ao Hospital do Espírito Santo da dita vila – 1509

27. Mestre Filipe comprou a Diogo Machado por 38 cinco chãos além de Santos-o-Velho foreiros em 1.500 a Dona Joana de Mendonça - 1524

28. Cosme Rodrigues comprou em praça por 121 reis umas casas em Lisboa à porta de Santa Catarina: foreiras ao Senado em 330 reis – 1535

29. Simão de Miranda Henriques comprou a Pedro Fernandes por 30 reis umas casas em Setúbal no Sapal – 1510

30. Simão de Miranda Henriques comprou a Nuno Fernandes e suas filhas metade da Quinta da Gâmbia em Vivaldo limite de Setúbal por 335 reis. A qual por morte de Vasco Queimado sogro de ambos lhe pertenceu (Maço 3 N° 53) – 1501

31. Fernão Rodrigues comprou a Constança Lourenço viúva por 45 uma loja em Setúbal na Ribeira - 1515

32. Cristóvão Salema comprou às freiras de Odivelas por 55 reis parte de umas casas em Setúbal à porta nova – 1522

33. Cristóvão Salema comprou a Martim Vaz por 60 reis parte de umas casas em Setúbal à porta nova – 1535

34. Mem Rodrigues comprou em praça por 22.600 uma terra na Brunheira em Bucelas – 1540

[fl. 18]

35. É o mesmo que o Número 18 Maço 1

36. António de Gouveia comprou a Martim Vieiras por 23 reis um chão na praia de Setúbal em vale do Judeu para fazer marinha – 1543

37. João da Câmara comprou a João Martins por 3 duas geiras de terra às fontes santas em Caparica, foreiras a S. Lázaro de Almada em 60 e uma galinha – 1517

38. Tomás Dias e Catarina Rebelo compraram a Silvestre Alves por 7 um cerrado e terra em Vila Pouca em Barcarena – 1517

39. Manuel de Cabedo comprou a seu irmão, Diogo de Cabedo, por 30 uma marinha em Musgos, em Setúbal – 1546

40. Nuno de Parada e sua mulher, Mércia Nunes, compraram a João Ximenes por 30 uma casa na Rua dos Ferradores em Setúbal – 1550

41. António Soares comprou a Milícia Fernandes por 130 umas casas .., (é truncada) - 1547

42. Cristóvão Salema e sua mulher Branca Rodrigues compraram a Mércia Nunes por 147\$500 reis umas casas em Setúbal à porta nova: parte das quais é foreira à Câmara em 40 reis – 1528

43. Tomás Coelho comprou a João de Loires por 5 uma azenha em Vale de Lousa termo de Coja - 1532

44. Simão de Miranda comprou a João da Talha por 18 reis umas casas em Setúbal no Sapal foreiras à Câmara em 150 reis – 1510

[fl. 18v]

45. Simão de Miranda Henriques comprou a Fernão Afonso por 20 reis umas casas em Setúbal no Sapal – 1510

MAÇO 5

EMPRAZAMENTOS

1. A Câmara de Setúbal deu de aforamento por 20 reis e um frango a Diogo Vaz e sua mulher Mécia Nunes (filha do Prior de Tomar) uma casa e chão em Setúbal à Porta Nova; como tiveram seus antepassados – 1504

3. A Ordem de Santiago deu de aforamento a Catarina Murzela por 696 reis a Quinta do Bom Repairo (nº 2) – 1592

4. Brás Salema possuía uma vinha e olival de trás da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer foreiros à Ordem de Santiago enfateusim em o quarto e décimo do vinho e azeite – 1513

5. A Câmara de Setúbal deu de aforamento a Estevão Giraldo por 30 reais brancos de 35 libras enfateusim um chão em Setúbal no Sapal à ponte velha junto ao cano do esterco – 1428

6. Isabel Serrão viúva de Brás Salema deu de aforamento a Loureço Alvares por 800 reis duas courelas de vinha e um chão em Çafalcoelho em Alcácer nas quais Diogo Salema e sua mulher Catarina Botelha instituíram capela com 12 missas na Igreja de Santa Maria do Castelo de Alcácer – 1578

[fl. 19]

7. Rui Salema possuía a Quinta do Bom Repairo em Alcácer, foreira à Ordem de Santiago em 750 reis porque a tinha comprado a Estevão de Brito: e querendo fazer-lhe benfeitorias, requereu que lhe mudassem o emprazamento de vidas para fateusim – 1558

8. D. Leonor Salema deu de aforamento fateusim a Brás Fernandes por 6 galinhas duas vinhas em Barcarena – 1581

9. Francisca Barradas viúva de António de Barros, avós de Isabel de Almeida, casada com João salema: deu de aforamento em vidas a Afonso Alvares uma vinha com árvores na Filiteira, no sítio da Bugalheira pelo terço do vinho e mais frutos e metade da azeitona – 1563

11. D. Brites de Meço deu de aforamento a Diogo Fernandes por 95 alqueires de trigo metade do moinho velho em Tavira de além do rio - 1577

12. Luís de Miranda deu de aforamento a Pedro Anes por 400 reis umas casas térreas em Chelas e outras ditas a João Martins por 400 reis – 1535

13. Fernão Cabral deu de aforamento em vidas a Martim Gonçalves por 15 dois pedaços de chão em Chelas – 1554

[fl. 19v]

15. As Igrejas de Santa Maria e Santiago de Almada deram de aforamento em vidas a Pero Afonso por 50 reais brancos uma vinha em Benalferrar, termo de Almada – 1474

16. A Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Almada deu de aforamento em vida a Inácio Anes Calvo uma casa e vinha nas fontes santas termo da dita vila por 1.500 – 1514

17. Fernão Cabral deu de aforamento em vidas a Gaspar Gonçalves por 17 uma Quinta no Vale de Chelas - 1568

[fl. 20v]

36. D. Maria Rebela viúva de Fernão Cabral deu de aforamento fateusim a Sebastião Fernandes por 800 reis umas casas em Chelas como já (...) aforadas – 1585

37. Fernão Cabral deu de aforamento a Gonçalo Pires por 6, 100 romãs e 100 marmelos uma horta e vinha e terras em o Vale de Chelas em três vidas – 1568

[fl. 21v]

49. Fernão Cabral deu de aforamento a Pero Gonçalves por 1.600 8 chãos em Chelas – 1561

51. Fernão Cabral deu de aforamento em vidas a Pero Fernandes umas casas térreas na Rua das Taipas em Chelas, das quais ele desistiu e as tomou de aforamento por 600 e uma galinha Lourenço Antunes – 1571

52. Fernão Cabral e sua mulher, Dona Maria Rebela, deram de aforamento a António Álvares por 750 três chãos e $\frac{3}{4}$ de outro para casas em Chelas – 1556

53. Fernão Cabral deu de aforamento a Catarina Henriques por 400, uma galinha e um frango, uma casa térrea junto ao Mosteiro de Santos, digo, de Chelas – 1570

54. Dinis de Mendanha deu de aforamento enfateusim a Pero Fernandes por 1 umas casas junto ao Mosteiro de Chelas e um pomar - 1548

[fl. 22]

57. Luís de Miranda deu de aforamento a António Rabelo por 400 reis uma galinha e um frango uma casa térrea junto ao Mosteiro de Chelas – 1544

58. Vasco Fernandes Coutinho deu uma sesmaria na Capitania do Espírito Santo no Brasil a Diogo Salema, Tomé Salema seu irmão e Rui Salema seu primo – 1540

59. João Mendes de Vasconcelos deu de aforamento a Catarina Lopes por 2 galinhas uma vinha na Morazeira pertencente ao morgado da Patameira, no termo de Torres Vedras - 1549

60. Martim Afonso deu de aforamento a Catarina Lopes do Amaral por 2 galinhas, um chão na Morazeira, termo de Torres Vedras - 1549

[fl. 22v]

62. Francisca Barradas viúva de António de Barros deu de aforamento a Afonso Fernandes por 15 alqueires de trigo em fateusim uma terra na Cavalinha outro na Peiras Amorinha e outra à fonte do vale tudo limite do lugar dos Carvalhos termo de Torres Vedras – 1577

[fl. 23]

70. Luís de Miranda deu de aforamento a João Dias por 800 reis umas casas térreas em Chelas – 1538

71. O Senado da Câmara reconheceu Antão Soares por foreiro de umas casas às Porta de Santa Catarina, que pagam de foro 432 - 1536

72. Vasco Rodrigues deu de aforamento a Pedro Anes Galego uma marinha, vinhas e horta na soveira de Vivaldo (hoje Gâmbia) em Setúbal por 50 moios de sal – 1430

73. Tomé Salema possuía o moinho de Pero Gaita no termo de Grândola foreiro à Ordem de Santiago em 5 moios de trigo e uma galinha – 1547

74. A Câmara de Setúbal deu a Gonçalo Pires de Andrade a sesmaria do vale do Farilhão em Setúbal – 1460

75. A Câmara de Palmela deu a Duarte de Liz uma sesmaria (é truncada) – 1567

76. Diogo Rabelo e sua mulher Mécia Nunes deram de aforamento a António Fernandes por 1\$100 dois chãos para casas às Portas de Santa Catarina em Lisboa – 1552

[fl. 23v]

77. Sesmaria dada a Lourenço Rodrigues, de certos matos maninhos entre o Vale de Aljeruz e o vale do Judeu em Setúbal – 1542

79. Requerimento por que consta que D. Jorge Mestre de Avis e de Santiago deu de aforamento digo de sesmaria a Fernão de Miranda Henriques a água do brejo que corria do rio frio para mover um moinho – 1551

80. Sesmaria de terra e mato em Cabrela dada a Diogo Lourenço Pinto e sua demarcação – 1482

82. Sesmaria de terra e matos maninhos em Musgos, limite de Setúbal, dada a Martim Vieira - 1542

[fl. 26]

MAÇO 7

TESTAMENTOS

1. Codicilo de Violante Cordovil viúva de Vicente do Carvalhal de Setúbal no qual deixou a sua irmã Genebra Rodrigues as casas que em seu testamento deixava a

Francisco Serrão, ao qual devia 55 reis. E que por morte desta passassem as ditas casas à Misericórdia – 1575

[fl. 26v]

9. Testamento de Tomé Salema que vinculou toda a sua fazenda (deve copiar-se) aqui mencionada – 1559

[fl. 28]

21. Testamento de António de Miranda de Azevedo das Alcáçovas, casada com D. Filipa Henriques, vinculou a Quinta de Vilarinho de S. Romão, no termo de Vila Real, e instituiu uma capela, a que obrigou dois moios de pão em duas herdades no Regedouro na Almargia - 1550

23. Testamento de Vasco Queimado de Vilalobos de Setúbal que deve copiar-se – 1478

26. Testamento de Gaspar Pereira casado com D. Catarina ..., o qual com faculdade régia instituiu morgado em Mazarefe, termo de Barcelos - 1581

[fl. 29]

30. Testamento de Fernão de Miranda Henriques pai de Simão de Miranda Henriques no qual nomeou a Coutada: instituiu sua mulher D. Isabel por herdeira e lhe mandou dar da sua terça 15 moios de trigo e 100\$ cada ano – 1566

35. Testamento Nº 1 por certidão

37. Testamento de Isabel Dias da Câmara casada com Cosme Rodrigues e mãe de Francisco de Almeida sogro de João Salema – 1584

[fl. 29v]

39. Instituição de morgado por Isabel de Goios, filha de Henriques de Meneses e de D. Maria ... Nas propriedades seguintes: uma herdade na freguesia de S. Jordão, termo de Évora, que chamam Serra da Espinheira; outra herdade que chamam Courela, no mesmo sítio; outra herdade que chamam Cabeça da Azambuja, por outro nome, Casa Branca, no mesmo sítio, na qual tem parte Gonçalo de Sousa da Fonseca; dois casais à parte de Alpiarça, no termo de Santarém; outro casal em Moncão, no mesmo termo; um olival

com vinha e casas no Jardim, no mesmo termo, aforado enfateusim a Mécia Duarte por uma pipa de azeite à safra e duas galinhas; uma vinha em Alvisquer, no mesmo termo, aforada em vidas a Marcos Coelho por 1 e três galinhas; umas casas em Lisboa à entrada na Rua das Pedras Negras; outras casas defronte da Igreja da Madalena em Lisboa. Nomeou por administrador João Mendes de Meneses, com certas obrigações nas Igreja do Convento da Madre de Deus, na de S. Jorge e na da Madalena - 1584

40. Verba do testamento de Urraca Giães no qual deixou a Gonçalo Anes sapateiro do Turcifal o Casal de Almeara Grande com certas obrigações na Igreja do dito lugar – 1408

[fl. 30]

43. Testamento de António Salema casado com D. Luísa no qual deixou a Leonor Salema sua irmã os moinhos que tinha em Alcácer do Sal e todas as mais fazendas que tinha neste Reino – 1517

44. Testamento de Inês Pires, mulher de Francisco Ribeiro - 1552

45. Testamento de António Salema casado em segundas núpcias com Maria Gaga e em primeiras com Leonor Eanes de quem teve Diogo Salema: era irmão de Brás Salema – 1517

[fl. 30v]

50. Testamento de Guiomar Figueira, casa com Francisco Vaz, somente faz menção de umas casas em Setúbal, as quais mandou que se vendessem - 1580

[fl. 31]

52. Testamento de Leonor Gil viúva de Domingos Gonçalves Salema de Alcácer do Sal que instituiu sua alma por herdeira e por testamenteiro seu filho Brás Salema – 1502

[fl. 31-31v]

53. Testamento de Isidro de Almeida no qual mandou que se pusesse uma campa na sepultura de seus pais na Sé de frente de Nossa Senhora a Grande: seus pais eram Gaspar Lopes de Almeida e Catarina de Gouveia de quem ficaram além

deste filho – Clemente – Valério – Isidoro e Branca. Mandou que da sua terça se fizesse uma capela da invocação de S. Clemente digo de S. Gregório Papa na Igreja de S. Bento de Campolide que então se principiava e um jazigo. Deixou a sua terça a sua mulher D. Maria de Vasconcelos em sua vida e a hipotecou à dita capela em morgado e por cabeça dele uma quinta em Campolide de frente do dito Convento. Deixou três filhos – Desidério de Almeida – Lourenço de Almeida e D. Catarina de Vasconcelos – 1562

[fl. 31v]

54. Testamento de Urraca Giães casada com Fernão Nunes, a qual impôs ao casal de Almeara Grande certas obrigações na Igreja do Turcifal – 1495

55. Testamento de Francisca Barradas viúva: declarou que quando casou sua filha Antónia de Barros com Francisco de Almeida lhe dotara toda sua fazenda; foi casada duas vezes e assistia na Filiteira – 1591

56. Testamento de Diogo Salema que edificou a capela do Santíssimo em Santa Maria da Graça de Setúbal na qual instituiu uma missa quotidiana. Diz que tem instituído morgado nos juros da Portagem de Lisboa, na Câmara da mesma cidade e na tabula de Setúbal. Foi herdeiro de seu irmão Cristóvão de Salema. Teve de sua mulher D. Maria Salema um só filho Cristóvão Salema – 1586

[fl. 32v]

63. Testamento de Brás Salema casado com Isabel Serrão o qual vinculou a sua terça que tomou nos casais do Gradil termo de Cabrela com obrigação de usarem os administradores do sobrenome de Salema: deixou a sua mãe em sua vida o usufruto; e rogou a sua sogra Joana Rabela que nomeasse na dita sua mulher o Casal de Almeara – 1562

65. Testamento de Leonor Gil viúva de Diogo Gonçalves Salema, mãe de Brás Salema – 1502

67. Instituição de capela que Fernão Cabral casado com Maria Rabela fez na Misericórdia de Lisboa à qual deu 21\$ de juro na Casa da Índia por um capelão que confesse e resida no Coro – 1558

69. Testamento de Violante Cordovil de Setúbal que tendo deixado em outro testamento a Francisco Serrão umas casas, revogou esta verba – 1575

70. O mesmo que o número 1. Veja-se o Número 13 Maço 10 fl. [não foi preenchido].

[fl. 33]

MAÇO 8

DOAÇÕES

1. Fernão de Miranda Henriques com outorga de sua filha D. Maria Henriques fez doação inter vivos a seu irmão Simão de Miranda Henriques do assento de uma marinha no sítio das Moutas limite de Setúbal foreira em uma galinha à Ordem de Santiago: a qual comprara a Simão Rodrigues – 1553

3. Simão de Miranda Henriques dotou D. Maria Henriques, filha de D. Brás Henriques e de D. Paula de Miranda para casar com ela com a sua terça em sua vida e que por sua morte passaria aos filhos que existissem de D. Sebastiana sua primeira mulher. Os pais da noiva também lhe dotaram todos os bens e prazos que possuíam em Lisboa – 1577

4. Os Beneficiados da Igreja de S. Lourenço de Lisboa deram uma sepultura perpétua na dita Igreja a Inês Pires Pinheiro e todos os seus descendentes - 1559

[fl. 33v]

8. Catarina Salema viúva de Diogo Salema deu em dote a sua filha Leonor Salema para casar com Álvaro Lopes Franco filho de Diogo Franco, físico mor, o ofício de tesoureiro da Rainha; 600\$ em dinheiro em que entra a terça que lhe ficou de seu marido, assim como a sua legítima paterna; ficando por fiadores Rui e Tomé Salema. E o pai do noivo lhe dotou o ofício de uchão do Príncipe, 32\$ de tença, 400\$ em dinheiro e 1\$500 de moradia de fidalgo – 1549

9. Isabel Serrão viúva de Brás Salema dotou com as suas legítimas sua filha Joana Rebelo para ser freira – 1568

[fl. 34]

10. Escritura de casamento de Belchior Álvares com Francisca Ribeira, filha de Francisco Ribeiro - 1568

12. João Salema e D. Isabel de Almeida dotaram a sua filha D. Catarina de Almeida para ser freira em Santa Clara 20\$ de juro na Alfândega – 1599

13. João Gonçalves nomeou em sua mulher Ana Fernandes o prazo de Chelas foreiro em 15\$ a Fernão Cabral e Maria Rebela – 1555

14. Escritura de casamento de Leonor Fernandes, filha de Pero Vaz Roxo e de Ana Fernandes, com Francisco Dias, a quem deram em dote umas casas na Rua da Metade em Lisboa, foreiras em 20 ao Senado – 1522

15. Ana Fernandes, viúva de João Gonçalves, nomeou em sua filha Margarida Fernandes, o prazo N° 14 - 1577

[fl. 34v]

16. Fernão Cabral e sua mulher Maria Rebela fizeram doação de 4:000\$ ao hospital dos incuráveis de Lisboa – 1575

19. Martim Anes e Catarina Gonçalves, de Palmela, fizeram doação a Brás Salema de uma sesmaria em Vale de Brás limite de Alcácer, a qual herdaram de André Gonçalves – 1498

21. D. Jerónimo de Ataíde e sua mulher D. Joana da Silva, fizeram doação a Francisco de Almeida de umas casas na rua dos Cabides em Lisboa – 1567

22. O mesmo que o número antecedente

[fl. 35]

24. Luís Fernandes e sua mulher Inês Afonso doaram e trespassaram a Cristóvão Salema a sesmaria do Farilhão no termo de Palmela – 1597

27. Cristóvão Correia Lucas e D. Beatriz Correia deram em dote a sua filha D. Maria Salema para casar com seu primo Diogo Salema: a Herdade do Monte da Vinha em Alcácer, que rendia 8 moios de pão além das pitanças; a Herdade do Pinheiro em Montermor o Novo, que rendia 7 moios de pão e certas pitanças. E a

dita sua mãe lhe doou a sua terça que tomou na dita herdade do Monte da Vinha, a qual vinculou com obrigação de 30 missas (não é autêntica) – 1583

28. O mesmo que o número antecedente

[fl. 35v]

29. Gomes Eanes e sua mulher Catarina Eanes fizeram doação a Rui Garcia de certas vinhas e pedaço de praia em Setúbal - 1450

30. Álvaro Vaz viúvo de Maria Salema deu em dote a sua filha Catarina Salema para casar com Rui Salema a Herdade da Lapega, cinco quarteiros de trigo na herdade das Caseiras, cinco ditos na herdade do Porto da Arca, chamada dos Salemas, e outras mais no termo e limite de Alcácer. Era neta de Gonçalo Salema – 1537

31. D. Afonso V fez doação a Vasco Eanes, filho de Pero Eanes de Corte Real, em remuneração de serviços, de uma horta chamada d'el Rei, com casas e foros em Tavira, junto à porta de Alfeirão, de juro e herdade para ele e seus descendentes - 1475

32. D. Afonso V deu em dote a D. Briolanja de Melo por ser donzela da Infante D. Joana 4\$ dobras para casar com Aires de Miranda, filho de Martim Afonso de Miranda rico-homem. Era filha de D. Fernando das Alcáçovas, sobrinho do dito Rei e de D. Branca de Melo – 1460

33. Gonçalo Anes e sua mulher fizeram doação a D. Catarina da Câmara, casada com João da Câmara, de uma casa e vinha às fontes santas em Caparica, foreira em 1.500 à Confraria de Nossa Senhora da Conceição do dito lugar - 1514

[fl. 36]

34. Simão de Miranda Henriques prometeu 5 dobras de arras a D. Maria Queimada Vilalobos, filhos de Vasco Queiamdo Vilalobos já falecido para casar com ela – 1498

35. Inquirição por que consta que D. Maria Anes avó de Vasco Queimado Vilalobos fundou o Convento de S. Francisco de Setúbal em terreno que comprara. Foi tirada em 1473 e já o Convento existia há 60 anos pouco mais ou menos – 1473

36. D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, deu a Fernão Rodrigues para logradouro de uma casa junto aos Moinhos do Pinheiro em Alcácer 100 varas de terreno com obrigação de deixar caminhos entre a casa e o esteiro - 1546

[fl. 36]

MAÇO 9

POSSES JUDICIAIS

[fl. 39]

38. D. Guiomar Lopes tomou posse de umas casas que comprou em Palhavã a Rui Figueira, foreiras em 200 e 2 galinhas – 1516

39. Mem da Mota, filho de Catarina de Valadares, tomou posse de duas moradas de casas em Setúbal, umas das quais são na Rua que [vai] para o postigo da Alfândega - 1587

[fl. 39v]

MAÇO 10

INVENTÁRIOS E PARTILHAS

[fl. 40]

5. Por morte de Simão de Miranda Henriques pertenceram a seu filho, Aires de Miranda, os moinhos do Pinheiro – 1600

9. Por morte de Teresa Pinheira, viúva de Jorge de Cabedo de Vasconcelos, pertenceu a Miguel de Cabedo uma marinha em Musgos que fora dada em dote à dita sua mãe, em Setúbal - 1559

11. Princípio do inventário que Isabel Serrão fez por morte de seu marido Brás Salema: de quem ficaram quatro filhos – Catarina Botelha – Diogo Salema – Joana Rabela e João Salema – 1562

[fl. 40v]

12. Por morte de D. Sebastiana, primeira mulher de Simão de Miranda Henriques, couberam a seu filho Aires de Miranda umas casas no Bairro de S. Roque na Rua dos Mouros – 1590

13. Testamento (Maço 7 Num. 70) de Joana Rebela, viúva do Dr. João Rebelo: a qual deixou a sua filha Isabel Serrão, viúva de Brás Salema, e irmã de António Rebelo, que estava na Índia, a sua terça que tomou em metade da Quinta de Fernandinho, na qual a dita Isabel Serrão já possuía a legítima de seu pai e seu irmão Fr. Jorge. Declarou que possuía como testamenteira de Urraca Giães o Casal de Almeira Grande o qual nomeou na dita sua filha, declarando que o dito casal é obrigado a pagar cada ano à Igreja da Madalena do Turcifal 20 alqueires de trigo e cinco almudes de vinho para a ementarem todos os Domingos à estação da Missa. Nomeou à dita sua filha um prazo na Câmara na freguesia de S. João da Talha, foreiro a Santa Clara de Lisboa em 300 reis. E um quintal na Aldeia do Fundo foreiro a S. Bento em uma galinha – 1568

14. Brites Lopes houve por morte de seu pai, Paulo Afonso, uma vinha em Carcavelos, outra nas Longas, outra em Benhais, outra nos Valos, outra nos Barros, outra na Ribeira e umas casas em Veiras - 1594

16. Certidão extraída do inventário que se fez por morte de Simão de Miranda Henriques: porque consta que metade dos moinhos do Pinheiro pertence a Diogo de Miranda seu filho por ser da terça de Diogo Rebelo e Mécia Nunes: e a outra metade lhe pertencerá se justificar que sua avó lha deixou; aliás se dividirá por todos – 1601

[fl. 41]

17. Nas partilhas que se fizeram por morte de Simão de Miranda Henriques, em que também figurou D. Maria de Meneses casada com Fernão de Miranda Henriques: declaram os herdeiros seus filhos que ficassem de fora as casas de Setúbal em que vivia o dito Simão de Miranda; e quinta da Gâmbia até se averiguar se pertenciam a morgado. Luís de Miranda seu filho e de sua segunda mulher D. Maria Henriques, herdou 150\$ em parte de certos moinhos; e 150\$ na Quinta de Alferrara: também herdou da dita sua mãe vários prédios aqui mencionados – 1600

19. Por morte de Vasco Queimado de Vilalobos Gonçalo Queimado tutor de sua prima D. Maria Queimada e Nuno Fernandes fizeram inventário dos seus móveis e gados em Setúbal – 1497

20. Inês Pires deixou a seu marido, Francisco Ribeiro, a sua terça em vários prédios aqui declarados, todos no termo de Torres Vedras – 1553

23. Carta de partilhas de Luís de Miranda. Num 17 Maço 10

[fl. 41v]

25. Por morte de Rui Gomes, digo por morte de Diogo Fernandes Salema, casado com Susana de Lemos e irmão de Brás Salema, pertenceram a Rui Gomes seu filho vários prédios em Alcácer do Sal (é truncado) e não é autêntico – 1595

[fl. 42]

33. Por morte de Pedro Gomes, sua mulher, Luísa Dias, e seus filhos partiram certos prédios em Palma de Cima - 1595

34. Por morte de D. Sebastiana mulher de Simão de Miranda, que já era casado em segundas núpcias com D. Maria Henriques estão descritas no inventário que se fez umas casas no bairro de S. Roque em 2:000\$ as quais foram divididas por seus filhos Fernão, Aires e Diogo – 1590

36. Carta de partilhas dos bens que ficaram por morte de Brás Salema, entre seus filhos Diogo Salema, João Salema, Catarina Botelha e Joana Rabela. Deixou a Diogo Salema a sua terça vinculada nos bens seguintes: uma vinha no sítio dos Mártires em Alcácer, foreira em 80 reis à Ordem de Santiago; um olival no dito sítio; metade da terça de sua avó; as marinhas na telhada; outras em Rio Frio; uma vinha à Fonte da Talha; e 269\$383 para se comprarem bens para o morgado. Também aqui estão as legítimas dos outros irmãos – 1565

[fl. 42v]

37. Por morte de Estevão de Gouveia, e de sua mulher, Isabel Gramacha, fez-se inventário e partilhas entre seus filhos e netos, filhos de Cosme Gramacho de Gouveia e de D. Isabel Barreto, cujos nomes e legítima aqui estão

38. No inventário que por morte de Antónia de Barros mulher de Francisco de Almeida fizeram o dito seu marido e sua filha Isabel Barradas; pertenceu ao dito viúva umas casas em Lisboa às portas de Santa Catarina à Trindade, foreiras à Câmara em 452 reis, as quais foram dadas em dote ao dito Francisco de Almeida por sua mãe em 650\$. Outras casas juntas a estas. Outras na rua da Barroca aos Mártires. E à dita sua filha ficou toda a fazenda na Filiteira em 1:512\$500 – 1586

[fl. 43]

42. Por morte de Vasco Queimado Vilalobos fizeram partilha de seus bens seus genros Simão de Miranda e Nuno Fernandes como tutor de suas filhas: em que pertenceu a Simão de Miranda as casas em que vivia o defunto em Setúbal na rua que vai para o Sapal, uns moinhos, um olival na Várzea, a marinha da Palmeira, a marinha da Olhana, metade de uma Quinta no termo de Setúbal que consta de casas, vinhas, pomar e marinhas e outras fazendas – 1501

43. Por morte de João Afonso Camareiro e de sua mulher Violante Gil, sua neta, Leonor da Fonseca, e seu genro Brás Salema, casado com Inês Figueira, dividiram a Herdade do Gradil no termo de Cabrela na qual o dito Brás Salema tinha a terça que lhe deixou seu cunhado Rui Figueira – 1485

44. Gil Eanes e João de Óbidos partiram entre si a Herdade do Gradil no termo de Cabrela – 1433

[fl. 43v]

MAÇO 11

PADRÕES

3. Padrão de juro de 187\$500 no Almojarifado de Sevilha, a favor de Fernão Cabral – 1572

4. Padrão de juro de 31\$714 nos rendimentos das Ilhas de São Tomé e Cabo Verde a favor de Isabel Serrão, viúva de Brás Salema – 1566

6. Padrão de tença com o hábito de Cristo a favor de Cosme Rodrigues – 1552

[fl. 44]

7. Padrão de tença de 20 reis com o hábito de Cristo a favor de Brás Salema – 1547

8. Padrão de tença que Isabel Dias nomeou por sua morte a seu filho Francisco de Almeida – 1586

[fl. 44v]

15. Padrão de juro de 106\$ no pescado de Sesimbra e sisas de Almada, comprado por Diogo Salema e por sua morte passou a seu filho Cristóvão Salema em 1601. Por morte deste a António Salema sucessor do morgado a que o dito padrão é vinculado, depois a João Salema e outros até ser distratado – 1747

18. Padrão de juro de 29\$ que Isabel Salema viúva de Brás Salema com dinheiro que Tomé Salema, seu tio, deixou para se comprarem bens com cujo rendimento fossem sustentados em Coimbra dois estudantes seus parentes de que seria administrador o dito Brás Salema e seus sucessores, distratado – 1767

24. Cópia do Padrão Num 3

[fl. 45]

MAÇO 12

TRANSACÇÕES

[fl. 45v]

7. Francisco Giraldes deu licença aos oficiais da Igreja do Loreto para abrirem certas frestas que caiam sobre o quintal das suas casas da outra banda do muro – 1575

[fl. 46]

12. Fernão Trancoso deu fiança por 350 que devia a El Rei das terças da Comarca da Beira, de que era recebedor – 1530

14. Brites Lopes, mulher de Fernão Gonçalves, concertou-se com Francisco Lopes sobre o que lhe devia o dito seu marido, dando 2.800 e recebendo a quitação do mais – 1542

[fl. 46v]

21. António Fernandes desistiu do aforamento que fizera de um chão a S. Roque que era de Diogo Rebelo e Mécia Nunes - 1554

[fl. 47]

22. D. Luísa Salema, fazendo testamento a favor de seu marido Diogo Botelho, em prejuízo de seus irmãos António Salema, Diogo Salema e Duarte Rodrigues, e querendo estes anular o testamento dizendo que a testadora não estava em seu juízo, concertaram-se com o dito Diogo Botelho, tendo o testamento por válido e obrigando-se este a dar-lhes metade dos rendimentos da quinta da Amoreira no termo de Palmela em sua vida; e por sua morte ficaria a dita Quinta e as Casas na rua dos Ferradores em Setúbal em capela juntamente com a mais fazenda que ficasse dele Diogo Botelho. Nomeou a dita capela em o dito António Salema – 1561

26. Domingos Gonçalves ratificou a venda que fizera a retro a Bartolomeu Gonçalves Carneiro de 12 alqueires de trigo e uma galinha, em umas casas na serra acima de Barcarena e na legítima que esperava de Inês Afonso, sua sogra - 1565

[fl. 47v]

27. D. Maria Rebelo e Maria Fernandes fizeram composição na demanda que traziam sobre uma horta em Chelas – 1597

30. O Senado da Câmara de Lisboa deu licença a Ana Fernandes, viúva de João de Lisboa, para dividir e vender umas casas entre a Rua dos Escudeiros e o Arco do Rossio, foreiras ao mesmo Senado em 36 - 1516

31. D. Leonor Salema, viúva de Álvaro Lopes Lobo, trazendo demanda com a Misericórdia de Lisboa para anular o testamento de seu irmão António Lopes Salema em que deixou ao Hospital de Todos os Santos o remanescente de seus bens depois de cumpridos seus legados, e isto por lhe faltar a aprovação; fez composição com a mesma Misericórdia, à qual deu logo cem cruzados e se obrigou a dar-lhe um padrão de juro de 30\$, desistindo ela da demanda – 1586

33. Pedro de Mendanha e sua mulher, Camila de Brito, venderam a Fernão Cabral, com licença régia, uma quinta, um olival, hortas e pomar em Chelas, ficando com a natureza de bens dotais os 75 de juro que comprou com o produto da dita venda pois que a dita quinta era dotal - 1554

[fl. 48]

35. D. Isabel Henriques, viúva de Fernão de Miranda Henriques, cedeu a seu filho Simão de Miranda Henriques a terça que o dito seu marido lhe deixara, dando-lhe o dito seu filho enquanto viva 100\$ e 15 moios de trigo – 1566

37. Os freires de Palmela deram licença a Fernão de Miranda Henriques para fazer um lagar de azeite em Alferrara, pagando-lhe de foro 8 alqueires de azeite – 1549

[fl. 48v]

39. António Pinheiro cedeu a D. Maria Rebela mulher de Cristóvão Zuzarte certas fazendas no termo de Santarém que lhe vendera com pacto de retro - 1587

40. João Rodrigues Carvalho confessou dever a Brás Salema 510\$ de resto de 810\$ porque lhe vendera um ofício no Estado da Índia – 1557

41. Fernão Cabral, em nome de certa pessoa, que não nomeia, doou à Misericórdia de Lisboa 3.500 cruzados para despender no que aqui declara (não é autêntico) – 1563

42. Amador de Azevedo vendeu a Francisca Dias de Aguiar os ares de suas casas às portas de Santa Catarina, que partem com as da compradora – 1566

45. João Martins Toscano e sua mulher Branca Afonso deram a sua irmã, Catarina Martins, uma vinha à Fonte da Talha em Alcácer por 2 taças e uma escudela de prata – 1440

46. Gonçalo Lopes e Luís Gonçalves Pais confrontaram e demarcaram as herdades do Pessegueiro e da Tojeira no termo de Montemor-o-Novo que eram suas – 1574

[fl. 49]

47. Gaspar da Dorna confessou dever a Fernão Cabral 300 cruzados que lhe emprestara e se obrigou a pagar – 1559

48. Gaspar Mendes, almoxarife de Estremoz, foi preso e seus bens penhorados para alcance de contas - 1549

53. João Afonso e sua mulher Violante Gil deram a João Vaz um pomar em Alpiler por uma vinha à fonte da Talha, tudo limite de Alcácer – 1478

[fl. 49v]

56. Rui Salema deu a Paulo Dias 22 alqueires de trigo cada ano na Herdade do Portinho na Ribeiro do Sado termo de Alcácer e 20 ditos de foro na Herdade da Sovereira termo do Torrão em troca por toda a fazenda aqui declarada, que o dito Paulo Dias possuía em Arção – 1557

57. Manuela Correia obrigou-se a pagar a Rodrigo Girão 400 reis que recebera em Goa - 1540

61. Cosme Rodrigues vendeu a Maria Esteves por 68\$132 reis na Casa da Índia um prazo em Caparica que a sua mulher Isabel Dias deixou Catarina da Câmara, sua avó – 1533

[fl. 50]

62. Simão de Miranda Henriques e D. Lourença Salema, sua mulher, venderam a Jorge de Cabedo Vasconcelos por 160\$ o foro que lhes era obrigado a pagar pela Quinta de Musgos em Setúbal que era 15\$. Aqui está a escritura porque José Cabedo doou a dita Quinta a Jorge de Cabedo e sua mulher D. Ana de Castelo Branco, reservando para di duas marinhas junta à dita Quinta – 1550

63. Declaração do que possuía Pedro Lameira da Vila de Alcácer quando estava contratado a casa com Isabel Pinheira, filha de João Pires da Vila de Setúbal – 1532

64. Teresa Pinheira viúva de Jorge de Cabedo confessou dever a seu filho Manuel de Cabedo 91.556 de empréstimo – 1548

65. Maria de Jesus e seu sobrinho Diogo José da Serra deram poder e acção a Francisco José da Serra para cobrar certa dívida

66. Inês Gonçalves, moradora em Setúbal, afiançou a venda que Guiomar Monteiro fez a Simão de Miranda Henriques de um pomar e casas em Alferrara termo de Palmente por 30\$ - 1558

67. Manuel de Cabedo e Pedro Lameira fizeram composição na demanda que traziam sobre o sal da marinha da Gâmbia em Setúbal - 1536

[fl. 50-50v]

68. Brás Salema e sua mulher Inês Figueira e Lopo da Fonseca e sua mulher Inês da Rosa fizeram concerto sobre as partilhas que deviam fazer-se por morte de João Afonso e de Violante Gil, seus sogros: fazendo de toda a fazenda que deles ficou dois quinhões: a saber, para Lopo da Fonseca as casas que foram de Duarte de Figueiredo com seu lagar e quintal em Alcácer foreiros em 108 reis. E uma vinha com figueiras e olival nas Pereiras. E a Brás Salema pertenceu: as casas e quintal em que vivia o dito João Afonso; umas courelas de vinha à Fonte da Talha; outra vinha no Cabo das vinhas; o olival queimado em Safalcoelho, tudo em Alcácer e seu termo, e também um pinhal em Pontevereiro. Partiram também as fazendas que o dito tinha no Gradil termo de Cabrela em que entrou uma herdade em que cada um dos contratantes tinha já uma terça – 1482

[fl. 50v]

69. Os freires de Palmela deram licença a Fernão de Miranda Henriques para fazer um lagar de azeite em Alferrara termo de Palmela pagando de foro 8 alqueires de azeite – 1549

70. D. Maria Henriques: Manuel de Mendanha seu irmão, casado com D. Joana: Luís de Mendanha e António de Mendanha, filhos de Pedro de Mendanha e de D. Camila de Brito: tendo demanda com Fernão de Miranda sobre a quinta e hortas em Chelas que este tinha comprado ao dito Pedro de Mendanha, por ser dotar e haver lesão enorme; desistiram da demanda por 200 que receberam – 1568

[fl. 51]

MAÇO 13

PROCURAÇÕES

1. Procuração que Manuel Pires fez a Estevão Pires para cobrar de Fernão de Miranda o que lhe devia de o ter servido - 1576

2. Catarina Valadares viúva fez procuração a seu filho Mendo da Mota para tomar posse de três moradas de casas em Setúbal – 1587

[fl. 52]

15. Catarina Gonçalves de Nabainhos termo de Gouveia deu procuração a Gonçalo Gonçalves para em Lisboa assistir às partilhas dos bens que ficaram de seu irmão Fernão Gonçalves – 1542

16. Brites Henriques do termo de Gouveia deu procuração a seu marido Gonçalo Gonçalves para assistir às partilhas dos bens que ficaram de Fernão Gonçalves casado com Beatriz Lopes - 1542

22. João Raposo existente em Goa, deu procuração a Brás Salema e a Gomes Raposo para em Lisboa requererem e cuidarem de suas dependências – 1552

[fl. 52v]

25. Joana da Mota deu procuração a seu marido Simão Ribeiro para assistir às partilhas por morte de Francisco Ribeiro – 1563

27. Francisco Vaz e seus irmãos deram procuração a António Martins e Luís da Costa para venderem uma terra e mato acima da Landeira no termo de Cabrela – 1573

28. António de Azevedo e sua mulher D. Guiomar do Rio deram procuração a Gonçalo Gil para cobrar as rendas e foros que tinham em Beja, Ferreira - 1533

29. Jorge Mendes deu procuração a Jerónimo Fernandes para dar contas dos Almojarifados da Estremadura a Cosme Rodrigues – 1535

30. António Fernandes deu procuração a Jerónimo Fernandes para dar contas dos Almojarifados da Estremadura a Cosme Rodrigues – 1532

31. Gonçalo Mendes de Vasconcelos deu procuração a Jorge de Cabedo para vender uma marinha em Musgos – 1588

[fl. 53]

33. D. Maria Rebela viúva de Fernão Cabral deu procuração para se cobrarem os juros que levava no almoxarifado maior de Sevilha que eram 187.500 maravedis – 1595

MAÇO 14

ARRENDAMENTOS

[fl. 53v]

7. Bernardo Queimado deu de arrendamento a Catarina Monteiro, digo Catarina Fernandes, deu de arrendamento a Aleixo Fernandes um pomar em Alferrara por 40 - 1583

[fl. 57v]

MAÇO 15

JUSTIFICAÇÕES

5. Justificação ou reconhecimento de uma procuração de Joana Rebela viúva de João Rebelo, como tutora de seus filhos – 1543

7. Sentença de justificação por que foram julgadas a D. Jerónimo de Ataíde umas casas na rua dos Cabides em Lisboa, as quais lhe nomeou Frei Nicolau Dias, dominicano, e a este as nomeara sua mãe, Leonor Pires – 1565

[fl. 58]

9. O mesmo que o número 5

11. Miguel de Cabedo de Vasconcelos justificou por testemunhas as benfeitorias que fez na marinha de Musgos, que era de seu cunhado, João Gomes de Lemos, e lhe arrendara por nove anos – 1540

13. O mesmo que o número 11

[fl. 58v]

MAÇO 16

CERTIDÕES

[fl. 60]

30. Certidão de várias execuções que a requerimento do Conde de Palmela foram feitas a diversas pessoas na Correição de Guimarães por dívidas à Fazenda Real – 1538

34. Certidão da sisa que a Câmara e povo de Olivença pagaram de sisa neste ano de - 1518

[fl. 60v]

38. Certidão da inscrição que está no altar mor de S. Francisco de Setúbal de Vasco Queimado Vilalobos – 1477

42. Certidão da justificação que deu João Salema de lhe pertencerem por morte de sua mãe Isabel Serrão 440\$ de réditos do juro na Casa da Índia – 1594

43. Certidão do que pertenceu a António Rebelo por morte de seus pais, João Rebelo e Joana Rebelo – 1576

[fl. 61]

44. Certidão por que consta o que Inês Pires, mulher de Francisco Ribeiro, herdou de seu pai Gonçalo Pires, no termo de Torres Vedras – 1528

50. Certidão do sequestro que em Nisa se fez nos bens de Brás de Silveira por dívida à Fazenda Real – 1543

52. Certidão do sequestro que se fez a Manuel do Mercado recebedor do Almojarife de Pinhel pelo que devia à Real Fazenda – 1544

[fl. 61v]

53. Certidão do que ficou a devendo à Real Fazenda Brás Rodrigues, Almojarife da Ilha do Pico - 1546

59. Certidão porque consta que Urraca Giães deixou em testamento à Igreja do Turcifal certa pensão importa do Casal de Almeira – é o tombo do dito casal – 1506

60. Certidão da inscrição e Armas que na capela do Santíssimo Sacramento da Igreja da Graça de Setúbal mandou por Diogo Salema seu fundador – 1586

[fl. 62]

61. Certidão por que consta o aforamento enfiteusim que a Câmara de Setúbal fez a Álvaro Dias Cordovil de umas terras na estrada de Évora por 600 – 1597

66. Certidão do depósito que Guiomar Martins fez do que ficou devendo Gonçalo Coelho, seu marido, depositário das sisas de Povos – 1558

[fl. 63]

79. Certidão da penhora que em Torres Vedras se fez nos bens de Cristóvão Vaz, tesoureiro da capela d'el Rei – 1544

[fl. 63v]

96. Certidão por que consta o ordenado que o Governador da Capitania dos Ilhéus dava ao ouvidor – 1592

[fl. 64]

100. Citação e emprazamento feito a Francisco Falcão morador em Tavira por dentro de 40 dias vir assistir às constas de Leoniz Correia, feitos em S. Tomé - 1548

MAÇO 17

CERTIDÕES

2. Certidão da posse que por morte de João Salema tomou seu genro Simão de Miranda Henriques casado com D. Lourença Salema das Fazendas em Alcácer

[fl. 64v]

5. Certidão do casamento de André Pires com Isabel de Abreu – 1544

7. Certidão de um precatório contra os devedores à Comenda de Lobão, a requerimento do Comendador

8. Certidão por que consta o estado da execução que pelo Juízo dos Contos se fazia a Sebastião de Carvalho, almoxarife do Machico – 1549

9. Carta para se tomar conta a Marçal Vaz, recebedor das sisas na cidade de Braga – 1525

[fl. 65]

12. Certidão a requerimento de Aires Velho, por que consta que uma vinha em Tomé Roxo, termo de Torres Vedras, é livre

14. Certidão extraída do tomo das capelas de Setúbal sobre o morgado que instituiu Diogo Salema

18. Certidão do alvará por que El Rei deu o rendimento das sisas de Coruche por 2 anos para concerto da ponte de madeira – 1520

[fl. 66]

36. Certidão por que consta que sendo aplicados os rendimentos das Alfândegas de Portimão e Lagos para os lugares de África não se cumpriu esta ordem porque El Rei mandou que lhos entregassem por provisão sua - 1549

39. Demarcação judicialmente feita dos casais que Isabel Serrão possuía no termo de Cabrela – 1572

40. Certidão por que consta que João Pires satisfiz o que devia às sias como recebedor delas em Lisboa pela venda de uma quinta – 1549

[fl. 67v]

57. Certidão da penhora que por dívida à Real Fazenda se fez a João de Sá em umas casas na Betesga - 1568

58. Certidão por que consta que Francisco de Almeida entregou a António, filho de Pedro Anes, um legado que seu pai Cosme Rodrigues lhe deixara – 1561

[fl. 68]

65. Certidão por que consta que Francisco de Almeida, escrivão da Provedoria mor, entregou os livros da mesma – 1581

[fl. 68v]

74. Certidão por que consta que por morte de Inês Álvares herdaram seus filhos umas casas na Mouraria em Setúbal - 1545

77. Certidão por que consta que Cosme Rodrigues entregou em Castelo Branco um livro da receita de Francisco Sanches – 1531

78. Certidão enviada por Manuel Vaz da Ilha de S. Tomé por que consta o que João Lobato ali recebeu da Fazenda Real - 1537

[fl. 69]

79. Certidão por que consta que Simão de Miranda Henriques pagou em Palmela a sisa de um olival que comprou em Alferrara a Manuel Fernandes por 50\$ sobre cujo pagamento alcançou sentença contra a Câmara de Setúbal – 1595

MAÇO 18

SERVIÇOS, MERCÊS

1. Cópia extraída de uma carta de armas dos Salemas, que apresentou Tomé Salema – 1535

[fl. 69v]

4. Alvará para João Rebelo haver 30 com o ofício de Corregedor da Casa do Cível – 1531

5. Carta coimeira da Herdade da Asseiçola no termo de Palmela a favor de Fernão de Miranda Henriques – 1563

9. Mercê do ofício de recebedor das sisas da Castanheira a favor de Sebastião Rodrigues – 1554

10. Mercê de uma horta que chamam d'El Rei em Tavira com as casas junto a ela e foros a Vasco Anes Corte Real – 1475

11. Mercê que D. Afonso V fez a João Camareiro da lutuosa que lhe pertencia por morte de Gil Eanes do Gradil – 1448

12. Ordem a escrivão das Moradias para levar aos contos os livros para se tomarem contas – 1543

[fl. 70]

17. Alvará de moço fidalgo a Simão de Miranda Henriques filho de Fernão de Miranda em 1 e um alqueire de cevada – 1537

19. Alvará para se entregarem a Cosme Rodrigues os livros das Câmaras para arrecadação das terças – 1531

20. O mesmo que o número antecedente

[fl. 70v]

25. Alvará para se não executar sentença alguma que Francisco Sanches apresentar contra Cosme Rodrigues – 1531

29. Alvará para que aos descendentes dos últimos possuidores de prazos foreiros aos armazéns do Reino se renovem os emprazamentos por 3 vidas e não aos transversais – 1592

33. Alvará para o Almojarife de Montemor-o-Novo pagar 3 que se gastaram nas casas em que vivia Rui Pacheco – 1533

34. Alvará de quitação de um quarto da renda das herdades do Concelho de Montemor-o-Novo a Fernão Lopes – 1532

[fl. 71]

35. Dom João III concedeu a Rui de Melo, seu mestre-sala, privilégios de fidalgo - 1564

37. Alvará para serem levados à presença d'el Rei todos os feitos que estivessem na relação contra Cosme Rodrigues – 1531

38. O mesmo que o número antecedente

39. Alvará para se pagarem soldos a vários oficiais empregados em Mazagão – 1547

45. António de Almeida pretendeu ser moço da Câmara por serviços de Mazagão - 1543

[fl. 71v]

46. Alvará para Cosme Rodrigues acabar de tomar as contas das terças da Beira, Alentejo e Estremadura – 1533

47. Alvará para que se não executasse sentença alguma que Diogo do Soto mostrasse contra Cosme Rodrigues – 1531

48. Alvará para Cosme Rodrigues entregar o livro em que se tomavam contas a Manuel Cirne – 1550

51. Carta de quitação a favor de Francisco de Almeida do tempo que foi encarregado de comprar pão para provimento do Minho, Beira e Trás-os-Montes – 1582

[fl.72v]

76. Mercê do ofício de Provedor e Contador das Renas e Direitos Reais da Capitania do Espírito Santo no Brasil a Tomé Salema, cavaleiro de Santiago – 1552

[fl. 73]

84. Alvará para Cosme Rodrigues remeter a El Rei todo o dinheiro que tivesse arrecadado das terças das comarcas – 1529

85. Alvará para Cosme Rodrigues tomar contas do dinheiro das terças do Rei na Beira, Alentejo e Estremadura – 1530

89. Mercê de sirgueiro da Casa Real a João Lopes – 1564

90. Alvará de moço fidalgo a Simão de Miranda Henriques – 1537

[fl. 73v]

92. Alvará para Cosme Rodrigues tomar contas aos recebedores das terras do Infante D. Luís no Alentejo – 1529

93. Carta de fronteiro de Vila Viçosa a Tristão de Abreu – 1484

[fl. 74]

MAÇO 19

SERVIÇOS, MERCÊS

9. Carta de legitimação de Francisco, filho natural de Lucas Geraldo – 1550

[fl. 74v]

14. Alvará por que Maria Rodrigues de Torres Vedras não seja obrigada a pagar aos Resíduos o por que a demandavam – 1531

15. Alvará de mercê à Vila de Colares de 6\$ das terças reais para as obras de S. Sebastião se acabarem – 1520

16. Alvará para se levar em conta a Pero Dias 3 que gastou nas obras do castelo de Montemor-o-Novo – 1532

19. Alvará a favor de Joana Rebelo, ama da Infanta D. Beatriz e viúva do Desembargador João Rebelo para que os juizes de Torres Vedras não consistam que seus caseiros não sejam vexados nem suas fazendas danificadas – 1544

20. Alvará para Cosme Rodrigues ver em sua casa os papéis das contas de Sebastião de Morais – 1552

21. Alvará para Cosme Rodrigues meter em folha António Fialho e outros empregados nos Contos de que era provedor – 1551

[fl. 75]

22. Alvará para Cosme Rodrigues tornar Francisco Alves por moço dos Contos com 375 por mês – 1553

23. Alvará de mercê ao lugar do Cartaxo de 4.523 para se acabar a casa do Concelho – 1521

24. Alvará para Cosme Rodrigues sobre as tenças assentadas nas terças da província do Alentejo – 1524

25. Mercê da Comenda do Lobão a João Salema – 1600

26. Alvará do foro de cavaleiro fidalgo a Cosme Rodrigues – 1547

27. Alvará para que o dinheiro das terças das terras do Infante D. Luís e do Priorado do Crato não seja levado para outros lugares mas se despenda ali mesmo – 1529

28. Alvará para que se vendam umas casas que Diogo Vaz tinha na praça da palha em Lisboa – 1551

29. Alvará para se lançar o hábito de Cristo a Brás Salema – 1545

30. Mercê do ofício de escrivão dos Contos a Francisco de Almeida moço da câmara, filho de Cosme Rodrigues – 1556

31. Alvará para se tirar devassa do furto que se fez no pinhal de Fernão Cabral em Setúbal – 1571

[fl. 75v]

34. Alvará por que El Rei concedeu à Vila de Almeirim o dinheiro da terça do ano de 1517 para se tirarem as esterqueiras

35. Alvará para Brás Salema poder renunciar os ofícios de Língua e aposentador mor de Ormuz – 1544

36. Mercê que El Rei fez a Brás Salema da lutuosa que lhe pertencia por morte de seu pai Diogo Gonçalves Salema – 1491

39. Alvará de acrescentamento do foro de fidalgo a Simão de Miranda Henriques – 1547

40. Alvará para João Salema professar na Ordem de Cristo – 1592

41. Quitação ao tesoureiro da Redenção dos Cativos Joanne Mendes de Vasconcelos – 1571

[fl. 76]

43. Alvará para se guardarem seus privilégios a Maria Rodrigues viúva de Fernão Alves Fogaça do Turcifal – 1461

46. Mercê feita a Fernão Rodrigues de um capo de 50 varas para logradouro de uma casa junto aos moinhos do Pinheiro em Alcácer do Sal – 1543

47. Confirmação de uma carta de mercê para que fossem privilegiados os hortelãos e caseiros que Francisca Pereira de Berredo tinha nos reguengos e hortas em Tavira – 1594

48. O mesmo que o número 36

[fl. 76v]

54. Quitação dada a Cosme Rodrigues dos $\frac{3}{4}$ da tença de 20 que tinha com o hábito de Cristo – 1536

58. Cópia de uma sentença passada em nome d'el Rei D. Manuel a favor de João Rebelo morador no Turcifal em que se mostra que o Casal de Almeira Grande é vinculado – 1506

59. Certidão da posse dada em virtude de uma carta de mercê d'El Rei a Maria Anes, do ofício de vendedeira das verças que se pagam de sisa na ribeira de Santarém – 1525

60. Cata de mercê a Maria Anes do ofício de vendedeira das verças da sisa na ribeira de Santarém – 1525

[fl. 77]

MAÇO 20

PROCESSOS E SENTENÇAS

3. Sentença por que se julgou a Fernão de Miranda a posse de uma Quinta em Alferrara termo de Palmela adquirida por compra contra Francisca Coelha e outros – 1551

6. Sentença (cópia não autêntica) que Miguel de Cabedo alcançou contra Simão de Miranda Henriques sobre uma terra junto à Quinta de Musgos – 1577

7. Sentença a favor de D. Leonor Pinheira de Vasconcelos contra Simão de Miranda Henriques sobre as terras e matos que são logradouro da Quinta de Musgos – 1577

[fl. 78]

20. Requerimento de Simão de Miranda Henriques sobre a citação que Diogo de Noronha lhe mandou fazer a respeito do arrendamento de certas marinas em Setúbal – 1577

[fl. 78v]

30. Sentença por que Francisco de Almeida foi obrigado a pagar à Fazenda Real 180 que duplicara ao almoxarife da imposição dos vinhos nas contas que lhe tomou – 1579

[fl. 79]

MAÇO 21

PROCESSOS E SENTENÇAS

6. Requerimento que Simão de Miranda e outros fizeram sobre uma provisão que a Câmara de Setúbal pedia a el Rei para se poder matar o gado que entrasse nas marinhas devassas – 1572

[fl. 80]

14. Sentença que Gonçalo Vieira obteve contra D. Madalena de Eça herdeira de Duarte de Azevedo, e fazendo-lhe penhora em certa morada de casas se opôs D. Antónia de Ataíde, dizendo que as ditas casas pertenciam ao seu dote – 1549

[fl. 80v]

22. Sentença que contra Cristóvão Pires alcançaram as filhas de Jaime da Fonseca com assistência dos beneficiados da Igreja de S. Cristóvão, sobre a posse da água de Vila Pouca na levada da Quinta de Barcarena – 1533

[fl. 81]

28. Sentença de demarcação de uma sesmaria que está nos termos de Alcácer e Cabrela a requerimento dos herdeiros de Fernão Vaz – 1572

29. Vista da sentença de demarcação do casal de Almeara Grande que possuía Joana Rebelo viúva de João Rebelo, morador no Turcifal – 1545

30. Sentença e tombo dos limites de Setúbal, Palmela e Alcácer entre si, em que se acham vários aforamentos de terras feitos a diversas pessoas – 1597

MAÇO 22

PROCESSOS E SENTENÇAS

[fl. 82]

13. Sentença a favor do comendador de Lobão para restituir Manuel Dias uma tapado que possuía pertencente à dita comenda – 1578

[fl. 82v]

20. Sentença por que se julgou pertencer a D. Maria Geraldês o morgado que instituiu Lucas Giraldes, seu avô – 1596

23. Sentença que contra Cristóvão Salema alcançou Estácia da Fonseca por lhe pertencer um quinhão das casas à porta nova em Setúbal que ele possuía – 1540

[fl. 83]

24. Penhora feita a Pero Anes Monteiro por 11.656 que devia ao Concelho de Olivença – 1530

29. Sentença a favor do Comendador de Lobão para entregar certa tapada pertencente à dita comenda – 1578

30. Autos da conta da capela que no Convento da Senhora da Trindade de Lisboa instituíram João Salema e D. Isabel de Almeida, sua mulher, cujos testamentos aqui estão copiados. A qual possuía e administrava Fernando Xavier de Miranda Henriques – 1761

[fl. 83v]

MAÇO 23

PROCESSOS E SENTENÇAS

1. Autos Da conta da capela que no Convento de S. Francisco da cidade instituiu D. Francisca de Paiva, mulher de André Salema, cujo testamento aqui está copiado; e a principal hipoteca desta capela é um juro no Paço da Madeira no qual se fez sequestro – 1578

3. Sentença por que se mandou entregar a Brites Henriques casada com Gonçalo Gonçalves o dinheiro que na Casa da Índia existia pertencente a seus irmão falecidos, Gonçalo Henriques e Henrique Henriques – 1540

[fl. 84]

7. Sentença por que se julgou pertencerem a D. Isabel de Caminha, viúva de Duarte de Azevedo, contra Rui Dias de Azevedo, duas moradas de casas na rua Nova em Lisboa prazo de livre nomeação – 1539

8. Sentença a favor do Comendador do Lobão contra Domingos Francisco e Francisco Vaz sobre certa tapada pertencente à dita Comenda – 1578

[fl. 84v]

16. Sentença que Fernão Cabral alcançou contra Antão Martins por não satisfazer as condições do aforamento de uma horta junto à sua Quinta de Chelas de que o dito Cabral era senhor – 1562

[fl. 85]

24. Penhora que pelo Juízo dos Contos se fez em Estremoz a Bento Mendes e descrição de seus bens – 1548

26. Carta de inquirição a requerimento de D. Joana Rebela sobre a posse que tinha no Casal do Fernandinho, termo de Torres Vedras, contra Álvaro Anes – 1545

[fl. 85v]

MAÇO 24

PROCESSOS E SENTENÇAS

1. Sentença que contra a Fazenda Real alcançou D. Antónia Luísa de Bourbon e seu filho, Pedro Mascarenhas, sobre o morgado chamado das Almargeas que nas Alcáçovas instituiu António de Miranda de Azevedo em 1550. Cujo testamento aqui está copiado – 1653

[fl. 86]

5. Sentença a favor de Isabel Serrão viúva de Brás Salema contra António Álvares e outros que roteavam certos matos em Fernandinho termo de Torres Vedras em prejuízo da posse que ela tinha nos ditos matos – 1581

8. Sentença que Simão de Miranda Henriques alcançou contra Diogo Aires que em uma causa de força obtivera da Relação sentença contra aquele sobre a posse das Marinhas da Gâmbia e suas pertenças em Setúbal, mandando-se restituir ao dito Simão de Miranda a posse de que o réu pretendia ter sido esbulhado, ficando a este o direito salvo para requerer por outra via seu direito – 1572

[fl. 87]

19. Sentença a favor de D. Joana Rebela viúva do Desembargador João Rebelo contra Álvaro Anes, que lhe usurpara um juncal entre o Casal de Almeara que ela possuía e outro casal do réu e se mandou que corresse a água pela antiga riquezaira – 1534

21. Sentença por que Simão de Miranda Henriques deu por suspeito João Mousinho, almoxarife em Alcácer – 1598

23. Certidão da sentença que a requerimento dos moradores de Setúbal para que se conservem os limites da dita vila e a de Palmela, e que se não façam posturas contrárias à dita conservação – 1598

[fl. 88]

33. Embargos com que Diogo de Ribadesir se opunha à data de sesmaria em Cabeça de Cerva e Mongordo limite de Setúbal, que Simão de Miranda pretendia – 1572

34. Sentença por que João Peres foi absoluto das perdas que o Padre Pedro Afonso lhe pedia feitas no mato do Casal do Zambugeiro termo de Mafra – 1578

37. Oposição que os lavradores do Gradil termo de Cabrela fizeram para que se não dessem sesmarias nos rossios das aldeias limite do dito lugar – 1455

[fl. 88v]

MAÇO 25

RECIBOS E QUITAÇÕES

[fl. 89v]

13. Os testamenteiros de Gonçalo Gonçalves pagaram a Fernando Gonçalves 20 que este lhe devia – 1542

21. Quitação e conta do testamento de D. Maria Henriques, tomada a seu marido e testamenteiro Simão de Miranda Henriques – 1595

[fl. 90]

24. Quitação do testamento de Isabel Serrão, a favor de seus testamenteiros João Salema e Ana Botelho, seus filhos – 1597

25. Quitação do testamento de D. Maria Henriques a favor de seu testamenteiro Simão de Miranda, seu marido – 1726

26. Quitação do testamento de Joana Rebelo a favor de sua filha Isabel Serrão – 1572

27. Quitação de uma letra que Pedro de Almeida e Fernão Cabral pagaram a Diogo Castanho – 1581

[fl. 91]

MAÇO 26

RECIBOS E QUITAÇÕES

[fl. 92v]

33. André de Almeida pagou os $\frac{3}{4}$ da renda do hábito – 1561

34. Cosme Rodrigues pagou os $\frac{3}{4}$ da renda do hábito – 1554

35. Quitação do tempo que Gonçalo Mendes foi tesoureiro da Redenção dos Cativos – 1560

40. Quitação e conta da capela instituída por João Salema em S. Francisco, na qual estão copiados testamentos e outros documentos

[fl. 93]

MAÇO 27

RECIBOS E QUITAÇÕES

9. Cosme Rodrigues como testamenteiro de Fernão Gonçalves pagou a Francisco Fernandes 15 – 1542

[fl.93v]

10. D. Maria Rebela pagou a sua criada Maria Jorge o que lhe devia – 1593

11. Fernão Gonçalves deu quitação a Cosme Rodrigues seu cunhados dos bens que poderiam pertencer-lhe – 1523

[fl. 94]

30. Joana Rebela pagou 50 ao Desembargador António Carreiro pela herança que pertencia a Luísa Rebela, sua mulher – 1547

[fl. 94v]

37. Quitação dada a Isabel Serrão viúva de Brás Salema das legítimas que por morte de João Rebelo e sua mulher Joana Rebela pertenciam a D. Antónia Pereira e António Teixeira – 1583

[fl. 95]

46. Isabel Serrão pagou às Freiras de Santa Clara de Lisboa o dote de sua filha Joana freira no dito Convento – 1575

[fl. 96]

60. Francisco Sá de Meneses pagou à Abadessa de Odivelas 6 do foro de uma quinta em Alenquer – 1598

[fl. 97]

85. Frei João Mousinho deu quitação a seu tio Jorge de Cabedo do tempo em que foi seu tutor – 1535

86. Quitação do testamento de Gil Gonçalves e de Margarida Fernandes, moradores em Setúbal – 1534

[fl. 98]

105. Jorge de Cabedo de Vasconcelos pagou a seu irmão António de Cabedo 76 por conta de metade da quinta e marinha de Musgos em Setúbal, que lhe comprara – 1592

[fl. 98v]

112. Brites Salema freira de Santa Clara de Beja deu quitação das tornas que lhe pertenciam a seus irmãos Brás Salema, António Salema e Gonçalo Salema moradores em Alcácer – 1503

113. Gonçalo Gomes Nabo recebeu de João Afonso 8 por que lhe vendera certas fazendas no Gradil termo de Cabrela que depois foram reivindicadas e por consequência a venda nula – 1542

[fl. 99]

MAÇO 29

MEMÓRIAS E ÁRVORES GENEALÓGICAS

1. Mirandas
2. Idem
3. Salemas; Almeidas; Barros
4. Mirandas
5. Queimados
6. Gagos; Botelhos
7. Vaz de Sequeira
8. Salemas; Mirandas
9. Noronhas
10. Escolar; Queimados

11. Salema; Botelho; Figueira

[fl. 99v]

12. Mascarenhas

13. Mirandas

14. Cunhas

15. Salemas

16. Silva Meneses

17. Saldanhas

18. Queimados

19. Idem

20. Mirandas

21. Horta; Garcês

22. Silva; Corte Real

23. Corte Real

24. Idem

25. Idem

26. Miranda Henriques

27. Mascarenhas

28. Salemas

29. Barros

30. Salemas

31. Queimados

32. Idem

33. Sequeira; Meneses

34. Rebelos

35. Salemas; Mirandas

36. Figueiras; Gramachos

37. Miranda Henriques

[fl. 100]

MAÇO 30

MEMÓRIAS QUE SERVEM DE SUPLEMENTO AOS OUTROS MAÇOS

[fl. 100v]

17. Cópia de um libelo de reivindicação de vínculo instituído por Diogo Salema e sua mulher, em que era Autor André Salema contra António Lopes Salema – 1586

18. Embargos feitos por Simão de Miranda para se não darem sesmarias nas terras da coutada da Enfermaria do Pinheiro, porque eram suas – 1570

[fl. 101]

19. Carta citatória a requerimento de Catarina Botelho contra André Pires para lhe pagar as rendas e pitaças que lhe devia das herdades do Gradil e Relva de Matos – 1597

[fl. 101v]

26. Requerimento de um digo que fez Simão de Miranda Henriques contra Diogo de Noronha sobre arrendamento de marinhas

27. Partilhas por escritura que por morte de Gonçalo Miranda fizeram Fernão de Miranda e Fernão Nunes Barreto

28. Isabel Triga viúva de António Vaz Castelo de Setúbal anulou por este instrumento o testamento que havia feito – 1515

29. Tombo das capelas em que se acha o testamento de Urraca Giães que obrigou o casal de Almeara Grande a certas pensões na Igreja de Santa Maria Madalena do Turcifal – 1495

32. Instituição do morgado que fez Diogo Salema

34. Confirmação da mercê feita por El Rei a Vasco Anes Corte Real de uma horta em Tavira – 1475

37. João Salema deu de arrendamento a Amado Pires uma casa e serra do Fernandinho

38. Fernão Cabral tomou posse judicial de umas casas e pomar em Chelas por dívida que lhe devia António Álvares

[fl. 102]

44. Requerimento que Diogo Gonçalves Salema fez à Ordem de Santiago sobre uma vinha foreira à mesma Ordem que comprou a Alda Loureira em Alcácer – 1480

MAÇO 31

MEMÓRIAS QUE SERVEM DE SUPLEMENTO AOS OUTROS MAÇOS

1. Inquirição a favor de Diogo Rebelo sobre seus serviços feitos nos Estados da Índia – 1539

[fl. 102v]

2. Apontamentos dos livros da Torre do Tombo em que se acham mercês feitas a Mirandas

7. Licença para se fazer inovação de um prazo foreiro ao morgado os Mirandas a favor de D. Lourença Salema, o qual consta de uma vinha na Filiteira que João Salema comprara a Paulo da Serra

[fl. 103]

13. Requerimento de João Salema sobre serviços e certidão de mercês – negativa – 1592

19. Sobre o padroado do Convento de S. Francisco de Setúbal, deduzido de Vasco Queimado Vilalobos

20. Sobre o morgado que instituiu em Setúbal Maria Figueira, mãe de D. Isabel Queimado Vilalobos

[fl. 103v]

28. Sobre o morgado que instituiu Maria Figueira de Gouveia, mãe de D. Isabel Queimado Vilalobos de Setúbal

30. Sobre o morgado instituído por Martim Vaz Mascarenhas e sua mulher Isabel Correia – 1471

[fl. 104]

37. Requerimento que Cristóvão Salema fez à Câmara de Palmela sobre a sesmaria do Farilhão

41. Capítulos da instituição do morgado que Jorge de Barros fez e sua mulher D. Filipa de Melo, sobre a sucessão – 1586

42. Libelo que João Salema como administrador de seu filho Brás Salema fez contra D. Maria de Almeida, viúva de Desidério de Almeida, que não quis aceitar a administração do vínculo que seu marido fez e lhe deixou com obrigação de não casar, aliás, passasse para o dito Brás Salema

[fl. 104v]

43. Sobre a fundação e padroado do convento de S. Francisco de Setúbal

47. Sobre a capela instituída em Santa Maria da Graça de Setúbal

48. Diligência e inquirição sobre certas terras em Setúbal que pedia Simão de Miranda Henriques – 1572

[fl. 105]

58. Sobre a Família de Figueiras e Queimados

62. Resumo do vínculo que instituiu D. Maria Rebela mulher de Fernão Cabral – 1596

64. Livro que contém empraçamentos feitos a vários em Setúbal pela Ordem de Santiago

[fl. 105v]

MAÇO 32

MEMÓRIAS QUE SERVEM DE SUPLEMENTO AOS OUTROS MAÇOS

2. Requerimentos e outros papéis de Inês de Paiva e seus filhos sobre certa dívida que pretendiam se pagasse com o dinheiro do contrato da Casa da Índia – 1540

[fl. 106]

12. Relação das fazendas que ficaram a Paulo de Barros e seus irmãos por morte de seu pai – 1544

19. Auto que a Câmara de Setúbal mandou fazer sobre os valados da Quinta de Fernão de Miranda Henriques – 1540

20. Protesto que fez Miguel de Cabedo sobre a demarcação feita entre as Quintas de Musgos e da Gâmbia em Setúbal

21. Teresa Pinheira e Manuel de Cabedo opuseram-se a que Fernão de Miranda valasse a terra de Musgos em Setúbal – 1554

[fl. 106v]

22. Embargos de Miguel Martins de Deus à reivindicação que fazia Fernão de Miranda Henriques de certas terras em Musgos

23. Artigos de Fernando Xavier de Miranda sobre a reivindicação do N° 22

30. Verbas do testamento de Tomé Salema

33. Cópia da sentença que contra António Salema alcançou outro António Salema sobre o lugar que em Coimbra lhe pertencia como sobrinha de Tomé Salema, conforme seu testamento – 1565

[fl. 107]

36. Artigos com que o Excelentíssimo Principal Miranda queria provar que a Horta chamada d'el Rei em Tavira é da Coroa e fora dada por D. Afonso V a Vasco Anes Corte Real em 1475

38. Cópia do emprazamento do moinho chamado de Pero Gaita, feito a Tomé Salema

39. Instrumento por que consta que Francisco Mendes e outros se obrigaram a pagar cinco moios de pão e certas pitaças a Brás Salema pelas herdades e casal que este possuía no Gradil, termo de Cabrela – 1499

40. Arrematação que Catarina de Valadares Soutomaior fez de umas casas em Setúbal que eram de Violante Cordovil – 1587 ”.

Anexo 7

Reconstituição de parte da reorganização da documentação proveniente do cartório de António Xavier de Miranda Henriques depois de ser incorporado no cartório de António José Salema

Caixa	Morgadio	Maço	Nº documentos	Localização / Propriedade	
Caixa 1	Morgadio Diogo Salema	Maço 1	35	Alcácer do Sal	
		a) Minuta completa do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273). b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273) No fim escreve-se “NB Há uma memória antiga de verbas de testamentos de Salemas e esta vai junta ao de Tomé Salema neste Maço 1 Nº 26. Fiz esta nota por me parecer justa pelo que em si contém”.			
		Maço 2	16	Cabrela e Gradil	
		a) Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273) No fim escreve-se “NB O segundo maço que se compõe de 16 documentos como atrás fica dito: é igualmente anterior à formação do Morgado de Diogo Salema: o que se mostra pela dedução cronológica dos mesmos documentos: que depois vieram incorporar-se no Morgado Principal do dito Diogo Salema como outros muitos bens que ao diante irão descritos: por ser esta a linha recta dos Salemas de Alcácer”. b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).			
		Maço 3	3	Alcácer e Quinta do Bom Reparo	
a) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273)					

		<p>No fim escreve-se “NB Estes documentos também são anteriores ao Morgado de Diogo Salema de 9 de Fevereiro de 1586”.</p> <p>b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i>, cx. 59, pt. 273).</p>		
		Maço 4	27	Quinta da Gâmbia
		<p>a) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i>, cx. 59, pt. 273)</p> <p>No fim escreve-se “NB Os bens que se compõem e constam dos documentos deste maço, a razão é a mesma dada nos maços antecedentes por serem anteriores à formação do vínculo de Diogo Salema como atrás fica dito”.</p> <p>b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i>, cx. 59, pt. 273).</p>		
Caixa 2	Morgadio Diogo Salema	Maço 5	8 maços; mais de 13 docs.	<p>Setúbal:</p> <p>Maço 1 – Casas Sapal</p> <p>Maço 2 – Casas Porta Nova</p> <p>Maço 3 – Casas</p> <p>Maço 4 – Casas Logo da Tercena</p> <p>Maço 5 – Casas na Rua da Moraria junto com o poço do concelho</p>
		<p>a) Minuta incompleta do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i>, cx. 59, pt. 273).</p> <p>b) Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i>, cx. 59, pt. 273)</p> <p>No fim escreve-se “NB Os bens que se compõem e constam dos documentos deste maço, a razão é a mesma dada nos maços antecedentes por serem anteriores à formação do vínculo de Diogo Salema como atrás fica dito”.</p>		
		Maço 6	6	<p>Diferentes prédios:</p> <p>Sesmaria do Farilhão</p> <p>Sesmaria da Quinta do Canas</p>
		Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		

		Maço 7	1ª parte 6 docs. 2º parte 9 docs.	1º parte sobre Aljaruz e Mojodouro 2º parte sobre Horta Nogueira
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273) No fim escreve-se “NB Os bens que se compõem e constam dos documentos deste maço, a razão é a mesma dada nos maços antecedentes por serem anteriores à formação do vínculo de Diogo Salema como atrás fica dito”.		
		Maço 8	16	Casas e marinhas no sítio de Espim
		Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 9	25	Palmela
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
Caixa 3	Morgadio Diogo Salema	Maço 10	37	Instituição do morgadio
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
		Maço 11	19	Casal de Almeara Grande
		Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 12	9	Casal de Almeara Pequeno
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 13	17	Casal de Fernandinho
		Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
Caixa 4	Morgadio Diogo Salema	Maço 14	11.	Tomé Roxo e Turcifal
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 15	6	Casal de Marzagão
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 16	7	Casal do Tusso

		a) Minuta incompleta do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 17	164	Filiteira
		a) Catálogo incompleto (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 17 nº 2	15	Carvalhos
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273)		
		No fim escreve-se “NB Os nºs 7, 8 e 9 deste maço; os seus respectivos títulos estão no apenso 4º dos autos do Conde de S. Domil a fl. 1, fl. 11, fl. 66, os quais autos estão no cartório de Machado”.		
		Maço 17 nº 3	31	Sobral de Monte Agraço
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
Maço 18	3 livros; 61 docs.	Processo de Palmela, Setúbal e Alcácer		
a) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).				
b) Cópia completa (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).				
Caixa 5	Vínculo de D. Mariana de Almeida	Maço 1	7	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 2	21	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 3	3	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 4	3	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		

		Maço 5	3	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 6	1	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 7	27	
		Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
Caixa 6	Morgadio Diogo Salema	Maço 1	11	Palácio de S. Pedro de Alcântara
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
		Maço 2	8	Foros da Rua dos Mouros
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
		Maço 3	4	Foros da Rua do Teixeira
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
		Maço 4	1	Casas da Rua da Atalaia
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
		Maço 5	2	Casas
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
		Maço 6	1	Casas do Ludovice
		Não existe catálogo. Maço mencionado na minuta da “Relação dos papéis inventariados...” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 272).		
Caixa 7	[não existe informação]			

Caixa 8	Morgadio Maria Rebela	Maço 1	58	Chelas
		a) Duas minutas do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273); b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 2	3	Casas na Rua dos Escudeiros
		a) Minuta do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273); b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 3	1	Quinta da Panasqueira
		a) Minuta do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273); b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 4	1	Sevilha
		a) Minuta do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273); b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
		Maço 5	21	Processo Chelas
		a) Minuta do catálogo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273); b) Catálogo completo (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		
Caixa 9	[o mesmo que a caixa 8]			
Caixas 10-15	[não existe informação]			
Caixa 16	“documentos que se devem bem examinar”		48	
		a) Minuta do “Catálogo constante dos documentos que se devem bem examinar existentes nesta caixa” (ANTT, <i>AGLS</i> , cx. 59, pt. 273).		

Anexo 8

Descrições (proveniência / tema, datas extremas e número de documentos)
dactilografadas nas capilhas das pastas do AGLS por Nuno Daupias d'Alcochete e
Manuel Mamede Pereira

Secção I – Documentos de Família

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
1/1	Gama Lobo	[Árvores de costado, genealogias, apontamentos, resenhas e memórias genealógicas] (sécs. XVIII-XX).	25
1/2	Salema	[Carta de armas, genealogias, árvores de costado, apontamentos, notas] (1558-séc. XX).	28
Total docs.			53

Secção II – Documentos Pessoais Gama Lobo

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
2/3	Gama Lobo	Fernão (I) Gomes da Gama (1567-1590).	2
2/4	Gama Lobo	D. Maria de Almada (1598).	2
2/5	Gama Lobo	Sebastião Perestrelo (1634).	1
2/6	Gama Lobo	Fernão (II) Gomes da Gama (1613-1711).	7
2/7	Gama Lobo	D. Clara de Brito (1658).	1
2/8	Gama Lobo	Manuel da Gama Lobo (1641-1645).	19
2/9	Gama Lobo	Sebastião da Gama Lobo (1712-1722).	5
2/10	Gama Lobo	Fernando José da Gama Lobo (1698-1754).	18
2/11	Gama Lobo	D. Antónia Maria de Sousa Mexia (1725-1726).	1
3/12	Gama Lobo	Sebastião Xavier da Gama Lobo (1729-1822).	16
3/13	Gama Lobo	D. Ana Leonor Salema de Sousa (1791).	2
3/14	Gama Lobo	António Xavier da Gama Lobo Salema (1787-1830).	16
3/15	Gama Lobo	D. Ana Rita Xavier (1799).	1
3/16	Gama Lobo	Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa (1832-1868).	9
4/17	Gama Lobo	António da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa (1875-1893).	3
4/18	Gama Lobo	D. Luísa Emília Pinto Barreiros (1914-1931).	26
4/19	Gama Lobo	Fernando da Gama Lobo Salema (1888-1937).	2
4/20	Gama Lobo	Rui da Gama Lobo Salema (1883-1940).	17
4/21	Gama Lobo	D. Margarida da Gama Lobo Salema (1946).	4
5/22	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Maria de Almada (1584-1678).	4
5/23	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Francisco Coelho da Costa (1601).	1
5/24	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito (1512-1625).	7
5/25	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Afonso Lopes de Bulhão (1475).	1

5/26	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Gabriel Lopes de Bulhão (1564-1566).	5
5/27	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Leonor Bulhoa (1542).	1
5/28	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Cristóvão Lopes de Bulhão. Capela de Violante Nunes (1476-1575).	8
5/29	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Gaspar Vana de Bulhão (1573-1606).	3
5/30	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. D. Filipa de Claramonte (1625).	1
5/31	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Cristóvão de Bulhão (1641).	1
5/32	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Dr. Henrique da Silva (1610-1611).	2
5/33	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. António da Silva de Bulhão (séc. XVII).	1
5/34	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Clara de Brito. Ascendentes e Colaterais de Justa Vana, mulher de Cristóvão Lopes de Bulhão (1453-séc. XVIII).	8
6/35	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. Francisca Teresa da Gaia. Luís Pinto de Matos (1783).	2
6/36	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. Francisca Teresa da Gaia. D. Maria de Andrade (1723).	2
6/37	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. Francisca Teresa da Gaia. Matias Pinto da Gaia (1695-1710).	13
6/38	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. Francisca Teresa da Gaia. Ascendentes maternos de António Pinto da Gaia (1821-1822).	4
6/39	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. Francisca Teresa da Gaia. Família materna (1688).	1
6/40	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. Francisco Ferreira Baião (1677).	1
6/41	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. António Ferreira Baião (1692).	1
6/42	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. D. Catarina Teresa de Sousa Mexia (1709-1757).	3
6/43	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. D. Catarina Teresa de Sousa Mexia (1757-1759).	16
7/44	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. Francisco Nunes Cardeal (1699-1750).	3
7/45	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. Francisco Nunes Cardeal (1709-1722).	5
7/46	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. Francisco Nunes Cardeal (1690-1741).	26
7/47	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. Bartolomeu de Sousa Mexia (1710).	1
7/48	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. João de Sousa Mexia (1734-1744).	6
7/49	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de D. António Maria de Sousa Mexia. Manuel Joaquim de Brito Mexia (1759).	1
8/50	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. D. Mariana Inácia da Piedade e Oliveira (1830).	1

8/51	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. Cristóvão Pinto Barreiros (1824-1860).	5
8/52	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. Maria de Jesus Pinto Barreiros (1862).	1
8/53	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. Cristóvão Pinto Barreiros e Maria de Jesus Pinto Barreiros (1864).	1
8/54	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. Domingos Abílio Pinto Barreiros (1865).	4
8/55	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. D. Luísa da Assunção Pinto Barreiros (1882-1864).	2
8/56	Gama Lobo	Ascendentes e colaterais de Luís Emília Pinto Barreiros. D. Margarida Augusta Pinto Barreiros (1868).	1
Total docs.			295

Secção III – Documentos Pessoais Salema

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
9/57	Salemas de Alcácer do Sal	Leonor Gil (1503-1726).	3
9/58	Salemas de Alcácer do Sal	João Afonso Camareiro e Violante Gil (1491-1832).	3
9/59	Salemas de Alcácer do Sal	António Salema (1522).	1
9/60	Salemas de Alcácer do Sal	Tomé Salema (1552-1796).	3
9/61	Salemas de Alcácer do Sal	Rui Salema (1537-1832).	2
9/62	Salemas de Alcácer do Sal	António Salema Lobo (1629- séc. XVIII).	4
9/63	Salemas de Alcácer do Sal	Diogo Salema (1583).	4
9/64	Salemas de Alcácer do Sal	Catarina Salema (1549).	1
9/65	Salemas de Alcácer do Sal	Isabel Salema Soares (1637).	1

9/66	Linha de André Salema	Pero de Paiva (1592).	2
9/67	Linha de André Salema	D. Isabel de Brito Mascarenhas (1648- séc. XVIII).	2
9/68	Linha de André Salema	Francisco do Faro (1718).	1
10/69	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Brás (II) Salema (1547-1563).	3
10/70	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Isabel Serrão (1564).	1
10/71	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	João Salema (1584-1646).	8
10/72	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	D. Mariana de Almeida (1676).	1
10/73	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	D. Lourença Salema (1639- séc. XIX).	8
10/74	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Fernando de Miranda Henriques (1697-1828).	3
10/75	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Luís de Miranda Henriques (1715-1716).	2
10/76	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	D. Madalena Luísa de Bourbon (1799).	1

10/77	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Fernando Xavier de Miranda Henriques (1721-1816).	7
10/78	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	D. Violante Maria Josefa de Melo (1772).	1
10/79	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Luís de Miranda Henriques (1790-1792).	2
10/80	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	António Xavier de Miranda Henriques (1827).	1
10/81	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	António José de Miranda (1774).	1
11/82	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Isabel Serrão. João Rebelo e Joana Rebelo (1576-1583).	3
11/83	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Isabel Serrão. Cosme Rodrigues (1529-1547).	8
11/84	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Isabel Serrão. Isabel Dias da Câmara (1584).	1
11/85	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Isabel Serrão. Francisco de Almeida (1556-1619).	5
11/86	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Isabel Serrão. Antónia de Barros (1586-1592).	2

12/87	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. Aires de Miranda (1484).	1
12/88	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. Simão de Miranda Henriques (1478-1825).	4
12/89	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. Simão de Miranda Henriques. (1601-1816).	6
12/90	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. Fernão de Miranda Henriques (1606-1611).	2
12/91	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. Aires de Miranda Henriques (1603-1796).	2
12/92	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. Gonçalo de Miranda Henriques (1669).	1
12/93	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. D. Catariana de Sotomayor (1647-1670).	5
12/94	Salema, Miranda Henriques e Condes de Sandomil	Ascendentes e colaterais de Simão de Miranda Henriques. D. Inês Valadares de Sotomayor (1644-1647).	3
13/95	Salemas de Alverca	D. Maria Botelha (1590).	1
13/96	Salemas de Alverca	Diogo Fernandes Salema, o Velho (1591-1594).	3
13/97	Salemas de Alverca	D. Maria Salema (1598-1605).	2
13/98	Salemas de Alverca	Diogo Fernandes Salema, o Novo (1620-1660).	11
13/99	Salemas de Alverca	D. Luísa Cabral (1619).	2

13/100	Salemas de Alverca	D. Josefa Leocádia Coutinho (1756-1767).	3
13/101	Salemas de Alverca	José Salema Cabral e Paiva (1713-1761).	12
13/102	Salemas de Alverca	D. Isabel Inês de Saldanha e Noronha (1737-1738).	2
13/103	Salemas de Alverca	D. Madalena Francisca Xavier de Ataíde (1718-1739).	3
13/104	Salemas de Alverca	Francisco Salema Lobo de Saldanha (1748-1783).	4
13/105	Salemas de Alverca	D. Maria Rita Leonarda de Saldanha (1730).	1
13/106	Salemas de Alverca	Luís Casimiro Salema Lobo de Saldanha e Sousa (1757).	1
13/107	Salemas de Alverca	Diogo Fernandes Salema Lobo de Saldanha (1758-1770).	8
13/108	Salemas de Alverca	Fr. José de Saldanha (1763).	1
13/109	Salemas de Alverca	D. Inês Catarina de Saldanha e Noronha (1752-1753).	2
13/110	Salemas de Alverca	Miguel José Salema Lobo de Saldanha e Paiva (1737-1794).	5
13/111	Salemas de Alverca	D. Joaquina Josefa de Sousa Tavares e Castro (1755-1806).	2
13/112	Salemas de Alverca	António Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (1819-1822).	3
13/113	Salemas de Alverca	José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa (1784-1833).	7
14/114	Salemas de Alverca	Ascendentes e colaterais de D. Susana de Lemos. (1572-1803).	4
14/115	Salemas de Alverca	Ascendentes e colaterais de Luísa Godinho Cabral (1615).	1
14/116	Salemas de Alverca	Ascendentes e colaterais de D. Maria Coutinho (1616-1633)	5
14/117	Salemas de Alverca	Ascendentes e colaterais de D. Isabel Inês de Saldanha e Noronha (1718-1724).	3
14/118	Salemas de Alverca	Ascendentes e colaterais de D. Joaquina Josefa de Sousa Freire (1703-1814).	24
Total docs.			219

Secção IV – Títulos de instituições vinculares

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
15/119	Gama Lobo	Morgado do Espadeiro (1668-1786).	16
15/120	Gama Lobo	Capelas de D. Maria de Almada e D. Catarina da Mota ou Capela da Porta Nova (1723).	4

15/121	Gama Lobo	Capelas da Vila da Castanheira (1721).	5
15/122	Gama Lobo	Capelas do Bacharel João Gil, de Maria Anes e de Maria Vicente (1540-1750).	6
15/123	Gama Lobo	Capela de Baltazar da Gaia Artur (1826).	1
15/124	Gama Lobo	Capelas dos Zagalos (1820-1824).	4
15/125	Gama Lobo	Capelas dos Sousa Mexia (1720).	2
16/126	Salema / Miranda Henriques	Informações várias acerca dos vínculos de morgado ou de capela que foram dos Salemas e dos Miranda Henriques (sécs. XVIII-XIX).	28
16/127	Salema	Morgado de Tomé Salema (1565-séc. XIX).	5
16/128	Salema	Capela de João Salema (s/d).	1
16/129	Salema	Capela de Isidro de Almeida (1576-1640).	10
16/130	Salema	Morgado de Simão de Miranda Henriques e de D. Lourença Salema (1671- séc. XVIII).	2
16/131	Salema	Vínculo de D. António da Silva e de D. Maria Figueira de Gouveia (1620-1760).	6
16/132	Salema	Capela de Fernão Cabral (1558).	1
16/133	Salema	Capela de D. Maria Rebela (1596-1828).	3
16/134	Salema	Capela de Maria Velez (1721-1735).	2
17/135	Salema	Morgado de Diogo Salema 1586-1833).	14
17/136	Salema	Morgado de Diogo Salema. Padroado do Mosteiro de S. Francisco de Setúbal (1473).	1
17/137	Salema	Morgado de Diogo Salema. Padroado do Convento de N. N. de Ara Coeli (1568-1859).	5
17/138	Salema	Morgado de Diogo Salema. Reivindicação de bens deslocados (séc. XVIII).	19
18/139	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (1795).	1
18/140	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (1799).	1
19/141	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (1645-1712).	1
20/142	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (s/d).	1
21/143	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (s/d).	1
21/144	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (s/d).	1
22/145	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sucessão do Conde de Sandomil (1799).	1
23/146	Salema	Vínculo de André Bogalho Sobrinho e de sua mulher Damiana Pereira (1645-1824).	7
23/147	Salema	Capela de D. Francisca de Paiva (1741).	1
23/148	Salema	Capela de D. Mariana de Paiva (1634).	7
23/149	Salema	Morgado de Pero de Paiva (1805-1832).	7
23/150	Salema	Capela de D. Maria Botelha (1579-1828).	3
23/151	Salema	Morgado de D. Mariana Antónia Salema e de Sancho Dias de Saldanha (1675-1678).	3
24/152	Salema	Vínculos que vieram aos Salemas de Alverca por via de D. Luísa Godinho Cabral, mulher de Diogo Fernandes Salema, o Novo (1685).	3
24/153	Salema	Morgado de D. Ana Luísa Coutinho de Almeida (1805).	1
24/154	Salema	Vínculos dos Ferreiras de Carvalho, Alcaldes-mores de Arraiolos, que entraram nos Salemas de Alverca com D. Maria Coutinho, mulher de Miguel Salema Cabral e Paiva (1823).	5
24/155	Salema	Morgado de Constança Anes Palhavã (1438-1750).	15

24/156	Salema	Capela de João Álvaro de Carvalho e Albuquerque, do Gradil (1721-1785).	3
25/157	Salema	Livro mestre do cartório de António Salema Lobo de Saldanha e Sousa (s/d).	1
Total docs.			198

Secção V – Juízo das Capelas

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
26/158	Gama Lobo	Livro de registo de Fernão (II) Gomes da Gama das obrigações de missas de várias capelas (1651-1673).	1
26/159	Gama Lobo/ Salema	Recibos de encargos de missas cumpridas (1632-1835).	122
26/160	Gama Lobo/ Salema	Quitações dos Provedores das Capelas do cumprimento das obrigações e encargos pios de várias capelas (1738-1856).	43
26/161	Gama Lobo/ Salema	Sentenças do Juízo da Provedoria das Capelas por encargos não cumpridos, embargos, etc (1750-1856).	11
27 28 29/162	Salema	Autos da capela de D. Ana Luísa Coutinho de Almeida (s/d).	1
Total docs.			178

Secção VI – Títulos de Bens de Vínculo

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
30/163	Gama Lobo	Vínculo de Fernão (II) Gomes da Gama. Seixal (1631-1840).	20
30/164	Gama Lobo	Vínculo de Fernão (II) Gomes da Gama. Seixal II (1646-1850).	15
30/165	Gama Lobo	Vínculo de Fernão (II) Gomes da Gama. Casal do Sepo. Campo da Valada. Santarém (1711-1861).	11
31/166	Gama Lobo	Capelas de D. Maria de Almada e de D. Catarina da Mota, sua irmã. Convento de S. Domingos de Lisboa (1433-1868).	15
31/167	Gama Lobo	Capelas da Castanheira (1566-1852).	9
31/168	Gama Lobo	Vínculos que vieram à Casa por via de D. Francisca Teresa da Gaia (1511-1646).	8
31/169	Gama Lobo	Livro de inventário de todos os bens de morgado, capelas e bens livres que há na Casa de Sebastião Xavier da Gama Lobo (1774).	1
32/170	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Lisboa (1451-1608).	16
33/171	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Algés (1649).	2
33/172	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Caselas e Algés (1424-1726).	28

33/173	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Oeiras (1561).	1
33/174	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Rebelva – Cascais (1521-1549).	2
34/175	Gama Lobo	Capelas do Bacharel João Gil e de Maria Anes, sua mulher (1557-1559).	5
34/176	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Carnide (1440-1606).	5
34/177	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Cruz de Pedra (1563).	1
34/178	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Vale de Tareja. Benfca (1431-1606).	4
34/179	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Montecoche. Chelas (1497-1645).	3
34/180	Gama Lobo	Capela do Bacharel João Gil. Bens vários (1489-1605).	4
34/181	Gama Lobo	Capela de Maria Vicente. Oeiras (1716-1899).	6
35/182	Salema	Morgado velho (?). Alcácer do Sal (1440-1728).	17
35/183	Salema	Morgado de Tomé Salema (1547-1809).	6
35/184	Salema	Vínculo de Brás Salema. Herdade do Gradil, termo de Cabrela (1433-1485).	10
36/185	Salema	Vínculo de João Salema (1464-1825).	9
36/186	Salema	Capela de Isabel Serrão e de Catarina Botelho, sua irmã (1481-1849).	16
36/187	Salema	Capela de D. Maria de Almeida e de D. Lourença Salema, sua irmã (1522-1823).	17
37/188	Salema	Morgado de Diogo Salema e de D. Maria Salema, sua mulher e prima (s/d).	28
37/189	Salema	Morgado de Diogo Salema. Alcácer do Sal (1491-1882).	8
37/190	Salema	Morgado de Diogo Salema. Alcácer do Sal (1744-1813).	2
37/191	Salema	Morgado de Diogo Salema. Setúbal (1504-1871).	14
38/192	Salema	Morgado de Diogo Salema. Bens incorporados no vínculo por via dos Miranda Henriques (1546-1871).	8
38/193	Salema	Morgado de Diogo Salema. Quinta da Gâmbia ou Vivaldo (1430-1875).	10
38/194	Salema	Morgado de Diogo Salema. Bens vários no termo da vila de Setúbal de origem incerta (1515-1884).	6
39/195	Salema	Morgado de D. António da Silva, o Velho, e de D. Maria Figueira de Gouveia. Setúbal e Palmela (1515-1816).	3
39/196	Salema	Morgado de D. António da Silva, o Velho, e de D. Maria Figueira de Gouveia. Casas do Sapal, em Setúbal (1428-1730).	8
39/197	Salema	Morgado de Diogo Salema. Casas da rua do Postigo da Alfândega ou da Misericórdia (1587-1669).	6
40/198	Salema	Morgado de Diogo Salema. Bens no termo de Palmela provavelmente incorporados neste morgado pelos Miranda Henriques (1497-1563).	14
41/199	Salema	Morgado de Diogo Salema. Bens em Lisboa provavelmente incorporados neste morgado pelos Miranda Henriques (1522-1886).	20
41/200	Salema	Vínculo de João Salema. Torres Vedras (1553-1832).	21
42/201	Salema	Vínculo de D. Maria Rebela. Juro do Almojarifado de Sevilha (1595-1789).	5
42/202	Salema	Vínculo de D. Maria Rebela. Chelas I (1520-1599).	16
42/203	Salema	Vínculo de D. Maria Rebela. Chelas II (1638-1695).	13
42/204	Salema	Vínculo de D. Maria Rebela. Chelas III (1701-1862).	13
42/205	Salema	Vínculo de D. Maria Rebela. Bens vários (1516-1587).	2
43/206	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Lisboa (1510-1582).	7
43/207	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Sintra (1667).	1
43/208	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Alverca (1541-1836).	10

43/209	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Incorporações de bens que fez Miguel Salema Cabral (1673).	1
43/210	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Torres Vedras (1550-1831).	6
43/211	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Quinta Grande no Barreiro (1795-1835).	2
44/212	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Bens de dote de D. Luísa Cabral, incorporados neste vínculo. Lisboa (1563-1827).	19
44/213	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Bens incorporados do vínculo do Desembargador Miguel Godinho Cabral. Dote de D. Luísa Cabral. Sintra (1493-1632).	8
44/214	Salema	Morgado do Dr. Diogo Fernandes Salema, o Velho. Bens incorporados do vínculo do Desembargador Miguel Godinho Cabral. Dote de D. Luísa Cabral. Torres Vedras (1561-1788).	7
45/215	Salemas de Alverca	Capela de D. Maria Botelha (1574-1776).	2
45/216	Salemas de Alverca	Morgado de Alfarrobeira dos Paivas (1505-1557).	2
45/217	Salemas de Alverca	Capela de D. Mariana de Paiva (1595-1741).	4
45/218	Salemas de Alverca	Capela de D. Ana Luísa Coutinho de Almeida (1524-1879).	40
45/219	Salemas de Alverca	Vínculo de D. Mariana Antónia Salema (1641-1677).	7
45/220	Salemas de Alverca	Vínculo dos Ferreira de Carvalho. Torres Vedras (1524-1687).	2
45/221	Salemas de Alverca	Vínculo dos Ferreira de Carvalho. Arraiolos (1769-1871).	3
45/222	Salemas de Alverca	Vínculo de Diogo Velho e sua mulher e de Vicente Carvalho (s/d).	1
45/223	Salemas de Alverca	Vínculo dos Pimenta de Avelar (1651).	1
Total docs.			551

Secção VII – Títulos de Bens Livres

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
46/224	Gama Lobo	Comenda de S. Pedro de Trancoso (1740-1796).	8
46/225	Gama Lobo	Casas em Lisboa (1501-1752).	7
46/226	Gama Lobo	Casas em Lisboa (1631-1747).	8
47/227	Gama Lobo	Propriedades em Lisboa e seu termo (1616-1824).	7
47/228	Gama Lobo	Bens em Colares, Torres Vedras e Tomar (1555-1788).	8
47/229	Salemas de Alverca	Bens na Charneca do Lumiar e Montemor-o-Velho (1613-1743).	2
47/230	?	Bens de posse indeterminada (1438-1823).	5

48/231	Pinto Barreiros	Oeiras (1801-1888).	13
48/232	Pinto Barreiros	Cascais (1841-1858).	2
49/233	Pinto Barreiros	Queluz de Baixo (1810-1869).	5
49/234	Pinto Barreiros	Belas (1854-1875).	12
49/235	Pinto Barreiros	Sintra (1777-1826).	8
49/236	Pinto Barreiros	Colares (1769-1850).	4
50/237	Pinto Barreiros	Casas em Lisboa (1802-1926).	5
50/238	Pinto Barreiros	Foros na Moita. Domínios directos (1883).	2
50/239	Pinto Barreiros	Quinta da Porcalhota ou Quinta do Bosque (1759-1856).	31
Total docs.			127

Secção VIII – Administração da Casa

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
51/240	?	Títulos de administração. Procurações (1720-1920).	9
51/241	Gama Lobo/ Salema	Relações das propriedades das Casas Gama Lobo e Salema (1673-1862).	9
51/242	Gama Lobo	Receita e despesa. Fragmentos de Livros de Contas (1771-1788).	3
51/243	Gama Lobo	Receita. Livros de registos de foreiros. Fragmentos (1774-1795).	3
51/244	Gama Lobo	Livro de receita e despesa da Casa de António Xavier da Gama Lobo (1801-1806).	1
51/245	Gama Lobo	Livro Primeiro de Receita da Casa de António Xavier da Gama Lobo (1801-1834).	1
52/246	Gama Lobo	Livro de registo dos rendimentos e dos foros da Casa. Receita (1801-1831).	1
52/247	Gama Lobo	Receita. Documentos vários (1717-1834).	11
52/248	Gama Lobo Salema	Documentos de receita (1878-1925).	3
52/249	Gama Lobo	Despesa. Títulos de dívidas da Casa e seu distrate (1627-1839).	7
52/250		Despesa. Foros pagos pela Casa (1637-1792).	33
52/251		Doc. de despesa. Documentos vários (1724-1885).	10
53/252	Salema / Miranda Henriques	Doc. de despesa. Foros pagos pela Casa (1612-1809).	9
53/253	Salema	Despesas. Obras efectuadas em diferentes propriedades urbanas e rústicas (1724-1859).	59

53/254	Salema	Despesas várias (1791-1833).	5
53/255	Salema	Livro de contas dos criados de António Salema Lobo de Saldanha Cabral e Paiva (1821-1827).	1
53/256	Salema	Receita e despesa. Casa de António Salema Lobo de Saldanha (1772-1773).	1
53/257	Salema	Rendimento da Casa. Livro de Registo de Receitas (1828).	1
53/258	Salema	Receita. Contas de rendeiros (1826-1834).	5
54/259	Salema	Inventário da existência dos bens (sobretudo alfaias) de várias propriedades rústicas (1802-1823).	5
54/260	Salema	Arrendamentos gerais de vínculos (1757-1787).	3
54/261	Salema	Arrendamentos de propriedades urbanas. Lisboa, Carnaxide e Setúbal (1772-1939).	58
54/262	Salema	Arrendamentos de propriedades rústicas em Chelas, Via Longa, Sintra, Torres Vedras, Torres Novas, Palmela, Setúbal e Alcácer do Sal (1578-1871).	36
54/263	Gama Lobo/ Salema	Correspondência administrativa. Contas, arrendamentos de vínculos, etc (1711-1859).	77
55/264	Gama Lobo	Acções em justiça (1644-1849).	27
56/265	Salemas de Alverca	Acções em justiça (1688-1832).	16
56/266	Miranda Henriques	Acções em justiça (1639-1774).	5
56/267	Pinto Barreiros	Hipotecas dadas sobre diversos bens para garantia de dívidas a favor de Cristóvão e Abílio Domingos Pinto Barreiros (1854-1869).	16
Total docs.			415

Secção IX – Anexos

Cx. / pt.	Família	Descrição da pasta (datas extremas)	Nº docs.
57/268	Gama Lobo	Conselho da Fazenda. Cartas, alvarás, decretos e portarias régios, consultas, avisos, requerimentos, etc, que baixaram ao Conselho da Fazenda e ficaram na mão dos Gama Lobo (1646-1831).	42
57/269	Gama Lobo	Casa do Infantado (1707-1711).	2
58/270	Gama Lobo	Conselho da Fazenda. Livro de Registo (1694-1715).	1
59/271	Gama Lobo/ Salema	Documentos que aparentam ser de informação ou de colecção (alguns talvez do Conselho da Fazenda), que tanto podem pertencer aos Gama Lobo como aos Salema (1555-1833).	19
59/272	Gama Lobo/ Salema/ Miranda Henriques	Sumários e inventários dos cartórios (s/d).	8
59/273	Salema	Morgado de Diogo Salema. Sumários de documentos (s/d).	16
59/274	Salemas de Alverca	Sumário de documentos relativos a Alverca e seu termo (s/d).	4
Total docs.			92

Anexo 9

Registos de autoridade (sécs. XV – XVI)²

Índice

A

Afonso, João	440
Almada, Antónia de	440
Almada, Maria de	440
Almeida, Francisco de	440
Almeida, Isidro de	441
Álvares, João	441
Álvares, Margarida	441
Anes, Catarina.....	442
Anes, Gil	442
Anes, Maria.....	442
Anes, Maria.....	442

B

Barradas, Francisca.....	443
Barradas, Isabel de Almeida.....	443
Barros, Antónia de	443
Botelha, Maria	444
Botelho, Catarina	444
Bulhão, Cristóvão Lopes de	444
Bulhão, Gabrel Lopes de	444
Bulhão, Gaspar Vana de	445
Bulhão, João Lopes de.....	445
Bulhoa, Leonor	445

C

Cabral, Fernão.....	446
Câmara, Isabel Dias da	446

² Registos de autoridade criados no âmbito da representação arquivística do AGLS (vd. capítulo IV). São compostos por dados biográficos dos produtores e/ ou acumuladores de informação representados no AGLS entre os séculos XV e XVI. Os dados biográficos foram sobretudo recolhidos a partir de documentação conservada no AGLS e têm como objectivo contextualizar as descrições arquivísticas. Não pretendem ser, por isso, registos prosopográficos ou biográficos completos das personagens mencionadas. Todos os documentos conservados no AGLS que foram utilizados para a construção dos registos de autoridade encontram-se descritos em: <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-gama-lobo-salema>.

Camareiro, João Afonso	446
Claramonte, Filpa	446
F	
Figueira, Inês.....	447
G	
Gama, Estêvão da	447
Gama, Fernão Gomes da	447
Gil, Guiomar	448
Gil, João	448
Gil, Leonor.....	448
Gil, Violante.....	448
Gomes, Rui	449
H	
Henriques, Aires de Miranda.....	449
Henriques, Fernão de Miranda	449
Henriques, Simão de Miranda (I).....	450
Henriques, Simão de Miranda (II).....	450
L	
Lemos, Susana de	450
Lourenço, Catarina	451
M	
Mascarenhas, Isabel.....	451
Mina, Nuno Fernandes da	451
Miranda, Aires de	452
O	
Óbidos, João de.....	452
Q	
Queimada, Maria	452
R	
Rebela, Maria.....	453
Rebelo, Joana	453
Rebelo, João.....	454
Rodrigues, Branca.....	454
Rodrigues, Cosme.....	454
Rodrigues, Maria	454

S

Salema, António	455
Salema, Brás (I)	455
Salema, Brás (II)	455
Salema, Brás (III)	456
Salema, Brites	456
Salema, Cristóvão (I)	456
Salema, Cristóvão (II)	457
Salema, Diogo	457
Salema, Diogo Fernandes	457
Salema, Diogo Gonçalves (I)	457
Salema, Diogo Gonçalves (II)	458
Salema, João	458
Salema, Maria	458
Salema, Rui	458
Salema, Tomé	459
Serrão, Isabel	459
Sobrinho, Gonçalo Fernandes	459
Sotomaior, Catarina	460

V

Vana, Gaspar	460
Vana, João	460
Vana, Justa	461
Vasques, Mília	461
Velho, João	461
Vicente, Maria	461
Vilalobos, Vasco Queimado de (I)	462
Vilalobos, Vasco Queimado de (II)	462

A

Afonso, João (flor. 1451-1570)

Casado com Maria Anes. Teve pelo menos duas filhas, a saber, Catarina Anes e Maria Anes. Fundou com a sua mulher a capela de São João Batista no Mosteiro do Carmo, em Lisboa. Recebeu, em 1453, o privilégio de sepultura perpétua no Mosteiro. A primeira referência a João Afonso, datada de 1451, surge na carta de compra de umas casas no beco de Martim Sapata que fez com a sua mulher. A última referência data de 1470 e encontra-se numa carta de conserto amigável acerca de uma contenda que envolveu as referidas casas. Já tinha falecido em 1502, data em que se fizeram as partilhas dos seus bens.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34; ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170.

Almada, Antónia de (flor. 1584)

Casada com João Brandão, que faleceu em Alcácer Quibir. Teve um filho, a saber, João Brandão, que faleceu sem descendência. A única referência a Antónia de Almada data de 1584 e encontra-se numa cópia não autenticada e sem data do seu testamento. Nomeia como herdeiros os seus sobrinhos António da Mota de Almada e Maria de Almada, casada com Fernão Gomes da Gama.

Fontes : ANTT, AGLS, cx. 5, pt.22.

Almada, Maria de (flor. 1584-1590)

Filha de António da Mota de Almada. Casada com Fernão Gomes da Gama. Teve pelo menos doze filhos, a saber, Fernão Gomes da Gama, que sucedeu, e outros dois homens e nove mulheres. A primeira referência a Maria de Almada data de 1584 e surge numa cópia não autenticada e sem data do testamento da sua tia paterna, Antónia de Almada, que nomeia a sua sobrinha como herdeira. A última referência, datada de 1590, encontra-se no inventário que fez com o seu marido dos bens com os quais iam dotar uma das suas filhas.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 2, pt.3; ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 22.

Almeida, Francisco de (flor. 1556-1589)

Filho de Cosme Rodrigues e Isabel Dias da Câmara. Casado em primeiras núpcias com Antónia de Barros, com quem teve uma filha, Isabel de Almeida Barradas, casada com João Salema. Casado em segundas núpcias com Luísa de Barros. Começou o seu percurso como moço da câmara da Casa d'el Rei e escrivão dos Contos do Reino. Foi depois elevado a cavaleiro-fidalgo da Casa d'el Rei e provedor-mor dos Contos do Reino, à semelhança do seu pai. Cavaleiro da Ordem de Cristo. A primeira referência a

Francisco de Almeida data de 1556, quando recebe a mercê do ofício de escrivão dos Contos. A última referência, datada de 1602, encontra-se na carta de compra de uma casa e quintal em Palma de Cima.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.11, pt. 85; ANTT, AGLS, cx.11, pt. 86; ANTT, AGLS, cx.36, pt. 187; ANTT, AGLS, cx.41, pt. 200; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2v, 3, 3v, 15v, 34v, 44, 67v, 68, 71v, 75 e 78v.

Almeida, Isidro de (flor. 1558-1572)

Casado com Maria de Vasconcelos. Teve pelo menos três filhos, a saber, Desidério de Almeida, Lourenço de Almeida e Catarina de Vasconcelos. Cavaleiro-fidalgo da Casa d’el Rei e provedor e feitor mor dos metais. Participou no cerco de Mazagão em 1562. A primeira referência a Isidro de Almeida data de 1558, quando é nomeado provedor e feitor mor dos metais pelo Rei. A última referência encontra-se no seu testamento, feito em 1572 quando estava “de caminho para África em serviço d’el Rei Nosso Senhor a fazer o que sua Alteza me tem mandado em segredo” e trasladado em 1576. No seu testamento institui um morgadio que foi depois administrado por João Salema na qualidade de tutor do seu filho menor, Brás Salema.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.16, pt. 129; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 31 e 31v.; ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, lv. 2, fl. 324.

Álvares, João (flor. 1505-1506)

Pai de Margarida Álvares, casada com Gabriel Lopes de Bulhão. A primeira referência a João Álvares, datada de 1505, surge numa carta de permuta de umas casas que negociou com o seu cunhado e filha. A última referência data de 1506 e encontra-se na carta de confirmação da permuta dada pelo cabido da Sé de Lisboa.

Fontes : ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170.

Álvares, Margarida (flor. 1506)

Filha de João Álvares. Casada com Gabriel Lopes de Bulhão. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, João Lopes de Bulhão, Francisco Lopes de Bulhão e Leonor Bulhoa. A primeira e única referência a Margarida Álvares, datada de 1506, encontra-se numa carta de aforamento de umas casas feito por João Álvares ao casal.

Fontes : ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170.

Anes, Catarina (flor. 1486-1510)

Filha de João Afonso e de Maria Anes. Casada com João Vana. Teve pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana, que sucedeu. As únicas referências a Catarina Anes, datadas entre 1486 e 1510, surgem no contexto da administração dos bens que herdou dos seus pais e da sua irmã, Maria Anes, incluindo, neste último caso, a administração da capela de Maria Anes e da capela do seu marido, bacharel João Gil, no Mosteiro do Carmo em Lisboa.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34.

Anes, Gil (flor. 1433-1437)

Casado com Catarina Lourenço. Teve pelo menos duas filhas, a saber, Violante Gil e Guiomar Gil. Escudeiro. A primeira referência a Gil Anes data de 1433, quando participou nas partilhas dos bens que ficaram pela morte de Tomé Lourenço, pai de Catarina Lourenço. A última referência, datada de 1437, surge numa carta de compra de uma propriedade no Gradil que fez com a sua mulher.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v, 17 e 43.

Anes, Maria (flor. 1451-1570)

Casada com João Afonso. Teve pelo menos duas filhas, a saber, Catarina Anes e Maria Anes. Fundou com o seu marido a capela de São João Batista no Mosteiro do Carmo, em Lisboa. Recebeu, em 1453, o privilégio de sepultura perpétua no Mosteiro. A primeira referência a Maria Anes, datada de 1451, surge na carta de compra de umas casas no beco de Martim Sapata que fez com o seu marido. A última referência data de 1470 e encontra-se numa carta de conserto amigável acerca de uma contenda que envolveu as referidas casas. Já tinha falecido em 1486, data em que se fizeram as partilhas dos seus bens.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34; ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170.

Anes, Maria (flor. 1498-1505)

Casada com João Gil. Filha de João Afonso de Tristão Vasques e Maria Anes. Não teve filhos. Foram seus herdeiros Catarina Anes, irmã de Maria Anes, e João Vana, seu marido. A primeira referência a Maria Anes data de 1498 e surge numa carta de compra de umas casas em Algés que fez com o seu marido. Fez testamento depois de 1505 e, à semelhança do seu marido, vinculou os seus bens à capela de São João Batista no Mosteiro do Carmo, em Lisboa, fundada pelos seus pais.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, p. 34; ANTT, AGLS, cx. 15, p. 122; ANTT, AGLS, cx. 33, p. 172.

B

Barradas, Francisca (flor. 1563-1593)

Casada com António de Barros. Teve pelo menos uma filha, a saber, Antónia de Barros, casada com Francisco de Almeida, estes pais de Isabel de Almeida Barradas, casada com João Salema. A primeira referência a Francisca Barradas encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” de uma carta de aforamento de uma vinha na Filiteira que fez em 1563. A última referência data de 1593, quando acrescentou verbas ao testamento que tinha feito em 1591.

Fontes; ANTT, AGLS, cx.11, pt. 86; ANTT, AGLS, cx.41, pt. 200; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 19, 22v e 31v.

Barradas, Isabel de Almeida (flor. 1586-1599)

Filha de Francisco de Almeida e de Antónia de Barros. Casada com João Salema. Teve pelo menos três filhos, a saber, Lourença Salema, Brás Salema e Catarina de Almeida. A primeira referência a Isabel de Almeida Barradas data de 1586, quando participa nas partilhas dos bens que ficaram por morte da sua mãe. A última referência, datada de 1599, encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” de uma carta de dote que Isabel de Almeida Barradas e João Salema deram a Catarina de Almeida para se fazer freira no Mosteiro de Santa Clara (fl. 34).

Fontes: ANTT, AGLS, cx.11, pt. 86; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 31v, 34 e 42v.

Barros, Antónia de (flor. 1580)

Filha de António de Barros e Francisca Barradas. Casada com Francisco de Almeida. Teve pelo menos uma filha, a saber, Isabel de Almeida Barradas. A primeira e única referência a Antónia de Barros, datada de 1580, surge na carta de compra de uma terra em Torres Vedras que fez com o seu marido. Já tinha falecido em 1586 quando se fez carta de partilhas dos que ficaram por sua morte.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 11, pt. 86; ANTT, AGLS, cx. 41, pt. 200.

Botelha, Maria (flor. 1578)

Filha de Gonçalo Fernandes Sobrinho e Inês Figueira. Institui capela no Mosteiro de São Francisco de Lisboa e nomeia como primeiro administrador o seu irmão, Diogo Fernandes Salema. A única referência a Maria Botelha, datada de 1578, surge numa carta de obrigação de pagamento de certo valor que lhe deviam. Já tinha falecido em 1590 quando o seu irmão recebe uma carta de quitação pelo cumprimento do seu testamento.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 95; ANTT, AGLS, cx. 54, pt. 262.

Botelho, Catarina (flor. 1522-1531)

Casada com Diogo Gonçalves Salema. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, Brás Salema, que sucedeu, André Salema, Inês Figueira e Maria Botelho. As únicas referências a Catarina Botelho, datadas entre 1522 e 1531, dizem respeito à compra várias propriedades em Alcácer do Sal que fez com o seu marido.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 182; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2, 2v e 17.

Bulhão, Cristóvão Lopes de (flor. 1541-1575)

Filho de Gabriel Lopes de Bulhão e Margarida Álvares. Casado com Justa Vana. Teve pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana de Bulhão. Fidalgo da Casa d’el Rei e morador em Lisboa. Administrador da capela de Violante Nunes, que recebeu do seu pai, e das capelas do Bacharel João Gil, Maria Anes e Maria Vicente, herdadas pela sua mulher. A primeira referência a Cristóvão Lopes de Bulhão data de 1541 e surge na carta de confirmação da sua nomeação como administrador da capela instituída em 1476 por Violante Nunes em sucessão do seu pai, Gabriel Lopes de Bulhão, que tinha sido eleito administrador pelo cabido da Sé de Lisboa. A última referência, datada de 1575, encontra-se na renúncia da administração da mesma capela em favor do seu filho, Gaspar Vana de Bulhão.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pts. 26, 27 e 28; ANTT, AGLS, cx. 15, pt. 122; ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; ANTT, AGLS, cx. 33, pts. 172, 173 e 174; ANTT, AGLS, cx. 34, pts. 175 e 177.

Bulhão, Gabriel Lopes de (flor. 1490-1538)

Segundo Alão de Morais, filho bastardo de António Lopes de Bulhão. Casado com Margarida Álvares. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, João Lopes de Bulhão, Francisco Lopes de Bulhão e Leonor Bulhoa. Escrivão dos órfãos, judeus e mouros de Lisboa. Provedor da Câmara de Lisboa. Escudeiro e depois cavaleiro da Casa d’el Rei. Morador em e cidadão de Lisboa. Foi eleito pelo cabido da Sé de Lisboa administrador da capela de Violante Nunes,

instituída em 1476 na Sé. A primeira referência a Gabriel Lopes de Bulhão surge na carta de confirmação do ofício de escrivão dos órfãos, judeus e mouros de Lisboa, o qual lhe tinha sido inicialmente atribuído em 1490. A última referência, datada de 1538, surge nas costas de um traslado de uma carta de arrematação que tinha sido furtado a Gabriel Lopes de Bulhão e depois devolvido.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; ANTT, AGLS, cx. 34, pt. 180; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 33, fl. 40v; MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana. Nobiliário das famílias de Portugal, tomo II, vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944 (1699), pp. 542-544.

Bulhão, Gaspar Vana de (flor. 1573-1578)

Filho de Cristóvão Lopes de Bulhão e Justa Vana. Casado com Filipa de Claramonte. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, e Luísa Bulhão. A primeira referência a Gaspar Vana de Bulhão data de 1573 e surge no contrato do seu casamento. Faleceu em Alcácer Quibir.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pts. 28 e 29.

Bulhão, João Lopes de (flor. 1564-1566)

Filho secundogénito de Gabriel Lopes de Bulhão e Margarida Álvares. A primeira referência a João Lopes de Bulhão, datada de 1564, surge numa carta de sentença resolvendo uma contenda com o seu irmão, Cristóvão Lopes de Bulhão. A última referência data de 1566 e encontra-se na carta de partilhas dos bens que ficaram por morte de seu pai.

Fontes : ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 26.

Bulhoa, Leonor (flor. 1542)

Filha de Gabriel Lopes de Bulhão e de Margarida Álvares. Não casou nem teve filhos. Fez testamento em 1542 e nomeou como herdeiro o seu irmão, Cristóvão Lopes de Bulhão.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pts. 27.

C

Cabral, Fernão (flor. 1554-1575)

Casado com Maria Rebela, esta irmã de Sebastiana Rebelo, casada com Simão de Miranda Henriques. Não teve filhos. Cavaleiro fidalgo da Casa d'el Rei, comendador da Ordem de Cristo e irmão da confraria da Misericórdia de Lisboa. Morador em Lisboa. A primeira referência a Fernão Cabral data de 1554 e surge na carta de compra que fez com a sua mulher de uma Quinta e várias propriedades em Chelas. A última referência, datada de 1575, encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” de uma doação que fez com a sua mulher ao hospital dos incuráveis de Lisboa (fl. 34v). Institui capela na Misericórdia de Lisboa.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.16, pt. 132; ANTT, AGLS, cx.42, pt. 202; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 8, 19, 19v, 20v, 21v, 32v, 34v, 43v, 44v, 47v, 48v, 49, 75, 84v e 101v.

Câmara, Isabel Dias da (flor. 1584)

Casada com Cosme Rodrigues. Teve pelo menos um filho, a saber, Francisco de Almeida. A única referência a Isabel Dias da Câmara surge no seu testamento, feito em 1584.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.11, pt. 84; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 29.

Camareiro, João Afonso (flor. 1450-1479)

Casado com Violante Gil. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Lopo da Fonseca e Inês Figueira. Escudeiro e criado de Martim Afonso de Miranda. Morador no Gradil, termo de Cabrela. A primeira referência a João Afonso Camareiro data de 1448 e surge no “Inventário geral de papéis...” na descrição da carta de mercê feita pelo Rei da lutuosa do seu sogro (fl. 69v). A última referência, datada de 1479, surge no contexto da troca de umas propriedades na Fonte da Talha.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 58; ANTT, AGLS, cx.35, pt. 182 e 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16, 16v, 49, 69v, 88 e 98v.

Claramonte, Filipa (flor. 1573-1596)

Filha de Diogo do Tojal, cavaleiro fidalgo da Casa d'el Rei, e Simoa Pacheco. Casada com Gaspar Vana de Bulhão. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Cristóvão Lopes de Bulhão, que sucedeu, e Luísa Bulhão. A primeira referência a Filipa de Claramonte data de 1573 e surge no contrato do seu casamento. A última referência, datada de 1596

quando era já viúva, encontra-se numa carta de aforamento de umas courelas em Chelas.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pts. 29; ANTT, AGLS, cx. 34, pt. 179.

F

Figueira, Inês (flor. 1482-1496)

Filha de João Afonso Camareiro e de Violante Gil. Casada com Brás Salema. Teve pelo menos um filho, a saber, Diogo Gonçalves Salema, que sucedeu. Moradora em Alcácer do Sal. A primeira referência a Inês Figueira, datada de 1482, surge na carta de partilhas dos bens que ficaram por morte dos seus pais. A última referência data de 1496 e encontra-se na carta de compra de uma propriedade em Fonte da Talha, que adquiriu com o seu marido. Herdou dos seus pais a herdade do Gradil, termo de Cabrela. Por causa dessa herança, recebeu documentação produzida e/ou acumulada entre 1433 e 1479 pelos seus pais; pela sua tia materna, Guiomar Gil, casada com João Velho; pelos seus avós maternos, Gil Anes e Catarina Lourenço; e pela sobrinha desta última, Milia Vasques, casada com João de Óbidos.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 58; ANTT, AGLS, cx.35, pts. 182 e 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, "Inventário geral dos papéis...", fls. 7v, 43 e 50-50v.

G

Gama, Estêvão da (flor. 1534)

Cavaleiro-fidalgo da Casa d'el Rei. Escrivão das Casas da Índia e Mina. Teve pelo menos um filho, a saber, Fernão Gomes da Gama, que sucedeu. A única referência a Estêvão da Gama, datada de 1590, surge na carta régia de mercê do ofício de escrivão das Casas da Índia e Mina a Fernão Gomes da Gama, onde se traslada um alvará régio no qual o Rei promete a Estêvão da Gama que o ofício passaria para o seu filho depois da sua morte e contando que tivesse 25 anos.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 2, pt. 3.

Gama, Fernão Gomes da (flor. 1567-1590)

Filho de Estêvão da Gama. Casado com Maria de Almada. Teve pelo menos doze filhos, a saber, Fernão Gomes da Gama, que sucedeu, e outros dois homens e nove mulheres. Escrivão das Casas da Índia e Mina. A primeira referência a Fernão Gomes da Gama data de 1567 e surge na carta de mercê do ofício de escrivão das Casas da Índia e Mina, que lhe coube por sucessão de seu pai. A última referência, datada de

1590, encontra-se no inventário que fez com a sua mulher dos bens com os quais ia dotar uma das suas filhas.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 2, pt.3.

Gil, Guiomar (flor. 1450)

Filha de Gil Anes e Catarina Lourenço. Irmã de Violante Gil. Casada com João Velho. A primeira e única referência a Guiomar Gil data de 1450, quando vende com o seu marido umas propriedades no Gradil, termo de Cabrela, que Guiomar Gil tinha herdado dos seus pais.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 16v.

Gil, João (flor. 1498-1505)

Casado com Maria Anes. Não teve filhos. Foram seus herdeiros Catarina Anes, irmã de Maria Anes, e João Vana, seu marido. Bacharel. A primeira referência a João Gil, datada de 1498, surge numa carta de compra de umas casas em Algés que fez com a sua mulher. Fez testamento e faleceu em 1505. No seu testamento vinculou os seus bens à capela de São João Batista no Mosteiro do Carmo, em Lisboa, fundada pelos pais de Maria Anes.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, p. 34; ANTT, AGLS, cx. 15, p. 122; ANTT, AGLS, cx. 33, p. 172.

Gil, Leonor (flor. 1469-1502)

Casada com Diogo Gonçalves Salema e moradora em Alcácer do Sal. Teve pelo menos seis filhos, a saber, Brás Salema, que sucedeu, António Salema, Brites Salema, Gonçalo Salema, Isabel Salema e Catarina Gonçalves. A primeira referência a Leonor Gil data de 1469 quando compra com o seu marido o aforamento de uma vinha e pedaço de chão em Alcácer do Sal. Fez testamento e faleceu viúva em 1502.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 58; ANTT, AGLS, cx.9, pt. 57; ANTT, AGLS, cx.35, pt. 182; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 31 e 32v.

Gil, Violante (flor. 1450-1479)

Filha de Gil Anes e Catarina Lourenço. Casada com João Afonso Camareiro. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Lopo da Fonseca e Inês Figueira. Moradora no Gradil, termo de Cabrela. A primeira referência a Violante Gil data de 1450, quando compra com o

seu marido umas propriedades no Gradil. A última referência, datada de 1479, surge no contexto da troca de umas propriedades na Fonte da Talha feita pelo casal.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pts. 182 e 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16, 16v, 49 e 98v.

Gomes, Rui (flor. 1591)

Filho de Diogo Fernandes Salema e Susana de Lemos. A única referência a Rui Gomes, datada de 1591, surge na carta de partilhas dos bens que lhe couberam por morte de seu pai.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 96.

H

Henriques, Aires de Miranda (flor. 1590-1603)

Filho segundo de Simão de Miranda Henriques e Sebastiana Rebelo. Casado com Maria Ana. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Francisco de Miranda Henriques e Jerónima Henriques. Fidalgo da Casa d’el Rei. A primeira referência a Aires de Miranda Henriques data de 1590 e encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” das partilhas dos bens deixados pela sua mãe. A última referência, datada de 1603, encontra-se num traslado do seu testamento. Foi herdeiro e primeiro administrador da capela instituída pela sua tia materna, Maria Rebelo. Por esse motivo, recebeu documentação produzida e/ ou acumulada por Maria Rebelo e pelo seu primeiro marido, Fernão Cabral. A administração da capela passou depois para Gonçalo de Miranda Henriques, sobrinho de Aires de Miranda Henriques, que, em 1666, a doou a Fernão de Miranda Henriques, filho de Simão de Miranda Henriques e de Lourença Salema.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.12, pts. 89 e 91; ANTT, AGLS, cx. 16, pts. 132; ANTT, AGLS, cx. 42, pts. 201, 202 e 205; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 6, 8, 19, 19v, 20v, 21v, 32v, 34, 34v, 40, 40v, 42, 43v, 44v, 47v, 48 v, 49, 53, 75, 84v, 90, 93v, 101v, 105.

Henriques, Fernão de Miranda (flor. 1549-1566)

Filho de Simão de Miranda Henriques e Maria Queimada. Casado com Isabel Mascarenhas. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Simão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Maria Henriques. Fidalgo da Casa d’el Rei. Morador em Setúbal. A primeira referência a Fernão de Miranda Henriques, datada de 1549, surge na carta de aforamento de um lugar em Alferrara, termo de Setúbal, que lhe outorgou o Convento

de Santiago de Palmela. A última referência data de 1566 e encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” do seu testamento (fl. 29).

Fontes: ANTT, AGLS, cx.40, pt. 198; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 23v, 29, 33, 48, 50v, 69v, 106 e 106v.

Henriques, Simão de Miranda (I) (flor. 1498-1513)

Filho de Aires de Miranda e Briolanja Henriques. Casado com Maria Queimada. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Fernão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Filipa Henriques. Fidalgo da Casa d’el Rei e morador em Setúbal. A primeira referência a Simão de Miranda Henriques data de 1498 e surge no contrato do seu casamento. A última referência, datada de 1513, encontra-se no contrato de casamento da sua filha, Filipa Henriques, casada com Pedro Mascarenhas.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.12, pt. 88; ANTT, AGLS, cx.38, pt. 193; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 9, 17, 17v, 18v e 36; ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 3, doc. 95; ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 6, docs. 62 e 63; ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 15, doc. 20; ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmela, mc. 3, doc. 205.

Henriques, Simão de Miranda (II) (flor. 1537-1598)

Filho de Fernão de Miranda Henriques e Isabel Mascarenhas. Casado em primeiras núpcias com Sebastiana Rebelo, de quem teve pelo menos três filhos, a saber, Fernão de Miranda Henriques, que sucedeu, Aires de Miranda Henriques e Diogo de Miranda Henriques. Casado em segundas núpcias com Maria Henriques, de quem teve pelo menos um filho, a saber, Luís de Miranda Henriques. Fidalgo da Casa d’el Rei, conselheiro e camareiro régio. Morador em Setúbal. A primeira referência a Simão de Miranda Henriques data de 1537 e surge na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” do alvará que certificou a mercê do estatuto de moço fidalgo da Casa d’el Rei. A última referência, datada de 1598, encontra-se também na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” de uma sentença que intentou contra o almoxarife de Alcácer do Sal. As partilhas dos bens que ficaram por sua morte fizeram-se em 1601.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.40, pt. 198; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 33, 48, 69, 70, 73, 75v, 77, 78, 86, 87, 89v, 101v, 104v.

L

Lemos, Susana de (flor. 1591-1598)

Casada em primeiras núpcias com Diogo Fernandes Salema, de quem teve pelo menos cinco filhos, a saber, Diogo Fernandes Salema, que sucedeu, Brás Salema, Gonçalo Salema, Maria Salema e Rui Gomes. Casada em segundas núpcias com Cosme Rangel de Macedo, desembargador da Casa da Suplicação e procurador da Fazenda d’el Rei. A primeira referência a Susana de Lemos, datada de 1591, encontra-se na carta de

partilhas dos bens que ficaram por morte do seu primeiro marido. A última referência data de 1598 e surge no contrato de dote para meter a sua filha, Maria Salema, freira no Mosteiro de São Bernardo de Almoester.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pts. 96 e 97.

Lourenço, Catarina (flor. 1433-1437)

Filha de Tomé Lourenço. Casada com Gil Anes. Teve pelo menos duas filhas, a saber, Violante Gil e Guiomar Gil. A primeira referência Catarina Lourenço data de 1433, quando participou nas partilhas dos bens que ficaram pela morte de Tomé Lourenço. A última referência, datada de 1437, surge numa carta de compra de uma propriedade no Gradil que fez com o seu marido.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v, 17 e 43.

M

Mascarenhas, Isabel (flor. 1549-1551)

Casada com Fernão de Miranda Henriques. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Simão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Maria Henriques. Moradora em Setúbal. A primeira referência a Isabel Mascarenhas, datada de 1549, surge na carta de confirmação do aforamento de um lagar de azeite em Alferrara que fez com o seu marido. A última referência data de 1551 e surge numa carta de sentença acerca da Quinta de Alferrara que possuía com o seu marido.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.40, pt. 198; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 23v, 29, 33, 48, 50v, 69v, 106 e 106v.

Mina, Nuno Fernandes da (flor. 1498-1540)

Filho de Fernão Gomes da Mina, mercador lisboeta, fidalgo de cota de armas e conselheiro de D. Afonso V que recebeu o apelido “Mina” depois de descobrir aquele território. Casado com Isabel Queimada, filha de Vasco Queimado de Vilalobos e irmã de Maria Queimada, casada com Simão de Miranda Henriques. Teve várias filhas que não são nomeadas. Morador em Setúbal. Fidalgo da Casa d’el Rei. Cavaleiro da Ordem de Santiago, vedor do mestre D. Jorge e alcaide-mor e comendador de Panóias. A primeira referência a Nuno Fernandes da Mina data de 1498 e encontra-se no inventário e partilhas dos bens deixados por Vasco Queimado de Vilalobos (ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 15, doc. 20), intervindo inicialmente junto da sua mulher e, depois da morte desta, em 1497, como tutor e curador das suas filhas menores. A última referência, datada de 1540, surge no contexto da sua actividade na Ordem de Santiago (PIMENTA, 546-547).

Fontes: ANTT, AGLS, cx.12, pt. 88; ANTT, AGLS, cx.38, pt. 193; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 9, 23, 28, 36, 41 e 60v; ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 15, doc. 20; ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmela, mç. 3, doc. 205; PIMENTA, Maria Cristina Gomes, As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge, Palmela, GEsOs / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 546-547; PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), Nova História de Portugal, vol. V – “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica” (coord. DIAS, João José Alves), Lisboa, Editorial Presença, p. 289.

Miranda, Aires de (flor. 1460-1498)

Casado com Briolanja de Melo, donzela da Infanta D. Joana e filha de Fernando de Alcáçovas e de Branca de Melo. Teve pelo menos um filho, a saber, Simão de Miranda Henriques, que sucedeu. Do conselho d’el Rei, alcaide-mor, capitão e fronteiro de Vila Viçosa. D. João II fez-lhe doação dos direitos reais de portagem e das dízimas das sentenças de Vila Viçosa. A primeira referência a Aires de Miranda data de 1460 e surge na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” do contrato do seu casamento. Nessa descrição escreve-se que D. Afonso V deu dote a Briolanja de Melo e que Fernando de Alcáçovas era sobrinho do Rei (fl. 35v). A última referência, datada de 1498, encontra-se numa licença emitida por D. Manuel I para trespassar parte da sua tença para o seu filho.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.12, pt. 87; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 35v e 73v; ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 15, fl. 16; ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 60; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, fl. 68; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 29, fl. 28v; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 31, fl. 65.

Q

Óbidos, João de (flor. 1433-1436)

Casado com Milia Vasques. A primeira referência a João de Óbidos, datada de 1433, surge nas partilhas dos bens de Tomé Lourenço, avô de Milia Vasques. A última referência data de 1436 e encontra-se na carta de venda de umas propriedades na herdade do Gradil, termo de Cabrela, que fez com a sua mulher.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v e 43.

Q

Queimada, Maria (flor. 1498-1510)

Filha de Vasco Queimado de Vilalobos e irmã de Isabel Queimada, casada com Nuno Fernandes da Mina. Casada com Simão de Miranda Henriques e moradora em Setúbal. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Fernão de Miranda Henriques, que sucedeu, e Filipa Henriques. A primeira referência a Maria Queimada data de 1498 e encontra-se no inventário e partilhas que se fizeram dos bens deixados pelo seu pai (ANTT, Casa de

Santa Iria, cx. 15, doc. 20). A última referência a Maria Queimada, datada de 1510, surge na carta de compra de umas casas que fez com o seu marido. Já tinha falecido em 1513 quando Simão de Miranda Henriques negoceia o contrato de casamento da sua filha, Filipa Henriques, com Pedro Mascarenhas. Por herança do seu pai acumulou documentação produzida e/ou recebida pelo seu pai e pelo seu avô paterno, Vasco Queimado de Vilalobos.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.12, pt. 88; ANTT, AGLS, cx.17, pt. 136; ANTT, AGLS, cx.38, pt. 193; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 9, 23, 28, 36, 41 e 60v; ANTT, Casa de Santa Iria, cx. 15, doc. 20.

R

Rebela, Maria (flor. 1554-1599)

Casada em primeiras núpcias com Fernão Cabral e em segundas núpcias com Cristóvão Zuzarte. Não teve filhos. Irmã de Sebastiana Rebelo, casada com Simão de Miranda Henriques. A primeira referência a Maria Rebela data de 1554 e surge na carta de compra que fez com o seu primeiro marido de uma Quinta e várias propriedades em Chelas. A última referência encontra-se no traslado, feito em 1828, do livro de codicilo do seu testamento, começado em 1596 e terminado em 1599. Institui um vínculo na capela da Ressureição do Convento de São Francisco de Xabregas. Nomeia como sucessor e primeiro administrador do vínculo o seu sobrinho Aires de Miranda Henriques, filho segundo de Sebastiana Rebelo e Simão de Miranda Henriques, estipulando que os administradores deveriam ser sempre os filhos segundos.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.16, pts. 132 e 133; ANTT, AGLS, cx.42, pt. 202; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 8, 19, 19v, 20v, 21v, 34v, 47v, 48v, 53, 93v, 105.

Rebello, Joana (flor. 1534-1555)

Casada com João Rebello. Teve pelo menos dois filhos, a saber, Isabel Serrão e António Rebello. Ama da Infanta D. Beatriz. A primeira referência a Joana Rebela data de 1534, já depois da morte do marido, quando obtém de D. João III uma sentença favorável sobre a apropriação indevida das suas terras. A última referência, datada de 1555, encontra-se noutra carta régia ordenando às justiças de Torres Vedras que protejam o património que Joana Rebela detinha naquela vila. Herdou de seu marido a administração da capela de Urraca Giães, que depois deixou em testamento à sua filha, Isabel Serrão, casada com Brás Salema.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.11, pt. 82; ANTT, AGLS, cx.36, pt. 186; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 40v, 57v, 58, 74v, 81, 85, 87 e 94.

Rebello, João (flor. 1495-1531)

Filho de Fernão Álvares Fogaça e Maria Rodrigues. Casado com Joana Rebello. Teve pelo menos três filhos, a saber, Isabel Serrão, António Rebello e Isabel Rebelo. Cavaleiro da Casa d'el Rei, desembargador régio e corregedor da Casa do Cível. A primeira referência a João Rebello data de 1495, quando pede o traslado do testamento de Urraca Giães. A última referência, datada de 1531, encontra-se na descrição feita no “Inventário geral dos papéis...” da carta de mercê do ofício de corregedor da Casa do Cível (fl. 69v). Por herança de seu pai foi administrador da capela instituída por Urraca Giães em 1408. A administração da capela passou depois para a sua mulher, que a deixou em testamento à sua filha, Isabel Serrão, casada com Brás Salema.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.11, pt. 82; ANTT, AGLS, cx.36, pt. 186; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 29v, 69v e 76v.

Rodrigues, Branca (flor. 1529-1546)

Casada com Cristóvão Salema. Teve pelo menos um filho, a saber, Diogo Salema, que sucedeu. A primeira referência a Branca Rodrigues data de 1529 e surge numa carta de compra de um quinhão de umas casas de morada em Setúbal. A última referência, datada de 1546, encontra-se na carta de compra de um outro quinhão das mesmas casas de morada.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.37, pt. 191; ANTT, AGLS, cx.38, pt. 192; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v, 17v, 18 e 82v.

Rodrigues, Cosme (flor. 1523-1553)

Casado com Isabel Dias da Câmara. Teve pelo menos um filho, a saber, Francisco de Almeida. Cavaleiro-fidalgo da Casa d'el Rei, cavaleiro da Ordem de Cristo, provedor-mor dos Contos do Reino e vedor da Fazenda da Índia. A primeira e a última referência a Cosme Rodrigues encontram-se descritas no “Inventário geral dos papéis...”: em 1523 recebe uma quitação do seu cunhado (fl. 93v.) e, em 1553, é-lhe endereçado um alvará régio ordenando que torne certo indivíduo em moço dos Contos (fl. 75).

Fontes: ANTT, AGLS, cx.11, pt. 83; ANTT, AGLS, cx.11, pt. 84; ANTT, AGLS, cx.36, pt. 185; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 17v, 43v, 49v, 52v, 68v, 70, 70v, 71, 71v, 73, 73v, 74v, 75, 76v, 92v, 93 e 93v.

Rodrigues, Maria (flor. 1461)

Casada com Fernão Álvares Fogaça, criado de D. João I. Teve pelo menos um filho, a saber, João Rebello. Moradora no Turcifal. A única referência a Maria Rodrigues, já viúva, data de 1461 e surge num alvará régio dirigido ao almotacé e oficiais régios de

Torres Vedras ordenando-lhes que guardem os privilégios que os seus caseiros gozavam em tempo de vida do seu marido.

Fontes: O documento sobre o qual se baseou a elaboração deste registo de autoridade (alvará régio) está conservado no Arquivo Gama Lobo Salema (ANTT) mas não tem cota atribuída nem pela entidade detentora nem por Nuno Daupíás d'Alcochete visto que o documento foi adquirido em leilão pelo último proprietário do arquivo já depois do tratamento arquivístico realizado por Nuno Daupíás d'Alcochete. O documento encontrava-se acondicionado numa caixa não numerada.

S

Salema, António (flor. 1517)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Gil. Casou em primeiras núpcias com Leonor Anes, de quem teve pelo menos quatro filhos, a saber, Cristóvão Salema, que sucedeu, Diogo Salema, Tomé Salema e Rui Salema. Casou em segundas núpcias com Maria Gaga, de quem teve um filho, a saber, Rui Gago. A única referência a António Salema encontra-se no traslado, feito em 1522, do seu testamento, produzido em 1517. No testamento nomeia Rui Gago como herdeiro e sucessor mas, por seu falecimento, a sucessão passou para Cristóvão Salema.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 59; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 30.

Salema, Brás (I) (flor. 1482-1513)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Gil. Casado com Inês Figueira. Teve pelo menos um filho, a saber, Diogo Gonçalves Salema, que sucedeu. Escudeiro, morador em Alcácer do Sal. A primeira referência a Brás Salema data de 1482 quando intervém com a esposa nas partilhas dos bens que ficaram pela morte dos seus sogros. A última referência data de 1513 quando obtém confirmação de um aforamento por parte do Mestre da Ordem de Santiago e Avis na sequência de uma visitação a Alcácer do Sal.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 58; ANTT, AGLS, cx.35, pts. 182 e 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 7v, 43 e 50-50v.

Salema, Brás (II) (flor. 1544-1562)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Catarina Botelho. Casado com Isabel Serrão. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, João Salema, que sucedeu, Diogo Salema, Joana Rebelo e Catarina Botelho. Fidalgo da Casa d'el Rei e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi mercador e investiu no negócio de vinho e cereais, sobretudo em S. Jorge da Mina e no Brasil, chegando a obter o lugar de morador da Mina. Língua e aposentador-mor de Ormuz. A primeira referência a Brás Salema, datada de 1544, encontra-se na descrição no “Inventário geral dos papéis...” de uma carta de autorização de renúncia ao ofício de

língua e aposentador-mor de Ormuz. Faz testamento e falece em 1562, instituindo um morgadio ao qual vinculou a herdade do Gradil.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.10, pts. 69 e 70; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 32v, 44, 48v, 52 75 e 75v.

Salema, Brás (III) (flor. 1591)

Filho de Diogo Fernandes Salema e Susana de Lemos. A única referência a Brás Salema, datada de 1591, surge na carta de partilhas dos bens que lhe couberam por morte de seu pai.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 96.

Salema, Brites (flor. 1503)

Filha de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Gil. Era freira no Mosteiro de Santa Clara de Beja. Em 1503 passa uma quitação aos seus irmãos, Brás Salema, António Salema, Gonçalo Salema e Catarina Gonçalves, sobre uma quantia em dinheiro que deles tinha a haver.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 57; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 98v.

Salema, Cristóvão (I) (flor. 1515-1546)

Filho de António Salema e Leonor Anes. Casado com Branca Rodrigues. Teve pelo menos um filho, a saber, Diogo Salema, que sucedeu. Cavaleiro da Casa d’el Rei e fidalgo de cota de armas a partir de 1535. Escrivão da feitoria de Sofala. Feitor de Sofala entre 1516 e 1518. A primeira referência a Cristóvão Salema data de 1515 e surge num alvará régio dirigido ao feitor de Sofala ordenando que este dê certa quantia de dinheiro a Cristóvão Salema na qualidade de escrivão da feitoria. A última referência, datada de 1546, encontra-se na carta de compra de umas casas de morada em Setúbal.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.1, pt. 2; ANTT, AGLS, cx.37, pt. 191; ANTT, AGLS, cx.38, pt. 192; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v, 17v, 18 e 82v; ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 17, n.º 97; LOBATO, Alexandre, A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530, Livro III – “Aspectos e problemas da vida económica, de 1505 a 1530”, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

Salema, Cristóvão (II) (flor. 1597)

Filho de Diogo Salema e Maria Salema. Não casou nem teve filhos. Foi seu herdeiro o seu primo, António Lobo Salema. A única referência a Cristóvão Salema, datada de 1597, surge numa carta de renúncia e trespasse em seu favor da sesmaria do Farilhão.

Fontes : ANTT, AGLS, cx. 37, pt. 191.

Salema, Diogo (flor. 1523-1540)

Filho de António Salema e Leonor Anes. Casado com Catarina Salema, sua prima. Teve pelo menos uma filha, a saber, Leonor Salema. Tesoureiro da Rainha e sesmeiro da capitania do Espírito Santo do Brasil. A primeira referência a Diogo Salema, datada de 1523, encontra-se na carta de compra de um olival. A última referência surge num traslado, feito em 1527, da carta de doação da sesmaria da capitania do Espírito Santo, produzida em 1540. Já tinha falecido em 1549 quando a sua mulher e os seus irmãos fizeram o contrato de casamento de Leonor Salema.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.13, pt. 113; ANTT, AGLS, cx.35, pt. 182; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 22.

Salema, Diogo Fernandes (flor. 1574-1590)

Filho de Gonçalo Fernandes Sobrinho e Inês Figueira. Casado com Susana de Lemos. Teve pelo menos cinco filhos, a saber, Diogo Fernandes Salema, que sucedeu, Brás Salema, Gonçalo Salema, Maria Salema e Rui Gomes. Tesoureiro mor do Reino. A primeira referência a Diogo Fernandes Salema, datada de 1574, surge numa carta régia de sentença acerca de umas casas que herdou dos seus pais. A última referência data de 1590 e encontra-se numa carta de quitação do cumprimento do testamento da sua irmã, Maria Botelha, que instituiu capela no Mosteiro de São Francisco de Lisboa. As partilhas dos bens que ficaram por sua morte fizeram-se em 1591.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pts. 95 e 96; ANTT, AGLS, cx.45, pt. 215.

Salema, Diogo Gonçalves (I) (flor. 1469-1491)

Casado com Leonor Gil. Teve pelo menos seis filhos, a saber, Brás Salema, que sucedeu, António Salema, Brites Salema, Gonçalo Salema, Isabel Salema e Catarina Gonçalves. Escudeiro da Casa do Infante D. Fernando, morador em Alcácer do Sal. A primeira referência a Diogo Gonçalves Salema data de 1469 quando compra com a sua mulher o aforamento de uma vinha e pedaço de chão em Alcácer do Sal. Terá falecido cerca de 1491 quando Brás Salema recebe do Rei a mercê da sua lutuosa.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 58; ANTT, AGLS, cx.35, pt. 182; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 17, 75v e 102.

Salema, Diogo Gonçalves (II) (flor. 1522-1531)

Filho de Brás Salema e Inês Figueira. Casado com Catarina Botelho. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, Brás Salema, que sucedeu, André Salema, Inês Figueira e Maria Botelho. Cavaleiro da Ordem de Santiago e ouvidor do Mestrado de Avis. As únicas referências a Diogo Gonçalves Salema, datadas entre 1522 e 1531, dizem respeito à compra várias propriedades em Alcácer do Sal que faz com a sua mulher.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 182; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2, 2v e 17.

Salema, João (flor. 1561-1644)

Filho de Brás Salema e Isabel Serrão. Casado com Isabel de Almeida Barradas. Teve pelo menos três filhos, a saber, Lourença Salema, Brás Salema e Catarina de Almeida. Fidalgo da Casa d’el Rei, cavaleiro da Ordem de Cristo. Prestou serviço militar em Ceuta entre 1591 e 1592. Recebeu a comenda de São Gião de Lobão, no bispado de Viseu, em 1600. No inventário dos bens deixados pelo seu pai, feito em Novembro de 1562, escreve-se que João Salema tinha, à data, 14 meses. A última referência a João Salema data de 1644, quando fez o seu testamento. Na qualidade de herdeiro de António Salema Lobo recebe a administração do morgadio instituído por Diogo Salema em 1586. No início do século XVII recebe também, na qualidade de tutor do seu filho menor, Brás Salema, a administração do morgadio instituído em 1572 por Isidro de Almeida, parente de Isabel de Almeida Barradas.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.10, pt. 71; ANTT, AGLS, cx.16, pt. 129; ANTT, AGLS, cx.41, pt. 200; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 1v, 4v, 7v, 9v, 11, 11v, 12, 12v, 13, 13v, 14, 17, 34, 42, 60v, 75, 75v, 90, 101v, 103 e 104.

Salema, Maria (flor. 1591-1598)

Filha de Diogo Fernandes Salema e Susana de Lemos. A primeira referência a Maria Salema, datada de 1591, surge na carta de partilhas dos bens que lhe couberam por morte de seu pai. A última referência data de 1598 e encontra-se no contrato de dote que a sua mãe celebrou com as freiras do Mosteiro de São Bernardo de Almoester para a meter freira no Mosteiro.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 13, pt. 96.

Salema, Rui (flor. 1537-1578)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Anes. Casado com Catarina Salema. Não teve filhos. Morador na Quinta de Arapouco em Alcácer do Sal. Fidalgo da Casa d’el Rei e da Casa do Infante D. Luís. A primeira referência a Rui Salema data de 1537 e encontra-se no contrato do seu casamento. A última referência, datada de 1578, surge na

carta patente que confirmou Rui Salema e a sua mulher como fundadores do Mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli em Alcácer do Sal.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.9, pt. 61; ANTT, AGLS, cx.17, pt. 137; ANTT, AGLS, cx.37, pt. 189; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2, 19, 35v e 49v.

Salema, Tomé (flor. 1526-1559)

Filho de Diogo Gonçalves Salema e Leonor Anes. Não casou nem teve filhos. Cavaleiro da Ordem de Santiago e cavaleiro fidalgo da Casa do Mestre. Sesmeiro da capitania do Espírito Santo no Brasil a partir de 1540 e provedor e contador de todas as rendas da dita capitania a partir de 1552. A primeira referência a Tomé Salema encontra-se na carta de hábito da Ordem de Santiago, que terá recebido em Dezembro de 1526. A última referência, datada de 1559, surge no seu testamento no qual institui um morgadio com obrigação de se sustentarem dois membros da família Salema que seguissem estudos na universidade.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.1, pt. 2; ANTT, AGLS, cx.9, pt. 60; ANTT, AGLS, cx.13, pt. 113; ANTT, AGLS, cx.35, pt. 183; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 22, 23, 26v, 33v, 69, 72v, 106v e 107.

Serrão, Isabel (flor. 1562-1593)

Filha de João Rebelo e Joana Rebelo. Casada com Brás Salema. Teve pelo menos quatro filhos, a saber, João Salema, que sucedeu, Diogo Salema, Joana Rebelo e Catarina Botelha. Depois da morte do marido, em 1562, é nomeada tutora dos seus filhos e assume a administração do património familiar, finalizando, nesse ano, o inventário dos bens móveis que ficaram por morte de Brás Salema. A última referência a Isabel Serrão, contida no “Inventário geral dos papéis...”, data de 1593, quando comprou uma propriedade em Fernandinho, termo de Torres Vedras (fl. 6). Herdou da sua mãe o casal de Almeara, no termo de Torres Vedras, que estava vinculado a uma capela instituída por Urraca Giães em 1408.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.10, pt. 69; ANTT, AGLS, cx.11, pt. 82; ANTT, AGLS, cx.36, pt. 186; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 4, 5, 6, 18v, 29v, 33v, 40, 40v, 43v, 57v, 58, 66, 69v, 74v, 76v, 81, 85, 86, 87, 90, 84 94v e 95.

Sobrinho, Gonçalo Fernandes (flor. 1554)

Casado em primeiras núpcias com Catarina de Paiva, com quem teve pelo menos um filho, a saber, Pero de Paiva. Casado em segundas núpcias com Inês Figueira, filha de Diogo Gonçalves Salema e Catarina Botelho, de quem teve pelo menos dois filhos, a saber, Diogo Fernandes Salema, que sucedeu, e Maria Botelha. Cavaleiro fidalgo da

Casa d'el Rei e escrivão da Casa da Índia. A única referência a Gonçalo Fernandes Sobrinho, datada de 1554, surge na carta de compra de umas casas em Lisboa.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 9, pt. 66; ANTT, AGLS, cx. 43, pt. 206.

Sotomaior, Catarina (flor. 1537-1578)

Filha de Álvaro Vaz e Maria Salema. Casada com Rui Salema. Não teve filhos. Moradora na Quinta de Arapouco em Alcácer do Sal. Surge também referida como Catarina Salema. A primeira referência a Catarina Sotomaior data de 1537 e encontra-se no contrato do seu casamento. A última referência, datada de 1578, surge na carta patente que confirmou Catarina Sotomaior e o seu marido como fundadores do Mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli em Alcácer do Sal.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.17, pt. 137; ANTT, AGLS, cx.37, pt. 189; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 2, 19, 35v e 49v.

V

Vana, Gaspar (flor. 1514-1544)

Filho de João Vana e Catarina Anes. Casado com Catarina Vicente. Teve pelo menos uma filha, a saber, Justa Vana. Cidadão de Lisboa, escudeiro e depois cavaleiro da Casa d'el Rei. Morador em Lisboa. A primeira referência a Gaspar Vana, datada de 1514, surge numa inquirição de testemunhas que mandou produzir para atestar a sua fidalguia e a do seu pai, identificando-se como fidalgo de cota de armas. A última referência data de 1544 e surge numa carta de emprazamento de umas propriedades pertencentes à capela de João Gil, que administrava em conjunto com a sua mulher. Já tinha falecido em 1545.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34; ANTT, AGLS, cx.15, pt. 122; ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; ANTT, AGLS, cx. 33, pt. 172; ANTT, AGLS, cx. 34, pt. 176.

Vana, João (flor. 1486-1510)

Casado com Catarina Anes. Teve pelo menos um filho, a saber, Gaspar Vana, que sucedeu. Morador em Lisboa. Mercador originário da cidade de Colónia, na Alemanha, que se fixou em Lisboa depois de perder grande parte da sua mercadoria. As únicas referências a João Vana, datadas entre 1486 e 1510, surgem no contexto da administração dos bens herdados pela mulher, nomeadamente as capelas instituídas pela sua irmã, Maria Anes, e pelo marido desta, bacharel João Gil, no Mosteiro do Carmo em Lisboa.

Fontes : ANTT, AGLS, cx. 5, pt. 34.

Vana, Justa (flor. 1548-1589)

Filha de Gaspar Vana e Maria Vicente. Casada com Cristóvão Lopes de Bulhão. Moradora em Lisboa. Já tinha casado em 1548 quando Cristóvão Lopes de Bulhão, em nome da sua mulher e na qualidade de administrador das capelas por ela herdadas, recebe uma confirmação régia da isenção de aposentadoria em relação a certas casas pertencentes às capelas. A última referência a Justa Vana, datada de 1589 quando era já viúva, surge numa carta de emprazamento de umas casas em Algés.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 15, pt. 122; ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; ANTT, AGLS, cx. 33, pts. 172, 173 e 174; ANTT, AGLS, cx. 34, pts. 175 e 177.

Vasques, Milia (flor. 1433-1436)

Filha de Vasco Gil e Alda Lourenço. Neta de Tomé Lourenço. Casada com João de Óbidos. A primeira referência a Milia Vasques, datada de 1433, surge nas partilhas dos bens do seu avô. A última referência data de 1436 e encontra-se na carta de venda de umas propriedades na herdade do Gradil, termo de Cabrela, que recebeu nas partilhas dos bens do seu avô.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 16v e 43.

Velho, João (flor. 1450)

Casado com Guiomar Gil. A primeira e única referência a João Velho data de 1450, quando vende com a sua mulher umas propriedades no Gradil, termo de Cabrela, que Guiomar Gil tinha herdado dos seus pais.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.35, pt. 184; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fl. 16v.

Vicente, Maria (flor. 1521-1557)

Casada com Gaspar Vana. Tive pelo menos uma filha, a saber, Justa Vana. Moradora em Lisboa. As únicas referências a Maria Vicente, datadas entre 1521 e 1557, reportam-se à gestão de bens associados às duas capelas que administrou em conjunto com o seu marido e enquanto viúva no Mosteiro do Carmo em Lisboa (instituídas por Maria Anes e João Gil). Gaspar Vana já tinha falecido em 1545. Institui capela no Mosteiro do Carmo em Lisboa.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 32, pt. 170; ANTT, AGLS, cx. 33, pt. 172; ANTT, AGLS, cx. 34, pt. 176.

Vilalobos, Vasco Queimado de (I) (flor. 1449-1478)

Filho de Vasco Queimado e de Isabel de Vilalobos. Neto por linha paterna de Vasco Queimado, apoiante do Mestre de Avis, e de Maria Eanes Escolar, filha de João Gonçalves Escolar, vedor da Fazenda durante o reinado de D. Fernando I, e fundadora do Mosteiro de São Francisco de Setúbal em cerca de 1410. Teve pelo menos três filhos bastardos, a saber, Vasco Queimado de Vilalobos, legitimado em 1473, que sucedeu, Maria Queimada e Leonor Queimada. Guarda-mor e fidalgo da Casa do Infante D. Pedro. Participou ao seu lado na Batalha de Alfarrobeira, em 1449, e foi depois expulso do Reino por D. Afonso V. Exilou-se no Ducado da Borgonha, onde serviu Filipe III, o Bom, e D. Isabel, e o filho de ambos, Carlos, o Temerário. Pelos serviços militares recebeu o estatuto de escudeiro, depois cavaleiro e, por fim, conselheiro e camareiro de Filipe III. Foi perdoado por D. Afonso V em 1451 e terá regressado definitivamente a Portugal na década de 70. Já era cavaleiro da Casa d'el Rei em 1472, sendo promovido no ano seguinte a fidalgo. Morador em Setúbal. Foi avô de Maria Queimada, casada com Simão de Miranda Henriques. Faz testamento em 1478.

Fontes: ANTT, AGLS, cx.12, pt. 88; ANTT, AGLS, cx.17, pt. 136; ANTT, AGLS, cx.38, pt. 193; ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 246, “Inventário geral dos papéis...”, fls. 23, 28 e 36; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 7; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 29, fl. 45; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fls. 79 e 97v; ANTT, Ministério do Reino, liv. 527; MORENO, Humberto Baquero, A Batalha de Alfarrobeira, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979, pp. 1082-1083; SILVEIRA, Ana Cláudia, “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo Gama Lobo Salema”, in ROSA, Maria de Lurdes (org.), Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?, Lisboa, IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, pp. 171-183; PAVIOT, Jacques, Portugal et Bourgogne au XVe Siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 128-130, 384-387, 403, 410-411, 414-417, 421-425, 427, 436 e 442-443.

Vilalobos, Vasco Queimado de (II) (flor. 1473-1497)

Filho bastardo de Vasco Queimado de Vilalobos. Teve pelo menos duas filhas, a saber, Maria Queimada e Isabel Queimada. Escudeiro de Dom Diogo, Duque de Beja, e depois fidalgo da sua Casa. A primeira referência a Vasco Queimado de Vilalobos, datada de 1473, surge na carta régia da sua legitimação, pedida pelo seu pai. A última referência data de 1497 quando obtém do Rei uma carta de confirmação de tença. Faleceu ainda em 1497 quando se começaram as partilhas dos bens.

Fontes: ANTT, AGLS, cx. 12, pt. 88; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv.33, fl. 97v.; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 29, fl. 91v.; ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 8, fl. 216; ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 29, fl. 91v.

Anexo 13

Transcrição do “título das escrituras” do “Instrumento ao teor de um inventário...”

(ANTT, *Casa de Santa Iria*, cx. 15, doc. 20, fls. 8v-9)

“Item duas escrituras uma da compra / das casas de João de Toar e outro de como lhas logo tornaram a aforar

Item duas escrituras e duas confirmações do casal de Abul

Item uma doação de Isabel Afonso a Vasco Queimado

Item dois instrumentos de confissões de Estevão Coelho e Garcia Neto

Item legitimação de Vasco Queimado

Item sete instrumentos em Palmela que falam sobre a herança que Vasco Queimado houve de Isabel Afonso

Item uma carta de anovamento da horta de Troino

Item duas cartas velhas da horta de Troino

Item uma sentença de Vasco Lourenço Queimado contra Fernão Vasques

Item uma escritura da loja de Frolim

Item uma carta de foro da adega que tem o Gorelho à porta da rua

Item escrituras do jazigo de São Francisco

Item escrituras das casas de Lisboa

Item carta de foro do moinho de Campo de Ourique

Item uma carta de casamento que Vasco Queimado, o velho, prometeu para seu filho

Item uma escritura de compra da vinha / de Galvão

Item um instrumento de sesmaria do moinho

Item uma carta de sesmaria da marinha Olha Lua

Item uma escritura da vinha de Marcos, o Judeu

Item quatro que hi por a vinha de Canelas

Item uma carta da vinha que foi de Jaco Pinto que está à torre de Branca Anes

Item uma carta da vinha que foi de Jaco Pinto na Rua Direita

Item uma carta das casas de Farabam

Item uma carta de foro da marinha

Item um instrumento de compra e posse da courela da Várzea que parte com a herdade

Item instrumento de provimento das Igrejas

Item carta de compra das casas de Garção Lavança

Item outra escritura de aforamento das ditas casas

Item uma carta das casas que foram de Isabel Leda

Item uma carta da marinha da Palmeira

Item uma carta de foro da casa que foi de Isabel Leda

Item uma escritura de foro da casa de João de Toar e da botica que tem ao pelourinho”